

## **História do movimento operário na Setenave (1974-1989)**

**Jorge Filipe Figueiredo Fontes**

**Tese de Doutoramento em História, especialização em História  
Contemporânea**

**Agosto, 2016**

**História do movimento operário na Setenave (1974-1989)**

**Jorge Filipe Figueiredo Fontes**

**Tese de Doutoramento em História, especialização em História  
Contemporânea**

**Agosto, 2016**

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História, realizada sob a orientação científica de Raquel Carneira Varela

Apoio financeiro da FCT e do FSE no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

SFRH/BD/79932/2011.

## DECLARAÇÕES

Declaro que esta Tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente.  
O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas  
no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Jorge Filipe Figueiredo Fontes

Lisboa, 2 de Agosto de 2016

Declaro que esta Tese se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a  
designar.

A orientadora,



Lisboa, 2 de Agosto de 2016

## DECLARAÇÕES

Declaro que esta Tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Jorge Filipe Figueiredo Fates

Lisboa, 2 de Agosto de 2016

Declaro que esta Tese se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

O coorientador,

Fred Perry

Lisboa, 2 de Agosto de 2016

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História, realizada sob a orientação científica de Raquel Carneira Varela

Apoio financeiro da FCT e do FSE no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

SFRH/BD/79932/2011.

*Dedicado aos meus pais*

## **Agradecimentos**

Agradeço à Prof. Doutora Raquel Varela a orientação deste trabalho de investigação, tanto pelo convite para o mesmo, como por todo o apoio científico e humano prestado, bem como ao Prof. Doutor Fernando Rosas por ter aceite co-orientar este trabalho de investigação.

Merecem também uma palavra de agradecimento, os colegas do projecto “Shipbuilding and ship repair workers: a global labour history” pela partilha de conhecimentos e encorajamento; o International Institute of Social History por me ter acolhido durante três meses num estágio doutoral; a Fundação Ciência e Tecnologia pela concessão de uma bolsa de Doutoramento; os colegas do grupo “História Global do Trabalho e dos Conflitos Sociais” do IHC/FCSH/UNL pela troca de saberes e estímulo à investigação, em especial António Paço pela revisão linguística da tese.

Agradecemos também a Teresa Rosa, Miguel Moisés e Cipriano Pisco pelas entrevistas e empréstimo dos seus arquivos privados, e a João Lourenço e Joaquim Aguiar pelas entrevistas realizadas. E a todos os arquivos e bibliotecas por onde esta investigação passou e respectivos funcionários, com especial destaque ao Centro de Documentação 25 de Abril pela atenção prestada, e à Biblioteca Nacional, espaço no qual realizei o grosso deste trabalho.

Uma palavra deve ser também reservada a todos os amigos que me acompanharam e apoiaram neste percurso. E por fim, à minha família, cujo suporte ao longo dos anos tem sido inestimável.

Como se costuma escrever com inteira justiça, nenhum dos supramencionados é responsável por eventuais deméritos deste trabalho, embora tenha contribuído para os seus eventuais méritos.



# **História do movimento operário na Setenave (1974-1989)**

**Jorge Filipe Figueiredo Fontes**

## **RESUMO**

Esta tese tem por objeto a história do movimento operário da empresa de construção e reparação naval Setenave, localizada na Mitrena, em Setúbal, no período compreendido grosso modo entre 1974 e 1989, procurando demonstrar a sua centralidade na história das relações laborais em Portugal: do controlo operário, aos pactos sociais e à reconversão industrial.

Sendo uma das unidades industriais estratégicas durante a revolução portuguesa de 1974-75, participa nos grandes acontecimentos do período, constituindo um importante caso de estudo do processo revolucionário. Analisaremos as Comissões de Trabalhadores, reivindicações e protestos laborais, o controlo operário, o papel das Administrações, das correntes partidárias, dos programas e projetos políticos.

Tentaremos também provar o seu papel pioneiro e central no estabelecimento do chamado pacto social, analisando os mecanismos de consensualização e repressão impostos e a resposta operária e das suas direções laborais, sindicais e políticas à relação de forças pós-revolucionária na sociedade portuguesa. E como o resultado dessa disputa conduz à emergência de um novo paradigma tendencialmente liberalizante e precarizado nas relações laborais nacionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Movimento operário, indústria naval, Setenave, controlo operário, pacto social.

## ABSTRACT

The present thesis concerns the history of the Portuguese labour movement in the shipbuilding and repair company *Setenave*, located in Mitrena, Setúbal, during a period ranging from approximately 1974 to 1989. It seeks to demonstrate the central role played by that movement in the wider history of labour relations in Portugal, from workers' control, to social pacts and industrial reconversion.

As one of the strategic industrial units during the Portuguese revolution of 1974-75, *Setenave* took part in that period's major events, making it an important case study for the revolutionary process. This thesis analyses the Workers' Commissions, labour protests, workers' control, the role of the administrations, the influence of political parties, political programs and projects.

By analyzing the imposition of mechanisms of consent creation and repression, as well as the responses given by the workers and their labour, trade union and political leaderships to the post-revolutionary relation of forces in Portuguese society, this thesis attempts to demonstrate *Setenave*'s pioneering and central role in the establishment of the so-called 'social pact', arguing that the outcome of this dispute led to the emergence of a new paradigm of liberalization and precarization of the national industrial relations.

**KEYWORDS:** workers' movement, shipping industry, *Setenave*, workers' control, social pact.

# Índice

Introdução.....	1
<b>Capítulo I - A Setenave na Revolução Portuguesa.....</b>	<b>28</b>
As origens.....	28
O projeto Setenave.....	32
O 25 de abril e a Setenave.....	34
A Setenave na onda de greves “selvagens” de maio.....	35
A formação e destituição do Conselho de Trabalhadores da Setenave.....	39
Programa A.....	40
A formação da CIP e o “golpe” Palma Carlos.....	42
O II Conselho de Trabalhadores.....	44
A Lei da Greve entre o “legal” e o “real”.....	45
O 28 de setembro e a derrota da “maioria silenciosa”.....	48
O II Conselho de Trabalhadores referenda-se.....	52
A manifestação da Interempresas: auge e ocaso.....	54
A derrota do Grupo do Leque Salarial.....	56
Foi na cidade do Sado.....	60
11 de março.....	61
O impasse: CTS e Administração demissionários.....	62
O controlo da metalomecânica pesada.....	66
Uma Constituinte com uma “missão única”.....	68
O III Conselho de Trabalhadores.....	70
O controlo da produção para “cumprimento rigoroso das medidas de austeridade”.....	71
Os Planos do Movimento das Forças Armadas.....	73
A nacionalização da Setenave.....	80
Em defesa do “Pacto Social multissecurar”.....	81
Comité de Luta.....	84
O controle da empresa.....	85
Os programas de controlo operário.....	89
O controlo operário.....	91
Como se expressa o controle operário na Setenave?.....	92
O 25 de novembro.....	94

<b>Capítulo II - A Setenave nacionalizada “irreversivelmente” numa “economia em transição”.</b>	100
A nova Comissão de Trabalhadores.....	100
A Setenave como empresa pública. ....	103
A Setenave “nacionalizada irreversivelmente”.....	104
A legitimação eleitoral da transição democrático-socialista. ....	105
O controlo operário metamorfoseado em controlo de gestão. ....	107
Centro de Coordenação da Indústria Naval. ....	108
O PS entre a maioria de esquerda e a convergência democrática. ....	110
Acordos nos estaleiros. ....	111
A flexibilização das relações laborais.....	114
V CTS. ....	119
Pacotes de austeridade. ....	122
O “regresso dos patrões”.....	128
Novo horário. ....	129
O fracasso do Memorando. ....	131
O “24 de abril” no Governo. ....	133
VI Aniversário. ....	134
Em luta pelo AREF e aumentos salariais.....	136
VI CTS.....	142
O Presidente da República na Setenave.....	144
A “vitória” na assinatura do AREF.....	145
Berlinguer na Setenave. ....	147
Lei 46/79.....	147
Eleição do representante dos trabalhadores no Conselho de Administração. ....	149
Eleição de novos estatutos da CT. ....	152
VII CTS.....	153
Reivindicações 80. ....	155
O VI GC coloca a Setenave em “situação económica difícil”. ....	160
<b>Capítulo III - A Setenave e a tragédia de Erisictão: O Pacto Social devora-se a si mesmo.</b>	162
O pacto social.....	162
Em situação económica difícil e sem estação de desgaseificação. ....	166
A demissão da Administração.....	169
Nova administração e acordo laboral.....	173
O “25 de novembro na economia”.....	176
Um maio de sangue entre duas greves gerais. ....	179
A revisão das “conquistas irreversíveis” e a constituição de uma nova “regra do jogo”.....	188

O “Plano Mello” .....	193
7.º Encontro da Indústria Naval .....	196
A derrota do VIII Governo. ....	198
O Pacto Social S-106. ....	201
O “Pacto Social Nacional” em gestação. ....	205
O “pacto social” do bloco central. ....	214
O “estado de sítio” na Margem Sul.....	217
“Fase 2” do pacto social: despedimentos massivos .....	221
Um “plano” para “viabilizar” a indústria naval. ....	227
A “batalha” da Ponte 25 de Abril.....	231
Os despedimentos “voluntários”.....	237
A “Concertação Permanente”. ....	241
O “inimigo interno” da “paz social”. ....	243
Rumo à derrota.....	249
<b>Epílogo - A “reestruturação” e o “restauracionismo”</b> .....	259
O “diálogo” como “uma forma de luta” da CGTP e o “primeiro Acordo Social”.....	259
A caminho da vitória liberal “concertada”.....	261
A quadratura do círculo da “concertação nacional”.....	265
A “unidade sindical nacional” na greve geral. ....	267
A “revolução cultural” e o “pacote laboral” triunfantes. ....	272
A cessão do estaleiro à Solisnor.....	277
Afugentar velhos “fantasmas”. ....	281
<b>Conclusão</b> .....	288
<b>Fontes e bibliografia</b> .....	292
<b>Anexos</b> .....	321

## **Lista das Abreviaturas:**

**AD** Aliança Democrática

**AGT** Assembleia Geral de Trabalhadores

**AIP** Associação Industrial Portuguesa

**APR** Acordo de Política de Rendimentos

**APU** Aliança Povo Unido

**AR** Assembleia da República

**ASDI** Acção Social Democrata Independente

**CA** Conselho de Administração

**CAF** Companhia Aliança Fabril

**CAP** Confederação dos Agricultores de Portugal

**CB** Comissões de Base

**CCCTIN** Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval

**CCO** Comissão de Controlo Operário

**CCP** Confederação do Comércio e Serviços de Portugal

**CCT** Contrato Colectivo de Trabalho

**CCTV** Contrato Colectivo de Trabalho Vertical

**CDS** Centro Democrático Social

**CEE** Comunidade Económica Europeia

**CES** Conselho Económico e Social

**CGT** Conselho Geral de Trabalhadores

**CGTP-IN** Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional

**CIA** Central Intelligence Agency

**CIP** Confederação Industrial Portuguesa

**CL** Comité de Luta

**CM** Conselho de Ministros

**CNAE** Conselho Nacional de Associações Empresariais

**CNN** Companhia Nacional de Navegação

**CO** Controlo Operário

**CPCS** Conselho Permanente de Concertação Social

**CPP** Companhia Portuguesa de Pesca

**CR** Conselho da Revolução

**CT** Comissão de Trabalhadores

**CTS (a)** Comissão de Trabalhadores da Setenave

**CTS (o)** Conselho de Trabalhadores da Setenave

**CUF** Companhia União Fabril

**D-L** Decreto-Lei

**DS** Delegados Sindicais

**EMF** European Metalworkers Federation

**ENVC** Estaleiros Navais Viana do Castelo

**FDTC** Federação dos Trabalhadores Democratas Cristãos

**FEDER** Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

**FEPU** Frente Eleitoral Povo Unido

**FMI** Fundo Monetário Internacional

**FP-25** Forças Populares 25 de Abril

**FRS** Frente Republicana e Socialista

**FSMMMP** Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal

**FUP** Frente de Unidade Popular

**GADE** Gabinete de Dinamização do Emprego

**GC** Governo Constitucional

**GDDUPs** Grupos Dinamizadores de Unidade Popular

**GG** Greve Geral

**GNR** Guarda Nacional Republicana

**GP** Governo Provisório

**IMF** International Metalworkers Federation

**IN** Indústria Naval

**ISCTE** Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa

**LCI** Liga Comunista Internacionalista

**LDN** Lei de Defesa Nacional

**MDP** Movimento Democrático Português

**MES** Movimento de Esquerda Socialista

**MFA** Movimento das Forças Armadas

**MRPP** Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado

**OCDE** Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

**OIT** Organização Internacional do Trabalho

**ORTs** Organismos Representativos dos Trabalhadores

**OUT** Organização Unitária de Trabalhadores

**PAP** Plano de Acção Política

**PCP (R)** Partido Comunista Português (Reconstruído)

**PCP** Partido Comunista Português

**PCUS** Partido Comunista da União Soviética

**PPD** Partido Popular Democrata

**PR** Presidente da República

**PRD** Partido Renovador Democrático



**PRP** Partido Revolucionário do Proletariado

**PRT** Partido Revolucionário dos Trabalhadores

**PRT** Portaria Regulamentar de Trabalho

**PS** Partido Socialista

**PSD** Partido Social Democrata

**PSP** Polícia de Segurança Pública

**PSR** Partido Socialista Revolucionário

**RCM** Resolução de Conselho de Ministros

**SED** Situação Económica Difícil

**SEE** Sector Empresarial do Estado

**SIED** Sistema de Informações Estratégicas de Defesa

**SIM** Serviço de Informações Militares

**SIMA** Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e Afins

**SIS** Serviço de Informações de Segurança

**SN** Siderurgia Nacional

**SPGL** Sindicato dos Professores da Grande Lisboa

**SRN** Sociedade de Reparação de Navios

**UDP** União Democrática Popular

**UEDS** União da Esquerda para a Democracia Socialista

**UGT** União Geral dos Trabalhadores

**ULCC** Ultra Large Crude Carriers

**URSS** União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

**VAB** Valor Acrescentado Bruto

**VLCC** Very Large Crude Carriers.

## Introdução.

A tese que aqui se apresenta é tributária da nossa participação no projeto coletivo internacional “In the same boat? Shipbuilding and ship repair workers: a global labour history”, sob a égide do International Institute of Social History (Amsterdão), com coordenação científica de Marcel Van der Linden e Raquel Varela, pertencendo à última o convite para investigarmos a empresa de construção e reparação naval Setenave. O projeto, por sua vez, encontra as suas fundações na chamada *Global Labour History*, uma área de pesquisa (e não uma “teoria”) desenvolvida no mencionado instituto, que pretende focar-se no estudo dos trabalhadores durante os últimos cinco séculos, a um nível global, como abordaremos mais adiante.

Em termos metodológicos, adotou-se o modelo de *Collective Research* elaborado no *Prolegomena for a Global Labour History*, de Marcel Van der Linden e Jan Lucassen<sup>1</sup>. Deste modo, o projeto obedece a três fases. Na primeira, reuniu-se uma equipa multidisciplinar com cerca de 40 investigadores da indústria naval de todo o mundo (da Argentina à Coreia do Sul), numa conferência no Centre for Area Studies da Universidade de Leipzig. Desta saiu um questionário comum (*framework*) para todos os investigadores, que permitisse uma posterior análise comparativa. Os resultados foram apresentados em maio de 2013, numa conferência em Amsterdão, na qual se decidiu avançar para a publicação de um livro coletivo que se encontra no prelo (*Shipbuilding and Ship Repair Workers around the World, Case Studies 1950-2010*, Amsterdam University Press, coordenado por Marcel van der Linden, Raquel Varela e Hugh Murphy, com o nosso capítulo: *Labour relations in a Portuguese shipyard: the case of Setenave*) baseado nos casos individuais dos estaleiros estudados.

Numa conferência por nós coorganizada, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, de 13 a 15 de outubro de 2014, continuou-se a preparação do livro e começou a delinear-se a segunda fase do projeto, que passará pela constituição de grupos temáticos capazes de desenvolver uma investigação comparativa, após a primeira fase marcada

---

<sup>1</sup> Marcel Van der Linden e Jan Lucassen, *Prolegomena for a Global Labour History* (Amsterdam: International Institute of Social History, 1999).

pelos *case studies*. Organizámos ainda uma visita ao estaleiro da Mitrena, objeto de estudo desta tese. Na terceira fase, o objetivo passa por elaborar uma história global (após o *caso* e a *comparação*), capaz de acompanhar os fluxos de capital e trabalho na indústria ao longo do tempo histórico, numa síntese compósita.

No seio deste grupo desenvolveram-se outras atividades, nas quais participámos, como por exemplo o *workshop* “Workforce Reductions in Shipbuilding Industries: Approaches from a Global Labor History Perspective”, no Instituto *re:work* (Universidade de Humboldt), que estudou os diferentes processos de contração da força laboral adotados, e no qual apresentámos a comunicação: “The employment growth and contraction process in Setenave shipyard: a preliminary approach”.

Ainda através de contactos estabelecidos, constituiu-se uma outra rede científica, reunindo os investigadores ibero-americanos, no projeto “El rol del Estado en la promoción de sectores estratégicos. Una visión comparativa de la industria naval ibero-americana a partir de la historia de las empresas y los trabajadores (1950-2010)”, coordenado por Cintia Russo e pela Universidad Nacional de Quilmes (Argentina), com a participação da Universidad Nacional Arturo Jauretche (Argentina), Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil), Universidad de Oviedo (Espanha) e Universidade Nova de Lisboa, para a qual já contribuimos com a coautoria de um capítulo no livro no prelo “Estado e Industria. La Construcción Naval en Argentina, Brasil, España y Portugal”, a ser publicado pelo Centro Cultural de la Cooperación Floreal Gorini e Universidad Nacional de Quilmes.

Outra filiação de não menor importância foi a nossa inserção no Grupo de Estudos do Trabalho e dos Conflitos Sociais, no seio do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa (IHC/UNL), nomeadamente através da participação nas atividades gerais (seminários, conferências, etc.) e da troca multidisciplinar de experiências e saberes entre diferentes investigadores.

Ainda no âmbito do nosso projeto de doutoramento, realizámos um estágio doutoral de três meses no International Institute of Social History (abril, maio e junho 2013), no qual desenvolvemos uma pesquisa no acervo documental da secção Shipbuilding da International Metalworkers Federation, e bibliografia correlacionada, além de literatura geral sobre história do movimento operário. Ainda que por limitações de espaço não nos tenha sido possível tratar da

dimensão internacional, estamos em crer que o nosso trabalho beneficiou bastante de uma compreensão mais global e abrangente.

Publicámos ainda o capítulo “Greves e conflitos sociais na Lisnave”, no livro *Greves e conflitos sociais em Portugal no século XX* (coordenação de Raquel Varela, Ricardo Noronha e Joana Dias Pereira, Edições Colibri, 2012), que também foi publicado no *e-book Strikes and social conflicts. Towards a global labor history* (coordenação: António Paço, Sjaak van der Velden e Raquel Varela, International Association Strikes and Social Conflicts/IHC/FCSH/UNL), e apresentámos comunicações sobre a temática em várias conferências científicas nacionais e internacionais, como expresso no CV anexo a esta tese.

Esta tese tem como objeto a história do movimento operário na Setenave. Mas como e com que fontes?

Apesar de a indústria naval ser um setor estratégico da economia, devido ao seu papel de charneira no sistema de transportes e comércio mundial, e como tentaremos demonstrar, o movimento operário da indústria naval ser central para a compreensão das relações sociais que configuram a formação económico-social portuguesa, os problemas de investigação decorrem do ineditismo de um estudo desta natureza, patente na escassez de bibliografia internacional e nacional de enquadramento teórico e análise empírica, que desafia o investigador nos caminhos metodológicos.

Começámos o nosso percurso pelo Estado da Arte, em três obras fundamentais de contextualização. A primeira foi *Workers of the World. Essays toward a global labor history* (2008), de Marcel Van der Linden. Trata-se do atual livro de referência no campo da produção académica sobre os estudos do trabalho, com um novo contributo epistemológico e metodológico à renovação disciplinar em curso, dialogando de modo interdisciplinar com diversos ramos do saber e oferecendo uma panorâmica geral sobre a composição histórica e presente dos trabalhadores, numa dimensão verdadeiramente global.

Distanciando-se da “velha história do trabalho”, centrada no Estado-nação (nacionalismo metodológico) e enviesada pelo eurocentrismo (a crítica à asserção de que as nações mais “atrasadas” poderiam vislumbrar o seu futuro refletido nas nações mais “avançadas”), propõe um novo campo de investigação capaz de integrar (de modo não hierárquico, mas composto) o que a escola anglo-saxónica tem vindo a designar como “The Global South”.

Contrariando a “monadologia”<sup>2</sup> que no campo da história do trabalho adquiriu estatuto científico com Sombart – baseada no estudo da formação das classes laboriosas “encerradas” nas fronteiras da formação económico-social nacional, ou no máximo possibilitando estudos comparativos desde que pertencentes às mesmas áreas culturais (Kultur Kreise) –propõe uma abordagem transnacional, ou seja internacionalista e global: renovada atenção deve ser dada às migrações, às culturas de fronteira e à classe trabalhadora fora do chamado “espaço ocidental”.

Propõe que um conceito epistemológico tão central para a história do trabalho como o de “classe trabalhadora” (termo surgido no século XIX para separar os trabalhadores “respeitáveis” dos demais) deixe de ser exclusivo, para passar a ser inclusivo de outras categorias de trabalhadores, sugerindo o uso de “trabalhadores subalternos”, que deve incluir “escravos, rendeiros agrícolas, pequenos artesãos e assalariados”<sup>3</sup>. Pretende-se sublinhar a heteronomia da composição da classe trabalhadora, o que acarreta consequências importantes, desde logo o aumento do escopo cronológico, e uma nova atitude perante as tradicionais dicotomias trabalho livre e não livre, remunerado e não remunerado, bem como organizações formais e informais.

Analisando as sociedades mutualistas, cooperativas de consumo e cooperativas de produção, procura estabelecer tipologias sistematizadas (com enorme escopo geográfico) das diferentes formas em que estas se podem estabelecer no decurso do tempo. O cooperativismo é caracterizado como um elemento de solidariedade fundamental das classes subalternas, um garante e complemento indispensável da sua sobrevivência material. No decurso do seu desenvolvimento tendem a ser cooptadas pelo Estado e pelas empresas, ou a ser marginalizadas, mas também podem manter as suas características eminentemente democráticas.

Define as greves como “formas de luta, coerção e poder nas quais um grupo de trabalhadores para de trabalhar coletivamente de modo a forçar medidas económicas, sociais e/ou políticas que interessam os diretamente envolvidos e/ou outros”<sup>4</sup>. Segundo o autor, “contrariamente a um preconceito persistente, greves grandes e vitoriosas são perfeitamente possíveis *sem* sindicatos” e embora “os sindicatos de trabalhadores não possam existir sem a

---

<sup>2</sup> Conceito que o autor toma emprestado da filosofia de Leibniz, significando uma substância única e simples, portanto indissolúvel e indestrutível.

<sup>3</sup> Marcel Van der Linden, *Workers of the world. Essays toward a global labor history* (Leiden-Boston: Brill, 2008), 32, tradução nossa.

<sup>4</sup> Marcel Van der Linden, 182, tradução nossa.

(ameaça última da) arma da greve”, o “inverso não é verdadeiro”<sup>5</sup>. Atravessam quatro etapas lógicas diferenciadas: 1) mobilização e preparação da greve; 2) paralisação laboral; 3) a greve continua por um período breve ou extenso; e 4) o conflito acaba, independentemente dos resultados e segue-se a desmobilização. Sublinha-se ainda que a “eficácia de uma greve não depende simplesmente das pressões exercidas imediatamente sobre o empregador”, mas em grande medida do grau em que outros atores sociais chave – o Estado, outros capitalistas, os *media*, partidos políticos, o público, consumidores – fazem pressão devido ao perigo de interrupção sistemática”<sup>6</sup>.

Os sindicatos “são organizações que permitem aos trabalhadores proteger os seus interesses”. Distingue entre “sindicatos que existem exclusivamente, ou quase exclusivamente, para organizar greves, sindicatos que organizam greves mas também servem para outros propósitos e sindicatos que pretendem prevenir greves o máximo possível”. Os primeiros correspondem ao “sindicalismo revolucionário”, os segundos são “sindicatos de negociação” e os últimos “sindicatos amarelos”<sup>7</sup>.

Sugere-se uma cronologia do “internacionalismo trabalhista”. Uma primeira fase pré-1848 é marcada pela definição da classe trabalhadora. Argumenta-se ser neste contexto que a Liga dos Comunistas de Marx estabelece uma divisão duradoura entre “a moderna classe trabalhadora – os proletários”<sup>8</sup> e a pequena burguesia, o lumpen-proletariado e outras formas de trabalho não livre. Na segunda fase, de 1848 à década de 1870, verifica-se um pulular de organizações de trabalhadores, nomeadamente a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). Começam as ações em comum, mas “como ainda não existiam sindicatos nacionais, os contactos internacionais foram sempre entre organizações locais em diferentes países. Era, na verdade, um ‘internacionalismo subnacional’”<sup>9</sup>. Segue-se uma terceira fase, entre as décadas de 1870 e 1890, na qual os trabalhadores são alvo de uma política integracionista (educação primária, serviço militar, cerimónias públicas, produção em massa de monumentos públicos, etc.) que se traduz na adoção de posturas mais nacionalistas e chauvinistas. A quarta fase, que vai até à década de 60 do século XX, baseou-se no “internacionalismo nacional”, favorecido pela

---

<sup>5</sup> Ibid., 179, tradução nossa.

<sup>6</sup> Ibid., 207, tradução nossa.

<sup>7</sup> Ibid., 225, tradução nossa.

<sup>8</sup> Ibid., 267, tradução nossa.

<sup>9</sup> Ibid., 270, tradução nossa.

mobilidade internacional de trabalhadores altamente qualificados, pelas massivas migrações internacionais, bem como pelo desenvolvimento dos transportes internacionais.

Finalmente, uma quinta fase, a decorrer desde a década de 60, é marcada por mudanças significativas como o processo de descolonização, a nova divisão transnacional do trabalho, a emergência do regionalismo e dos blocos comerciais, o colapso da União Soviética, a ascensão dos movimentos feministas, o crescimento do trabalho assalariado na periferia e semiperiferia, a expansão do chamado “setor informal” e a revolução da eletrónica digital<sup>10</sup>. Considera-se a possibilidade de estarmos a entrar numa nova fase, de “internacionalismo transnacional”, que deve abandonar o eurocentrismo e uma visão masculina da classe trabalhadora, incluir os trabalhadores precários, criar uma nova estrutura internacional sindical unitária, adotar posturas mais democráticas e colocar maior esforço “em medidas ativas como boicotes, greves”<sup>11</sup>.

O autor polemiza com o Centro Fernand Braudel, dirigido por Immanuel Wallerstein, e a sua famosa tese do “sistema-mundo”: entendido como uma realidade global desde a afirmação do capitalismo no século XVI, articulado numa dinâmica desigual entre centro, periferia e semiperiferia, desenvolvendo-se através de “grandes ondas” de ascensão e queda. Critica a arrumação de classes dentro do modo de produção capitalista em apenas duas categorias sociais, numa polarização estrutural, a burguesia e o proletariado. Estes são aqueles que “cedem parte do valor que criaram a outros”, o que “elimina como característica *definidora* do proletariado o pagamento de *salários* ao produtor”<sup>12</sup>. Contesta ainda a redução do papel da subjetividade política e a definição de capitalismo “exclusivamente na base da venda para o lucro e apropriação do lucro”, negligenciando-se que este é “baseado numa *competição* entre donos de mercadorias”<sup>13</sup>.

Sem pretender estabelecer “um bem definido paradigma teórico”<sup>14</sup>, mas antes uma “área de especialização”, possibilita-se a congregação de distintas escolas e tradições, mesmo sem acordo com todas as propostas avançadas. Pensamos ser esse o principal contributo do autor para a história do trabalho: ter efetuado um levantamento sistemático do mundo do trabalho, contribuindo para uma nova valorização de elementos negligenciados pela “velha história do

---

<sup>10</sup> Ibid., 278, tradução nossa.

<sup>11</sup> Ibid., 282, tradução nossa.

<sup>12</sup> Ibid., 291, tradução nossa.

<sup>13</sup> Ibid., 316, tradução nossa.

<sup>14</sup> Ibid., 6, tradução nossa.

trabalho”, como a dimensão feminina da força de trabalho, os trabalhadores não livres, os trabalhadores da periferia e semiperiferia do sistema-mundo. Estabelecem-se assim as bases para uma potencial história *unificada* dos trabalhadores à escala mundial.

Seguidamente debruçámo-nos em *The World Shipbuilding Industry* (1985), de Daniel Todd, por se tratar de um raro estudo de análise da indústria naval como um todo. Tem como objetivo: “revisitar o leque de opções possíveis para as empresas de construção naval quando confrontadas com condições impostas por mudanças nas circunstâncias nacionais e globais”<sup>15</sup>.

A transformação espacial da construção naval foi vertiginosa: “talvez mais do que qualquer outra indústria, foi sujeita a uma grande mudança da sua distribuição geográfica nos últimos anos. A Europa Ocidental, outrora o centro da indústria, sofreu um crescente declínio, primeiro para o Japão e depois para países recém-industrializados”<sup>16</sup>. Em 1972, os países produtores tradicionais reunidos na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) pediam a eliminação dos subsídios em nome da livre competição; passados apenas quatro anos, reclamavam desesperadamente a intervenção dos governos nos assuntos da indústria. A coordenação internacional entre Estados falhou: os países lutaram individualmente para proteger as suas indústrias reforçando os subsídios, enquanto condenavam tais medidas quando tomadas pelos competidores. Os países dependentes da produção de petroleiros confrontaram-se com maiores problemas de excesso de capacidade do que os países que favoreceram a produção de cargueiros e graneleiros. Não obstante, alguns persistiram nesta especialização, como a URSS, a Jugoslávia e Portugal.

O autor define um estaleiro como “uma plataforma de montagem concebida para montar unidades estruturais de aço”, com “um importante papel subsidiário de fabrico, cortando, moldando e fabricando placas de aço e tubos em conformidade com as especificidades do desenho do navio”. Os estaleiros mais sofisticados “também podem ocupar-se da maquinaria de propulsão”<sup>17</sup>. As empresas têm origens distintas; umas dedicam-se exclusivamente à construção naval, outras são diversificadas, com uma ampla carteira de interesses, e podem ser privadas ou públicas. As pertencentes a corporações diversificadas têm a vantagem de poder contar com os recursos da empresa-mãe, caso dos estaleiros japoneses e sul-coreanos. O Estado alimenta a indústria por

---

<sup>15</sup> Daniel Todd, *The World Shipbuilding Industry* (London: Croom Helm, 1985), 27, tradução nossa.

<sup>16</sup> Ibid., 1, tradução nossa.

<sup>17</sup> Ibid., 28, tradução nossa.



razões estratégicas, em navios de guerra ou através de uma marinha mercante capaz de angariar receitas de exportação, pois é um meio útil de aquisição de divisas. A construção naval é encarada como uma parte fundamental do desenvolvimento nacional, uma indústria de exportação, que pode arrastar a economia no sentido da modernização.

É costume dividir o transporte em cinco categorias: navios porta-contentores e navios ro-ro, navios de carga geral, graneleiros acima de 50 000 toneladas de porte bruto, graneleiros abaixo desse tamanho e petroleiros. O “estaleiro com a unidade de fabrico e os trabalhadores capazes de construir uma gama diversificada de tipos de navios terá, concomitantemente, uma maior flexibilidade em aceitar ou rejeitar pedidos de contrato”<sup>18</sup>. O trabalho e os materiais são os dois elementos mais importantes na estrutura de custos da construção de navios. Quando a construção é mais complexa, os custos do trabalho tendem a tornar-se proeminentes, caso dos navios de guerra.

À escala nacional, os governos tem tendência para assegurar aos fornecedores condições de procura estáveis, em programas nacionais de marinha mercante e de guerra. No entanto, à escala global, as empresas incapazes de produzir navios a preços competitivos verão os seus clientes optar por fornecedores alternativos, independentemente da localização.

As inovações de processo que culminaram nas modernas instalações de fabricação de aço e de montagem (o estaleiro) estão inextricavelmente ligadas ao surgimento dos grandes navios. Estes são uma inovação de produto, que se desenvolve de forma incremental até à década de 1960, quando os VLCC<sup>19</sup> começaram a dominar os mercados de navios. Para tal foi indispensável a transição para a soldadura e a pré-fabricação na montagem de materiais, mudanças que foram fruto do impulso tecnológico.

A especialização possui vantagens no recolher dos benefícios da padronização e da economia de escala, na concentração dos recursos e controlo dos custos, mas também desvantagens, nomeadamente uma maior vulnerabilidade às crises do mercado, pelas dificuldades em mudar para outros tipos de navios. Assim, a diversificação parece ser uma melhor opção, nomeadamente a participação em atividades afins, tais como o transporte (Dinamarca, Bélgica) ou o aço (Alemanha Ocidental, EUA), sendo os casos de maior sucesso, as grandes corporações diversificadas que se desenvolveram no Japão (o *zaibatsu*) e Coreia do Sul (*chaebol*).

---

<sup>18</sup> Ibid., 60, tradução nossa.

<sup>19</sup> Very Large Crude Carriers, em português os chamados “superpetroleiros”.

A construção naval é um elemento-chave na modernização da sociedade e no aprofundamento do desenvolvimento nacional decorrente da industrialização, por três razões. É uma indústria de tecnologia de nível médio, e a intensidade de trabalho da indústria favorece países com forças de trabalho grandes e baratas. Em segundo lugar, um produtor de um país recém-emergente, aproveitando os baixos custos dos fatores, pode oferecer navios a preços competitivos que encontram rapidamente clientes num mercado aberto. Em terceiro lugar, a construção naval atua como um estimulante para uma série de setores de produção de aço e de máquinas, elemento vital para a industrialização do país em questão.

Por fim, analisámos *The Politics of De-Industrialisation, The contraction of the West European shipbuilding industry* (1985), de Bo Strath, pois levou a cabo o único estudo a relacionar a crise mundial com o chamado processo de “desindustrialização” na indústria naval europeia sob a ótica das estratégias adotadas pelo mundo do trabalho para resistir ao processo de contração.

Verificam-se assinaláveis similitudes nas políticas prosseguidas pelos distintos Estados-nação no estabelecimento de concertações tripartidas entre o Estado, patronato e sindicatos, tendentes a uma contração industrial amparada por enormes subsídios e “planos sociais”. Tratando-se de um processo marcado por um nível relativamente baixo de conflitualidade social, interroga: “como se conseguiram despedimentos massivos com um mínimo de sublevações sociais em dez regiões de indústria naval na Europa Ocidental?”<sup>20</sup>.

O crescimento da indústria de construção naval depois da Segunda Guerra Mundial relaciona-se com o desenvolvimento do comércio marítimo, já que a expansão dos centros industriais na Europa Ocidental, EUA e Japão requeriam a importação de matérias-primas. Deste modo, “em meados da década de 70, cerca de 75% da tonelagem do comércio mundial era marítima”<sup>21</sup>. O ambiente favorável estimulou inovações técnicas, os petroleiros e os graneleiros construídos eram cada vez maiores, aumentaram as capacidades dos estaleiros, desenvolveram-se o *design* e os métodos de construção, o tempo de construção diminuiu, o tratamento do aço melhorou, introduziram-se sistemas computadorizados, o processo produtivo em grande medida artesanal foi restringido em operações mais pequenas e especializadas, tornando-se mais

---

<sup>20</sup> Bo Strath. *The Politics of De-Industrialisation: The contraction of the West European Shipbuilding Industry* (London: Croom Helm, 1987).

<sup>21</sup> Ibid., 3, tradução nossa.

industrializado. Porém, não obstante o crescimento entre 1950 e 1975, a construção naval sempre se caracterizou por graves flutuações cíclicas, com óbvios elementos especulativos. À depressão de 1958-64 (1962 no Japão) seguiu-se um período de extremo otimismo de 1964 a 1975, os chamados “anos de bonança” ou os “anos loucos”.

Com a crise, os sindicatos entraram em cena, “não para combater os patrões, mas para pressionar os governos a assumirem responsabilidades pela crise e resolvê-la”. Queriam que o “Estado, por meios legais e subsídios temporários, tornasse possível aos empregadores evitar a crise que se manifestava na forma de redução de emprego. Neste contexto, o Estado era visto como um corpo acima dos grupos de interesse na sociedade”<sup>22</sup>. A mudança de perspectiva “encontra a sua expressão mais palpável no crescente envolvimento dos sindicatos nos corpos tripartidos para a negociação social”. Cada grupo de trabalhadores acreditou que a crise poderia ser ultrapassada individualmente, mesmo que ao custo de uma redução do vencimento ou da transferência para outros ramos, o que implicaria mobilidade individual.

A década de 70 marca uma mudança qualitativa na intervenção governamental da Europa Ocidental na construção naval: “os velhos créditos de subsídios à indústria como um todo permaneceram, mas verifica-se um novo padrão direcionado para subsídios atribuídos diretamente às empresas, sendo o dinheiro canalizado para salvar estaleiros individuais em resposta à pressão efetuada pelos trabalhadores da indústria”<sup>23</sup>. Após 1982, a perspectiva mudou, passando a ser lidar com uma inevitável retirada de uma forma o mais flexível possível; em vários países, o objetivo passou a ser manter apenas dois ou três estaleiros para a construção de navios altamente sofisticados e tecnológicos.

As razões que levaram a que a construção naval recebesse tamanhos subsídios em comparação com outras indústrias (embora contribuindo menos em termos de PIB e de emprego) prendem-se com o importante papel da indústria em determinadas regiões, conferindo aos empregadores e empregados em cooperação com as autoridades locais e regionais, um peso considerável como força de pressão, e ainda com o facto de a maioria dos trabalhadores serem homens e estarem organizados em sindicatos (em contraste com o setor dos têxteis).

---

<sup>22</sup> Ibid., 12, tradução nossa.

<sup>23</sup> Ibid., 19, tradução nossa.

Verifica-se uma contradição nas políticas prosseguidas após 1960, a combinação de subsídios (que implicam a perspectiva de uma retoma futura do mercado) com redução de capacidade (implicando uma perspectiva pessimista). Mas se os agentes políticos responderam a uma opinião pública favorável às ajudas, na década de 80 cresceu a resistência a “jogar com o dinheiro dos contribuintes”.

Na Alemanha Ocidental, o setor estava concentrado em cinco grandes companhias: a AG Weser (Krupp) e a Bremen Vulkan (o ramo germano-holandês da Thyssen Bornemisza) em Bremen; a Nordseewerk (o ramo alemão do grupo Thyssen) em Emden; a Blohm & Voss (o ramo alemão do grupo Thyssen) em Hamburgo; e a Howaldtwerke Deutsche Werfe (HDW), de propriedade estatal, com estaleiros em Kiel e Hamburgo.

Os trabalhadores estão representados por conselhos de trabalhadores (*Betriebsräte*) ao nível de empresa, obrigatórios por lei, sendo responsáveis pela estrutura de salários, a regulação do horário de trabalho, das horas extraordinárias, a classificação profissional, as contratações, transferências e *lay-off* dos empregados. Estão proibidos de convocar greves e todos os desacordos com a administração devem ser decididos pela concertação ou pela arbitragem de um tribunal de trabalho. As negociações salariais são uma prerrogativa do sindicato, o IG Metall.

A Federação Alemã de Construção Naval (VDS) e o IG Metall concordavam que o governo devia garantir um grande programa de investimento na indústria, num processo que ficou conhecido como a “estranha coligação”. Os sindicatos aceitavam reduções, desde que “feitas de uma maneira socialmente responsável, sob supervisão governamental e sindical e ligadas a planos de investimento em novas áreas produtivas. Os subsídios não deviam ser entregues ‘cegamente’, mas sim condicionados à reestruturação”<sup>24</sup>.

Surgem os “planos sociais”, envolvendo reformas antecipadas e rescisões voluntárias com compensações. Deste modo, a ameaça de desemprego foi individualizada, afetando apenas os idosos, os menos capazes de trabalhar e os jovens. Para os restantes, a contração gradual não implicou nenhuma ameaça imediata, sendo entendida como um passo necessário para garantir a sobrevivência a longo termo. Não se verificou uma crise de legitimidade, porque o “impacto

---

<sup>24</sup> Ibid., 29, tradução nossa.

individualizante dos planos sociais e a divisão dos trabalhadores evitou a mobilização acima do nível de empresa e garantiu uma relativa estabilidade do sistema político”<sup>25</sup>.

Em França existiam dois grandes grupos, os Chantiers du Nord et de la Méditerranée (Normed) e a Compagnie Générale d’Electricité (CGE). Em 1983, ambos empregavam 18 000 trabalhadores, contra 45 000 na década de 50. Apenas um quinto estava sindicalizado, em três organizações rivais: a Confédération Générale du Travail (CGT), a Confédération Française Démocratique du Travail (CFDT) e a Force Ouvrière (FO). Enquanto a CGT adotou uma proposta mais protecionista, baseada na conservação das estruturas produtivas, no aumento do uso da bandeira nacional na marinha mercante para o transporte de bens franceses, na redução do horário de trabalho e reformas antecipadas, expresso no *slogan* “Construir francês, transportar francês e reparar francês”, tanto a CFDT como a FO mostraram muito maior abertura para a reconversão em novas áreas produtivas.

O processo de contração (*Livre Blanc* de 1959, *Contrat Professionnel* de 1968) no marco da chamada “*économie concertée*”, baseou-se mais num processo consciente articulado com a Chambre Syndicale des Constructeurs de Navires (CSCN) do que na provisão de subsídios *ad hoc*. O emprego massivo do sistema de subcontratação produziu um amortecedor, e quando os despedimentos se tornaram uma ameaça para o núcleo dos trabalhadores dos estaleiros, “a ameaça foi dispersada individualmente por esquemas de reformas antecipadas”, o que “tornou possível para os sindicatos a nível local aceitarem as reduções”<sup>26</sup>.

Na Suécia verificou-se uma espetacular transformação do segundo maior construtor mundial, num país quase insignificante na construção naval global. A indústria estava concentrada na costa ocidental, em Gotemburgo, sob a alçada da empresa Eriksberg, e a sudoeste em Malmö, sob a égide da Kockums. Com um elevado investimento em pórticos, soldadura, computadores e petroleiros gigantes, tentaram responder – mais do que qualquer outra nação – ao desafio japonês. Contudo, a indústria colapsou entre 1975 e 1980, sendo nacionalizada em 1976 como medida de emergência.

A contração originou um amplo debate público. A crise foi explicada como uma crise de gestão, na qual a família Brostrom (proprietária da Eriksberg) se tornou um “símbolo de uma

---

<sup>25</sup> Ibid., 53, tradução nossa.

<sup>26</sup> Ibid., 81, tradução nossa.

forma de capitalismo privado totalmente governada pela ideia de lucro a qualquer preço”<sup>27</sup>. Deu origem a uma nova legislação sobre codeterminação, oferecendo mais poderes aos sindicatos nas empresas, na indústria naval, o IG Metall.

Embora com o mais severo processo de redução de capacidade da Europa Ocidental, não ocorreram greves nem ocupação dos estaleiros e as únicas formas de protesto coletivo foram manifestações. Os sindicatos “foram integrados no processo de contração” e até “puxaram por *lay-offs* e reduções nas indústrias menos competitivas” e “encorajaram a transferência inter-regional dos trabalhadores”<sup>28</sup>. A explicação reside na crescente influência sindical nas relações industriais, a manutenção de uma política ativa de mercado que impediu que o desemprego ultrapassa-se os 4% e a introdução de uma política específica para mitigar os efeitos do colapso da indústria naval através dos chamados “planos sociais”.

No Reino Unido, a construção naval encontrava-se concentrada em três grandes áreas: o Clyde (Glasgow), o nordeste e Belfast. A “história da construção naval britânica nos últimos cem anos é também a história de um declínio dramático”<sup>29</sup>. A maior potência mundial entrou num rápido processo de queda no pós Segunda Guerra Mundial, no contexto da transição para navios mais longos e standardizados, novos processos de soldadura e de pré-fabricação, a passagem da economia do carvão para o petróleo e o concomitante predomínio dos petroleiros.

Se no final na década de 50 existiam 275 000 trabalhadores na indústria, em meados dos anos 60 eram 220 000, em 1977, cerca de 90 000, e em 1984, apenas 48 000. A indústria foi nacionalizada em 1977, num processo que envolveu fortes contactos com os construtores navais e os sindicatos. Em 1979, o Blackpool Agreement estabeleceu um acordo de contração sem despedimentos compulsórios, num dos “mais claros exemplos de ação concertada, traduzido num plano social que individualizou a ameaça de desemprego”<sup>30</sup>.

Na Holanda, a construção naval desempenhou um papel muito importante na vida comercial da nação. No início dos anos 70, quase 5% do total da força de trabalho industrial dedicava-se à construção naval, concentrada sobretudo em Amsterdão e Roterdão. Em 1975 existiam 50 000 trabalhadores na indústria, em 1984, apenas 29 000. Mas a Holanda não deixou

---

<sup>27</sup> Ibid., 99, tradução nossa.

<sup>28</sup> Ibid., 114, tradução nossa.

<sup>29</sup> Ibid., 116, tradução nossa.

<sup>30</sup> Ibid., 153, tradução nossa.

de ser um país construtor, verificando-se uma reconversão eficaz para estaleiros de média dimensão especializados em diferentes segmentos. A estrutura sindical divide-se por linhas políticas e religiosas: socialistas, protestantes e católicos. E o patronato organiza-se na Centrale Bond von Scheepsbouwmeesters (CEBOSINE). No Conselho Económico e Social, a instituição para a cooperação tripartida nos assuntos económicos e sociais, concertar-se-á uma redução de capacidade em que “apenas os estaleiros com reais possibilidades de reganharem lucratividade seriam apoiados e os encerramentos eram tidos como inevitáveis”. Deste modo, o “papel do governo, empregadores e sindicatos parecia ser o de providenciar conhecimentos técnicos especializados ao invés de representarem interesses particulares”<sup>31</sup>.

Na CEE, as várias tentativas de formulação de uma política comum falharam. Primeiramente, o Conselho rejeitou os esforços da Comissão para estabelecer uma resposta partilhada ao desafio nipónico. Posteriormente, quando se tentou reproduzir o modelo de negociação tripartida a nível europeu, registaram-se incompatibilidades nacionais, ao nível sindical (com os nórdicos a aceitarem uma redução de capacidade com compensações) e patronal, pois, segundo o secretário-geral da Association of West European Shipbuilders (AWES), “existiam 14 países construtores navais e 14 políticas de construção naval na Europa Ocidental”<sup>32</sup>.

Nem a International Metalworkers Federation (IMF) nem a European Metalworkers Federation (EMF) conseguiram apoiar efetivamente os trabalhadores dos estaleiros durante a contração mundial. Tentaram transportar o modelo tripartido nacional para o nível internacional, mas as tentativas falharam e os acontecimentos levaram-nos inevitavelmente de volta ao nível nacional.

Segundo o autor, os subsídios governamentais possibilitaram um emagrecimento gradual mas progressivo da construção naval na Europa Ocidental e os planos sociais em negociações tripartidas permitiram que a contração ocorresse sem despedimentos compulsórios generalizados. As reformas antecipadas e as rescisões voluntárias individualizaram a ameaça de desemprego, removendo a experiência comum que poderia ter formado a base para a ação coletiva e a mobilização sindical. As ameaças foram transferidas para grupos marginais dentro da força de

---

<sup>31</sup> Ibid., 181, tradução nossa.

<sup>32</sup> Ibid., 217, tradução nossa.

trabalho: os idosos, os jovens (a quem foi negado o acesso ao emprego) e outros que foram isolados e não possuíam poder negociador.

Comparativamente aos anos de entre-guerras, a confiança dos trabalhadores na sua capacidade para influenciar os acontecimentos parece ter decrescido. Houve uma crença generalizada no papel do Estado para mitigar os efeitos no campo dos conflitos sociais envolvidos na reestruturação e os planos sociais permitiram uma cooperação local entre os sindicatos e a administração. Frequentemente fizeram campanhas em conjunto para aceder a financiamentos governamentais, sendo que “o papel dos sindicatos foi crucial quando os planos sociais foram negociados; estavam a garantir a paz social”<sup>33</sup>. Estiveram “totalmente implicados no uso dos planos sociais e noutras estratégias delineadas para concentrar as perdas de trabalho em grupos marginais dentro do mercado de trabalho”<sup>34</sup>. Contudo, os planos sociais também tiveram o seu preço. No longo prazo, os sindicatos perderam influência, à medida que os planos sociais tornavam cada vez mais difícil a mobilização dos seus membros.

Em Portugal, o estudo da indústria naval é ainda muito escasso. Destaca-se *Lisnave: contributos para a história da indústria naval em Portugal*, coordenado por Miguel Faria<sup>35</sup>, no âmbito do Grupo de Estudos de História Empresarial da Universidade Autónoma de Lisboa. Recentemente foi ainda publicado o livro *Setenave, história de um estaleiro 1971-1989*, de Alberto Conceição, António Barros e José Sardinha.

Num contexto infelizmente dominado pela ausência de estudos de empresa (a chamada *business history* não conhece grandes cultores em Portugal), é de salientar que seja a indústria naval a merecer alguma excecionalidade nesse cenário, o que atesta a sua importância na história de Portugal.

Apesar das semelhanças, existem diferenças entre as obras. A primeira é realizada por académicos e articula harmoniosamente a história industrial, económica, social e de empresa. Os seus oito capítulos vão acompanhando a Lisnave: o primeiro mais genérico; o segundo foca os antecedentes da instalação do estaleiro; o processo conducente à criação da Lisnave é abordado no terceiro; e continua com a sua evolução na década de 60 (IV); década de 70 (V); de 1974 a

---

<sup>33</sup> Ibid., 226, tradução nossa.

<sup>34</sup> Ibid., 239, tradução nossa.

<sup>35</sup> Miguel Figueira de Faria, coord., *Lisnave, Contributos Para a História da Indústria Naval em Portugal* (Lisboa: Inapa, 2001).



1979 (VI); década de 80 (VII) e anos 90 (VIII). Embora elaborada num certo estilo “comemorativo”, faz um uso abundante de fontes e contextualiza os acontecimentos, problematizando-os. Não obstante ser uma obra dedicada à Lisnave, alguns subcapítulos são sobre a Setenave.

Já a segunda é escrita por três ex-engenheiros da empresa Setenave, com uma abordagem mais focada na dimensão técnica do estaleiro do que preocupada com padrões académicos. Divide-se em sete partes. A primeira trata das origens do empreendimento, situando-o no contexto da economia mundial e do panorama da indústria naval, e abordam-se os motivos que levaram à decisão de construção de um novo estaleiro, as abortadas negociações entre José de Mello e o grupo norueguês Aker para um empreendimento conjunto, e a constituição da empresa. A parte II (Projeto e construção do estaleiro) relata os processos de constituição do Gabinete de Projeto e conceção do estaleiro, fornecendo detalhes técnicos sobre a doca de construção, docas de reparação, pontes-cais, transportes e meios de elevação, e edifícios industriais e não industriais. Na terceira parte e quarta partes abordam-se respetivamente a área da construção naval e da reparação naval, descrevendo-se a carteira de encomendas, procedimentos técnico-organizativos de produção, atividade produtiva. A “função pessoal” (Parte V) trata do processo de recrutamento e formação do pessoal. Na parte VI (A luta pela sobrevivência) contam-se alguns acontecimentos durante a revolução na perspetiva do autor, retratam-se as dificuldades financeiras, descreve-se a constituição da Solisnor e da Gestnave. Finalmente, na última parte (A fénix renascida) faz-se um breve balanço das adversidades de contexto da empresa e salienta-se a sua recuperação financeira, esboçando-se uma perspetiva otimista do seu devir.

O seu principal contributo situa-se no plano da história industrial, ou da engenharia, da organização produtiva e das técnicas. No entanto, o movimento operário é um sujeito praticamente ausente.

No campo da história do trabalho propriamente dita, Fátima Patriarca e Pires de Lima publicaram na revista *Análise Social*, ao longo da segunda metade dos anos 70, alguns artigos sociológicos (sobretudo no segundo, nota-se a influência da chamada “sociologia da ação”, de Alain Touraine) sobre o movimento operário e a indústria naval em particular. A primeira

publicou, por exemplo, “Práticas de ação operária e ação organizativa na Lisnave”<sup>36</sup>, o segundo, por exemplo “A ação operária na ‘Lisnave’: análise da evolução dos temas reivindicativos”<sup>37</sup>. Contudo, mais uma vez as referências à Setenave são escassas. Nos dossiês sobre controlo operário publicados nessa revista encontramos ainda os programas apresentados na Setenave em setembro de 1975, mas nenhuma contextualização adicional.

No campo do estudo da reestruturação produtiva e pactos sociais, Hermes da Costa, no artigo “A Construção do Pacto Social em Portugal”, identifica quatro momentos edificadores do mesmo. Partindo da hipótese de que não existiu “um momento socioeconómico próprio para a celebração de um pacto social”, defende ter-se verificado uma “trajetória histórica própria” de confirmação e construção do pacto. Deste modo, a “progressiva institucionalização do diálogo social em Portugal é disciplinada por momentos que lhe conferem especial substância”<sup>38</sup>.

Assim, analisa o processo de constituição da UGT (1978) e sua progressiva implantação como o “momento primeiro do pacto social”<sup>39</sup>. O Acordo de Política de Rendimentos para 1987 seria o segundo momento<sup>40</sup>; a entrada da CGTP no Conselho Permanente de Concertação Social<sup>41</sup>, o terceiro; e finalmente o Acordo de Política de Rendimentos para 1992, o quarto<sup>42</sup>.

Contudo, para o autor, os “progressos alcançados” são sobretudo “formais”. Não existe “um verdadeiro pacto social”<sup>43</sup>, uma “verdadeira e séria compatibilização de interesses entre o capital e o trabalho”<sup>44</sup>, verificando-se uma “atitude diferenciada do Estado que é potencialmente promotora da conflitualidade social”. Assim, considera “preferível falar-se em Portugal de um pseudo pacto social na medida em que os direitos sociais, longe de estarem consolidados na prática, estão ainda questionados ao nível do seu reconhecimento formal”<sup>45</sup>.

---

<sup>36</sup> Fátima Patriarca, “Operários portugueses na revolução: a manifestação dos operários da Lisnave de 12 de setembro de 1974,” *Análise Social* 56 (1978): 695-727.

<sup>37</sup> Marinús Pires de Lima “A ação operária na Lisnave: análise da evolução dos temas reivindicativos,” *Análise Social* 52 (1977): 829-899.

<sup>38</sup> Hermes Augusto Costa. “A Construção do Pacto Social em Portugal” *Revista Crítica de Ciências Sociais* 39 (1994): 119.

<sup>39</sup> *Ibid.*, 125.

<sup>40</sup> *Ibid.*, 134.

<sup>41</sup> *Ibid.*, 137.

<sup>42</sup> *Ibid.*, 140.

<sup>43</sup> *Ibid.*, 141.

<sup>44</sup> *Ibid.*, 143.

<sup>45</sup> *Ibid.*, 144.

Já Raquel Varela, no capítulo “Rutura e pacto social em Portugal: um olhar sobre as crises económicas, conflitos políticos e direitos sociais em Portugal (1973-75, 1981-1986)”, em livro por si coordenado, *Quem Paga o Estado Social em Portugal?*, argumenta que o pacto social “nasceu de facto em 1975” e só depois da crise de 1981-1984 “inicia o seu fim”<sup>46</sup>.

Segundo a autora, com a revolução “nascem os direitos sociais com carácter universal”<sup>47</sup> e de 1975 a 1986 existe “um pacto, com ganhos significativos para o trabalho, em troca da desistência, por parte das organizações sindicais e políticas representantes dos trabalhadores, da luta estratégica pelo poder, alterando a forma da propriedade”<sup>48</sup>.

Contudo, a “situação muda radicalmente com a crise do início da década de 80” e a “incapacidade dos trabalhadores responderem com sucesso às medidas contracíclicas”<sup>49</sup>, identificando no acordo da Lisnave de 1986 um “papel determinante”<sup>50</sup> na institucionalização da concertação social.

Assim, a “partir do final da década de 80 somam-se derrotas e perdas estruturais quer na legislação laboral, quer nos ‘direitos conquistados’”<sup>51</sup>, num processo pelo qual se “devastaram setores importantíssimos das classes trabalhadoras e setores médios da sociedade”<sup>52</sup>, formulando a hipótese de a crise de 2008 poder “destruir também” o pacto social pela “erosão da base social que sustentou o regime democrático”<sup>53</sup>.

Tendo em conta o cenário de quase “deserto”, como escrever então uma história do movimento operário da Setenave? Com efeito, quando começámos não existiam nem obras de referência, nem arquivos, nem memórias, e tão pouco conhecíamos alguém que lá tivesse trabalhado, para realizar entrevistas.

Num longo e irregular processo, percorremos o Ministério do Trabalho e Segurança Social, Ministério das Finanças, o Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças,

---

<sup>46</sup> Raquel Varela, “Rutura e pacto social em Portugal: um olhar sobre as crises económicas, conflitos políticos e direitos sociais em Portugal (1973-75, 1981-1986)” in *Quem Paga o Estado Social em Portugal?*, coord. Raquel Varela (Lisboa: Bertrand, 2012), 72.

<sup>47</sup> Ibid., 79.

<sup>48</sup> Ibid., 99.

<sup>49</sup> Ibid., 97.

<sup>50</sup> Ibid., 98.

<sup>51</sup> Ibid., 100.

<sup>52</sup> Ibid., 103.

<sup>53</sup> Ibid., 104.

Ministério da Economia, Tribunal de Contas, IGCP, Instituto Nacional de Estatística, a Hemeroteca, a Biblioteca Nacional, CGTP-IN, à procura de bibliografia, nos quais conseguimos recolher alguma documentação, mas nada de muito substancial no que ao nosso objeto respeitasse. Na empresa Lisnave (ex-Setenave) não existia um arquivo organizado, mas conseguimos ainda recolher alguma documentação, nomeadamente recortes de imprensa.

Na biblioteca do ISCTE/IUL encontrámos uma tese de mestrado de Paulo Fernandes, “As relações de trabalho na Lisnave”, que embora centrada nessa empresa, e com uma abordagem sociológica e não histórica, continha algumas referências à Setenave, contendo elementos que nos permitiram identificar alguns acontecimentos e datas chave, para, através da imprensa, procurarmos mais informação. Uma vez que tanto nessa tese como em artigos de Pires de Lima se faziam referências aos balanços sociais e a outros trabalhos sobre indústria naval realizados no ISCTE, contactámos a respetiva biblioteca e o investigador, mas não foi possível obter essa documentação.

O maior acervo proveio de três origens. Descobrimos no Centro de Documentação 25 de Abril, em Coimbra, o arquivo privado de Teresa Rosa, ex-membro do CTS, com materiais das primeiras comissões de trabalhadores e documentação diversa. Em entrevista realizada com esta, foi-nos gentilmente emprestada alguma documentação adicional. Outros dois ex-elementos da CTS que conseguimos entrevistar, Miguel Moisés e Cipriano Pisco, tiveram a amabilidade de nos emprestar uma parte substancial do seu arquivo privado, tendo-nos esclarecido bastantes dúvidas. Esta tese só foi, assim, possível graças a três diferentes trabalhadores, curiosamente de diferentes correntes ideológicas, que tiveram a preocupação de conservar o valioso espólio e nos depositaram a sua confiança.

A ausência de tradição memorialística e arquivística no movimento operário nacional, patente no prejuízo incalculável que constituiu a destruição do acervo documental da Lisnave, no país que conheceu a última revolução social na Europa Ocidental do século XX, é uma realidade que dificulta a tarefa do historiador.

Faltam estudos sobre o mundo do trabalho em empresas e setores como a Lisnave, TAP, Siderurgia Nacional, metalomecânica pesada, Metro, CTT, Carris, CP, só para citar alguns casos, que permitiriam avançar com uma visão de conjunto da classe “desde baixo”. Perceber a interligação entre setores, as influências recíprocas, o que é novo ou repetição, como se

acumulam as forças e desorganizam as resistências, descortinar ondas de ascenso e refluxo e as suas causas e bloqueios, na qual entram elementos organizativos, políticos e ideológicos.

O espólio documental que conseguimos obter constituía, assim, uma boa base de trabalho, mas tinha alguns problemas. Os documentos da época são feitos para a ação imediata, não para a memória futura. Por exemplo, normalmente referem-se às leis através de cognomes, deixando o historiador desamparado à procura do decreto-lei a que se referem. Usam termos específicos que é preciso dominar minimamente para não se cometerem erros graves. Quando se referem a “ir para o desemprego” tanto pode ser literalmente, mas é também gíria para não estarem ocupados de momento na produção; ou ainda quando falam no “piquete” podemos ser levados a concluir tratar-se de uma greve, mas pode muito bem ser a referência ao trabalho noturno.

A documentação não é completa. Por exemplo, podem referir-se a uma greve no mês anterior, mas não temos materiais sobre a mesma. Nesse caso somos obrigados a literalmente consultar na imprensa durante todo esse período de tempo se existe algum registo sobre a greve, o que pode acontecer ou não. Por vezes, temos meses inteiros sem notícias ou anos com pouca informação e sem grande “sumo”. Como completar esse vazio, que desequilibra a estrutura da composição? E se, por ausência de fontes, nos escapa um acontecimento muito importante? Como ligar os fios da trama em diferentes documentos? Como ultrapassar o paradoxo da hiperinformação característica da contemporaneidade que se conjuga com ausência de sínteses sistematizadoras sobre a temática em questão?

A informação não é neutra, e neste caso é bastante politizada. Como distinguir entre um acontecimento significativo de um exagero das próprias forças? Numa assembleia com relatos completamente contraditórios, com que ferramentas formular uma interpretação? Muitos documentos são contraditórios e outros carentes de informação essencial... Por exemplo, a assembleia de trabalhadores aprovou por unanimidade uma resolução, mas com quantos presentes? Ou ainda, realizou-se uma greve, mas qual a participação? Qual a duração?

Para além do mais, a história do movimento operário está inextricavelmente interconectada com o contexto histórico, económico, político, social. Tentámos assim cosê-la com a história de Portugal, pois só assim íamos conseguindo iluminar os dados brutos da nossa documentação. Não era possível perceber o CTS na revolução sem estudar o processo

revolucionário, ou no período subsequente ignorando a ideologia do PCP, por exemplo. A relação de forças no estaleiro não podia ser desligada dos diferentes governos, da legislação laboral, da política sindical e patronal, da construção do pacto social.

Numa primeira fase da nossa investigação, a estrutura concebida para esta tese baseava-se numa arrumação dual. Numa primeira parte, faríamos uma abordagem cronológica da história da empresa, com destaque para a força de trabalho. Numa segunda parte, aproveitaríamos o trabalho já realizado, ao nível da *collective research*, ou seja, responderíamos a um conjunto de questões ao nível da produção (papel do Estado, mudanças tecnológicas, produção de navios, etc.), dos trabalhadores (recrutamento, conflitos sociais, formas de organização, etc.), e das relações de produção (organização da produção, papel da administração e organizações patronais, etc.).

Contudo, à medida que fomos redigindo os subcapítulos da segunda parte, pela limitação de espaço, tornou-se-nos evidente a impossibilidade de prosseguir com esta metodologia para efeitos de tese. Deste modo, decidimos reorganizar a nossa investigação, focando-nos somente na primeira fase, ou seja uma abordagem cronológica. Assim, dividimos a tese em três capítulos, cada um destes divididos em subcapítulos, mais um breve epílogo.

O primeiro capítulo, “A Setenave na revolução”, compreende sobretudo os 19 meses de revolução. Contudo, o primeiro subcapítulo, “As origens”, enquadra brevemente os antecedentes, nomeadamente Alfredo da Silva, a CUF, a Lisnave. E em “O projeto Setenave” descrevemos as razões do seu nascimento e as características técnicas do estaleiro.

“O 25 de abril na Setenave” aborda sucintamente a mudança de regime, e “A Setenave na onda de greves ‘selvagens’ de maio” relata a greve desse mês na empresa, relacionando-a com a da Lisnave e outras. “A formação e destituição do Conselho de Trabalhadores da Setenave” descreve o processo que levou à criação e demissão do I CTS, e em “Programa A” apresentamos o II CTS.

Em “A formação da CIP e o ‘golpe’ Palma Carlos”, damos conta da reorganização patronal e do processo conducente à substituição do I pelo II Governo Provisório. No subcapítulo “O II Conselho de Trabalhadores” abordamos a reorganização orgânica do CTS e acontecimentos da vida do estaleiro como o “assentamento da quilha” do primeiro navio. Em “A

Lei da Greve entre o ‘legal’ e o ‘real’” analisamos o Decreto-Lei 392/74, de 27 de agosto, e a manifestação da Lisnave de 12 de setembro.

“O 28 de setembro e a derrota da ‘maioria silenciosa’” trata do surgimento da Interempresas, do contexto preparativo da “maioria silenciosa” e da resposta ao golpe. “O II Conselho de Trabalhadores referenda-se” relata as diferenças entre o PCP e a “esquerda revolucionária”, que conduzem à cisão no CTS. Em “A manifestação da Interempresas: auge e ocaso” descrevemos a manifestação de 7 de fevereiro de 1975 e analisamos os motivos conducentes à descentralização das CTs em coordenadoras rivais; e em “A derrota do Grupo do Leque Salarial” o nosso foco incide sobre a tentativa falhada de constituição de um grupo comum Lisnave/Setenave para redução do leque salarial.

“Foi na cidade do Sado” dedica-se a relatar os acontecimentos de 7 de março de 1975 na cidade de Setúbal, e em “11 de março” abordamos o golpe e as suas consequências.

“O impasse: CTS e a Administração demissionárias” trata da derrota do CTS na prossecução da redução do leque salarial, e a sua demissão, bem como os acontecimentos de 8 de abril, nos quais a Administração se demite.

Em “O controlo da metalomecânica pesada” descrevemos o projeto da Secretaria de Estado da Indústria que englobava a Setenave. “Uma Constituinte com uma ‘missão única’” analisa as eleições de 25 de Abril de 1975 e as suas consequências. “O III Conselho de Trabalhadores” trata das eleições para o III CTS em 8 e 9 de maio. “O controlo da produção para ‘cumprimento rigoroso das medidas de austeridade’” analisa os projetos governamentais de controlo da produção. Em “Os Planos do Movimento das Forças Armadas” percorremos o processo de divisão do MFA desde o Plano de Ação Política (PAP) de 21 de junho até à Assembleia de Tancos de 5 de setembro, passando pelo Documento Povo-MFA, o Documento dos Nove, o Documento do COPCON, o Congresso da CIP e o da Intersindical, a posição do CTS face à anunciada nacionalização da empresa ou ao Decreto-Lei n.º 372-A/75, e a formação da FUR.

“A nacionalização da Setenave” aborda como o nome indica, a nacionalização da empresa. No subcapítulo “Em defesa do ‘Pacto Social multissecular’” analisamos a formação do VI Governo, os acontecimentos de 29 de setembro e o papel desempenhado pelo CTS. Em

“Comité de Luta” referimo-nos ao processo de unificação de CTs, CMs e soldados na cidade de Setúbal, que desembocam no referido comité.

“O controle da empresa” analisa a “Carta aos Trabalhadores” da Administração e a proposta desta de “controle da empresa” e a resposta do CTS. Em “Os programas de controlo operário” descrevemos as propostas das diferentes correntes políticas, e em “O controlo operário” discorremos sobre como o mesmo se terá concretizado na empresa. Finalmente em “O 25 de novembro” analisamos o golpe e o papel desempenhado pela Setenave.

O segundo capítulo “A Setenave nacionalizada ‘irreversivelmente’ numa ‘economia em transição’”, compreende o período que decorre entre a eleição da nova CTS, em janeiro de 1976, e a declaração da empresa em situação económica difícil, em novembro de 1980.

Em “A nova Comissão de Trabalhadores” analisamos a mudança verificada na política da CTS e o seu significado. “A Setenave como empresa pública” trata da transformação do estaleiro pelo Decreto-Lei 182/76, de 9 de março, em empresa pública. Em “A Setenave ‘nacionalizada irreversivelmente’” analisamos a Constituição nos seus aspetos mais relevantes para o estaleiro. “A legitimação eleitoral da transição democrático-socialista” aborda as eleições legislativas e presidenciais e o posicionamento dos trabalhadores e da CTS. O projeto de controlo de gestão do VI Governo Provisório é analisado em “O controlo operário metamorfoseado em controlo de gestão”, o “Centro de Coordenação da Indústria Naval” é descrito no subcapítulo seguinte, seguindo-se “O PS entre a maioria de esquerda e a convergência democrática”, que se foca no I Governo Constitucional.

O processo reivindicativo Leque Salarial 2.<sup>a</sup> Fase é descrito em “Acordos nos estaleiros”. Em “A flexibilização das relações laborais” abordamos as posições da CTS entre fins de 1976 e começos de 1977, a legislação relativa ao despedimento ou aos contratos a prazo, e o Congresso da Intersindical. “V CTS” resenha os programas e resultados eleitorais para o respetivo órgão. No subcapítulo “Pacotes de Austeridade” percorremos as posições que a CTS vai adotando, os Pacotes 1 e 2, o Plano de Médio Prazo e o ‘Grande Empréstimo’ do FMI. Em “O ‘regresso dos patrões’” descrevemos o regresso de José de Mello ao Conselho de Administração da Lisnave. A implementação do “Novo horário” é tratada nesse subcapítulo.

Em “O fracasso do Memorando” analisamos o falhanço do pacto social de 1977, e em “O ‘24 de abril’ no Governo”, a coligação do PS com o CDS e a posição da CTS, bem como a



proposta da Administração de reestruturação económico-financeira. O “VI Aniversário” aborda o programa de atividades e intervenções da administração e CTS nesse âmbito.

“Em luta pelo AREF e aumentos salariais” percorre o respetivo processo reivindicativo. Os programas e os resultados eleitorais para a “VI CTS” são descritos nesse subcapítulo. A visita de Eanes à Mitrena é tratada em “O Presidente da República na Setenave”. Analisamos “A ‘vitória’ na assinatura do AREF”, e em “Berlinguer na Setenave” descrevemos a visita do comunista italiano à Mitrena.

Segue-se um conjunto de subcapítulos como “Lei 46/79”, que implica a “Eleição do representante dos trabalhadores no Conselho de Administração”, “Eleição de novos estatutos da CT”, e eleição da “VII CTS”. Em “Reivindicações 80” percorremos o processo reivindicativo na empresa, o pacote de 9 de fevereiro, a disputa entre o governo e o Conselho da Revolução, e o III Congresso da CGTP. Por fim, “O VI GC coloca a Setenave em ‘situação económica difícil’”.

No terceiro capítulo, “A Setenave e a tragédia de Erisictão: O Pacto Social devora-se a si mesmo”, começamos com um subcapítulo “O Pacto Social” de âmbito mais teórico no qual resenhamos os debates sobre o tema e avançamos com a nossa hipótese. Analisamos a Setenave “Em Situação Económica Difícil e sem Estação de Desgaseificação”. Em “A demissão da Administração” descrevemos o novo processo reivindicativo, a demissão da Administração pelo Governo e a posição da CTS. No subcapítulo “Nova administração e acordo laboral” tratamos das diferentes posições sobre a nova Administração e o acordo laboral estabelecido.

Em “O ‘25 de novembro na economia’” analisamos os salários em atraso, a eleição da VIII CTS e os antecedentes da greve geral. “Um maio de sangue entre duas greves gerais” compreende o período entre as duas greves gerais de 12 de fevereiro e 11 de maio, com foco na Setenave.

“A revisão das ‘conquistas irreversíveis’ e a constituição de uma nova ‘regra do jogo’” aborda o fracasso das comissões tripartidas, a tentativa de privatização da Setenave e a revisão constitucional. Em “O ‘Plano Mello’” descrevemos a carta do empresário propondo ao primeiro-ministro a reestruturação do setor, com milhares de despedimentos, e as manifestações de protesto. Em “7.º Encontro da Indústria Naval” resumimos as principais intervenções e conclusões das reuniões dos trabalhadores do setor a 6 de novembro de 1982. “A derrota do VIII

Governo” relata as manifestações dos trabalhadores da indústria naval até à demissão do Governo.

“O Pacto Social S-106” analisa o processo pelo qual, pela primeira vez, trabalhadores de uma empresa pública aceitam perder regalias em troca da “viabilidade económica”. “O ‘Pacto Social Nacional’ em gestação” descreve um conjunto de iniciativas e posicionamentos sobre o tema do pacto social que marcam o período pré-eleitoral, e “O ‘pacto social’ do Bloco Central” aborda as tentativas governamentais de estabelecimento de um pacto social e as manifestações dos trabalhadores.

Em “O ‘estado de sítio’ na Margem Sul” descrevemos a ocupação policial da Lisnave a 14 de julho, e “‘Fase 2’ do Pacto Social: despedimentos massivos” aborda a decisão governamental de “racionalização” da Setenave com despedimentos e o processo de lutas que se desenvolve até ao fim de 1983. Em “Um ‘Plano’ para ‘viabilizar’ a indústria naval” analisamos “A Indústria Naval em Portugal, Contributos para a sua Viabilização”, elaborado por um grupo de trabalho *ad hoc*, que servirá como principal argumento laboral para defesa da manutenção do setor.

“A ‘batalha’ da Ponte 25 de Abril” relata as manifestações dos trabalhadores da Setenave no início do ano, as eleições para a IX CTS, a diretiva do Conselho de Ministros para mais despedimentos no estaleiro e a repressão da manifestação de 10 de fevereiro dos trabalhadores da indústria naval na Ponte 25 de Abril. Em “Os despedimentos ‘voluntários’” analisamos o processo de rescisões “voluntárias” de centenas de trabalhadores da Setenave. “A ‘Concertação Permanente’” trata da instituição do Conselho Permanente de Concertação Social e das diferentes posições face ao mesmo. Em “O ‘inimigo interno’ da ‘paz social’” abordamos as prisões de sindicalistas, o X aniversário da revolução, a polémica face à fome, e a Operação Orion. Finalmente, em “Rumo à derrota” analisamos as lutas e manifestações da Setenave, as rescisões na Lisnave, a polémica da fome, a adesão à CEE, a vitória de Cavaco Silva e as eleições presidenciais.

Por fim, no epílogo “A ‘reestruturação’ e o ‘restauracionismo’”, abarcamos sucintamente o período desde 1986 até sensivelmente aos nossos dias.

Em “O ‘diálogo’ como ‘uma forma de luta’ da CGTP e o ‘primeiro Acordo Social’” descrevemos o processo de luta na Setenave, as mudanças do V Congresso da CGTP e o Acordo

de Rendimentos e Preços de 1986. Em “A caminho da vitória liberal ‘concertada’” analisamos a 6.<sup>a</sup> Diretiva do Conselho da CEE para a Indústria Naval, a maioria absoluta do PSD e a nova tentativa de privatização da empresa. “A quadratura do círculo da ‘concertação nacional’” retrata o processo pelo qual a CGTP entra no Conselho Permanente de Concertação Social. Em “A ‘unidade sindical nacional’ na Greve Geral” descrevemos a continuação das tentativas de privatização do estaleiro e de aplicação de novo pacote laboral e a greve geral conjunta da CGTP e da UGT. Em “A ‘revolução cultural’ e o ‘pacote laboral’ triunfantes” focamos mais um conjunto de rescisões na Setenave, os protestos laborais e a aplicação do Decreto-Lei n.º 64-A/89 (pacote laboral). Em “A cessão do estaleiro à Solisnor” analisa-se o referido processo, e em “Afugentar velhos ‘fantasmas’”, o acordo laboral de 1994 e a “nova” Lisnave na Mitrena.

Entre as lacunas deste trabalho, que são tributárias da ausência de fontes, da falta de espaço e tempo, salientamos a insuficiente contextualização internacional; a débil concatenação com a história de outros estaleiros (como Viana de Castelo, Arsenal, Parry & Son, etc.), ou o setor da marinha mercante; insuficiente atenção prestada ao papel dos sindicatos e outros trabalhadores, como escritórios; ou ainda o não aprofundamento do papel desempenhado pela CEE; relações de produção, composição da força de trabalho, organização produtiva, entre outras.

De entre os contributos que esta tese oferece à historiografia e à história do trabalho e dos conflitos sociais em particular, realçamos algumas dimensões. É a primeira história do movimento operário da Setenave e uma das únicas histórias do movimento operário de uma empresa em Portugal. Não tivemos obras de referência que nos pudessem iluminar o caminho. É, assim, meritosa no seu pioneirismo e complementarmente enferma de todos os defeitos subjacentes.

Destacamos tratar-se da primeira vez que se faz uma utilização extensiva de um arquivo de uma Comissão de Trabalhadores na revolução portuguesa. Trata-se também de um caso raro a nível mundial. Não somente devido ao próprio carácter excecional destas situações como também à perda ou não conservação dos materiais. Oferecemos assim um contributo à história da revolução portuguesa, ao estudo das revoluções em geral, ainda que na dimensão de uma grande empresa industrial, das suas lutas e do controlo operário.

Estamos em crer ser também inédito o levantamento sistemático dos conflitos sociais a nível de uma empresa num período de tempo tão dilatado, contribuindo-se para uma história do movimento operário português no século XX. Para o estudo do pacto social e da concertação social, apesar de algumas referências, pensamos ser também a primeira vez que se avança com a hipótese desenvolvida do papel da Setenave neste contexto.

Entre outros contributos indiretos salientamos o uso de fontes patronais, seja em documentos da Administração, como a utilização intensiva das posições da CIP (não existe em Portugal uma história das organizações patronais) e os subsídios para a história do PCP e da extrema-esquerda, no modo em que a mesma se concretiza numa unidade industrial estratégica.

As futuras pesquisas nas áreas aqui mencionadas poderão beneficiar, creio, do trabalho de recolha, conservação, tratamento, sistematização e interpretação aqui desenvolvido.

*Todos juntos numa só torrente / Na cidade, no campo e no mar /Alcancemos com as Forças Armadas/ Liberdade, Governo Popular (Hino Intersindical)*

*Por falar em socialismo / lá porque alguém o apregoa/ não quer dizer que não esteja / a dizer coisas à toa (Sérgio Godinho)*

*As Comissões terão de saber que são alicerces do novo poder (Fausto)*

## Capítulo I - A Setenave na Revolução Portuguesa.

### **As origens.**

Para se escrever uma história do movimento operário, é necessário fazer como a toupeira e escavar por debaixo da história dos vencedores, percorrendo labirintos de fontes, documentos, memórias em vias de desaparecimento. Mas as classes sociais não vivem isoladamente, antes se explicam pelas relações que estabelecem entre si. Assim, sendo o proletariado o produto do triunfo da sociedade burguesa, começamos esta história pela figura do grande capitalista e industrial português Alfredo da Silva (1871-1942), nas palavras do poeta Pessoa, uma *avis rara* em Portugal.

Nascido no seio de uma família da alta burguesia lisboeta, herda uma considerável fortuna. Administrador do Banco Lusitano e da Companhia Aliança Fabril (CAF), em 1898 consegue a fusão da CAF com a Companhia União Fabril (CUF), que adota o nome da última<sup>54</sup>.

Alfredo da Silva toma a decisão estratégica de construir, em 1907, no Barreiro, na margem sul de Lisboa, novas fábricas de extração de óleo de bagaço de azeitona para o fabrico de sabonetes. Em novas unidades industriais da CUF inicia-se também a produção de ácido sulfúrico a partir de pirites portuguesas, de superfosfatos para a adubagem de terras, de enxofre

---

<sup>54</sup> Vanda Saiote e Paulo Espírito Santo, “A construção naval no Grupo CUF. Do Barreiro aos Estaleiros da Rocha,” in *Lisnave, Contributos para a história da indústria naval em Portugal*, coord. Miguel Figueira de Faria (Lisboa: Edições INAPA, 2011), 30.

(para o fabrico de pesticidas), de sulfato de cobre (para as vinhas), de azeites e óleos (destinados designadamente à indústria conserveira)<sup>55</sup>.

No início dos anos 30, Alfredo da Silva era “detentor de quatro das mais importantes empresas nacionais”, CUF, casa Totta, Tabaqueira e Sociedade Geral. Tinha “um lugar único na Indústria, no Comércio e na Banca”<sup>56</sup>.

Em 1937, consegue a adjudicação do estaleiro naval da Administração-Geral do Porto de Lisboa. Funda-se a empresa CUF-Estaleiros Navais de Lisboa, na Rocha de Conde de Óbidos. Durante a Segunda Guerra Mundial, o estaleiro torna-se o principal reparador da frota comercial portuguesa. O capitalista trabalha para aliados e nazis, e queixa-se a Salazar: “V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> não imagina o inferno que passo entre ingleses e alemães”<sup>57</sup>. Quando falece, em 1942, a sua herança não fica sem dono: a sua filha casou-se com Manuel de Mello, filho do conde do Cartaxo.

No verão de 1943, uma grande mobilização popular alastra pelas duas margens do rio Tejo, protestando contra os altos preços dos alimentos (rationados devido à guerra), exigindo a revogação das leis que tinham acabado com os sindicatos livres. As greves de “braços caídos”, no estaleiro da Rocha, duram entre 26 de julho e 29 de agosto de 1943. Dos 1894 trabalhadores efetivos, mantinham-se em serviço apenas 726 operários<sup>58</sup>. Ao terceiro dia de greve, 851 trabalhadores são presos pela GNR<sup>59</sup>.

O estaleiro é colocado sob o controlo da Marinha e da Mobilização Industrial da Nação, ao abrigo do Decreto-Lei 32 670, de 17 de fevereiro de 1943, que permitia ao governo “ordenar a organização militar de instituições, serviços ou empresas de caráter público e privado” para “assegurar a prestação de trabalho e o regime de produção”, abrangendo a “exploração dos portos fluviais e marítimos, especialmente no que respeita à carga e descarga de navios e à construção, conservação e reparação de navios nos arsenais, estaleiros e oficinas navais”<sup>60</sup>.

---

<sup>55</sup> Ana Nunes Almeida, *A Fábrica e a Família, Famílias Operárias no Barreiro* (Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro, 1993), 16.

<sup>56</sup> Jorge Morais, *Rua do Ácido Sulfúrico-Patrões e Operários: um olhar sobre a CUF do Barreiro* (Lisboa: Bizâncio, 2008), 39.

<sup>57</sup> Fernando Sobral et al., *Alfredo da Silva, a CUF e o Barreiro* (Lisboa: Deplano, 2008), 62.

<sup>58</sup> Ana Paula Tudela, “O Estaleiro da Rocha no período da Segunda Guerra Mundial,” in *Lisnave, Contributos para a história da indústria naval em Portugal*, coord. Miguel Figueira de Faria (Lisboa: Edições INAPA, 2011), 62.

<sup>59</sup> João Madeira, “O Arsenal e os Movimentos Populares e Operários nos Séculos XIX e XX” *Arquivos da Memória* 3 (1997): 67-83.

<sup>60</sup> Decreto-Lei 32:670, 17 de fevereiro de 1943.

De 5 a 19 de abril de 1947 verificam-se novas greves nos estaleiros navais de Lisboa<sup>61</sup>, com os “arsenalistas a barricarem-se nas oficinas e nos telhados de alguns edifícios, situação que só se resolveria com a saída da polícia de dentro do estaleiro”<sup>62</sup>. Segundo Fernando Rosas, o Estado Novo “não se limitava a vencer a crise do fim da guerra”, pois, com a ajuda do Ocidente, “recompunha-se e fortalecia-se tanto no plano interno como no plano externo, designadamente com a adesão à NATO e a reticente integração na esfera de hegemonia norte-americana no novo mundo bipolar”<sup>63</sup>.

A empresa Lisnave nasce em 1961, constituída com cerca de 40% de capitais suecos e holandeses. Os seus estaleiros na Margueira, na margem sul do Tejo, são inaugurados em 23 de junho de 1967, com a entrada do navio *Índia* na doca 11, uma das maiores do mundo, com capacidade para 300 000 t, na presença do Presidente da República (PR) Américo Thomaz<sup>64</sup>. Já não se encontrava vivo Manuel de Mello. Os seus filhos partilham responsabilidades. Jorge de Mello fica com a parte industrial (engloba CUF, Sociedade Geral e Tabaqueira), a José de Mello compete a parte financeira, sendo presidente do Banco Totta & Açores, da Companhia de Seguros Império e da Lisnave.

A conjuntura internacional do novo estaleiro é favorável, pois a Guerra dos Seis Dias, em 1967, conduz ao encerramento do canal do Suez, obrigando os armadores a utilizar a rota do Cabo. As encomendas em 1966 são na ordem das 31,1 milhões de toneladas, em 1967 sobem para 33,4, em 1968 para 43,5, e em 1969 para 50,3 milhões<sup>65</sup>. No fim deste ano repara 21% de todos os petroleiros acima de 70 000 t<sup>66</sup>. Em 1971 inaugura-se a Doca 13, batizada “Alfredo da Silva”, de 520 x 90 metros, com uma capacidade de docagem de até 1 milhão de toneladas, projetada na perspetiva de um crescente aumento da capacidade dos navios. Era a maior doca seca do mundo<sup>67</sup>.

À semelhança da CUF, a ordem de serviço n.º 11, de maio de 1967, cria uma Comissão Interna de Empresa (CIE), uma estrutura sem funções políticas e reivindicativas para “promover

---

<sup>61</sup> Fernando Rosas, *Salazar e o poder, A arte de saber durar* (Lisboa: Tinta da China, 2012), 235.

<sup>62</sup> João Madeira, *Ibid.*

<sup>63</sup> Fernando Rosas, *Ibid.*

<sup>64</sup> Paulo Oliveira, “O arranque do estaleiro da Margueira e a afirmação da Lisnave no mercado internacional,” in *Lisnave, Contributos para a história da indústria naval em Portugal*, coord. Miguel Figueira de Faria (Lisboa: Edições INAPA, 2011), 152.

<sup>65</sup> *Ibid.*, 155.

<sup>66</sup> *Ibid.*, 163.

<sup>67</sup> *Ibid.*, 162.

o bom entendimento de todos os elementos que constituem a Lisnave” e transmitir “sugestões para melhoria das condições de trabalho”<sup>68</sup>. A Administração lamentará o “reduzido número de pessoas que se apresentaram às eleições dos representantes, tornando-as assim praticamente sem valor”. Após nova tentativa, a 28 e 29 de outubro ocorrem as primeiras eleições para a CIE. Na primeira reunião desta com a Administração discute-se a produtividade, remunerações e o rigor na marcação do ponto<sup>69</sup>.

Um operário da Lisnave conta, em entrevista a Raquel Varela, que na sua secção elegeram como representante dos trabalhadores à CIE um trabalhador surdo-mudo, querendo desta forma mostrar o desprezo que tinham por esta estrutura, que consideravam incapaz de ouvir os trabalhadores mas também incapaz de transmitir qualquer coisa que os trabalhadores tivessem interesse em escutar<sup>70</sup>.

Em 12 e 13 de novembro de 1969 verifica-se uma greve na Lisnave (Margueira e Rocha) por aumentos salariais (segundo o PCP) e por motivos políticos segundo a Administração (saída de Portugal da NATO e abertura de relações comerciais com países de Leste). A repressão será conduzida pela GNR com cargas de cavalaria e os trabalhadores são despedidos, sendo depois reintegrados, com exceção dos dirigentes<sup>71</sup>. A luta pela reintegração dos demitidos terá, como veremos, um importante papel na luta operária após a Operação Fim de Regime.

À sombra da Lei do Condicionamento Industrial, do mercado colonial, dos baixos salários e da repressão, sete grupos económicos e financeiros, os monopólios, dominam a economia portuguesa: CUF, Espírito Santo, Champalimaud, BPA, Banco Borges, BNU, Fonecas & Burnay. No topo, o Grupo Mello, integrando, vertical e horizontalmente, empresas “dos adubos aos transportes marítimos, dos têxteis à metalurgia, do comércio aos seguros, da finança aos negócios imobiliários, da construção naval à petroquímica, dos supermercados à informática”<sup>72</sup>.

---

<sup>68</sup> Ibid., 159.

<sup>69</sup> Ibid., 160.

<sup>70</sup> Fernando Figueira, entrevistado por Raquel Varela, janeiro 2009.

<sup>71</sup> Paulo Oliveira, 166.

<sup>72</sup> Maria Filomena Mónica, *Os grandes patrões da Indústria Portuguesa* (Lisboa: Pub. Dom Quixote, 1990), 201.



## O projeto Setenave.

A Setenave – Estaleiros de Setúbal, SARL, é fundada em 21 de maio de 1971, com um capital acionista composto por CUF e Lisnave (65%), instituições financeiras (25%) e ações destinadas ao público (10%)<sup>73</sup>.

Com efeito, estando a capacidade de expansão da Lisnave próxima da saturação, começa a desenvolver-se a ideia da construção de um novo estaleiro, vocacionado para a construção naval. O cenário parecia promissor, existia forte procura de navios superpetroleiros, Portugal não tinha assinado o acordo da OCDE de 1969 que estabelecia a liberalização completa do setor, previa-se a entrada em funcionamento do porto de Sines, com capacidade para receber navios até 350 000 t de porte para abastecimento da refinaria, no chamado projeto dos “3 S” a Soponata transportaria o petróleo de Cabinda para ser refinado em Sines, em navios construídos na Setenave.

O estaleiro será localizado na península da Mitrena, a cerca de 40 km de Lisboa e 12 km de Setúbal, uma zona já com outras importantes unidades industriais implantadas, como Socel, Inapa, Mague, Sapec, Eurominas e Ar-Líquido. O estuário do Sado atinge 10 km de comprimento e 1,5 km no seu ponto mais estreito. A península de Troia e a serra da Arrábida são proteções naturais, deixando o estaleiro ao abrigo de ventos e marés. A profundidade média das águas varia entre 8 e 12 metros e as temperaturas oscilam entre os 10°C no inverno e os 25°C no verão, excelentes condições para a atividade de construção e reparação naval<sup>74</sup>.

Numa área total de 3 000 000 m<sup>2</sup>, 1 milhão dos quais foram conquistados ao rio, o estaleiro é dividido em duas partes separadas: construção e reparação<sup>75</sup>.

A área de construção tinha 350 000 m<sup>2</sup>, em forma de U, com uma doca de construção de 420 m de comprimento e 75 m de largura, equipada com um pórtico gigante de 500 t. Aqui se encontram a Oficina de Processamento de Aço e Aprestamento, o Cais de Descarga de Aço,

---

<sup>73</sup> Alberto Conceição, António Barros, e José Sardinha, *Setenave História de Um Estaleiro 1971-1989* (Lisboa: Colibri, 2005), 29.

<sup>74</sup> “O estuário do Sado,” *Informação Setenave*, abril 6, 1978.

<sup>75</sup> “O nascimento da Setenave,” *Informação Setenave*, setembro 30, 1977.

parques de materiais e serviços de apoio. Estava capacitada para construir até três navios de 320 000 tdw, correspondendo a uma produção de aço de 100 000 t por ano<sup>76</sup>.

O setor das reparações, cujas principais oficinas eram a Caldeiraria Ligeira, Mecânica, Tubos, Docas, Manutenção e Instalações Volantes, estava preparado para reparar até 80 navios por ano. Possuía duas docas de reparação, uma com 450 m de comprimento e 75 m de largura, outra com 350 m de comprimento e 55 m de largura<sup>77</sup>.

Os serviços não ligados diretamente ao processo produtivo (Administração, Direção Comercial, Direção do Pessoal, Direção Financeira, Contabilidade, Serviço de Aprovisionamento, Secretaria Geral e Contencioso) ficam localizados num único edifício, junto da portaria<sup>78</sup>.

A carteira de encomendas inicial compreendia um “*Long Term Contract*” (em conjunto com a Lisnave) com o estaleiro sueco Eriksberg para construção de componentes de navios, um petroleiro de 316 000 tdw para a Soponata (futuro S-102, *Neiva*) e dois navios-tanque para a empresa Kaszony, pertencente ao Grupo Thyssen-Bornemisza (futuros S-104 e S-106). Estes dois navios serão contratados por 1 446 500 000 escudos cada, mas, como veremos, a futura crise levará o armador a tentar cancelar o negócio, e a desvalorização da moeda nacional acarretará elevados prejuízos para a Setenave<sup>79</sup>.

O plano de recrutamento baseia-se em desmobilizados do Exército, emigrantes portugueses que trabalhavam em empresas metalúrgicas e estaleiros europeus (nomeadamente a Eriksberg), trabalhadores da Lisnave e da CUF, quadros técnicos vindos dos institutos de engenharia nacionais e também de Espanha<sup>80</sup>.

A força de trabalho atraída é geograficamente muito dispersa (mas mais concentrada no Alentejo), jovem, com uma educação acima da média (Centro Nacional de Emprego e cursos industriais), mas pouca formação (os mais qualificados vinham da CUF e Lisnave)<sup>81</sup>.

---

<sup>76</sup> Alberto Conceição, António Barros, e José Sardinha, 56.

<sup>77</sup> Ibid., 49.

<sup>78</sup> Ibid., 57.

<sup>79</sup> Ibid., 88.

<sup>80</sup> Ibid., 134-138.

<sup>81</sup> Teresa Rosa et al, “Sistemas de Trabalho, Consciência e Ação Operária na Setenave” (Tese de Dissertação de Licenciatura, ISCTE, 1983), 182.

No início de 1974, existiam 1193 trabalhadores na Setenave (20% em formação, 25% em estágio na Lisnave, e 55% em atividade na Mitrena)<sup>82</sup>. A 30 de novembro de 1974 são 2452 trabalhadores, 61% dos quais operários<sup>83</sup>. Em dezembro de 1975 serão 4841<sup>84</sup>.

Contudo, a nova empresa dava os primeiros passos sob o signo da crise mundial de 1973, que influenciará o seu destino: verificar-se-á um acelerado retraimento nas encomendas de novos navios (especialmente petroleiros), a descolonização ajuda a contrair a marinha mercante, os países do Sudoeste Asiático apostam na indústria naval como pilar do *take off* económico (com gigantescos apoios estatais e baixos custos de força de trabalho), a carteira de encomendas inicial é negociada numa moeda que se desvaloriza.

## O 25 de abril e a Setenave.

O golpe de estado de 25 de Abril de 1974 contou com o apoio decisivo do povo português que, contrariando as ordens do Movimento das Forças Armadas (MFA) no sentido de permanecer em casa, saiu massivamente às ruas, apoiando os revoltosos e deixando o regime encurralado. No mesmo momento em que põe fim a 48 anos de ditadura em Portugal, inaugura a maior e mais prolongada mobilização social coletiva do século passado, um processo revolucionário, que encontrará o seu epílogo noutro golpe militar, em 25 de novembro de 1975.

No programa do MFA preconiza-se a convocação, no prazo de doze meses, de uma Assembleia Nacional Constituinte eleita por sufrágio universal, direto e secreto. É suprimida uma alínea na qual se expressa o “claro reconhecimento dos povos à autodeterminação e adoção acelerada de medidas tendentes à autonomia administrativa e política dos territórios ultramarinos, com efetiva participação das populações autóctones”<sup>85</sup>.

Nesse dia, a administração da Setenave emite um comunicado em que “apelava para o respeito às autoridades da nação”, não se referindo, “prudentemente”, quem era a “autoridade”.

---

<sup>82</sup> Alberto Conceição, António Barros, e José Sardinha, 147.

<sup>83</sup> “Quantos somos?”, *Informação Setenave*, dezembro 6, 1974.

<sup>84</sup> Alberto Conceição, António Barros, e José Sardinha, 136.

<sup>85</sup> “Suprimida uma alínea do programa,” in *História Contemporânea de Portugal: Portugal de abril, do 25 de Abril aos nossos dias*, dir. João Medina (Lisboa: Amigos do Livro, 1985), 42.

Só após o 1.º de Maio “se começou a sentir que algo estava a mudar”, aparecendo os primeiros cartazes e panfletos de esquerda<sup>86</sup>.

## **A Setenave na onda de greves “selvagens” de maio.**

Entre maio e junho, o país é atravessado por uma onda de greves, algumas fortemente polémicas (CTT, padeiros, Jornal do Comércio, Lisnave, TAP). Nas empresas surgem comissões de trabalhadores (CTs), calcula-se que cerca de 4000 até outubro<sup>87</sup>, normalmente eleitas após plenários, abrangendo todos os trabalhadores da unidade (independentemente da profissão), sob o princípio da sua revogabilidade, mantendo-se sob forte controlo da assembleia de onde emanam, que retém o real poder soberano.

Neste contexto, o I Governo Provisório (GP), pela primeira vez num país ocidental desde o pós-guerra, conta com a participação de dois ministros do Partido Comunista: Álvaro Cunhal, ministro sem pasta, e Avelino Gonçalves, ministro do Trabalho. Soares, líder do Partido Socialista, “lembra ter seguido o exemplo francês em que o partido comunista participou no governo de coligação no Ministério do Trabalho para controlar melhor a onda de contestações”<sup>88</sup>.

Cunhal declara “repúdio da responsabilidade comunista nas greves que estão a desencadear-se, de Norte a Sul”, fruto dos “métodos fascistas organizados contra o Movimento das Forças Armadas”<sup>89</sup>. O PCP será inicialmente hostil às CTs e a Intersindical manifestar-se-á contra as greves.

No dia 8 de maio é entregue à Administração uma “carta do pessoal da Setenave trabalhando na Mítrena” contendo algumas reivindicações<sup>90</sup> e exigindo que as mesmas fossem satisfeitas num prazo de dez dias<sup>91</sup>.

---

<sup>86</sup> Alberto Conceição, António Barros, e José Sardinha, 148.

<sup>87</sup> Peter Robinson, “Workers’ Councils in Portugal, 1974-1975,” in *Ours to Master and to Own: Worker’s Control from the Commune to the present*, coord., Immanuel Ness e Dario Azzellini (Chicago: Haymarket Books, 2011), 264, tradução nossa.

<sup>88</sup> Marco Lisi, “Um partido revolucionário na transição para a democracia: o PCP entre 1974 e 1976” (dissertação doutoramento, ISCTE, 2002), 52.

<sup>89</sup> “Álvaro Cunhal recebeu a imprensa nacional e estrangeira,” *Diário de Notícias*, maio 18, 1974, 2.

<sup>90</sup> A documentação consultada não especifica o conteúdo das mesmas.

A Administração procura dissociar-se do regime derrubado e encontrar canais de diálogo institucionalizados com os trabalhadores (à semelhança da tradição das CIE do Grupo CUF), de modo a melhor gerir no estaleiro as consequências de uma nova relação de forças a nível nacional, marcada por um “surto” grevista e reivindicativo. Com efeito, manifesta em comunicado (9 de maio) a sua filiação ao “espírito” do 25 de Abril, no seu anseio de “liberalização”, e sugere a “formação de Conselhos de Pessoal com Representantes livremente escolhidos e eleitos pelo Pessoal”<sup>92</sup>.

Segundo um trabalhador do estaleiro, a “tomada de posição da empresa veio facilitar o trabalho aos trabalhadores, que nessa altura pensavam organizar a classe”. Um grupo de trabalhadores “mais conscientes” decidiu propor não uma comissão de empresa, “mas sim um Conselho de Trabalhadores”<sup>93</sup>.

A Administração, verificando “não ter o pessoal concordado com o tipo de eleição alvitrada”, expressa “inteiro apoio a todos os processos que levem à eleição de uma comissão que seja verdadeiramente representativa de todo o pessoal”<sup>94</sup>.

Um encontro de engenheiros, na sede da Setenave em Almada, decide eleger uma comissão provisória, a 11 de maio. Segundo estes, as suas profissões devem deixar de ser entendidas pelos outros trabalhadores como “um instrumento do patronato, assumindo a dignificação intrínseca ao conceito de trabalhador”<sup>95</sup>. Também os gestores da Setenave reunidos em Assembleia Geral decidem “não abdicar, resistindo se necessário, da histórica conquista efetuada, a qual será o primeiro passo para a transformação do conceito de gestor, deixando este ser entendido pelos outros trabalhadores como instrumento do patronato, assumindo a dignificação intrínseca ao conceito de trabalhador”<sup>96</sup>.

Na Mitrena, a primeira “confrontação” política com a Administração tem lugar a 13 de maio pelas 15 horas. Os trabalhadores concentram-se “espontaneamente” em frente ao edifício

---

<sup>91</sup> *Conclusões da reunião de trabalho da Comissão “ad-hoc” de trabalhadores da Setenave* (s.l., 15 maio 1974), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>92</sup> O Diretor Geral dos Serviços Técnicos, *A Todo o Pessoal da Setenave* (Mitrena, 9 maio 1974), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>93</sup> “Mesa-Redonda GPA-Setenave-TAP-Troia,” *Combate*, 8/11 a 22/11, 1974, 4.

<sup>94</sup> O Administrador-Delegado, *Aviso* (Almada, 13 maio 1974), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>95</sup> Comissão Sindical dos trabalhadores A.T.E. da Setenave, *Informação* (Almada, 11 maio 1974), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>96</sup> *Comunicado*, (Mitrena, 16 maio 1974), Centro de Documentação 25 de Abril.

da Escola de Formação, constituem uma comissão negociadora *ad-hoc* e entram em greve de duração ilimitada, com uma Assembleia Geral de Trabalhadores (AGT) a funcionar em permanência.

Aprovam um conjunto de reivindicações, nomeadamente (entre outras): horário semanal de 40 horas com sábado livre; escala de ordenados entre 8.000\$00 para recém admitidos sem categoria a 13.000\$00 para encarregado geral de 1.ª; abolição de prémio; 1 mês de férias; subsídio de deslocação; subsídio de turno pago a 50% a partir das 17 horas e abolição do 3.º turno; reforma por inteiro com 35 anos de antiguidade ou 25 anos quando completados 55 anos de idade; revisão conjunta, pelo conselho de trabalhadores e conselho disciplinar de empresa, de despedimentos e processos; horas extraordinárias a 200% e limitadas à auscultação do trabalhador; e 14.º mês.

As exigências são acompanhadas de um ultimato: devem ser “cumpridas até amanhã dia 14 de maio às 11 horas”<sup>97</sup>. Nesse dia chega à empresa um delegado da Junta de Salvação Nacional, de forma a “melhor poderem ser apreciadas as reivindicações”<sup>98</sup>.

Também a 14 de maio, os trabalhadores da Lisnave entregam o seu caderno reivindicativo à Administração e à Junta de Salvação Nacional, exigindo-se uma resposta satisfatória até às 14 horas do dia seguinte. Concretiza-se uma greve ilimitada, com ocupação do estaleiro e impedimento de os administradores abandonarem as instalações. Reivindicam: salário mínimo de 7800\$00 (com congelamento dos vencimentos superiores a 20 000\$00), 40 horas semanais (com sábado livre e abolição do turno noturno), um mês de férias subsidiadas, não obrigatoriedade das horas extras e aumento do seu preço, 13.º e 14.º mês, efetivação dos trabalhadores com 2 meses de casa e proibição dos despedimentos sem justa causa<sup>99</sup>.

Nesse mesmo dia (15 de maio), a comissão *ad-hoc* de trabalhadores da Setenave comunica que decide “seguir a mesma orientação do pessoal da Lisnave quanto à paralisação do trabalho” e que “a resposta às reivindicações dos trabalhadores da Setenave será idêntica à que for acordada para os trabalhadores da Lisnave”<sup>100</sup>. Aprova ainda a constituição de um conselho

---

<sup>97</sup> *Condições propostas por todo o pessoal, A Reunião Geral dos trabalhadores da Mitrena em 13 de maio de 1974*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>98</sup> O diretor geral dos Serviços Técnicos, *Aviso*, (Mitrena, 14 maio 1974), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>99</sup> Fátima Patriarca, “Práticas de ação operária e formas organizativas na Lisnave,” *Análise Social* (51): 1977, 628.

<sup>100</sup> Comissão ad-hoc, *Comunicado*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

de trabalhadores, alicerçado na eleição de delegados sindicais por grupo profissional, em bases proporcionais.

A 21 de maio, a Administração da Lisnave apresenta uma contraproposta, exigindo que seja referendada através de voto secreto e individual por todos os trabalhadores. A votação realiza-se no dia 21, contando com a participação de 6664 trabalhadores (82%), tendo sido apurados 5145 votos a favor (77,2%), 1415 votos contra (21,2%) e 104 nulos (1,6%)<sup>101</sup>.

A Administração da Setenave, pela Ordem de Serviço n.º 21, de 23 de maio, comunica que, tendo sido aceite pela Comissão Representativa do Pessoal da Lisnave a contraproposta da Administração, e tendo ficado acordado com a Comissão *Ad-hoc* dos trabalhadores da Setenave que a “aceitação de condições idênticas às acordadas na Lisnave constituiriam plataformas de entendimento transitório”, passam a vigorar novas condições, nomeadamente: tabela de vencimentos dos 6200\$00 até 12 500\$00 para pessoal técnico e administrativo; sendo o salário de 7000\$00 o correspondente à categoria mais baixa para trabalhador adulto, nos contractos coletivos no setor da produção, eliminação de trabalho ao sábado para horário diurno e do 3.º turno, 1 mês de férias com 1 mês de subsídio, 13.º mês, participação nos resultados<sup>102</sup>.

Deste modo, a Comissão Ad-hoc dos trabalhadores da Setenave pede “a todos os trabalhadores que retomem o trabalho nas condições agora acordadas”, informando ainda que se mantém em funções até eleição de novo Conselho de Trabalhadores da Setenave (CTS)<sup>103</sup>.

A Administração “esclarece”, a 27 maio, que doravante se reservará o “direito de não efetuar qualquer pagamento em casos de paralisação de trabalho”<sup>104</sup>.

---

<sup>101</sup> Fátima Patriarca, “Práticas de ação operária e formas organizativas na Lisnave,” 650.

<sup>102</sup> O Administrador-Delegado, *Ordem de Serviço n.º 21*, (Almada, 23 maio 1974), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>103</sup> *Comunicado da Comissão “Ad-hoc” dos trabalhadores da Setenave*, (Mitrena, 23 maio 1974), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>104</sup> O Administrador-Delegado, *Aviso*, (Almada, 27 maio 1974), Centro de Documentação 25 de Abril.

## **A formação e destituição do Conselho de Trabalhadores da Setenave.**

O Departamento de Pessoal anuncia, a 27 de maio, a realização de eleições para o CTS no dia seguinte, e respetivos locais de voto<sup>105</sup>. Extingue-se portanto a Comissão Ad-hoc e elegem-se oito membros<sup>106</sup> para o CTS, com o mandato de um ano, que define um organograma assente em comissões eventuais e anuais e subconselhos<sup>107</sup>.

A Administração manifesta a sua “satisfação” pelo processo eleitoral e “salienta e regista o clima existente de cooperação construtiva entre os trabalhadores e a empresa, clima esse que, para bem de todos, interessa preservar”<sup>108</sup>.

O chamado “Movimento para a formação de um novo CTS” acusa o Conselho de “conluio com a Administração”, que conseguiu “nomear um CT que não representa a maioria dos trabalhadores”, composto por dois gestores e “apenas” três metalúrgicos. Argumenta tratar-se de uma nova versão das “comissões internas”, ou seja “dóceis organizações ao serviço do patronato”. Critica ainda o processo eleitoral, por se ter baseado “numa votação de nomes e pessoas, que não definiram qualquer programa de ação de defesa dos interesses dos trabalhadores”. Deste modo exige a “demissão do atual CTS” e “novas eleições com base em programas a apresentar”<sup>109</sup>.

O CTS responde que as críticas “deviam ter sido feitas na altura oportuna”<sup>110</sup> e “lamenta” que o Movimento para a formação de um novo CTS “pretenda unicamente destruir o trabalho que está a ser realizado e as conquistas já obtidas ou a obter”<sup>111</sup>.

---

<sup>105</sup> Departamento de Pessoal Setenave (Mitrena, 27 maio 1974), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>106</sup> Comissão “Ad-hoc” de trabalhadores da Setenave, (Mitrena, 30 maio 1974), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>107</sup> Conselho de Trabalhadores, *Comunicado*, (Mitrena, 7 junho 1974), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>108</sup> Administração, *Aviso*, (s.l., 31 maio 1974), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>109</sup> Movimento para a formação de um novo CTS, (s.l., 17 junho 1974), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>110</sup> Conselho de Trabalhadores da Setenave, *Comunicado*, (Mitrena, 17 junho 1974), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>111</sup> Conselho de Trabalhadores da Setenave, *Comunicado*, (Mitrena, 18 junho 1974), Centro de Documentação 25 de Abril.



Contudo, o movimento de destituição do Conselho prossegue os seus intentos, começando a reunir fora da empresa, agrupando entre 40 e 70 trabalhadores<sup>112</sup>. Argumenta que “colaborar com o CTS é trair os interesses dos trabalhadores”<sup>113</sup>.

Deste modo, o Conselho convoca uma Reunião Geral dos Trabalhadores da Setenave para dia 26 de junho, no Clube Naval Setubalense, com uma mesa composta por um elemento nomeado pela Administração, dois elementos do atual CTS e dois elementos do Movimento para a Formação de um novo CTS<sup>114</sup>.

Na Assembleia, por “voto secreto” de 90% dos presentes, aprova-se a demissão do CTS<sup>115</sup>. Convocam-se eleições para 10 de julho e decide-se que o próximo CTS deve ser composto por 15 elementos, sendo obrigado a apresentar um programa. A Administração decide nomear um representante “para o frutuoso diálogo que se pretende estabelecer entre os trabalhadores e a Empresa” e declara-se disponível para participar em todas as reuniões para que seja convocada pelo CTS<sup>116</sup>.

Neste mês (junho) verifica-se uma progressiva degradação dos prazos de execução das empreitadas e dos fornecimentos, atrasos em obras marítimas (pontes-cais) e em aparelhos de elevação (guindastes), nos trabalhos de construção de edifícios para fins não operativos (escritórios e alguns blocos de balneários), o que irá provocar atrasos na atividade de reparações prevista para janeiro de 1975<sup>117</sup>.

## **Programa A.**

Apresenta-se a eleições o chamado Programa A. Segundo este, o objetivo “fundamental do movimento consiste em eliminar a médio prazo as barreiras de ódio entre categorias e classes profissionais dentro da empresa e contribuir para que a longo prazo seja assegurado o triunfo definitivo do socialismo sobre o capitalismo”.

---

<sup>112</sup> “Mesa-Redonda GPA-Setenave-TAP-Troia,” 4.

<sup>113</sup> Movimento para a formação de um novo CTS, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>114</sup> Conselho de Trabalhadores da Setenave, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>115</sup> “Mesa-Redonda GPA-Setenave-TAP-Troia,” 4.

<sup>116</sup> Movimento para a formação de um novo CTS, *Processo Eleitoral*, (s.l., 26 junho 1974), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>117</sup> “Relatório do Conselho de Administração,” *Informação Setenave*, junho 26, 1974.

Elaboram-se estatutos, confere-se à assembleia geral o poder de destituir o CTS e estabelece-se uma estruturação assente em comissões de base “constituídas por trabalhadores de profissões heterogêneas e por zonas de atividade profissional”.

Recusa-se a “cogestão e a autogestão, visto estes dois sistemas serem uma manobra ilusória cuja finalidade é servir de tónico a um sistema que tende para a falência – o capitalismo”. Definem cogestão como “GERIR COM OS CAPITALISTAS”, uma “aspiração absolutamente legítima, que no entanto, enquanto a sociedade não sofrer em todo o seu conjunto, uma total transformação, torna-se absolutamente repugnante poder conceber semelhante sistema de colaboração com o capital”, pois “enquanto os meios de produção não estiverem na posse da coletividade nacional, será alimentar os que lucram e não trabalham, contra aqueles que trabalhando não lucram”.

A autogestão é caracterizada como “GERIR POR SI PRÓPRIO”, portanto “sem os capitalistas, o que seria do nosso maior agrado”, mas só será possível “quando a sociedade estiver completamente desembaraçada da exploração capitalista, de modo que cada trabalhador seja participante ativo duma sociedade puramente democrática desprovida da exploração do homem pelo homem”<sup>118</sup>. Deste modo, defendem a “organização na fábrica” das “formas que garantirão o controlo operário efetivo de toda a sociedade (sociedade socialista)”<sup>119</sup>.

Num total de 958 votantes, o Programa é aprovado com 849 votos, 74 contrários e 35 nulos<sup>120</sup>.

---

<sup>118</sup> Movimento para a formação de um novo CTS, *Programa A. Programa Geral*, (Mitrena, 4 julho 1974), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>119</sup> Os membros do Programa A, (Mitrena, 9 julho 1974), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>120</sup> Comissão Pró-Eleitoral do novo CTS, *Comunicado nº4*, (Mitrena, 11 julho 1974), Centro de Documentação 25 de Abril.

## A formação da CIP e o “golpe” Palma Carlos.

Após uma visita a Angola, o chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, general Costa Gomes, traz a “convicção de que o povo angolano é, num grande espaço português, um magnífico exemplo de verdadeira vocação luso-tropical”, criticando que se atribua à Junta de Salvação Nacional “intenções derrotistas de abandono imediato e incondicional”<sup>121</sup>. A 7 de junho afirma-se “convencido de que Angola decidirá continuar portuguesa”<sup>122</sup>. Segundo Spínola, “o destino do ultramar terá de ser democraticamente decidido por todos os que àquela terra chamam sua”<sup>123</sup>. De acordo com o primeiro-ministro Palma Carlos, a “criação de um Estado federal é solução ótima a considerar”<sup>124</sup>.

A Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) é apresentada formalmente a 10 de Junho de 1974<sup>125</sup>, reunindo 47 mil empresas, sendo presidida por Vasco de Mello (primo de Jorge Mello e José Manuel de Mello). Na sua declaração de princípios declara-se defensora de um modelo de democracia industrial, assente na livre iniciativa e numa progressiva economia de mercado<sup>126</sup>.

José Mello ajuda a criar uma organização paralela, denominada Movimento Dinamizador Empresa/Sociedade (MDE/S), numa “tentativa de modificar a imagem do capitalismo português “sem comprometer a CIP”<sup>127</sup>. Estabelece-se a necessidade de “contra-argumentar-se que “o protecionismo era utilizado como forma de controlo político”. Reúnem “dezenas de projetos em desenvolvimento ou em fase de planeamento nos principais grupos”, chegando “a um valor total de 120 milhões de contos de investimento, a dividir por várias iniciativas, que prometem criar 150 mil novos empregos num prazo de cinco anos”<sup>128</sup>.

---

<sup>121</sup> “Trouxe a convicção de que o povo angolano é num grande espaço português um magnífico exemplo de verdadeira vocação luso-tropical,” *Diário de Notícias*, maio 7, 1974, 1.

<sup>122</sup> “Estou convencido de que Angola decidirá continuar portuguesa,” *Diário de Notícias*, junho 7, 1974, 1.

<sup>123</sup> “O destino do ultramar terá de ser democraticamente decidido por todos os que àquela terra chamam sua,” *Diário de Notícias*, maio 16, 1974, 7.

<sup>124</sup> “A criação de um Estado federal é solução ótima a considerar,” *O Século*, maio 18, 1974, 2.

<sup>125</sup> Pedro Jorge Castro, *O Ataque aos milionários* (Lisboa: Esfera dos Livros, 2014), 135.

<sup>126</sup> “Vinte Anos Decisivos,” *Ibid.*

<sup>127</sup> Pedro Jorge Castro, 136.

<sup>128</sup> *Ibid.*, 138.

Spínola encontra-se com Nixon a 18 de junho, nos Açores. Segundo o autor do célebre discurso sobre a “*silent majority*” que apoiaria a guerra do Vietname, o seu congénere português “é um dos raros estadistas que reconhecem os desafios do mundo atual”<sup>129</sup>.

A 25 de junho “aparece oficialmente o argumento da maioria silenciosa”. Segundo Palma Carlos, “as maiorias silenciosas têm de sair do seu comodismo ou do seu temor e de se pronunciarem abertamente”<sup>130</sup>. O primeiro-ministro propõe a eleição antecipada do Presidente da República, o adiamento das eleições legislativas para fins de 1976 e o reforço dos seus poderes<sup>131</sup>.

Contudo, a proposta é rejeitada no Conselho de Estado e na Comissão Coordenadora do MFA, porque “seria absurdo supor o povo apto a votar antes do prazo previsto no Programa, ou seja um ano; por outro lado, o alargamento de poderes do Primeiro-Ministro, nos moldes do regime anterior, viria a colocar em plano secundário, ou mesmo reduzir à inação, o MFA”<sup>132</sup>. Em consequência, Palma Carlos demite-se a 8 de julho.

No seu discurso na tomada de posse do II Governo Provisório, a 18 de julho, o novo primeiro-ministro Vasco Gonçalves garante que não existirão “desvios” ao Programa do MFA, que “não permite a efetivação das transformações radicais ou revolucionárias da estrutura socioeconómica da sociedade portuguesa”<sup>133</sup>.

Nesse mesmo dia, num colóquio sobre problemas laborais, o dirigente da Intersindical Caiano Pereira afirma que a sua organização está a trabalhar para que as CTs nas empresas sejam “substituídas, a curto prazo, por delegados sindicais”, criticando o “clima reivindicativo” que possibilita “tal anarquia”. O dirigente da CIP, Vasco de Mello, compartilha que “preferia os sindicatos realmente fortes”, pois “quando o adversário é fraco, joga-se mal”<sup>134</sup>.

---

<sup>129</sup> “O Presidente Spínola é dos raros estadistas que reconhecem os desafios do mundo atual,” *Diário de Notícias*, junho 20, 1974, 1.

<sup>130</sup> Orlando Neves, dir., *Diário de uma Revolução* (Lisboa: Mil Dias, 1978), 143.

<sup>131</sup> *Ibid.*, 147.

<sup>132</sup> *Ibid.*

<sup>133</sup> Augusto Gama, org., *Vasco Gonçalves, Discursos, Conferências de Imprensa, Entrevistas* (Porto: Augusto Paulo da Gama, 1976), 21.

<sup>134</sup> “Prevista a substituição das comissões de trabalhadores por delegados sindicais,” *O Século*, julho 4, 1974, 11.

Os comunistas e a Intersindical encaram as CTs como órgãos transitórios, que deviam ser substituídos por comissões constituídas por delegados sindicais (DS)<sup>135</sup>. Acontece que estes podiam ser eleitos ou nomeados pelos sindicatos (de “fora” da empresa), perdendo-se o acentuado carácter soberano da assembleia, e a revogabilidade imediata da representação laboral, pois o seu mandato coincide com o do sindicato<sup>136</sup>.

## O II Conselho de Trabalhadores.

O II CTS reformula o organograma interno, criando novas comissões de base (CB) por setores de atividade, devendo cada uma englobar profissões heterogéneas, bem como grupos de trabalho específicos<sup>137</sup>.

Uma reunião de 84 gestores da Setenave, a 22 de julho, declara “aceitar o atual Conselho de Trabalhadores da Setenave como seu representante legítimo” e denuncia “as tentativas da Administração” para “dividir o grupo dos gestores da restante massa dos trabalhadores”<sup>138</sup>. Os elementos do CTS presentes na reunião “analisaram a definição” de trabalhador “à luz do marxismo”, ficando “clarificada a posição dos gestores em relação à classe de que fazem parte (classe trabalhadora)”. O CTS “confia que no seu trabalho diário demonstrem todas as posições agora assumidas”<sup>139</sup>.

Também em julho é concluído o primeiro bloco pré-fabricado construído na Setenave<sup>140</sup>. E a 6 de agosto realiza-se a cerimónia do “assentamento da quilha” do primeiro navio a ser construído no estaleiro. Segundo a Administração, o acontecimento pertence “não apenas à história da Setenave, mas também à da nova indústria pesada da construção naval portuguesa”<sup>141</sup>.

Em comunicação ao País na RTP, a 18 de agosto, Vasco Gonçalves apela a um “patriotismo” capaz de fazer aceitar “a todos, os maiores sacrifícios, quer na austeridade em que

---

<sup>135</sup> José Barreto, “A Formação das Centrais Sindicais e do Sindicalismo Contemporâneo em Portugal (1968-1990)” (Tese apresentada à categoria de investigador auxiliar, ICS, 1991), 204.

<sup>136</sup> “Comissões de Trabalhadores ou Delegados Sindicais?,” *Revolução*, julho 12, 1974, 7.

<sup>137</sup> Conselho de Trabalhadores da Setenave, (Mitrena, 18 julho 1974), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>138</sup> *Ata da Reunião dos Gestores da Setenave*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>139</sup> CTS, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>140</sup> “Retrospectiva,” *Informação Setenave*, setembro 30, 1977.

<sup>141</sup> Comunicado da Direção Geral da Setenave, (Mitrena, 8 agosto 1974), Centro de Documentação 25 de Abril.

teremos que nos habituar a viver, quer no trabalho, muito trabalho, a que temos que nos entregar, tudo isto num verdadeiro clima de ordem democrática e de paz social, condições indispensáveis para a reconstrução nacional a operar”<sup>142</sup>.

A primeira greve apoiada e convocada pela Intersindical é em solidariedade com o povo chileno, apelando a uma paralisação simbólica de cinco minutos<sup>143</sup>. O CTS decide aderir “à sugestão feita pela Intersindical” e recomenda aos trabalhadores que no aniversário do golpe de estado de 11 de setembro no Chile, pelas 11 horas, “paralisem a sua atividade durante cinco minutos, conservando-se em silêncio absoluto, como prova de solidariedade”<sup>144</sup>. Critica a Direção Geral dos Serviços Técnicos (DGST) por não tocar a sirene, dando sinal para o começo da paralisação<sup>145</sup>. Esta responde que, apesar da “tragédia nacional de todo um povo”, a “generosidade” da homenagem “não poderia exprimir-se em atitudes louváveis de solidariedade como esta, que na prática só conduziriam a frequentes e inoportunas paragens de trabalho”<sup>146</sup>.

## **A Lei da Greve entre o “legal” e o “real”.**

O Decreto-Lei 392/74, de 27 de agosto, pretenderá regulamentar o direito à greve, ilegalizando grande parte das características que a mesma havia assumido desde o 25 de Abril. Com efeito, proíbe a “cessação isolada de trabalho por parte do pessoal colocado em setores estratégicos da empresa, com o fim de desorganizar o processo produtivo”, a “ocupação dos locais de trabalho durante a greve”, a greve “política”, de “solidariedade”, e por “modificação de contratos e acordos coletivos, antes de expirado o seu prazo de vigência”. A paralisação deve ser precedida por um período de negociações de 30 dias, e retira-se às Comissões de Trabalhadores a possibilidade de desencadear uma greve, conferindo-a às comissões sindicais ou, na sua

---

<sup>142</sup> Augusto Gama, org., 44.

<sup>143</sup> José Barreto, “A Formação das Centrais Sindicais e do Sindicalismo Contemporâneo em Portugal (1968-1990)”, 224.

<sup>144</sup> Conselho de Trabalhadores da Setenave, *Comunicado nº2*, (Mitrena, 9 setembro 1974), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>145</sup> Conselho de Trabalhadores da Setenave, *Comunicado*, (s.l., 11 setembro 1974), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>146</sup> Direção Geral dos Serviços Técnicos, *Comunicado*, (Mitrena, 12 setembro 1974), Centro de Documentação 25 de Abril.

ausência, a uma assembleia com mais de 50% dos votos na presença de um representante do Ministério do Trabalho. E assegura ao patronato o direito de *lock-out*<sup>147</sup>.

Em resposta a uma greve convocada pela Divisão de Manutenção e Engenharia da TAP, o Aeroporto de Lisboa é colocado sob ocupação militar, ficando os trabalhadores sob a alçada da justiça militar, através da Portaria 541/74, de 29 de agosto, ao abrigo do já mencionado Decreto-Lei 32 670, de 17 de fevereiro de 1943. Grevistas são presos e 280 trabalhadores são despedidos.

Na Lisnave, num plenário a que acorreram 2000 trabalhadores, a 12 de setembro, aprova-se a realização de uma manifestação para esse mesmo dia. No comunicado emitido, pretende-se o saneamento de administradores acusados de ligações ao fascismo e à PIDE, solidarizam-se com outras lutas (TAP, Jornal do Comércio, Siderurgia, Texmalhas), argumentam não estar “com o Governo quando promulga leis antioperárias, restritivas à luta dos trabalhadores contra a exploração capitalista”, afirmam que lutarão “ativamente contra a ‘lei da greve’ porque é um golpe profundo nas liberdades dos trabalhadores”, protestam contra o *lock-out* por tratar-se de “uma lei contra os operários e de proteção aos capitalistas” e denunciam o plano MDE/S como feito para “criar melhores condições de exploração e conquistar as leis antioperárias que lhes permitam legalizar essa exploração”<sup>148</sup>.

A célula do PCP é contra a decisão da assembleia, considerando-a uma “manifestação de hostilidade ao Governo e de desrespeito pela ordem democrática, que só pode aproveitar à reação” para “reinstaurar o fascismo em Portugal”<sup>149</sup>.

O Governo não autoriza a manifestação. Segundo relata um participante, verificou-se um “cerco militar ao estaleiro”, com o morro que dominava a Margueira a ser ocupado por paraquedistas e a estrada entre a Cova da Piedade e Cacilhas ocupada por fuzileiros e comandos. Vários oficiais entram no estaleiro, tentando convencer os trabalhadores a cancelarem a manifestação<sup>150</sup>.

---

<sup>147</sup> Decreto-Lei 392/74, 27 agosto.

<sup>148</sup> Os trabalhadores da Lisnave, *Dos operários da Lisnave à população*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>149</sup> “«Aos Trabalhadores da Lisnave!»,” in *O 25 de abril e as lutas sociais nas empresas*, II vol., Maria Santos et al (Porto: Afrontamento, 1977), 108.

<sup>150</sup> “Entrevista a Francisco Tomás (06/09/1999),” *Setúbal na rede*, acesso a fevereiro 28, 2012, <http://www.setubalrede.pt/content/index.php?action=articlesDetailFo&rec=7942>.

De acordo com outra testemunha, os operários saem do estaleiro pelas 17.20, deparando-se com os fuzileiros. Os manifestantes gritam: “Os soldados são filhos do povo”, “Os soldados são ou serão operários”. Tendo os soldados começado a chorar, o comandante “mandou abrir passagem”<sup>151</sup>.

A manifestação, organizada com um rigor impressionante<sup>152</sup>, prossegue. Os trabalhadores marcham em formação até Cacilhas, onde apanham o barco para Lisboa, juntando-se aos seus companheiros da Rocha (onde a manifestação tinha sido rejeitada). São cerca de 4000, a maioria do total dos empregados. Guardam um minuto de silêncio em “apoio à luta do povo chileno” e dirigem-se ao Ministério de Trabalho, na Praça de Londres.

Segundo Fátima Patriarca, a manifestação define-se pelo “seu carácter marcadamente classista. Através do grito insistentemente repetido “Viva a classe operária!”, com o “macaco sujo de ferro” e o capacete de segurança, é a pertença à classe operária, é a imagem do trabalhador manual no que mais visivelmente o define – o vestuário de trabalho –, o que os operários afirmam e reivindicam”<sup>153</sup>.

De acordo com Miguel Pérez, “o Partido Comunista está a sofrer um verdadeiro revés político: os trabalhadores de uma das maiores empresas do país, de forte composição operária e com tradições de luta, recusam a sua estratégia política e apoiam uma linha política mais radical”<sup>154</sup>.

Em resultado, o contestado administrador-delegado Eng.º Perestrello pedirá a sua exoneração a 7 de outubro, o que será acatado pela Administração no dia seguinte; e sobretudo a classe operária demonstrava capacidade para violar abertamente a lei da greve, que será completamente ignorada e ultrapassada durante todo o período revolucionário; manifestava o seu apoio ao Governo e às Forças Armadas apenas no condicional e desobedecia-lhes na prática, vincando a sua independência sociológica; e não menos importante, conseguia neutralizar o aparelho repressivo.

---

<sup>151</sup> “Lisnave: entrevista com uma camarada operário,” *Revolução*, setembro 21, 1974, 4.

<sup>152</sup> A Comissão de Delegados, *Plano de organização e condução da manifestação*, (Margueira: 10 setembro 1974), Centro de Documentação 25 de Abril. Ver anexo nº3.

<sup>153</sup> Fátima Patriarca, “Operários portugueses na revolução: a manifestação dos operários da Lisnave de 12 de setembro de 1974” *Análise Social* 56 (1978): 710.

<sup>154</sup> Miguel Pérez, “Contra a Exploração Capitalista – Comissões de Trabalhadores e Luta Operária na Revolução Portuguesa (1974-1975)” (Dissertação Mestrado, UNL/FCSH, 2008), 125.



Na Setenave, num plenário a 16 de setembro de 1974, os trabalhadores aprovam uma moção na qual: “Solidarizam-se com todos os camaradas que desenvolvem processos de saneamento até ao mais alto cargo; denunciam a lei da greve como algema dos trabalhadores; exigem revisão da lei da greve e fim ao *lock out*; exigem uma Intersindical que defenda unicamente os interesses dos trabalhadores”<sup>155</sup>.

## O 28 de setembro e a derrota da “maioria silenciosa”.

O primeiro jornal do CTS sai a 16 de setembro, com o título *Luta no Trabalho*. Neste faz-se uma propaganda geral das teorias socialistas, nomeadamente com citações de Marx sobre o Estado e de Lenine acerca da imprensa, mas estão ausentes quaisquer referências às lutas ou reivindicações no estaleiro<sup>156</sup>. Em reunião com a Administração, o CTS discute o problema da habitação, as reivindicações dos trabalhadores estudantes, a falta de água quente nos balneários, a qualidade e higiene das refeições e a instalação de bares no estaleiro<sup>157</sup>.

A 23 de setembro de 1974, o CTS emite um comunicado no qual se solidariza com a luta dos trabalhadores da TAP<sup>158</sup>, pois “insere-se na luta de todos os explorados. É a luta dos trabalhadores da Lisnave, da ENI, da Propam, do Jornal do Comércio, dos CTT etc... é também A LUTA DOS TRABALHADORES DA SETENAVE”<sup>159</sup>.

Com efeito, no contexto da onda de greves de maio, começa a esboçar-se uma forma de coordenação relativamente informal de trabalhadores das duas margens do rio Tejo, de CTs como as da Efacec, Lisnave, Setenave, Cergal, Applied Magnetics, Melka, ou delegados sindicais da TAP e a Comissão Pró-Sindical dos CTT, num máximo total de cerca 40 empresas, cuja designação varia até se fixar em Inter-Empresas. Surge de forma “espontânea” como um

---

<sup>155</sup> Os trabalhadores da Setenave, *Moção- Aprovada no plenário dos trabalhadores da Setenave realizado no dia 16/9/74*, (s.l., 16 setembro 1974), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>156</sup> *Luta no Trabalho*, setembro 16, 1974, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>157</sup> Conselho de Trabalhadores da Setenave, *Ata da reunião com a administração em 23/9/74*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>158</sup> Os trabalhadores da TAP empregam o método da greve para exigir aumento de vencimentos e redução da jornada de trabalho. Como resposta, as tropas governamentais do COPCON invadem o Aeroporto, apontando armas aos grevistas, sendo despedidos 300 trabalhadores.

<sup>159</sup> Conselho de Trabalhadores da Setenave, *Comunicado*, (Mitrena, 23 setembro 1974), Centro de Documentação 25 de Abril.

“local de reunião e discussão”. É “apartidária”, mas reúne militantes do PS, PCP e “esquerda revolucionária”, embora se denote a influência política e orgânica da última. Muitas destas empresas desenvolvem lutas “impopulares” (objetivamente contra o GP, MFA, PCP e Intersindical) sendo alvos de repressão, fortalecendo-se a necessidade de solidariedade, ação conjunta e organização coordenada<sup>160</sup>.

Entretanto, a contradição expressa na supressão da alínea do Programa do MFA e na “crise Palma Carlos”, conjuntamente com uma nova vaga de greves em agosto/setembro, manifestar-se-á de novo através da mobilização de uma “maioria silenciosa” para conferir legitimidade a Spínola, subordinando-se o MFA e a Constituinte, no sentido da adoção de uma solução federal ou “neocolonial” capaz de proteger os interesses económicos monopolistas ultramarinos e de reprimir eficazmente o movimento operário e popular.

Assim, no fim do mês de setembro começam a ser distribuídos milhares de panfletos e aparecem cartazes a apelar a uma “maioria silenciosa”, convocando uma grande manifestação sobre Lisboa, para o dia 28 de setembro. A 26 de setembro, numa corrida de touros no Campo Pequeno em favor da Liga dos Combatentes, Spínola é aclamado e Vasco Gonçalves vaiado. Na instalação sonora convoca-se a manifestação. O público grita: “Portugal, Portugal, Ultramar, Ultramar!”. Nas redondezas deflagram confrontos entre apoiantes e opositores da manifestação<sup>161</sup>.

Na TAP, a 27 de setembro realiza-se uma nova greve e manifestação de apoio aos despedidos. A 26 e 27, as reuniões da Inter-Empresas preparam uma manifestação de apoio à luta dos trabalhadores do aeroporto<sup>162</sup>, que se transforma também em contramanifestação à “maioria silenciosa”<sup>163</sup>.

O PCP e a Intersindical desenvolvem uma ampla mobilização. Na noite do dia 27 são montadas barricadas nas vias de acesso a Lisboa. O CTS apela à “vigilância ativa de todos os trabalhadores”<sup>164</sup>. Segundo conta um dos participantes, em Setúbal a “mobilização dos operários,

---

<sup>160</sup> Phil Mailer, *Portugal, The impossible revolution?* (Londres: Solidarity, 1977), 151, tradução nossa.

<sup>161</sup> Orlando Neves, dir., 166.

<sup>162</sup> Peter Robinson, “Workers’ Councils in Portugal 1974-1975 (Dissertação Mestrado, The Open University, 1990), 147, tradução nossa.

<sup>163</sup> “Os trabalhadores saíram a rua,” *Revolução*, setembro 30, 1974, 2.

<sup>164</sup> CTS, *Movimentação fascista no norte do país*, (Mitrena, 29 setembro 1974), Centro de Documentação 25 de Abril.

do pessoal da IMA, da Sécil, da SAPEC e da Setenave começou na noite anterior e pelas quatro ou cinco da manhã de dia 28 já estávamos na estrada a formar as barricadas”<sup>165</sup>.

Destacamentos de civis e militares revistam os veículos e prendem os ocupantes que transportavam armas. Nas principais cidades do País realizam-se manifestações, e sedes de partidos acusados de ligações ao antigo regime são assaltadas e destruídas. Na tarde de 28 de setembro, a manifestação da Inter-Empresas reúne 40 000 manifestantes que desfilam até São Bento<sup>166</sup>.

Em alocução ao País na noite de 29 de setembro de 1974, Vasco Gonçalves exorta o povo a “comemorar esta vitória sobre a reação”, fazendo um “domingo de trabalho nacional”. Apela a “que o povo vá para as oficinas, vá para os campos, vá para as fábricas trabalhar, como manifestação de alegria”, para demonstrar estar “verdadeiramente interessado no progresso da Nação”, pois o “produto desse trabalho será para quem trabalhar”, juntando-se ao “produto nacional”<sup>167</sup>.

A 30 de setembro, Spínola comunica ao País que se demite. Costa Gomes toma posse como Presidente da República. Vasco Gonçalves argumenta que “estratégia antimonopolista não quer dizer estratégia anticapital privado”<sup>168</sup>. O CTS apela aos trabalhadores para participarem numa manifestação nesse dia, de apoio ao MFA, na Praça do Bocage, em Setúbal, para “deixarem bem vincado o desprezo que manifestam aos odiosos e reacionários fascistas”<sup>169</sup>. Posteriormente criticará as “afirmações que o representante do PCP fez relativamente a comissões de trabalhadores e conselhos de trabalhadores, acusando-os de no seu seio existirem elementos que favoreciam a reação”<sup>170</sup>. O balanço do CTS será que “a facção mais progressista do MFA obteve uma vitória de grande alcance político sobre os representantes do setor da burguesia que, devido ao avanço impetuoso das massas populares, tinham entrado em pânico e pretendiam um retorno ao fascismo”<sup>171</sup>.

---

<sup>165</sup> “Entrevista Fernando Rodrigues. Setúbal levantou barricadas nos acessos a Lisboa”, *Setúbal na Rede*, policopiado.

<sup>166</sup> “Os trabalhadores saíram a rua,” *Revolução*, setembro 30, 1974, 2.

<sup>167</sup> Augusto Gama, org., 58.

<sup>168</sup> *Ibid.*, 67.

<sup>169</sup> Conselho de Trabalhadores da Setenave, (Mitrena, 30 setembro 1974), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>170</sup> Conselho de Trabalhadores da Setenave, (Mitrena, 1 outubro 1974), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>171</sup> Conselho de Trabalhadores, (Mitrena, 2 outubro 1974), Centro de Documentação 25 de Abril.

Vasco Gonçalves garante não querer “agravar as dissensões sociais que existem em qualquer sociedade capitalista, entre o patronato e os assalariados”, mas sim que “exista compreensão mútua”, e a “união do povo português”, que é a “população de todo o País – são as classes trabalhadoras, são os camponeses, são os intelectuais, são os estudantes, são os pequenos comerciantes, são os pequenos, médios e grandes industriais”<sup>172</sup>.

O CTS apesar de reconhecer que “o dia de trabalho vai aumentar o lucro dos capitalistas”, considera que este “deve ser entendido como jornada de apoio ao MFA e atual GP na sua luta contra os fascistas”. Por isso, “será uma inequívoca demonstração da sua capacidade de sacrifício e de trabalho, demonstrando assim que no caminho para o socialismo serão os trabalhadores os construtores e condutores da sociedade futura”<sup>173</sup>.

A análise das atas das reuniões entre a Administração e o CTS permite-nos perscrutar os tópicos em discussão neste período, onde estão ausentes os temas de propaganda política dos comunicados gerais e predominam os aspetos mais ligados às condições de trabalho no estaleiro: os transportes, a biblioteca, trabalhadores-estudantes, enfermaria, balneários, refeitórios<sup>174</sup>.

Enquanto em outubro arranca a Oficina de Tubos, que se irá ocupar com a manufatura e montagem da rede de fluídos do estaleiro<sup>175</sup>, em novembro verificam-se dificuldades ao nível operativo, nomeadamente no funcionamento da Oficina de Processamento de Aço, com avarias nas máquinas de oxicorte automático, uma avaria na ponte de 30 t, problemas informáticos e deficiências no abastecimento de acetileno, e ainda atrasos na entrega pela Eriksberg dos elementos do protótipo do petroleiro de 316 000 t que estava a ser construído<sup>176</sup>.

O estaleiro não é só uma unidade produtiva. É uma arena política num país em mudança e num mundo em “guerra fria”. A 6 de novembro, uma delegação da URSS visita a Setenave<sup>177</sup>. A Administração critica as ações de um “grupo minoritário” pela “manifestação de hostilidade” com a “quase obstrução da saída do grupo do Centro de Formação”. Acarreta “o grave inconveniente de poderem ser interpretadas como traduzindo um clima de relações sociais

---

<sup>172</sup> Augusto Gama, org., 80.

<sup>173</sup> Conselho de Trabalhadores, (Mitrena, 2 outubro 1974), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>174</sup> Por exemplo: Conselho de Trabalhadores Setenave, *Ata da reunião com Dr. Amaro de Matos em 18/10/74*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>175</sup> “Relatório do Conselho de Administração,” *Informação Setenave*, junho 26, 1975.

<sup>176</sup> “Oficina de Processamento de Aço,” *Informação Setenave*, novembro 22, 1974.

<sup>177</sup> “Personalidades da URSS visitaram a Setenave,” *Informação Setenave*, novembro 22, 1974.

extremamente deteriorado, o que efetivamente não acontece”<sup>178</sup>. Já em 27 de novembro a Mitrena é visitada pela Comissão de Cooperação Económica do Bundestag, que promete “todo o apoio à jovem democracia portuguesa, de modo a que Portugal venha, tão cedo quanto possível, a ocupar o lugar a que tem direito no seio da comunidade europeia”<sup>179</sup>.

## **O II Conselho de Trabalhadores referenda-se.**

No seio do II CTS tinha-se aberto uma disputa política entre o PCP (com 8 dos 15 elementos) e membros da “esquerda revolucionária” (nomeadamente o PRP). Deste modo, 4 elementos do PCP abandonam esse partido, que passa para a oposição ao CTS. O PCP critica a falta de apoio ao GP e MFA, traduzido na solidariedade com a TAP, e a tentativa de criação de um sindicato da construção naval<sup>180</sup>.

O CTS argumenta que, “dado o clima criado nos últimos dias por esses elementos do PC no estaleiro, com a realização de reuniões, comunicados, etc... em que, a pretexto de se denunciar a má gerência da empresa, se visava fundamentalmente atacar o CT”<sup>181</sup>, decidiu convocar uma assembleia geral para votação da “continuação ou não do atual Conselho de Trabalhadores”<sup>182</sup>. Apela: “NÃO PERMITAS QUE O CTS ACABE! Luta pela sua continuidade enquanto instituição representativa dos trabalhadores e não deixes que qualquer partido político o domine”<sup>183</sup>.

A Administração considera as dificuldades no CTS “bem naturais”, pois a “falta de experiência” implica “a própria aprendizagem da função”. Embora tente fazer prevalecer “cooperação, equilíbrio e bom senso”, reconhece “a mesma necessidade de aprendizagem”.

---

<sup>178</sup> O Administrador-Delegado adjunto, *A Todos os Trabalhadores da Setenave*, (Almada, 12 novembro 1974), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>179</sup> “Delegação oficial alemã visita a Setenave,” *Informação Setenave*, dezembro 6, 1974.

<sup>180</sup> “Setenave,” *Revolução*, novembro 22, 1974, 8.

<sup>181</sup> Conselho de Trabalhadores da Setenave, *Comunicado*, (Mitrena, 12 novembro 1974), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>182</sup> Conselho de Trabalhadores da Setenave, (Setúbal, 11 novembro 1974), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>183</sup> Conselho de Trabalhadores da Setenave, *Comunicado*, (Mitrena, 12 novembro 1974), Centro de Documentação 25 de Abril.

Esforça-se por se afirmar neutral, porque quem tem de decidir o “melhor método de representação dos interesses dos trabalhadores” são “exclusivamente os trabalhadores da SETENAVE, como é evidente”. Pretende canais institucionalizados de comunicação, pois interessa-lhe que a “representação exista, seja autêntica e sentida como tal por todos” e formula o “voto de que dentro de um clima de tolerância verdadeiramente democrática, se encontrem no CTS ou em torno dele, seja em atitude crítica, seja cooperando, todas as forças e tendências progressistas dos trabalhadores da SETENAVE”<sup>184</sup>.

Na Assembleia de 13 de novembro, com cerca de mil participantes, estão presentes elementos do MFA, que convidados a moderarem a sessão se recusam, ficando a mesa composta por dois membros do CTS e dois membros do grupo opositor. O prolongamento da reunião e o elevado número de abstenções verificado conduzem a uma repetição da votação, tida por pouco expressiva, cinco dias depois. Em 1743 votantes, são apurados 1292 votos a favor do CTS, 400 contra e 51 nulos<sup>185</sup>.

O CTS, tendo em conta o “apoio que a esmagadora maioria dos trabalhadores da Setenave lhe demonstrou, acha que esse apoio se deve realizar na prática do dia a dia através duma estreita colaboração com as comissões de base e no trabalho por estas desenvolvido com o CTS”. Apela à continuação de uma “crítica implacável” ao seu trabalho, mas “independentemente das posições partidárias”. Propõe-se reformular o funcionamento das CB e do CTS, nomeadamente através da reestruturação e alargamento das CB; que sejam os trabalhadores a discutir as ações a tomar, sendo o CTS o coordenador desse trabalho, para junto da Administração reivindicar as suas posições; e integração dos elementos do CTS nas CB, consoante os seus locais de trabalho, para tentar dinamizar o seu trabalho<sup>186</sup>.

As divisões partidárias entre os trabalhadores descontentam uma parte significativa da força de trabalho. Um trabalhador na secção de tubos concorda “com a realização da AGT, mas para tratar de assuntos que interessassem aos trabalhadores e não discutir partidos políticos”. Para um oficial de primeira na Caldeiraria de Reparações, “as críticas devem vir única e simplesmente da parte dos trabalhadores, pondo de parte qualquer partido político”. Segundo um

---

<sup>184</sup> O Administrador-Delegado adjunto, *A Todos os Trabalhadores da Setenave*, (Almada, 12 novembro 1974), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>185</sup> “Conselho de Trabalhadores da Setenave,” *Informação Setenave*, novembro 29, 1974.

<sup>186</sup> O CTS, *Comunicado*, (s.l., 21 novembro 1974), Centro de Documentação 25 de Abril.

trabalhador das reparações: “na minha opinião, e sei que na da maioria dos trabalhadores, não poderá haver lutas partidárias no estaleiro, os partidos devem ficar lá fora”<sup>187</sup>. O “apartidarismo” proclamado por vários órgãos dos trabalhadores durante a revolução corresponderá, assim, não somente a uma aspiração unitarista, mas na nossa hipótese, provavelmente também a uma reação contra as disputas partidárias, com traços sectários e por vezes violentos.

A par da contestação à chefia de primeiro escalão, ao nível dos operários-chefes e encarregados, verifica-se uma luta pela integração das trabalhadoras das três cantinas no quadro do pessoal<sup>188</sup>. A 5 de dezembro, o CTS promove uma votação na qual se verificam 300 votos favoráveis à cessação da exploração, 787 a favor da exploração pela Setenave e 30 nulos. Apurados os resultados, sugere que “todos os trabalhadores discutam entre si das possíveis formas de luta a ter que efetuar para impor a sua justa vontade”<sup>189</sup>. A 21 de janeiro de 1975, segundo o CTS, “após ter sido servida carne podre num dos refeitórios, os trabalhadores empreenderam uma larga movimentação pelo estaleiro”, tendo-se “obrigado o capital a gerir diretamente os refeitórios no prazo de 15 dias”<sup>190</sup>.

## **A manifestação da Interempresas: auge e ocaso.**

No fim do mês de janeiro, realizam-se reuniões entre o CTS, a CT Lisnave e a Assembleia de Delegados da Lisnave. Decidem eleger um delegado em cada empresa, para tratarem em conjunto da questão da reestruturação salarial<sup>191</sup>. Concluem também pela “necessidade de desenvolver em ambas as empresas um processo de consciencialização e mobilização de todos os trabalhadores para participação” na manifestação do dia 7 de fevereiro, organizada pela “Comissão interempresas”, que deverá ter “caráter rigorosamente apartidário”, não sendo permitidas “palavras de ordem, nem estandartes” de “qualquer organização partidária”, sendo “CONTRA OS DESPEDIMENTOS, DESEMPREGO E CONTRA TODA A

---

<sup>187</sup> “Os operários falam,” *Luta no Trabalho*, dezembro 12, 1974, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>188</sup> Alberto Conceição, António Barros, e José Sardinha, 148.

<sup>189</sup> CTS, *Comunicado n.º2*, (Mitrena, 5 dezembro 1974), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>190</sup> CTS, (Mitrena, 24 janeiro 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>191</sup> O CTS, *Comunicado*, (Mitrena, 30 janeiro 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

EXPLORAÇÃO CAPITALISTA”<sup>192</sup>. A presença de uma esquadra da NATO no Tejo levará a manifestação contra o desemprego e os despedimentos a ser também pelo “fora a NATO” e pela “independência nacional”. Contudo, em AGT na Lisnave, a 3 de fevereiro, sob proposta do PCP, vota-se a não participação oficial da empresa na manifestação<sup>193</sup>.

O Governo Civil de Lisboa divulga uma nota na qual cancela todas as manifestações de 7 a 12 desse mês, o que, segundo o CTS, “visa a manifestação organizada pela comissão interempresas”<sup>194</sup>. A União dos Sindicatos do Sul (Intersindical) pronuncia-se contra<sup>195</sup> e o PCP “adverte a população de Lisboa”, pois a “intenção dessas manifestações parece ser provocar perigosos confrontos”<sup>196</sup>.

Ignorando a proibição, na data marcada, pelo fim da tarde, a manifestação começa no Terreiro do Paço, com trabalhadores vindos da Margem Sul, a que se juntam contingentes no Rossio e Marquês de Pombal. Quando chega à Avenida Duque de Loulé, junto à Embaixada dos EUA, são 80 000. Encontram pela frente os “comandos” do major Jaime Neves. Gritando “em frente”, avançam pela faixa esquerda da avenida por entre o espaço aberto pela tropa<sup>197</sup>.

Chegados à Praça de Londres, realizam um comício. Os militares confraternizam com os operários. Segundo um organizador, a manifestação acabou com “os soldados do COPCON a abraçarem os trabalhadores”, o que terá contribuído para “começaram a ir para as fábricas ao lado dos trabalhadores”<sup>198</sup>. O orador da Setenave lê um texto aprovado em plenário de empresa, no qual se critica a Intersindical como composta por “reformistas e revisionistas” ao serviço de “certos partidos traidores da classe operária”<sup>199</sup>.

O CTS considera que “por ter sido organizada pelos trabalhadores nos seus locais de trabalho (através de plenários e assembleias), não sendo portanto controlada por qualquer organização política e sindical, a manifestação dos trabalhadores foi violentamente caluniada por algumas organizações políticas e sindicais”. Mas “contra todas as previsões dos caluniadores

---

<sup>192</sup> Ibid.

<sup>193</sup> “Aos trabalhadores da Lisnave,” *Revolução*, fevereiro 7, 1975, 7.

<sup>194</sup> CTS, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>195</sup> “Trabalhadores manifestam-se contra desemprego e imperialismo,” *Diário de Lisboa*, fevereiro 8, 1975, 1.

<sup>196</sup> “Nota sobre as manobras da NATO,” in *Documentos Políticos do Comité Central do PCP*, 2º vol. (Lisboa: Avante!, 1976), 30.

<sup>197</sup> “Grande manifestação operária no centro de Lisboa,” *Diário de Lisboa*, fevereiro 8, 1975, 4.

<sup>198</sup> “Entrevista a Manuel Crespo,” *Setúbal na rede*, acesso a setembro 23, 2012,

<http://www.setubalnarede.pt/content/index.php?action=articlesDetailFo&rec=5276>

<sup>199</sup> “Grande manifestação operária no centro de Lisboa,” Ibid.



divisionistas, decorreu na melhor das ordens como era desejo dos trabalhadores que nela participaram”, pelo que “alcançou os objetivos a que se propôs”<sup>200</sup>.

A manifestação de 7 de fevereiro é o ponto mais alto da Interempresas, mas simultaneamente assinala o seu ocaso. Com efeito, o PCP reorienta a sua tática, convocando a Conferência Nacional Unitária dos Trabalhadores, a 2 de fevereiro, reunindo 191 CTs para promover “junto do Governo e do MFA, a tomada de posições e medidas”<sup>201</sup>. O PRP cria os chamados Conselhos Revolucionários de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros (CRTSM), a 19 e 20 de abril, com representantes de 161 empresas (a representação da Setenave fica no Secretariado) e 21 unidades militares, mas mais do que uma “frente única”, será uma frente partidária. E a Efacec-Inel (que tinha sido a principal impulsionadora da manifestação) a partir de maio começa a promover reuniões com outras empresas<sup>202</sup>, num processo que desaguará na constituição da Intercomissões de Trabalhadores, e no I Congresso Nacional das CTs, realizado na Covilhã, a 27 e 28 de setembro de 1975, com 53 CTs com direito de voto e 42 observadoras, na qual adquire predominância o MRPP, estando também presentes pequenas delegações do PS e do PRT<sup>203</sup>.

## **A derrota do Grupo do Leque Salarial.**

Desde finais de 1974 que se encontra em discussão na Setenave um projeto de reestruturação salarial. No início de 1975, o CTS discute com os trabalhadores uma contraproposta a ser apresentada em assembleia geral<sup>204</sup>.

A 10 de janeiro, o CTS é informado de que a Administração da Lisnave se preparava para apresentar uma proposta diferente da apresentada na Setenave<sup>205</sup>. A 12 de janeiro, numa “reunião intercomissões de fábrica” com elementos do CTS e da CT da Lisnave, conclui-se que “sendo o ‘patrão’ da Lisnave e da Setenave o mesmo, ao apresentar propostas diferentes sobre

---

<sup>200</sup> CTS, (Mitrena, 11 fevereiro 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>201</sup> “A classe operária está pronta para o socialismo,” *Diário de Lisboa*, fevereiro 3, 1975, 4.

<sup>202</sup> “Editorial,” *Viva a Classe Operária*, agosto 1, 1975.

<sup>203</sup> “Viva o 1º Congresso Nacional das Comissões de Trabalhadores,” *Viva a Classe Operária*, outubro 10, 1975.

<sup>204</sup> CTS, *Comunicado sobre a reestruturação salarial*, (s.l., 13 janeiro 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>205</sup> *Ibid.*

reestruturação salarial e em ocasiões também diferentes, pretende o Capital provocar a desunião entre os trabalhadores das duas empresas”<sup>206</sup>.

Constitui-se o chamado “Grupo de Trabalho para a redução do Leque Salarial Lisnave/Setenave”, composto por doze elementos da Lisnave e oito da Mitrena. Segundo este, “todos os operativos, sejam eles considerados pelo capital ajudantes, oficiais ou especializados, sofrem de igual modo as consequências da sociedade exploradora em que vivemos”, daí que a “a redução das categoriais profissionais será um importante passo para a união de todos os operários”<sup>207</sup>.

Ao longo das reuniões acordam-se propostas de vencimentos e passagens automáticas de categoria<sup>208</sup>, bem como a inclusão de reivindicações de carácter social tais como subsídio de doença, reforma, condições de trabalho, diuturnidades, horário de trabalho, pagamento por sinistro<sup>209</sup>.

O “Projeto do Caderno Reivindicativo ‘Leque Salarial’ de ‘unidade dos trabalhadores em torno da classe operária’” é aprovado a 19 de fevereiro. Propõe-se a redução de onze categorias<sup>210</sup> para apenas três, ajudante, oficial e oficial especializado, com vencimentos respetivos de 8500\$00, 9000\$00 e 9500\$00.

Defende-se ainda: a passagem automática à categoria seguinte, ao cabo de 12 meses para ajudantes, e cumpridos 24 meses para oficiais; atualizações salariais calculadas na base do aumento do custo de vida; publicação trimestral de todos os escalões de vencimentos, incluindo os “confidenciais”; ordenado por inteiro em caso de doença ou sinistro; reforma aos 55 aniversários ou cumpridos 30 anos na produção; inspeções médicas periódicas; melhores condições de alimentação; e horário de trabalho de 40 horas<sup>211</sup>.

---

<sup>206</sup> Ibid.

<sup>207</sup> O Grupo de trabalho para a redução do Leque Salarial Lisnave/Setenave, *Leque Salarial. 2º Comunicado*, (Margueira, 12 fevereiro 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>208</sup> O grupo para a redução do leque salarial Lisnave/Setenave, *Leque Salarial. 4º comunicado*, (Margueira, 17 fevereiro 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>209</sup> O grupo para a redução do leque salarial Lisnave/Setenave, *Leque Salarial. 5º comunicado*, (Margueira, 18 fevereiro 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>210</sup> Ajudante 2ª, Ajudante 1ª, Pré-oficial, Oficial 3ª, Oficial 2ª, Oficial 1ª, Oficial Especializado C, Oficial Especializado B, Oficial Especializado A, Oficial Especializado A1, Oficial Especializado A2.

<sup>211</sup> *Projeto do Caderno Reivindicativo “Leque Salarial”*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

A Administração da Setenave critica as “reuniões dentro das horas de serviço”, pois “afetam organização e produtividade”<sup>212</sup> e ainda que “até há pouco tempo a impressão recolhida era de normalidade”, possui “sérios receios de que um certo tipo de agitação” tenha “alterado substancialmente, ou possa vir a alterar, o ambiente e o rendimento de trabalho no estaleiro”<sup>213</sup>.

Segundo o CTS, as reuniões são “necessárias porque de facto existem problemas que afetam os trabalhadores”, não restando “dúvidas de que o problema e o MEDO dos capitalistas não reside propriamente nas pequenas perdas de tempo, mas sim exclusivamente no desenvolvimento da capacidade organizativa dos trabalhadores”<sup>214</sup>.

O Programa de Política Económica e Social (PPES) aprovado em Conselho de Ministros a 7 de fevereiro, mas só divulgado a 20 desse mês, afirma-se por uma estratégia “antimonopolista” tendo em vista um “Estado Democrático”, no qual a “democracia política” só seria possível com “democracia económica e social”, estabelecendo-se a necessidade do “controle e orientação do poder económico pelo poder político”, garantindo-se “atuação livre à iniciativa privada, segundo as regras específicas da economia de mercado”<sup>215</sup>. Recebe o apoio da CIP e é usado pela Administração contra o CTS.

Com efeito, a Administração, alegando verificar-se “um clima de certa perturbação na Setenave de que se ressentiram as atividades produtivas da empresa” e “o Plano Económico de Transição está recheado, na sua parte preliminar, de considerações tendentes a demonstrar a necessidade, a nível nacional, de recriar um ambiente de ordem, de disciplina e de trabalho”, decide transcrever as declarações de Vasco Gonçalves “no seu último discurso” no qual “apelava aos trabalhadores para que trabalhassem” e excertos do já mencionado PPES.

No comunicado divulgado lê-se que o “Governo Provisório, em aliança com o MFA e as classes trabalhadoras” terá “duas frentes de luta principais”: uma “contra os grupos económicos e políticos” que “resistam ao desenvolvimento de uma estratégia antimonopolista coerente e recusem a democratização”, e outra “contra os grupos anarquizantes instalados no seio dos

---

<sup>212</sup> A Administração, *A todos os trabalhadores da Setenave*, (Mitrena, 17 fevereiro 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>213</sup> A Administração, *A todos os trabalhadores da Setenave*, (Mitrena, 18 fevereiro 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>214</sup> CTS, *Comunicado*, (s.l., 24 fevereiro 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>215</sup> “Programa de Política Económica e Social,” *Governo de Portugal, Arquivo histórico*, acesso a setembro 29, 2015, 9, <http://www.portugal.gov.pt/media/464078/GP03.pdf>

próprios trabalhadores (manuais ou intelectuais) e que tanto têm perturbado o normal desenvolvimento do processo de democratização em curso”. Considera-se não ser “possível o trabalho produtivo, seja dos que têm de pensar, planejar e decidir, seja dos que têm de executar, num clima de instabilidade provocado pelo excesso de impaciência”, pois o “relançamento da economia” vai exigir “em muitos casos pesados sacrifícios”, sendo “imperativo o aumento em termos absolutos da produção nacional”<sup>216</sup>.

O CTS considera que a Administração, “aliando-se habilmente na prática a um setor de trabalhadores que desde há muito se tem oposto ao CTS, está a conseguir um certo êxito”. Acusa-a de “uma campanha, primeiramente subtil, e depois, descarada e direta”. Interroga por que razão “apoia tão sinceramente o Plano Económico?” e a CIP “apoia também o Plano Económico?”<sup>217</sup>.

A Administração responde ao Caderno Reivindicativo: “os encargos a que essa proposta conduz tornariam completamente inviáveis as atividades da construção e reparação navais, condenando, na prática, a empresa ao seu encerramento”<sup>218</sup>.

Na Margueira, o Grupo do Leque Salarial, com elementos independentes, da UDP, PRP, PS e PCP, após o afastamento e contestação deste último partido, será destituído numa Assembleia Geral, a 7 de março, na qual se elege outra comissão, com predominância comunista<sup>219</sup>, que irá apresentar o Documento Análise em abril de 1975. Contudo, na Setenave, o CTS irá prosseguir a tentativa de aplicação da proposta<sup>220</sup>, com fortes críticas do PCP<sup>221</sup>.

---

<sup>216</sup> A Administração, *A Todos os trabalhadores da Setenave*, (Mitrena, 25 fevereiro 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>217</sup> O CTS, *Comunicado*, (Mitrena, 26 fevereiro 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>218</sup> A Administração, *A todos os trabalhadores da Setenave*, (Mitrena, 5 março 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>219</sup> Marinús Pires de Lima, “A ação operária na Lisnave: análise da evolução dos temas reivindicativos” *Análise Social* 52 (1977): 869.

<sup>220</sup> CTS, *Convocação*, (Mitrena, 10 março 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>221</sup> A célula do Partido Comunista Português da Setenave, *Comunicado nº3 A todos os trabalhadores da Setenave*, (Mitrena, 11 março 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

## Foi na cidade do Sado.

O PPD convoca um comício para o Pavilhão do Naval<sup>222</sup> em Setúbal, a 7 de março. Umas centenas de contramanifestantes concentram-se nas imediações, gritando “Abaixo o PPD” e “morte ao PPD”, e invadem o pavilhão impedindo a realização do evento. Elementos da PSP entram no recinto para dispersar os manifestantes, usando armas de fogo, registando-se cerca de duas dezenas de feridos, incluindo policiais.

Fora do pavilhão, o “número de contramanifestantes foi engrossando” e a “polícia começou a recuar para a esquadra”<sup>223</sup>. Dá-se uma rajada de disparos de metralhadora, segundo o comandante da PSP de Setúbal “por elementos estranhos”<sup>224</sup>, de acordo com um oficial do MFA: “eles dispararam porque tiveram medo, uma vez que os manifestantes estavam a apedrejar a esquadra e a tentar arrombar a porta para entrarem”<sup>225</sup>. A comissão concelhia do PCP acusa “grupos provocadores” de se atirarem contra forças policiais, as quais responderam tendo, às tantas, sido disparadas rajadas de metralhadora<sup>226</sup>.

Em consequência, falece um jovem trabalhador da Gaslimpo, João Manuel Lopes, imortalizado na canção de José Afonso “Foi na Cidade do Sado”, que relata os acontecimentos do ponto de vista dos contramanifestantes. Na Setenave, o PCP (R) irá adotar a designação de “Comité João Manuel Lopes”.

Ainda segundo o oficial do MFA, este “foi ao quartel buscar um pelotão para mediar a situação”, tendo pedido “à polícia que depusesse as armas e os agentes acataram”, e os manifestantes, “como nessa época o MFA era a resolução de todos os problemas do país, aceitaram parar com os confrontos”. Contudo, “impunham a condição de que a polícia fosse castigada”, mas “não íamos deixar que isso acontecesse e nem íamos entregar os polícias aos manifestantes”. No dia seguinte “não se viam polícias na rua”, e como “a PSP perdeu

---

<sup>222</sup> Clube Naval Setubalense.

<sup>223</sup> “Acontecimentos de 7 de março,” *Setúbal na rede*, acesso a dezembro 21, 2013, <http://www.setubalnardere.pt/content/index.php?action=articlesDetailFo&rec=5344>

<sup>224</sup> “Povo e militares cercam a PSP de Setúbal,” *Diário de Lisboa*, março 8, 1975, 1.

<sup>225</sup> “Acontecimentos de 7 de março” Ibid.

<sup>226</sup> “Povo e militares cercam a PSP de Setúbal,” Ibid.

credibilidade em Setúbal, a pedido do MFA organizámos patrulhas conjuntas durante mais de 15 dias no sentido de que a polícia voltasse a ser aceite pela população”<sup>227</sup>.

A CT da Gaslimpo na Mitrena (uma subsidiária da indústria naval) convoca “todos os trabalhadores” a “participar no funeral do camarada” que, dizem, foi “assassinado a tiro pelos assassinos da PSP, corporação que está ao serviço da burguesia, do capital, que desta vez defendia o partido social-fascista do PPD”<sup>228</sup>.

## 11 de março.

A 11 de março de 1975, uma nova tentativa de golpe de estado, chefiada por Spínola, é derrotada. Na sequência deste, a banca, os seguros e as maiores empresas são nacionalizadas (como o Grupo CUF), excetuando-se o capital estrangeiro (Lisnave). Institui-se o Conselho da Revolução. Começa o chamado PREC.

José Mello encontrava-se no aeroporto, “à espera do avião para Paris”. É retido por militares, que o deixam solto. O seu irmão Jorge Mello é preso durante algum tempo em Caxias<sup>229</sup>. Os dois irmãos são proibidos de se ausentarem simultaneamente do País, um deles terá sempre de permanecer em Portugal<sup>230</sup>. A 12 de março, a sede da CIP é “vandalizada e incendiada por uma multidão em fúria”<sup>231</sup>. A confederação oferece “colaboração ao MFA e ao governo”<sup>232</sup>.

Em alocação ao País, Vasco Gonçalves argumenta que no “momento em que estávamos a ser atacados, estava-se preparando uma greve nos TAP”, tornando-se necessário que estes trabalhadores “entre outros, tomem bem consciência dos perigos que correm ao dividir-se, ao cindir-se do Movimento das Forças Armadas, e que estejam alerta para quem os divide”<sup>233</sup>.

O “Grupo Dinamizador de Trabalho na Setenave” alinha pelo mesmo diapasão. Interroga: “como explicar que, exatamente na altura dessa intentona, mais uma vez vencida pelo

---

<sup>227</sup> “Acontecimentos de 7 de março”, Ibid.

<sup>228</sup> A CTG-Mitrena, *Comunicado a todos os trabalhadores*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>229</sup> Miguel Judas, *Os 10 mais ricos de Portugal* (Lisboa: Notícias Editorial, 2003), 75.

<sup>230</sup> Pedro Jorge Castro, 230.

<sup>231</sup> Miguel Judas, 76.

<sup>232</sup> “A CIP oferece colaboração ao MFA e ao Governo,” *Diário de Lisboa*, março 22, 1975, 10.

<sup>233</sup> Augusto Gama, org., 176.

povo/MFA, a TAP tenha entrado em greve e que existam boatos de greve na Lisnave? E na Setenave o que se passa?” Considera que na Mitrena verificam-se “variados atos que, conscientemente ou não, só servem a reação, e são notoriamente contrários à orientação estabelecida pelo Governo Provisório e MFA com os quais estamos solidários”, nomeadamente “corte de cabos de máquinas de soldadura, ligações à terra de máquinas de soldar, aplicadas nas mesas das máquinas automáticas de oxicorte, fecho de válvulas gerais da rede de fluidos, tentativas de aliciamento dos trabalhadores a fim de reduzirem o trabalho, etc.”<sup>234</sup>

## **O impasse: CTS e Administração demissionários.**

Cresce a oposição à intenção do CTS de prosseguir com a reivindicação do leque salarial. Num documento assinado por “alguns trabalhadores”, lê-se que “elementos do CTS procurarão levar-nos para a greve, caso o leque não seja assinado, da mesma maneira como estamos divididos uns farão greve outros não, existirão confrontos e eles no poleiro, a assistirem triunfalmente à nossa derradeira queda, e serão os nossos filhos que irão pagar os erros inconscientes que cometemos”<sup>235</sup>.

Na véspera de uma AGT para discutir o leque salarial, agendada para 20 de março, marcou-se uma sessão de esclarecimento do MFA no estaleiro. De acordo com o CTS, tendo este tido conhecimento de que “alguns grupos sócio-profissionais já haviam conseguido aumentos salariais” (alguns atingindo 2450\$00), alertaram os trabalhadores através de cartazes, tendo-se estes movimentado “espontaneamente” e concentrado “em frente à escola exigindo a discussão imediata do leque salarial, embora a assembleia geral estivesse marcada para o dia seguinte”. Apesar de terem referido a “inconveniência da antecipação da assembleia”, a “proposta que se realizasse imediatamente a assembleia geral foi aprovada”.

No decorrer do plenário, “os elementos do MFA apareceram e a assembleia foi espontaneamente interrompida para aclamar o MFA”. Estes “comprometeram-se”, dentro do “possível”, a realizar uma “sessão de esclarecimento”, tendo sido “esclarecido” que o convite

---

<sup>234</sup> Grupo Dinamizador de Trabalho na Setenave, *Camaradas*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>235</sup> *Comunicado, Viva a futura unidade dos trabalhadores da Setenave*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

não tinha “surgido do CTS”, nem aqueles tinham “conhecimento de quem na realidade os tinha convidado”. Após a sua saída, “sempre aclamados pelos presentes”, continuou-se a discussão do leque salarial, apresentado à Administração no dia seguinte<sup>236</sup>.

Segundo o Grupo de Trabalho do MDP/CDE na Setenave, nos “acontecimentos do último dia confuso, aquando da vinda do MFA ao nosso estaleiro para uma sessão de esclarecimento” fizeram-se “sentir os efeitos reacionários dividindo os trabalhadores. Uns para o R2 discutindo o caderno reivindicativo, outros os mais conscientes assistindo à sessão do MFA”<sup>237</sup>.

Para a célula do PRP, ao “convidarem o MFA para darem uma assembleia de esclarecimento, nas vésperas de uma assembleia geral de trabalhadores onde seria discutida a redução do leque salarial, pretendiam esses divisionistas anular a realização dessa assembleia geral”, sendo o seu objetivo principal “destruir” o CTS, a “organização verdadeiramente representativa dos trabalhadores”<sup>238</sup>.

A assembleia aprova as reivindicações contidas nas propostas do leque salarial, nomeadamente a redução de onze para apenas três categorias (ajudantes, oficiais e oficiais especializados, com salários respetivos de 8500\$00, 9000\$00, 9500\$00), passagem automática à categoria seguinte para ajudantes ao fim de 12 meses e de 24 meses para oficiais, atualização salarial semestral de acordo com o custo de vida, ordenados pagos por inteiro em caso de baixa ou sinistro, horário semanal de 40 horas, entre outras<sup>239</sup>.

Contudo, a Administração recusa, pois não se trata de “uma proposta de reestruturação salarial”, mas sim “de aumento geral (os aumentos nas categorias mais frequentes variam entre 21% e 15%) combinada com uma proposta de reestruturação (redução do número de categorias) e visa fundamentalmente os trabalhadores executivos”<sup>240</sup>.

---

<sup>236</sup> CTS, *Comunicado*, (Mitrena, 21 março 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>237</sup> Movimento Democrático Português Grupo de Trabalho Setenave, *Comunicado MDP/CDE*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>238</sup> Célula do PRP-BR da Setenave, *Comunicado*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>239</sup> *Proposta aprovada pelos trabalhadores da Setenave em Assembleia Geral em 19/3/75 apresentado à Administração em 20/3/75* (s.l., 20 março 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>240</sup> A Administração, *Comunicado*, (Mitrena, 25 março 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.



Em assembleia geral, a 31 de março, decide-se o adiamento do projeto de leque salarial, aprovando-se um requerimento para que se aguardasse pelo resultado da negociação da Lisnave<sup>241</sup>.

A Administração espera que como “reestruturação salarial que é e não aumento geral”, o “seu objetivo fundamental seja o de reequilibrar as diferentes classes profissionais, além de reduzir tanto quanto possível o número de categorias”<sup>242</sup>.

Com efeito, em abril, na Lisnave, uma nova comissão com preponderância do PCP apresentará o caderno *Análise*, realizado com a colaboração de quadros técnicos da empresa<sup>243</sup>, e em contacto com o Conselho da Revolução, MFA, ministro do Trabalho, ministro sem pasta Álvaro Cunhal, Intersindical e outros<sup>244</sup>. Propõe a criação de uma comissão sindical (responsável por conflitos de trabalho, reivindicações salariais, horários, assistência médica, promoções, regalias sociais e outros) e a substituição da CT por um Conselho de Defesa dos Trabalhadores (CDTL) constituído em assembleia geral, e a nomeação de um delegado do Governo para o estaleiro para “controlo da estabilidade económica da empresa” e “apoio às mais justas aspirações dos trabalhadores”<sup>245</sup>.

Na parte respeitante aos salários, relativamente à proposta do grupo demitido, a tabela proposta continua a tendência de redução do leque, mas menos igualitariamente. Mantém-se a proposta de salário de 9500\$00 para especializado, para pré-especializado 9000\$00, oficial de primeira, 8500\$00, oficial de segunda, 8000\$00, oficial de terceira, 7500\$00 (em vez de oficial, 9000\$00), e os ajudantes receberiam um salário entre 5500\$00 e 7000\$00, ao contrário da proposta de 8500\$00. As promoções automáticas seriam a cada dois ou três anos, consoante o vencimento. Mantém-se o horário de 42 horas e 55 minutos<sup>246</sup>.

O CTS comunica a 4 de abril que cessará funções a 30 desse mês, antecipando o processo eleitoral para escolha do novo conselho, de junho para início de maio<sup>247</sup>. Justifica a decisão com o “agravamento das relações entre os trabalhadores com a progressiva divisão entre dois grupos”,

---

<sup>241</sup> “Assembleia Geral de Trabalhadores,” *Informação Setenave*, abril 8, 1975.

<sup>242</sup> A Administração, *A todos os trabalhadores*, (Mitrena, 31 março 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>243</sup> Marinús Pires de Lima, “A ação operária na Lisnave: análise da evolução dos temas reivindicativos”, 872.

<sup>244</sup> “Análise, A situação atual da Lisnave e perspectivas futuras,” in *O 25 de abril e as lutas sociais nas empresas*, vol. II, Maria Santos et al (Porto: Afrontamento, 1977), 139.

<sup>245</sup> “Análise, A situação atual da Lisnave e perspectivas futuras,” *Ibid.*, 165.

<sup>246</sup> “Análise, A situação atual da Lisnave e perspectivas futuras,” *Ibid.*, destacável.

<sup>247</sup> “Comissão de Trabalhadores da Setenave,” *Informação Setenave*, abril 8, 1975.

cuja “ação desmobilizadora começou também a atingir parte dos elementos do CTS”; a doença prolongada de dois elementos; a demissão de outros dois; dificuldades de elementos em prestarem um “apoio ativo por razões profissionais”; e também porque o mês de junho é “pouco apropriado” porque estarão “muitos trabalhadores em férias”<sup>248</sup>.

No mesmo dia, a Administração “exige” ao CTS que comunique aos trabalhadores “alguns factos importantes” de “interesse geral”, nomeadamente, “atrasos de cerca de 3 meses no arranque do Estaleiro de Reparação”<sup>249</sup>; que “salvo honrosas exceções, a produtividade geral do Estaleiro está abaixo daquilo que devia ser”; verificam-se “sistemáticos ataques diretos ou velados, à Chefia, o que concorre para a deterioração da disciplina”, invocando-se “todos os motivos para interrupções no trabalho”; existem “muitas reuniões em que muito se discute”, mas “não conduzem a qualquer resultado”; “fomenta-se a desunião entre os Trabalhadores”; e regista-se “crescente número de horas perdidas porque há Trabalhadores que abandonam os seus locais de trabalho, antes das refeições e ao fim do dia, com grande antecendência em relação aos horários estabelecidos”. Deste modo, “exige” também que o CTS “não abdique das suas responsabilidades” e dinamize “uma ação de consciencialização junto daqueles que representa”<sup>250</sup>.

A 8 de abril, perante uma alegada “atitude de prepotência e de arbitrariedade do chefe da Escola da Setenave”<sup>251</sup>, que afastara um trabalhador da Formação para a Caldeiraria Ligeira, devido a posições por este assumidas em assembleias gerais<sup>252</sup>, este, um engenheiro maquinista naval, é impedido pelo CTS de entrar no estaleiro.

O diretor dá ordens à portaria para o deixar entrar. Uma hora depois, o CTS dirige-se ao gabinete do diretor, exigindo a demissão do quadro. É recusado, sendo dito que “seria aberto imediatamente um inquérito pela Direção de Pessoal, com a participação da Comissão dos

---

<sup>248</sup> CTS, *Comunicado*, (Mitrena, 4 abril 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>249</sup> Este atraso no arranque do estaleiro de reparação, teve como fulcro do problema o aprontamento da doca seca 21, implicando o “acabamento da central de bombagem, a colocação da comporta, a montagem dos guinchos, a instalação das redes de fluidos e elétrica, a montagem de carris e do sistema de alimentação dos guindastes, a execução da estrada entre docas e remoção de entulhos e materiais diversos e outras operações complementares” in “O arranque dos estaleiro de reparações navais,” in *Informação Setenave*, abril 8, 1975.

<sup>250</sup> A Administração, *Nota entregue ao CTS para divulgação, na reunião de 4 de abril*, (Mitrena, 4 abril 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>251</sup> “Quem deseja perturbar a ordem na Setenave,” *Revolução*, abril 10, 1975, 10.

<sup>252</sup> CTS, *Comunicado nº2 Desmascaremos o Quartel-General*, (s.l., 3 abril 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

Trabalhadores e ao abrigo do regulamento disciplinar que fora elaborado depois do 25 de Abril”<sup>253</sup>.

É convocada uma assembleia geral pelo CTS, onde terão estado presentes cerca de 300 trabalhadores, na qual se aprova o saneamento. Em consequência, o diretor, presente no plenário, anuncia a intenção de se demitir. A notícia espalha-se pelo estaleiro, e um plenário de delegados sindicais dos engenheiros, engenheiros técnicos e oficiais maquinistas comunica “que todos esses trabalhadores, sem exceção, se consideravam demissionários”. Deste modo, pelo meio-dia, a Setenave “tinha demissionária a Direção e os Quadros de Gestores, isto é, não tinha gestão”. Pelo fim do dia, realiza-se novo plenário, que termina com as decisões de demissão imediata do CTS e aceitação do procedimento proposto pela direção<sup>254</sup>. De acordo com um membro do CTS, numa entrevista por nós realizada, a “massa exigiu que o homem fosse castigado e saísse da empresa”, e após a demissão dos engenheiros foram ao Ministério do Trabalho colocar o problema; quando voltaram “não nos deixaram falar”<sup>255</sup>.

O CTS demissionário acusa o PCP de conluio com a Administração, recorrendo a “comunicados e todos eles única e exclusivamente para atacar o CTS”. Critica-o por “não apontar os verdadeiros responsáveis pelo sucedido”, os que fizeram “chantagem” sobre os trabalhadores, apresentando-se “como demissionários da empresa”. Considera não ter tido “capacidade para esclarecer e mobilizar os trabalhadores”, pois era “evidente [que] nem o eng.º Sardinha nem os outros engenheiros se demitiriam; não passou tudo de uma orquestração bem preparada para dividir os trabalhadores, em especial os operários”<sup>256</sup>. A Setenave será a única empresa do grupo CUF sem saneamentos durante a revolução<sup>257</sup>.

## **O controlo da metalomecânica pesada.**

O Conselho da Revolução comunica, a 12 de abril, ter analisado os trabalhos em curso no âmbito do Conselho Económico relativos à preparação dos programas económicos de

---

<sup>253</sup> Alberto Conceição, António Barros, e José Sardinha, 151.

<sup>254</sup> Ibid., 152.

<sup>255</sup> Entrevista com Teresa Rosa, Dezembro 2012.

<sup>256</sup> CTS, *Comunicado (resposta ao PCP)*, (Mitrena, 15 abril 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>257</sup> Alberto Conceição, António Barros, e José Sardinha, 153.

emergência, tendo definido como orientação geral ser “necessário que os trabalhadores sintam que a economia já não lhes é estranha”, pois “a construção socialista da economia é tarefa deles e para eles”, o que “implica a afirmação clara do princípio do controle organizado da produção pelos trabalhadores para objetivos de produção e eficiência, coordenados pelos órgãos centrais de planeamento, segundo esquemas a definir com brevidade”<sup>258</sup>. A mesma formulação será empregue no Decreto-Lei 203-C/75, de 15 de abril, no qual se refere estar em estudo a “aplicação de medidas de controle, incluindo a nacionalização, quando apropriada” de um conjunto de setores, nos quais se inclui a construção naval<sup>259</sup>.

Na sequência da orientação do mencionado Decreto-Lei 203-C/75, de 15 de abril, na Secretaria de Estado da Indústria elabora-se (na segunda quinzena de abril) um projeto de controlo da indústria metalomecânica pesada, em sete empresas do ramo (Cometna, Construtora Moderna, Sepsa, Mague, Efacec, Equimetal e Sorefame) mais a Lisnave e a Setenave.

Ao Comissariado para a Indústria Metalomecânica Pesada (pessoa coletiva de direito público, com autonomia administrativa, financeira e património próprio, regendo-se pela normas das empresas comerciais) competiria: coordenar os programas de produção e investimento das empresas; intervir ao nível dos programas de equipamento do setor público; promover a participação nacional nos investimentos privados; articular os programas de produção das principais empresas com as capacidades das restantes.

A direção seria composta por dois elementos designados pela Secretaria de Estado (um deles, o presidente) e outros dois designados pela Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores. O Conselho Geral pela direção, o diretor-geral da Indústria Transformadora, um representante do Ministério do Planeamento e outro do Comércio Externo e ainda um representante de cada um dos utilizadores nacionais. À Comissão de Controlo pertencem todos os membros da Coordenadora das CTs, com a seguinte incumbência: fiscalizar a gestão técnica, financeira e comercial do Comissariado; dar parecer sobre orçamento anual e relatório e contas;

---

<sup>258</sup> “Conselho da Revolução apela à mobilização dos trabalhadores,” *Boletim Informativo do Movimento das Forças Armadas*, abril 22, 1975, 3.

<sup>259</sup> Decreto-Lei 203-C/75, 15 de abril.

pronunciar-se sobre o programa de atividades; e propor ou aceitar a admissão de pessoal técnico<sup>260</sup>.

## **Uma Constituinte com uma “missão única”.**

O Pacto MFA-Partidos estabelece como principal órgão de soberania o Presidente da República, eleito por um colégio eleitoral constituído pela Assembleia do MFA e Assembleia Legislativa. A Assembleia Constituinte tem por missão única elaborar e aprovar uma Constituição. Após um período de transição de entre 3 a 5 anos, a Assembleia Legislativa será eleita por sufrágio universal e direto<sup>261</sup>.

As eleições para a Assembleia Constituinte são marcadas para 25 de Abril de 1975. Vasco Gonçalves, em entrevista nesse dia, afirma que “estamos a caminho de modificar as relações de trabalho, as próprias relações de produção, porque, como sabe, o Conselho da Revolução aprovou um documento em que diz que deverá haver um ‘controlo’ dos trabalhadores sobre a produção e a eficiência da produção, subordinada à coordenação de vários organismos a nível central”<sup>262</sup>. Ainda de acordo com o primeiro-ministro, não estamos “numa fase de destruição da burguesia, nem esse é o nosso objetivo”<sup>263</sup>.

Candidatam-se às eleições cinco trabalhadores da Setenave, pelo distrito de Setúbal (dois do PS e um cada pela LCI, PUP e FEC-ml)<sup>264</sup>, mas nenhum é eleito. Com uma participação recorde de mais de 90% dos eleitores, o PS consegue 37,9%, seguindo-se o PPD (26,4%), PCP (12,5%), CDS (7,6%), MDP/CDE (4,1%), com a “esquerda revolucionária” no seu conjunto a obter apenas 2,81% e a UDP a eleger um deputado.

Alinhando-se os vários “campos” em que se podiam desdobrar os resultados, do PCP “para a esquerda” obtinha-se 19,41%, PPD e CDS somam 34%, PS e PPD 64,3%, do PS “para a

---

<sup>260</sup> “Projeto de Controlo da Indústria Metalomecânica Pesada que cria o Comissariado para a Indústria Metalomecânica Pesada”, in Controlo Operário em Portugal (II), Fátima Patriarca, *Análise Social* 48 (1976): 1065-1072.

<sup>261</sup> “Plataforma de Acordo Constitucional com os Partidos Políticos,” *Boletim Informativo do Movimento das Forças Armadas*, abril 22, 1975, 9.

<sup>262</sup> Augusto Gama, org., 235.

<sup>263</sup> Ibid., 239.

<sup>264</sup> “Trabalhadores da Setenave candidatos à Assembleia Constituinte,” *Informação Setenave*, abril 8, 1975.

esquerda”, 57,35%. O PS sagra-se o grande vencedor. Tomando o seu discurso literalmente, a maioria da população teria rejeitado a via social-democrata (reformista) da revolução, conforme expressava a sua Declaração de Princípios, no que será também a leitura oficial pós-eleitoral do Conselho da Revolução<sup>265</sup> (coincidentemente, também tanto o Documento dos Nove como Pinheiro de Azevedo, na sua tomada de posse, alinharão pelo diapasão “não social-democrata”). No começo da campanha eleitoral no Porto, Soares afirmava: “o capitalismo foi ferido de morte com as nacionalizações da banca e dos seguros, mas não basta isso”, sendo necessário que o “próximo patrão seja o poder dos trabalhadores”<sup>266</sup>.

Mas se aparência e essência divergem na revolução portuguesa, a dissociação entre forma e conteúdo atinge níveis de surrealismo extremo, pois a volatilidade da deslocação de forças “empurra” os sujeitos políticos para guinadas táticas radicais, adotando discursos ambíguos e “camaleónicos”. Por exemplo, a CIP (argumenta Ferraz da Costa<sup>267</sup>) defendeu a “realização de eleições, como forma de chegar a um modelo de sociedade democrática e a uma economia de mercado”, através de uma “enorme flexibilidade tática”, apoiou o Plano Melo Antunes, minimizou ataques às empresas “indo até ao ponto, que eu na altura considere excessivo, de apoiar o 11 de março e de engolir a nacionalização da Banca e dos Seguros”, criou o *Jornal Novo* “usando, e a expressão é intencional mas não maldosa, um crítico mordaz de esquerda”, que travou “ímpetus mais revolucionários da Armada”, denunciou a unicidade e “empurrou Soares para a Fonte Luminosa”<sup>268</sup>.

A divisão PS/PCP ganhará novos contornos com a promulgação da lei da unicidade sindical, a 30 de abril, seguida de confrontos entre o PS e o PCP no 1.º de Maio, no qual os dirigentes do primeiro não conseguem chegar à tribuna. A disputa entre a legitimidade “revolucionária” ou “democrática” polarizará o período subsequente. A legitimidade “revolucionária” do Conselho da Revolução e do MFA tinha a sua matriz no golpe de estado, é um órgão não eleito, maioritariamente apoiado mas não sufragado. A legitimidade “democrática” era subordinada ao Pacto, conferia apenas mandato constitucional. Ambas as legitimidades reclamam-se do objetivo socialista de uma sociedade sem classes. Esta divisão de legitimidades

---

<sup>265</sup> “O CR e os resultados das eleições para a Assembleia Constituinte,” in *História Contemporânea de Portugal: Portugal de abril, do 25 de Abril aos nossos dias*, dir. João Medina (Lisboa: Amigos do Livro, 1985), 214.

<sup>266</sup> “Não se constrói o socialismo queimando papéis e bandeiras,” *Diário de Lisboa*, março 20, 1975, 4.

<sup>267</sup> Pedro Ferraz da Costa, presidente da CIP entre julho de 1981 e junho de 2001.

<sup>268</sup> “Vinte Anos Decisivos,” *Ibid.*

expressa na aparência, de um ponto de vista formal, duas táticas para alcançar um objetivo socialista. Mas na essência, um ano após a revolução, os trabalhadores só tinham votado ou para comissões de trabalhadores, de moradores e demais “órgãos de poder popular”, para sindicatos, ou para uma Constituinte a prazo, sem poderes legislativos e subordinada ao Conselho da Revolução.

### **O III Conselho de Trabalhadores.**

Para o Programa A (no qual se denota uma maior preponderância da linguagem marxista-leninista) “sem um partido único, verdadeiramente revolucionário”, apoiando-se “numa frente que se identifique com o programa da Democracia Popular, é impossível ao proletariado cumprir a sua tarefa”. Deste modo, o CTS “deve desenvolver um trabalho político e formar uma vanguarda consciente”<sup>269</sup>.

O Programa C (PCP) propõe o estabelecimento de uma Comissão Unitária de Trabalhadores, com o mandato de um ano, podendo ser destituída por 51% dos trabalhadores. Privilegia a conquista de “regalias sociais e melhores condições de trabalho” face a “aumentos salariais” por “aumentarem o custo daquilo que produzimos” e diminuírem o “poder de concorrência da nossa empresa no mercado internacional”. Defende a formação de “grupos de vigilância” que se possam transformar, em caso de necessidade, em “milícias populares”<sup>270</sup>.

As eleições realizam-se a 8 e 9 de maio, registando-se 1123 abstenções e 350 votos nulos e brancos. Votam 1781 trabalhadores. A lista A vence com 746 votos e a Lista C obtém 685 votos<sup>271</sup>.

Em reunião do novo CTS com os delegados sindicais, estabelece-se que ficam os últimos responsáveis pelas reivindicações e conflitos de trabalho, e os primeiros tratarão de todas as formas de luta superiores e toda a organização política do estaleiro<sup>272</sup>.

---

<sup>269</sup> *Programa A*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>270</sup> *Programa C*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>271</sup> “Resultados da votação para o novo CTS,” *Informação Setenave*, maio 15, 1975.

<sup>272</sup> “Reunião do CTS com os Delegados Sindicais,” *Informação Setenave*, maio 30, 1975.

## **O controlo da produção para “cumprimento rigoroso das medidas de austeridade”.**

Em maio, enquanto as CTs se encontram a discutir a proposta do Comissariado, numa reunião do Conselho Económico do IV GP, de 7 de maio de 1975, apresenta-se um projeto de decreto-lei relativo ao controlo operário, elaborado pelo secretário de Estado do Trabalho, Carlos Carvalhas. Tem como objetivo a “crescente participação organizada dos trabalhadores na batalha da economia, contra a sabotagem, pela melhoria quantitativa e qualitativa da produção”. Considerando-se a “urgente necessidade de reconhecer o direito ao controlo organizado da produção”, este é reconhecido como um facto *a priori*.

Deste modo, “o exercício da atividade de controlo da produção não deverá conduzir ou contribuir para entravar a normal atividade produtiva da empresa, bem como interferir no exercício de funções de natureza administrativa cometidas aos órgãos competentes”.

O controlo de produção “só poderá ser exercido em termos consequentes através das suas estruturas unitárias e representativas”, que são comissões criadas especificamente para o efeito. As CTs só poderão realizar o controlo caso já estejam constituídas, podendo a sua composição ser alterada para integrar delegados sindicais. Quando não existam CTs, tal competirá a comissões específicas, às comissões sindicais ou delegados sindicais.

As tarefas destes órgãos são: “emitir parecer e garantir a execução” dos “planos gerais da empresa”; “contribuir para a melhoria quantitativa e qualitativa da produção”, “velar pelo cumprimento dos programas do Governo” e garantir “o cumprimento rigoroso de medidas de austeridade económica que o Governo adote”.

O projeto de decreto-lei estabelece ainda que “o exercício da atividade de controlo da produção não deverá conduzir ou contribuir para entravar a normal atividade produtiva da empresa, bem como interferir no exercício de funções de natureza administrativa cometidas aos órgãos competentes”<sup>273</sup>.

---

<sup>273</sup> “Controlo Operário da Produção,” in Controlo Operário em Portugal (I), Fátima Patriarca, *Análise Social* 47 (1976): 792-794.



Também nessa reunião, apresenta-se um outro documento, elaborado pelo secretário de Estado da Indústria, João Martins Pereira, que define o controlo da produção como “uma ação, por parte dos próprios trabalhadores, tendente a assegurar que a unidade produtiva (ou setor) em que se inserem está a ser utilizada da forma mais adequada, tendo em visto o esforço coletivo global no sentido da instauração de uma sociedade socialista”. Defende-se que assembleias gerais de trabalhadores elejam “comissões de controlo da produção”, ou atribuam à CT ou comissão sindical já existente (ou a parte delas) essa incumbência.

Considera-se ainda que às comissões administrativas, aos órgãos de gestão sectorial a criar e às comissões de reestruturação dos setores nacionalizados devem ser dados os seguintes princípios orientadores: os trabalhadores devem ter a faculdade de organizar o trabalho nas respetivas oficinas e serviços; e as comissões de controlo terão acesso a todas as informações para fiscalização da gestão técnica, financeira e comercial da empresa, podendo apresentar propostas de reconversão, ampliação e planos de investimento<sup>274</sup>.

A 28 desse mês, o COPCON desencadeia uma operação contra o MRPP, prendendo cerca de 400 militantes. A 4 de junho, em reunião da Interempresas, o Conselho de Defesa dos Trabalhadores da Efacec-Inel, que vinha promovendo reuniões com outras empresas desde inícios de maio, é acusado de promover uma cisão na organização<sup>275</sup>. A diferença radicaria em questões de organização, entre a participação de trabalhadores a nível individual (como se vinha verificando) ou na base fundamental de delegados mandatos pelas CTs, podendo participar todos os restantes trabalhadores<sup>276</sup>. A 5 de junho, as CTs do Comissariado aprovam o projeto, com exceção da Efacec-Inel (MRPP), que argumenta tratar-se de “levar a classe operária a participar na reconstrução do capital”<sup>277</sup>.

Entretanto, a atividade de reparação naval na Mitrena é inaugurada a 16 de junho, com a entrada no estaleiro do navio *Montemuro*, da Soponata<sup>278</sup>. Ao longo do ano de 1975, serão reparados 11 navios no estaleiro<sup>279</sup>.

---

<sup>274</sup> “Notas sobre o controlo da produção,” in *Controlo Operário em Portugal (I)*, Fátima Patriarca, *Análise Social* 47 (1976): 769-772.

<sup>275</sup> “Inter-Empresas: Que futuro?,” *Combate*, julho 1, 1975, 7.

<sup>276</sup> “Editorial,” *Viva a Classe Operária*, agosto 1, 1975.

<sup>277</sup> “Controlo Operário na Metalomecânica,” in *Controlo Operário em Portugal (II)*, Fátima Patriarca, *Análise Social* 48 (1976): 1074-1076.

<sup>278</sup> “A propósito do «Montemuro»...Parabéns Setenave,” *Informação Setenave*, agosto, 1, 1975.

<sup>279</sup> Alberto Conceição, António Barros, e José Sardinha, 126.

## Os Planos do Movimento das Forças Armadas.

O Plano de Ação Política (PAP), de 21 de junho, define o MFA como “movimento de libertação” apostado na “descolonização interna”, cujo principal objetivo é a “independência nacional”, dentro da NATO para “não prejudicar o equilíbrio político-militar da Europa”. Tal só pode ser alcançado com o objetivo “final” de uma “sociedade socialista”, caracterizada como uma “sociedade sem classes, obtida pela coletivização dos meios de produção”. A fase de transição é determinada pelo Pacto MFA-Partidos (ou seja, o PR é escolhido a meias pelo MFA) e assente numa “via pluralista” e “pacífica”, sem “armamento do povo”<sup>280</sup>.

A 24 de junho, projeta-se a criação de um “Departamento da Indústria Naval” (DIN)<sup>281</sup> integrado no Ministério da Indústria e Tecnologia. O DIN atuaria apenas para os médios e pequenos estaleiros (excluindo-se portanto Lisnave e Setenave), tendo como atribuições o levantamento dos recursos, potencialidades e necessidades do setor, definição de uma política industrial, execução de um projeto de gestão coordenada das unidades industriais, estaleiros e oficinas existentes no setor, prossecução de uma política comercial coordenada no setor, apoio técnico às empresas visando sobretudo corrigir a atual dependência do exterior<sup>282</sup>.

A Assembleia do MFA aprova o Documento Aliança Povo-MFA (DAPMFA), a 8 de julho, que se declara filiar-se no PAP, tendo como objetivo “criar e desenvolver um amplo setor estatal que seja o reflexo do domínio da economia nacional por parte de um Estado Democrático, em substituição de uma economia privada dominada pelo capital monopolista”. Não pretende “militarizar o povo” e propõe uma orgânica da aliança Povo-MFA na qual o Conselho da Revolução “é o órgão máximo da soberania nacional”. As CTs e comissões de moradores são integradas em assembleias locais, de onde emergirão em diferentes fases, assembleias populares

---

<sup>280</sup> “Plano de Ação Política,” in *História Contemporânea de Portugal: Portugal de abril, do 25 de Abril aos nossos dias*, dir. João Medina (Lisboa: Amigos do Livro, 1985), 225-228.

<sup>281</sup> Prevê-se o funcionamento em permanência de uma Comissão de Trabalhadores do setor, junto do Departamento, a quem competiria: representar os trabalhadores; participação na definição da política de gestão do pessoal e formação profissional, e no estudo das políticas de salários; controlar os órgãos de gestão das empresas, para evitar atuações de benefício a uma ou mais empresas em detrimento das outras, ou fugas a medidas de gestão coordenada. A Comissão Instaladora seria constituída por um Presidente e três elementos de designados pelo Secretário de Estado da Indústria Pesada, e por três elementos designados pelas Comissões de Trabalhadores do setor in *Projeto de Decreto-Lei para a criação do Departamento da Indústria Naval*, (Lisboa, 24 junho 1975), policopiado.

<sup>282</sup> *Projeto de Decreto-Lei para a criação do Departamento da Indústria Naval*, (Lisboa, 24 junho 1975), policopiado.

distritais, assembleias populares regionais e uma Assembleia Popular Nacional, órgãos nos quais participa o MFA<sup>283</sup>.

O PS acusa o DAPMFA de violar o Pacto MFA-Partidos para dar “cobertura à instauração de uma ditadura” do MFA, nomeadamente por não prever a existência de um PR, “instituir uma Assembleia Popular Nacional formada por eleição em quarto ou quinto grau e em votação por braços levantados”, quando a “Plataforma claramente estabelece que a Assembleia Legislativa será eleita por sufrágio universal, direto e secreto”, sendo inquietante a preocupação de “tutelar militarmente” as CTs e CMS<sup>284</sup>.

Sob convocação da Intersindical, realiza-se a 10 de julho uma manifestação de apoio ao CR e ao MFA, com PCP, e outros partidos da “esquerda revolucionária”. A LCI considera que o DAPMFA, ao “reconhecer e legitimar as comissões de trabalhadores e de moradores, e ao apoiar o desenvolvimento de formas de poder popular, constitui um elemento altamente significativo no processo político em Portugal”<sup>285</sup>. Para o PRP, o “projeto de poder popular vem ao encontro da nossa proposta”<sup>286</sup>. A maioria da “esquerda revolucionária”, impotente, começará a alinhar-se com o “gonçalvismo”, que, isolado, procura uma síntese aceleradora do processo, mas precipita-se o fosso de “legitimidade” entre a exigência de “dissolução da Constituinte” e a não existência de uma alternativa orgânica “de baixo” assente nos chamados “órgãos de vontade popular”, conduzindo uma parte a uma vertigem putschista que combina contraditoriamente o “não à guerra civil” com apelos à insurreição.

Também a 10 julho, reúne-se o Congresso da Indústria, organizado pela CIP. Participam pelo CR Carlos Fabião, Costa Martins e Rosa Coutinho. O último argumenta que “o facto de protegemos em especial as classes trabalhadoras não quer dizer que não temos em conta os interesses de todo o povo português, e as pessoas que estão nesta sala também são povo português”, lamentando a “falta de confiança mútua patrão-operários, problema básico que urge resolver para estabilizar a economia”<sup>287</sup>.

---

<sup>283</sup> “Aliança Povo-MFA,” in *História Contemporânea de Portugal: Portugal de abril, do 25 de Abril aos nossos dias*, dir. João Medina (Lisboa: Amigos do Livro, 1985), 232-234.

<sup>284</sup> “No fundo é instaurar apenas uma ditadura,” *Diário de Lisboa*, julho 11, 1975, 10.

<sup>285</sup> “O MFA quer transformar o aparelho de Estado,” *Jornal Novo*, julho 11, 1975, 11.

<sup>286</sup> “O projeto de poder popular vem ao encontro da nossa proposta,” *Jornal Novo*, julho 10, 1975, 3.

<sup>287</sup> “Rosa Coutinho no Congresso da Indústria, Acabar com a dominação do poder económico sobre o poder político,” *Jornal Novo*, julho 12, 1975, 4.

No congresso discute-se “O papel da iniciativa privada numa sociedade em transição para o socialismo”. Essa transição expressa-se no “exercício do voto por sufrágio universal e secreto”, na qual se “admitirá a existência de um setor económico baseado na economia privada” numa “economia subordinada essencialmente aos interesses da coletividade”. Defende a liberdade de organização dos empresários numa arrumação tripartida na linha da Organização Internacional do Trabalho. E a necessidade de institucionalizar nas empresas “um órgão de representação de interesses de todos os seus trabalhadores”, que deve ser a “comissão de trabalhadores da empresa”, eleita por voto secreto<sup>288</sup>.

A CIP propõe a sua audição prévia na política industrial; crédito e apoio às PME; concessão de crédito para investimentos a juro baixo; relançamento urgente da construção civil; “suspensão temporária de reivindicações salariais e outras no campo das relações laborais, até se atingir o indispensável controlo da economia nacional e a desejável estabilidade propiciante [sic] de uma efetiva melhoria do nível de vida dos setores mais desprotegidos”; afiançando “continuarem, com os seus colaboradores, a trabalhar sem intuítos de lucro primário, mas fundamentalmente de criação de riqueza para ser distribuída numa ótica socialista”<sup>289</sup>.

Quando o congresso terminava, um congressista arranca um cartaz na porta do pavilhão que dizia “Morte ao fascismo, justiça popular”. Os trabalhadores pedem explicações e são expulsos por um grupo de congressistas. Aqueles voltam à carga e acabaram por lograr afastar do LNEC o elemento tido por “provocador”<sup>290</sup>.

Na nossa hipótese, a seguir ao 11 de março, numa posição defensiva, a tática da CIP passava por afastar a ameaça operária de expropriação, defendendo como primeira trincheira a manutenção de um setor privado numa “transição socialista” que, pilotada pelo PS no quadro de uma democracia representativa, aproximaria a retórica do “socialismo” num contexto revolucionário a uma prática de “socialismo ocidental” de economia mista, numa situação posteriormente “normalizada democraticamente”. Para esse efeito, o tripartismo e a concertação são defendidos por uma classe numa relação de forças desfavorável. Quando a situação se inverter, serão as direções dos trabalhadores a clamar por “concertação”. Também por uma

---

<sup>288</sup> “Os trabalhadores e a empresa na sociedade de transição para o Socialismo,” *Boletim CIP, Direção de Serviços de Relações Sociais e do Trabalho*, junho 1975.

<sup>289</sup> “Industriais defendem distribuição da riqueza,” *Jornal Novo*, julho 14, 1975, 4.

<sup>290</sup> “Rosa Coutinho no Congresso da Indústria, Acabar com a dominação do poder económico sobre o poder político,” *Ibid.*

questão de relação de forças se poderá explicar a primeira preferência pelos sindicatos, numa fase em que o PCP e a Intersindical são críticos da “onda de greves” conduzida pelas CTs, para uma subsequente preferência pelas CTs que, sem centralização, mais facilmente poderiam aderir à cogestão, como no elogiado “modelo alemão”.

Justificando-se com a não desocupação do jornal *República*, o PS abandona o IV GP a 11 de julho, seguido do PPD. A 13 de julho começam os ataques às sedes dos partidos “à esquerda” do PS (sobretudo o PCP).

O CTS informa os trabalhadores, a 14 de julho, de que a Setenave recebeu resposta positiva sobre a aplicação do leque salarial por parte do Ministério do Trabalho<sup>291</sup>. Ainda nesse dia, o ministro da Indústria e respetivo secretário de Estado reúnem com o CTS e a CT dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, sendo-lhes comunicada a decisão de nacionalização das duas empresas.

Segundo o CTS, o Governo argumentou não se justificar a continuação da Setenave como empresa privada, pois a maioria do capital já pertencia ao Estado, através de empréstimos quer da banca quer da Caixa Geral de Depósitos. A nacionalização permitiria uma maior participação dos trabalhadores e, através do DIN, poderiam definir a reestruturação do setor.

O CTS responde que a nacionalização “independentemente da Lisnave pouco ou nada adiantaria e alertava para a possibilidade de divisão entre os trabalhadores das duas empresas que se poderia vir a criar”. Argumenta não ser este “tipo de política, em que as nacionalizações são feitas com a preocupação de não atacar diretamente o capitalismo internacional (causas para a não nacionalização da Lisnave), para que este mesmo capitalismo não desencadeie o boicote económico de forma radical, dado que o boicote económico já é uma realidade”<sup>292</sup>.

O Decreto-Lei 372-A/75, de 16 de julho, que regula a cessação do contrato individual de trabalho, numa “sociedade a caminho do socialismo”, admite o despedimento por parte da entidade patronal ou do gestor público em função de “conduta culposa” ou por “circunstâncias objetivas”, nomeadamente se a “manutenção da relação de trabalho for incompatível com os interesses globais da economia”.

---

<sup>291</sup> Ata da reunião dos delegados sindicais, (s.l., 14 julho 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>292</sup> O CTS, Reunião com o Ministro da Indústria e o Secretário de Estado da Indústria, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

No conceito de “justa causa” cabem (entre outros) a “desobediência ilegítima às ordens dadas por responsáveis hierarquicamente superiores”, o “desinteresse repetido pelo cumprimento das obrigações inerentes ao exercício do cargo ou posto de trabalho que lhe esteja confiado, com a diligência devida”, a “lesão de interesses patrimoniais sérios da empresa” ou a “prática intencional de atos lesivos da economia nacional”. Por motivos atendíveis entende-se a “necessidade de extinção do posto de trabalho” e a “manifesta inaptidão e impossibilidade de preparação do trabalhador para as modificações tecnológicas que afetem o posto de trabalho”<sup>293</sup>.

O Congresso da Intersindical, de 25 a 27 de julho, aclama entusiasticamente Vasco Gonçalves, que se encontra presente. Aprova-se a ligação do controlo operário à batalha da produção, aposta-se numa maior cooperação entre sindicatos e CTs, não se apresentam reivindicações salariais em “subordinação” ao “estabelecimento de um poder político que exprima os interesses da classe operária”, nem de redução da jornada de trabalho. Defende-se as nacionalizações, o desenvolvimento económico através do planeamento económico, a reforma agrária e o combate ao desemprego pela proibição do despedimento sem justa causa, a proibição do *lock-out*, assistência estatal em caso de desemprego involuntário, redução das horas extras e de situações de pluriemprego<sup>294</sup>.

A terminar o mês de julho, o administrador Eng.º Moura Vicente informa os trabalhadores da comunicação do Grupo Thyssen declarando a sua intenção de terminar os contratos de compra dos petroleiros, referências S-104 e S-106, submetendo a disputa para o tribunal arbitral na Holanda.<sup>295</sup> A Administração, “preocupada com o espectro do desemprego tomou a decisão de não interromper os trabalhos preparatórios da construção do S-104”<sup>296</sup>. O contrato negociado em escudos, uma moeda que se desvalorizava, e a necessidade de compra de materiais ao estrangeiro, tornavam o negócio ruinoso.

O V Governo Provisório toma posse a 8 de agosto, de novo com Vasco Gonçalves como primeiro-ministro, mas sem representação partidária, à exceção de um ministro do MDP. O projeto de controlo da produção é aprovado pelo V GP, mas carece de promulgação presidencial.

---

<sup>293</sup> Decreto-Lei 372-A/75, 16 de julho.

<sup>294</sup> “Documento de orientação e ação para um Portugal novo,” *Alavanca*, julho 30, 1975, 8-17.

<sup>295</sup> “Grupo Thyssen quer terminar contratos,” *Informação Setenave*, agosto 1, 1975.

<sup>296</sup> Alberto Conceição, António Barros, e José Sardinha, 94.

Em oposição ao DAPMFA e ao V GP, surge o Documento dos Nove, elaborado por militares “moderados”. Recusa o “modelo de sociedade socialista tipo europeu-oriental a que fatalmente seremos conduzidos por uma direção política que crê, obstinadamente, que uma ‘vanguarda’ assente numa base social muito estreita fará a revolução” e o “modelo de sociedade social-democrata em vigor em muitos países da Europa Ocidental”. Defende “uma sociedade sem classes, onde tenha sido posto fim à exploração do homem pelo homem”, cujo modelo é “inseparável da democracia política”.

Opõe à “teoria leninista de ‘vanguarda revolucionária’” a construção de um “sólido bloco social de apoio, englobando proletariado urbano e rural, pequena burguesia e largos estratos da média burguesia (incluindo técnicos e intelectuais progressistas)”, para que a transição se realize “gradualmente, sem convulsões e pacificamente”.

Finalmente surge o Documento do COPCON, de 12 de agosto. Este critica o PCP por “tentativas de controlo do aparelho de Estado”, que conduziram reactivamente ao Documento dos Nove que, apesar das suas “intenções democráticas e patrióticas”, levaria à “recuperação pela direita”, através do reforço das ligações com a CEE e a EFTA, bem como por “escamotear o papel das massas” e a “ação das suas vanguardas”.

Propõe a realização do projeto de Aliança Povo-MFA, iniciando-se uma planificação socialista, tendo por objetivos o pleno emprego e a independência nacional. Tal implica “grandes dificuldades e sacrifícios”, que “têm de ser partilhados por toda a gente”, pois “não se pode pedir que sejam só os trabalhadores a suportá-los”. O poder executivo deve ser exercido pelo MFA “com organizações políticas verdadeiramente revolucionárias”, numa fase de transição até à Assembleia Nacional Popular.

A 20 de agosto, os trabalhadores da Setenave em plenário com os seus congéneres da Eni, Gaslimpo, Somague e Edifer repudiam o Decreto-Lei 372-A/75, a chamada “Lei sobre os despedimentos”, através de uma moção a ser entregue ao Governo, por a considerarem “antioperária, reacionária, fascista e social-fascista, pois dizendo integrar-se num processo socialista, mais não visa que uma insegurança no trabalho a todos os trabalhadores e a salvação do capital”<sup>297</sup>.

---

<sup>297</sup> “Moção,” *Informação Setenave*, setembro 3, 1975.

Em 25 de agosto, no Centro de Sociologia Militar da 5.<sup>a</sup> Divisão, constitui-se a Frente de Unidade Popular (FUP), englobando PCP, MDP, FSP, LCI, LUAR, MES e PRP, numa articulação entre o apoio ao VGP e ao Documento do COPCON<sup>298</sup>. Nesse mesmo dia, o Conselho da Revolução suspende a 5.<sup>a</sup> Divisão<sup>299</sup>.

A 27, o COPCON ocupa e encerra a 5.<sup>a</sup> Divisão<sup>300</sup>. Para esse dia estava marcada uma manifestação da FUP, segundo o *Diário de Lisboa* com as palavras de ordem (entre outras) aprovadas de “V Governo, transição para a Revolução”, “Abaixo a social-democracia” e “Dissolução da Constituinte, já!”<sup>301</sup>. A mesma percorre um trajeto do Cais do Sodré até ao Terreiro do Paço, com participação de empresas como a Lisnave e a Setenave, entre outras. Vasco Gonçalves saúda “veementemente a constituição desta Frente de Unidade Popular”, numa “frente ampla” que deve incluir os “verdadeiros socialistas” na base dos documentos do VGP e do COPCON<sup>302</sup>. Costa Gomes considera que a “vossa” Frente Unida “só tomará dimensão nacional numa plataforma em que se incluem todas as outras forças políticas imprescindíveis”, verificando-se a “maior das interrupções”; seguidamente afirma que “ninguém quer sociais-democracias, mas o socialismo”, e a multidão “rebentou em aplausos”. O PR “retirar-se-ia do varandim quase de imediato”<sup>303</sup>.

O PCP afirma não apoiar medidas destrutivas face à “atual Assembleia Constituinte”<sup>304</sup> e Cunhal propõe um “último esforço na busca de uma solução comum e global”, através de encontros entre representantes do PR, GP e CR, esquerda militar, Grupo dos Nove e COPCON, PCP, participantes no projeto da criação de uma ampla frente revolucionária e PS<sup>305</sup>. Para o PRP trata-se de uma “conciliação” com o PR e o PS e uma “traição” às organizações com quem se comprometeu, aos militares revolucionários, a Vasco Gonçalves e às suas bases<sup>306</sup>. O PCP “sai” da FUP (argumentando nunca ter chegado a entrar), mas o seu aliado MDP permanece na nova FUR que defende o “poder popular”, a dissolução da Constituinte e um Governo de Unidade

---

<sup>298</sup> “Frente Revolucionária,” *Diário de Lisboa*, agosto 25, 1975, 1.

<sup>299</sup> “Vasco e Corvacho nos seus postos, 5.<sup>a</sup> Divisão foi sacrificada,” *Diário de Lisboa*, agosto 26, 1975, 1.

<sup>300</sup> “Comandos ocupam 5.<sup>a</sup> Divisão,” *Diário de Lisboa*, agosto 27, 1975, 1.

<sup>301</sup> “Palavras de ordem,” *Diário de Lisboa*, agosto 27, 1975, 20.

<sup>302</sup> “Enorme manifestação popular apoiou a via socialista,” *Diário de Lisboa*, agosto 28, 1975, 4.

<sup>303</sup> “Costa Gomes: Ninguém quer sociais-democracias,” *Diário de Lisboa*, agosto 28, 1975, 5.

<sup>304</sup> “Para uma crise global soluções globais,” *Avante!*, agosto 28, 1975, 2.

<sup>305</sup> “Impõe-se um encontro de forças progressistas para salvar a revolução portuguesa,” *Diário de Lisboa*, agosto 29, 1975, 9.

<sup>306</sup> “Conciliação do PCP pode gerar guerra civil,” *Diário de Lisboa*, agosto 29, 1975, 6.



Revolucionária<sup>307</sup>. Vasco Gonçalves deixa o cargo de primeiro-ministro a 29 de agosto, prevendo-se a sua passagem a chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Na Assembleia do MFA de 5 de setembro em Tancos, a linha dos Nove derrota essa tentativa<sup>308</sup>.

A progressiva divisão de campos no seio do MFA, que detém o monopólio das armas, subordinará o movimento operário ao apoio a uma das suas facções, na “crise político-militar”. A base do PCP está com o “gonçalvismo”, seduzida pelo “otelismo” e hostil ao “melo-antunismo”. O PCP (segundo Martins Rodrigues, na iminência de uma rutura interna<sup>309</sup>) aposta na conciliação com o “melo-antunismo” e apoia-se no “otelismo”. A FUR com o “otelismo” em aliança com o “gonçalvismo”. O PS, MRPP e AOC, com o “melo-antunismo”, a que se junta toda a direita.

## **A nacionalização da Setenave.**

Considerando “a necessidade de prosseguir na via da concretização de uma política económica posta ao serviço das classes trabalhadoras e das camadas mais desfavorecidas da população portuguesa, em cumprimento do Programa do Movimento das Forças Armadas”, o “papel vital desempenhado pela indústria de construção naval na economia portuguesa”, e “a necessidade de um planeamento integrado no setor da construção e reparação naval com outros setores básicos da economia”, a Setenave é nacionalizada pelo Decreto-Lei 478/75, de 1 de setembro, no crepúsculo do V GP<sup>310</sup>.

Segundo Eugénio Rosa, não se tratava de um “reforço do capitalismo”, porque no Governo “estão representadas diversas forças sociais, entre as quais as classes trabalhadoras”, conferindo-se um “conteúdo novo, portanto diferente daquele que se verificava no fascismo, à passagem de setores-chaves para as mãos ou para o controle do Estado”<sup>311</sup>. E Vasco Gonçalves argumentava que as nacionalizações “não significam apenas uma mudança de patrão”, porque as

---

<sup>307</sup> “FUR, Por uma Frente de Unidade Revolucionária,” *Universidade de Aveiro, coleções digitais, cartazes*, acesso a janeiro 26, 2016, <http://arquivo.sinbad.ua.pt/Cartazes/2005000411>

<sup>308</sup> Kenneth Maxwell, *A Construção da Democracia em Portugal* (Lisboa: Editorial Presença, 1999), 173.

<sup>309</sup> Francisco Martins Rodrigues, coord., *O futuro era agora, O movimento popular do 25 de Abril* (Lisboa: Dinossauro, 1994), 202.

<sup>310</sup> Decreto-Lei 478/75, 1 de setembro.

<sup>311</sup> Eugénio Rosa, *Problemas atuais da economia portuguesa e Os monopólios e o 25 de Abril* (Lisboa: Seara Nova, 1975), 109.

“relações de produção dentro das empresas nacionalizadas se alteraram radicalmente”. Assim, “os trabalhadores não estão já a servir o lucro individual, o lucro privado”, mas sim “ao serviço do País”<sup>312</sup>.

De acordo com Vasco de Mello (CIP), “as oportunidades de racionalização produtiva de largos ramos de atividade agora sob controlo estatal podem, com efeito, constituir-se oportuna e concretamente manejados, poderosos instrumentos de suporte e reativação da economia portuguesa, nela incluindo a área confiada à iniciativa privada”<sup>313</sup>.

## **Em defesa do “Pacto Social multissecular”.**

Em mais um aniversário do 11 de setembro, o CTS volta a apelar “a todos os camaradas para que façam uma paragem de cinco minutos, respeitando um minuto de silêncio em homenagem ao povo chileno”<sup>314</sup>.

Assume funções o VI GP, de novo com a presença de PS e PPD e só um ministro comunista. Vasco Gonçalves é substituído por Pinheiro de Azevedo no cargo de primeiro-ministro. Este, na sua tomada de posse, a 19 de setembro, declara que uma “revolução socialista” constrói-se “com a participação de todos os que se encontram num horizonte comum de liberdade, de dignidade humana, de justiça social”. Afirma que, tal como o “Presidente da República, também eu rejeito a social-democracia, como objetivo final da Revolução”, incluindo-se num “esforço conjunto, consciente e responsável, centrado na edificação da República Socialista Portuguesa”<sup>315</sup>.

Em conferência de imprensa, Vasco de Mello, presidente da CIP, argumenta que a “linha de orientação” do VI GP vem ao encontro de uma série de proposições que a confederação defende, nomeadamente “delimitar os domínios de atividade dos setores público e privado, apoiar as PME, promover uma política expansionista dos investimentos públicos, criar condições de confiança e reforçar as relações comerciais com os países da EFTA e do Mercado Comum”.

---

<sup>312</sup> Augusto Gama, org., 253.

<sup>313</sup> “A CIP define-se perante o programa do MFA,” *Jornal Novo*, julho 10, 1975, 4.

<sup>314</sup> CTS, *Comunicado*, (s.l., 11 setembro 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>315</sup> Augusto Gama, org., 16.

Contudo, o que espera “é que ele faça a demonstração prática do que anuncia”. Questionado acerca do “controle operário sobre a produção”, responde que os “empresários portugueses não se opõem a que os trabalhadores tenham uma participação, uma vivência da empresa, o que não aceitam é que seja indefinida, alterando-se segundo as circunstâncias do momento”, não lhe parecendo que “este objetivo possa ser alcançado com facilidade, e rapidamente”<sup>316</sup>.

No dia seguinte à tomada de posse do VI GP, a Associação de Deficientes das Forças Armadas ocupa as portagens da Ponte 25 de Abril. A 22 de setembro erguem barricadas junto do Palácio de Belém e ocupam estações de rádio. Uma manifestação dos SUV em Lisboa reúne 100 000 participantes. No dia seguinte é criado o AMI. A 27 de setembro, em protesto contra a execução de dois antifascistas a mando de Franco, a Embaixada de Espanha é assaltada e pilhada.

No fim do mês de setembro, enquanto Costa Gomes se encontra na Polónia, onde visita os estaleiros navais Lenine, de Gdansk, e anuncia o estabelecimento de acordos de cooperação na construção naval<sup>317</sup> (que não chegam a ser concretizados), por sua ordem e do primeiro-ministro, com o aval do CR e do Governo, pelas oito da manhã de 29 de setembro, forças militares ocupam os postos emissores de rádio e televisão, ordenando-se só serem difundidas notícias das agências ou comunicados oficiais e oficiosos.

Pela rádio lê-se o comunicado do Presidente da República, que afirma tratar-se de uma “medida de exceção” e “transitória”, tendente a “evitar a declaração de um estado de emergência, que afetaria o normal exercício das atividades cívicas”. Identifica na “exploração política dos deficientes das Forças Armadas”, num grupo de militares “que põem em causa os princípios básicos da disciplina militar” e no assalto à Embaixada de Espanha um “denominador comum”: a “intenção de minar os alicerces da disciplina e da ordem”. Os órgãos de informação em causa “desenvolveram toda uma campanha provocatória e de aliciação de atitudes sediciosas”. Deste modo, a ocupação “destina-se a assegurar uma informação não manipulada ao serviço do País e da revolução”, pois “um País em que os órgãos de informação se permitem destruir os alicerces cívicos e morais de um pacto social multissecular tende a deixar de sê-lo”<sup>318</sup>.

---

<sup>316</sup> “A orientação do VI Governo vem ao encontro das nossas ideias,” *Jornal Novo*, setembro 17, 1975, 4.

<sup>317</sup> “Costa Gomes na Polónia,” *Diário de Lisboa*, setembro 30, 1975, 1.

<sup>318</sup> “Estações de Rádio e TV ocupadas militarmente,” *Diário de Lisboa*, setembro 29, 1975, 1.

Para Pinheiro de Azevedo estava em “causa a subsistência da própria Nação como Estado independente”, pois o “Governo não pode continuar a governar sob a pressão de grupos políticos empenhados em destruí-lo, mesmo pelo preço da destruição da própria Nação”. A “medida agora ordenada insere-se na linha de uma tenaz defesa da revolução portuguesa, com destaque para os dois pontos essenciais do seu programa político: a defesa da independência nacional e a realização do socialismo”<sup>319</sup>.

O CTS é “posto ao corrente” pelo Ralis e pela Polícia Militar de que, simultaneamente com a ocupação dos emissores, estas unidades encontravam-se “perante a situação de serem isolados, face às atitudes progressistas que têm vindo a tomar”. Assim, constitui-se um “comité de luta que viria a contactar os militares da zona e também empresas para verificar quais eram as suas posições”. Como os “militares progressistas só intervinham quando tivessem apoio popular”, o CTS e os delegados sindicais decidiram “convocar um plenário de urgência”, no qual os trabalhadores “decidiram avançar para Lisboa”.

Na capital, pela tarde, uma manifestação da FUR começa no Terreiro do Paço, atravessa várias artérias da cidade e desagua num comício no Parque Eduardo VII<sup>320</sup>. Junto ao Palácio Foz, nos Restauradores, onde decorria uma reunião do ministro da Comunicação Social e de Otelo com órgãos de informação, manifestantes da FUR exigem a desocupação<sup>321</sup>. Otelo afirma que “se tivesse conhecimentos livrescos e estrutura política, poderia ter sido um Fidel Castro da Europa”<sup>322</sup>. Declara-se “convencido da necessidade de dar apoio a este Governo e de combater o caos e a indisciplina”<sup>323</sup>, argumentando ser a sua posição dependente de “um equilíbrio de forças” e de “ordens emanadas do Presidente da República”. É “longamente vaiado pelos manifestantes que exigiam a sua intervenção imediata e a ida a Belém para reclamar o poder”<sup>324</sup>, por entre insultos de “social-democrata” e “fascista”<sup>325</sup>.

A situação é tensa. Na RTP e na Emissora Nacional as forças militares permitem a continuação das transmissões. O Rádio Clube Português e a Renascença estão ocupados por

---

<sup>319</sup> “Em causa a subsistência da própria nação como Estado independente,” *Jornal Novo*, setembro 30, 1975, 7.

<sup>320</sup> “Estão ameaçadas as unidades de esquerda,” *Diário de Lisboa* setembro 29, 1975, 20.

<sup>321</sup> Maria Inácia Rezola, *Os militares na revolução de abril, O Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal (1974-1976)* (Lisboa: Campo da Comunicação, 2006), 422.

<sup>322</sup> Adelino Gomes e João Pedro Castanheira, *Os Dias Loucos do PREC* (Lisboa: Expresso/Público, 2006), 311.

<sup>323</sup> “Qual é o caminho que queremos seguir? – pergunta Otelo aos jornalistas,” *Jornal Novo*, setembro 30, 1975, 8.

<sup>324</sup> Maria Inácia Rezola, 422.

<sup>325</sup> Adelino Gomes e João Pedro Castanheira, 311.

comandos e forças militarizadas da GNR e PSP. Populares e Polícia Militar concentram-se em frente aos estúdios. Em Belém, o Secretariado Provisório da FUR, com um delegado do CTS e outro da CT Lisnave, reúnem-se com Pinheiro de Azevedo durante a madrugada, exigindo o fim das ocupações, respondendo este em “termos particularmente duros, sendo inflexível”<sup>326</sup>.

No dia seguinte, uma reunião no RALIS reúne CTs da Lisnave, Setenave e outras na “qualidade de observadores”, e delegados das ADUs de algumas unidades para “estudo dos excedentes de armas, existentes ou à disposição”, gizando-se “o processo de as distribuir, desde que às ordens do COPCON, e na sequência de uma tentativa de golpe de estado fascista”<sup>327</sup>.

A 1 de outubro dá-se a desocupação militar. Enquanto para o PS se tratou de um golpe contra o VI GP<sup>328</sup>, segundo o CTS, a “mobilização feita a nível de Setúbal e, mais concretamente, pela Setenave veio a abortar mais este golpe que, no entanto, sabemos continuar latente sobre as nossas cabeças”<sup>329</sup>. No Conselho de Ministros de 2 de outubro de 1975 aprova-se na generalidade a criação do já projetado DIN.

## Comité de Luta.

Apesar da generalização de uma “dualidade de poderes” ao nível das comissões de trabalhadores, moradores, e da desagregação do Exército, esses organismos não se coordenaram ao estilo “soviético”. Na cidade de Setúbal constitui-se talvez o ponto mais avançado dessa tendência, no chamado Comité de Luta (CL).

Este é formado na noite de 30 de setembro, em resposta às ocupações militares do dia anterior<sup>330</sup>. Em reunião da Assembleia de CTs, CMs e Comissões de Soldados, onde esteve presente o CTS, realizada a 2 de outubro no Quartel do Regimento de Infantaria 11, na qual se discutiu a organização a nível de cidade<sup>331</sup>, aprovou-se uma moção, entregue à Rádio

---

<sup>326</sup> “Desacordo em Belém,” *Diário de Lisboa*, setembro 30, 1975, 6.

<sup>327</sup> Dinis de Almeida, *Ascensão, Apogeu e Queda do MFA*, II Vol., (Lisboa: Ed. Sociais, 1978), 299.

<sup>328</sup> “«O Governo que faça inquérito e nós apresentaremos provas»,” *Jornal Novo*, outubro 2, 1975, 1.

<sup>329</sup> O CTS, *Comunicado. Ponto da situação*, (s.l., 30 setembro 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>330</sup> Peter Robinson, “Workers’ Councils in Portugal, 1974-1975,” in *Ours to Master and to Own: Worker’s Control from the Commune to the present*, coord. Immanuel Ness e Dario Azzellini (Chicago: Haymarket Books, 2011), 275, tradução nossa.

<sup>331</sup> Ver anexo nº 4.

Renascença, para divulgação por todos os órgãos de informação, bem como a todas as empresas do distrito de Setúbal, na qual se exige a “imediata demissão do VI Governo Provisório”, o “controlo das estações emissoras e TV por órgãos representativos das massas populares” e a “formação imediata de um Governo Revolucionário que adote uma política definida de ataque ao capital e permita avançar no sentido da tomada do poder pelas classes trabalhadoras, sob a direção da classe operária”<sup>332</sup>.

A 6 de outubro, num plenário com 500 participantes, constitui-se um secretariado misto, com 4 CMs (Bairro do Liceu, 4 Caminhos, Matalhidos, São Gabriel) e 6 CTs (Setenave, Entreposto, Secil, Sapec, Conservas Unitas, Bronzes Cetobriga)<sup>333</sup>.

Segundo relata um membro do CL, organizam-se viagens à Bélgica, Holanda e Alemanha, de recolha de fundos, nas quais participam os cantores José Afonso e Francisco Fanhais<sup>334</sup>.

O CL ajuda à tomada pelos trabalhadores do jornal *O Setubalense*, a 21 de outubro, e coordena o auxílio ao centro da reforma agrária de Alcácer do Sal, destruído por uma bomba a 22 desse mês. Organiza-se a distribuição de produtos agrícolas e a ocupação de casas vazias<sup>335</sup>.

## **O controle da empresa.**

O administrador por parte do Estado, Moura Vicente, dirige a 6 de outubro uma “Carta aos trabalhadores da Setenave”, que será publicada no jornal *Expresso* e noutros. Traça-se o retrato mais dramático de sempre da situação no estaleiro: “A situação económica (produção atual e perspectivas) e financeira (saldo de receitas e responsabilidades) da Setenave é verdadeiramente desesperada” e “nada será possível realizar sem a não menos imprescindível colaboração, organizada e disciplinada, dos trabalhadores da Setenave”. Solicita “colaboração” e “compreensão pela complexidade dos problemas e moderação nas reivindicações”. Apela a uma

---

<sup>332</sup> O CTS, *Camaradas*, (s.l., 3 outubro 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>333</sup> Chip Dows et al., *Os Moradores à Conquista da Cidade, Comissões de Moradores e Lutas Urbanas em Setúbal, 1974-1976* (Lisboa: Armazém das Letras, 1978), Cronologia.

<sup>334</sup> “Entrevista a Hernâni Caldas. Leva Governo a dar melhor crédito à habitação”, *Setúbal na Rede*, s.d., policopiado.

<sup>335</sup> Peter Robinson, “Workers’ Councils in Portugal, 1974-1975”, 275, tradução nossa.

“adesão à orientação dos que têm mandato de chefia” e “respeito pela sua autoridade e cumprimento das respetivas decisões”. Considera que “o clima de trabalho na Setenave é de molde a inspirar a maior preocupação”, porque “o abandono dos locais de trabalho é frequente; a produtividade é muito fraca; os tempos mortos são enormes; a autoridade dos chefes é contestada; a disciplina está deteriorada; as relações estão prejudicadas pela ‘invasão da empresa’ dos conflitos políticos; o desinteresse de grande número de trabalhadores aumenta a par das tensões e disputas; desmobilizam-se as capacidades de trabalho; etc., etc.” Deste modo: “Diretores, gestores, operativos demitiram-se já ou apresentaram os seus pedidos de demissão. E até o delegado do Governo se encontra demissionário”<sup>336</sup>.

O CTS e Delegados Sindicais respondem estar “de acordo que a situação económica da Setenave é desesperada”, contudo “NÃO FORAM OS TRABALHADORES QUE FUGIRAM OU PUSERAM O DINHEIRO FORA DO PAÍS, NEM FORAM OS TRABALHADORES QUE DEIXARAM DE FINANCIAR A EMPRESA. As responsabilidades destes atos cabem aos CAPITALISTAS que iniciaram a construção da empresa, isto é, o monopólio da CUF”<sup>337</sup>.

Afirmam ainda estar “de acordo que existe um clima indisciplinado na Setenave, mas as razões desse clima, quanto a nós, são sobretudo motivadas pela falta de trabalho, pelas demissões dos gestores das responsabilidades que lhes competem no processo, pelo receio de serem contestados nas atitudes que tomem, quer por desenquadramento no processo político, quer por consciência da sua reduzida capacidade”.

Deste modo, os “trabalhadores entendem que só através da institucionalização e prática do CONTROLO OPERÁRIO, cujo decreto-lei até já foi feito pelo 5.º Governo Provisório e agora está na gaveta, é possível avançar, isto se nos lembrarmos que toda a gente fala na REVOLUÇÃO RUMO AO SOCIALISMO”<sup>338</sup>.

Denunciam ainda estar em preparação, desde junho, a criação de uma Organização Militar Industrial (OMI) na Setenave (ao abrigo do já mencionado Decreto-Lei 32670/43, usado contra a TAP em 1974, como referimos), por despacho do chefe de Estado-Maior da Armada<sup>339</sup>.

---

<sup>336</sup> O Administrador por parte do Estado. Moura Vicente, *Carta aos trabalhadores da Setenave*, (s.l., 6 outubro 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>337</sup> O CTS e os Delegados Sindicais, (s.l., 8 outubro 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>338</sup> O CTS e os delegados sindicais, *Comunicado nº2*, (s.l., 9 outubro 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>339</sup> Ibid.

A 14 de outubro, a Administração propõe o “controle da empresa pelos trabalhadores”, no qual dois representantes dos trabalhadores fariam parte integrante da Comissão Administrativa (composta por três vogais nomeados pelo Governo), com idênticos poderes e obrigações ou com papel de observação e acompanhamento dos trabalhos e decisões da Comissão<sup>340</sup>. Argumenta não se tratar de “uma imposição; não é uma responsabilização dos trabalhadores nas decisões de gestão; não é a cogestão quando se convidam trabalhadores para observar e acompanhar os trabalhos da Administração e Direções”<sup>341</sup>.

O CTS demite-se, “mas manter-se-á em exercício até que seja eleito novo CTS”, e propõe a discussão de “propostas de organização para um controlo operário onde seja possível controlar completamente, de alto a baixo, a empresa”, devendo este “ser exercido sobre o CAPITAL, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS TÉCNICOS E HUMANOS, de acordo com os interesses da classe operária na construção da sociedade socialista”<sup>342</sup>.

A AGT da Setenave de 16 de outubro reúne com a presença de soldados, deficientes das Forças Armadas, trabalhadores da Rádio Renascença e *República*. Considera-se que o “controlo operário que prepara a tomada do poder” não deve “ser compreendido com quaisquer formas de cogestão ou autogestão, dado que vivemos ainda numa sociedade capitalista”. Quando “a burguesia tenta particularmente impor a cogestão como forma de comprometer os trabalhadores no seu esquema”, o controlo operário “deverá ser feito a partir das bases para controlo da gestão da empresa”.

Define-se que a eleição do futuro CTS deve ser efetuada por votação de programa de controlo operário e só depois se realizaria a eleição dos representantes que aplicariam esse programa. De acordo com um futuro membro da CTS, do PCP, tratava-se de uma “baralhação total” porque “um conjunto de pessoas eleitas” poderia ficar “na obrigação de defender ideias com as quais não estava de acordo”<sup>343</sup>.

Aprova-se, por unanimidade e aclamação, o “repúdio do esquema de cogestão apresentado” na plataforma de controlo e comunicação, ou qualquer outro (como autogestão) que

---

<sup>340</sup> Moura Vicente, *Proposta da Administração*, (s.l., 9 outubro 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>341</sup> O Administrador Moura Vicente, *Aos Trabalhadores da Setenave*, (s.l., 14 outubro 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>342</sup> O CTS e os delegados sindicais, *Comunicado nº4*, (s.l., 13 outubro 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>343</sup> “Entrevista a Aranha Figueiredo. Nova CT da Setenave afasta influência da extrema-esquerda”, *Setúbal na Rede*, s.d., policopiado.



tencione comprometer os órgãos representativos dos trabalhadores na responsabilidade das decisões que cabem à administração”; a solidariedade com “o avanço da unidade dos soldados, marinheiros, camponeses e operários, rumo ao socialismo”, o repúdio de “todas as medidas que têm sido tomadas e que venham ainda a ser decretadas pelo 6.º Governo que tenham a intenção de calar as vozes dos oprimidos e explorados deste país” e exigem a “reabertura da Rádio Renascença, a solução do problema dos Deficientes das Forças Armadas, o aval ao *República* e a concretização da reforma agrária”<sup>344</sup>.

No mesmo dia da assembleia, milhares de pessoas participam numa manifestação pelo poder popular em Setúbal<sup>345</sup>. A 18 de outubro todas as CTs do projetado Comissariado da Metalomecânica (a CT da Efacec-Inel é destituída em plenário, a 1 de agosto de 1975<sup>346</sup>) reclamam do VI GP a sua aplicação<sup>347</sup>.

A 20 de outubro, numa reunião do CL, com a presença de 500 pessoas, o porta-voz da comissão de soldados afirma: “Nós não estamos aqui a representar o MFA. O MFA já acabou há muitos meses, se é que alguma vez existiu. Estamos, sim, ao lado da classe operária de Setúbal”<sup>348</sup>.

No fim do mês, a 29, Costa Gomes e o Presidente da Roménia, Ceausescu, de passagem por Portugal, visitam a Mitrena<sup>349</sup>. O Eng.º Moura Vicente, membro da Administração, “deu uma explicação sobre o trabalho dos estaleiros, que considerou, tanto no plano técnico, como no humano, um complexo comparável aos mais desenvolvidos da Europa<sup>350</sup>. Segundo Ceausescu, no seu país “todo o poder político se encontra agora nas mãos da classe operária”. O CR aprova a 30 de outubro o projeto de controlo da produção, mas não chega a ser promulgado pelo PR<sup>351</sup>.

Em conferência de imprensa do CTS, com a presença da CT da Lisnave, realizada na Mitrena a 20 de outubro, denuncia-se o “boicote” dos “países capitalistas e social democratas”.

---

<sup>344</sup> O CTS e delegados sindicais, *Ata da Assembleia Geral de Trabalhadores de 16.10.75*, (s.l., 16 outubro 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>345</sup> Chip Dows et al., *Ibid.*, Cronologia.

<sup>346</sup> “Reuniões Intercomissões de Trabalhadores,” *Viva a Classe Operária*, agosto 15, 1975, 6.

<sup>347</sup> “O Conselho de Ministros adia solução da grave crise?,” *Diário de Lisboa*, outubro 18, 1975, 8.

<sup>348</sup> Chip Dows et al., *Ibid.*, Cronologia.

<sup>349</sup> “Visita dos Presidentes da Roménia e Portugal à Setenave,” *Informação Setenave*, novembro 6, 1975.

<sup>350</sup> “Ceausescu em Lisboa,” *Jornal Novo*, outubro 30, 1975, 13.

<sup>351</sup> “Controlo operário da produção,” 792.

Deste modo, reclamam o controlo operário da produção, através da aprovação do projeto do Comissariado da Metalomecânica Pesada<sup>352</sup>.

A 1 de novembro constitui-se na Setenave uma Comissão Inter-Delegados (Intersindical), por “plenário de delegados sindicais”, composta por 18 elementos<sup>353</sup>. Competem-lhe: conflitos de trabalho entre a entidade patronal e trabalhadores, reivindicações salariais, horários de trabalho, sistema de promoções e acessos (carreiras profissionais), colaboração com o CTS, recrutamento interno e externo<sup>354</sup>.

## **Os programas de controlo operário.**

Apresentam-se a votação cinco programas de controlo operário, o que expressa bem as divergências partidárias existentes.

Segundo o Programa A (PRP-BR), “os conselhos revolucionários põem pela primeira vez a questão de todo o poder aos trabalhadores, apontando para um governo revolucionário, através da organização unitária dos trabalhadores para o controlo operário, organização política e militar da classe e seu armamento”.

Elabora uma caracterização do mercado mundial, concluindo existir falta de trabalho nos estaleiros nacionais devido à crise do capitalismo e ao boicote económico. A organização dos trabalhadores deve ser suprapartidária ou autónoma, a mobilização política enquadrada no Projeto-Guia Aliança Povo-MFA, constituindo-se um conselho de controlo militar (com eleição de milícia interna), sendo tarefas urgentes o controlo operário sobre setores-chave como planeamento, comercial, financeiro, reparações e construções<sup>355</sup>.

Segundo o Programa B (UDP), a orientação do CT deve ser política, não partidária, de classe e revogável a qualquer momento. As suas funções principais são “a luta antifascista e anti-

---

<sup>352</sup> “Canceladas 105 encomendas à Lisnave,” *Diário de Lisboa*, outubro 21, 1975, 9.

<sup>353</sup> metalúrgicos (8), empregados de escritório (2), motoristas (1), carpinteiros (1), pintores (1), indústria Hoteleira (1), desenhadors (1), engenheiros técnicos (1), engenheiros (1).

<sup>354</sup> Comissão Inter-Delegados Sindicais. Os Delegados Sindicais, (s.l., 1 novembro 1975), Centro Documentação 25 de Abril.

<sup>355</sup> Comité Pró-CRTSM da Setenave, *Programa de Controlo Operário, Fora com a canalha, o poder a quem trabalha*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

imperialista, assegurar e organizar a defesa da fábrica, organizar o controlo operário contra o desemprego, a sabotagem económica fascista-imperialista e a derrocada”. Os objetivos imediatos do controlo operário ao nível de fábrica são: controlo sobre encomendas, matérias-primas e equipamentos, reconversão, situação financeira e gastos da empresa, devendo passar para a centralização das comissões de trabalhadores ao nível de todos os estaleiros navais, do ramo da atividade metalomecânica e de todas as CTs a nível nacional – intercomissões de trabalhadores.

Sendo o “boicote imperialista e fascista” o “responsável pela crise no estaleiro”, só “a instauração de uma democracia popular sob a direção da classe operária permite resolver pela raiz os problemas”, efetuando-se uma “nacionalização com expropriação do capital monopolista nacional e do capital imperialista”, virando “os estaleiros e suas oficinas prioritariamente para as necessidades nacionais” e reforçando “os laços económicos com os países do 3.º mundo”. Propõe ainda a criação de um “secretariado de questões militares” em ligação “às comissões de soldados das unidades mais próximas” para “avançar no sentido de treinos militares periódicos”<sup>356</sup>.

De acordo com o Programa D (MRPP-PS), o controlo operário “é a medida prática que permite à maioria dos operários tomarem consciência de que a economia só estará ao seu serviço quando a classe operária e os seus aliados históricos tomarem o poder político através da vitória da revolução popular”. As encomendas e contratos devem ser canalizados para as necessidades nacionais e as matérias-primas e equipamentos comprados em Portugal sempre que possível, devendo ainda o controlo operário exercer-se na “correspondência com os bancos e departamentos de Estado, como os livros de contabilidade”, na “admissão e formação de trabalhadores”, bem como na “segurança, higiene e ritmos de trabalho”<sup>357</sup>.

O programa E (PCP), “Unir-Organizar-Controlar”, considera o controle operário como “uma prática característica do período de transição para o socialismo que estamos a viver”.

O CTS deve proporcionar aos trabalhadores “informação, formação, organização e controlo operário”, de forma a “sentirem-se em segurança e estabilidade”. Os grupos de trabalho propostos são o secretariado, grupo de informação, grupo de ligação às organizações unitárias de base, grupo de ligação aos delegados sindicais, grupo de apoio às bases, e comissão de controlo operário – um órgão próprio –, pois “deve ser feito por todos os trabalhadores”, não devendo “ser

---

<sup>356</sup> *Programa para a Comissão de Trabalhadores da Setenave*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>357</sup> “Programa de Controlo Operário,” in *Dossier Controlo Operário em Portugal (II)*, Fátima Patriarca, *Análise Social* 48 (1976): 1123-1131.

interpretado como uma simples vigilância sobre desvios de ferramentas, pequenos roubos e coisas do género”, mas “ser voltado prioritariamente para as grandes decisões em que se arrisca o futuro da empresa”.

A linha de ação do CT deve-se pautar por “orientar a sua ação para o problema da falta de trabalho”, a “procura da independência nacional”, em que questões “como a reconversão do estaleiro, a prioridade a dar a compras no País, a inclusão nos planos siderúrgicos do fornecimento de aços para a construção naval, o esforço para a criação de projetos e tecnologia próprios e uma ação de vendas orientada também para mercados não tradicionais (...) só serão possíveis com a instauração do controlo operário”, bem como a “conquista de regalias sociais e melhores condições de trabalho”<sup>358</sup>.

O Programa F (LCI) propõe um plano de ação de luta contra despedimentos, desemprego e inflação, bem como a formação de piquetes de autodefesa<sup>359</sup>.

## **O controlo operário.**

A palavra controlo (ou controle, como se usa mais frequentemente na altura) tem origem no francês *contrôle*, significando verificação de dados, de informações, averiguação sobre o cumprimento de certas normas, fiscalização, inspeção<sup>360</sup>. Controlar também vem do francês *contrôler*, ou seja ter o poder sobre alguma coisa, tomando todas as decisões importantes sobre o seu funcionamento ou atividade, exercer o controle, administrar<sup>361</sup>.

Como vimos, os sucessivos projetos de coordenação e controlo não chegam nunca a ser aplicados durante a revolução. Os seus objetivos são de integração dos órgãos dos trabalhadores no aparelho de Estado, que detém a soberania máxima. O controlo da produção atuaria assim como uma extensão do controlo estatal na indústria, para aumento da produção e como um mecanismo desenhado para aplicar os programas de austeridade do Governo.

---

<sup>358</sup> *Programa E, Unir, Organizar, Controlar*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>359</sup> *Programa de Ação do Conselho de Trabalhadores da Setenave*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>360</sup> *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa I vol.* (Lisboa: Verbo, 2001), “Controlo”, 958.

<sup>361</sup> *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa I vol.* (Lisboa: Verbo, 2001), “Controlar”, 958.

Não obstante a não concretização dos planos, o controlo operário é reconhecido como uma realidade. Deste modo, na nossa hipótese, enquanto o controlo da produção implica a colaboração dos órgãos dos trabalhadores com o Estado, numa integração/concertação em que a este compete a soberania última, o controlo operário é uma situação de conflito agudo exercido por esse sujeito sobre o patronato ou o Estado. O controlo da produção remete para a concertação da organização económica, o controlo operário expressa a conflitualidade sociológica.

Assim, o controlo operário pressupõe a existência de patronato e Estado capitalista, pois caso contrário não poderia existir controlo operário, mas sim controlo e administração do “Estado operário” (ou pós-capitalista) sobre os meios de produção. Como edifício estatal alternativo em gestação e construção, nega-se quando se cumpre. Não poderá ser cogestão, na medida em que tal acarreta a partilha da gestão produtiva conciliando interesses que estão em disputa, nem autogestão, pois o controlo operário da produção tem de ser exercido sobre alguém. Quem controla quem? E o quê? A dificuldade radica portanto em determinar a partir de que grau concreto de controlo operário o mesmo existe, e inclusive se este poderá existir “fora” de uma situação pré ou revolucionária, anunciando-a ou realizando-a.

## **Como se expressa o controle operário na Setenave?**

Os trabalhadores possuem níveis muito elevados de informação (por exemplo, sobre os salários), controle sem resistência de tarefas, reuniões, serviços, pessoal, produção, setor financeiro, chegando ao controlo da função comercial, vital na indústria de construção naval. Têm força para recusar as propostas da Administração e impor muitas das suas<sup>362</sup>.

A Administração é muito experimentada, tenta sempre comunicar diretamente com os trabalhadores, manter canais institucionais de diálogo abertos, culpa o CTS pela “desorganização” do estaleiro e falta de encomendas, “cola-se” às medidas dos governos provisórios, vistos com simpatia por uma grande parte da força de trabalho, joga com as divisões entre os trabalhadores (extrema-esquerda *versus* PCP), apela ao “patriotismo” e à lógica “produtivista”.

---

<sup>362</sup> Teresa Rosa et al, “Sistemas de Trabalho, Consciência e Ação Operária na Setenave”, 490.

Em consonância com a nossa hipótese, analisaremos o controlo operário a partir da própria interpretação da parte “controlada” pelo controlo operário, a Administração (privada e nacionalizada, patronato e Estado).

Como constatámos, durante 1974 a Administração preocupa-se sempre em realçar que os conflitos verificados acarretam “o grave inconveniente de poderem ser interpretados como traduzindo um clima de relações sociais extremamente deteriorado, o que efetivamente não acontece”<sup>363</sup>. Em fevereiro de 1975, considera que: “Até há pouco tempo a impressão recolhida era de normalidade”. Contudo tem “sérios receios de que um certo tipo de agitação visível” tenha “alterado substancialmente, ou possa vir a alterar, o ambiente e o rendimento do trabalho no estaleiro”<sup>364</sup>. Em abril, o controlo operário revela-se no impasse que conduz à demissão da Administração e do CTS. Ao contrário das pequenas unidades onde os trabalhadores conhecem melhor os “segredos da produção” e tendem para a autogestão, nas grandes empresas, os operários encontram-se dependentes do saber dos engenheiros e quadros técnicos.

Em outubro, no estaleiro nacionalizado, como já referido, diretores, gestores, operativos e o delegado do Governo, demitiram-se ou apresentaram a demissão<sup>365</sup>. Paira o espectro da militarização do estaleiro, e os trabalhadores rejeitam uma proposta de “cogestão”.

Deste modo concluímos que, ao contrário do objetivo proposto pelo projeto de controlo de produção, ou seja, “não deverá conduzir ou contribuir para entravar a normal atividade produtiva da empresa, bem como interferir no exercício de funções de natureza administrativa cometidas aos órgãos competentes”<sup>366</sup>, o controlo operário conduz e contribui para entravar a normal atividade produtiva da empresa, bem como interfere no exercício de funções de natureza administrativa cometidas aos órgãos competentes.

Quando no estaleiro, utilizando a terminologia leninista em voga, “os de baixo já não querem viver como antes, mas não sabem para onde ir, e os de cima já não podem viver como

---

<sup>363</sup> O Administrador-Delegado adjunto, *A Todos os Trabalhadores da Setenave*, (Almada, 12 novembro 1974), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>364</sup> A Administração, *A todos os trabalhadores da Setenave*, (Mitrena, 18 fevereiro 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>365</sup> O Administrador por parte do Estado. Moura Vicente, *Carta aos trabalhadores da Setenave*, (s.l., 6 outubro 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>366</sup> “Controlo Operário da Produção,” 792-794.

antes, mas não têm para onde ir”<sup>367</sup>, é o controlo operário que se anuncia, revela. Fenómeno transitório, instável e curto, tal como a situação que o enforma. Que retrograda desvanecendo-se isoladamente, ou avança conservando-se em metamorfose, mudando de qualidade, transformando-se em Estado. Como afirmava um operário da Setenave entrevistado em outubro de 1975 para o documentário *Setúbal, Ville Rouge*, exprimindo sintomática e exemplarmente a ambiguidade da definição do conceito e da situação: “ainda não estamos bem no controlo operário, mas havemos de chegar lá”.

Assim, ao revés do “Estado dual” de Boaventura Sousa Santos, para quem “em vez de dualidade de poderes, a crise revolucionária produziu um Estado dual”<sup>368</sup>, já que “o Estado passou a ser uma plataforma múltipla de lutas sociais e políticas, mais do que isso, a questão global da natureza de classe da dominação estatal passou a ser parte integrante da luta política, senão mesmo o objeto privilegiado da luta de classes”<sup>369</sup>, opinamos que o objeto privilegiado característico do processo revolucionário nas empresas é a luta de classes entre o controlo operário e o patronato/Estado.

A mutação orgânica da natureza de classe do Estado não se verificará. O Exército, mesmo em crise e dividido, mantém, no final de contas, o fio da sua unidade, corporizada na figura cimeira do Estado, Costa Gomes. Ao contrário da letra da *Internacional*, as armas não se viram contra os generais. Quando o controlo operário chegar à Constituição (lei/forma), o “nome” já se separou da “coisa”.

## **O 25 de novembro.**

Ao longo dos dezanove meses de revolução, os trabalhadores foram-se organizando nas fábricas e empresas em comissões de trabalhadores, os sindicatos tenderam à verticalização e construiu-se a Intersindical, as comissões de moradores generalizaram-se nos grandes centros

---

<sup>367</sup> Lenine, “The Collapse of the Second International,” *marxist internet archive*, tradução nossa, acesso a setembro 25, 2015, <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1915/csi/ii.htm#v21pp74h-212>

<sup>368</sup> Boaventura de Sousa Santos, “A Crise e a Reconstituição do Estado em Portugal (1974-1984)” *Revista Crítica de Ciências Sociais* 14 (1984): 22.

<sup>369</sup> *Ibid.*, 18.

urbanos, os camponeses iniciaram a ocupação das principais herdades no Sul, as Forças Armadas não conseguiam cumprir a sua função normal repressiva, nem impor a disciplina hierárquica, começando a desagregar-se na “crise político-militar”.

Contudo, estes organismos não chegaram a coordenar-se nem avançaram para formas “soviéticas”. Diferentes partidos animavam diferentes estruturas. O “campo” que ia do PCP à FUR, da Intersindical às CTs e CMs de variadas tendências, da esquerda militar ao “otelismo”, que anima as manifestações de contestação ao VI GP, carecia de homogeneidade, projeto, programa e direção. Como estes elementos de poder alternativo não tinham força para, apoiados em órgãos armados, tomar o poder, uma parte da esquerda vai procurar essa capacidade na esquerda das Forças Armadas.

A 7 de novembro, os emissores da Rádio Renascença são rebentados à bomba, por ordens do Governo. Uma manifestação de operários da construção civil cerca, a Constituinte a 10 de novembro, e sequestra os deputados durante mais de 36 horas, até serem satisfeitas a maior parte das suas reivindicações. A 16 de novembro, uma manifestação convocada pelo Secretariado Provisório das CTs da Cintura Industrial de Lisboa e apoiada pelo PCP e FUR enche o Terreiro do Paço.

A 20 de novembro, o governo “suspende funções” até que o PR lhe garanta “condições indispensáveis ao exercício das suas funções e autoridade”<sup>370</sup>. E uma manifestação dos “operários da cintura industrial de Lisboa – de Vila Franca de Xira até ao Seixal, passando pela Lisnave e Setenave” desloca-se ao Palácio de Belém, entoando as palavras de ordem “Abaixo o VI Governo” e “Pinheiro de Azevedo, quem trabalha não tem medo”. Quando a FUR desfilou, “a multidão retomava a sua palavra de ordem: ‘Poder popular, reforçar e armar’”<sup>371</sup>.

As direções do PS e do PPD transferem-se para o Porto. O CR substitui Otel Saraiva de Carvalho por Vasco Lourenço no comando da Região Militar de Lisboa. Agrários e pequenos proprietários levantam barricadas em Rio Maior, cortando os acessos a Lisboa. Pela manhã de 25 de novembro, paraquedistas de Tancos ocupam o Comando da 1.ª Região Aérea, em Monsanto, e bases da Força Aérea, exigindo a demissão do chefe do Estado-Maior da Força Aérea, general

---

<sup>370</sup> “VI Governo faz Lock out,” *Diário de Lisboa*, novembro 20, 1975, 1.

<sup>371</sup> “«Não foi para isto que viemos» - dizia-se em Belém,” *Jornal Novo*, novembro 21, 1975, 1.



Morais e Silva (que pouco tempo antes tinha mandado passar à disponibilidade 1000 paraquedistas), bem como dos conselheiros da Revolução Costa Neves e Canto e Castro.

A EPAM ocupa a RTP, o Ralis controla os acessos à autoestrada do Norte e ocupa posições no Aeroporto<sup>372</sup>. No Rádio Clube Português apela-se aos militantes do PCP e do MDP para se dirigirem às sedes e lê-se um manifesto do PRP e do MES<sup>373</sup>. O PR convoca Otelo a Belém e assume o comando direto do COPCON. Pelas 16.30, Costa Gomes decreta o estado de emergência em Lisboa, e os comandos da Amadora avançam, neutralizando unidades opositoras<sup>374</sup>, apesar de algumas barricadas<sup>375</sup>. A Intersindical apela a uma paralisação geral, piquetes nas empresas e concentrações junto às unidades militares<sup>376</sup>. Mas o PCP não permite a saída dos fuzileiros, dirigidos por si<sup>377</sup>, e desmobiliza num “golpe de rins” as ações civis da Intersindical<sup>378</sup>.

Realiza-se um plenário na Setenave e plenários por secções na Lisnave<sup>379</sup>. O Forte de Almada, é cercado por cerca de 10 000 trabalhadores da Lisnave e Setenave, que pedem armas<sup>380</sup>. Otelo revelará que em Belém, recebe um telefonema do comandante do Forte, Rosado da Luz, a quem instrói no sentido de se efetuarem tiros de aviso, caso alguém galgasse os muros, “e, se alguém quisesse saltar, fogo nele! Atira-lhe num joelho!”<sup>381</sup>.

Em Setúbal, pelas 20 horas, verifica-se uma reunião de emergência da Comissão de Luta na Câmara. Centenas de populares concentram-se junto ao quartel do Regimento de Infantaria de Setúbal (RIS). A rádio clandestina “Voz da Revolução” apela à paralisação das fábricas para o dia seguinte. Um plenário de soldados com a Comissão Militar do Comité de Luta decide a não

---

<sup>372</sup> Adelino Gomes e João Pedro Castanheira, 401.

<sup>373</sup> Phil Mailer, 333, tradução nossa.

<sup>374</sup> Adelino Gomes e João Pedro Castanheira, 401.

<sup>375</sup> Phil Mailer, 334, tradução nossa.

<sup>376</sup> José Barreto, “A Formação das Centrais Sindicais e do Sindicalismo Contemporâneo em Portugal (1968-1990)”, 297.

<sup>377</sup> Raquel Varela, “História da Política do Partido Comunista Português na Revolução dos Cravos (1974-1975)” (Dissertação de Doutoramento, ISCTE/IUL, 2010), 277.

<sup>378</sup> Maria Manuela Cruzeiro, “25 de Novembro-Quantos golpes afinal?,” *Centro de Documentação 25 de Abril*, acesso a outubro 9, 2015, <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=th10>

<sup>379</sup> “Setúbal-25 de novembro, Cronologia dos acontecimentos,” *Revolução*, dezembro 13, 1975, 6.

<sup>380</sup> Rosado da Luz, entrevistado por Raquel Varela, julho 2012.

<sup>381</sup> António Louçã, António Nabo, “Otelo: motivos de “arrependimento” no 25 de novembro,” *RTP Notícias*, acesso a junho 20, 2016, [http://www.rtp.pt/noticias/25-novembro1975/otelo-motivos-de-arrependimento-no25-de-novembro\\_n876040](http://www.rtp.pt/noticias/25-novembro1975/otelo-motivos-de-arrependimento-no25-de-novembro_n876040)

entrada deste no quartel e vota o não armamento dos trabalhadores<sup>382</sup>. Em Lisboa, pela noite, Otelo discursa em Belém para “provar que está livre”<sup>383</sup>. Às 22 horas é decretado o estado de sítio. Pela 1 hora, as barricadas da Rua Castilho são desmanteladas<sup>384</sup>.

Na manhã de 26, os Comandos atacam a Polícia Militar, detendo o seu comando, verificando-se três mortos<sup>385</sup>. Em Setúbal, pelas 12.30, o Secretariado do CL consegue entrar no quartel, que pelas 16 horas é sobrevoado por aviões<sup>386</sup>. Em Alcácer do Sal, o PCP e os sindicatos terão montado barricadas para impedir deslocação dos trabalhadores a Setúbal<sup>387</sup>. Os fuzileiros dispersam populares concentrados no Alfeite. No Forte de Almada, o major Paz substitui o capitão Luz no comando do Forte, onde a situação começa a normalizar-se<sup>388</sup>. Tropas vindas de Estremoz entram em Setúbal, ocupando o quartel de Brancanes. A CT da Câmara de Setúbal (PS e PSD) afasta o piquete do CL. O secretariado do CL reúne, acusando o PCP de desmobilizador<sup>389</sup>.

Melo Antunes, na RTP, descarta os caminhos de “retorno direto ou indireto às formas de organização capitalista da sociedade”, que considerou “para sempre cortadas”. Afirma que “a participação do PCP na construção do socialismo é indispensável. Não me parece que seja possível sem o PCP construir o socialismo”<sup>390</sup>.

Pela manhã de dia 27, num plenário na Lisnave com a presença de uma delegação da Setenave e de soldados do Forte de Almada, o PCP argumenta contra qualquer demonstração de força dos trabalhadores. O PRP e a UDP apelam a uma greve, posição rejeitada pela maioria<sup>391</sup>. Os comandos cercam o COPCON. O VI GP retoma funções a 28 de novembro. São presos e emitidos mandados de captura a militares de esquerda, acusados de “golpismo”. Os Nove (com um plano preparado desde o verão) derrotam a esquerda militar, num “golpe” que simultaneamente contém os seus aliados, que vão até à extrema-direita.

---

<sup>382</sup> “Setúbal-25 de novembro, Cronologia dos acontecimentos,” Ibid.

<sup>383</sup> Phil Mailer, 334, tradução nossa.

<sup>384</sup> Phil Mailer, 335, tradução nossa.

<sup>385</sup> Adelino Gomes e João Pedro Castanheira, 403.

<sup>386</sup> “Setúbal-25 de novembro, Cronologia dos acontecimentos,” Ibid.

<sup>387</sup> Phil Mailer, 336, tradução nossa.

<sup>388</sup> Adelino Gomes e João Pedro Castanheira, 403.

<sup>389</sup> “Setúbal-25 de novembro, Cronologia dos acontecimentos,” Ibid.

<sup>390</sup> “Melo Antunes na televisão: recuperar o PCP,” in *História Contemporânea de Portugal: Portugal de abril, do 25 de Abril aos nossos dias*, dir. João Medina (Lisboa: Amigos do Livro, 1985), 271.

<sup>391</sup> Phil Mailer, 338, tradução nossa.

Pinheiro de Azevedo discursa ao País: “Eis o pacto que proponho ao País, nesta hora de reconciliação nacional: o Governo governa, os trabalhadores trabalham, as Forças Armadas vigiam, as instituições funcionam, a Revolução avança”<sup>392</sup>.

A 5 de dezembro, Eanes toma posse da chefia do Estado-Maior do Exército, para “fazer do Exército uma força apartidária, consciente e decididamente ao serviço do Povo e da revolução democrática e socialista”<sup>393</sup>.

José de Mello escreve uma carta à Administração da Setenave, assegurando ter um país do Médio Oriente “altamente interessado na encomenda de 57 navios”, garantindo “fornecimentos dos projetos e equipamentos principais”. O CTS considera que apenas uns 5 navios poderão interessar, e interroga se a proposta tem o “sentido de dividir para reinar, ou dividir para voltar?”<sup>394</sup>.

A repressão, a desmoralização e o descontentamento com os partidos traduzem-se na votação do programa de controlo operário na Setenave<sup>395</sup>, a 11 de dezembro, com 2093 abstenções e 402 votos inválidos. O Programa E (PCP) vence com 862 votos, seguido pelo programa B (UDP) com 260 votos, programa D (PS/MRPP), 240 votos, programa A (PRP-BR), 142 votos, e programa F (LCI), 18 votos.<sup>396</sup>

Na brochura “Esquerdismo, Cavalo de Troia dos Melos”, a célula do PCP procurará explicar porque foi uma corrente minoritária durante o período revolucionário, justificando-o com a “predominância do pessoal não operativo” e a “origem pequeno-burguesa desses trabalhadores, a sua condição intelectual superior”<sup>397</sup>. Critica a tentativa de construção de um sindicato da construção naval, a oposição ao MFA, o dia em que a “UDP invadiu o estaleiro de cartazes contra a nacionalização da empresa” e a paralisação em solidariedade com o Chile<sup>398</sup>.

O PCP passaria a dirigir politicamente os trabalhadores, mas numa relação de forças

---

<sup>392</sup> Pinheiro de Azevedo, *A revolução avança. Comunicação feita ao país pelo primeiro-ministro, Almirante Pinheiro de Azevedo, no dia 28 de novembro de 1975* (Lisboa: Ministério da Comunicação Social, Direção-Geral da Divulgação, 1975), 5-6.

<sup>393</sup> Avelino Rodrigues, Cesário Borga e Mário Cardoso, *abril nos quartéis de novembro* (Amadora: Bertrand, 1979), 161.

<sup>394</sup> CTS, *Comunicação aos Trabalhadores*, (s.l., 10 dezembro 1975), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>395</sup> Charles Reeve, “Portugal: The Putschist Conception of Social Revolution”, 1976, s.e., 14, tradução nossa.

<sup>396</sup> CTS, *Comunicado*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>397</sup> Célula do PCP Setenave, *Esquerdismo, Cavalo de Troia dos Mellos*, policopiado, 2.

<sup>398</sup> *Ibid.*, 12.

distinta. Segundo Cunhal, “se havia alguém que podia dar garantias aos capitalistas, eram os comunistas”, pois foram sempre “pelo respeito da dinâmica do setor capitalista”<sup>399</sup>, mas a derrota da “esquerda militar” será o primeiro passo no recuo do movimento operário e popular.

Se, retrospectivamente, é legítimo ao historiador fechar a janela da crise revolucionária com data fixa, para os protagonistas vivos, o feixe de possibilidades ainda se encontrava em disputa.

Deste resultado do 25 de novembro, que consagra a democracia representativa (assembleia legislativa), assegura a legalidade de sindicatos, CTs, CMs, partidos de esquerda e, constitucionalmente, as “conquistas irreversíveis” em “transição socialista”, resulta um relativo equilíbrio, alimentam-se teses de prosseguimento da revolução e de não existência de uma “democracia burguesa”. Mas o regresso à “pureza inicial” acabará por constituir, como previa então Ferro Rodrigues, a “adequação das instâncias políticas, económicas e ideológicas às necessidades de um desenvolvimento capitalista em Portugal”<sup>400</sup>.

---

<sup>399</sup> “Se alguém pode dar garantias aos capitalistas, ainda são os comunistas,” *Expresso, revista*, novembro 19, 1976, 16-17.

<sup>400</sup> s.a, *A Natureza de classe do 25 de Abril, depoimentos de Ferro Rodrigues, Piteira Santos e Mário Murteira* (Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1974), 12.

*Despovoem-se os quartéis / Soldados vinde para as ruas / Mas em vez de armas cruéis / trazei cravos nas mãos nuas. (Primeiro de maio Azul, Intersindical 1976)*

*Estamos na mira das bocas famintas / Dos mesmos canhões / Que já aqui nos feriram / Mas que não matámos / E hoje só esperam uma sentinela / Que durma no posto da luta / E os deixe lançar-nos ao chão. (Samuel)*

*Eles querem social-democracia para os preços aumentarem dia a dia / Este 6.º foi só feito para os ricos / Os patrões andam todos satisfeitos. (Fernando Tordo)*

## Capítulo II - A Setenave nacionalizada “irreversivelmente” numa “economia em transição”.

### **A nova Comissão de Trabalhadores.**

Como vimos no capítulo anterior, estipulou-se um método de eleição para o CTS na base da votação de um programa de controlo operário. Tendo vencido o projeto apoiado pelo PCP, tratava-se agora de eleger os membros que deveriam compor o órgão para aplicar o programa. Neste contexto, o CTS demissionário critica o programa vencedor, pela divulgação da palavra de ordem “se me queres ver bem aplicado vota nos que me fizeram”, e a feitura de “listas partidárias” que os “trabalhadores haviam recusado em AGT”<sup>401</sup>.

O CTS demissionário critica também um comunicado do núcleo da UDP, pela “concretização da aliança operário-camponesa”. Argumentam que como parte do Comité de Luta, participaram em “diversas reuniões com os camponeses” e colaboraram “em vendas diretas dos produtos das cooperativas à população”. Existem dificuldades após o 25 de novembro, porque o transporte dos produtos era assegurado pelos militares, e de momento colaboram a Auto-Reconstrutora do Barreiro e a Lisnave<sup>402</sup>.

A Lista A (PCP) afirma só ela estar “em condições de desenvolver as lutas necessárias, sem permitir à direita desestabilizar a Empresa, e ser também aquela que não receberá ordens do

---

<sup>401</sup> CTS, *Comunicado*, (s.l, 2 janeiro 1976), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>402</sup> Ibid.

Governo”. Enquanto o “Governo PS desenvolve uma política antioperária e de recuperação capitalista agrária e imperialista, ainda não vimos um comunicado do núcleo do PS a combater esta política de direita”. Demarca-se também de outra lista, composta por “anarcoesquerdistas”<sup>403</sup>.

Verifica-se um “duplo” processo eleitoral. Os membros da CTS serão eleitos não pelo conjunto dos trabalhadores num círculo eleitoral único, mas sim por um método que divide o estaleiro em diferentes zonas geográfico/produtivas, as “bases”. São estas: a base A (pesada), base B (tubos), base C (movimentos), base D (pessoal) e base E (ligeira). Simultaneamente, nessas mesmas bases, os trabalhadores elegem os seus representantes não apenas para a CTS, mas também para as Comissões de Base (CB).

Elegem-se 34 elementos para a CTS, e 25 para as CB, tendo votado 1351 trabalhadores nas eleições, numa percentagem de 30%<sup>404</sup>. Em março, a CTS informará da demissão de treze elementos da CTS e sua respetiva substituição<sup>405</sup>.

A 14 de janeiro, o Conselho de Ministros (CM) nomeia para a Comissão Administrativa da Setenave os engenheiros Luís Marques do Carmo e Luís Correia Maltês, em substituição do Eng.º Moura Vicente e do comandante Moura do Amaral<sup>406</sup>.

No mesmo dia, toma posse a nova Comissão de Trabalhadores<sup>407</sup> (abandonando-se a designação “conselho”). Segundo esta, a “direita reacionária ataca, começa a querer dificultar a ação dos órgãos de vontade popular e especialmente no nosso caso em que vamos pôr em prática pela primeira vez um programa de controlo operário”<sup>408</sup>. A “situação do nosso processo situa-se ainda no regime capitalista, numa situação de transição”, no qual “a luta da classe operária não exprime somente a defesa dos seus interesses, mas também os da nação inteira”<sup>409</sup>.

Com efeito, como veremos, a direção do PCP na CTS implicará um alinhamento político-programático com a prioridade da defesa do setor nacionalizado (“não capitalista”), conduzindo à defesa da empresa (nacionalizada). Classe, nação e empresa nacionalizada constituem um

---

<sup>403</sup> *Comunicado Vota A Não à demagogia. Não à anarquia*, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>404</sup> O ex CTS, *Comunicado*, (s.l., 12 janeiro 1976), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>405</sup> “Defender a revolução,” *Pórtico*, março 1976, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>406</sup> Resolução do Conselho de Ministros, 29 janeiro 1976.

<sup>407</sup> *Comunicado CT*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>408</sup> *Comunicado CTS*, (s.l., 16 janeiro 1976), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>409</sup> CTS, Grupo de Formação e Informação, *Capital-Trabalho*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

tríplico não antagónico, antes mutuamente complementar. A identidade (oposição) é erigida contra a legislação antilaboral, os governos que “não cumprem a Constituição” e a pretendem subverter, submetidos ao FMI ou CEE, minando a “independência nacional”, a recuperação capitalista, as tentativas de privatização e o “regresso dos monopolistas”.

Nesta dicotomia, entende-se dever a força de trabalho do estaleiro subordinar os seus interesses irrestritos ao considerando “empresa nacionalizada”, no seu próprio benefício imediato (uma avaliação tática da correlação de forças desfavorável impele à rejeição de “aventuras” que possam fazer perigar os postos de trabalho e a viabilidade económica), de classe (a empresa seria “financiada pelo povo”, sendo positivo o aumento da produtividade) e histórico (consolidando-se no setor nacionalizado as bases da resistência ao avanço do setor privado e estrangeiro como alavanca de uma planificação racional e articulada dos recursos da nação tendente ao desenvolvimento de relações de produção socialistas).

Desenvolve-se uma jornada de luta laboral contra a subida dos preços (dos bens alimentares, transportes, etc.) e o congelamento da contratação coletiva. A 16 de janeiro, milhares de trabalhadores desfilam do Terreiro do Paço até São Bento, na “primeira manifestação popular de grandes dimensões” após o 25 de novembro, com a novidade de um “impressionante dispositivo bélico da GNR” ter substituído as “habituais forças militares”<sup>410</sup>. No dia seguinte, dezenas de milhares de trabalhadores enchem o Estádio 1.º de Maio, em Lisboa<sup>411</sup>. A luta pelo fim da suspensão da contratação sairá vitoriosa a 28 de fevereiro<sup>412</sup>.

Na Mitrena assinala-se a entrega da primeira construção do estaleiro, com a saída do componente C-101<sup>413</sup>, a 19 de fevereiro. Encontra-se presente o Eng.º Walter Rosa, ministro da Indústria e Tecnologia. Segundo este, Portugal precisa de “empresas com dimensão económica capazes de se baterem em mercados abertos”, sendo a Setenave “um exemplo”, pois existe “dimensão económica, organização e técnica”. Deve-se expandir a indústria pesada, a metalomecânica e a Siderurgia, explorar as reservas de Moncorvo e desenvolver a refinação do petróleo em Sines. Estes planos conduzem ao “reequipamento da Soponata e portanto à

---

<sup>410</sup> “Qualquer dia estamos a pão e água,” *Diário de Lisboa*, janeiro 17, 1976, 9.

<sup>411</sup> “Exigida a reposição dos preços e o descongelamento dos salários,” *Diário de Lisboa*, janeiro 19, 1976, 9.

<sup>412</sup> “Metalúrgicos e retalhistas: recomeçou a contratação coletiva,” *Diário de Lisboa* março 1, 1976, 1.

<sup>413</sup> “Entrega à Eriksberg do componente C-101 de 316 000 toneladas,” *Informação Setenave*, março 4, 1976.

construção dos grandes petroleiros aqui na Setenave”. Garante: o “Estado assegurará esta política de desenvolvimento nacional – esta política do futuro”<sup>414</sup>.

O II Pacto MFA/partidos é assinado a 26 de fevereiro, consagrando-se a eleição do PR por sufrágio universal, instituindo-se um CR com amplos poderes, num período de transição de quatro anos, até nova legislatura obter poderes de revisão constitucional<sup>415</sup>.

Segundo o *Pórtico*<sup>416</sup>, a “unidade é um combate contra o sectarismo, o basismo, o operarismo”. Na passagem à “sociedade socialista”, é necessária uma “aliança” com as “classes e camadas da população também interessadas objetivamente numa sociedade verdadeiramente democráticas”: camponeses pobres, empregados de escritório, pequenos e médios agricultores, pequenos comerciantes e pequenos industriais e intelectuais. Assim sendo, “a classe operária não deve permitir que grupos sectários, que não compreendem estes princípios, continuem a exercer a sua influência negativa”<sup>417</sup>.

## **A Setenave como empresa pública.**

O Decreto-Lei 182/76, de 9 de março, transforma a sociedade Setenave – Estaleiros Navais de Setúbal, SARL, em empresa pública, mantendo, para todos os efeitos de direito, a sua personalidade jurídica, e aprova os seus estatutos. O objeto social da empresa é a construção, reparação e modificação de navios, podendo dedicar-se a outras atividades, nomeadamente no setor da metalomecânica pesada.

A empresa será gerida por um conselho de administração, nomeado por despacho do primeiro-ministro, sob proposta do ministro da Indústria e Tecnologia. O CA e os ORTs “definirão as formas que deverão revestir as suas relações mútuas, sem prejuízo do estabelecido na lei e nos presentes estatutos”. O trabalho prestado à empresa “fica sujeito ao regime geral que regula as relações de trabalho e aos instrumentos de contratação coletiva em vigor aplicáveis aos

---

<sup>414</sup> “Discurso proferido pelo Eng.º Walter Rosa, ministro da Indústria e Tecnologia,” *Informação Setenave*, março 4, 1976.

<sup>415</sup> “Pacto MFA-Partidos,” *Diário de Lisboa*, fevereiro 27, 1976, 17.

<sup>416</sup> Novo órgão informativo da CTS, que se começa a publicar com regularidade.

<sup>417</sup> “Defender a revolução,” *O Pórtico*, março 1976, Centro de Documentação 25 de Abril.



trabalhadores da Setenave” e “outros regimes especiais que, de futuro, haja eventualmente que introduzir”.

Estabelece-se um capital social de 600 000 000\$00, “podendo o conselho de administração, com parecer favorável do conselho fiscal, propor ao ministro da Indústria e Tecnologia que o seu montante seja elevado”, tendo em consideração “um desejável equilíbrio entre capitais próprios e capitais alheios”<sup>418</sup>.

Na sequência da aprovação do Decreto-Lei 260/76, de 8 de maio,<sup>419</sup> os estatutos da empresa são alterados a 29 de junho (artigo 5.º), mantendo-se o procedimento de nomeação do conselho de administração (CA), mas acrescentando-se “depois de ouvidos os trabalhadores”<sup>420</sup>. Assim se manteria até o Decreto-Lei 56/91 transformar a empresa em pessoa coletiva de direito privado.

## **A Setenave “nacionalizada irreversivelmente”.**

A Constituição é aprovada a 2 de abril. Define a República como “empenhada na sua transformação numa sociedade sem classes” (art.º 1.º) e estabelece como “objetivo assegurar a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras” (art.º 2.º). São “tarefas fundamentais do Estado”: “socializar os meios de produção e riqueza” e “abolir a exploração e opressão do homem pelo homem” (art.º 9.º, c).

Consagra-se o direito dos trabalhadores de criarem CTs (art.º 55.º), “para defesa dos seus interesses e intervenção democrática na vida da empresa, visando o reforço da unidade das classes trabalhadoras e a sua mobilização para o processo revolucionário de construção do poder democrático dos trabalhadores”. Serão “eleitas em plenários de trabalhadores por voto direto e secreto”, podendo ser criadas “comissões coordenadoras”. Os seus direitos são: “receber todas as informações necessárias ao exercício da sua atividade”, “exercer o controlo de gestão nas

---

<sup>418</sup> Decreto-Lei 182/76, 9 Março.

<sup>419</sup> Estabelece as bases gerais do regime jurídico das Empresas Públicas.

<sup>420</sup> Decreto-Lei 499/76, 29 junho.

empresas”, “intervir na reorganização das atividades produtivas” e “participar na elaboração da legislação do trabalho e dos planos económico-sociais que contemplem o respetivo setor”.

Expressa-se concretamente que “todas as nacionalizações efetuadas depois de 25 de Abril de 1974 são conquistas irreversíveis das classes trabalhadoras” (art.º 83.º), tendo os limites materiais da revisão constitucional (art.º 290.º) de respeitar: “os direitos dos trabalhadores, das comissões de trabalhadores e das associações sindicais”, o “princípio da apropriação coletiva dos principais meios de produção e solos, bem como dos recursos naturais e a eliminação dos monopólios e dos latifúndios” e a “planificação democrática da economia”<sup>421</sup>.

Regista-se o paradoxo de toda a Constituição estar orientada numa perspetiva apontada a um futuro socialista e toda a ação subsequente ter sido revogante deste caráter. Sousa Franco testemunha bem essa contradição no tempo histórico entre conteúdo e forma, ação e legislação. Segundo o autor, o controlo operário “foi uma característica, não tanto do legado da revolução, mas do próprio período em que esta decorre”. Deste modo “como experiência empresarial, ele tem algumas expressões na legislação produzida durante a revolução e em 1976 – nomeadamente o papel das comissões de trabalhadores ou outros órgãos representativos dos trabalhadores no texto constitucional de 1976”<sup>422</sup>.

As conquistas “irreversíveis” aparecem portanto como um subproduto, uma reverberação do período anterior. As bases “materiais” já possuíam os alicerces rachados, pela inversão da direção económica, “quem controla quem?”, na luta política dos “blocos histórico-sociais” em presença, empregando uma expressão cara ao Documento do Grupo dos Nove.

## **A legitimação eleitoral da transição democrático-socialista.**

De acordo com a CTS, os “trabalhadores da Setenave estão a tomar consciência do que é na realidade o controle operário e a dar a sua colaboração”. Como exemplo, apresentam o problema da falta de reparação das ferramentas. Tendo a Comissão de Controlo Operário (CCO)

---

<sup>421</sup> “Constituição da República Portuguesa, Texto originário da Constituição,” *Assembleia da República*, acesso a novembro 15, 2015, <http://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP1976.pdf>

<sup>422</sup> Sousa Franco, “A Economia,” in *Portugal 20 anos de democracia*, coord. António Reis (Lisboa: Temas & Debates, 1996), 201-202.

sido alertada para essa ocorrência, conversou com o chefe da oficina de reparação, que os informou da “falta de acessórios”. Deste modo, “contactou os serviços ligados a este trabalho no sentido de averiguar por que razão não chegava esse material à Setenave”, tendo verificado “que em algumas encomendas havia problemas na importação”, noutros, “problema no fabrico”<sup>423</sup>.

Dois anos após o golpe de estado dos capitães, a 25 de Abril de 1976, realizam-se as eleições para a Assembleia da República (AR). Sagra-se vencedor o PS (34,97%), seguido de PPD (24,02%), CDS (15,91%), PCP (14,56%) e UDP (1,69%).

Nas eleições presidenciais apresentam-se quatro candidatos. Ramalho Eanes é apoiado pelas forças políticas vitoriosas no 25 de novembro; Pinheiro de Azevedo, o primeiro-ministro do VI GP; Octávio Pato, um importante dirigente do único partido comunista com posições governamentais num país da NATO; e Otelo, apoiado por partidos da “esquerda revolucionária”, ameaça a liderança do PCP no movimento operário e a sua orientação face a uma “maioria de esquerda”.

É o caso dos estaleiros navais da Lisnave e Setenave, nos quais em AGTs se aprovam moções de apoio à sua candidatura<sup>424</sup>. Otelo visita a Setenave a 27 de maio. De acordo com o jornal *Página Um*<sup>425</sup>, é recebido no refeitório aos gritos: “Otelo para presidente, Otelo para presidente”. Na sua alocução critica as divisões partidárias, manifesta regozijo por se encontrar “entre trabalhadores de uma das empresas mais combativas do nosso País” e aborda pontos do seu programa como o apoio às nacionalizações, reforma agrária e controlo operário<sup>426</sup>.

Segundo a CTS, a “situação política na Setenave tem vindo a piorar grandemente”. Verificou-se “grande atividade da parte daqueles que em anteriores comissões de trabalhadores tudo fizeram para a divisão dos trabalhadores”, pretendendo “transformar a CT num organismo de substituição da gestão da empresa, alheando-se assim, do seu principal objetivo, “o controlo operário”. Criticam o “desprezo pelo órgão representativo dos trabalhadores”, ao não terem sido informados da visita de Otelo<sup>427</sup>.

---

<sup>423</sup> “Ferramentas,” *Pórtico*, abril 1976, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>424</sup> “Suplemento sobre as eleições,” *Voz do Povo*, maio 18, 1976, 1.

<sup>425</sup> Jornal afeto à candidatura de Otelo e aos GDUPs.

<sup>426</sup> “Otelo na Setenave,” *Página Um*, maio 28, 1976, 3.

<sup>427</sup> A Comissão de Trabalhadores da Setenave, *Comunicado*, (Mitrena, 28 Maio 1976), Centro de Documentação 25 de Abril.

As eleições presidenciais realizam-se a 28 junho. Eanes vence com 61,4%. Seguem-se Otelo (16,52%), Pinheiro de Azevedo (14,36%) e Octávio Pato (7,38%). Segundo o novo PR, “as leis da nossa jovem democracia serão respeitadas, a começar pela Lei Fundamental”, pelo que não serão “tolerados quaisquer poderes paralelos que contrariem a Constituição, nem será permitido qualquer tipo de atividade insurreccional”<sup>428</sup>. Preconiza uma “democracia global que já é, em si própria, um estádio de transição para esse socialismo que nós pretendemos”<sup>429</sup>.

Segundo o PCP (R), em Lisboa e Setúbal “Otelo obteve a votação de cerca de dois terços da classe operária”<sup>430</sup>. Concluem pela “derrota histórica infligida pela classe operária e pelo movimento de unidade popular ao grupo burguês contrarrevolucionário de Cunhal, mergulhando-o num processo de desagregação irreversível”<sup>431</sup>.

Para a CTS, “os trabalhadores devem exigir” que a maioria de esquerda “seja transformada numa maioria governamental, de maneira a impedir que o seu voto seja falsificado”. Nas presidenciais, “a direita tentou recuperar o que tinha perdido” e “conseguiu marcar alguns pontos, mas que se desiludam todos os reacionários de qualquer cariz, os trabalhadores exigem e exigirão um governo de esquerda”<sup>432</sup>.

## **O controlo operário metamorfoseado em controlo de gestão.**

O projeto de decreto-lei sobre o controlo de gestão e modo de eleição das CTs, aprovado pela última reunião do Conselho de Ministros do VI GP em 7 de junho de 1976, assinala a transformação no léxico governamental do controlo operário para o controlo de gestão<sup>433</sup>. Ao pretender institucionalizar as CTs, dificulta a sua constituição. Por exemplo, só válida as eleições nas quais estivesse “presente a maioria do número dos trabalhadores”, critério que nenhuma CTS tinha cumprido. Deste modo, “ilegaliza-as” de facto, podendo estas “requerer a sua legalização”, sujeitando-as a aprovação do Ministério do Trabalho.

---

<sup>428</sup> “Capital estrangeiro não voltará a explorar a mão de obra barata,” *Diário de Lisboa*, junho 29, 1976, 5.

<sup>429</sup> “Não devem ser os trabalhadores a pagar a conta da situação,” *Diário de Lisboa*, junho 28, 1976, 1.

<sup>430</sup> “Consolidar a vitória popular e marchar para novas batalhas políticas,” in Resoluções do Comité Central do Partido Comunista Português (Reconstruído) do I ao II Congresso (Edições Bandeira Vermelha, 1977), 131.

<sup>431</sup> *Ibid.*, 132.

<sup>432</sup> “Editorial,” *Pórtico*, julho 1976. Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>433</sup> “Controlo de gestão facilita recuperação capitalista,” *Diário de Lisboa*, julho 08, 1976, 5.

Comprometia-as ainda na “melhoria qualitativa e quantitativa da produção, designadamente nos domínios da racionalização do sistema produtivo”, cabendo-lhes “vigiar pelo cumprimento das normas gerais e dos programas do Governo para o setor ou a empresa respetivos”<sup>434</sup>.

Para o PS, o diploma é “indispensável” para “estabelecer de uma maneira clara as regras do jogo”. Segundo o PCP, procura “esvaziar ou mesmo anular os direitos dos trabalhadores e das suas comissões consignadas na Constituição”<sup>435</sup>.

A CTS e os DS criticam o facto de o “controlo de gestão, como eles chamam ao controlo operário”, não poder “entravar ou comprometer a normal atividade da empresa, nem interferir com o exercício das funções dos seus órgãos de gestão ou dos responsáveis da respetiva hierarquia”, concluindo: “o controlo operário para eles não passa de mera brincadeira”<sup>436</sup>. O PR cessante, Costa Gomes, não homologa o projeto de lei<sup>437</sup> (tal como tinha feito com o do V GP), e só em 1979 (como veremos) se regulamentará as CTs e o controlo operário.

## **Centro de Coordenação da Indústria Naval.**

Pelo Decreto-Lei 646/76, de 3 de julho, estabelece-se o Conselho Nacional de Rendimentos e Preços. O objetivo proclamado é a “repartição da riqueza e do rendimento” no empenho numa “sociedade sem classes”, salvaguardando-se a “dominante socialista em cada etapa do processo de transição”. Competia-lhe fazer propostas em termos de salários, controle dos preços, política fiscal, definição de um rendimento máximo anual, ou segurança social. Colocado na dependência direta do primeiro-ministro, assume uma dimensão tripartida,

---

<sup>434</sup> “Decreto-lei sobre o controlo de gestão,” in Dossier Controlo Operário em Portugal (I), Fátima Patriarca *Análise Social* 47 (1976): 812-816.

<sup>435</sup> “Promulgação pode tardar,” *Diário de Lisboa*, julho 9, 1976, 20.

<sup>436</sup> O secretariado do CTS e delegados sindicais, *Comunicado conjunto do CTS e Delegados Sindicais*, (s.l., 13 julho 1976), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>437</sup> “Controlo operário e lei dos solos não foram homologados,” *Diário de Lisboa*, julho 15, 1976, 20.

englobando representantes das associações sindicais, patronais e de departamentos governamentais<sup>438</sup>.

O Centro de Coordenação da Indústria Naval (CCIN)<sup>439</sup> é criado pelo Decreto-Lei 597/76, de 23 de julho. Algumas das atribuições que lhe competem são: inventariação dos recursos técnicos, tecnológicos e humanos; otimização da utilização das capacidades existentes; prospeção do mercado externo; centralização das informações sobre encomendas; acompanhamento dos planos de reequipamento das frotas de carga, pesqueiras e outras; definição, com os órgãos competentes, de uma política de financiamento das encomendas estrangeiras; incentivação do desenvolvimento tecnológico, para maximização da independência nacional do setor, nomeadamente no campo da formação e do projeto e no sancionamento de contratos de licenciamento referentes a novos produtos.

Os seus órgãos são: o conselho geral, a direção e a comissão de *contrôle*. Ao primeiro (constituído pelo diretor-geral da Mecânica Pesada, a direção e um representante da Secretaria de Estado do Planeamento, do Ministério do Comércio Externo, de cada um dos principais utilizadores nacionais e de cada uma das empresas ou grupos de empresas abrangidas) compete a definição das linhas de atuação do Centro. A direção (composta por um presidente e dois vogais designados pelo secretário de Estado da Indústria Pesada) deve praticar todos os atos necessários à gestão. Finalmente, à comissão de *contrôle* (constituída pela comissão coordenadora das CTs) compete dar parecer sobre os programas de atividade da direção, sendo-lhe garantido o acesso a informação e documentação do centro, e à participação nas reuniões do conselho geral, sem direito a voto<sup>440</sup>.

Com efeito, verificar-se-á uma “arrumação institucional” de cunho tripartido, com a Intersindical a participar no Conselho Nacional do Plano, Conselho de Gestão do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, Conselho Nacional de Educação, INATEL, Conselho

---

<sup>438</sup> Decreto-Lei 646/76, 3 julho.

<sup>439</sup> As empresas abrangidas pela disciplina do diploma (um total de 167) são divididas em dez grupos: 1) Setenave, 2) Lisnave, 3) Estaleiros Navais de Viana do Castelo, 4) Arsenal do Alfeite, 5) Parry & Son em representação de um conjunto composto pela Argibay, CTM (oficinas), CPP (oficinas), Sociedade de Reparação de Navios, e Eugénio & Severino, 6) Estaleiros Navais de S. Jacinto, compreende os Estaleiros Navais do Mondego, carreira Naval Figueirense, Foznave, Mónica, Carnave, 7) Zona A Norte, entre os rios Minho e Douro, representados por Samuel & Filhos, 8) Zona B, entre os rios Douro e rio Mondego, por José Araújo Marques, 9) Zona C, entre os rios Mondego e Sado, por A Progresso, 10) Zona D, entre os rios Sado e Guadiana, pela Navália.

<sup>440</sup> Decreto-Lei 597/76, 23 julho.

Nacional de Higiene e Segurança no Trabalho, Instituto do Emprego e Formação Profissional, pelo que no seu VI Congresso existiam “quarenta e quatro organismos nos quais a confederação tinha assento”<sup>441</sup>. Trata-se, não obstante, de um tripartismo no qual, na maior parte, os organismos são pouco eficazes e o papel dos sindicatos, meramente consultivo. A transição entre este modelo de “planeamento concertado” e um outro baseado num órgão específico de concertação social será acompanhada pela emergência de uma central sindical alternativa, a erosão das conquistas dos trabalhadores no período revolucionário e a progressiva imposição de um “liberalismo concertado”.

## **O PS entre a maioria de esquerda e a convergência democrática.**

O PS assume solitariamente as funções governativas. Rejeita quer a “maioria de esquerda” com o PCP, quer uma “convergência democrática” com PPD e CDS.

O I Governo Constitucional (GC) toma posse a 23 de julho. No seu programa promete “Regular o ‘exercício do controlo de gestão’”. Este compete à CT, não podendo ser “em caso algum um elemento que contribua para a deterioração do ambiente de trabalho, a divisão dos trabalhadores, a desorganização da vida das empresas ou a redução da produtividade”.

Considera existirem “condições para efetivar, em Portugal, a construção histórica de uma economia de transição”, com “intervenção dos trabalhadores na gestão e controlo de unidades produtivas”, num “clima de trabalho produtivo e paz social”.

Contudo verifica-se “indisciplina nas empresas”, um “clima reivindicativo e riscos de saneamento selvagem”; a “importante redução do leque salarial, com o congelamento dos salários dos quadros, desmobilizou as chefias” e “os conflitos laborais, a escalada salarial, o abuso da greve, a descapitalização e o receio de falência ou da intervenção do Estado desmobilizaram os empresários”. Assim, a política económica “consiste na austeridade e na estabilização financeira”, um “verdadeiro imperativo nacional”. Mas os “sacrifícios que serão

---

<sup>441</sup> Victor Gomes da Silva, “A evolução da Intersindical Nacional/CGTP-IN no quadro socioeconómico e político português: Do 25 de Abril ao VI Congresso” (Dissertação de Mestrado, ISEG, 1992), 100.

pedidos, e que se procurará distribuir de forma justa, não se destinam a operar qualquer recuperação capitalista, mas sim a consolidar a via de transição para o socialismo”<sup>442</sup>.

O discurso da “economia em transição” transitará ainda durante um período, mas não a “irreversibilidade” das “conquistas”. A economia em transição será no sentido da desnacionalização económica, da austeridade, da “recuperação capitalista”.

## **Acordos nos estaleiros.**

O processo de aprovação do Leque Salarial 2.<sup>a</sup> Fase estará carregado de polémica e versões contraditórias. Propunha-se um aumento salarial operário de 1000\$00 (para 3.º oficial, 8500\$00, 2.º oficial, 9000\$00, 1.º oficial, 9500\$00) e de 700\$00 para um oficial especializado (para 9500\$00)<sup>443</sup>. O grupo negociador afirma que a Administração propôs oralmente “cerca de 500\$00 de aumento salarial”, mas “isto para os trabalhadores não chega”. Apela a uma “resposta firme” que “deve excluir toda a ação espontânea e aventureirista, a fim de evitar manobras provocatórias do patronato”<sup>444</sup>.

A CTS insurge-se contra a “instabilidade que certa gente, felizmente pouca e sempre a mesma, tem tentado formar no estaleiro a fim de o paralisar”. Mas na “atual correlação de forças”, se tal acontecer, será a “direita que aparecerá como a salvadora, como a restabelecadora da ordem e da paz, a salvadora do emprego de cada um”, pois “antes de toda e qualquer política os trabalhadores precisam de ganhar o seu salário”. Embora sejam “acusados de não defender os interesses dos trabalhadores” já tem “dito muitas vezes que os nossos salários estão a ser pagos pelo Estado a conta-gotas e que esses dinheiros vêm dos bolsos do povo português e não dos capitalistas”<sup>445</sup>.

Segundo o Secretariado da CTS, após a “desestabilização na componente militar, a reação tenta provocar a componente popular”, lançando “os seus submarinos em ação no nosso seio”.

---

<sup>442</sup> “Programa do I Governo Constitucional,” *Governo de Portugal, Arquivo Histórico*, acesso fevereiro 25, 2015, <http://www.portugal.gov.pt/media/464012/GC01.pdf>

<sup>443</sup> Os delegados sindicais dos trabalhadores dos escritórios, *Comunicado*, (s.l., 3 maio 1976), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>444</sup> *Comunicado do Grupo que elaborou a proposta Lisnave/Setenave para todos os trabalhadores da Setenave*, (s.l., 27 julho 1976), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>445</sup> CTS, *Camaradas*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.



Considera a paralisação de 300 trabalhadores da secção de “Casco Bordo” na Lisnave como “uma provocação bem montada”, porque estando o prémio reclamado por estes em discussão no Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) dos Metalúrgicos, “a luta é absurda”<sup>446</sup>. Os trabalhadores em greve argumentam que “não acreditam em promessas”<sup>447</sup>. O ministro do Trabalho, Marcelo Curto, acusa a greve de “sabotagem económica”<sup>448</sup>. Em AGT da Lisnave, a 2 de setembro, considera-se o “diferendo sanado”, por estar em discussão no CCT, e aprova-se que “toda e qualquer forma de luta, greve ou paralisação” só pode ser decidida pela assembleia de trabalhadores ou sindicatos<sup>449</sup>.

Na Lisnave, a 15 de setembro, e na Setenave no dia seguinte, as AGTs recusam as propostas das administrações, exigindo a “satisfação total do caderno reivindicativo”<sup>450</sup>.

A CTS efetua uma “severa crítica à mesa por se deixar enervar e ter conduzido pessimamente os trabalhos”. Segundo esta, apresentou-se uma “moção de recusa pela proposta da administração”, contudo “a confusão apareceu na mesma”. Afirma não querer “permitir que se instale de novo o clima da anarquia, o clima do terrorismo verbal”. Argumenta que na Lisnave verificaram-se “641 votos contra 626”, com os primeiros a “cantarem vitória”, perguntando a comissão: “Vitória de quem, contra quem? Vitória de 641 contra os 11 mil da empresa?” De acordo com a CTS, “o momento é hoje mais delicado como jamais o foi desde o 25 de Abril”. Deste modo, “os erros que cometermos hoje custar-nos-ão ainda mais caro”<sup>451</sup>.

Segundo a Administração da Setenave, as divergências entre a proposta dos trabalhadores e a contraproposta situam-se no “problema das reclassificações, do fracionamento dos aumentos salariais e do trabalho em regime de turnos e cobertura dos sábados”. Argumenta que “o problema da competitividade da Setenave” mede-se pela “rapidez de execução e preço”, sendo necessária a “utilização do regime de trabalho de horário proposto”, por “turnos”.

A “não-aceitação do esquema proposto” e de outras formas de “aumentar a produtividade” poderia “comprometer irremediavelmente o futuro do estaleiro”, nomeadamente no setor de reparações. Não obstante, “assegurada esta base”, admite “condições para poder

---

<sup>446</sup> O Secretariado do CTS, *Informação CTS*, (s.l., 27 agosto 1976), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>447</sup> “Ainda sem solução o caso do ‘Casco-Bordo’,” *Diário de Lisboa*, agosto 30, 1976, 9.

<sup>448</sup> “Solução do conflito dependente de AGT,” *Diário de Lisboa* setembro 1, 1976, 9.

<sup>449</sup> “AGT apela à unidade,” *Diário de Lisboa* setembro 3, 1976, 9.

<sup>450</sup> “Na Lisnave: o que impede os trabalhadores de ganhar,” *Política Operária*, 30 Setembro-30 outubro 1976, 9.

<sup>451</sup> Grupo de Informação CTS, *Camaradas*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

encontrar formas de ultrapassar o fracionamento dos aumentos salariais, com aplicação total a partir de junho de 1976”<sup>452</sup>.

Na AGT da Lisnave de 22 de setembro aprova-se o Leque Salarial, que inclui um aumento salarial de 700\$00, ou seja de 8500\$00 para 9200\$00 para a maioria dos trabalhadores<sup>453</sup>.

Segundo a versão do CGT, a mudança de orientação face à votação da assembleia de dia 15 ocorreu porque a “administração entendeu que não podia ceder em nenhum ponto”. Deste modo, uma “minoridade de esquerdistas” perante a derrota das suas posições “reagiram derrubando mesas, arremessando cadeiras, garrafas e pontapeando pessoas”<sup>454</sup>.

De acordo com o jornal *Revolução*, o CGT informou a assembleia de que a proposta da administração previamente recusada “já estava assinada por dois ministérios, e que portanto os trabalhadores a aceitavam ou não viam nada”. Surgindo um requerimento para votação da proposta (quando “ainda só tinham falado seis trabalhadores”), foi “exigido à mesa” que mostrasse o referido documento, mas a “resposta é dada a murro”. Deste modo, no meio da “confusão”, a mesa coloca a proposta à votação e, “como ninguém levanta o braço”, considera-a “aprovada” e “desaparece da sala”. Um dos elementos da mesa “é apanhado pelos trabalhadores, é agredido, mas consegue escapar-se, tendo depois ido ao hospital”<sup>455</sup>.

No dia seguinte, 23 de setembro, realiza-se uma AGT na Setenave. A CTS critica os que pediam 1000\$00 de aumento e relata ter sido aprovado o resultado das negociações do grupo do Leque, ou seja, um “aumento de 700\$00 com retroativos desde junho de 76”, pagamento a 100% das baixas por doença duas vezes por ano, salário por inteiro para incapacitados por acidente de trabalho<sup>456</sup>.

Segundo o grupo do Leque, em reunião com a Administração a 6 de outubro, acordou-se a apresentação de uma “alteração de horário a ser apreciada pelos trabalhadores de ambas as

---

<sup>452</sup> Comunicado da Administração, *Leque Salarial*, (Mitrena, 21 setembro 1976), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>453</sup> “Novo leque salarial na Lisnave,” *Diário de Lisboa*, setembro 23, 1976, 9.

<sup>454</sup> “Incidentes em AGT da Lisnave,” *Diário de Lisboa*, setembro 25, 1976, 8.

<sup>455</sup> “Lisnave, de novo a traição do reformismo,” *Revolução*, setembro 30, 1976, 11.

<sup>456</sup> O Grupo de Informação do CTS, *Comunicado da CTS*, (s.l., 27 setembro 1976), Centro de Documentação 25 de Abril.

empresa” de modo que Administração anuisse “às regalias sociais e aplicação dos 700\$00 com efeitos retroativos”<sup>457</sup>.

Além destas medidas, o caderno Leque Salarial/Regalias Sociais aprovado estabelece uma relação das funções existentes na empresa e não consideradas na Portaria (cerca de 80), e procede-se a uma alteração de categorias<sup>458</sup>.

Estes acordos nos dois maiores estaleiros nacionais são encarados distintamente. Para a CTS, os resultados conseguidos, “sem serem aqueles que a classe necessita, são no entanto positivos e deixam o nosso exército operário pronto para o combate mais amplo, o combate pelo novo CCT dos Metalúrgicos, evitando o isolamento”<sup>459</sup>. Segundo a extrema-esquerda, os acordos dividiram o movimento operário e permitiram uma “ofensiva do governo Soares: desde setembro, a Lisnave e a Setenave deram o exemplo, aceitando a proposta da Administração, que recusava as 40 horas, o aumento igual para todos de 1000\$00, e introduzia novas categorias profissionais”<sup>460</sup>.

## **A flexibilização das relações laborais.**

As posições da CTS devem ser contextualizadas à luz da linha política do PCP, na defesa de “um governo de esquerda com participação comunista”<sup>461</sup>. No seu VIII Congresso (11-14 novembro), Cunhal referindo-se aos “dois anos e meio de Revolução”<sup>462</sup>, caracteriza não existir “nem uma ditadura, nem uma democracia burguesa com Melos, Espírito Santos e Champalimaud, mas uma democracia política com uma base económica que a encaminha para o

---

<sup>457</sup> O Grupo de Trabalho, *Informação*, (Mitrena, 8 outubro 1976), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>458</sup> *Leque Salarial/Regalias Sociais*, (s.l., 21 outubro 1976), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>459</sup> O Grupo de Informação do CTS, *Comunicado da CTS*, (s.l., 27 setembro 1976), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>460</sup> J. Buarque, “A austeridade de Soares em cheque,” *Ação Comunista*, fevereiro 1977, 89.

<sup>461</sup> Álvaro Cunhal, *As tarefas do PCP para a construção da democracia rumo ao socialismo* (Edição para o 8º Congresso, da Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português), 14.

<sup>462</sup> A economia estaria diversificada em quatro formações essenciais: 1) não capitalista, constituída por: a) setor do Estado; b) cooperativas e UCPs na zona da Reforma Agrária; c) cooperativas formadas em antigas médias empresas (autogestão); 2) formação económica capitalista, constituída por empresas nacionais particularmente na indústria ligeira, e por empresas estrangeiras, estas ainda em setores básicos; 3) pequena produção mercantil, constituída por artesãos e pequenas explorações agrícolas e industriais sem ou com um número muito reduzido de trabalhadores assalariados; 4) formação económica tendendo a transformar-se num setor de capitalismo de Estado, designadamente com empresas mistas. In *Ibid.*, 7.

socialismo”<sup>463</sup>. Verifica-se um “estádio intermédio e transitório entre uma economia capitalista e uma economia socialista, ainda com um tipo económico capitalista dominante, mas com um tipo económico não capitalista determinante”. Com “as estruturas atuais, a evolução natural da economia portuguesa é no sentido do socialismo”<sup>464</sup>.

O “PCP defende uma política de austeridade”, a “começar pelas camadas privilegiadas”, reduzindo-se os consumos e aumentando-se a produção. O partido “luta contra reivindicações irrealistas inspiradas pela reação e pelos grupos pseudo-revolucionários”. Tem “esclarecido a necessidade de considerar de forma nova as relações dos trabalhadores com as administrações nos setores de formação não capitalista” (dentro do qual se inseria a Setenave nacionalizada), de “considerar as reivindicações, tendo em conta a situação financeira das empresas”, e de se “utilizar a greve, tendo em conta todas as suas repercussões sociais, económicas e políticas”, mas “tudo isto dentro da perspetiva socialista”<sup>465</sup>.

De acordo com o CTS, “a direita pensava poder recuperar rapidamente o seu poder através do Governo PS sozinho”, de modo a “criar na vida civil uma situação semelhante à que conseguiu criar no Exército em novembro de 75, de maneira a dar a machadada final na democracia”. Contudo os “setores nacionalizados, a reforma agrária e o controle operário são três barricadas que impedem a recuperação capitalista”. Na Setenave existe “gente de direita, e alguns com formação de direita, que ainda não perceberam que o processo revolucionário português é irreversível”.

Quanto ao controlo operário, “embora nem sempre se veja”, “*atua como medicina preventiva*”, pois a sua existência “dificulta o boicote e a sabotagem”. Apresentam como exemplo a perda de um concurso para reparação de um navio. A CCO investigou o assunto, tendo averiguado que os técnicos tinham previsto mais tempo de execução que a concorrência. Não satisfeita, dirigiu-se a “técnicos de confiança”, apurando que teria sido possível propor um prazo mais reduzido, mas tendo em conta a recente entrada em funcionamento do setor das recuperações, a Administração entendeu não correr um risco, acarretando a “obrigatoriedade de

---

<sup>463</sup> Ibid., 4.

<sup>464</sup> Ibid., 7.

<sup>465</sup> Ibid., 10.

indeminização ao armador” e concomitante “descrédito”. A “CCO aceitou esta conclusão como válida”, pelo que “aqui fica um exemplo do que é o controlo operário”<sup>466</sup>.

O Decreto-Lei 773/76, de 27 de outubro,<sup>467</sup> revoga a unicidade sindical, abrindo caminho ao futuro surgimento de uma nova confederação sindical, em disputa com a direção comunista da Intersindical. No dia seguinte (28 de outubro), promulga-se o Decreto-Lei 781/76<sup>468</sup>, que autoriza a celebração de contratos de trabalho a prazo, introduzindo-se um elemento de “flexibilização” nas relações laborais que “em pouco tempo passaria a ser utilizado massiva e indiscriminadamente na admissão de novos trabalhadores”<sup>469</sup>.

A CTS (com outras empresas) participa numa audiência com o primeiro-ministro. Em causa o protesto contra o pagamento de parte do subsídio de Natal em títulos do Tesouro. Esta orgulha-se de ter sido a “principal impulsionadora desta importante luta”, pois foi “da Setenave que partiu a iniciativa dos abaixo-assinados, que logo se espalhou a outras empresas”<sup>470</sup>. Segundo a comissão, devido às 25 000 assinaturas, o Governo recuou de um pagamento de 5000\$00 de 13.º mês para 7000\$00; no entanto, continua a luta contra os “papéis de poupança forçada” e pelo “pagamento integral do subsídio de Natal”<sup>471</sup>.

No dia seguinte (27 de novembro) dezenas de milhares de trabalhadores manifestam-se em Lisboa, Porto e Coimbra contra a “recuperação capitalista”, em defesa da reforma agrária, pela contratação coletiva e contra o pagamento de parte do 13.º mês em títulos do Tesouro<sup>472</sup>.

O Decreto-Lei 841-C/76, de 7 de dezembro, alarga o conceito de justa causa para despedimento, face ao Decreto-Lei 84/76, de 28 de janeiro, nomeadamente em casos como “desobediência ilegítima às ordens dadas por responsáveis hierarquicamente superiores”, ou “redução anormal de produtividade”. Pela primeira vez após a revolução introduz-se a noção de que a “rigidez” do contrato de trabalho seria prejudicial aos trabalhadores. Preconiza-se “uma maior flexibilidade” para “combater o desemprego”, facilitar novas admissões e criar postos de

---

<sup>466</sup> “Controle Operário,” *Pórtico*, novembro 1976, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>467</sup> Decreto-Lei 773/76, 27 outubro.

<sup>468</sup> Decreto-Lei 781/76, 28 outubro.

<sup>469</sup> José Barreto, “A Formação das Centrais Sindicais e do Sindicalismo Contemporâneo em Portugal (1968-1990)”, 324.

<sup>470</sup> “Decisões,” *Pórtico*, dezembro 1976. Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>471</sup> Grupo de Informação do CTS, *Comunicado*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>472</sup> “Trabalhadores dizem ‘não’ à recuperação capitalista,” *Diário de Lisboa*, novembro 29, 1976, 11.

trabalho<sup>473</sup>. Doravante, a precarização da relação de trabalho acentuará a divisão entre empregado/desempregado, fixo/a prazo, público/privado, protegido/desprotegido, privilegiado/à procura do primeiro emprego, estável/subcontratado, mas será simultaneamente em nome dos últimos que se justificará essa mesma precarização, num processo tendente à divisão e competição entre trabalhadores. Segundo a CGTP, passados oito meses da entrada em vigor da lei, verificaram-se 20 000 despedimentos, entre os quais 400 dirigentes e delegados sindicais<sup>474</sup>.

No mesmo dia, promulga-se o Decreto-Lei 841-B/76<sup>475</sup>, (altera o artigo 21.º do Decreto-Lei 215-B/75, de 30 de abril) transferindo para os sindicatos a incumbência da cobrança e remessa das quotizações dos trabalhadores e retirando-a ao patronato. Trata-se de uma iniciativa do secretário de Estado do Trabalho Maldonado Gonelha, que pretendia “partir a espinha à Intersindical”. Contudo, o seu efeito é “contrário ao esperado, prejudicando mais os sindicatos com direções socialistas e social democratas”<sup>476</sup>.

O ministro do Trabalho Marcelo Curto demite-se por discordar do decreto, é substituído na sua pasta por Gonelha, a 25 de março de 1977, e regressado ao parlamento, elabora a Lei 57/77, de 5 de agosto<sup>477</sup>, que restabelece a possibilidade de cobrança patronal, como resultado de acordo entre associações sindicais e patronais. Não obstante, privava mais a Intersindical de recursos do que a redação de 1975.

Como efeito, a política de divisão do movimento sindical não se faz sem contradições no seio do PS, a braços com “cinco ou seis correntes sindicais distintas”<sup>478</sup>, por exemplo, o socialista Kalidás Barreto integra a direção da Intersindical. Segundo Eduardo Lourenço seria uma “tragédia de nefastas consequências” que a “deplorável ‘batalha sindical’” anunciada “aparecesse no futuro como simples máscara da impotência história do socialismo português ou, pior ainda,

---

<sup>473</sup> Decreto-Lei 841-C/76, 7 de dezembro.

<sup>474</sup> João Vilanova, 1977/78, *Sindicalismo em Portugal, perspectivas futuras/pacto social* (Lisboa: Assírio e Alvim, 1977), 19.

<sup>475</sup> Decreto-Lei 841-B/76, 7 de dezembro.

<sup>476</sup> José Barreto, “A Formação das Centrais Sindicais e do Sindicalismo Contemporâneo em Portugal (1968-1990)”, 328.

<sup>477</sup> Ibid.

<sup>478</sup> Ibid., 309.

como mero tributo a pagar, em termos de docilidade da classe trabalhadora, compromissos de classe e insolvências que nada têm de socialistas, nem de patrióticas”<sup>479</sup>.

De acordo com a CTS, na “atual situação os interesses da Empresa não andam muito longe dos interesses dos trabalhadores”, logo “os que não defendem os interesses da Empresa, defendem os interesses dos Mellos”<sup>480</sup>. Aqueles para quem “a classe devia sair para a rua em 25 de novembro”, que a cada “medida antipopular” se “devia paralisar o trabalho”, são os “lutadores das batalhas perdidas”. Quem afirmou que “o processo revolucionário tinha acabado” demonstra “falta de confiança no movimento popular”, pois “o setor privado é Dominante mas o setor Nacionalizado e Cooperativo é Determinante”.

Defende “um novo governo de Esquerda formado por democratas”, baseado no PS e PCP. Neste contexto, “as eleições para as autarquias locais” são de “importância capital”<sup>481</sup>. Com efeito, as autárquicas (12 de dezembro) oferecem nova vitória ao PS com 33,47%, seguido de PPD, FEPU e CDS. O “efeito Otelo” não se confirma e PS e PCP juntos somam 51,44 % dos votos. A CTS celebra os resultados da FEPU, por existirem condições para um governo que corresponda “ao caminho apontado pela Constituição” e pelo “reforçar da unidade popular pondo de lado os fatores divisionistas”<sup>482</sup>.

Tendo falhado as tentativas de “concertação sindical” entre os sindicatos agrupados na chamada Carta Aberta (de orientação “democrática”) e os sindicatos reunidos na Intersindical, nomeadamente em torno da paridade e representatividade num congresso unificador, a Intersindical convoca o chamado “Congresso de todos os sindicatos”, a 27-30 de janeiro de 1977, reunindo (segundo esta) 272 organizações sindicais e 85% da força de trabalho sindicalizada<sup>483</sup>, representando 1 800 000 trabalhadores<sup>484</sup>. Nasce a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP).

Aprova-se um “Caderno reivindicativo imediato dos trabalhadores portugueses”, alicerçado nos seguintes eixos: combate ao desemprego, pela contratação coletiva, congelamento de preços de bens de primeira necessidade, manutenção do poder de compra dos salários e

---

<sup>479</sup> Eduardo Lourenço, *O Complexo de Marx* (Lisboa: Dom Quixote, 1979), 119.

<sup>480</sup> “Editorial,” *Pórtico*, dezembro 1976, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>481</sup> “Editorial,” *Pórtico*, novembro 1976, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>482</sup> “Editorial,” *Pórtico*, dezembro 1976, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>483</sup> “Trabalhadores querem reconstruir o país,” *Diário de Lisboa*, janeiro 27, 1977, 1.

<sup>484</sup> “Em nome de 1.800.000 trabalhadores,” *Alavanca*, janeiro 25, 1977, 6.

melhoria nas categorias mais baixas, melhoria das condições sociais de vida, apoio às cooperativas e empresas em autogestão, defesa da Reforma Agrária, controlo operário nas empresas nacionalizadas e com intervenção do Estado para melhorar o funcionamento e aumentar a produção, defesa dos direitos constitucionais<sup>485</sup>.

## V CTS.

Aproximando-se o início de novo processo eleitoral, a CTS apresenta um “Relatório da Atividade”. Argumenta ter “sido durante o nosso mandato que mais se tem reforçado a unidade e organização dos trabalhadores”. A empresa adquiriu uma “estabilidade” que é “reconfortante para a maioria dos que aqui trabalham”. A “situação pessimista que se viveu foi modificada e hoje vive-se uma situação de maior confiança no futuro da Empresa”.

Com efeito, a CTS é portadora de um novo tipo de discurso no qual os interesses dos trabalhadores se identificam com os da empresa nacionalizada, e os desta com a economia nacional e a manutenção do regime democrático: É “necessário que os trabalhadores se consciencializem cada vez mais que a Empresa está nacionalizada, que os dinheiros cá empregues vêm e são do povo português, que os *deficits* desta Empresa são suportados por todos nós”.

A nacionalização está ligada “à própria existência da Democracia em Portugal”, sendo com “orgulho que ouvimos certas bocas dizerem que nós estamos sempre muito preocupados com a Empresa”, pois são “os nossos inimigos de classe que estão interessados em que os trabalhadores não se interessem pelo futuro da Empresa”, porque “sabem que a queda de uma tal empresa pode significar a queda da própria democracia no nosso país”.

O controlo operário (CO) foi “no seu início deturpado”, pois “havia quem o apresentasse como o meio de suprimir todos os males da empresa”. Constatou-se que “deve ser exercido por todos os trabalhadores a partir dos seus locais de trabalho”. Os órgãos de CO “não devem

---

<sup>485</sup> “Caderno reivindicativo imediato dos trabalhadores portugueses,” *Alavanca*, janeiro 25, 1977, 12.



comprometer-se com as decisões da Administração, mas devem estar atentos a todas as decisões que possam lesar os interesses dos trabalhadores e denunciá-las de imediato”<sup>486</sup>.

Apresentam-se quatro listas às eleições. Para o Programa A (PCP), a “sociedade portuguesa, segundo a Constituição, deve assegurar a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras. É assim uma sociedade em transição para o socialismo”. Deste modo, “como todos os países que percorreram essa fase histórica, a vida social caracteriza-se por uma derradeira oposição entre duas forças antagónicas”, na qual os “reacionários” tentam “destruir” as “bases técnico-materiais da construção do socialismo” e as “conquistas da Revolução Portuguesa”.

O CO deve incidir sobre a Direção de Aprovisionamento, Direção de Pessoal, Divisão Construções, Divisão Financeira e Divisão de Reparações. E assentar na criação das CB, bem como num Grupo Técnico Autónomo de Apoio ao Controlo Operário (GTAACO), constituído por “quadros, técnicos e outros trabalhadores de reconhecida competência profissional”, autónomo face à CT, para “analisar e dar parecer acerca dos documentos de gestão da empresa”.

Os objetivos da CCO são: defesa da Setenave nacionalizada; manutenção dos postos de trabalho; independência nacional (forçando relações diversificadas com o estrangeiro); consolidar “o setor não capitalista da economia através da prática de relações preferenciais com as empresas deste setor”; participar na reestruturação da indústria naval; integração da empresa numa economia planificada, pela “elaboração dos planos económico-sociais”.

Apresenta um organograma de funcionamento da CTS e um projeto de estatutos, pelo qual se convencionam o órgão como a representação do “coletivo da empresa sem a Administração”, constituído por 18 efetivos e 10 suplentes, eleitos por listas em sufrágio universal e secreto. O mandato é de dois anos no máximo, podendo a CT ser demitida “em AGT expressamente convocada para o efeito” desde que reúna 1/3 do total dos trabalhadores e a sua rejeição provenha de 2/3 dos presentes na assembleia<sup>487</sup>.

---

<sup>486</sup> “Relatório da Atividade desenvolvida pela Comissão de Trabalhadores durante o período de janeiro de 76 a janeiro de 77”, *Pórtico, Edição especial*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>487</sup> *Programa A, “Unir, Organizar, Controlar, Em defesa da Setenave nacionalizada, Na defesa dos trabalhadores”*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

O Programa B (UDP) caracteriza o CO como “a forma organizada pela qual os trabalhadores exercem o controlo sobre todas as atividades da empresa” e se “organizam para a luta mais geral contra a recuperação capitalista, o fascismo e o imperialismo”.

Os seus objetivos são: a defesa da nacionalização da Setenave contra o “regresso dos Melos”; defesa dos postos de trabalho; lutar contra a sabotagem, boicote económico e repressão; contra os contratos a prazo e eventuais (salvo exceções e sob consulta aos trabalhadores); controlo sobre os orçamentos, preços e propostas de clientes; exigir a divulgação dos contratos assinados; controlo de entrada e saída de materiais; exigir a apresentação dos gastos da administração. Nos estatutos, propõem uma CTS com vigência de um ano, sendo “revogável a qualquer momento” por “maioria dos trabalhadores”<sup>488</sup>.

Segundo a Lista C (PRP), o CO serve para fiscalizar a vida da empresa, nas encomendas, contratos, matérias-primas, equipamentos e direção financeira (desde a correspondência com bancos e departamentos do Estado até aos livros de contabilidade). Outros temas abordados são: horário de 40 horas; contra o horário extraordinário; contra o Leque Salarial 2.<sup>a</sup> Fase; pelas reclassificações e promoções automáticas; contra os prémios; por uma comissão de segurança; melhores refeições e transportes; por uma “Previdência nas mãos dos trabalhadores”, entre outros.

A proposta de estatutos contempla uma CTS eleita por lista e com um programa e uma Assembleia de Delegados de Setor, eleitos individualmente na base de 1 delegado para 100 trabalhadores, funcionando como “órgão consultivo da CT”<sup>489</sup>.

Para o Programa D (PS), é necessário institucionalizar as CTs, “atribuindo-lhes estruturas e regulamentos” e “definir-lhes funções e âmbito de ação”. Devem ocupar-se do controle de gestão e das ações reivindicativas, estruturando-se numa “organização por ramos de atividade” e em “coordenação regional” coincidente com as “Regiões do Planeamento Económico”.

No projeto de estatutos propõe um “Conselho Coordenador de Trabalhadores da Setenave” (CCTS) de 19 elementos, eleito por “método proporcional (sistema de Hondt)”. Os objetivos do CCTS e do CO são: lutar contra a sabotagem económica, o desemprego e aumento

---

<sup>488</sup> *Programa B, Servir os trabalhadores e nunca servir-se deles*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>489</sup> *Programa C, “Unidade na base dos princípios, Luta com base num programa, Vitória com base na Unidade e Luta*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

do custo de vida; pela intervenção dos trabalhadores na vida económica da empresa e país; pela racionalização, aperfeiçoamento e planificação do processo produtivo; melhorar as condições de trabalho; contribuir para uma economia socialista pela transformação das relações de produção capitalistas<sup>490</sup>.

Em 5733 trabalhadores, votam 3900, registando-se uma abstenção de 32%, 180 votos brancos (4,6%) e 57 nulos (1,5%). A Lista A vence com 1845 votos (47,3%), recolhendo todos os 18 mandatos. Segue-se a Lista D (968 votos/24,8%), a B (795/20,4%), e finalmente a C (55/1,4%)<sup>491</sup>.

## **Pacotes de austeridade.**

O Decreto-Lei 49-A/77, de 12 de fevereiro<sup>492</sup>, estabelece um teto salarial de 15% de aumento. A 25 de fevereiro, o Governo anuncia um conjunto de medidas de austeridade (o chamado 1.º pacote), como a desvalorização do escudo em 15%, aumento de 20% no imposto de transações, constituição de um cabaz de compras, incentivos à exportação e facilidades às empresas, indemnizações a estrangeiros cujos bens foram expropriados ou nacionalizados, entre outras<sup>493</sup>.

Mais uma vez sob a direção política do PCP, a V CTS mantém a tese do prosseguimento do processo revolucionário, num elo histórico de continuidade em que, não obstante o relevar das contradições impostas pelas forças oponentes a esse projeto, se discerne uma direção transicional, um rumo eivado de sentido sociológico-teleológico: “A nossa revolução atravessa um período de crise. Esta crise já todos sabemos é provocada pelo facto de forças que deviam estar do lado da revolução, estão do lado oposto. Podemos defini-la como crise de crescimento”<sup>494</sup>.

---

<sup>490</sup> *Programa D, Uma Comissão de Trabalhadores Unitária. Pelo Poder Democrático dos Trabalhadores*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>491</sup> *Comunicado CT*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>492</sup> Decreto-Lei 49-A/77, 12 de fevereiro.

<sup>493</sup> “Desvalorização do escudo e outras medidas,” *Diário de Lisboa*, fevereiro 25, 1977, 5.

<sup>494</sup> “Editorial,” *Pórtico*, abril 1977, Centro de Documentação 25 de Abril.

A contradição do *processo histórico* – crise de uma revolução em *continuum* – situar-se-ia ao nível político superestrutural. As “forças” que “deviam estar” (mas não estão) do “lado da revolução” estão desfasadas da *maioria* sociológico-económica, operando-se uma *cisão* entre a determinação da vontade popular, as bases da estrutura económica, a legislação constitucional e a sua não tradução política governativa numa *maioria de esquerda*. Consequentemente, o antagonismo crescente entre a prática legislativa e o edifício constitucional associará os comunistas à prioridade da defesa da manutenção do *statu quo* jurídico da Lei Fundamental do Estado, colocando-os perante a questão do regime numa posição de preservação, atentista, e defensiva.

Em AGT da Setenave, a 23 de março, contra a posição da CTS, os trabalhadores rejeitam os novos horários, o processo de reclassificações e o aumento de 800\$00, sendo aprovada a reivindicação das 40 horas<sup>495</sup>. Como veremos, dentro de três meses rebentará nova polémica sobre o Leque Salarial, na qual os ORTs atribuirão as culpas do resultado das negociações às decisões tomadas nesta assembleia.

Conforme previsto nos estatutos da nova CTS, procede-se a eleições para as CB<sup>496</sup>, por lista, em voto secreto e sufrágio universal no setor correspondente<sup>497</sup>.

Segundo os DS é “preocupante para todos os trabalhadores portugueses o elevado número de contratos coletivos que estão por publicar”, por exemplo “a tabela salarial da metalurgia vigora há mais de 20 meses”. Lançam “três interrogações” para “alertar os trabalhadores”: “1. Quem está interessado em fabricar conflitos? 2. Quem está interessado em empurrar trabalhadores para greves? 3. Quem está interessado em não negociar?” Só “depois de um esclarecimento correto poderemos encetar a luta, de acordo com os nossos interesses e nunca contra nós próprios”<sup>498</sup>.

De acordo com o secretariado da CTS, formas de luta como a “redução da produção” não são benéficas porque “a imagem dada a todo o país com algumas verdades e com enormes

---

<sup>495</sup> “A história de um processo,” *Pórtico*, outubro 21, 1977, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>496</sup> Ficam divididas em Base A (Divisão de Construção Naval), B (Divisão de Reparações), C (Departamento Autónomo Infraestruturas), D (Direção Comercial), E (Direção Financeira), F (Direção Aprovisionamento), G (Direção Planeamento e Organização), H (Direção de Informática), I (Direção de Pessoal), J (Direção Técnica), L (Departamento Autónomo Relações Públicas).

<sup>497</sup> “Eleições para as bases,” *Pórtico*, abril 1977, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>498</sup> “Editorial,” *A União*, abril 1977, Centro de Documentação 25 de Abril.

calúnias é a de que na Setenave ninguém faz nada, de que toda a gente ganha enormes salários”, pelo que “não teriam o apoio da população”.

A aposta estratégica foca-se numa “alteração na correlação de forças”, sendo preciso demonstrar que os trabalhadores são um garante de estabilidade, de forma a atrair a pequena burguesia e as Forças Armadas. Existe um “equilíbrio precário” no País, que “será rompido com o próximo esgotamento das reservas de ouro”. Nessa altura, o “prato da balança penderá para o lado que se inclinarem as Forças Armadas”, pois são as “mais fortes, coesas e organizadas das forças que hesitam neste momento”.

Sendo “conhecida a sensibilização existente nestes setores da pequena burguesia e militares perante o problema económico”, necessita-se “mostrar a esses aliados potenciais que não são os trabalhadores que estão interessados na desestabilização e no aproveitamento da catastrófica situação económica”.

O *tempo histórico* não correria a favor da “reação”, sendo “necessário cabeça fria”, pois “a reação tem pressa, ela sabe que o tempo não joga a seu favor”. Mas “unidos e organizados combatendo o sectarismo” conquistariam “os aliados necessários à defesa da Democracia e da constituição”<sup>499</sup>.

A defesa do regime constitucional vigente expressa os interesses da classe, os interesses dos trabalhadores identificam-se com este. A alteração da correlação de forças não está assim dependente da ação da classe, mas da sua inação. Ao invés de ser a mobilização dos trabalhadores a atrair e arrastar os setores intermédios e as FA, pelo seu efeito económico desestabilizador da arrumação político-sociológica, é a “não desestabilização” que convencerá esses mesmos setores, corporizadores de uma *historical decisiveness* a deslocarem-se *motu proprio* para o campo do trabalho.

No *Pórtico* de maio de 1977, a CTS critica “certos indivíduos que no nosso seio tentam desacreditar” o controlo operário: “Acusam-no na Setenave de conciliação com o capital.” Mas “se há conciliação porque pretendem as forças reacionárias liquidá-lo?” Interrogam: O “processo revolucionário já acabou? Nós dizemos não. Não acabou”. Deste modo, “quando a CT se mostra preocupada com a situação da Empresa e do facto de ela não estar a ser rentável, há quem nos

---

<sup>499</sup> O secretariado do CTS, (s.l., 26 abril 1977), Centro de Documentação 25 de Abril.

ataque de estarmos a defender o interesse da Empresa e não o dos trabalhadores, tentando criar uma contradição principal entre a Empresa e os trabalhadores”<sup>500</sup>.

A 15 de maio é publicada a Portaria de Regulamentação de Trabalho (PRT) para a indústria metalúrgica e metalomecânica<sup>501</sup>, alterando-se a PRT de 8 de setembro de 1975 e adiando-se uma vez mais a assinatura de um CCT. Em protesto, verifica-se uma paralisação nacional dos metalúrgicos a 26 de maio (incluindo a Mitrena)<sup>502</sup> e uma manifestação do Terreiro do Paço até ao Ministério do Trabalho, com dezenas de milhares de trabalhadores. Segundo os DS, o contingente da Setenave presente foi de 1300 participantes<sup>503</sup>, tendo a Administração registado a deslocação de 832 trabalhadores em autocarros para Lisboa<sup>504</sup>.

Sob convocação da CGTP, decorrem 37 manifestações em todo o País, a 22 de junho (250 000 participantes das zonas de Lisboa e Setúbal concentram-se na capital), por uma “alteração profunda da política do governo” contra o decreto dos 15% e a carestia<sup>505</sup>.

A 14 de julho, o Plano de Médio Prazo 1977-1980, apoiado pela Intersindical<sup>506</sup>, com os objetivos de satisfação das necessidades básicas, redução das desigualdades, absorção progressiva do desemprego, redução do desequilíbrio económico face ao exterior, correção de injustiças na repartição de rendimentos e desequilíbrios regionais e preparação da adesão à CEE<sup>507</sup>, é adiado pelo PS e a direita<sup>508</sup>.

De 19 a 22 de julho, está em Portugal, para negociar um “Grande Empréstimo”, uma delegação do FMI que considera insuficientes as medidas do “Pacote 1”, na qual se revelará posteriormente ter participado José de Mello<sup>509</sup>. É aprovada a 22 de julho uma nova Lei da Reforma Agrária (Lei Barreto), de novo pelo PS e a direita<sup>510</sup>.

---

<sup>500</sup> “Afim o que é o controlo operário?”, *Pórtico*, maio 1977, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>501</sup> “Portaria de regulamentação de trabalho (PRT) para a indústria metalúrgica e metalomecânica,” *Boletim do Trabalho e Emprego*, vol. 44, nº8, maio 15, 1977.

<sup>502</sup> “Todos à manifestação,” *A União*, maio, 20, 1977, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>503</sup> “Editorial,” *A União*, junho 2, 1977, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>504</sup> “Portaria...Greve...Coerência...,” *Informação Setenave*, junho 1, 1977.

<sup>505</sup> “Exigiu-se alteração profunda da política do governo,” *Diário de Lisboa*, junho 23, 1977, 9.

<sup>506</sup> “Manuela Silva,” *Diário de Lisboa*, março 19, 1985, 5.

<sup>507</sup> “Proposta de Lei nº 82/I, Lei do Plano para 1977-1980,” *Diário da República, Suplemento ao nº20*, junho 16, 1977.

<sup>508</sup> “PS e direita votam em conjunto para adiar debate do Plano 77-80,” *Diário de Lisboa*, julho 13, 1977, 1.

<sup>509</sup> “Melos acompanharam delegação do FMI,” *Diário de Lisboa*, agosto 16, 1977, 1.

<sup>510</sup> Carlos Santos, João Mascarenhas, e José Casimiro, *Movimento operário: a década de 70* (Lisboa: Biblioteca Museu República e Resistência, Câmara Municipal de Lisboa, 1997), 111.

A Administração da Setenave sustenta que, como não obteve resposta governamental “relativamente à aplicação da Portaria ao regime de turnos”, propõe um suplemento de 100% para o 2.º turno (horários não rotativos) e uma remuneração suplementar de 50% para o trabalho prestado aos sábados (no 2.º grupo do horário normal – terça a sábado). A aceitação da proposta levaria à “concretização das promoções automáticas, reclassificações e ajustamento de prémios”<sup>511</sup>.

O Grupo do Leque, como a “Administração e o Governo condicionam a aplicação das promoções automáticas, reclassificações e prémios à adoção de um novo tipo de horário” e “o poder de compra dos trabalhadores se reduziu drasticamente”, propõe que seja “aprovado na globalidade o resultado das negociações”.

As condições para o acordo baseiam-se em que: a) as economias de exploração decorrentes da adoção de novos horários sejam aplicadas na revisão salarial; b) as novas tabelas salariais a integrar na revisão salarial tenham como base as propostas feitas pela Comissão Negociadora do CCTV; c) seja respeitado o regime de voluntariedade para o piquete e para o 2.º grupo de horário normal; d) o tipo de horário proposto vigore em regime experimental durante um período de 6 meses; e) seja divulgado um estudo justificativo da eficácia destes horários<sup>512</sup>.

No mesmo dia sai uma edição do *Pórtico* criticando os “pequeno-burgueses” como “capazes de estar a trabalhar numa casa em completa falência e a dizer ao mesmo tempo que não têm nada que se estar a preocupar com a situação financeira da Empresa capitalista”, colocando “em risco os postos de trabalho de todos”<sup>513</sup>.

Segundo a CTS, o objetivo do Governo do PS, com PPD e CDS, é “entregar o poder económico aos fascistas” e “estrangular financeiramente a empresa”. Contudo “ninguém pode acusar os trabalhadores da Setenave de terem grandes salários”, de “termos feito paralisações que prejudicassem a Empresa”, ou “fazermos exigências incompatíveis com as possibilidades da Empresa”. Acusa-o de não apresentar “um plano de financiamento a longo prazo sem o qual a

---

<sup>511</sup> A Administração, *Comunicado*, (s.l., 22 julho 1977), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>512</sup> O Grupo do Leque, *Proposta do Grupo do Leque*, (s.l., 29 julho 1977), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>513</sup> “Defender os interesses dos trabalhadores significa atuar conforme cada nova situação,” *Pórtico*, julho 29, 1977, Centro de Documentação 25 de Abril.

Empresa não pode viver”, obrigando-a a recorrer aos “empréstimos bancários a curto prazo”, sendo o défice inferior aos juros pagos à banca<sup>514</sup>.

Procurando retirar “lições dum passado recente”, critica os “aventureiros” que na AGT de 18 de março “pressionaram demagogicamente os trabalhadores presentes a aprovarem uma proposta irrealista e traiçoeira” com a “reivindicação das 40 h semanais”, impedindo os trabalhadores de beneficiarem “das reclassificações, das promoções automáticas, dos prémios” e de estarem na luta “pela aplicação dos pontos positivos da Portaria”<sup>515</sup>.

Já a célula do PCP (R) critica “os revisionistas do Grupo do Leque” por um acordo “nas costas dos trabalhadores, com o fim de fazerem aprovar aquilo que sempre defenderam: o horário de terça a sábado, só 20% de reclassificações”<sup>516</sup>.

O chamado 2.º pacote de austeridade é comunicado a 25 de agosto. Neste se inclui um sistema de câmbios flutuantes, subida de 4% da taxa de juro, possibilidade de suspensão do contrato de trabalho por parte das empresas em situação económica difícil (SED) e aumento do preço dos combustíveis, entre outras<sup>517</sup>.

Em consequência, são publicados, a 29 de agosto, o Decreto-Lei 353-H/77, que permite que sejam declaradas em SED empresas públicas ou privadas cuja exploração se apresente fortemente deficitária<sup>518</sup>; o Decreto-Lei 353-I/77, permitindo às empresas em SED a suspensão dos contratos individuais de trabalho, com pagamento de uma quantia equivalente ao subsídio de desemprego, a suportar pelo Fundo de Desemprego<sup>519</sup>; e o Decreto-Lei 353-C/77, autorizando as empresas públicas declaradas em SED, com elevados prejuízos acumulados e resultados negativos, ou com três anos consecutivos de défice (caso da Setenave) a celebrar Acordos de Reequilíbrio Económico-Financeiro (AREF) com o Estado<sup>520</sup>. A administração da Setenave apresentará a sua proposta de AREF em janeiro de 1978.

---

<sup>514</sup> CTS, *Comunicado*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>515</sup> “Lições de um passado recente,” *Pórtico*, agosto 26, 1977, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>516</sup> O Comité João Manuel Lopes do PCP (R), *Não às imposições da Administração!*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>517</sup> “Conselho de Ministros,” *Diário de Lisboa*, agosto 26, 1977, 8.

<sup>518</sup> Decreto-Lei 353-H/77, 29 agosto.

<sup>519</sup> Decreto-Lei 353-I/77, 29 agosto.

<sup>520</sup> Decreto-Lei 353-C/77, 29 agosto.



Soares apela a um “vasto consenso à volta do Governo Constitucional”, criando-se uma “zona de paz social e de prosperidade” para “vencer a crise nacional, salvar a revolução”<sup>521</sup>. A CIP declara-se favorável a um “pacto social entre patronato e trabalhadores e mediado pelo governo, na linha defendida pela Organização Internacional do Trabalho”<sup>522</sup>. A secretária de Estado do Plano, Manuela Silva, demite-se em função do “pacote 2”.

## O “regresso dos patrões”.

A perspetiva do regresso e assunção do CA da Lisnave pelos Mello, três anos após o início da revolução, assinala a concretização da viragem na correlação de forças na sociedade portuguesa. Segundo a CTS, “Mário Soares e seus acólitos” deviam “apelar ao povo para as jornadas de trabalho voluntário tal como feito logo a seguir ao 28 de setembro” como “único caminho para a resolução dos problemas do nosso povo e nossa Pátria”, passível de “garantir trabalho e desenvolvimento para os trabalhadores da Setenave”<sup>523</sup>.

Em AGT da Setenave, a 21 de setembro, é decidida a realização de uma paralisação das 10 às 12 horas de dia 28 desse mês, em protesto contra a eleição de J. Mello como presidente do CA da Lisnave<sup>524</sup>.

A Administração retorque não lhe competir “pronunciar-se sobre as razões” da manifestação “em relação a um problema da Lisnave”. Contudo transmite “preocupação pelos inconvenientes que as paragens de trabalho” terão “no funcionamento da empresa, cuja situação é já de si delicada”, bem como pelos “efeitos negativos” para a “imagem da Setenave”<sup>525</sup>.

O ministro da Indústria e Tecnologia, Nobre da Costa, visita a Mitrena a 23 de setembro, “precisamente a 5 dias da paralisação prevista”, numa “visita relâmpago” a “várias das empresas e indústrias mais significativas da região”, cuja proximidade de acontecimentos “foi interpretada como uma auscultação e análise da situação”.

---

<sup>521</sup> “Apelo ao consenso político e social,” *Diário de Lisboa*, agosto 29, 1977, 7.

<sup>522</sup> “CIP é a favor de pacto social,” *Diário de Lisboa*, agosto 30, 1977, 5.

<sup>523</sup> “Editorial,” *Pórtico*, setembro 13, 1977, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>524</sup> O Secretariado dos Delegados Sindicais, (s.l., 27 setembro 1977), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>525</sup> A Administração, *Comunicado*, (s.l., 27 setembro 1977), Centro de Documentação 25 de Abril.

Em reunião com os ORTs argumenta que a situação de “grandes dificuldades obrigava os trabalhadores a medir as consequências das suas atitudes”, pois a imagem da empresa no exterior é “pouco lisonjeira”, sendo o “problema Mello” de “nível político”. Frisa não poderem existir “empresas deficitárias e esta é um ‘grande buraco’ na nossa economia”.

Os ORTs respondem não competir “só aos trabalhadores tapar esse buraco”, saberem “não estar a pedir o impossível”, pois a “massa salarial reivindicada era insignificante”. E que os trabalhadores “se predispõem a aceitar os novos horários”, mas “esperam do Ministério a contrapartida”<sup>526</sup>.

Três anos após o golpe de 28 de setembro, a Lisnave e a Setenave param durante duas horas, “calculando-se que, no distrito de Setúbal, tenham paralisado cerca de 75 por cento dos trabalhadores como forma de apoio”<sup>527</sup>.

No dia seguinte José Mello é reeleito presidente do CA da Lisnave<sup>528</sup>. De acordo com a CTS, o “governo se não estivesse comprometido com o capital internacional e a ele submetido deveria ter tomado a presidência do Conselho de Administração pois é ele o maior acionista”<sup>529</sup>.

O Plano de Reestruturação da Lisnave, em novembro de 1978, encerrará a secção de novas construções, abrindo um plano de reformas antecipadas<sup>530</sup>.

## **Novo horário.**

Como tinha ficado pendente no acordo de setembro de 1976, a administração pretendia (re)introduzir novos turnos, permitindo a laboração contínua do estaleiro, incluindo noturna (o chamado “piquete”). De acordo com a CTS e os DS, a 2 de outubro, a Administração, a mando do Governo, tentou impor o novo horário quando “as reivindicações dos trabalhadores ainda não estavam satisfeitas”. Tratou-se de uma “armadilha”, procurando-se a “rotura total entre os ORTs

---

<sup>526</sup> “Ministro da Indústria e Tecnologia na Setenave,” *Informação Setenave*, outubro 12, 1977.

<sup>527</sup> “Regresso dos Mello mobiliza cinturas industriais,” *Diário de Lisboa*, setembro 29, 1977, 9.

<sup>528</sup> “A Paralisação,” *Informação Setenave*, outubro 12, 1977.

<sup>529</sup> “Editorial,” *Pórtico*, outubro 6, 1977, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>530</sup> Paulo Oliveira e Paulo Fernandes, “Do 25 de Abril à crise do segundo choque petrolífero,” in *Lisnave, Contributos para a história da indústria naval em Portugal*, coord. Miguel Figueira de Faria (Lisboa: Edições INAPA, 2011), 277.

e a Administração” para “levar os trabalhadores ao confronto”<sup>531</sup>. Contudo, com “realismo e tato político”, os ORTs “reabriram as negociações com a Administração, fazendo cair por terra os planos daqueles que já aplaudiam a situação criada”.

Deste modo, a Administração comprometeu-se a que “a chefia iria eliminar as escalas feitas sem consultar os trabalhadores e fazer novas tabelas prioritariamente com os trabalhadores que se oferecessem como voluntários para os vários tipos de horários”, tendo-se conseguido nalgumas secções “mais voluntários do que era necessário”<sup>532</sup>.

Segundo o *Pórtico*, os novos horários acarretam “grandes transtornos pessoais e problemas familiares” a quem trabalhe de terça a sábado, ou no turno da 1 às 9 horas. Contudo, a questão era saber “até que ponto os trabalhadores estavam dispostos a defender a nacionalização da Setenave”, a lutar pela “viabilidade económica”, para “garantir os postos de trabalho”, contribuindo “para a saída da grave crise económica em que o país está mergulhado”. A decisão tomada por “esmagadora maioria” demonstra a “elevada consciência de classe, o alto nível do sentido das responsabilidades e o patriotismo dos trabalhadores”<sup>533</sup>.

O dirigente da CTS e então deputado do PCP Vicente Merendas, numa entrevista retrospectiva, enquadrará o acordo em “algumas medidas pouco populares” tomadas, “talvez a única medida que me suscita algumas dúvidas”<sup>534</sup>.

Segundo F. Louçã, “a direção da célula do PCP” propôs “em plenário de trabalhadores que se efetuassem despromoções e reduções salariais generalizadas para ‘salvar a empresa’”. Perante a “explosão de descontentamento”, e o “número de militantes comunistas que abandonou o partido”, a “célula foi obrigada a autocriticar-se em comunicado, para tentar recuperar a sua influência”<sup>535</sup>.

O componente C-103 sai da Setenave a 29 de outubro, para ser completado na Suécia, dando origem a um petroleiro de 400 000 t para entrega a um armador italiano. Após a entrega

---

<sup>531</sup> “Editorial,” *A União*, outubro 13, 1977, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>532</sup> “Editorial,” *Pórtico*, outubro 21, 1977, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>533</sup> “A história de um processo,” *Pórtico*, outubro 21, 1977, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>534</sup> “Entrevista a Aranha Figueiredo. Nova CT da Setenave afasta influência da extrema-esquerda,” *Setúbal na Rede*, s.d., policopiado.

<sup>535</sup> Francisco Louçã, “O segundo governo de Soares e o canto da cigarra,” *Ação Comunista*, 1978, 15.

das duas componentes (C-101 e C-103), o foco da produção orientar-se-á para a construção completa de um petroleiro de 313 000t, o S-102, navio *Nogueira*<sup>536</sup>.

## O fracasso do Memorando.

O governo PS desenvolve contactos com os partidos da oposição e parceiros sociais para “superação da crise”, falando-se num “Pacto de Moncloa” à portuguesa<sup>537</sup>.

O défice da balança de pagamentos foi de “cerca de 1500, 1000, 1300 e 1400 milhões de cada um dos anos de 1974 a 1977”, neste último ano representando cerca de 10% do PIB<sup>538</sup>. Segundo Sousa Franco, verifica-se uma “diminuição dos salários reais, que haviam aumentado 9% em 1975 e diminuem -1,5% em 1976 e -9% em 1977, com consequente quebra da participação dos salários no rendimento nacional (68,5% em 1975, 67,6% em 1976, 61,5% em 1977) e, portanto, reconstituição dos lucros das empresas”<sup>539</sup>.

Com efeito, a ideia de pacto social ou pacto de progresso tinha aparecido como “*slogan* eleitoral nas campanhas para a AR e para o Presidente da República”<sup>540</sup>, mas adquire maior acuidade entre o começo de 1977 e o fim do II GC.

Mas que pacto social e com quem? Vitorino Magalhães Godinho argumenta que “alguns grupos, já privilegiados (TAP, banca, estaleiros navais, algumas fábricas ou serviços), conseguiram, pela transferência de riqueza de outras camadas, momentânea melhoria de vida”, mas “desagregaram a velha economia e tornaram inviável lançar as bases de uma nova, colocando-nos numa situação dramática”, e considera que “um pacto social deve ser assinado entre os trabalhadores e o Governo, de modo a garantir a possibilidade de execução de uma política necessariamente dolorosa”<sup>541</sup>.

---

<sup>536</sup> Paulo Oliveira e Paulo Fernandes, “Do 25 de Abril à crise do segundo choque petrolífero,” 268.

<sup>537</sup> “‘Pacto de Moncloa’ à portuguesa,” *Diário de Lisboa*, novembro 02, 1977, 1.

<sup>538</sup> João Cravinho, “Portugal: Um país em crise entre o «desplaneamento» e as políticas de estabilização” in *O Planeamento Económico em Portugal: lições da experiência*, Manuela Silva et al (Lisboa: Sá da Costa, 1984), 56.

<sup>539</sup> Sousa Franco, “A Economia” in *Portugal 20 Anos Democracia*, coord. António Reis (Lisboa: Temas e Debates, 1996), 212.

<sup>540</sup> Celso Ferreira, “A crise económica e o «Programa para um Governo PS»,” *Economia e Socialismo*, agosto 1976, 13.

<sup>541</sup> Vitorino Magalhães Godinho, *Para a renovação da política nacional* (Lisboa: Editora Sá da Costa, 1978), 83.

Segundo Álvaro Rana (CGTP-IN), “nós temos um ‘pacto social’ saído do Congresso de Todos os Sindicatos”. O Programa de Ação e o Caderno Reivindicativo são “o nosso ‘pacto social’”. Deste modo, “se as discussões com os órgãos do poder tiverem em conta esse nosso ‘pacto social’”, encontram-se “dispostos a dialogar nesse sentido”<sup>542</sup>.

A 17 de novembro, o Governo apresenta um Memorando aos partidos e parceiros sociais, para “consolidação e estabilização da democracia pluralista”. Recusa o cenário de eleições antecipadas para não se comprometer o “grande empréstimo” e não aceita entrar em nenhum governo de coligação. Tendo em conta os problemas derivados do agravamento da balança de pagamentos, elevada inflação e desemprego e o objetivo de redução do défice externo, propõe uma plataforma de acordo baseada no Orçamento de Estado e Plano para 1978 e no consenso face às negociações com o FMI.

No plano social é necessária uma “clarificação das regras do jogo”, com maior disciplina nas relações laborais, redução do absentismo, adequação dos horários de trabalho (incluindo por turnos), clarificação das normas relativas a despedimentos, crescimento máximo da massa salarial bruta entre os 15 e os 20%<sup>543</sup>.

A 19 de novembro realiza-se em Lisboa uma manifestação contra o FMI, pela independência nacional, em defesa da Constituição e pela “saída da crise com os trabalhadores”<sup>544</sup>. Segundo a CTS, foi a “maior manifestação de sempre em Portugal”, com 500 000 participantes. Os trabalhadores são a “força da Nação” que, “ao longo destes três anos e meio de Revolução”, conseguiu “ultrapassar os mais diversos obstáculos que a reação, tanto interna como externa, lhes coloca”<sup>545</sup>.

O Governo apresenta uma moção de confiança a 6 dezembro, rejeitada no dia seguinte por todos os restantes partidos. A 28 de dezembro, Eanes encarrega Soares de formar novo governo.

O CCIN é extinto pelo Decreto-Lei 548/77 (art.º 63, n.º 3), de 31 de dezembro<sup>546</sup>. A CCTIN reage criticando a “sua inconstitucionalidade, visto os trabalhadores não terem sido

---

<sup>542</sup> João Vilanova, 64.

<sup>543</sup> “O próximo ano será um ano difícil para todos os portugueses,” *Diário de Lisboa*, novembro 18, 1977, 22.

<sup>544</sup> “Jornada de luta de 19 de novembro,” *Diário de Lisboa*, novembro 18, 1977, 24.

<sup>545</sup> “Editorial,” *A União*, dezembro 2, 1977, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>546</sup> Decreto-Lei 548/77, 31 de dezembro.

ouvidos”, argumentando que o centro não funcionou porque o Governo “não nomeou o conselho geral e a Direção”<sup>547</sup>.

## O “24 de abril” no Governo.

O PS e o CDS chegam a um acordo de governo a 19 de janeiro de 1978. O II GC toma posse a 30 de janeiro. No programa do Governo preconiza-se um “esforço de manutenção da paz social e de estabilização das relações de trabalho com base na mobilização e responsabilização dos parceiros sociais para a obtenção de um ‘acordo ou contrato social’”<sup>548</sup>.

Segundo a CTS, trata-se de um governo “remendado com velhos farrapos do 24 de abril”. Contudo, “nada mais incorreto do que se deixar penetrar pelas ideias do desânimo, ou revolta”, criticando sugestões de “luta fora dos quadros da Constituição” e quem afirma que “os socialistas são reacionários”, não fazendo “sentido uma atenta ponderação das formas de luta”, devendo-se responder “‘taco a taco’ às manobras e provocações da reação”, como ideias “perigosas, e levariam à derrota o movimento operário e popular”<sup>549</sup>.

Envia uma moção aos grupos parlamentares, presidente da AR e imprensa, apresentando o “sistema de horário” com “graves transtornos familiares e sacrifício físico”, mas “aceite com a convicção patriótica de classe” como uma “prova que é com os trabalhadores e não com os seus inimigos que deve ser encontrada a saída da crise”<sup>550</sup>.

Em janeiro, a Administração apresenta a proposta de AREF (obrigada, como vimos, pelo Decreto-Lei 353-C/77). Neste documento considera-se que após o término da “desastrosa” carteira de encomendas (S102, S104, S106) negociada em escudos, existirão condições de se “assegurar trabalho”. Identificam-se problemas como a “sangria” de recursos humanos, a necessidade de estancar a hemorragia de divisas em fretamentos de navios estrangeiros (7 a 10 milhões de contos por ano), a urgência da existência de um centro de projetos.

---

<sup>547</sup> “Editorial,” *Pórtico*, fevereiro 10, 1978, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>548</sup> “Programa do II Governo Constitucional,” *Governo de Portugal, Arquivo Histórico*, acesso a novembro 2, 2015, 96, <http://www.portugal.gov.pt/media/464015/GC02.pdf>

<sup>549</sup> “Editorial,” *Pórtico*, fevereiro 3, 1978, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>550</sup> “Moção,” *Pórtico*, fevereiro 3, 1978, Centro de Documentação 25 de Abril.

Deste modo, propõe-se que o volume de dívidas aos bancos fosse reunido num só bloco, que seria transformado em obrigações em que cada banco assumiria determinada responsabilidade. A taxa de juro seria reduzida e os prazos dilatados. O Orçamento Geral de Estado de 1978 responderia perante a banca em caso de insolvência da empresa, ou caso a Setenave não pudesse pagar à banca<sup>551</sup>.

A CTS organiza debates por secções para esclarecer o que é o AREF e quais as propostas apresentadas pela Administração ao Governo. Esta “pensa que nas bases do contrato apresentado pela Administração ao Governo e à CT estão incluídas muitas das reivindicações feitas por nós e pelo movimento sindical, que se tivessem sido tomadas a tempo teriam evitado o agravamento da situação financeira”, tendo os trabalhadores tomado “mesmo uma medida que, apesar de lhes trazer graves inconvenientes a nível individual, sabem que traz grandes vantagens para a empresa, a aprovação do novo horário”<sup>552</sup>.

O Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos, pela resolução 40/78 de 7 de março, aprova a criação de uma empresa de projetos navais com a incumbência de “desenvolver uma capacidade nacional de projeto” e coordenar a “área da comercialização para o mercado externo”<sup>553</sup>. Através do Despacho 54/78 de 4 de maio, passa a designar-se Centro de Projetos de Construção Naval<sup>554</sup>.

## VI Aniversário.

Em março, a construção do S102 (futuro petroleiro *Nogueira*) estava atrasada (o prazo estava fixado em outubro). O *Pórtico* faz uma chamada de capa: “S102 terá que sair na data prevista”. Segundo a CTS, a concretizar-se esse cenário, “as calúnias cairiam sobre os trabalhadores”, constituindo “uma ação patriótica e de interesse coletivo que os prazos sejam cumpridos”, pois além “dos prejuízos financeiros que a Empresa sofreria”, com “consequências

---

<sup>551</sup> “Acordo de reequilíbrio económico-financeiro da Setenave,” *Informação Setenave*, agosto 1, 1979.

<sup>552</sup> “Editorial,” *Pórtico*, março 3, 1978, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>553</sup> Presidência do Conselho de Ministros, *Resolução n°40/78*, março 7, 1978, policopiado.

<sup>554</sup> Ministério da Indústria e Tecnologia, Gabinete do ministro, *Despacho n° 54/78*, policopiado.

nas possibilidades salariais”, encontra-se em causa o “prestígio” dos trabalhadores, técnicos, gestores e especialistas” e a “recuperação económica do país”<sup>555</sup>.

Por ocasião do seu sexto aniversário e da saída do S102 da plataforma de construção na doca 20, a 6 e 7 de abril, a Setenave desenvolve uma intensa ação de relações públicas, com programa de atividades, convidados e presença da imprensa. De acordo com o *Informação Setenave*, tratou-se de uma ocasião para “difundir a verdadeira imagem da Setenave”. Um jornalista, referindo-se ao S102, dizia: “Afinal é isto que vocês fazem nos intervalos das paralisações”<sup>556</sup>.

O administrador Costa Leal “salientou o clima de paz social vivido dentro da empresa, não temendo qualquer confronto com estaleiros nacionais ou estrangeiros quanto à assiduidade ao trabalho”. Lamenta que, numa empresa nacionalizada, o desejo de apontar defeitos seja “superior ao de pôr em evidência o trabalho profícuo aqui realizado, a paz social que se tem vivido, a harmonia dos fatores produtivos que temos conseguido”.

Defende a “concretização de um planeamento sectorial” com “esforços conjugados entre empresas nacionalizadas”, junto dos armadores portugueses e da Secretaria de Estado da Marinha Mercante, para se definir o “tipo ou tipos de navios necessários”, evitando-se a “aquisição no mercado internacional, com prejuízo para a indústria portuguesa e para a nossa balança de pagamentos” na “defesa dos reais interesses nacionais”<sup>557</sup>.

De acordo com o ministro da Indústria e Tecnologia, Eng.º Carlos Melancia, a construção naval deve possuir “meios de projeto”, se não de conceção, “pelo menos de projeto de execução”. Trata-se da “única via para o estaleiro desenvolver setores a montante”, atingindo-se “um valor acrescentado na ordem dos 65 por cento, pois só assim “se justifica o esforço financeiro”<sup>558</sup>.

Os ORTs queixam-se das “deficientes infraestruturas de Setúbal”, obrigando os trabalhadores a “cansativas deslocações diárias”. Reclamam “garantia de trabalho” e “saneamento económico-financeiro”, num “plano de renovação e desenvolvimento das frotas

---

<sup>555</sup> “Editorial,” *Pórtico*, março 31, 1978, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>556</sup> “Visitas à Setenave,” *Informação Setenave* Abril 24, 1978, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>557</sup> Ibid.

<sup>558</sup> Ibid.



nacionais, mercante e de pesca”, procurando-se “novos mercados”, numa “autêntica política de independência nacional”, com “criação de um centro de estudos e projetos”.

Assinalam serem “apenas dois os plenários realizados em 1977”. A sua atuação foi de “constante diálogo com a gestão e administração da Empresa”, tendo-se este “revelado profícuo”. Não são “incompatíveis as regalias alcançadas pelos trabalhadores com o interesse da economia nacional”, pois estes “querem contribuir decisivamente através do seu trabalho, esforço, abnegação e sacrifício patriótico para a recuperação económica do país ao serviço dos trabalhadores”.

Exemplificam a adoção do “novo tipo de horário” com “laboração contínua de 6 dias por semana” (prescindindo de “regalias justamente conquistadas, em detrimento da sua vida social e familiar”), que permitiu “maior capacidade competitiva no mercado internacional” e uma “redução extremamente significativa nas horas extras”, como o que designam “a justo título, uma sementeira revolucionária dos trabalhadores da Setenave”<sup>559</sup>.

## **Em luta pelo AREF e aumentos salariais.**

Em AGT, a 13 de abril, “os trabalhadores deram o seu apoio à proposta de reequilíbrio económico e financeiro elaborada pela Administração”<sup>560</sup>. Com efeito, o atraso na assinatura do AREF é a razão apontada pela CTS para a Setenave “recorrer aos empréstimos bancários, com reembolso a curto prazo, para assegurar os nossos salários e os expedientes da empresa”<sup>561</sup>.

Outras propostas aprovadas são: maior controle e redução das horas extraordinárias; aumento do subsídio do “piquete” para 100%; e aumento geral de 1800\$00 como “adiantamento às tabelas do CCTV, ou outros acordos que a empresa seja obrigada a respeitar”<sup>562</sup>.

A CTS e o Secretariado dos DS “chamam a atenção para as manobras oportunistas e demagógicas” que “avançaram com uma proposta de aumentos gerais de 2500\$00”<sup>563</sup>. Para o

---

<sup>559</sup> “Comunicação ORT,” *Informação Setenave* Abril 24, 1978, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>560</sup> “Resultado da AGT,” *Pórtico*, maio 19, 1978, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>561</sup> “Editorial,” *Pórtico*, maio 12, 1978, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>562</sup> CTS/DS, *Comunicado, Quem mais dá, meu amigo é?*, (s.l., 9 junho 1978), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>563</sup> *Ibid.*

PCP(R), “face à movimentação dos trabalhadores, os revisionistas do CTS” propuseram o “aumento de 1800\$00”, para “matar a luta por um aumento digno que se começa a desenvolver”<sup>564</sup>.

No 1.º de Maio de 1978, os trabalhadores da Setenave desfilam sob a faixa: “Os trabalhadores são a via para salvar a economia”<sup>565</sup>.

O Governo envia uma Carta de Intenções ao FMI, a 6 de maio, comprometendo-se a desvalorizar o escudo e adotar medidas restritivas a nível fiscal, monetário e orçamental. O acordo permitirá a concretização do “grande empréstimo” de 750 milhões de dólares<sup>566</sup>.

A Administração responde aos ORTs, a 13 de junho, que não pode satisfazer a reivindicação dos 1800\$00 como adiantamento ao CCTVM, por estar dependente da autorização governamental<sup>567</sup>.

Numa concentração frente ao edifício da Administração, a 23 de junho, marca-se o prazo de uma semana para possibilitar uma resposta positiva da Administração e do Governo. Face à ausência de resposta, os ORTs solicitam por carta uma audiência com o Ministério da Indústria e Tecnologia (MIT), a 3 de julho. No dia seguinte, convocam uma AGT para decidir as formas de luta a adotar<sup>568</sup>.

A 5 de julho, a Administração comunica que procederá a um adiantamento de 800\$00, anunciando também aumentos para a totalidade dos gestores que variavam entre 3000\$00 e 8000\$00<sup>569</sup>.

Os ORTs contestam a “flagrante dualidade de critérios”. Reunidos em AGT a 26 de julho, os trabalhadores decidem “ignorar este adiantamento de 800\$00, não se opor ao aumento dos gestores, mas como protesto pela dualidade de critérios” convocam uma paralisação de 2 horas<sup>570</sup>.

Eanes exonera Soares do cargo de primeiro-ministro a 27 de julho, iniciando-se um período marcado pelos governos de iniciativa presidencial. O líder do PS considera-se

---

<sup>564</sup> “Editorial,” *O Leme*, junho 22, 1978, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>565</sup> “Editorial,” *Pórtico*, maio 5, 1978, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>566</sup> Carlos Santos, João Mascarenhas, e José Casimiro, 112.

<sup>567</sup> CTS/DS, *Comunicado*, (s.l., 4 outubro 1978), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>568</sup> Ibid.

<sup>569</sup> Ibid.

<sup>570</sup> Ibid.

“surpreendido”, afirmando que a distância do PR face ao Governo deu “uma arma colossal à direita para desestabilizar o processo político”<sup>571</sup>. Em consequência, “deixa-se de falar em Portugal de acordo ou pacto ou concertação social por alguns anos”<sup>572</sup>, mas terá também o condão de acelerar o processo tendente à constituição de um “parceiro sindical” concorrente à CGTP. A “convergência democrática” unificar-se-ia no campo laboral, no encontro de dirigentes sindicais de 28-29 de outubro de 1978.

A Setenave paralisa durante duas horas a 8 de agosto de 1978, decidindo-se no plenário realizado nesse dia aguardar a clarificação da situação política<sup>573</sup>.

Segundo a Administração, a paralisação “em nada favorece ou consolida a Setenave”. Argumenta ter julgado “ser de interesse para todos os trabalhadores que fosse incluído nos salários desde já” um “adiantamento sobre os aumentos que vierem a resultar das negociações”<sup>574</sup>. Para a CTS e os DS, a “Administração considera que receber 800\$00 é uma vantagem, quando sabe perfeitamente que essa verba nem chega para compensar o aumento do custo de vida verificado nos últimos meses”. Reafirmam “a sua posição de resolver a questão das reivindicações, prioritariamente através do diálogo, ao qual nunca se recusaram”<sup>575</sup>.

Nobre da Costa é indigitado primeiro-ministro a 9 de agosto. O III GC toma posse a 28 desse mês. No seu programa afirma-se que o “diálogo” entre trabalhadores e as entidades empresariais será “reconhecido e estimulado pelo Governo, de modo a serem estabelecidas contratações coletivas válidas, como previsto no termos da Constituição e de acordo com normas da OIT”<sup>576</sup>.

Os ORTs deslocam-se ao MIT a 31 de agosto, tendo-lhes sido dito que o “Governo só nos receberia após a discussão do programa de governo na AR”<sup>577</sup>.

---

<sup>571</sup> “3 agosto 1978,” *Cronologias*, Fundação Francisco Manuel dos Santos, acesso a novembro 25, 2015, <http://cronologias.ffms.pt/eventos?event=23446>

<sup>572</sup> José Barreto, “A Formação das Centrais Sindicais e do Sindicalismo Contemporâneo em Portugal (1968-1990)”, 335.

<sup>573</sup> A Administração, *Comunicado*, (s.l., 9 agosto 1978), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>574</sup> *Ibid.*

<sup>575</sup> CTS/DS, *Comunicado*, (s.l., 10 agosto 1978), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>576</sup> “Programa do III Governo Constitucional,” Governo de Portugal, Arquivo Histórico, acesso a setembro 25, 2015, 86, <http://www.portugal.gov.pt/media/464018/GC03.pdf>

<sup>577</sup> CTS/DS, *Comunicado*, (s.l., 4 outubro 1978), Centro de Documentação 25 de Abril.

A 14 de setembro o Governo cai na AR, com votos a favor de PS, CDS e UDP, contra do PSD e abstenção do PCP. No dia 29 desse mês, os ORTs voltam a deslocar-se ao MIT, “onde não nos receberam”, e ao MT, no qual “nos disseram que deveríamos enviar uma agenda para marcação de audiência”<sup>578</sup>.

Entretanto, na Marinha Mercante verificava-se uma prolongada greve, com início a 27 de junho, em oposição à contraproposta de CCT que recusa aumentos salariais e pretende aumentar o horário para 56 horas semanais<sup>579</sup>. A CTS e os DS negam que a sua pretensão de transferir o navio *S. Tomé* do cais 2 para o cais 1 fosse “‘furar’ a luta dos trabalhadores do mar”, pois a manobra do navio “seria efetuada por trabalhadores da Setenave, que nem sequer estão nessa luta”. Deste modo, manifestam-se satisfeitos com a “decisão da Federação dos Sindicatos do Mar” de “falar com a tripulação” para “que a mudança se fizesse, prevalecendo, assim, o bom senso”<sup>580</sup>.

Após 84 dias de paralisação, chega ao termo a greve de 8000 trabalhadores da marinha mercante, com prejuízos estimados de dois milhões de contos<sup>581</sup> e “posições diferentes entre os sindicatos”<sup>582</sup> (nomeadamente entre a Federação e o Sindicato de Marinheiros Mercantes, próximo da UDP). O navio *S. Tomé* saiu da Mitrena rumo a Lisboa a 18 de setembro<sup>583</sup>.

O despacho normativo 243/78, de 20 de setembro<sup>584</sup> (na sequência da resolução do Conselho de Ministros 78/78, de 24 de maio), atribui à Setenave uma verba não reembolsável de 1 214 000 contos. No entanto, a empresa continuava a “viver” indo buscar o dinheiro ao juro normal de mercado, acima dos 20%, pelo que os encargos com juros igualavam os encargos com a massa salarial total<sup>585</sup>. O AREF continuava protelado.

Segundo a CTS, estão “quase esgotadas todas as formas de luta, pela reivindicação dos 1000\$00 que faltam para satisfazer a nossa reivindicação inicial”. Os trabalhadores são “os maiores defensores da empresa, porque é dela que retiram o seu ganha-pão”, estando “dispostos a continuar a defendê-la”. Assim, “estudarão novos processos de luta” não colocando em causa

---

<sup>578</sup> Ibid.

<sup>579</sup> Carlos Santos, João Mascarenhas, e José Casimiro, 72.

<sup>580</sup> Os DS, CTS, *Comunicado*, (s.l., 20 setembro 1978), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>581</sup> “Frota mercante nacional volta a navegar,” *Diário de Lisboa*, setembro 20, 1978, 10.

<sup>582</sup> Carlos Santos, João Mascarenhas, e José Casimiro, 73.

<sup>583</sup> Os DS, CTS, *Comunicado*, (s.l., 20 setembro 1978), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>584</sup> Ministérios das Finanças e do Plano e da Indústria e Tecnologia, *Despacho Normativo nº 243/78*, setembro 20.

<sup>585</sup> “Acordo de reequilíbrio económico-financeiro da Setenave,” Ibid.

“o seu utensílio de trabalho”. Considera os tempos “perdidos para a produção, pelas paralisações que teremos de fazer”, como “da exclusiva responsabilidade da Administração e do Governo”<sup>586</sup>.

Os ORTs, a 3 de outubro, enviam uma carta ao MIT e ao Ministério do Trabalho descrevendo as “longas e desesperantes diligências” por uma resposta ou audiência. Escrevem que, como a “situação não se pode prolongar por mais tempo”, decidiram realizar “sessões de debate sectoriais”, a culminar numa “AGT para decidir novas formas de luta mais avançadas”, assegurando que “tudo será feito no sentido de evitar a adoção de formas de luta que levem à paralisação da empresa”<sup>587</sup>.

A CTS caracterizará este processo como uma “vitória”, pois “fomos das poucas empresas que recebeu adiantamento de 800\$00 a partir de julho e um reforço entre 300\$00 e 800\$00 a partir de outubro”<sup>588</sup>.

Sob proposta da Comissão Sindical Negociadora (CSN) do CCTV da Metalurgia e Metalomecânica, realiza-se uma greve nacional do setor a 26 de outubro, com uma participação de 93%<sup>589</sup>. Na Setenave verifica-se uma “adesão praticamente total” das 13.15 às 17.45<sup>590</sup>. Partindo-se de uma proposta inicial de aumento salarial de 26,5% de aumento pela parte sindical, e de 12,9% da parte patronal, acordar-se-á num CCTV (ao contrário da via administrativa das portarias de 1975 e 1977) que estabelece um aumento de 19,4% e 20,5% consoante a tabela e o grau<sup>591</sup>.

Uma manifestação de centenas de milhares de trabalhadores dos distritos de Lisboa e Setúbal enche o Terreiro do Paço a 11 de novembro, em “repúdio pela política de direita e em defesa da Reforma Agrária”<sup>592</sup>. Segundo a CTS, estiveram “mais de mil” trabalhadores da Setenave na “maior” participação em manifestações “fora das horas de trabalho”, desfilando sob a palavra de ordem: “Os trabalhadores são a força da nação – por consequência, isto não endireita com governos de direita”<sup>593</sup>.

---

<sup>586</sup> “Editorial,” *Pórtico*, outubro 2, 1978, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>587</sup> CTS/DS, *Comunicado*, (s.l., 4 outubro 1978), Ibid.

<sup>588</sup> “Editorial,” *Pórtico*, janeiro 12, 1979, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>589</sup> “A Luta pelo CCTV nacional,” *O Metalúrgico*, novembro 1978, 16.

<sup>590</sup> “Moção,” *A União*, outubro 2, 1978, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>591</sup> “A luta pelo CCTV,” *O Metalúrgico*, janeiro 1979, 16.

<sup>592</sup> “Manifestação de 11 de novembro,” *Alavanca*, dezembro 1978, 18.

<sup>593</sup> “Editorial,” *Pórtico*, novembro 15, 1978 Centro de Documentação 25 de Abril.

O IV Governo Constitucional, de iniciativa presidencial, liderado por Mota Pinto, toma posse a 22 novembro, com votos favoráveis de PSD e CDS e abstenção do PS. No seu programa defende-se que a “via de atuação concertada dos chamados parceiros sociais entre si e com o Governo” proporciona “condições de fundo indispensáveis à estabilidade e ao progresso sociais”<sup>594</sup>.

Segundo o *Pórtico*, em resultado do protelamento do AREF, a Setenave paga “mais em juros do que em salários aos trabalhadores”. Os trabalhadores “sabem que a esquerda é maioritária no nosso país”, pelo que não fosse a “atuação irresponsável da direção do PS, partido democrático indispensável à saída constitucional da crise”, estaria a direita “reduzida às suas tentativas golpistas sem apoio popular”<sup>595</sup>.

Os ORTs são informados pela Administração, a 11 de janeiro de 1979, das dificuldades “a nível da banca para concretizar o pagamento dos salários de janeiro”. Afirmando que a “situação se tem vindo a repetir há vários meses”. A 22 desse mês, emitem um comunicado a relatar o problema e, dois dias depois, a Administração comunica-lhes que “se assegurou o dinheiro para os pagamentos”<sup>596</sup>. Como veremos no próximo capítulo, os salários em atraso tornar-se-ão uma realidade dramática para os trabalhadores da Setenave.

A 27 de janeiro, realiza-se o I Congresso da União Geral dos Trabalhadores (UGT), com o apoio de PS, PSD e CDS, reunindo 47 sindicatos filiados e 37 não filiados<sup>597</sup>, consumando-se o pluralismo e a divisão no movimento sindical português.

O pórtico do estaleiro sofre grave avaria a 16 de fevereiro<sup>598</sup> e a 6 de março entra o primeiro navio na nova estação de desgaseificação (inaugurada a 21 de dezembro de 1978<sup>599</sup>), o norueguês *Sysla*, de 230 mil toneladas<sup>600</sup>.

Um grupo de deputados da AR visita a Setenave a 15 de março. Para os ORTs, a “reconstrução da quase inexistente marinha mercante” é a “tarefa principal a desenvolver”.

---

<sup>594</sup> “Programa do IV Governo Constitucional,” *Governo de Portugal, Arquivo histórico*, acesso a abril 12, 2015, 53, <http://www.portugal.gov.pt/media/464021/GC04.pdf>

<sup>595</sup> “Editorial,” *Pórtico*, janeiro 23, 1979, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>596</sup> “Vencimentos de janeiro,” *Informação Setenave*, fevereiro 1, 1979.

<sup>597</sup> Carlos Santos, João Mascarenhas, e José Casimiro, 113.

<sup>598</sup> “Pórtico sofreu uma grave avaria,” *Informação Setenave*, março 1, 1979.

<sup>599</sup> “Estação de Desgasificação de Mitrena entrou ao serviço de Setenave,” *Informação Setenave*, dezembro 28, 1978.

<sup>600</sup> “Estação de Desgasificação da Mitrena entrou em grande,” *Informação Setenave*, março 9, 1979.

Segundo Costa Leal, os “confrontos com a Administração” resolveram-se “quase sempre pelo diálogo e as paralisações verificadas não foram específicas da Setenave”, mas de “nível nacional ou de sindicatos implicados”<sup>601</sup>.

A 17 de março, manifestações em vários pontos do País pedem a demissão do governo Mota Pinto<sup>602</sup>.

## VI CTS.

Segundo o Relatório de Atividades da V CTS, durante o seu mandato, a “tolerância e democracia foram consolidadas”. Colocaram a reivindicação do AREF sempre “à cabeça das nossas reivindicações”, pois “contém, no fundamental, as medidas que constam nos estatutos do programa de ação da CCO, sendo neste momento mais fácil compreender o nosso empenhamento em lutar pela sua concretização”<sup>603</sup>.

Apresentam-se duas listas às eleições para a VI CTS. Para o Programa A (PCP) “defender a Constituição é defender a nacionalização da Setenave e defender a nacionalização é lutar pelos direitos fundamentais das CTs – o exercício do controlo operário.” Segundo esta, “teremos grandes lutas a travar”, mas “nunca podem ser imponderadas ou do estilo ‘ou é o que eu quero ou arrebentamos com a Setenave’”.

O CO é o “principal pilar de atuação das comissões de trabalhadores nas empresas”. O Grupo Técnico Autónomo de Apoio ao Controlo Operário (GTAACO) deve apreciar todos os elementos necessários à compreensão e interpretação da gestão, pois só “conhecendo profundamente os problemas da empresa e setor, os trabalhadores podem sentir a necessidade de melhorar cada vez mais os resultados da mesma”.

As principais reivindicações são: manutenção dos postos de trabalho contra despedimentos coletivos ditados pela CEE; pressionar a Administração e o Governo para definirem os objetivos da empresa a curto, médio e longo prazo; concretização imediata do

---

<sup>601</sup> “Parlamentares visitam a Setenave,” *Informação Setenave*, março 30, 1979.

<sup>602</sup> “Os trabalhadores contra Mota Pinto,” *Diário de Lisboa*, março 19, 1979, 11.

<sup>603</sup> CTS, *Relatório de Atividades da Comissão de Trabalhadores da Setenave, de 16 março 1976 a 16 de março de 1979*, (Mitrena, 22 fevereiro 1979).

AREF; subsídios à construção aproximados aos países da CEE; plano de renovação da frota de pesca e mercante; criação de uma rede comercial diversificada, com países socialistas e africanos de expressão portuguesa; apreciar as fases gerais do orçamento anual e propor medidas corretivas; planos de aprovisionamento integrado, com preferência pelo mercado nacional; funcionamento do órgão de coordenação da IN; criação de um centro nacional de projeto da construção naval<sup>604</sup>.

A oposição congrega-se na Lista B (UDP, UEDS, OUT, PRP, PSR e independentes<sup>605</sup>). Segundo esta, a “política dos sucessivos governos” traduz-se num “autêntico boicote, impõem aos estaleiros nacionalizados juros altíssimos” pelos “empréstimos da banca nacionalizada”. A Administração é “o porta-voz do Governo na empresa”, como o testemunham as “despromoções, a retirada das promoções automáticas, o horário de 3.<sup>a</sup> a sábado e o piquete, as reclassificações, os aumentos de miséria”. Criticam os ORTs por considerarem a Administração um “precioso aliado” na “luta contra o governo reacionário”, fazendo “do controlo operário uma letra morta”.

Estabelecem três grandes objetivos: “Lutar por um projeto de independência nacional para as novas construções, contra os empréstimos a juros altos, nem um tostão de indemnização aos Melos”; “Defender intransigentemente os interesses de todos os trabalhadores”, sob a consigna “nem um só despedimento será efetuado” e lutando por aumentos salariais; “Aprofundar o Controle Operário-Defender a Nacionalização”, não se podendo “opor a nacionalização à defesa dos interesses dos trabalhadores, como fizeram os ORTs”<sup>606</sup>.

Os resultados eleitorais são apurados a 20 de março. Em 6300 trabalhadores, votam 4329 (68,7%), A taxa de abstenção é de 31,3%, verificando-se 133 votos nulos (3,1%) e 318 brancos (7,3%). A Lista A recebe 2732 votos (63,1%) e a Lista B obtém 1146 (26,5%)<sup>607</sup>.

Segundo o *Pórtico*, as eleições foram “um grande êxito dos trabalhadores da Setenave”. Demonstrou-se a “força que tem a Democracia, a Unidade e a Constituição dentro da nossa empresa”. Para “os que gritavam constantemente que a CT cessante desmobilizava os

---

<sup>604</sup> Programa A, *Unir. Organizar. Controlar. Pela defesa da Setenave nacionalizada. Defendendo os postos de trabalho. Na defesa das conquistas dos trabalhadores. Na defesa do Portugal de abril*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>605</sup> Combate Operário, nº4, suplemento do núcleo do PSR na Setenave (s.l., março 1979), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>606</sup> CT Setenave. *Vota B. Lista da Unidade. Na defesa dos postos de trabalho e das conquistas de abril*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>607</sup> “Como votaram os trabalhadores para o CTS,” *Pórtico*, abril 6, 1979, Centro de Documentação 25 de Abril.



trabalhadores a resposta é contundente”, pois estes sabem que “a península da Mitrena não é uma república independente”, num “momento tão carregado de perigos para a democracia”<sup>608</sup>.

## **O Presidente da República na Setenave.**

A 22 de março, a AR rejeita o Plano e OGE para 1979, só votado favoravelmente pelo CDS e independentes<sup>609</sup>.

Eanes visita a Mitrena a 9 de abril. A CTS, tomando a palavra, caracteriza a situação do País como marcada pelas “contradições entre uma superestrutura, apoiada nas posições que a direita ocupou no aparelho de Estado” e uma “infraestrutura apoiada num crescente reforço do movimento popular”. Quando se subvertem “os princípios constitucionais da organização económica”, são “os trabalhadores os primeiros a respeitar a legalidade democrática”, por exemplo, os trabalhadores da Parry & Son “apesar de não receberem os salários, os retroativos e os subsídios, tal como está contratualmente acordado, continuam nos seus postos de trabalho”.

Na Setenave, de 1974 a 1978, a remuneração base dos trabalhadores “aumentou a uma média de 8 por cento ao ano”, enquanto a “inflação, no mesmo período, ultrapassou em média os 25 por cento ao ano”, verificando-se uma “perda de salário real em mais de 50 por cento”. Explicam a adoção do novo horário, assegurando-se “uma laboração de 6 dias na semana, sem recurso a trabalho extraordinário e, conseqüentemente, sem ser pago como tal”, como as “sementeiras dos trabalhadores da Setenave”, pois permite a “redução dos prazos de docagem”, uma “maior rotatividade das docas” e uma “maior competitividade no mercado internacional de reparações”.

Asseguram que desde a nacionalização “só uma vez recorreram à greve como forma de resolverem os seus problemas e mesmo assim apenas por duas horas”. Consideram as “relações sociais” como “exemplares”: as “chefias diretas, operários chefes e encarregados são eleitos diretamente pelos trabalhadores, o que garante boas relações e assegura uma cadeia hierárquica

---

<sup>608</sup> “Editorial,” *Pórtico*, abril 6, 1979, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>609</sup> “Queda iminente do governo,” *Diário de Lisboa*, março 23, 1979, 10.

simultaneamente competente e aceite”; e as “relações entre a gestão desta empresa e os órgãos representativos dos trabalhadores sempre se caracterizaram pelo diálogo”<sup>610</sup>.

## **A “vitória” na assinatura do AREF.**

O 1.º de maio de 1979 é o primeiro a contar com duas organizações sindicais rivais. A UGT concentra-se no Parque do Alvito e pede a demissão do Governo<sup>611</sup>. A CGTP é impedida pela direção do INATEL de realizar as habituais comemorações no Estádio 1.º de Maio, e enche a Alameda, em Lisboa, exigindo-se a demissão do Governo<sup>612</sup>. Segundo a CTS, “Lisboa assistiu à maior manifestação jamais realizada no nosso país”<sup>613</sup>. Contudo, lamenta que um grupo tenha tentado “integrar no desfile da Setenave palavras de ordem que nada tinham a ver com a manifestação e que eram de ataque ao Presidente da República”<sup>614</sup>.

A 6 de junho, Mota Pinto apresenta a sua demissão ao PR. Os ORTs aprovam uma “Moção de regozijo patriótico”<sup>615</sup>. Segundo a CTS, “Mota Pinto foi-se e a Setenave continua de pé, com o controle operário a funcionar”<sup>616</sup>.

Para os Secretariados da CTS e dos DS, a viabilidade da empresa passa pela resolução de três problemas: o saneamento financeiro, a carteira de encomendas e a capacidade técnica e produtiva. A contração salarial é a principal causa do “elevadíssimo número de demissões” (calculam 300 em 1978, e 200 desde o início de 1979, sobretudo de “qualificados”), bem como as “enormes deslocações diárias” e tratar-se de uma “atividade com grandes riscos de acidentes de trabalho”, em “docas, veios e hélices, andaimes, tanques, etc.”

Deste modo, propõem um aumento salarial de 23% sobre os encargos salariais atuais, com retroativos desde 1 julho de 1979<sup>617</sup>, proposta que será aprovada em AGT realizada a 27 de junho de 1979<sup>618</sup>.

---

<sup>610</sup> “Editorial,” *Pórtico*, abril 17, 1979, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>611</sup> “UGT: não à festa enquanto festejava,” *Diário de Lisboa*, maio 2, 1979, 12.

<sup>612</sup> “Foi enorme,” *Diário de Lisboa*, maio 2, 1979, 10.

<sup>613</sup> “Editorial,” *Pórtico*, maio 4, 1979, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>614</sup> “O grande 1º de maio e a Setenave,” *Pórtico*, maio 23, 1979, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>615</sup> “Moção de regozijo patriótico,” *Pórtico*, junho 20, 1979, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>616</sup> “Editorial,” *Pórtico*, junho 20, 1979, Centro de Documentação 25 de Abril.

O AREF é assinado a 13 de julho. Aprova na generalidade a proposta da Administração, no pressuposto de que esta adote um conjunto de medidas de “verdadeiro clima de austeridade e aumento da produtividade”, nomeadamente a “racionalização e controle dos correspondentes encargos com pessoal, dado a sua alta participação nos custos da empresa”. A parte económica é protelada até se dispor de um programa de investimento para a frota mercante e de pescas. Na parte financeira estabelece-se um plano faseado de aumento do capital estatutário em 590 000 contos, que são atribuídos aos bancos credores, “libertando” a empresa dos encargos imediatos<sup>619</sup>.

A CTS considera ter obtido “nova vitória, no intenso combate que temos vindo a travar pela viabilidade da Empresa”<sup>620</sup>.

A 1 de agosto realiza-se na Setenave a cerimónia das assinaturas de entrega do navio *Nogueira* (ex-S102) à Soponata, um VLCC de 320 000 t. Após a construção das componentes C-101 e C-103, tratava-se de uma nova etapa na vida do estaleiro. É a “primeira vez na história da indústria naval portuguesa” que um navio destas dimensões foi “construído totalmente em Portugal e nos estaleiros da Setenave”<sup>621</sup>. A Administração e a CTS coincidem em classificar o empreendimento como um “ato histórico”<sup>622</sup>.

Nesse mesmo dia entra em funções o V GC, de Lurdes Pintasilgo. Em claro contraste com apreciações a governos anteriores, para a CTS, o novo executivo “significa que os trabalhadores portugueses se veem livres do governo mais reacionário do pós 25 de Abril”. A sua tomada de posse “com a promessa do diálogo criará, caso a promessa se concretize, um melhor clima social e permitirá atenuar as graves dificuldades que já se fazem sentir nos lares de muitos trabalhadores”<sup>623</sup>.

---

<sup>617</sup> Sec. CTS e DS, *Comunicado. Todos à AGT*, (s.l., 27 junho 1979), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>618</sup> *Revisão Salarial*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>619</sup> “Acordo de reequilíbrio económico-financeiro da Setenave,” Ibid.

<sup>620</sup> “Editorial,” *Pórtico*, julho 25, 1979, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>621</sup> “O Nogueira fez-se ao mar,” *Informação Setenave*, agosto 16, 1979.

<sup>622</sup> “Editorial,” *Pórtico*, agosto 3, 1979, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>623</sup> Ibid.

## **Berlinguer na Setenave.**

Enrico Berlinguer, secretário-geral do Partido Comunista Italiano (PCI), aterra em Portugal a 2 de outubro, a convite do PCP. Defensor do chamado “eurocomunismo”, caracterizado como uma “via democrática para o socialismo”, declara-se favorável ao “alargamento da CEE a Portugal, Grécia e Espanha”<sup>624</sup>.

Visita a Setenave a 4 de outubro, reunindo-se com o Conselho de Administração e os ORTs. Segundo Costa Leal somente “conjugando esforços dos povos do sul da Europa” será possível “entrar no Mercado Comum numa linha que esteja mais de acordo com os nossos próprios interesses”. Defende a elaboração de um plano de renovação da frota, realçando a sua “estranheza” pela sua “não concretização”, pois “estão nacionalizados os três setores envolvidos ou seja: Estado, armadores e setor bancário”, faltando “apenas a vontade política”.

Em nome da CTS, Aranha Figueiredo considerou a exposição do administrador “clara na identificação dos objetivos fundamentais entre a administração e os trabalhadores”, nomeadamente a “defesa da nacionalização da Empresa e sua consolidação, tornando-a um polo de desenvolvimento da indústria nacional e do País”. Berlinguer indaga sobre a existência de greves, sendo “esclarecido que nos últimos tempos não tem havido greves que se reportem unicamente à Empresa, visto que os problemas se têm resolvido pelo diálogo com a Administração”<sup>625</sup>.

## **Lei 46/79.**

A Lei 46/79, de 12 de setembro, sobre as Comissões de Trabalhadores e o *contrôle* de gestão (aprovada pelo PS e “independentes” do PSD<sup>626</sup>) merece a contestação da CTS e implica uma profunda reformulação da sua orgânica e modo de eleição. Com efeito, caso as CTs não

---

<sup>624</sup> “Não viemos para dar conselhos,” *Diário de Lisboa*, outubro 6, 1979, 5.

<sup>625</sup> “Enrico Berlinguer na Setenave,” *Informação Setenave*, outubro 9, 1979.

<sup>626</sup> “Aprovação do projeto das CTs impõe estatuto único e esvazia controlo operário,” *O Metalúrgico*, agosto 1979, 5.

promovam a aprovação de novos estatutos, no prazo de noventa dias, e realizem eleições passados outros sessenta dias, de acordo com as regras estipuladas, tal implicará a “inexistência jurídica das mesmas”.

Segundo a nova legislação, as CTs são eleitas por listas, pelos trabalhadores permanentes da empresa, em voto direto e secreto, de acordo com o princípio da representação proporcional (método de Hondt), abandonando-se portanto a regra vigente na Mitrena de *the winner takes it all*. Nas empresas com mais de mil trabalhadores, restringe-se a composição da CT para entre 7 e 11 membros, reduzindo-se de facto o seu número na Setenave.

Prevê-se a eleição de subcomissões em empresas com estabelecimentos geograficamente dispersos, e de comissões coordenadoras. Estabelece-se a possibilidade para as empresas do SEE com mais de mil trabalhadores de as CTs possuírem um membro a tempo inteiro, desde que eleito por unanimidade; e de designarem ou promoverem a eleição de um representante dos trabalhadores para o órgão de gestão.

Constituem direitos das CTs: receber as informações necessárias ao exercício da sua atividade; exercer o *contrôle* de gestão; intervir na reorganização das atividades produtivas; participar na elaboração da legislação do trabalho e dos planos económico-sociais do setor e na elaboração do Plano; uma reunião mensal com a gestão. Contudo, “não podem, através do exercício dos seus direitos e do desempenho das suas funções, prejudicar o normal exercício das competências e funções inerentes à hierarquia administrativa, técnica e funcional da respetiva empresa”.

O *contrôle* de gestão é exercido pela CTs, com a finalidade de “proporcionar e promover a intervenção democrática e o empenhamento responsável dos trabalhadores na vida da respetiva empresa, em especial, e no processo produtivo, em geral”.

Compete-lhe, neste âmbito, por exemplo: emitir parecer sobre orçamentos e planos económicos e fiscalizar a sua execução; promover medidas para a melhoria qualitativa e quantitativa da produção, na racionalização do sistema produtivo; apresentar aos órgãos competentes sugestões, recomendações ou críticas tendentes à aprendizagem, reciclagem e

aperfeiçoamento profissionais dos trabalhadores e à melhoria da qualidade de vida no trabalho e das condições de higiene e segurança<sup>627</sup>.

A CTS critica o método de eleição proporcional porque “não deve ser o governo a regulamentar a forma como as CTs são eleitas”, e a limitação do seu número de membros<sup>628</sup>.

Segundo o secretariado da célula do PCP, a “hierarquia administrativa, técnica e funcional” de qualquer empresa fica com o “direito de reduzir a zero as funções das CTs”, desde que estas possam “prejudicar o normal exercício” das “competências e funções” de “chefias, conselhos de gestão, comissões administrativas e de quem quer que seja que tenha a seu cargo uma função dirigente na empresa”<sup>629</sup>.

A CTS participa num plenário no Pavilhão da Siderurgia Nacional, a 1 de outubro, com outras 170 CTs dos distritos de Lisboa e Setúbal que abrangiam cerca de 209 200 trabalhadores. Neste, foram “traçadas as orientações e definidas as tarefas imediatas a empreender” para “observar os prazos estipulados pela nova lei”<sup>630</sup>.

## **Eleição do representante dos trabalhadores no Conselho de Administração.**

Como resultado das alterações decorrentes da nova lei das CTs, procede-se a um conjunto de novas eleições no estaleiro: a do representante dos trabalhadores no CA, novos estatutos da CTS e, por último, a escolha da nova CTS.

À primeira destas eleições apresentam-se quatro candidatos. Segundo Artur Canaveira Russo, a sua candidatura “surtiu da iniciativa de trabalhadores profundamente ligados aos ORTs da Setenave, o que desde logo garante e assegura as ligações orgânicas desejáveis”<sup>631</sup>. Para este candidato, “a lei pretende submeter as CTs a conceções e métodos autoritários nas relações entre

---

<sup>627</sup> Lei 46/79, 12 setembro.

<sup>628</sup> “As forças de direita querem destruir as CTs,” *Pórtico*, fevereiro 9, 1979, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>629</sup> O secretariado da célula da Setenave do Partido Comunista Português, *Os comunistas e a aplicação da Lei das CTs*, (s.l., 14 novembro 1979), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>630</sup> “Editorial,” *Pórtico*, 23 outubro 23, 1979, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>631</sup> *Proclamação*. Artur Canaveira Russo, (s.l. s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

o Estado e as ORTs” e “visar a sua integração nas estruturas e hierarquias das empresas, tentando retirar-lhes assim o seu caráter autónomo”<sup>632</sup>.

Para Teresa Rosa, as “nossas administrações não defendem os interesses dos trabalhadores” e “o Governo não está ao serviço dos trabalhadores”<sup>633</sup>. Caracteriza a lei 46/79 como “uma tentativa do Poder para retirar força – ou mesmo para aniquilar – os órgãos populares criados pelos trabalhadores nos seus locais de trabalho”, pois a eleição do gestor é a “forma (escondida) de comprometer os trabalhadores na recuperação capitalista”<sup>634</sup>.

António José Gil Cardoso caracteriza o controlo operário como princípio fundamental do controle de gestão. Na ausência de um órgão de CO, promete promover a sua criação pelo “método das comissões de base por estrutura”<sup>635</sup>. A nova lei “não estará muito longe” de ser um “presente envenenado”, devido à “limitação imposta ao eleito, nomeadamente, confidencialidade e respeito pela cadeia hierárquica”, bem como à “responsabilidade solidária do órgão colegial”<sup>636</sup>.

Em contraciclo com os restantes candidatos, Manuel Proença considera a nova lei “altamente motivante”, pois os “órgãos de gestão ficam deste modo mais diretamente ligados aos trabalhadores”, e estes “ficam a sentir a Empresa como coisa sua”<sup>637</sup>. Esta “tende a minimizar atritos” e a “estimular a colaboração necessária à sobrevivência económica da Setenave”, criando-se uma “sadia ligação com os órgãos de controlo de gestão”<sup>638</sup>.

A 15 novembro é eleito o representante dos trabalhadores para o CA. Vence Canaveira Russo, com 1842 votos (63,8%), seguindo-se Teresa Rosa (532 votos/18,4%), António Cardoso

---

<sup>632</sup> “Representante dos trabalhadores com assento no Conselho de Administração da Setenave,” *Informação Setenave*, novembro 13, 1979.

<sup>633</sup> Teresa Rosa. *Uma amiga de sempre ao serviço dos trabalhadores*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>634</sup> “Representante dos trabalhadores com assento no Conselho de Administração da Setenave,” Ibid.

<sup>635</sup> *Manifesto Eleitoral. Pelo Controlo de gestão. Em defesa da nacionalização*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>636</sup> “Representante dos trabalhadores com assento no Conselho de Administração da Setenave,” Ibid.

<sup>637</sup> *Manifesto Eleitoral. Com realismo e determinação ao serviço dos trabalhadores*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>638</sup> “Representante dos trabalhadores com assento no Conselho de Administração da Setenave,” Ibid.

(203 votos/7,04%) e Manuel Proença (122 votos/4,2%). Registaram-se 130 votos brancos (4,4%) e 55 nulos (1,9%), num total de 2884 votos<sup>639</sup>.

Em entrevista após a vitória eleitoral, Canaveira Russo, confrontado com a questão de se acusar o processo de conduzir à cogestão “encapotada”, retorque que tal “não terá fatalmente que acontecer”, porque “a cogestão supõe um processo de paridade na gestão das empresas entre o trabalho e o capital. Ora aqui trata-se do setor empresarial do Estado”<sup>640</sup>. Não obstante, como veremos, o representante dos trabalhadores não chegará sequer a tomar posse, por falta de autorização governamental.

As eleições legislativas (intercalares) de 2 de dezembro oferecem a vitória à Aliança Democrática (AD). A “maioria de esquerda” continuava à frente em votos (2 771 458 contra 2 719 208) e percentagem (46,13% contra 45,26%), mas perdia devido à atribuição de deputados pelo método de Hondt (128 contra 121). A UDP, com 2,18%, conservava o seu deputado.

O PS baixa para 27,4%. Segundo Soares, a vitória da AD cria um “risco de retorno ao 24 de abril”. A “linha de travagem do dinamismo da direita revanchista que se instalou na AD é a defesa da Constituição”<sup>641</sup>.

No programa do VI GC, defende-se uma “desintervenção administrativa” na “regulamentação das relações coletivas de trabalho”, pela “institucionalização de métodos de participação tripartida”, na linha da OIT, e a “disponibilidade para um diálogo com os parceiros sociais”, para “um consenso que consolide uma democracia verdadeiramente participada”<sup>642</sup>.

---

<sup>639</sup> “Eleito o representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Setenave,” *Informação Setenave*, novembro 26, 1979.

<sup>640</sup> Ibid.

<sup>641</sup> “Linha de travagem dos revanchistas é a Constituição,” *Diário de Lisboa*, dezembro 3, 1979, 11.

<sup>642</sup> “Programa do VI Governo Constitucional,” Governo de Portugal”, Arquivo histórico, acesso a novembro 3, 2015, 26, <http://www.portugal.gov.pt/media/464027/GC06.pdf>



## Eleição de novos estatutos da CT.

Na Mitrena, a 11 de dezembro, votam-se os estatutos da nova CTS<sup>643,644</sup>. O projeto A (PCP) estabelece o “coletivo dos trabalhadores” como “constituído por todos os trabalhadores permanentes da empresa”. Os seus órgãos são o plenário e a CT. Ao primeiro compete a “aprovação ou alteração dos estatutos”, eleger a CT, “destituí-la a todo o tempo e aprovar o respetivo programa de ação” e “controlar a atividade da CT”. O voto será direto e por braço no ar, exceto para eleições, estatutos e adesões a comissões coordenadoras. Já à CT compete exercer o controlo de gestão e intervir diretamente na reorganização da empresa.

A CT é composta por 11 elementos para um mandato de 2 anos. Estabelecem-se subcomissões de trabalhadores da Estação de Desgaseificação e Limpeza, Infantário de Vanicelos e Secção Compras Urgentes (Lisboa)<sup>645</sup>.

O Projeto B de Estatutos (UDP)<sup>646</sup>, “apesar de ajustado à lei, tem como princípio fundamental a de que não se lhe submeter, e propõe-se inclusive lutar pela sua revogação”. Defende a recusa da cogestão, um “rebuçado da referida lei”, e a luta pelo “reforço do controlo operário, inclusive o da gestão”. Manifesta-se ainda favorável à “manutenção das comissões de base, essa preciosa arma dos trabalhadores para o controle operário”, ao contrário da lista A, “num servilismo a toda a prova”<sup>647</sup>.

---

<sup>643</sup> Apenas conhecemos estes dois projetos de estatutos, ignorando se existiram outros. Também desconhecemos os resultados eleitorais, embora seja claro, pela análise da restante documentação, a vitória do projeto de estatutos A.

<sup>644</sup> “Votação dos estatutos da CTS,” *Pórtico*, novembro 22, 1979, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>645</sup> *Projeto de Estatutos A*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>646</sup> Infelizmente, não dispomos do documento de Projeto de Estatutos da Lista B, mas somente de um panfleto, onde se descreve esse mesmo projeto.

<sup>647</sup> *Por uns estatutos democráticos ao serviço dos trabalhadores da Setenave*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

## VII CTS.

Por fim, decorrem as eleições para a nova CTS. Para o Programa A (PCP), o “interesse nacional impõe que a Setenave progrida”, num momento “em que o governo mais reacionário desde o 25 de Abril entra em funções”.

A CTS tem como “tarefa fundamental o controlo de gestão”, para reforçar a solidariedade e consciência de classe, reforçar a unidade entre operários, empregados e quadros técnicos e mobilizar os trabalhadores para a defesa da empresa nacionalizada.

Outros pontos programáticos abordados são: luta por uma habitação digna, transportes eficientes, infantário, higiene e segurança, formação profissional, informação de classe, tempos livres de massas e de classe, organização interna, ligação às estruturas unitárias dos trabalhadores e do movimento popular<sup>648</sup>.

Já a Lista B (UDP) advoga um “corte com a prática destes últimos quatro anos; uma CT em que os trabalhadores saibam bem onde ela acaba e onde começa a Administração”. Argumentam ser a “Administração quem cada vez mais dirige a CT”.

Afirmam que se oporão a “qualquer tentativa de despedimentos e de substituição das admissões de efetivos por contratos a prazo e pelo recurso generalizado às empreitadas”, defenderão “a nacionalização, nunca a opondo, no entanto, à defesa dos interesses dos trabalhadores, como têm feito as ex-CTs”, prestando “a máxima importância ao controlo operário”, e lutarão “por um projeto de independência nacional para as novas construções, nem um tostão de indemnização aos Melos”<sup>649</sup>.

O Programa C (OUT) discorda “vigorosamente da política salarial” e da sua “aceitação submissa por parte dos ORTs” e protesta contra o “aumento escandaloso do leque salarial”. Segundo este, existem três tipos de controle de gestão: o controle da gestão interna (conhecimento do “cumprimento dos planeamentos e dos programas marcados”, para avaliação dos “indicadores de gestão”, possibilitadores de “competitividade e agressividade comerciais”);

---

<sup>648</sup> Programa A, *Unir Organizar Controlar. Pela defesa Setenave nacionalizada. Na defesa dos trabalhadores. Na defesa do Portugal de abril*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>649</sup> Lista B, *Por uma nova CT e diferente. Por uma Ct de unidade em defesa dos postos de trabalho e das conquistas de abril*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

o controle da gestão externa (em cinco áreas vitais: comercial, aprovisionamento, financeira, investimentos, pessoal); e o controle de gestão apoiado na atuação do administrador eleito pelos trabalhadores, devendo este “acautelar sigilo sem deixar de manter esclarecidos os ORTs”<sup>650</sup>.

Os resultados eleitorais são apurados a 24 de janeiro de 1980. A Lista A vence com 2248 votos, seguida da Lista D<sup>651</sup> (PS), que obtém 883 votos, da Lista B (649 votos), e da Lista C (229 votos). Registam-se ainda 61 votos brancos e 32 nulos, num total de 4102 votantes. São eleitos 7 membros pela lista A, mais 2 cada pela D e B<sup>652</sup>.

A Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval (CCCTIN) apresenta um documento reivindicando “medidas financeiras imediatas de intervenção a favor da construção naval”. Defende-se um apoio à indústria ao nível do praticado na OCDE. Propõe-se a nível externo: alargamento do prazo de reembolso de crédito (no mínimo para 12 a 15 anos), com taxas de juro competitivas; atribuição de um subsídio (não inferior a 20/25% do preço do custo do navio); concessão estatal de avales a entidades financiadoras. E a nível interno: desburocratização do seguro de crédito à exportação; criação de um subsídio ao desmantelamento de navios; alargamento do prazo de reembolso do crédito aos armadores; financiamento até ao montante de 85-90% do custo do navio<sup>653</sup>.

Na tomada de posse da VII CTS, a 1 de fevereiro, os elementos eleitos prestam a seguinte declaração: “Juro por minha honra desempenhar fielmente as funções que os trabalhadores me confiaram através do seu voto, defender a Constituição da República e os estatutos da Comissão de Trabalhadores da Setenave”<sup>654</sup>.

Na primeira reunião da CTS (5 de fevereiro), é eleito um secretariado (por maioria) e um elemento para trabalhar a tempo inteiro (por unanimidade)<sup>655</sup>. Os membros eleitos pela Lista B reclamam da sua não participação no referido secretariado e nas reuniões com a Administração<sup>656</sup>.

---

<sup>650</sup> *Programa C, A verdade para todos. O poder aos trabalhadores*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>651</sup> Devido a ausência de documentação, não nos foi possível apresentar o programa da Lista D.

<sup>652</sup> “Resultados eleitorais para a CTS,” *Pórtico*, fevereiro 1, 1980, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>653</sup> CCCTIN, *Medidas financeiras imediatas de intervenção a favor da construção naval* (s.l., 31 janeiro 1980), policopiado.

<sup>654</sup> “Ato da tomada de posse,” *Pórtico*, fevereiro 14, 1980, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>655</sup> “Plenário da CTS,” *Pórtico*, fevereiro 14, 1980, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>656</sup> Os camaradas da Lista B, *É preciso um caminho novo e diferente na luta reivindicativa*, (s.l., 10 abril 1980), Centro de Documentação 25 de Abril.

## Reivindicações 80.

O ministro das Finanças, Cavaco Silva, a 9 de fevereiro anuncia um “pacote” de medidas “anti-inflacionistas”. Entre estas incluem-se: a revalorização do escudo em 6%; o montante global dos subsídios não reembolsáveis às empresas públicas em 1980 não poderá exceder o montante dos subsídios autorizados no Orçamento de 1979; no setor empresarial do Estado só serão permitidos aumentos salariais ou a consagração de prestações complementares que se revelem comportáveis pela situação económico-financeira; serão proibidas medidas de atualização salarial genérica da iniciativa dos conselhos de gerência nas empresas já abrangidas por regulamentação coletiva de trabalho; exige-se fundamentação de aumentos salariais nos contratos coletivos e acordos de trabalho; prometem-se medidas de “controlo do absentismo”, introdução de “prémios à produção” e “apoio às empresas na racionalização dos métodos de trabalho e produção”<sup>657</sup>.

Em protesto, realizam-se manifestações em Lisboa, Porto e Guimarães, a 14 de fevereiro<sup>658</sup>. A CTS participa na manifestação, da Praça do Chile para o Ministério do Trabalho, sob o lema “Contra o congelamento da contratação coletiva. Contra os aumentos de preços”<sup>659</sup>.

Os jornais *O Dia*, *O Diabo* e *A Tarde* noticiam a discussão no Conselho da Revolução sobre a hipótese de um pronunciamento militar para derrube do governo, a 4 de março. No mesmo dia, o Conselho de Ministros emite um comunicado caracterizando as greves dos transportes como parte de uma estratégia de “desestabilização das instituições democráticas” e afirma que “não se deixará intimidar ou impressionar” pela “estranha conjugação e convergência de pontos de vista públicos de dirigentes oposicionistas e alguns membros do Conselho da Revolução”. Por último, “deposita firme confiança na lealdade das Forças Armadas”, mas considera “necessário o esclarecimento das condições políticas que caracterizam o surto desestabilizador”<sup>660</sup>.

---

<sup>657</sup> “As 15 medidas governamentais,” *Diário de Lisboa*, fevereiro 11, 1980, 10.

<sup>658</sup> “O descontentamento de quinta-feira à tarde,” *Diário de Lisboa*, fevereiro 15, 1980, 1.

<sup>659</sup> “Concentração, Manifestação,” *Pórtico*, fevereiro 14, 1980, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>660</sup> “Comunicado do CM,” *Diário de Lisboa*, março 5, 1980, 5.

O PR emite um comunicado acusando os jornais de “manipulação da opinião pública”<sup>661</sup>. O Conselho da Revolução considera que as notícias visam “provocar o confronto entre os órgãos de soberania e impedir o regular funcionamento das instituições democráticas”<sup>662</sup>.

O III Congresso da CGTP realiza-se de 6 a 9 de março, contando com 256 sindicatos (67 não filiados) e 1112 delegados em representação de 1 619 652 trabalhadores<sup>663</sup>. O programa aprovado estabelece como eixo central a defesa do regime democrático, associada à “tarefa patriótica” de luta contra a revisão “ilegal” da Constituição<sup>664</sup>. Defende uma “Europa dos trabalhadores”, abstendo-se de uma posição concreta face à adesão à CEE, considerando que “uma tomada de posição sobre essa matéria exigia uma séria reflexão e uma grande informação”, exigindo “estar informada do andamento do processo de negociações” e colocando no condicional a hipótese de a “integração de Portugal na CEE” estar associada à “recuperação capitalista”, cenário no qual, a concretizar-se, “opor-se-iam determinadamente”<sup>665</sup>.

Sob convocação da CGTP, a 19 de abril, realizam-se manifestações em 20 localidades contra a política do governo AD, acusado por José Luís Judas, em comício no Terreiro do Paço, de utilizar o poder para “conspirar e atacar o Portugal de abril”, os “direitos dos trabalhadores” e os “órgãos de soberania, em especial o Conselho da Revolução e a Presidência da República, a Constituição e o regime democrático nela consagrado”<sup>666</sup>.

Durante uma visita aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, a 21 de abril, a Secretaria de Estado da Marinha Mercante anuncia a encomenda a curto prazo de oito navios a estaleiros nacionais (calcula-se um investimento de 9 milhões de contos e efeitos na balança de pagamentos de cerca de 22 milhões de contos) e de outras nove unidades, numa segunda fase, como parte integrante do plano de reequipamento da frota mercante nacional, para viabilizar as empresas de navegação e garantir trabalho aos estaleiros nacionais.

---

<sup>661</sup> “Comunicado da Presidência,” *Diário de Lisboa* março 5, 1980, 5.

<sup>662</sup> “Conselheiros são livres de se exprimirem publicamente sobre questões políticas,” *Diário de Lisboa*, março 6, 1980, 5.

<sup>663</sup> “Notas sobre o congresso,” *Alavanca*, abril 1980, 2.

<sup>664</sup> CGTP-IN, *Programa de Ação e Caderno Reivindicativo da CGTP-In (Aprovados pelo III Congresso)* (Odivelas: Edições 1 de outubro, 1981), 16.

<sup>665</sup> *Ibid.*, 35.

<sup>666</sup> “Um longo e imponente protesto contra o Governo Carneiro/Amaral,” *Diário de Lisboa*, abril 21, 1980, 12.

A Setenave ficaria responsável pela entrega de dois graneleiros, com opção de mais dois, à CNN e à CTM, e de um petroleiro de 80 mil toneladas para a Soponata<sup>667</sup>. A escassa concretização do plano suscitará repetidas críticas de “eleitoralismo” por parte dos ORTs da IN.

Também a 21 de abril, realiza-se em Lisboa uma reunião do Grupo de Trabalho da Association West European Shipyard (AWES), cujo vice-presidente era Costa Leal. No dia seguinte, começa o Seminário e Exposição Shipcare 80, evento internacional com representantes de armadores, estaleiros, sociedades classificadoras, empresas de serviços, imprensa especializada e outras entidades ligadas ao ramo.

Na sua exposição, Costa Leal manifesta satisfação pela presença do ministro da Indústria e Energia, Álvaro Barreto, porque este oferece a “garantia” de que as “medidas necessárias” sejam tomadas “em tempo oportuno”, aludindo ao anúncio feito na véspera do “plano de reconstrução da nossa marinha mercante”, com “repercussões muito positivas especialmente para os Estaleiros de Viana do Castelo e da Setenave”.

Segundo o ministro, a indústria naval representa “parte significativa das exportações”, emprega “elevado número de trabalhadores” e tem “extraordinário peso no desenvolvimento económico do país”. Assegura que o Plano de Reestruturação da Frota da Marinha Mercante “garantirá trabalho para 3 ou 4 anos nos nossos estaleiros”<sup>668</sup>. Como veremos, dentro de três anos, a IN estará mergulhada numa profunda crise.

A 20 de maio realiza-se uma AGT que desencadeia um processo reivindicativo consignado no documento “Reivindicações 80”. Apresenta-se uma proposta de tabela salarial, exige-se um plano global de carreiras profissionais e promoções automáticas. Segundo os ORTs, a Administração manifestou “a sua impossibilidade de negociar qualquer alteração salarial antes da saída do CCTV”<sup>669</sup>.

Com efeito, a resolução do Conselho de Ministros n.º 163-80, de 9 de maio, vedava aos conselhos de gerência “proceder a aumentos genéricos de remunerações nas empresas públicas abrangidas por instrumento de regulamentação coletiva, salvo através de novo instrumento”<sup>670</sup>, retirando às administrações autonomia para negociar internamente com os ORTs, até à saída de

---

<sup>667</sup> “8 navios a encomendar (para já), à Setenave e aos ENVC,” *Informação Setenave*, maio 5, 1980.

<sup>668</sup> “Shipcare 80,” *Informação Setenave*, maio 5, 1980.

<sup>669</sup> “Reivindicações 80,” *A União*, junho 2, 1980, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>670</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 163-80, 9 de maio.

novos contratos coletivos. Nos dois dias seguintes (21 e 22 de maio) realiza-se uma greve na Setenave pela saída do CCTV<sup>671</sup>.

No I Encontro Nacional dos órgãos de Comunicação Interna de Empresas (CIE), de 28 a 30 maio, o Eng.º Luís Maltez, da Administração da Setenave, definiu a CIE como: “diálogo tendente à promoção da mútua compreensão entre os elementos constitutivos da comunidade humana que a empresa é, contribuindo para a construção dessa comunidade”. Já o representante da Informação Setenave defendeu “a tese de que a Comunicação Interna dentro da Empresa” é o “barómetro” da “consideração em que o poder empresarial tem o trabalhador da empresa”<sup>672</sup>.

A 3 de junho, após uma AGT na Mitrena, os ORTs da empresa participam numa concentração em frente ao Ministério do Trabalho, com outros setores, pela saída dos CCTV<sup>673</sup>. Em AGT da Setenave, a 19 de junho, aprovam-se moções de “repúdio por este governo e exigência da sua demissão” e “desejo de que entre a oposição à AD se encontre uma plataforma eleitoral única que permita, pela certa, derrotar a AD nas eleições”<sup>674</sup>.

A CGTP organiza várias manifestações pelo derrube do governo, a 21 de junho, enchendo o Terreiro do Paço<sup>675</sup>, verificando-se (segundo a CTS), a “maior participação de sempre de trabalhadores da Setenave”<sup>676</sup>.

O estaleiro da Mitrena volta a paralisar por duas horas, pelo caderno Reivindicativo 80 e o CCTVM<sup>677</sup>, a 25 de junho. Precisamente nesse dia chega-se a acordo nas tabelas salariais do CCTVMM, com aumento de 23%, com efeitos a partir de 1 de junho. Segundo a Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas, foi o “melhor resultado que se podia obter” dada a ameaça de nova PRT e a “ação divisionista” das federações sindicais dos Escritórios, ao “encetarem negociações paralelas”<sup>678</sup>.

Os DS manifestam a sua satisfação, porque se obrigou o “patronato a elevar a sua proposta inicial de aumento de 18%, para as tabelas salariais, até 23%, rompendo inclusive o teto

---

<sup>671</sup> “Reivindicações 80,” *A União*, Ibid.

<sup>672</sup> “Iº Encontro Nacional de órgãos de comunicação interna de empresa,” *Informação Setenave*, junho 6, 1980.

<sup>673</sup> “Reivindicações 80,” *A União*, Ibid.

<sup>674</sup> *Moções aprovadas na última AGT*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>675</sup> “A luta vai continuar,” *Diário de Lisboa*, junho 23, 1980, 13.

<sup>676</sup> “Editorial,” *Pórtico*, junho 27, 1980. Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>677</sup> “Editorial,” *Pórtico*, junho 27, 1980. Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>678</sup> “Acordadas novas tabelas salariais,” *Diário de Lisboa*, junho 27, 1980, 11.

proposto pelo Governo Sá Carneiro”, pelo que a luta “não se saldou com uma derrota”, mas provavelmente “poder-se-ia ter conseguido mais”, cabendo “grande responsabilidade aos amarelos da UGT”<sup>679</sup>.

Em AGT da Setenave, a 27 de junho, como a reunião desse dia entre o Grupo Negociador e a Administração se traduziu “no iniciar de negociações das reivindicações 80”, e esta “se comprometeu a apresentar uma contraproposta global” com “acréscimo substancialmente mais elevado do que os anteriores”, decide-se “interromper” as “formas de luta”<sup>680</sup>.

A 3 de julho, o processo de luta na Setenave é interrompido, por a Administração se ter comprometido a apresentar uma contraposta de negociação salarial. A 17 e 18 de julho, na ausência de resposta, inicia-se um período de greves de duas horas, nos diferentes turnos, à quinta e sexta-feira<sup>681</sup>.

Segundo os DS, os trabalhadores estão a desenvolver a “mais longa luta” já travada pela satisfação das suas reivindicações, afetando a normal laboração do Estaleiro, originando assim uma quebra sensível na sua capacidade produtiva”.

A contraposta apresentada pela Administração é de “700\$00 em cima dos mínimos do contrato”. Segundo os DS, são “desprezíveis migalhas”, que merecem “total desprezo”. Argumentam que se trata da “contraproposta do Governo”, pois a Administração “nem sequer tem autonomia para aplicar as intenções”<sup>682</sup>.

Um despacho governamental (a 8 de agosto) autoriza a Administração a aplicar novas tabelas a partir de 1 de janeiro de 1981<sup>683</sup>. Em AGT, a 14 de agosto, como o Governo “foi forçado a passar de uma posição em que não permitia qualquer acréscimo ao CCTV para uma posição que, apesar de insuficiente, permite um aumento de 9 a 10% sobre os vencimentos atuais” e a “revogar na prática a resolução n.º 163/80”, decide-se entrar em negociações com a Administração, “tentando prioritariamente elevar as percentagens referidas”, com uma “justa distribuição da massa salarial”, e “suspender temporariamente todas as formas de luta”<sup>684</sup>.

---

<sup>679</sup> “Editorial,” *A União*, julho 2, 1980. Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>680</sup> “Decisões da AGT,” julho 2, 1980. Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>681</sup> “Paralisações na Setenave,” *Diário de Lisboa*, julho 16, 1980, 11.

<sup>682</sup> “Editorial,” *A União*, julho 23, 1980, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>683</sup> “Editorial,” *Pórtico*, fevereiro 18, 1981, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>684</sup> O grupo negociador, *Reivindicações/80*, (s.l., 14 agosto 1980), Centro de Documentação 25 de Abril.



A 26 de agosto ratifica-se em AGT um acordo de 20% de aumento salarial<sup>685</sup> (de 1400\$00 a 1800\$00<sup>686</sup>), numa tabela intercalar a vigorar até 31 de dezembro de 1980, pois o Governo comprometeu-se a autorizar a Administração a negociar uma nova tabela, a vigorar a partir de 1 de janeiro de 1981<sup>687</sup>.

O administrador Costa Leal manifesta a sua esperança de que o acordo obtido possa “dar início a um retomar da atividade”. A “imagem exterior da Setenave”, podendo-se “orgulhar da sua paz social interna que lhe tinha permitido não ter perturbações laborais significativas há mais de quatro anos sofreu um certo desgaste” e o “efeito real nos setores da reparação e construção naval foi bastante negativo”<sup>688</sup>.

## **O VI GC coloca a Setenave em “situação económica difícil”.**

O Decreto-Lei 345/80, de 2 de setembro, pretenderá regular os esquemas de apoio a conceder aos estaleiros e armadores nacionais<sup>689</sup>. Contudo, a execução prática será escassa, resultando na assinatura da construção de dois graneleiros de 68 000 t por parte da Setenave, a 19 de setembro, e a construção de alguns navios em Viana do Castelo para a União Soviética<sup>690</sup>.

O secretário de Estado da Indústria Transformadora, Bayão Horta, anuncia um despacho, a 15 de setembro de 1980, no qual lamenta o atraso do relatório do Grupo de Trabalho para criação do Centro de Projetos, considerando-o um método pouco eficaz.

Segundo este, o Decreto-Lei 345/80 cria condições para a prossecução do Centro, cuja atividade não deve ser “impulsionada pelo Governo”, numa “ótica de excessivo paternalismo que normalmente a nada de eficaz conduz”, contribuindo para “estiar um dinamismo empresarial que, esse sim, importa por todos os meios incentivar e estimular por insubstituível na procura de

---

<sup>685</sup> “Depois da crise: Desafio ao futuro,” *Informação Setenave*, setembro 1, 1980.

<sup>686</sup> “Lições da luta da Setenave,” *Bandeira Vermelha*, agosto 27, 1981.

<sup>687</sup> “Caderno complementar das reivindicações/80,” *A União*, março 5, 1981, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>688</sup> “Depois da crise: Desafio ao futuro,” *Ibid.*

<sup>689</sup> Decreto-Lei 345/80, 2 de setembro.

<sup>690</sup> “Indústria naval: que futuro?,” *Negócios*, abril 25-Maio 24, 1982, 39.

soluções eficazes e rentáveis”. O facto de as duas maiores empresas nacionais no setor serem públicas “em nada prejudica esta ideia; antes a deveria reforçar”<sup>691</sup>.

A eleição para a AR, a 5 de Outubro de 1980, dita nova vitória da AD com 47,59% dos votos no total dos partidos componentes. Desta feita, com maioria de deputados (134) e de votos (2 868 076) face à ex-maioria de esquerda (FRS: 26,65%, 1 606 198 votos e 71 deputados; APU: 16,75%, 1 009 505 votos e 41 deputados; PS: 1,1%, 67 081 votos e 3 deputados; total: 43,4%; 2 682 784 votos e 112 deputados).

Somando-se as “extremas” direita e esquerda, o país encontrava-se dividido entre 2 900 424 votos “à direita” e 2 952 900 votos “à esquerda”. A maioria absoluta de deputados abria a perspectiva da primeira legislatura de quatro anos. Na próxima “batalha” das presidenciais, a direita avançava contra Eanes, apresentando o general Soares Carneiro como candidato.

Em 1979, a indústria naval tinha um volume de emprego efetivo de cerca de 28 000 trabalhadores, mais cerca de 5000 em empresas subempreiteiras, dependendo do setor cerca de 100 000 pessoas<sup>692</sup>. A Setenave, que estava dimensionada para 10 000 postos de trabalho, atinge em 1980 o pico máximo de ocupação, com 6757 trabalhadores. Os números tinham vindo sempre a crescer (1974: 2414; 1975: 4007; 1977: 6162; 1979: 6253), mas a partir desta data a descida será vertiginosa.

O VI GC coloca a Setenave em “situação económica difícil” (SED), pela resolução 398/80, de 28 de novembro<sup>693</sup>. Encerra-se um período na vida do estaleiro. Começará outro, marcado pelos salários em atraso, o recrudescimento dos conflitos sociais e a imposição do Pacto Social (ou a sua rutura, *de facto*). Disso trataremos no próximo capítulo.

---

<sup>691</sup> Ministério da Indústria e Energia, Secretário de Estado da Indústria Transformadora, *Despacho*, Lisboa, 15 de setembro 15, 1980, policopiado.

<sup>692</sup> Paulo Fernandes, “As Relações Sociais de Trabalho na Lisnave: crise ou redefinição do papel dos sindicatos” (Dissertação Mestrado, ISCTE, 2000), 80.

<sup>693</sup> Resolução Conselho de Ministros 398/80, 28 novembro.

*Sangue no alcatrão / Olhos pisados de espanto / E a morte distribuída em nome do Estado (UHF)*

*Vão vestidos de cinzento / À paisana disfarçados / Os ratos saem da esquadra / No rasto dos desgraçados (Xutos e Pontapés)*

*Guerra e paz / a par e passo / irmãs são (Sérgio Godinho)*

## Capítulo III - A Setenave e a tragédia de Erisictão: O Pacto Social devora-se a si mesmo.

### O pacto social.

A palavra pacto tem origem no latim *pactu*, ou seja tratado, convenção, ajuste, contrato, combinação, acordo entre duas ou mais pessoas<sup>694</sup>. Na definição de Barreto, um pacto social é um “acordo à escala nacional, negociado, periodicamente ou a título excecional, entre o movimento sindical, as organizações patronais e, eventualmente, o Governo, com o objetivo de assegurar, durante determinado espaço de tempo ou em permanência, as condições de uma relativa paz social”, significando a “aceitação pelas partes de determinada programação económica e social, a cujos supostos benefícios se sacrificam certos interesses imediatos ou, possivelmente, até estratégicos”<sup>695</sup>.

Raquel Varela acrescenta: “Pode ser escrito ou não, formal ou informal, existir de facto mesmo não estando consagrado”<sup>696</sup>; o que corresponde à definição do chamado *pacto nu*, ou seja “feito por palavras, sem confirmação de escritura”<sup>697</sup>.

Francisco Louçã argumenta que o pacto social, ou seja um “contrato entre governantes e governados, da representação e divisão de poderes” opõe-se à teoria da luta de classes<sup>698</sup>.

---

<sup>694</sup> *Grande Dicionário da Língua Portuguesa, António de Moraes Silva, Vol. VII (Lisboa: Editorial Confluência, 1954), “pacto”, 651.*

<sup>695</sup> José Barreto, “Modalidades, condições e perspectivas de um pacto social” *Análise Social* 53 (1978): 81.

<sup>696</sup> Raquel Varela, 92-93.

<sup>697</sup> *Grande Dicionário da Língua Portuguesa, António de Moraes Silva, Vol. VII (Lisboa: Editorial Confluência, 1954), “pacto nu”, 651.*

<sup>698</sup> Francisco Louçã, *Herança Tricolor* (Viseu: André Jorge Editor, 1989), 192.

António Monteiro Fernandes distingue entre “*Dever de paz e direito de greve*”. É óbvia a conexão existente entre o dever de paz social e a amplitude do direito de greve. O reconhecimento daquele dever implica, em certa medida ou âmbito, a ilicitude do direito de greve. E a admissibilidade da estipulação do mesmo dever, com maior ou menor amplitude, pode implicar a *renúncia* (ainda que parcial) *do direito de greve*”<sup>699</sup>.

Para Sousa Franco, num “período de grande instabilidade política” merece “menção uma importante medida inovadora no domínio social, que foi o acordo de viabilização da Setenave: pela primeira vez se contou com a participação dos trabalhadores, que se comprometiam aceitando alguma redução dos seus benefícios sociais em contrapartida da viabilização e da manutenção e valorização dos seus postos de trabalho”<sup>700</sup>, e segundo Medeiros Ferreira, a “renúncia à greve de empresa pelos trabalhadores da Setenave será um símbolo das mutações ocorridas”<sup>701</sup>.

Com efeito, ao contrário de Hermes da Costa, que situa a constituição da UGT como o “primeiro momento do pacto social”<sup>702</sup>, e de Varela, para quem o “único acordo de empresa celebrado até aí em Portugal que previa uma cláusula de paz social” teria sido a Lisnave em 1986<sup>703</sup>, avançamos com a hipótese (que necessitaria de confirmação de mais estudos empíricos de outras fábricas e empresas) de que o chamado pacto social “nasce” na Setenave em 1983. Não obstante, opinamos, a derrota é selada com o pacto social da Lisnave em 1986.

Isto acontece devido ao papel estratégico da indústria naval em Portugal: a importância qualitativa dos trabalhadores do setor para o conjunto do “mundo do trabalho” mede-se no seu efeito de arrastamento. A divisão do trabalho que resulta da organização produtiva confere a certos setores um potencial disruptivo que não se dissolve em nenhuma “multitude”. Segundo Joaquim Aguiar, “eram a vanguarda da classe operária” e “por isso tiveram que ser tratados como vanguarda da classe operária. Não valia a pena enfrentar os trabalhadores da Lisnave, indo pelos trabalhadores de limpeza da Câmara de Lisboa, quer dizer. Não tinha nada a ver uma coisa

---

<sup>699</sup> António Monteiro Fernandes, *Direito do Trabalho* (Lisboa: Almedina, 2014), 721.

<sup>700</sup> Sousa Franco, “A Economia” in *Portugal 20 anos de democracia*, coord. António Reis (Lisboa: Temas & Debates, 1996), 234.

<sup>701</sup> José Medeiros Ferreira, *História de Portugal*, vol. VIII, *Portugal em Transe (1974-1985)* (Lisboa: Editorial Estampa, 1995), 125.

<sup>702</sup> Hermes da Costa, 25.

<sup>703</sup> Raquel Varela, 99.

com a outra, tinham de ser enfrentados diretamente. Como foram enfrentados diretamente. E no momento decisivo aceitaram”<sup>704</sup>.

Mas como se desenvolve o pacto social? Recordemos que o tripartismo era defendido pela CIP em 1975. Em 1983 já recusam o “pacto social”. A mudança na relação de forças sinaliza uma alteração ao nível dos posicionamentos, tendo a luta sindical assumido um “caráter de defesa”<sup>705</sup>: a UGT faz sua a bandeira do “pacto social” e a CGTP entra na concertação social.

Ao pacto social parece assim corresponder a democracia pluralista, que se vai progressivamente reconstruindo enquanto transição democrática, ao contrário do seu fundamento constitucional de transição socialista. O movimento operário no período de 1974-75 já não seria também o auge da radicalização internacional (maio 68, outono escaldante italiano, greves “selvagens” na RFA, ocupações de fábricas no Reino Unido e EUA, etc.<sup>706</sup>), e a revolução portuguesa assemelhar-se-ia mais com 1820 ou 1848 do que com 1789 ou 1917<sup>707</sup>. Nesta “ressaca”<sup>708</sup> ideológica, em que a autogestão seria “a única ideologia que se pode corretamente imputar à própria classe operária”<sup>709</sup>, *le mort saisit le vif*, e o proletariado teria sido, como afirmava Bernstein, incapaz de uma “maturidade que só se atinge com a prática da autogestão”<sup>710</sup>, numa “*retreat from class*”<sup>711</sup> que vai descentrando a *análise social* das relações sociais de produção, à medida que emerge o chamado “*cultural turn*”<sup>712</sup>.

Luís Sá sugere que da teoria da democracia pluralista “surgiu a sua versão elitista: às elites caberiam as escolhas políticas, limitando-se os que delas não fazem parte a copiar ou rejeitar o seu programa. A reserva das escolhas políticas às elites seria uma garantia de defesa da própria democracia”<sup>713</sup>. A *paz perpétua* exigiria assim, como nas recomendações de Huntington no relatório da Comissão Trilateral “The Crisis of Democracy”, uma limitação ao “excesso de democracia”, pois esta é apenas “uma maneira de constituir autoridade”, e o “sistema político

---

<sup>704</sup> Joaquim Aguiar, entrevistado por Jorge Fontes e Raquel Varela, Dezembro 2012.

<sup>705</sup> Carvalho da Silva, *Agir contra a corrente, reflexões de um sindicalista* (Porto: Campo das Letras, 2002), 111.

<sup>706</sup> Immanuel Ness e Dario Azzellini, *Ours to Master and to Own, Workers’ control from the commune to the present* (Chicago: Haymarket Books, 2011).

<sup>707</sup> Keneth Maxwell, *A Construção da Democracia em Portugal* (Lisboa: Editorial Presença, 1999), 15.

<sup>708</sup> João Carlos Espada, “Mudanças na geração do maoísmo,” *Risco*, verão 1985, 73-80.

<sup>709</sup> Manuel Villaverde Cabral, *Proletariado: O nome e a Coisa* (Lisboa, Regra do Jogo, 1984), 83.

<sup>710</sup> Eduard Bernstein, *Os pressupostos do socialismo e as tarefas da social-democracia* (Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1976), 268.

<sup>711</sup> Ellen Wood, *The retreat from class* (London, New York: Verso, 1986).

<sup>712</sup> Fredric Jameson, *The Cultural Turn: Selected Writings on the Postmodern, 1983-1998* (Brooklyn: Verso, 1998).

<sup>713</sup> Luís Sá, *Introdução à teoria do Estado* (Lisboa: Editorial Caminho, 1986), 159.

democrático normalmente requer alguma medida de apatia e não envolvimento”<sup>714</sup>. O mesmo autor situa Portugal como o começo da “terceira vaga de democratização”<sup>715</sup>, e segundo Nascimento Rodrigues “não há tripartismo e concertação social a não ser em regimes democráticos”, pois “são expressões da própria democracia”<sup>716</sup>, mas o estabelecimento institucional da concertação social é acompanhado por uma inversão da relação de forças social, através de vários instrumentos: austeridade, inflação, tetos salariais, declaração das empresas em situação económica difícil, não pagamento de salários, rescisões “voluntárias”, reformas antecipadas, precarização.

Assim Varela propõe originalmente verificar-se “entre 1975 e 1986, um pacto, com ganhos significativos para o trabalho, em troca da desistência, por parte das organizações sindicais e políticas representantes dos trabalhadores, da luta estratégica pelo poder, alterando a forma da propriedade”<sup>717</sup>. Com efeito, o elemento político/subjetivo também joga um papel em certos momentos decisivos. Joaquim Aguiar argumenta que “se não fosse o José Manuel de Melo, e se não houvesse Cunhal, provavelmente isto não se poderia fazer” (planos sociais), porque “uma coisa é o Partido Comunista visto na perspectiva de um militante, outra coisa é o Partido Comunista vista na perspectiva da direção”<sup>718</sup>.

Deste modo, podemos perguntar-nos se o resultado da revolução portuguesa consagrado na Constituição de 1976 não foi, talvez, o único verdadeiro “pacto social” *de facto* ao longo do século XX português. O pacto social “formal” seria assim, na verdade, a derrota estratégica do movimento operário, que arrastando-se a outros setores, estabelece um novo quadro de relações laborais precarizadas. E o sucessivo recuo defensivo das conquistas laborais no contexto das intervenções do FMI, da adesão à CEE, das leis dos contratos a prazo, da abertura da banca ao capital privado e das privatizações corresponde assim ao acumular das condições económicas,

---

<sup>714</sup> Samuel Huntigton, “The United States” in *The Crisis of Democracy, Report on the Governability of Democracies to the Trilateral Commission*, Michel Crozier, Samuel Huntigton, e Joji Watanuki (New York: New York University Press, 1975), 114, tradução nossa.

<sup>715</sup> Samuel Huntigton, *The Third Wave: Democratization in the late Twentieth Century* (Norman: University of Oklahoma Press, 1993, 3, tradução nossa.

<sup>716</sup> Assembleia da República, Comissão de Trabalho, Segurança Social e Família. *Democracia, Tripartismo e Concertação Social, Comemorações do 75º aniversário da OIT e do 50º aniversário da Declaração de Filadélfia: Colóquio Parlamentar* (Lisboa: Assembleia da República – Divisão de Edições, 1995), 45.

<sup>717</sup> Raquel Varela, 99.

<sup>718</sup> Joaquim Aguiar, entrevistado por Jorge Fontes e Raquel Varela, Dezembro 2012.

jurídicas, políticas e sociais necessárias para a sua progressiva erosão. Como na tragédia do rei Erisictão da Tessália, o pacto social devora-se a si mesmo.

## **Em situação económica difícil e sem estação de desgaseificação.**

Tendo o parlamento eleito em outubro poderes para rever a Constituição, a vitória de Soares Carneiro, concretizando-se o tríptico maioria-Governo-presidente, sob direção da AD, “tornaria possível modificar radicalmente o regime, a sua norma constitucional e a sua política, se necessário recorrendo à revisão da Constituição por referendo”<sup>719</sup>.

Em conferência de imprensa a 14 de outubro, o PR demarca-se da FRS, pois “com ela, não se identifica em termos programáticos”, e do PCP, pois o 25 de novembro não se fez “contra a social-democracia mas contra o leninismo”, afirmando que “os modelos de sociedade defendidos pela maioria e pelo Presidente são os mesmos”<sup>720</sup>.

O programa de reeleição de Eanes defende uma “economia aberta e em modernização, orientada pelo mercado como regulador fundamental, e baseada numa cooperação eficaz entre os agentes económicos privados e o setor empresarial do Estado”<sup>721</sup>.

Como a Comissão Nacional do PS opta por manter o apoio a Eanes, Soares suspende-se das suas funções de secretário-geral<sup>722</sup>. Carlos Brito (PCP) desiste, “não porque aprove a política e atuação” do PR, mas porque “a sua eleição significaria uma profunda derrota dos planos golpistas e subversivos”<sup>723</sup>.

Eanes é reeleito a 7 de dezembro de 1980 com 56,44% dos sufrágios, recolhendo os votos da ex-“maioria de esquerda” contra os 40,23% de Soares Carneiro. Para o PCP, a vitória

---

<sup>719</sup> João Cravinho, 60.

<sup>720</sup> “Eanes afasta-se do desaire eleitoral da esquerda,” *Diário de Lisboa*, Outubro 15, 1980, 5.

<sup>721</sup> Eanes, *A Democracia ao serviço de Portugal, Programa de reeleição do Presidente Eanes 1980* (s.l., Edição CNARPE-Comissão Nacional de Apoio à Reeleição do Presidente Eanes, s.d.), s.p.

<sup>722</sup> “Divergências no seio do PS em torno do apoio à recandidatura de Ramalho Eanes,” *Cronologia, Fundação Mário Soares*, acesso a Dezembro 23, 2015, <http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=037985>

<sup>723</sup> “Carlos Brito demite-se com indicação de voto em Ramalho Eanes,” *Diário de Lisboa*, Dezembro 2, 1980, 1.

“adquire o significado de uma expressão nacional em defesa do Portugal de abril”, pois a “reação foi derrotada”<sup>724</sup>.

Voltando à Mitrena, como vimos no capítulo anterior, o Decreto-Lei 353-C/77 obrigou a Setenave à apresentação ao Governo de uma proposta de Reequilíbrio Económico e Financeiro. A CT deu o seu parecer favorável às Bases do Acordo Setenave/Governo em 1978.

Nesta sequência, pela resolução n.º 398/80 do Conselho de Ministros de 28 de outubro (publicada a 28 de novembro)<sup>725</sup>, a Setenave é colocada em “situação económica difícil” (SED), prevendo-se “medidas urgentes no sentido da sua melhoria e do seu saneamento”, estipulando-se ainda a obrigatoriedade de, num prazo de três meses, a empresa ter de apresentar uma proposta de acordo de saneamento económico e financeiro.

Ocorre que a declaração em SED se encontrava vinculada ao DL n.º 353-H/77 que, como vimos, podia implicar a redução das condições de trabalho aos mínimos fixados nos instrumentos de regulamentação coletiva e a suspensão de contratos individuais de trabalho<sup>726</sup>.

Segundo Costa Leal, a declaração em SED “representa o acreditar na viabilidade da empresa e no seu futuro no quadro da Europa”, estando fora de causa “quaisquer despedimentos, prevendo-se mesmo para 1981 cerca de duas ou três centenas de admissões”<sup>727</sup>. Uma AGT realizada a 5 de dezembro de 1980 repudia a declaração da empresa em SED<sup>728</sup>.

Mas os problemas agravam-se ainda mais: a Setenave vê alienada a parte mais lucrativa do estaleiro, a estação de desgaseificação, que passa para património da Gaslimpo (Lisnave) a 1 de janeiro de 1981<sup>729</sup>.

Segundo a administração, depois da assinatura com a Lisnave/Gaslimpo de um contrato promessa de venda da estação, em 1978, “dada a situação financeira”, não conseguiu cumprir os “compromissos financeiros que contratualmente havia assumido”. A “assinatura formal da escritura da venda” não se formalizou, dado ter estado “pendente até quase ao final do ano um

---

<sup>724</sup> “Nota da CP do PCP, 8/12/80,” *O militante*, Dezembro 1980, 4.

<sup>725</sup> Presidência do Conselho de Ministros, *Resolução 394/80*, Outubro 28.

<sup>726</sup> “Situação Económica Difícil,” *Informação Setenave*, Dezembro 12, 1980.

<sup>727</sup> “Membros da administração prestam declarações,” *Informação Setenave*, Dezembro 12, 1980.

<sup>728</sup> “Resolução aprovada em AGT,” *Pórtico*, Fevereiro 18, 1981, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>729</sup> “Estação da Desgasificação da Mitrena,” *Informação Setenave*, Janeiro 29, 1981.



pedido sobre redução do imposto de sisa”, faltando a “autorização ministerial necessária para o ato notarial”.

No final de dezembro, o ministério da tutela “não julgou conveniente” a concretização da aquisição numa altura “financeiramente difícil para a empresa”. A Lisnave/Gaslimpo denunciou o contrato, “assegurando contudo à Setenave a utilização futura da estação para os navios que viessem reparar ao estaleiro”. A utilização física da estação far-se-á “como até aqui, dando a necessária assistência aos petroleiros que vierem reparar aos estaleiros da Setenave”, sendo a exploração efetuada “diretamente e sob a responsabilidade da Gaslimpo”, a qual “faturará os seus serviços ao armador”<sup>730</sup>.

Segundo Eugénio Rosa, a não aquisição da Estação de Desgaseificação permitiu aos Melos “estender a sua estratégia monopolista até à Mitrena”, pois o “controlo daquela estação permite a qualquer momento estrangular o setor de reparação da Setenave”<sup>731</sup>.

De acordo com o Núcleo dos Trabalhadores Sociais Democratas da Setenave, a SED encontra-se ligada à “deficiente gestão da empresa”. Só será possível “repartir maior rendimento pelos seus trabalhadores (melhores salários) quando ela produzir para isso”. A Setenave só consegue “sobreviver recebendo subsídios do Governo”, encontrando-se a “viver não apenas à custa de quem tem de alimentar as receitas do Estado, isto é, o POVO CONTRIBUINTE”, como “sorvermos aquilo que, provavelmente, faz mais falta a outros trabalhadores, ou não, também necessitados”<sup>732</sup>.

A CTS enquadra as medidas numa “tentativa desesperada” de “acabar com a Setenave nacionalizada”. Defender a nacionalização é por inerência “defender os nossos postos de trabalho”. Como a Constituição estabelece que “Todas as nacionalizações efetuadas depois de 25 de Abril são conquistas irreversíveis das classes trabalhadoras”, só “destruindo a Constituição será possível destruir a nacionalização da Setenave”<sup>733</sup>.

Segundo o núcleo do PCP(R), trata-se de uma “manobra do Governo AD que por um lado recusa o dinheiro à Setenave nacionalizada e, por outro, de imediato a entrega aos Mellos”,

---

<sup>730</sup> Administração, *Comunicado*, (s.l., 19 Janeiro 1981), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>731</sup> Eugénio Rosa, *O fracasso dos governos de direita em Portugal (1978 a 1981). Do governo PS/CDS ao governo Pinto Balsemão/Freitas do Amaral* (Lisboa: Edições Um de Outubro, 1982), 211.

<sup>732</sup> Núcleo dos Trabalhadores Sociais Democratas da Setenave, (s.l., 29 Janeiro 1981), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>733</sup> “Editorial,” *Pórtico*, Janeiro 18, 1981, Centro de Documentação 25 de Abril.

parte da preparação de curto ou médio prazo para a “destruição da nacionalização da Setenave”, o que significaria “uma grande derrota para os trabalhadores” e “miséria para muitos de nós”<sup>734</sup>.

## **A demissão da Administração.**

O desastre mortal que vitima o primeiro-ministro Sá Carneiro a 4 de dezembro de 1980 conduz à constituição do VII GC, chefiado por Pinto Balsemão. No discurso de tomada de posse, a 9 de janeiro de 1981, estabelece como objetivos uma reforma de fundo da Constituição, a “libertação da sociedade civil” pela autolimitação do Estado, e que as forças sindicais e patronais possam lograr “um consenso que se encaminhe para um verdadeiro contrato social”<sup>735</sup>. No Programa de Governo defende-se a “celebração de acordos globais entre parceiros sociais”<sup>736</sup>.

A UGT realiza o II Congresso (30 Janeiro-1 fevereiro 1981) sob o lema “No pleno emprego, a consolidação da democracia”, passando a autodefinir-se como “confederação sindical”. Defende-se “um contrato social a negociar em tempo oportuno”<sup>737</sup>.

Em AGT da Setenave, a 3 de fevereiro, aprova-se uma resolução na qual se considera que a empresa atravessa a “pior crise da sua existência”, protesta-se contra o “protelamento do AREF”, a entrega da Estação de Desgaseificação, exige-se uma resposta da administração ao caderno complementar das reivindicações de 80, cumprindo os acordos assumidos (que, como vimos no capítulo anterior, tinham sido aprovados na AGT de 26 de agosto de 1980)<sup>738</sup>.

Em entrevista ao jornal *A Tarde*, a 10 de fevereiro, o Eng.º Maltez, do CA, analisa que ao “nacionalizar os grandes estaleiros de construção naval e ao ir garantindo, por vezes casuisticamente, a sua manutenção e até crescimento, o Estado tomou em Portugal, talvez por omissão, uma opção fundamental – a de que a indústria portuguesa de construção naval deveria sobreviver à crise internacional”. A integração na CEE implicará a “libertação de cada empresa ou grupo de empresarial e sua inserção num vasto mercado competitivo, em que sobreviverão os

<sup>734</sup> “Governo cede Gáslimpo aos Mellos,” *O Leme*, Janeiro 14, 1981.

<sup>735</sup> “Eanes empossou o VII Governo,” *Diário de Lisboa*, Janeiro 9, 1981, 20.

<sup>736</sup> “Programa do VII Governo Constitucional,” *Governo de Portugal, Arquivo histórico*, acesso a Setembro 23, 2014, 43, <http://www.portugal.gov.pt/media/464069/GC07.pdf>

<sup>737</sup> José Brandão de Brito e Cristina Rodrigues, *A UGT na História do Movimento Sindical Português 1970-1990* (Lisboa: Tinta da China, 2013), 273.

<sup>738</sup> “Resolução aprovada em AGT,” *Pórtico*, Fevereiro 18, 1981, Centro de Documentação 25 de Abril.

mais fortes”, devendo-se “apontar à sobrevivência de uma indústria moderadamente dimensionada que aproveita, na fase de transição, o grande diferencial de salários reais”<sup>739</sup>.

O Secretariado dos DS apresenta o caderno complementar das reivindicações de 1980, com uma tabela salarial para produzir efeitos a partir de 1 de janeiro de 1981, após cujo acordo se retomaria a negociação dos pontos pendentes do Caderno Reivindicativo de maio de 1980 nos quais não se logrou acordo<sup>740</sup>.

A coordenadora de núcleos PS critica o CA por, após se congratular com a declaração da empresa em SED, demonstrar preocupação face “às verdadeiras intenções do Governo” e, perante a “admiração de todos, e contradizendo o já dito”, são “canceladas as admissões de pessoal, numa atitude pouco percebida, pois o estaleiro continua precisando de trabalhadores para a sua normal atividade”. O CA “não se mostra com capacidade” para “apresentar uma proposta de viabilização”, pois “ainda a não apresentou”, nem possui “uma posição clara” na “questão da nova tabela salarial para 1981”. Deste modo, entre o “Governo e o Partido Comunista, com as suas forças afetas, o Dr. Costa Leal, como Presidente deste CA, terá que optar definitivamente”<sup>741</sup>.

Os trabalhadores da Setenave paralisam das 8.25 do dia 13 de março até à mesma hora do dia seguinte e decidem não realizar horas extras “pelo cumprimento dos compromissos assumidos pelo Governo e pela administração”<sup>742</sup>.

A proposta da Administração de 26 de março contempla para “os atuais vencimentos de 13.900\$00 até 16.850\$00”, os “mais significativos na Setenave”, aumentos de 8,6 e 11,6%. Deste modo, por exemplo, o grau 13 do CCTV (recebendo 11.900\$00, e cujo mínimo pelo CCTV era 10.250\$00) passaria a receber 12.750\$00 e o grau 7-QB (mínimo CCTV: 14.350\$00 e correntemente 16.200\$00) aumentaria o vencimento para 18.800\$00.

No pacote de medidas incluía-se ainda, entre outras, a retirada da baixa a 100%, revisão dos prémios para dois grupos de 20\$00/h e 30\$00/h não acumuláveis, redução de percentagem

---

<sup>739</sup> “Construção naval é vantagem no caminho para a CEE,” *Informação Setenave*, Fevereiro 13, 1981.

<sup>740</sup> “Caderno Complementar das Reivindicações/80,” *A União*, Março 5, 1981, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>741</sup> A Coordenadora dos núcleos PS Setenave, *Comunicado*, (s.l., 6 Março 1981), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>742</sup> “Greve,” *Pórtico*, Março 12, 1981, Centro de Documentação 25 de Abril.

de trabalho extra, corte de regalias aos trabalhadores marítimos, não remuneração na ida a médicos particulares, pagamento por extravio ou deterioração de ferramentas<sup>743</sup>.

O secretariado da Comissão Intersindical responde que a proposta não é minimamente negociável e informa manter as formas de luta<sup>744</sup>. Para a Comissão Sindical SIMA<sup>745</sup>/UGT, a tabela salarial apresentada pela administração é tão “insignificante” que “nem merece tempo para análise ou crítica”, pelo que a única resposta que merecem é uma “paralisação total de 48 horas”, entregando um pré-aviso de greve para os dias 2 e 3 de abril<sup>746</sup>.

Nos dias 1 e 2 de abril cumpre-se uma greve de 24 horas na empresa, pela satisfação do caderno reivindicativo. A 16 e 22 de abril verificam-se novas greves, enquanto se mantém a greve às horas extraordinárias desde 13 de março<sup>747</sup>.

Em carta ao secretariado dos DS, a 24 de abril, a Administração assegura que os valores da tabela salarial “poderão ser elevados durante a negociação”, alertando poder este processo “conduzir à completa destruição da Setenave”. Em nova carta datada de 30 de abril, demonstra recetividade para retirar ou amenizar alguns pontos do “pacote”<sup>748</sup>.

No II Congresso das Atividades Económicas (27-29 de abril), Balsemão, discursando na sessão de encerramento, presta “homenagem aos empresários resistentes”. A sua participação é consequência do papel da “iniciativa privada como motor do desenvolvimento económico”, defende um “verdadeiro contrato social” e salienta a “prioridade dada à integração plena na CEE”, algo que “ultrapassa, em muito, a esfera económica: é toda uma opção por um modelo de sociedade que está em causa”<sup>749</sup>.

Enquanto na AD sobe a hostilidade ao PR, com comícios onde se grita “Eanes para a Sibéria”<sup>750</sup>, a 10 de maio, dia da vitória eleitoral da frente de esquerda de Mitterrand, termina o

---

<sup>743</sup> “Situação laboral,” *Informação Setenave*, Março 31, 1981.

<sup>744</sup> Ibid.

<sup>745</sup> Sindicato das Indústrias Metalúrgicas e Afins.

<sup>746</sup> A Comissão Sindical- SIMA Setenave, *Comunicado*, (s.l., 1 Abril 1980), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>747</sup> “Situação laboral,” *Informação Setenave*, Abril 30, 1981.

<sup>748</sup> Ibid.

<sup>749</sup> “Governo presta homenagem aos empresários resistentes,” *Indústria em Revista*, Abril, 1981, 14.

<sup>750</sup> “Eanes para a Sibéria gritou a AD,” *Diário de Lisboa*, Maio 6, 1981, 1.

IV Congresso do PS. Mário Soares é reeleito secretário-geral, com a oposição do Secretariado a obter 33,72% e a Esquerda Laboral 3,97% para a Comissão Nacional<sup>751</sup>.

A 13 e 14 de maio realiza-se uma greve na Setenave, interrompendo-se as negociações com a Administração<sup>752</sup>.

No dia seguinte, o presidente do CA, Costa Leal, informa oficialmente a CTS ter sido exonerado de funções pelo ministro da Indústria.

Segundo a CTS, o “pacote” apresentado pela Administração é uma “imposição do atual Governo”, inserindo-se “nesta estratégia a demissão da atual administração”<sup>753</sup>. O ministro Baião Horta pretende colocar em prática uma “política repressiva, retirar ainda mais direitos e regalias aos trabalhadores, por isso necessita de uma Administração dura. Surda. Arrogante. De tipo AD”.

Os ORTs mantiveram sempre uma “posição de classe”, com “frequentes divergências e confrontos” mas “seria injusto não reconhecermos que esta Administração manteve, de uma maneira geral, uma certa atitude de diálogo”. Argumentam estarem de “parabéns” os que “criaram as condições para esta decisão governamental. Alcançaram os seus desígnios. Conseguiram uma grande vitória”<sup>754</sup>.

Na sua carta de despedida, Costa Leal defende ter indicado medidas que, caso fossem “oportunamente tomadas”, poderiam “conduzir a Setenave a uma vida quase normal”. Contudo, “nem sempre tiveram a audição indispensável à sua concretização”.

Sublinha problemas resolvidos, como a entrega do navio *Nogueira* à Soponata, a conversão em dólares dos contratos feitos em escudos, um período de estabilidade organizativa, início das relações com Guiné-Bissau e Moçambique, construção e exportação de docas flutuantes, alargamento de contratos externos, consolidação de passivo a curto prazo. E elenca problemas por resolver, como a liquidez financeira, ausência de centro de projetos, atividades a montante e coordenação do setor<sup>755</sup>.

---

<sup>751</sup> “Soares com os poderes reforçados diz respeitar minorias,” *Diário de Lisboa*, Maio 11, 1981, 5.

<sup>752</sup> Administração, *Comunicado nº5/81*, (s.l., 21 Maio 1981), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>753</sup> “Editorial,” *Pórtico*, Maio 22, 1981, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>754</sup> “A exoneração do Dr. Costa Leal,” *Pórtico*, Maio 22, 1981, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>755</sup> “Dr. Costa Leal- Algumas palavras de despedida,” *Informação Setenave*, Junho 17, 1981.

Com efeito, o período da administração Costa Leal (conotado com o MDP/CDE), não obstante algumas fricções, foi marcado por uma redução da conflitualidade social, tanto a Administração como os ORT elogiam a “paz social” registada. As reivindicações passaram de um carácter qualitativo (controlo operário) para um quantitativo (salários, prémios, etc.). Apesar de uma deterioração das condições de existência (como o novo horário), parece existir um certo clima de otimismo face à viabilidade da empresa. As críticas são mais dirigidas para o exterior (Governo) do que para o interior (Administração). Não mais regressará o breve tempo de relativa estabilidade. A paz social interna será tragada pelos salários em atraso, o espectro do encerramento e despedimentos, as tentativas de privatização, o pacto social.

## **Nova administração e acordo laboral.**

As negociações com a Administração são retomadas a 18 de maio. Segundo esta, a intransigência nas “cláusulas de maior incidência económica” poderá inviabilizar a “manutenção da tabela inicialmente proposta, ou mesmo bloquear a solução negociada dos problemas”<sup>756</sup>. Contudo, os ORTs continuam com a recusa às horas extra<sup>757</sup>.

Em AGT, a 3 de junho, aprova-se por unanimidade uma moção caracterizando a política dos Governos da AD como um “ataque” à Setenave, “submetendo-se ao imperialismo, aos interesses da Europa dos monopólios, em prejuízo do desenvolvimento económico do país, à custa do agravamento da exploração dos trabalhadores”<sup>758</sup>.

O plenário de ORTs, a 12 de junho, decide: responsabilizar o Governo pelas consequências da luta que os trabalhadores são obrigados a desenvolver, denunciar o *lock-out* praticado pela empresa com a retirada de navios e cancelamento de novas reparações, não aceitar a proposta da Administração, realizar ampla recolha de assinaturas para preparar uma

---

<sup>756</sup> Administração, *Comunicado n.º 5/81*, Ibid.

<sup>757</sup> “Conclusões do Plenário de ORTs,” *Pórtico*, Maio 22, 1981, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>758</sup> “Moção,” *Pórtico*, Junho 12, 1981, Centro de Documentação 25 de Abril.

concentração em Lisboa, não aceitar quaisquer sanções aos trabalhadores em luta e dar seguimento ao aprovado na assembleia de dia 2<sup>759</sup>.

No plenário da CTS, a 17 de junho, surgem três propostas de parecer sobre a nomeação de novos membros para a Administração<sup>760</sup>.

Segundo o parecer A, a crise não se resolve com a “simples substituição de pessoas na empresa”. A “exoneração da atual Administração”, bem como o “perfil de alguns gestores agora indigitados”, não são adequados numa “estratégia de defesa da Setenave nacionalizada, nem numa perspetiva de independência nacional”. Deste modo, “somos de parecer favorável que seja dada posse ao Eng.º técnico Artur Canaveira Russo, eleito em 15 de novembro de 1979 para o órgão de gestão da Setenave” e “não nos pronunciamos desfavoravelmente acerca do Senhor Engenheiro Fernando Matos Coutinho, ao preenchimento do lugar para que está indigitado”<sup>761</sup>.

Segundo o Projeto B, a Administração foi exonerada após ter “cumprido fielmente as decisões do Governo da AD para a Setenave”, que tenciona “fazer uma ofensiva final contra as conquistas de abril”, sendo o parecer “contra a nova Administração”<sup>762</sup>.

Já para o Projeto C, os elementos da Administração “contribuíram para a situação lastimável da empresa”, contudo “não faz sentido” que a substituição do CA “por outro – igualmente nomeado pelo Governo – não seja acompanhada por um plano de viabilização económico-financeiro”, concluindo não serem “desfavoráveis” aos nomes dos gestores<sup>763</sup>.

Os ORTs mantêm-se diariamente à porta do Ministério da Indústria e Energia desde 22 de junho, esperando serem recebidos<sup>764</sup>. O protesto durará três semanas, até ser marcada uma reunião<sup>765</sup>.

A nova Administração toma posse a 15 de julho, na sede do Ministério da Indústria e Tecnologia. O ministro considera a situação “uma exceção”, derivada da “importância da empresa” para a “evolução da nossa indústria e desenvolvimento da nossa economia”. Afirma

---

<sup>759</sup> “Conclusões do Plenário de ORTs efetuado hoje,” *Pórtico*, Junho 12, 1981, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>760</sup> São eles o Eng.º Manuel Luís Fernandes Marques, Eng.º Fernando Matos Coutinho, e Dr. Carlos Traguelho.

<sup>761</sup> “Parecer da CTS sobre a nova administração,” *Pórtico*, Junho 26, 1981, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>762</sup> “Projeto de Parecer B,” *Pórtico*, Junho 26, 1981, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>763</sup> “Projeto de Parecer C,” *Pórtico*, Junho 26, 1981, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>764</sup> “ORTs em Lisboa,” *Pórtico*, Junho 26, 1981, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>765</sup> “Uma luta persistente,” *Pórtico*, Julho 24, 1981, Centro de Documentação 25 de Abril.

que lhe “parece” que o “mercado dos petroleiros não será o seu objetivo principal” e deverá entrar numa “estratégia de diversificação” em diferentes tipos de navios. Questionado sobre a entrega da gestão a um grupo financeiro estrangeiro, responde não estar “completamente fora de propósito ainda essa possibilidade”.

Segundo o *Informação Setenave*, a CTS pediu a palavra após a assinatura dos termos de posse, tendo o ministro retorquido que tal não se encontrava previsto, “mas que os ouviria no seu gabinete”. A comissão insiste, pois “lembrava que naturalmente usaria da palavra se a cerimónia tivesse tido lugar na Setenave”, recebendo como resposta: “Pois... simplesmente sou eu o dono da casa e portanto estou à vossa disposição... E a cerimónia terminou”<sup>766</sup>.

A nova Administração escreve uma carta “A todos os trabalhadores da Setenave” a 30 de julho. Defende o objetivo de “dinamizar o processo de viabilização que, passando também por entidades externas a ela, não estará concluído em breve prazo”. De modo a tal ser conseguido, “torna-se necessário considerar, com toda a abertura, várias soluções possíveis, como o apoio, se necessário, de colaboração interna ou externa, de molde a conseguir um nível rentável da sua atividade que garanta a indispensável segurança de emprego”<sup>767</sup>.

A 11 de agosto é aprovado “maciçamente” em AGT o acordo conseguido pelo grupo negociador. Segundo este, foi “defendido o essencial das regalias sociais”, obtendo-se “uma tabela salarial minimamente aceitável”. Esta vigorará de 1 de julho até 30 de junho de 1982, com aumento de 24% (face à anterior, o topo da mesma passa de 24.450\$00 para 30.600\$00, e o mais baixo da tabela de 11.900\$00 para 14.900\$00). O aumento percentual que vier a ser acordado no Contrato Coletivo de Trabalho Vertical dos Metalúrgicos (CCTVM) de 1982 será aplicado automaticamente com efeitos a 1 de julho de 1982, os prémios fixam-se em 38\$00 e 60\$00, a baixa em 100%, e estabelece-se um princípio de acréscimo sobre o CCTVM<sup>768</sup>.

O acordo é criticado pelo PCP (R), pois a administração “cedeu no secundário” (tabelas) mas obteve um “pacto social que leva na prática a não haver reivindicações internas, durante dois anos (talvez três) conforme as negociações do contrato”<sup>769</sup>.

---

<sup>766</sup> “Tomada de posse da nova administração,” *Informação Setenave*, Julho 21, 1981.

<sup>767</sup> “A todos os trabalhadores,” *Informação Setenave*, Agosto 4, 1981.

<sup>768</sup> O Secretariado da Comissão Intersindical, *Reivindicações. Resultado das Negociações*, (s.l., 21 Agosto 1981), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>769</sup> “Lições da luta da Setenave,” *Bandeira Vermelha*, 27 Agosto, 1981, 8.



## O “25 de novembro na economia”.

A 10 de agosto, Balsemão, como não consegue unanimidade no Conselho Nacional do PSD, anuncia a intenção de se demitir, e no dia seguinte é exonerado por Eanes.

Segundo Soares, “os socialistas estão dispostos a vir para a rua defender os interesses dos trabalhadores”, pois “a classe operária, que suporta o peso da inflação e do desemprego, tem cada vez mais fé na alternativa socialista”<sup>770</sup>. A UGT “lutará sempre por todos os meios contra o primeiro-ministro e o Governo que execute uma política monetarista restauradora de um qualquer capitalismo restauracionista”, impossibilitando a “negociação de um contrato social, elemento fundamental para a pacificação social e para a melhoria qualitativa das condições de vida”<sup>771</sup>.

Entretanto, a oposição interna do PSD não ganha ascendente<sup>772</sup>. PS, UEDS e ASDI defendem a manutenção da AD<sup>773</sup>, e a 20 de agosto Balsemão aceita formar novo executivo. A 4 de setembro toma posse o VIII GC, em cujo programa se defende a “recusa do autoritarismo paternalista”, assegurando-se a “autonomia dos parceiros sociais”<sup>774</sup>. Para o primeiro-ministro, “cumpre alargar o conteúdo do 25 de novembro à economia”<sup>775</sup>.

A 10 de outubro, o PS dissolve a FRS, com a oposição do ex-secretariado. Para a UEDS, os socialistas pretendem fazer uma aliança com o PSD e negociar a revisão constitucional com a AD<sup>776</sup>. A ASDI revela “perplexidade”, declarando empenhamento na “consolidação alternativa de centro esquerda e esquerda democrática”<sup>777</sup>.

---

<sup>770</sup> “Socialistas estão dispostos a vir para a rua,” *Diário de Lisboa*, Agosto 12, 1981, 1.

<sup>771</sup> “Caiu mais um governo,” Agosto 11, 1981 in *Três anos de intervenção/UGT* (Lisboa: UGT, 1984), 22.

<sup>772</sup> “Helena Roseta confirma escolha de Cavaco e Silva,” *Diário de Lisboa*, Agosto 13, 1981, 6.

<sup>773</sup> “Partidos em Belém,” *Diário de Lisboa*, Agosto 18, 1981, 5.

<sup>774</sup> “Programa do VIII Governo Constitucional,” *Governo de Portugal, Arquivo histórico*, acesso a Março 23, 2015, 57, <http://www.portugal.gov.pt/media/464030/GC08.pdf>

<sup>775</sup> “VIII Governo tomou posse,” *Diário de Lisboa*, Setembro 4, 1981, 20.

<sup>776</sup> “Soares decidiu acabar com a FRS,” *Diário de Lisboa*, Outubro 10, 1981, 5.

<sup>777</sup> “Comissão Nacional PS ‘liquida’ FRS,” *Diário de Lisboa*, Outubro 12, 1981, 7.

De acordo com o *Informação Setenave*, a “estabilização laboral” e o “prestígio que a Setenave tem alcançado através da qualidade de serviços” permitiram um grande afluxo de navios e de armadores como a Shell, a Esso e a Texaco<sup>778</sup>.

Em novembro verifica-se atraso no pagamento do 13.º mês. A CTS acusa os “apoiantes da AD” de lançarem uma “onda de boatos e especulações com o objetivo de desculpabilizar a Administração e o Governo” e “dois elementos da CT” (PCP (R)-UDP) por proporem “uma concentração” e “não sair de lá até vir o dinheiro”<sup>779</sup>. Em reunião com Administração, foi “afirmado” à CTS estar o 13.º mês dependente do pagamento devido à Setenave pelo Fundo de Fomento de Exportação (FFE)<sup>780</sup>.

O chamado projeto de lei dos despedimentos do Governo AD, prevendo a possibilidade de despedimentos coletivos por encerramento de empresa ou secções desta, motivos estruturais, tecnológicos ou de viabilização, e de despedimentos individuais por redução anormal de ritmo de trabalho, não adaptação a modificações tecnológicas e inviabilidade de reconversão, extinção de posto de trabalho, entre outras<sup>781</sup>, será percecionado pelo movimento laboral como uma grande ameaça. Conduz ao termo da “fase de trégua social e de benefício da dúvida” dada pela UGT ao Governo<sup>782</sup>, e o Conselho Geral da central sindical convoca os seus filiados e “todas as restantes organizações sindicais para a realização de uma greve de 24 horas” contra a proposta do Governo para a alteração das leis da “cessação de contrato individual de trabalho” e dos “contratos a prazo”, a imposição administrativa de um “teto salarial” e o conteúdo do “pacote de saúde” anunciado inesperadamente pelo ministro dos Assuntos Sociais<sup>783</sup>. Embora a Tendência Sindical Reformista e Social Democrata (TESIRESD) apoie a convocatória, verifica-se contestação dos socioprofissionais do PSD (percursor da Tendência Social Democrata – TSD)<sup>784</sup>.

---

<sup>778</sup> “VLCCs de grandes companhias vêm reparar à Setenave,” *Informação Setenave*, Outubro 7, 1981.

<sup>779</sup> “Editorial,” *Pórtico*, Dezembro 23, 1981, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>780</sup> “Reunião com o Conselho de Administração,” *Pórtico*, Dezembro 23, 1981, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>781</sup> “Pacote Laboral,” *O Leme*, Dezembro 2, 1981.

<sup>782</sup> José Barreto, “A Formação das Centrais Sindicais e do Sindicalismo Contemporâneo em Portugal (1968-1990)”, 470.

<sup>783</sup> “Proposta Greve Nacional,” Dezembro 10, 1981 in *Três anos de intervenção/UGT* (Lisboa: UGT, 1984), 31.

<sup>784</sup> José Barreto, “A Formação das Centrais Sindicais e do Sindicalismo Contemporâneo em Portugal (1968-1990)”, 471.

Segundo os DS, com a revisão constitucional a AD “pretende fazer um autêntico golpe de estado fascista” e “aniquilar o 25 de Abril”<sup>785</sup>. Deste modo, apelam à participação numa manifestação organizada pela CGTP, que se realiza a 12 de dezembro em cerca de 40 localidades, com “centenas de milhar de pessoas” em Lisboa, contra o Governo AD e as novas leis laborais e pela defesa da Constituição<sup>786</sup>.

Segundo o *Alavanca*, durante 1981 o aumento de preços atingiu níveis insuportáveis (25%), o ritmo de crescimento económico baixou (1,6%), a taxa oficial de desemprego (8,8%) aumentou, o défice do OGE (144 milhões de contos), da Balança Comercial (300 milhões de contos) e da Balança de Transações Correntes (130 milhões de contos), o endividamento do Estado (730 milhões de contos) e do país ao estrangeiro (mais de 558 milhões de contos em julho de 1981) “põem em causa a própria independência nacional”, mas apesar da grave situação económica registou-se a “maior amplitude de lutas sociais depois do 25 de Abril”<sup>787</sup>.

O ano de 1982 prolonga e exponencia o recrudescimento da conflitualidade social, sendo marcado por duas greves gerais, a revisão constitucional e a demissão do Governo Balsemão II.

A 7 de janeiro, o Governo congela o pacote laboral, pelo que a UGT cancela a convocatória de greve geral, e a Intersindical, após ter criticado duramente a outra central, vai ela própria convocar uma greve geral<sup>788</sup>.

Uma proposta aprovada em AGT, em 8 de janeiro, responsabiliza o Governo pela “grave situação financeira em que colocaram a empresa”, protesta “energicamente pelo atraso no pagamento de salários”, diz “não às horas extras até que seja efetuado o pagamento do mês de dezembro de 1981” e mandata os ORTs para decidirem as “formas de luta adequadas que poderão ir até à greve, agravada com ações no exterior”<sup>789</sup>.

A 15 de janeiro, um plenário de sindicatos da CGTP convoca uma greve geral contra a pretensão do Governo de “transformar todos os trabalhadores em contratados a prazo” e pela “AD fora do Governo”<sup>790</sup>. A UGT será contra e a UDP reclama a paternidade da proposta<sup>791</sup>.

---

<sup>785</sup> “Editorial,” *A União*, Novembro 19, 1981, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>786</sup> “Centenas de milhar exigiram a demissão do Governo,” *Diário de Lisboa*, Dezembro 14, 1981, 10.

<sup>787</sup> “Relatório de Actividades de 1981,” *Alavanca*, Abril/Maio 1982, 21.

<sup>788</sup> José Barreto, “A Formação das Centrais Sindicais e do Sindicalismo Contemporâneo em Portugal (1968-1990)”, 471.

<sup>789</sup> “Proposta aprovada em AGT,” *A União*, Janeiro 12, 1982, Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>790</sup> “Plenário de Sindicatos de 15 de Janeiro,” *Alavanca*, Março 1982, 3.

As eleições para a VIII CTS realizam-se a 21 de janeiro<sup>792</sup>. Em 6413 trabalhadores, votam 4004, registando-se 2409 abstenções (37,6%), além de 99 votos brancos (2,5%) e 49 nulos (1,2%). A Lista A (PCP) recebe 2231 votos (55,7%) obtendo 7 eleitos, a D (PS, PSD) consegue 878 votos (21,9%) e 2 eleitos, a B (UDP) recolhe 616 votos (15,4%) correspondendo a 2 eleitos<sup>793</sup>, e a C (FUP) perdeu cerca de 100 votos e não obteve nenhum mandato<sup>794</sup>.

O PCP (R) acusa a maioria da CTS de discriminação, por afastamento do secretariado. E também de contradição, porque contestam a UGT por ser “lacaia do patronato”, mas o “chefete da UGT/SIMA”<sup>795</sup> que “furou todas as nossa greves” mantém-se no respetivo órgão e “é eleito para dirigir AGTs e ser porta-voz nas reuniões com a Administração”<sup>796</sup>.

Cerca de 2000 trabalhadores da Setenave manifestam-se junto da AR a 4 de fevereiro, exigindo o pagamento imediato de salários em atraso, saneamento económico e financeiro da empresa, contra tentativas de retirada de regalias, corte de direitos dos ORTs, aumento da comparticipação dos trabalhadores nos custos sociais e repressão interna, traduzida em 300 processos disciplinares<sup>797</sup>.

## **Um maio de sangue entre duas greves gerais.**

O contexto que marca a convocação da primeira greve geral pós 25 de Abril, 48 anos após a insurreição da Marinha Grande, curiosamente o mesmo intervalo de tempo que medeia entre o golpe de 28 de maio de 1926 e a Revolução dos Cravos, é dominado pela crise política. A estratégia de “bipolarização” da direita tinha falhado com a eleição do “Presidente do 25 novembro” apoiado pela esquerda parlamentar, que ameaça demitir-se caso a revisão constitucional limite os seus poderes. O eixo de gravidade da “política”, seguindo o da

---

<sup>791</sup> “Quem são os oportunistas? Avante de 14 de Janeiro propõe 12 horas de Greve Geral,” *Bandeira Vermelha*, Janeiro 21, 1982, 12.

<sup>792</sup> A partir desta CTS, deixamos de poder contar com o auxílio dos *dossiers* com materiais das CTs do Centro de Documentação 25 de Abril, ao que acresce uma drástica diminuição da disponibilidade do órgão de empresa. Deste modo, por exemplo, deixamos de poder apresentar os programas das listas concorrentes. Conseguimos recolher documentos, através de generosos empréstimos pessoais, mas sem o carácter sistemático anterior.

<sup>793</sup> “Eleições para a Comissão de Trabalhadores,” *Informação Setenave*, Fevereiro 5, 1982.

<sup>794</sup> “Reforço da corrente revolucionária nas eleições para CT’s,” *Bandeira Vermelha*, Janeiro 28, 1982, 9.

<sup>795</sup> “Afinal em que ficamos?,” *O Leme*, Dezembro 2, 1981.

<sup>796</sup> Membros da CT eleitos pela Lista B, *Comunicado*, (s.l., s.d.), Centro de Documentação 25 de Abril.

<sup>797</sup> “Trabalhadores do Ar líquido hoje em greve,” *Diário de Lisboa*, Fevereiro 5, 1982, 13.

“economia”, tinha-se deslocado para “a direita”, o que se plasmará e acentuará na transformação da Lei Fundamental.

Ganha cada vez mais corpo a ideia de um “partido presidencialista”, tese alimentada pelo PCP, que substitui progressivamente a “maioria de esquerda” por uma “alternativa democrática”, identificando um “espaço vazio”, que viria a ser efetivamente “ocupado” posteriormente. Para Cunhal, “Soares não é todo o PS”, pois “existem no Partido Socialista muitos elementos que não estão de acordo com a atual revisão constitucional”<sup>798</sup>.

Se de acordo com Soares, o PCP é a “cabeça de ponte” do “plano soviético para desestabilizar a Península Ibérica”<sup>799</sup>, para Cunhal: “Há que demitir o Governo. Enquanto é tempo! Senão a AD, com o apoio da parte do PS que acompanha Mário Soares, apoderar-se-á das Forças Armadas, modificará a seu favor o sistema eleitoral e conseguirá o que quer: destruir o regime democrático e impor a ditadura”<sup>800</sup>.

A 6 de fevereiro explode uma bomba junto à casa de Torres Couto, que em entrevista à RTP insinua uma relação com a CGTP, pois “esta sabe que sem a nossa adesão a greve não terá o êxito que eles gostariam que tivesse e, por conseguinte, tem de recorrer a algumas forças antidemocráticas, a métodos desta natureza”<sup>801</sup>, embora depois clarifique não ser “tão idiota que pense terem sido a CGTP ou o PCP”<sup>802</sup>.

A UGT coloca-se “contra a greve geral da CGTP-In” e seus “objetivos políticos que extravasam as legítimas reivindicações laborais”. A Intersindical, como “obediente correia de transmissão” do PCP, “não hesita em colocar a própria Democracia em risco” com o “único objetivo de impedir a revisão da Constituição”, pelo “derrube do atual Governo e tentando levar o Presidente da República a dissolver o outro órgão de soberania (o Parlamento) que tem a legitimidade constitucional para o fazer”<sup>803</sup>.

---

<sup>798</sup> “AD quer impor uma ditadura com apoio de Forças Armadas,” *Diário de Lisboa*, Fevereiro 2, 1982, 4.

<sup>799</sup> “Comunistas desestabilizam a Península Ibérica,” *Diário de Lisboa*, Fevereiro 5, 1982, 5.

<sup>800</sup> “AD quer impor uma ditadura com apoio de Forças Armadas,” *Diário de Lisboa*, Fevereiro 2, 1982, 4.

<sup>801</sup> Sílvia Correia e José Nuno Matos, “1982: da greve geral à madrugada sangrenta,” in *Este País Não Existe*, Bruno Monteiro e Nuno Domingos org. (Lisboa: Le Monde Diplomatique, 2015), 83.

<sup>802</sup> “Não sou tão idiota que pense terem sido a CGTP ou o PCP quem pôs a bomba,” *Diário de Lisboa*, Fevereiro 8, 1982, 1.

<sup>803</sup> “Desmascaramento da Greve “Geral” da CGTP,” Fevereiro 4, 1982 in *Três anos de intervenção/UGT* (Lisboa: UGT, 1984), 38.

Radicalizando o seu discurso, assegura que a “greve do dia 12 não é geral”. Refere-se a “ameaças enormes”, desde “cortes de água e de luz até à rutura de fornecimentos de bens e serviços essenciais”, uma “hedionda campanha intimidatória”, cuja concretização seria “uma ação de caráter insurrecional com consequências terríveis para o futuro de todos nós”, denunciando um “pacto de objetivos, entre forças totalitárias de esquerda e de direita que, desesperadamente, pretendem destruir a paz, a liberdade e a democracia em Portugal”.

Equipara o direito à greve do “art.º 59 da Constituição”<sup>804</sup> ao direito ao trabalho no “art.º 51 da Constituição”<sup>805</sup>, defendendo que quem “quiser no dia 12 trabalhar, pode e deve fazê-lo”, competindo aos órgãos institucionais “zelar pela segurança preventiva dos grevistas e não grevistas”. Para a UGT, a consigna é um dramático “O terrorismo não passará. A Democracia vencerá”<sup>806</sup>.

A AD organiza uma distribuição de autocolantes com o dizer “Eu trabalho no dia 12. Eu sou livre”<sup>807</sup>, e realiza um comício na véspera da greve. Soares volta a não estar em sintonia com o seu partido (que se abstém de indicar a participação ou não) e alinha-se com a UGT, aconselhando a “trabalhar”<sup>808</sup>. José Luís Judas (CGTP) considerou ser “possível” que estivesse a “tentar, com semelhantes atitudes, arranjar votos e apoios para vir a ser um dia Presidente da República”, contudo “engana-se, pois jamais terá os votos da classe operária e dos trabalhadores”<sup>809</sup>.

Na Setenave, a 9 de fevereiro realiza-se uma AGT com a participação de membros do secretariado da CGTP-IN<sup>810</sup>. O Sindicato dos Escritórios de Setúbal “entregou também pré-avisos de greve para cobrir os seus associados da Setenave e da Lisnave que, em plenários realizados nas respetivas empresas, resolveram paralisar”<sup>811</sup>. De acordo com o jornal *Bandeira*

---

<sup>804</sup> Em 1976, composto por dois artigos, o primeiro “É garantido o direito à greve”, e o segundo “Compete aos trabalhadores definir o âmbito de interesses a defender através da greve, não podendo a lei limitar esse âmbito”.

<sup>805</sup> A saber: 1-Todos têm direito ao trabalho; 2-O dever de trabalhar é inseparável do direito ao trabalho, exceto para aqueles que sofram diminuição de capacidade por razões de idade, doença ou invalidez; 3-Todos têm o direito de escolher livremente a profissão ou o género de trabalho, salvas as restrições legais impostas pelo interesse coletivo ou inerentes à sua própria capacidade.

<sup>806</sup> “Greve do Dia 12 Não é Geral,” Fevereiro 7, 1982 in *Três anos de intervenção/UGT* (Lisboa: UGT, 1984), 39.

<sup>807</sup> “PSD discute descalabro governamental,” *Diário de Lisboa*, Fevereiro 6, 1982, 1.

<sup>808</sup> “Soares opta de novo pelas posições AD,” *Diário de Lisboa*, Fevereiro 11, 1982, 1.

<sup>809</sup> “Aconselhando a ‘trabalhar’ amanhã. Soares opta de novo pelas posições AD,” *Diário de Lisboa*, Fevereiro 13, 1982, 10.

<sup>810</sup> “Setenave,” *Bandeira Vermelha*, Fevereiro 10, 1982, 9.

<sup>811</sup> “Sindicatos da UGT na Greve Geral,” *Diário de Lisboa*, Fevereiro 11, 1982, 1.

*Vermelha*, após duas derrotas em AGTs dos escritórios da Mitrena, a direção do sindicato da UGT decidiu convocar um referendo sobre a adesão à greve geral, no qual “foi derrotada esmagadoramente pelos trabalhadores”, tendo sido obrigada a “subscrever o pré-aviso de greve”<sup>812</sup>.

Para a CGTP, a greve “saldou-se por um grande êxito” com “mais de um milhão e meio de trabalhadores” e “uma percentagem de adesão global de 70%”<sup>813</sup>. Segundo o *Alavanca*, a maior participação deu-se no setor da metalúrgia, metalomecânica e minas (n.º trabalhadores: 250.000/Adesão: 225.000/ 90%) e no distrito de Setúbal<sup>814</sup>.

Na Setenave a adesão é de 100%<sup>815</sup>, com “mais de uma centena de trabalhadores, do piquete de greve” a concentrarem-se na portaria, impedindo os “furas” de entrar<sup>816</sup>.

A UGT emite vários comunicados, retratando o dia 12 como uma “derrota para a CGTP”: “Greve da Inter é um Fracasso! De Geral não tem Nada! É só uma Greve da Lisnave, Setenave e Pouco Mais”<sup>817</sup>.

Apesar de “centenas de milhares de contos gastos em agitação e propaganda”, “ameaças, intimidações, autênticos atos de sabotagem”, a “adesão à greve rondou os 350 000 trabalhadores”<sup>818</sup>, contando com “aqueles que na cintura industrial de Setúbal e de Lisboa estão a ser impedidos de trabalhar pelos piquetes de greve numa violação execrável da lei da greve”<sup>819</sup>.

Tratando-se de uma derrota de “todos aqueles que não têm sabido nem querido dialogar nem negociar”, logo também uma “derrota do Governo”, acentuarão a “luta para que seja institucionalizado o diálogo social alargado”<sup>820</sup>. A 18 desse mês, o Governo receberá a UGT para “reiniciar o ‘diálogo social alargado’”, no propósito de se criarem nove “comissões

---

<sup>812</sup> “Derrota da UGT nos Escritórios da Setenave,” *Bandeira Vermelha* Fevereiro 10, 1982, 4.

<sup>813</sup> “Faremos as greves gerais que forem necessárias para defender a democracia e os interesses do país,” *Diário de Lisboa*, Fevereiro 13, 1982, 1.

<sup>814</sup> “Jornada de luta sem paralelo,” *Alavanca*, Março 1982, 12.

<sup>815</sup> “Distrito de Setúbal,” *Bandeira Vermelha*, Fevereiro 19, 1982, 11.

<sup>816</sup> “Na terra e no mar Setúbal paralisou” *Avante!*, Fevereiro 15, 1982, 10.

<sup>817</sup> “Greve da Inter é um Fracasso! De Geral não tem Nada! É só uma Greve da Lisnave, Setenave e Pouco Mais,” Fevereiro 12, 1982 in *Três anos de intervenção/UGT* (Lisboa: UGT, 1984), 40.

<sup>818</sup> s.t., Fevereiro 15, 1982 in *Três anos de intervenção/UGT* (Lisboa: UGT, 1984), 41.

<sup>819</sup> “Greve foi derrota para a CGTP,” Fevereiro 12, 1982 in *Três anos de intervenção/UGT* (Lisboa: UGT, 1984), 39.

<sup>820</sup> s.t., Fevereiro 12, 1982 in *Três anos de intervenção/UGT* (Lisboa: UGT, 1984), 41.

tripartidas”<sup>821</sup>, sob iniciativa do ministro do Trabalho, Queirós Martins, no “que seria uma formulação incipiente do futuro Conselho Permanente de Concertação Social”. Porém, “não chegou, todavia, a avançar”<sup>822</sup>.

A greve foi “quente”. O ministro da Administração Interna, Ângelo Correia, denuncia um “plano insurrecional contra a democracia” organizado pelo PCP<sup>823</sup> e monta um aparato policial com a colaboração do GEO (polícia antiterrorista espanhola). Defende a sua tese, argumentando com a prisão de três indivíduos ao redor de um automóvel no Parque Eduardo VII, com apreensão de armas, material de emissão radiofónica e gravações de apoio à greve<sup>824</sup>, um pinheiro de pequeno porte usado no corte de uma via, os duros confrontos na Carris (com elementos da Comissão Executiva da UGT a protegerem a saída de autocarros conduzidos por “fura-greves”)<sup>825</sup>, e pregos numa estrada (pelo que a CGTP ironizará sobre a “inventona dos pregos”).

Para o *Diário de Lisboa*, “Lisboa eram duas cidades”: Na “‘baixa’ e nas zonas altas, imperava a AD”, a “Lisboa dos bancos, do comércio, dos serviços”. Já na “zona ribeirinha, e sobretudo de Santa Apolónia em direção a Sacavém, outro galo cantava”<sup>826</sup>. Registam-se várias cargas policiais sobre concentrações de trabalhadores<sup>827</sup>, uma delas no Rossio, não poupando jornalistas<sup>828</sup>.

Apesar da greve geral, na Setenave os salários continuam a ser pagos com atraso. Segundo relata um membro da CTS, Cipriano Pisco: “O salário de dezembro recebemo-lo por volta de 15 de janeiro; o mês de janeiro, em 19 de fevereiro, e o de fevereiro ainda não foi recebido”<sup>829</sup>.

---

<sup>821</sup> Salários; Rendimento e Preços; Trabalho; Saúde; Segurança Social; Transportes e Habitação; Exportação e Indústria; Agricultura, Comércio e Salário Mínimo.

<sup>822</sup> José Brandão de Brito e Cristina Rodrigues, 317.

<sup>823</sup> Ibid., 316.

<sup>824</sup> O juiz do 1.º Juízo de Instrução Criminal de Lisboa não deu como indiciadas acusações de crimes de rebelião e contra a segurança do Estado, somente crime de posse de armas ilegais de guerra. In Sílvia Correia e José Nuno Matos, “1982: da greve geral à madrugada sangrenta,” in Sílvia Correia e José Nuno Matos, 85.

<sup>825</sup> Miguel Pérez, “1982: ‘Entraram como cowboys no far-west’”, *Esquerda.net*, acesso a Setembro 23, 2015, <http://www.esquerda.net/artigo/1%C2%BA-maio-1982-entraram-na-cidade-como-cowboys-no-far-west/22966>

<sup>826</sup> “Do folclore da Baixa à Marvila dos operários,” *Diário de Lisboa*, Fevereiro 13, 1982, 4.

<sup>827</sup> Sílvia Correia e José Nuno Matos, 84.

<sup>828</sup> “Polícia ataca no Rossio,” *Diário de Lisboa*, Fevereiro 13, 1982, 5.

<sup>829</sup> “Operários da Setenave defendem nacionalização exigindo salários em atraso,” *Bandeira Vermelha*, Março 18, 1982, 12.



A 6 de março realizam-se, sob convocação da CGTP, 23 manifestações e concentrações em 14 distritos do continente contra a AD<sup>830</sup>. No desfile de Lisboa, do Martim Moniz à Alameda, abria o cortejo um grande pano que dizia “Viva a Greve Geral”, e os trabalhadores exibiam cartazes com os números da adesão à greve nos seus setores<sup>831</sup>. Segundo Káldas Barreto (CGTP), apesar da “inventona do patético ministro Ângelo Correia, somos pacíficos mas somos revolucionários” e caso seja “necessário outra greve geral”, a mesma “far-se-á”<sup>832</sup>.

A Intersindical impulsiona uma Marcha contra o Desemprego, que começa no dia 28 de março. Desembocará em Lisboa no dia 3 de abril, com 1200 participantes da zona norte e 1500 da zona sul, juntando-se mais uns milhares na capital, seguindo-se um comício no Rossio<sup>833</sup>.

Em entrevista ao *Informação Setenave*, o Eng.º Fernandes Marques nega que algum membro da Administração tenha estado demissionário, e desmente a hipótese de encerramento do estaleiro, “pois não seria lógico que o Governo tendo essa intenção viesse a conceder a verba que permitiu regularizar o pagamento dos salários”<sup>834</sup>.

Se para a CGTP a prioridade passava pelo derrube da AD e a preservação da Constituição, já para a CIP o “modelo coletivista e marxista imposto aos Portugueses após a revolução” é a “causa principal de todos os males de que padece Portugal”, pois a revolução do 25 de Abril “apenas tinha por objetivo o aniquilamento dos mais capazes e a entrega de vastos territórios ao imperialismo comunista”, criando “uma nova classe, parasitária, que enriquece à custa da Nação”.

A “legislação revolucionária” legitimaria a “manutenção de absentismos intoleráveis nas empresas, a proteção dos menos capazes e dos agitadores, a explosão de greves políticas” e “reivindicações absurdas” que visariam, quebrando a produtividade, “acelerar o caminho para a

---

<sup>830</sup> “Manifestações e concentrações contra a política do governo,” *Cronologia, Fundação Mário Soares*, acesso a Março 23, 2015, <http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=038100>

<sup>831</sup> Era uma forma de protesto contra o secretário de Estado Marcelo Rebelo de Sousa, com números da greve diferentes dos da CGTP, e o presidente do Conselho da Administração da RTP, Proença de Carvalho, por uma cobertura noticiosa considerada parcial. In “Álvaro Cunhal ontem em Alcochete: São os trabalhadores, a CGTP-In e o PCP que podem legitimamente falar na derrota do governo AD com a greve geral de 12 de fevereiro,” *Avante!*, fevereiro 12, 1982, 12.

<sup>832</sup> “CGTP reafirma a urgência de uma alternativa real à política da AD,” *Diário de Lisboa*, Março 8, 1982, 9.

<sup>833</sup> “Milhares de pessoas manifestaram no Rossio o seu protesto contra a política laboral do Governo AD,” *Diário de Lisboa*, Abril 5, 1982, 13.

<sup>834</sup> “O nosso futuro depende de nós próprios,” *Informação Setenave*, Abril 6, 1982.

ruína, pois sobre o caos se pretende construir melhor o socialismo da miséria e a liberdade polaca ou soviética”.

A confederação patronal vai adotando também um discurso cada vez mais crítico face à entrada na CEE, disputando com o PCP o terreno da representação dos “verdadeiros interesses nacionais”. Entende não ter “outra alternativa, hoje, do que opor-se, por todos os meios ao seu alcance, à sua concretização nos termos em que está a processar-se” manifestando “oposição à integração em condições de inferioridade”<sup>835</sup>.

Mas em vez de se colocar na *defensiva*, demonstra insatisfação com o *statu quo*, a Constituição, a legislação, o regime não lhe agradam. É a *vanguarda* da *ofensiva* política e programática contra as “conquistas irreversíveis”, tem um *projeto histórico*, e acumula *audácia* e *força* para o *concretizar*.

As comemorações do 25 de Abril decorrem sob o signo da unidade. O *Diário de Lisboa* faz manchete com “Governo AD conseguiu aproximar os que em maio de 75 se afastaram”. No comício de encerramento, Manuel Alegre expressa o desejo de transformar a “jornada inesquecível” num “ponto de partida para uma nova fase das relações entre as forças da esquerda”, e para Vasco Lourenço “é imperioso que os democratas saibam encontrar uma plataforma de convergência que se constitua alternativa a uma situação que está ameaçando abril”<sup>836</sup>.

Não obstante, o que abril uniu maio iria de novo desunir numa madrugada sangrenta.

A UGT tinha pedido ao governador civil do Porto, a 27 de abril de 1981, o espaço da Praça da República para celebração do 1.º de Maio de 1982. Tratava-se precisamente do local onde a CGTP habitualmente realizava as suas comemorações, tendo esta central por costume fazer a solicitação pouco depois do 1.º maio anterior, neste caso o de 1981.

Na noite de 30 de abril, as duas centrais começam a ocupar o mesmo espaço, a UGT na parte alta (junto aos Paços do Concelho) e a CGTP no lado sul, estabelecendo a polícia um cordão de segurança entre os dois lados.

---

<sup>835</sup> “CIP diz «Não a projecto europeu em condições de inferioridade»,” *Indústria em Revista*, Abril 1982, 15.

<sup>836</sup> “25 de Abril decorreu sob o signo da unidade,” *Diário de Lisboa*, Abril 26, 1982, 1.

Dois pelotões da polícia de choque e da polícia de intervenção de Lisboa<sup>837</sup> que, sob ordens do ministro da Administração Interna Ângelo Correia se tinham deslocado ao Porto, efetuam uma carga pelas 23.30, na qual falecem Pedro Vieira (24 anos, operário têxtil) e Mário Gonçalves (17 anos, vendedor ambulante). Mais seis pessoas são atingidas a tiro, além de outros 55 feridos<sup>838</sup>.

Jornalistas presentes relatam episódios de extrema violência. Segundo Carlos Magno (RDP Porto): “À minha frente, um jovem caído no chão foi espancado, eram duas horas, por seis polícias ao mesmo tempo”<sup>839</sup>. De acordo com José Queirós (Expresso), “Os polícias vindos de Lisboa carregaram indiscriminadamente”; “dispararam à queima-roupa, feriram e mataram”. Agiram “com recurso a meios inteiramente desproporcionados” numa “vasta exibição de violência repressiva e gratuita, em que os muitos atos de selvajaria contra gente indefesa e inadvertida marcaram o tom geral de uma operação policial”<sup>840</sup>.

A UGT mantém o seu programa de variedades no dia seguinte e “responsabiliza totalmente” a CGTP-Intersindical por “utilizarem trabalhadores como ‘carne para canhão’, incitando-os a boicotarem uma realização devidamente organizada”<sup>841</sup>. O *Livro Branco do 1.º de Maio*, publicado pela CGTP, acusa a UGT de manter ligação telefónica direta às forças repressivas, através de um dirigente sindical<sup>842</sup>.

A 5 de maio realizam-se no Porto os funerais dos dois jovens assassinados, com a participação de dezenas de milhares de trabalhadores e populares e representações dos militares de abril e das direções do PCP e do PS<sup>843</sup>.

Em consequência, a CGTP convoca nova greve geral para 11 de maio. Segundo o *Alavanca*, nas grandes empresas a percentagem de adesão global foi de 85%, com 100% na Setenave, Lisnave e Fisipe, 99,9% na Covina, 98,6% na Siderurgia Nacional.<sup>844</sup>

---

<sup>837</sup> A CGTP irá acusar o Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Marcelo Rebelo de Sousa, de no dia 6 de Março ter afirmado textualmente em entrevista à RDP que “o Corpo de Intervenção da PSP não interveio no Porto na madrugada do 1º de Maio” In Grupo de Trabalho da USP/CGTP-IN, *Livro Branco do 1º de Maio* (Lisboa: Página a Página, 2012), 102.

<sup>838</sup> Ibid., 59-60.

<sup>839</sup> Ibid., 56.

<sup>840</sup> Ibid., 58.

<sup>841</sup> “CGTP Provoca Luto no 1º de Maio,” Maio 3, 1982 in *Três anos de intervenção/UGT* (Lisboa: UGT, 1984), 46.

<sup>842</sup> Grupo de Trabalho da USP/CGTP-IN, 16.

<sup>843</sup> José Cartaxo, org., *CGTP-IN: 40 anos de luta com os trabalhadores (1970-2010)* (Lisboa: Edição CGTP-IN, IBJC, 2011), 33.

Segundo a UGT, a CGTP “falha nova greve ‘geral’”. Ao contrário de 12 de fevereiro, “em que tentou parar o País dispersando a sua ação por todo o território nacional”, desta feita o secretariado da Inter “concentrou todas as suas forças em Lisboa e Setúbal e no setor dos transportes”<sup>845</sup>. Contudo, os “comboios e o metro circularam, ao contrário do que havia acontecido na anterior pretensa greve geral.”<sup>846</sup>

De acordo com o *Bandeira Vermelha*, na Setenave “formou-se um poderoso piquete de greve que tomou a decisão de impedir por completo a entrada de quaisquer furas”, sendo que os “20 ou 30” elementos que “pretenderam entrar ficaram à porta”, a cujos “pés caíam, de vez em quando, moedas de cinco tostões atiradas com evidente sentido crítico pelos operários grevistas...”

Contudo, a Administração convocou o Comité de Greve para uma reunião, fazendo a “chantagem” de que “ou o piquete deixava entrar os furas, ou haveria processos disciplinares”. “Revoltados, mas submissos”, os militantes do PCP acederam. Os “14 furas” que restavam entraram e saíram em poucos minutos, ficando clara a manobra dos administradores: “queriam apenas fazer vergar a cabeça dos trabalhadores e testar a moleza dos dirigentes do PCP”, que fizeram (na opinião do PCP (R)), uma “traição vergonhosa”<sup>847</sup>.

O papa João Paulo II aterra em Lisboa no dia seguinte à segunda greve geral. No Porto, dezasseis dias após a “madrugada sangrenta”, discursa para os fiéis, para “honrar e celebrar o trabalho” e sustenta que “sem capital não há trabalho”.

Para Karol Wojtyla, os “detentores ou fornecedores de capital” realizam “uma grande obra em prol do bem comum, merecendo o respeito e a consideração de todos ao abrir novas frentes de trabalho e possibilitando empregos”; assim sendo, “à luz deste bem comum se deve julgar da oportunidade e justiça de certas formas reivindicativas que parecendo defender os legítimos interesses dos trabalhadores causam por vezes graves danos a toda a comunidade”. Por conseguinte: “Não é justo e não é cristão que uma classe, devido a maiores possibilidades de

---

<sup>844</sup> “Uma poderosa afirmação da capacidade do movimento sindical e da consciência política dos trabalhadores,” *Alavanca*, Abril/Maio 1982, 6.

<sup>845</sup> Atente-se que *O Militante* de junho de 1982 informa que nas quatro maiores empresas do distrito de Setúbal (Lisnave, Quimigal, Setenave e Siderurgia), empregando 25 802 trabalhadores, o “Partido tem quatro células com um conjunto de 4314 camaradas (16,7% do total dos trabalhadores)” in “Plenário de Quadros da ORS,” *O Militante*, julho 1982, 22.

<sup>846</sup> “CGTP falha nova greve “geral”,” Maio 11, 1982 in *Três anos de intervenção/UGT* (Lisboa: UGT, 1984), 47.

<sup>847</sup> “Traições que se pagam caras (PCP deixa entrar furas),” *Bandeira Vermelha*, maio 13, 1982, 4.

pressão, oferecidas quer pela posição que ocupa no contexto social, quer pela força combativa de que conseguiu munir-se, prevaleça sobre as demais, menosprezando os legítimos direitos de outrem”<sup>848</sup>.

Na revista da CIP, um artigo elogioso do vigário de Cristo, “A Mensagem da Paz”, considera que “não será estranho à visita do papa o esvaziamento total da ‘greve Geral’”, pois a “tensão social foi quebrada pela presença e pela mensagem do Santo Padre”<sup>849</sup>.

Apesar do forte peso da Igreja Católica na sociedade portuguesa, um projeto político baseado na democracia cristã, com organicidade laboral, não medrará. A Federação dos Trabalhadores Democratas-Cristãos (FDTC) será uma corrente muito minoritária dentro da UGT. E a futura breve direção do CDS pelo “cardeal” Adriano Moreira e o “projeto de um partido dos pobres” não ganha espaço numa direita económica e politicamente mais interessada num direcionamento e transformação *efetivamente liberalizante* da sociedade portuguesa.

## **A revisão das “conquistas irreversíveis” e a constituição de uma nova “regra do jogo”.**

Em resposta à proposta do Governo AD de constituição de uma comissão tripartida (com representantes dos trabalhadores, patronato e executivo), a CGTP envia uma carta ao primeiro-ministro. Afirma que “não se opõe à participação em órgãos ou consultas de caráter tripartido, na condição de serem respeitados e não descaracterizados direitos que a Constituição da República e as leis reconhecem exclusivamente aos trabalhadores”, nomeadamente participação na elaboração de legislação do trabalho. Solicita esclarecimentos sobre as características da comissão, criticando limitações à contratação coletiva e considerando que a prática do Governo “desmente formal e inequivocamente os apregoados propósitos de paz social, consensos e normalidade democrática”<sup>850</sup>.

---

<sup>848</sup> “Porto: o maior ‘comício’ de sempre para pôr água na fervura,” *Diário de Lisboa*, maio 17, 1982, 12.

<sup>849</sup> Duarte Ivo Cruz, “A Mensagem da Paz,” *Indústria em Revista*, julho 1982, 15.

<sup>850</sup> “CGTP-IN faz depender participação em Comissão Tripartida do respeito por direitos consagrados,” *O Diário*, maio 31, 1982, 8.

Segundo a UGT, “CIP e CGTP não querem tripartismo”. Referindo-se à carta da Intersindical, que tinha sido divulgada pelo jornal *O Diário*, afirma o seu “espanto, quando verificámos que as condições impostas pela CGTP para a sua participação são rigorosamente coincidentes com as que, desde a primeira hora, a UGT vinha reivindicando”, ficando “demonstrada” a “incoerência da Intersindical que, exigindo demagógica e contundentemente a queda deste Governo (cuja política atual a UGT considera inaceitável), se propõe negociar com ele, no âmbito e dentro dos princípios avançados por esta União Geral de Trabalhadores”<sup>851</sup>.

Segundo o coordenador do gabinete jurídico da Intersindical, Barros Moura, a proposta de uma comissão consultiva nacional (tripartida) foi “abandonada discretamente logo que a CGTP-IN anunciou que aceitava integrar a comissão”<sup>852</sup>.

A revista *Negócios* de maio de 1982 promove uma entrevista coletiva a dirigentes da indústria naval, entre os quais António Costa Leal (ex-presidente da Setenave e, na altura, diretor da Lisnave), Eng.º Fernando Coutinho (administrador da Setenave) e Carlos Pimpão (Eng.º naval e diretor de produção dos ENVC).

Para Costa Leal verifica-se uma “crise estrutural” do setor, causada pela “crise do petróleo”, o alargamento do canal do Suez, “pondo de parte totalmente a rota do cabo e dando uma machadada nos VLCC e nos ULCC”, e uma “maior utilização dos oleodutos”. Na Europa Ocidental, os estaleiros “estão quase todos nacionalizados, subsistindo graças a apoios estatais”, os de construção “deixaram de ter navios para construir e passaram a dedicar-se a grandes conversões”, posteriormente “foram fazer grandes reparações e hoje já fazem concorrência aos outros estaleiros até nas pequenas reparações”, regra geral, “com preços muito abaixo dos de reparação, muitas vezes até abaixo do custo, para não mandarem o seu pessoal para o desemprego”. Em Portugal, “apesar de escassez de navios para a marinha mercante e de pesca, e da nacionalização, não existe plano, um centro de projetos nacional”<sup>853</sup>.

Segundo Carlos Pimpão, a “construção naval em Portugal não se justifica por si só, mas unicamente por motivos nacionais e pela capacidade de arrastamento em relação a indústrias subsidiárias que deveriam existir”, assegurando-se “independência nacional nos transportes de

---

<sup>851</sup> “CIP e CGTP não querem tripartismo,” Maio 31, 1982, in *Três anos de intervenção/UGT* (Lisboa: UGT, 1984), 49.

<sup>852</sup> José Barros Moura, “O «pacto social» necessário e possível,” *Expresso*, junho 4, 1982, 8.

<sup>853</sup> “Indústria naval: que futuro?,” 34-35.

mercadorias”<sup>854</sup>. Portugal “tem muito onde ocupar a Setenave”, pois não existem estaleiros “dimensionados para a construção de navios de 30 a 100 mil toneladas, porque Viana não os faz e a Setenave pode fazê-los embora com uma rentabilidade discutível” e “temos as centrais de carvão para arrancar e neste momento não há navios para transportar esse carvão para Portugal”.

Já para Fernando Coutinho, “à medida que a crise progride, o poder competitivo das empresas da indústria naval, no que diz respeito ao custo da sua mão de obra, é infelizmente cada vez maior. Nesse sentido podemos dizer que, em certa medida, a própria crise nos está a favorecer”<sup>855</sup>.

O vice-presidente da CIP, João Montoya, participa num painel do Curso de Defesa Nacional de 1982 com a comunicação “As relações sócio-laborais no mundo do trabalho numa perspetiva das associações patronais”, debruçando-se sobre o “necessário diálogo tripartido”, conforme a OIT e “prática tradicional” entre os “futuros parceiros na CEE”<sup>856</sup>. Considera que após a “reforma da legislação laboral e ultrapassada a fase da revisão constitucional” será necessário edificar uma “estrutura de diálogo permanente e de cooperação entre o Estado e os parceiros sociais”, a “sede ideal de trabalho para a elaboração de um futuro PACTO SOCIAL TRIPARTIDO”, lançando-se as “bases para um futuro Conselho Económico e Social”<sup>857</sup>.

A revisão constitucional abre brechas no PS, com o grupo do ex-secretariado a entender que o acordo de Soares com a AD viola os compromissos assumidos com Eanes: “Como o Governo deixa de ser responsável politicamente perante o PR, o acordo não foi respeitado”<sup>858</sup>, argumenta Zenha. Na sequência de um apelo do PCP a um voto dos deputados socialistas contrário à revisão<sup>859</sup>, o PS suspende todas as relações políticas com este a 2 junho<sup>860</sup>.

Convocados pela CGTP-IN, a 23 junho milhares de trabalhadores das empresas dos distritos de Lisboa e Setúbal manifestam-se em S. Bento denunciando a “tentativa do Governo AD de entregar a Setenave à iniciativa privada” após a “revisão constitucional”<sup>861</sup>.

---

<sup>854</sup> Ibid., 39.

<sup>855</sup> Ibid., 45.

<sup>856</sup> “João Montoya no IDN. Diálogo e cooperação entre os parceiros sociais são a única alternativa,” *Indústria em Revista*, junho, 1982, 57.

<sup>857</sup> Ibid., 59.

<sup>858</sup> “Zenha acusa revisão por violar acordo com PR,” *Diário de Lisboa*, maio 31, 1982.

<sup>859</sup> “Perda de poderes de Eanes não seria compensada por ‘partido de Eanes’,” *Diário de Lisboa*, junho 2, 1982, 7.

<sup>860</sup> “Suspensas as relações com o PCP, pedida a demissão do governo,” *Diário de Lisboa*, junho 3, 1982, 7.

<sup>861</sup> “Indústria naval manifestou-se contra a destruição do sector,” *Diário de Lisboa*, junho 24, 12.

A 8 de julho, um despacho interministerial nomeia uma Comissão Negociadora para cessão da exploração da Setenave. Quatro condições deveriam reger o contrato: a administração da Setenave supervisionaria o “estrito cumprimento do mesmo”; o vencedor “terá plena autonomia na gestão”, mas com “um relacionamento bem definido com a administração da Setenave”; os “acordos laborais existentes à data de celebração do contrato devem ser respeitados”; e “toda a matéria conflitual” que eventualmente surja será “dirimida nos tribunais portugueses e com recurso à Câmara Internacional de Comércio, em Paris”<sup>862</sup>.

No plenário da AR, a 14 de julho, aprova-se a extinção do Conselho da Revolução<sup>863</sup>. Este discorda da forma e do “vazio” criado com a medida, antes da instituição do Tribunal Constitucional<sup>864</sup>, caracterizado pelo conselheiro Sousa e Castro como “um órgão eminentemente corporativo”, que “nem Salazar ousaria, tão frontalmente, constituir”<sup>865</sup>. Em contraste, o entusiasta CDS refere-se a uma “soberania plena” com “libertação da sociedade civil da tutela militar”<sup>866</sup>.

No dia seguinte, realiza-se uma manifestação em frente do parlamento, exigindo-se a dissolução da AR, realização de eleições e demissão do Governo<sup>867</sup>. No mesmo dia, em AGT da Setenave, aprova-se por “unanimidade a condenação da atual administração”<sup>868</sup>.

A culminar a semana de luta do setor da indústria naval, iniciada a 12 de julho, ocorre a 16 desse mês uma greve geral simultânea em dez empresas do setor durante a parte da tarde e a entrega de assinaturas ao Presidente da República<sup>869</sup>.

A UGT “repudia veementemente” as afirmações do vice-primeiro-ministro, Freitas do Amaral, “segundo as quais o Governo vai encerrar as Empresas Nacionalizadas que estejam a dar prejuízo, quando estiver consumado o processo de revisão constitucional”, pois “alia-se objetivamente ao PCP na tentativa de que os trabalhadores portugueses encarem com

---

<sup>862</sup> Teresa Rosa et al, “O Estado e o Patronato na Industria Naval,” (trabalho de investigação realizado no ISCTE, s.d.), policopiado, 112.

<sup>863</sup> “Cronologia 1982,” Maio 23, 1983, *Negócios*, 19.

<sup>864</sup> “CR extinto no parlamento sem normas de transição,” *Diário de Lisboa*, julho 15, 1982, 7.

<sup>865</sup> “Nem Salazar ousaria constituir um órgão como o Tribunal Constitucional,” *Diário de Lisboa*, julho 19, 1982, 4.

<sup>866</sup> “O Conselho da Revolução e o conselheiro Freitas do Amaral,” *Diário de Lisboa*, julho 17, 1982, 3.

<sup>867</sup> “Nunca depois de Abril se viveu tão mal neste país,” *Diário de Lisboa*, julho 16, 1982, 6.

<sup>868</sup> “A defesa da Constituição está nas nossas mãos,” *Bandeira Vermelha*, julho 22, 1982, 6.

<sup>869</sup> “Cerca de 200 mil estiveram em greve,” *Diário de Lisboa*, outubro 7, 1982, 17.



desconfiança o processo de revisão constitucional”. Afirmar que “lutará” de modo a que “o regime saído do 25 de Abril não seja atraído”<sup>870</sup>.

Em agosto, o Governo publica em diversos jornais nacionais e estrangeiros um anúncio de cessação da exploração da Setenave. Os ORTs retorquem “publicando em diversos jornais, com conhecimento a embaixadas portuguesas no estrangeiro, um anúncio em que dizem NÃO à entrega da Setenave e se afirma de novo a determinação de dinamizar a Setenave na perspetiva de empresa nacionalizada”<sup>871</sup>.

Nenhuma das três propostas (Aker, norueguesa, Burmeister, dinamarquesa, e Lisnave) obterá sucesso, mas é sob este pano de fundo que se desenrolam as movimentações laborais até à derrota do Governo.

A AR aprova a revisão constitucional a 12 de agosto, com votos contra de PCP e UDP e abstenção do MDP/CDE, sendo a Constituição revista promulgada pelo Presidente da República a 24 de setembro<sup>872</sup>.

Segundo análise do constitucionalista Jorge Miranda<sup>873</sup>, tratou-se de uma “revisão bastante extensa”, mantendo-se, “seja qual for o significado que se atribua ao facto – o artigo 290.º, sobre limites materiais”.

Extingue-se o Conselho da Revolução e inclui-se a “menção do Estado de Direito Democrático”. A expressão “mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras” é abandonada por “mediante a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa”, consagrando-se o “direito das comissões de trabalhadores de gerir ou participar na gestão das obras sociais da empresa e de promover a eleição de representantes para os órgãos sociais de empresas pertencentes a entidades públicas (art.º 55, alíneas e) e f)”.

Coloca-se a “iniciativa privada, a par da iniciativa cooperativa e da autogestionária, na parte I, no catálogo de direitos fundamentais (art.º 61), e não apenas na parte II”, reformulam-se

---

<sup>870</sup> “Contestado Encerramento de Empresas Nacionalizadas,” Julho 19, 1982, in *Três anos de intervenção/UGT* (Lisboa: UGT, 1984), 54.

<sup>871</sup> CCCTIN, 7º Encontro da Indústria Naval (Lisboa: 6 Novembro 1982, CCCTIN), 50.

<sup>872</sup> “Lei da Revisão Constitucional,” *Cronologia, Fundação Mário Soares*, acesso a setembro 23, 2015, <http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=038127>

<sup>873</sup> Da qual selecionaremos as partes de maior relevo para a tese.

os “princípios fundamentais da organização económica (art.º 80), incluindo o da coexistência dos diversos setores de propriedade dos meios de produção, pública, privada e cooperativa, sem adstrição à “fase de transição para o socialismo” (art.º 89, n.º 1)”, verifica-se uma “definição positiva do setor privado (art.º 89.º, n.º 3)”, e elimina-se a referência à “predominância tendencial da propriedade social (art.º 90.º, n.º 1)”<sup>874</sup>.

## O “Plano Mello”.

A 23 de agosto, José de Mello, pela Lisnave, dirige ao primeiro-ministro Balsemão um “Plano Geral de Revitalização do Setor”, documento que acabaria por ser divulgado na comunicação social, pretendendo uma “modificação estrutural na própria conceção da indústria naval portuguesa”<sup>875</sup>. Defende uma “política adequada de licenciamento do pessoal”, com um “esquema a estudar de reforma antecipada”, aplicável às empresas do setor em crise, na Parry & Son, cerca de 400 pessoas, na Lisnave, 2500, na Setenave, alguns milhares.

Solicita “a cessão de exploração da Setenave” e reclama um conjunto de medidas, entre as quais: legislação que permita a mobilização de títulos de indemnização, ao valor nominal, para efeitos de aumento de capital; transformação de dívidas a curto prazo em dívidas a médio e longo prazo, com concessão de um prazo de graça na sua amortização e de um subsídio na fixação das respetivas taxas de juro; desburocratizar a aplicação de condições de crédito às reparações navais; restabelecimento do regime de isenção fiscal; um subsídio anual ao Centro de Formação da Lisnave<sup>876</sup>.

Após uma ordem de serviço com “medidas que visam retirar regalias sociais e aumentar espetacularmente o preço das refeições”<sup>877</sup>, milhares de trabalhadores da Lisnave concentram-se

---

<sup>874</sup> Jorge Miranda, “A revisão constitucional,” *Negócios*, maio 23, 1983, 72-77.

<sup>875</sup> Paulo Oliveira e Paulo Fernandes, “A década de 80: crise e recuperação,” in *Lisnave, Contributos para a história da indústria naval em Portugal*, coord. Miguel Figueira de Faria (Lisboa: Edições INAPA, 2011), 306.

<sup>876</sup> “AD/Mello querem despedir milhares de trabalhadores,” *Pórtico*, setembro 17, 1982.

<sup>877</sup> “Ocupação da Lisnave foi resposta justa à administração,” *Bandeira Vermelha*, setembro 23, 1982, 12.

na portaria do estaleiro a 17 de setembro. O administrador e três diretores são retidos no interior das instalações<sup>878</sup>.

Os trabalhadores da Lisnave, Setenave e Parry & Son reúnem-se em plenário a 22 de setembro, no Pavilhão dos Desportos, sob o mote “AD/Mello querem despedir milhares de trabalhadores”. Na resolução aprovada responsabiliza-se o Governo AD pela degradação económica e social destas empresas e exige-se a demissão da administração da Setenave e do presidente do conselho administrativo da Lisnave.

Após o encontro, cerca de 8000 trabalhadores deslocam-se com o seu equipamento de trabalho (fato-macaco, capacete e botas de biqueira de aço) ao Terreiro do Paço para entregar ao ministro das Finanças o conjunto das medidas aprovadas<sup>879</sup>.

Siderurgia Nacional, Lisnave e Setenave paralisam a 7 de outubro. O *Correio da Manhã* faz manchete com: “Volta Gonçalvismo à ‘cintura’”<sup>880</sup>. Na Margueira, após uma AGT, os trabalhadores decidem “impedir a entrada dos administradores e diretores nos estaleiros”, encontrando-se já dentro das instalações três diretores que, convidados a retirar-se no prazo de 30 minutos, não o acatam, ficando retidos após ter sido “decidido impedir a sua saída”<sup>881</sup>.

Na Setenave, das 8.30 às 12 horas, os trabalhadores “efetuaram um plenário e concentraram-se junto aos portões da empresa, tendo igualmente impedido a entrada da administração nos estaleiros”. De acordo com a CTS, a luta é “pelo pagamento pontual dos salários e dos retroativos em atraso, contra a escalada de processos disciplinares, que nos últimos 30 dias aumentaram em algumas dezenas, e contra a entrega da Setenave ao capital privado”, pretendendo-se também a “demissão do Governo e da administração da empresa”<sup>882</sup>.

---

<sup>878</sup> Ângela Luzia, Joana Esteves, e Maria José E. Esteves, *Na rota do progresso: a indústria naval em Almada*, (Almada: Câmara Municipal de Almada, 2012), 73.

<sup>879</sup> Miguel Moisés, “Setenave e Lisnave, Duas empresas no contexto da indústria naval portuguesa e no mundo” (cadeira de Licenciatura Departamento de Gestão, Universidade Lusíada, 1997), 126.

<sup>880</sup> “Volta Gonçalvismo à ‘cintura’,” *Correio da Manhã*, outubro 8, 1982, 1.

<sup>881</sup> “Directores retidos na Lisnave,” *Diário de Lisboa*, outubro 7, 1982, 1.

<sup>882</sup> “Trabalhadores das empresas navais e da Siderurgia paralisaram ontem em defesa do sector nacionalizado,” *Diário de Lisboa*, outubro 8, 1982, 10.

Numa jornada de luta do setor público, nacionalizado e participado, convocada pela CGTP para 14 de outubro, participam cerca de 50 empresas públicas em vários setores de atividade, com mais de 250 000 trabalhadores. Na Setenave a adesão é de 100%<sup>883</sup>.

A Associação 25 de Abril é legalizada a 21 de outubro<sup>884</sup>. São membros fundadores os conselheiros da revolução, que na sua última declaração oficial criticam a revisão constitucional, a Lei de Defesa Nacional (LDN), por “tentativa de imposição” de um “‘complexo político-militar’ que poderá vir a resultar da aliança entre setores militaristas das Forças Armadas” e “os grupos mais retrógrados da sociedade portuguesa”, e o Tribunal Constitucional, porque “abre a porta à politização e partidarização do órgão encarregado da fiscalização da constitucionalidade das leis”. Demonstram ainda “inquietação” pela “persistente ação de grupos de influência político-económicos no sentido de restaurar a antiga ordem económico-social”<sup>885</sup>.

A revisão constitucional entra em vigor a 30 outubro<sup>886</sup> e, a 5 de novembro, Eanes faz uma comunicação ao país, criticando o modo como a mesma se processou, a limitação dos poderes presidenciais, nomeadamente o de dissolução do parlamento “salvo risco de regular funcionamento das instituições democráticas”, pelo que “não venham, neste momento, os que foram responsáveis pela revisão constitucional reclamar a demissão do Governo”. Deixa em aberto a possibilidade de criação de um novo partido e assegura a manutenção da AD no Governo<sup>887</sup>. A LDN será vetada por Eanes a 20 de novembro<sup>888</sup>, mas sete dias depois o parlamento confirma-a por maioria de dois terços<sup>889</sup>.

Para o PS, o Presidente da República, que “abriu o caminho à direita, parece agora apostado, em contradição com as expectativas de quem o elegeu, em impedir a afirmação de uma alternativa de esquerda democrática”. Critica Eanes por “não ter a coragem política de demitir o Governo nem de dissolver a AR, quando reconhece expressamente na sua comunicação que dispunha e continua a dispor de tais poderes”. Segundo o PCP, o discurso “ilude as expectativas” de “dissolução da AR, formação de um Governo de gestão e a realização de eleições legislativas

---

<sup>883</sup> “Uma resposta dos trabalhadores que ultrapassou todas as previsões,” *Diário de Lisboa*, outubro 15, 1982, 10.

<sup>884</sup> “Cronologia 1982,” 21.

<sup>885</sup> “Declaração do Conselho da Revolução, Avanço do modelo autoritário cava fosso entre ideais de Abril e a prática governativa,” *Diário de Lisboa*, outubro 30, 1982, 3.

<sup>886</sup> “Cronologia 1982,” 21.

<sup>887</sup> “Novas realidades políticas surgirão...,” *Diário de Lisboa*, novembro 6, 1982, 4.

<sup>888</sup> “Ramalho Eanes veta a Lei de Defesa Nacional,” *Cronologia, Fundação Mário Soares*, acesso a setembro 21, 2015, <http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=038137>

<sup>889</sup> “Cronologia 1982,” 23.

antecipadas”. Já Nascimento Rodrigues (PSD) considera o discurso “ofensivo para o parlamento”<sup>890</sup>.

## **7.º Encontro da Indústria Naval.**

O 7.º Encontro da Indústria Naval, promovido pela CCCT-IN, tem lugar a 6 de novembro no Pavilhão dos Desportos. O documento aprovado atribui à IN um papel fundamental na economia, pelo número de trabalhadores diretos, a riqueza criada (“um VAB de aproximadamente 12 milhões de contos em 1980”) e volume de divisas que entram no País.

A Lisnave e a Setenave estavam entre as treze maiores empresas em função do VAB em 1980, sendo a Lisnave e a Setenave, respetivamente, a terceira e nona maiores vendedoras de bens de serviços ao exterior. No setor da metalomecânica, cinco empresas (Lisnave, Setenave, ENVC, Parry & Son e Estaleiros de S. Jacinto) encontram-se entre as 25 maiores em função do VAB, ocupando a Lisnave e a Setenave a segunda e a terceira posição, respetivamente.

As grandes empresas do setor “não resultam de um desenvolvimento racional da economia nacional”, mas antes da iniciativa de grupos multinacionais, associados aos Mello, estando integradas na “lógica da deslocação para a periferia do mundo capitalista das indústrias que, utilizando mão de obra com alguma intensidade, procuram nos países onde se instalam mão de obra barata, vantagens fiscais e outros benefícios”. Assim se explica a “fraca instalação de indústrias subsidiárias a montante”, tendo sido a Setenave e a Lisnave “projetadas para construir e reparar navios de grande porte, com o objetivo de obtenção de lucro fácil”<sup>891</sup>.

Na Setenave, verifica-se uma “inadequada política de financiamento” resultante da “ausência de uma política financeira e de subsídios à construção naval por parte do Governo”, traduzindo-se no “aumento das dificuldades de acesso ao crédito bancário a médio e a longo

---

<sup>890</sup> “Reacções divergentes ao discurso presidencial,” *Diário de Lisboa*, novembro 6, 1982, 5.

<sup>891</sup> CCCTIN, *7º Encontro da Indústria Naval*, 15.

prazo”<sup>892</sup>, na “diminuição de subsídios à construção naval”<sup>893</sup> e em “baixa participação dos adiantamentos de clientes em relação às obras em curso”<sup>894</sup>.

Deste modo, como a empresa “não tem capacidade de gerar os meios necessários à sua manutenção e expansão”, criam-se “dificuldades permanentes de tesouraria”, que obrigam ao “aumento do recurso ao crédito bancário a curto prazo”, com “consequente aumento dos encargos financeiros”. Cria-se, assim, um “autêntico ciclo vicioso”, com “recurso cada vez maior ao crédito a curto prazo” até à “situação de estrangulamento financeiro”, na “total dependência dos capitais alheios”<sup>895</sup>.

Na frota de comércio<sup>896</sup>, cerca de 50% dos navios “tem idade superior a 15 anos e só cerca de 25% tem idade inferior a 10 anos”. O comércio externo (à exceção do petróleo) é “transportado em percentagens bastante reduzidas pelo armamento nacional (10%)”, em comparação com “países desenvolvidos da Europa Capitalista”.

A degradação da frota nacional espelha-se no “elevado número de abates de navios concretizados nos últimos anos (122 navios abatidos de 1974 a 1981)” e no “significativo envelhecimento geral dos navios”<sup>897</sup>.

Consideram tratar-se de uma “política global de ataque à economia portuguesa e ao setor nacionalizado”, de modo a conduzir as “empresas à falência” para “vir a cedê-las (por extinção, venda ou cessão de exploração) ao capital privado nacional associado ou não ao capital internacional”<sup>898</sup>.

A ausência do Centro de Projeto, implica a “descoordenação e desperdício da capacidade de projeto”, que se encontra “dispersa por alguns estaleiros” e condiciona o “desenvolvimento e a autonomia do setor”. Comprar um projeto estrangeiro causa “dispêndio de divisas”, traduzindo-se numa “situação de menoridade e de dependência”. Como normalmente os projetos comprados “nunca satisfazem totalmente as exigências dos armadores”, torna-se “necessário introduzir

---

<sup>892</sup> Ver anexo n.º 5.

<sup>893</sup> Ver anexo n.º 6.

<sup>894</sup> Ver anexo n.º 7.

<sup>895</sup> CCCTIN, 7º Encontro da Indústria Naval, 16.

<sup>896</sup> Ver anexos n.º 8.

<sup>897</sup> CCCTIN, 7º Encontro da Indústria Naval, 23.

<sup>898</sup> Ibid., 24.

alterações devido à existência de equipamentos diferentes dos primitivos”, gastando-se “milhares de horas de desenho para adaptações” e diminuindo-se a “produtividade e a competitividade”.

Sendo a indústria naval, “fundamentalmente uma indústria de montagem”, devia “atuar como um polo de desenvolvimento de outras indústrias a montante”, mas não existe “qualquer plano que defina quais os componentes que as indústrias subsidiárias nacionais devem começar a fabricar e nem sequer os produtos já fabricados em Portugal são utilizados pelos estaleiros”.

Segundo a CCCTIN, a causa principal dos problemas do setor não são a “chamada crise do petróleo”, mas o “ataque sistemático iniciado pelo Governo do PS sozinho e continuado pelos Governos da AD”. Na Lisnave e Setenave, é o resultado da “ofensiva dos Mellos em conivência com os Governos Balsemão/Freitas”. O seu plano “maquiavélico” implica “ações de sabotagem” contra as empresas, que se repercutem nos trabalhadores e na economia nacional”<sup>899</sup>.

De acordo com a CTS, a Setenave é uma empresa na qual “os trabalhadores se debatem há 11 meses com sucessivos atrasos nos pagamentos de salários”, que “já não honra os seus compromissos com os seus fornecedores” e onde “ninguém, a começar pela Administração, consegue apontar os prazos de entrega das construções em curso”<sup>900</sup>.

A resolução final do Encontro termina com a reivindicação de demissão da AD, dissolução da AR e eleições gerais.

## **A derrota do VIII Governo.**

O Conselho Geral da UGT, reunido em 7 de novembro, reclama a demissão do Governo pelo PR, “para salvaguarda da Democracia”, e “confirma” a “decisão tomada em dezembro último de declarar uma greve nacional”, desta feita “em conjunto ou em simultâneo com a Intersindical”<sup>901</sup>. Em consequência, o porta-voz da confederação demite-se por “indisponibilidade para a unidade de ação com a Intersindical”<sup>902</sup>.

---

<sup>899</sup> Ibid., 37-38.

<sup>900</sup> Ibid., 49.

<sup>901</sup> “Governo não tem projeto nacional,” s.d. in *Três anos de intervenção/UGT* (Lisboa: UGT, 1984), 65.

<sup>902</sup> “Pedido de demissão de porta-voz da UGT, Rui Oliveira Costa,” in *Três anos de intervenção/UGT* (Lisboa: UGT, 1984), 66.

Milhares de trabalhadores de sete empresas da Margem Sul, da IN (Setenave, Lisnave, Parry & Son, CPP e SRN) com a SN e a Quimigal, concentram-se a 10 de novembro, no Rossio de Lisboa, por eleições antecipadas, defesa dos postos de trabalho e do SEE – tendo depois partido em manifestação até ao Ministério da Indústria, Energia e Exportação<sup>903</sup>.

De acordo com o *Bandeira Vermelha*, “centenas de trabalhadores traziam objetos de autodefesa”. O ministro das Finanças, João Salgueiro, encontrou “um magote de operários, que se dirigia para os cacilheiros, depois de terem abandonado a manifestação”. Reconhecido por estes, o “seu carro foi cercado e naturalmente recebeu uns ‘mimos’ que lhe amolgaram a reluzente viatura, paga com a mais-valia dos que trabalham”<sup>904</sup>.

A 15 de novembro, o estaleiro da Lisnave voltará a ser ocupado, com retenção do administrador-delegado. A administração recusa a solicitação de intervenção policial do Governo, sob o argumento de não agravamento da situação<sup>905</sup>.

Após plenário na Mitrena, a 7 de dezembro, pelas 8.30, milhares de trabalhadores da Setenave manifestam-se a meio da manhã nas ruas de Setúbal, “exigindo o pagamento dos salários de novembro e do décimo terceiro mês e a viabilização económica”, sendo que “há mais de uma semana se encontram concentrados à entrada do estaleiro, exigindo que a administração lhes dê garantias quanto ao pagamento dos salários”. Contudo, esta “declara-se incapaz de resolver a situação e transfere as respostas para uma reunião do Conselho de Ministros”<sup>906</sup>.

Uma manifestação de cerca 15 000 trabalhadores da Setenave, Lisnave, SN, Parry & Son, SRN, CPP, Quimigal, Equimetal, Mompôr e Petrogal desfila pelas ruas de Lisboa, a 9 de dezembro, empunhando as bandeiras negras da fome e exigindo pagamento de salários em atraso e a demissão do Governo<sup>907</sup>.

As eleições autárquicas realizam-se a 12 de dezembro, saldando-se por uma derrota da direita, conduzindo à demissão de Balsemão, apresentada ao PR a 20 de dezembro e aceite no dia seguinte, cessando assim o VIII GC, o quarto da AD.

---

<sup>903</sup> “Trabalhadores da margem sul exigiram a demissão do governo e apelaram à unidade na ação,” *Diário de Lisboa*, novembro 11, 1982, 10.

<sup>904</sup> “Operários da indústria naval, Siderurgia e Quimigal concentraram-se em Lisboa,” *Bandeira Vermelha*, novembro 18, 1982, 12.

<sup>905</sup> Paulo Oliveira e Paulo Fernandes, “A década de 80: crise e recuperação,” 308.

<sup>906</sup> “Trabalhadores da Setenave manifestaram-se em Setúbal,” *Diário de Lisboa*, dezembro 7, 1982, 11.

<sup>907</sup> “Trabalhadores da Margem Sul trouxeram bandeiras negras,” *Diário de Lisboa*, dezembro 10, 1982, 18.



A CGTP organiza a concentração de milhares de trabalhadores em várias localidades do País (22 de dezembro), a fim de exigirem a dissolução da AR, nomeação de um governo de gestão e eleições antecipadas. Para Florival Lança, “face a uma política credível e progressista”, a central “estaria disponível para encontrar soluções” para a “superação da profunda crise económica que envolve o País”, o que “corresponderia a uma mais ativa participação e controlo dos trabalhadores e das suas organizações de classe nas grandes linhas orientadoras e ao entendimento de que não pode haver a chamada paz social sem justiça social”<sup>908</sup>.

A 27 de dezembro, Vítor Crespo é oficialmente designado para formar Governo pelo PSD<sup>909</sup>. Não obstante toda a mobilização social ter conseguido ajudar a derrubar o Governo, o mesmo aguenta-se até a revisão constitucional ter passado. O projeto AD abre fissuras, com exasperação da CIP, segundo a qual “é a própria independência de Portugal que está em risco” e “caminhamos descontroladamente para a bancarrota”<sup>910</sup>.

A ex-“maioria de esquerda” está fraturada entre duas greves gerais e centrais sindicais. O “PCP no Governo” é a palavra de ordem deste partido. Segundo Cunhal, a “unidade de esquerda está gasta”, pois quando Soares “começou a praticar uma aliança com a direita”, adotaram a fórmula da “unidade dos democratas em vez da unidade da esquerda”<sup>911</sup>. Não haveria *programa comum* à francesa, um esboço de *compromisso histórico* à italiana, nem o PS conseguiria governar sozinho como o PSOE.

A gravidade da crise e o espectro do regresso do FMI fariam soar as trombetas da “Paz Social”. Em 1982 fracassam as “Comissões Tripartidas” de Nascimento Rodrigues, o ensaio do “Pacote Laboral” de Queiroz Martins e o “diálogo” por parte de Luís Morales, invocando-se a figura do fantasma de Gonelha a pairar sobre o Ministério do Trabalho<sup>912</sup>.

Para impor o chamado pacto social era preciso primeiro derrotar as conquistas do movimento operário.

---

<sup>908</sup> “Muitos milhares de trabalhadores exigem o afastamento da AD,” *Diário de Lisboa*, dezembro 23, 1982, 7.

<sup>909</sup> Cronologia 1982,” *Negócios*, maio 23, 1983, 25.

<sup>910</sup> “CIP exerceu «tempo de antena»,” *Indústria em Revista*, dezembro 1982, 25.

<sup>911</sup> “Monumental derrota da AD” deverá ter consequências,” *Diário de Lisboa*, dezembro 13, 1982, 6.

<sup>912</sup> Jorge Marques, “Pacto social,” *Negócios*, junho 30, 1983, 79.

## O Pacto Social S-106.

A construção do pacto social na Setenave (e em Portugal) está umbilicalmente ligada à história do navio S-106, de 310 000 tdw, encomendado, juntamente com o S-104, por uma empresa do Grupo Thyssen Bornemisze (Kaszony Caribbean Investment Co.), devendo ser entregue até 31 de janeiro de 1979.

Contudo, em 1975 (devido à “crise mundial” ou ao “boicote económico”, como acusava a CTS) o armador tenta cancelar a encomenda, entrando-se num processo arbitral de negociações, concluído a 30 de novembro de 1977, pelo qual se acorda a entrega do S-106 a outra empresa do grupo (Setebello Ltd.), passando o S-104 para a Soponata e ficando o contrato e problemas relativos submetidos à lei portuguesa, estabelecendo-se nova data de cancelamento (31 de dezembro de 1980).

Deste modo, a construção começa em maio de 1978, retomando-se o processo de renegociação e encomendas de materiais e equipamentos. Contudo, um temporal em fevereiro de 1979 imobiliza o Pórtico de 500 toneladas, verificando-se nova renegociação de prazos (agora 30 de abril de 1982). O atribulado processo e a desvalorização do escudo agravavam os custos e o défice da Setenave. Tendo conseguido crédito externo para acabamento dos superpetroleiros, a burocracia que o envolveu só possibilitou o seu uso no 2.º trimestre de 1981<sup>913</sup>. O Governo emite, a 20 de abril de 1982, um decreto-lei autorizando qualquer empresa pública declarada em SED a provocar a suspensão temporária dos seus contratos<sup>914</sup>. Aplicava-se, “exclusivamente, ao contrato Setenave-“Setebello”, prorrogando ele próprio o prazo de entrega do S-106 para 31 de agosto de 1983”<sup>915</sup>.

Será sob este pano de fundo económico, com o espectro de encerramento, com os salários de dezembro e décimo terceiro mês por pagar, com um governo em gestão, que brotará o pacto social.

De acordo com *O Jornal*, o Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos de 4 de janeiro decidiu contratar uma empresa estrangeira para efetuar um estudo sobre a viabilização da

---

<sup>913</sup> Adaptado de Teresa Rosa et al, “O Estado e o Patronato na Indústria Naval”, 123, e *Informação Setenave*, agosto 29, 1983.

<sup>914</sup> Decreto-Lei 119/82, 20 de abril.

<sup>915</sup> “S-106: 6 milhões para a sucata,” *Expresso (Revista)*, agosto 6, 1983, 14 e 15.

IN, nomeadamente diversificação de atividades da Lisnave e da Setenave. O ministro das Finanças terá apresentado uma proposta “no sentido de encerramento puro e simples da empresa”, levando a CTS a “aceitar negociações com o Conselho de Gerência no sentido de assumirem um compromisso para a conclusão do superpetroleiro”, abdicando do “pagamento de determinados extras habituais”<sup>916</sup>.

A conclusão do navio nos prazos, “hipótese na qual poucos apostam”, custaria ao Estado cerca de “4 milhões de contos em materiais e salários” até 23 de agosto, dependendo da ação legal a obrigatoriedade ou não de recebimento do S-106 por parte do armador. Já o incumprimento implicaria a restituição à Thyssen de 11 milhões de dólares avançados (valorizados), pagamento de 22 milhões de dólares de indemnização previstos no contrato, posse de um navio com um custo à volta de 35 a 40 milhões de dólares quando o mercado para navios idênticos é de 7 a 8 milhões de dólares e os 4 milhões de contos necessários à atividade da empresa.

Deste modo “ganha corpo a tese da negociação com o armador”, tendo “fontes do Ministério da Indústria” admitido que essa “talvez seja a solução mais barata, mais isenta de riscos, e com vantagem resultante do não recurso aos tribunais”. Mas para os trabalhadores a “conclusão do navio é possível dentro dos prazos”, desde que o Estado assuma as suas responsabilidades financeiras, não se mostrando “contrários às várias hipóteses de reconversão, desde que não impliquem despedimentos”.

Já o ministro das Finanças, João Salgueiro, recusa ter proposto a extinção da Setenave, pois: “Seria um absurdo extinguir um dos estaleiros mais bem apetrechados do mundo, uma vez que, mais tarde ou mais cedo, a atividade de construção naval terá que recuperar”<sup>917</sup>.

A Resolução de Conselho de Ministros de 6 de janeiro fixa um prazo de 8 dias à Administração para se pronunciar sobre as probabilidades e recursos financeiros necessários para conclusão do S-106 até 23 de agosto; determina contactos com o armador para averiguar possibilidades de renegociação pela não conclusão do navio; e impõe um prazo de três meses aos estaleiros para, conjuntamente com uma empresa estrangeira, estudarem a sua viabilidade<sup>918</sup>.

---

<sup>916</sup> “Empresa estrangeira estuda indústria naval portuguesa,” *O jornal*, janeiro 7, 1983, 17.

<sup>917</sup> “Setenave, 1 semana para decidir sobre superpetroleiro,” *Expresso*, janeiro, 1, 1983, 15.

<sup>918</sup> Ibid.

A 7 de janeiro os trabalhadores da Setenave fazem uma marcha para Setúbal, concentrando-se junto ao Governo Civil, onde são recebidos<sup>919</sup>. São também recebidos pelo ministro das Finanças a 12 de janeiro, não prestando este “quaisquer garantias do pagamento dos salários” e propondo “um estudo de reconversão” que a administração terá de concluir no prazo máximo de 90 dias”. À frente do ministério, na Praça do Comércio, uma manifestação de “milhares de trabalhadores” exigia a “imediata dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições gerais antecipadas”, bem como “trabalho e pão”, e a “viabilização da Setenave e a garantia dos seus postos de trabalho”<sup>920</sup>.

Os ORTs da IN, banca, seguros, pescas e transportes, reclamam do PR, a 13 de janeiro, a “imediata dissolução do Parlamento” e a “nomeação de um Governo de gestão honesto e competente”<sup>921</sup>, e no dia seguinte, a AD apresenta oficialmente o nome de Vítor Crespo para primeiro-ministro.

O *Expresso* de 15 de janeiro avança encontrar-se o Governo a “negociar com o armador a não conclusão do navio mediante o pagamento de uma soma que arrumasse, de uma vez por todas, este caso”<sup>922</sup>.

Na sequência de plenários sectoriais desenvolvidos dias antes, a 21 de janeiro realiza-se uma AGT histórica na Setenave, com cerca de 5000 trabalhadores, na qual se aprovará um acordo entre o Governo, a administração e os ORTs.

Segundo este acordo, o Governo compromete-se a assegurar o funcionamento do estaleiro até ao acabamento do navio a 31 de agosto, com 3,06 milhões de contos para o estaleiro e 550 mil contos de materiais para o navio, fundos com origem no autofinanciamento da empresa, subsídios de exploração do Ministério da Indústria, num empréstimo do Ministério do Trabalho, e no financiamento de um milhão de contos do Banco Totta & Açores<sup>923</sup>.

Em contrapartida, os trabalhadores comprometem-se a acabar o navio no prazo, sofrendo um corte de 6% no salário (valores devolvidos após data de acabamento), abstêm-se de reivindicações de ordem interna e greves (com exclusão das de âmbito nacional ou sectorial),

---

<sup>919</sup> “Tentativa de desbloqueamento dos salários em atraso,” *Diário de Lisboa*, janeiro 13, 1983, 11.

<sup>920</sup> “Salgueiro não dá garantias de pagar salários na Setenave,” *O Diário*, janeiro 13, 1983, 21.

<sup>921</sup> “Indústria Naval e pescas em situação muito grave,” *Jornal de Notícias*, janeiro 14, 1983, 26.

<sup>922</sup> “Rutura iminente na construção naval,” *Expresso (Revista)*, janeiro 15, 1983, 18.

<sup>923</sup> “Pacto Social viabiliza construção do «S-106»,” *Expresso*, janeiro 29, 1983, 14.

abdicam de férias, salvo “casos excepcionais”, as escalas de serviço passam a ser colocadas com uma semana de antecedência (em vez de um mês, embora em termos práticos tal já acontecesse) e os prémios, subsídios de turno e horas extras ficam subordinados ao completar de fases de trabalho, recebendo os trabalhadores um bónus caso cumpram antes do prazo<sup>924</sup>.

Uma resolução alternativa propõe o repúdio do acordo, pois como “o Governo afirma haver dinheiro (para tal bastando aprovar o pacote) então que paguem” e exige o pagamento de salários e desbloqueamento de verbas para o S-106, sendo largamente rejeitada<sup>925</sup>. Segundo o PCP (R), os “dirigentes do PCP na empresa” foram de “secção em secção a convencer os operários de que não teriam outra alternativa”. Estes cometeram um “erro que terá graves consequências quer para a defesa dos seus interesses, quer para a luta dos trabalhadores em geral”<sup>926</sup>.

Segundo a CTS, a “não inviabilização das medidas propostas” é “uma forma de empenhamento responsável e patriótico dos trabalhadores da Setenave”, bem como um “desafio consciente e decidido a viabilização futura da empresa”<sup>927</sup>.

Para Baião Horta, ministro da Indústria, Energia e Exportação, o acordo é “uma prova que o diálogo é possível para conseguir o objetivo de dotar a indústria de capacidade de adaptação”<sup>928</sup>. Deve “ser tentado em outras empresas por ser uma forma positiva de abordagem dos seus problemas”<sup>929</sup>.

O PR anuncia a decisão de dissolver o Parlamento a 24 de janeiro, convocando eleições gerais antecipadas<sup>930</sup>. Em audiência com Eanes, a CGTP defende a formação de um “Governo de gestão que garanta a isenção das eleições”<sup>931</sup>.

A intensificação da mobilização laboral, durante todo o ano de 1982 e sintetizada pela central e ORTs da IN nas repetidas consignas pela “demissão da AD, dissolução da AR e eleições gerais”, parecia destinada a um êxito retumbante. “Uma importante vitória dos

---

<sup>924</sup> Resumo dos artigos de jornal citados nos meses de janeiro e fevereiro de 1983.

<sup>925</sup> “A proposta dos operários revolucionários,” *Bandeira Vermelha*, janeiro 27, 1983, 12.

<sup>926</sup> “O pacto social promovido pelo PCP,” *Bandeira Vermelha* fevereiro 3, 1983, 3.

<sup>927</sup> “Governo e trabalhadores vão viabilizar Setenave,” *Correio da Manhã*, janeiro 28, 1983, 20.

<sup>928</sup> “Pacto Social viabiliza construção do «S-106»,” *Ibid.*

<sup>929</sup> “«Setenave pode ser exemplo para outras empresas»,” *Notícias da Tarde*, fevereiro 3, 1983, 7.

<sup>930</sup> “Dissolução da Assembleia da República,” *Cronologia, Fundação Mário Soares*, acesso a setembro 25, 2015, <http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=038167>

<sup>931</sup> “Deve ser formado um governo de gestão que garanta a isenção das eleições,” *O Diário*, janeiro 26, 1983, 11.

trabalhadores” é a manchete do *Alavanca*<sup>932</sup>. Os comunistas adotam a palavra de ordem: “O PCP para o Governo.”

Quanto ao navio (adiantando a narrativa), o armador rescindirá o contrato, sendo o recurso deste para o Tribunal Arbitral de Roterdão desfavorável à Setenave. O S-106 é vendido à ONI Corporation a 20 de junho de 1986, por 14,5 milhões de contos<sup>933</sup>. Dos trabalhadores, trataremos nos seguintes subcapítulos.

## O “Pacto Social Nacional” em gestação.

Num contexto de aguda crise económica, após oito governos em oito anos, com lutas sociais a atingirem um grau de radicalidade sem precedentes desde o PREC e o espectro do regresso do FMI, discute-se com cada vez mais insistência a necessidade de um pacto social para ajudar a superar a *crise*, obrigando-se os sujeitos económicos, políticos e sociais a uma definição face ao tema.

A notícia do acordo na Mitrena ganha destaque na imprensa, salientando-se o ineditismo da solução, alimentando-se a ideia de um pacto social. Por exemplo, segundo o *Diário Popular* “pela primeira vez numa empresa pública, trabalhadores abdicam de direitos para viabilizar a Setenave”<sup>934</sup>, o *Correio da Manhã* refere tratar-se da “primeira vez que em Portugal se “estabelece um acordo entre Governo e trabalhadores com vista à viabilização de uma empresa”<sup>935</sup>, o *Expresso* escreve que o “Pacto Social viabiliza construção dos ‘S-106’”<sup>936</sup>, e para o *Noticias da Tarde* “pode ser exemplo para outras empresas”<sup>937</sup>.

O PCP e a CGTP fazem um esforço para rejeitar a classificação do acordo nos termos de um pacto social. O *Avante!* escreve “Pacto Social, uma ova! Derrota do Governo é que é!”<sup>938</sup>, pois “os trabalhadores souberam sempre encontrar as formas mais adequadas à inviabilização

---

<sup>932</sup> “Dissolução da AR e eleições importante vitória dos trabalhadores,” *Alavanca*, janeiro 1983, 1.

<sup>933</sup> Teresa Rosa et al, “O Estado e o Patronato na Industria Naval”, 124.

<sup>934</sup> “Trabalhadores abdicam de direitos para viabilizar Setenave,” *Diário Popular*, janeiro 27, 1983, 36.

<sup>935</sup> “Governo e trabalhadores vão viabilizar Setenave,” Ibid.

<sup>936</sup> “Pacto Social viabiliza construção do «S-106»,” Ibid.

<sup>937</sup> “«Setenave pode ser exemplo para outras empresas»,” Ibid.

<sup>938</sup> “O que é que se passa na Setenave?,” *Avante!*, fevereiro 3, 1983, 1.

dos planos de recuperação capitalista”<sup>939</sup>. O *Alavanca* diz “‘Pacto Social’, como?!” O Governo AD fez uma chantagem “desejando que os trabalhadores inviabilizassem essas medidas para os responsabilizar pela inviabilização da empresa”. Contudo, foi “obrigado” a desbloquear os meios financeiros, os salários ficaram em dia, o navio vai ser concluído e a “Setenave nacionalizada que o Governo queria matar está viva e caminha!”, tratando-se de “uma vitória dos trabalhadores”. Insurge-se contra a “campanha de propaganda”, pois não se pode confundir a “disponibilidade dos trabalhadores para a resolução da crise” com a adesão a “acordos chamados de ‘salvação nacional’”, sendo a Setenave “um caso esclarecedor”<sup>940</sup>.

Eanes convida para o “Almoço de Cascais”, de 12 de fevereiro, CGTP, UGT, CIP, CCP e as duas AIP (portuguesa e portuense), que “pela primeira vez se sentam juntos em volta de uma mesa”<sup>941</sup>.

Torres Couto espera que o “governo a sair das eleições leve a cabo reuniões deste tipo”. A CCP considera o encontro “um dado positivo”. Segundo a AI Portuguesa, “concordámos que os problemas têm que ser resolvidos pouco a pouco, a começar pelas zonas não conflituais” (como a formação profissional). A AI Portuense propõe outro encontro. Káldas Barreto sublinha que os dirigentes da CGTP foram a “título pessoal”, argumentando ficar “demonstrado” ser “possível as pessoas conversarem”<sup>942</sup>. Contrapõe aos *slogans* consenso e pacto a “disponibilidade responsável do movimento sindical”, não significando isso a “defesa da diluição da luta de classes”, pois a “paz social que desejamos só poderá ser conseguida com a justiça social”. Acrescenta ainda não ter discernido “grande evolução por parte do patronato, especialmente da CIP”, mas não “foi tanto assim”, na sua “opinião particular”, da parte das duas AIP, “que me pareceram mais abertas”<sup>943</sup>.

No mês de março assiste-se a uma acentuação da discussão do pacto social, cuja temática é assinalada em diversas iniciativas, como veremos.

O *Diário de Lisboa* inaugura um inquérito, “Que Pacto Social?”, no qual recolhe depoimentos de algumas personalidades. Para Carlos Carvalhas (PCP), “com a capa do ‘consenso’ e do ‘pacto social’, já no passado recente se dialogou com todos para apertar o cinto

<sup>939</sup> “Setenave, Uma política profundamente errada,” *Avante!*, fevereiro 3, 1983, 11.

<sup>940</sup> “Pacto Social”, como?!,” *Alavanca*, fevereiro 1983, 13.

<sup>941</sup> Jorge Marques, 79.

<sup>942</sup> “Diálogo melhor que marisco,” *Diário de Lisboa*, fevereiro 14, 1983, 4.

<sup>943</sup> “A paz só é possível quando houver justiça social,” *Diário de Lisboa*, fevereiro 16, 1983, 5.

só a alguns”<sup>944</sup>. João Cravinho distingue entre duas concepções de pacto social, uma que visa “transferir para os trabalhadores os custos da crise” e outra baseada num acordo negociado, distribuindo esses custos<sup>945</sup>. Segundo José Ernesto Cartaxo (CGTP), a central não irá “caucionar, em nome da ‘concertação’, o prosseguimento de uma política de direita”<sup>946</sup>. De acordo com Manuela Silva, “podem vir a convergir os interesses dos capitalistas (excluindo os que apostam no lucro fácil e preferem a especulação ao empreendimento) e dos trabalhadores”<sup>947</sup>. Florival Lança (CGTP) argumenta: “Consenso ou pacto, chame-se o que se lhe chamar, sim, mas com as forças democráticas, com todos aqueles que se mostrem interessados no cumprimento do projeto constitucional”<sup>948</sup>.

Em entrevista ao *Expresso*, a 12 de março, Armando Teixeira da Silva (coordenador da CGTP), frisa que “só a Intersindical está em condições de pedir sacrifícios aos trabalhadores”, pois “Se amanhã for preciso ir trabalhar ‘no duro’, quem é que está em condições de ir falar com os trabalhadores senão a CGTP? Digam-me...” Trata-se da “única força social capaz de ir falar com os trabalhadores e, garantida uma política democrática, pedir-lhes sacrifícios se necessário”, insiste.

Com o subtítulo “Pacto social só no setor público”, este jornal escreve que “em casos pontuais”, a Intersindical admite o “estabelecimento de pequenos ‘pactos’ para ‘salvar as empresas’”: “Admito que acordos idênticos ao assinado na Setenave possam ser pensados para as empresas nacionalizadas, com vista a assegurar a sua viabilização”<sup>949</sup>.

Soares fala num “Contrato social para o progresso”, pois “temos de criar um verdadeiro Conselho Económico e Social, onde entrem os parceiros sociais e se discuta o que é possível fazer no plano global e não apenas sectorialmente”<sup>950</sup>. Mostra-se “confiante num acordo com a

---

<sup>944</sup> “Com a capa do ‘socialismo democrático’ há quem prepare o consenso com os ‘neo-marcelistas’,” *Diário de Lisboa*, março 1, 1983, 10.

<sup>945</sup> “Há quem proponha um pacto social para defender a conservação de estruturas totalmente caducas,” *Diário de Lisboa*, março 2, 1983, 9.

<sup>946</sup> “Em nome do consenso o movimento sindical não caucionará uma política de direita,” *Diário de Lisboa*, março 3, 1983, 11.

<sup>947</sup> “Neste país um governo só subsistirá se souber interpretar a vontade coletiva,” *Diário de Lisboa*, março 4, 1983, 11.

<sup>948</sup> “Poderá um governo ser estável com uma política contra os trabalhadores?,” *Diário de Lisboa*, março 5, 1983, 10.

<sup>949</sup> “«Só a Intersindical está em condições de pedir sacrifícios aos trabalhadores»,” *Expresso*, março 12, 1983, 6.

<sup>950</sup> “Contrato social para o progresso fará sair o País do atraso,” *Diário de Lisboa*, março 12, 1983, 4.



CGTP, ainda que tivesse estabelecido uma distinção entre o diálogo com os trabalhadores e os dirigentes daquela central”<sup>951</sup>.

O IV Congresso da CGTP-IN (11-13 março) aprova um caderno reivindicativo de 22 pontos<sup>952</sup> para o próximo governo. Para Armando Teixeira da Silva conseguiu-se “defender e preservar o essencial da fortaleza da Revolução do 25 de Abril”<sup>953</sup>. Segundo Carvalho da Silva, a constituição revista, não obstante a “posição crítica” da central, “preserva, no essencial, os direitos e conquistas dos trabalhadores e o seu cumprimento é um dos nossos objetivos”<sup>954</sup>. De acordo com Káldas Barreto, “ao estafado *slogan* do Pacto, contrapomos a nossa disponibilidade responsável”<sup>955</sup>.

Segundo José Luís Judas, a quem cabe a intervenção de fundo dos projetos programáticos, “a nossa vitória é tão grande que os nossos inimigos, se até aqui falavam apenas em partir a espinha à Intersindical”, atualmente “acenam com o ‘pacto social’, o ‘consenso social’, o ‘regime de salvação nacional’”.

Manifesta-se contra “alguns irrealistas” que proclamam “os ricos que paguem a crise”<sup>956</sup>, quando os trabalhadores, “em qualquer sociedade, mesmo dirigida por eles próprios, numa situação de crise têm que pagar o seu quinhão” e os que “quando se fala em dialogo, veem logo um bicho de sete cabeças”, pois “vamos para a mesa com os parceiros que entendermos, com perfeita independência de classe”<sup>957</sup>.

Uma conferência internacional na Fundação Gulbenkian, “Pacto Social e Política de Rendimentos”, nos dias 15 e 16 de março, é dinamizada pela Universidade Católica e pela

---

<sup>951</sup> “Soares mostrou-se confiante num acordo com a CGTP,” *Diário de Lisboa*, março 17, 1983, 5.

<sup>952</sup> Defesa dos direitos e liberdades democráticas, Defesa da Reforma Agrária, Defesa das nacionalizações e do setor público, Combate à corrupção, Liberdade e pluralismo na comunicação social e direito de antena, Garantias e proteção dos direitos sindicais, Reconhecimento efetivo dos direitos de participação dos trabalhadores, Garantia da realização efetiva dos direitos dos trabalhadores, Contra os contratos a prazo, Defesa da legislação do trabalho favorável aos trabalhadores e sua extensão às camadas de trabalhadores ainda excluídos, Direitos dos quadros técnicos e restantes trabalhadores intelectuais, Direito ao trabalho de deficientes e sinistrados no trabalho, Pagamento dos salários em atraso, Combate ao desemprego, Direito a formação profissional, Garantia da liberdade e do direito de contratação coletiva, Combate à inflação, Defesa do poder de compra, Benefícios nos passes sociais, Direito à habitação, Serviço Nacional de Saúde e gratuidade dos cuidados de saúde, Defesa da paz. In CGTP-IN, *Programa de Ação para 3 anos e caderno reivindicativo imediato: os 22 pontos da CGTP-IN* (Lisboa: 1 de outubro, 1983).

<sup>953</sup> “A luta de massas continuará a ser o fator determinante,” *Alavanca*, março 1983, 7.

<sup>954</sup> “Aspetos mais importantes dos novos estatutos,” *Alavanca*, março 1983, 9.

<sup>955</sup> “Contra o slogan do ‘pacto’ a nossa disponibilidade responsável,” *Alavanca*, março 1983, 13.

<sup>956</sup> Palavra de ordem popularizada pela UDP, durante este período.

<sup>957</sup> “Diálogo não substitui a luta,” *Alavanca*, março 1983, 10-11.

Embaixada da Áustria em Portugal. Na opinião de um dos organizadores, Cavaco Silva, “há muitas ideias preconcebidas em Portugal sobre o que é uma política de rendimentos, e a reunião da Gulbenkian mostrará que ela não implica obrigatoriamente a existência de um ‘pacto social’ nem sequer de um ‘consenso social’”<sup>958</sup>.

Na alocução proferida no encerramento de uma das sessões, D. António dos Reis Rodrigues considera, juntamente com o diálogo, ligados à noção de pacto social, ideias como o “*reconhecimento do valor próprio dos grupos naturais* – neste caso, os grupos representativos quer do capital quer do trabalho”, na sua capacidade de definirem a “segurança dos seus interesses, o seu exato lugar no contexto nacional”.

O Estado, como “árbitro e garante supremo do bem comum”<sup>959</sup>, antes de legislar “aceita ouvir e compreender as partes interessadas”, as quais, “num diálogo que não lhes é lícito abandonar”, devem garantir “modalidades cada vez mais aptas de institucionalização” e “converter os seus pontos de vista particularistas em soluções integradas e complementares”, pois como “ensina João Paulo II na *Laborem Exercens*, ‘não se pode separar o capital do trabalho e o capital ao trabalho e, menos ainda, se podem contrapor uns aos outros os homens concretos que estão por detrás destes conceitos’”. A “glória” da Igreja seria “ser no mundo, por imperativo e à semelhança do seu divino Mestre, obreira da paz entre os homens, as classes e as nações”<sup>960</sup>.

No encerramento, “é ponto assente que o contrato social, de que todos falam para ultrapassar a crise económica, será ainda mais dificultado pela política restritiva que a conjuntura está a gerar”<sup>961</sup>.

No II Encontro de Industriais Portugueses, organizado pela CIP a 26 de março, no Porto, participam dez mil industriais e quadros de empresas, num pavilhão emoldurado com duas grandes faixas de pano onde se lê: “Iniciativa privada – a grande sacrificada” e “Iniciativa empresarial salvará Portugal”.

---

<sup>958</sup> “Conferência sobre Pacto Social inicia-se terça-feira em Lisboa,” *Diário de Lisboa*, março 12, 1983, 16.

<sup>959</sup> D. António dos Reis Rodrigues, *Pacto Social e Política de Rendimentos em face da Doutrina Social da Igreja* (Braga: Livraria Cruz, 1984), 9.

<sup>960</sup> *Ibid.*, 11.

<sup>961</sup> “Fuga de capitais é responsável por um quarto do défice externo,” *Diário de Lisboa*, março 17, 1983, 10.

Os organizadores recusam uma carta de Mário Soares em que lhes propunha um “acordo social”<sup>962</sup>, bem como “qualquer tipo de ‘consenso social’ que não passe pela prévia garantia de alteração das regras do jogo, incluindo ‘a abertura de todos os setores da economia à iniciativa privada’ e a reposição, nos seus traços essenciais, de um modelo económico liberal”. No discurso de encerramento, Pedro Ferraz da Costa argumenta: “Não aceitamos discutir hipotéticos pactos. Estamos aqui para, em unísono, exigirmos uma nova economia, e, se necessário, uma outra Constituição”<sup>963, 964</sup>.

Segundo a UGT, o “comício patronal do Porto é um autêntico apelo subversivo contra o regime democrático”<sup>965</sup>, e a pequena e média indústria também se manifesta contra as conclusões, acusando-as de “meramente políticas”. *O Jornal* titula: “CIP faz pré-aviso de rutura, enquanto AIP aposta no diálogo”<sup>966</sup>.

Enquanto nos 22 pontos do IV Congresso da CGTP para o próximo Governo, seis começavam por “defesa”, quatro por “direitos”, três por “garantia”, em contraste às barreiras de defesa da “fortaleza”, a CIP assume-se como a força social mais antirregime (pelo menos ao nível da retórica e do objetivo estratégico). No meio de duas forças antagonizadas, procura-se uma terceira via pactuada, que evite um confronto mais radical. O *juste milieu* da moderação e equilíbrio identifica os “extremos” como “iguais”, na medida que a sua identidade (oposição) se constrói como a garantia de paz social. Mas enquanto equilíbrio por definição mutável e instável, enquanto assente numa arrumação económico-social em disputa permanente, eventualmente a guerra de cerco à fortaleza iria deixar os sitiados isolados e vergados pela fome. O programa da CIP sairia vitorioso.

---

<sup>962</sup> Jorge Marques, 80.

<sup>963</sup> 1- A abertura de todos os setores da economia à iniciativa privada, e em especial a abertura urgente da banca privada, o pagamento de indemnizações justas ou a imediata definição de um programa de desnacionalizações (...), 2- A alteração da legislação laboral, nomeadamente das leis da greve, dos despedimentos, das comissões de trabalhadores e das férias, feriados e faltas (...), 3- A diminuição gradual, mas acelerada da carga fiscal e das contribuições para a Previdência e Fundo de Desemprego, que incidem sobre as empresas e sobre os cidadãos (...), 4- O decréscimo substancial da despesa pública global como forma de reduzir o défice externo, a inflação (...), 5- O aumento dos volumes de crédito disponível para o investimento produtivo, em detrimento do financiamento das despesas públicas (...), 6- A garantia de funcionamento das regras da economia de mercado, única forma de adequarmos as nossas empresas ao impacto de uma eventual adesão às Comunidades Europeias. In “As conclusões,” *Indústria em Revista*, abril, 1983, 45.

<sup>964</sup> “Empresários desenterraram machado de guerra,” *Expresso*, abril 1, 1983, 10.

<sup>965</sup> “Encontro de empresários foi comício reacionário,” março 30, 1983 in *Três anos de intervenção/UGT* (Lisboa: UGT, 1984), 77.

<sup>966</sup> Jorge Marques, 80.

Também no Porto, a 29 de março, num colóquio sobre o movimento operário organizado pelo PS, Soares afirma que o pacto social constitui a “grande novidade” das eleições, e os seus adversários são a CIP e o PCP, cuja “filosofia” é “perfeitamente antagónica do pacto social”, a não ser que aceitasse um “compromisso histórico” à italiana. Segundo Pacheco Pereira “o movimento operário português de hoje não tem identidade porque não se alicerça numa cultura e numa mentalidade operárias”, mas na “osmose com ideias e práticas mais do domínio da geopolítica ou da pequena política caseira”. César Oliveira defende o pacto social, mas não (embora gostasse) a unidade de esquerda, “porque se trata de unificar projetos antagónicos”, e Káldas Barreto (CGTP) contesta a opinião de outros oradores sobre o refluxo do movimento operário, pois “está vigoroso apesar do grave problema do desemprego”<sup>967</sup>.

O PS apresenta “Cem medidas” para os primeiros cem dias de governo, apontando para o “consenso social”. Ao contrário das *110 Propositions pour la France*<sup>968</sup> da campanha de Mitterrand de 1981, não se propunham nacionalizações, mas antes a revisão da lei de delimitação dos setores, “com vista à abertura à iniciativa privada de atividades que lhe têm permanecido vedadas” – é desta data o *tournant de la rigueur* gaulês. Algumas medidas respeitantes ao mundo do trabalho são: revogação da lei do teto salarial, da lei da formação profissional, dos despedimentos e contratos a prazo, redução dos casos de despedimento coletivo, revisão da lei dos contratos a prazo e medidas restritivas das horas extraordinárias e criação do Conselho Económico e Social “como quadro de institucionalização do diálogo com os parceiros sociais”<sup>969</sup>.

Segundo uma nota da Comissão Política do PCP de 14 de abril, com o “início da campanha eleitoral tem-se vindo a assistir a uma intensa campanha a favor do ‘pacto social’ como forma de vencer a grave crise económica”; contudo, o “‘pacto» necessário’, é o “‘pacto’ que exige o afastamento definitivo do PSD e do CDS do poder, que é incompatível com uma aliança do PS com os partidos reacionários e que exige uma real alternativa democrática”<sup>970</sup>.

O PCP(R)/UDP atravessa um período de crise. Segundo um membro da CTS desta corrente: “O Partido sofreu aqui um grande rombo nos últimos dois anos. Perdemos bastantes

---

<sup>967</sup> “O pacto social é a grande novidade das eleições,” *Diário de Lisboa* março 29, 1983, 5.

<sup>968</sup> “110 propositions du parti socialiste pour la France,” *Le Grand Soir*, acesso a fevereiro 21, 2015, <http://www.legrandsoir.info/110-propositions-du-parti-socialiste-pour-la-France.html>

<sup>969</sup> “PS divulga ‘cem medidas’,” *Diário de Lisboa*, março 29, 1983, 24.

<sup>970</sup> “O PCP e o ‘pacto social’.” Nota da Comissão Política do PCP. 14 abril de 1983,” *Avante!*, abril 14, 1983, 3.

militantes, alguns deles elementos destacados, que abandonaram a empresa desmobilizados”. Ainda segundo este, os jornais *O Leme* e o *Novo Rumo* (do núcleo da UDP) teriam uma tiragem de “2500 exemplares cada”<sup>971</sup>. A UDP desenvolve uma política centrada no combate ao “pacto social” e faz uma frente eleitoral com o PSR, mas acaba por perder o único deputado que tinha.

As eleições legislativas realizam-se a 25 de Abril de 1983, oferecendo a vitória ao PS (36,11%), seguido de PSD (27,24%), APU (18,07%) e CDS (12,56%).

No 1.º de Maio organizado pela CGTP, reunindo segundo esta “meio milhão de pessoas”, reclama-se “Um Governo democrático sem os partidos da direita”. Segundo Armando Teixeira da Silva, a Intersindical não aceita “pretensos acordos de salvação nacional”, nem “soluções que se traduziriam em novos e pesados sacrifícios para os trabalhadores”, mas como “somos uma central responsável”, afirmam “disponibilidade para um diálogo responsável”<sup>972</sup>.

A UGT celebra o 1.º de Maio no Parque Eduardo VII, lamentando não existir uma comemoração conjunta. Declara-se “disposta a negociar com o próximo governo, mas não aceitará nenhuma alteração à lei da greve”<sup>973</sup>. Respondendo às acusações de pretender um pacto social, Torres Couto acusou o Secretariado da CGTP e a direção do PCP de terem “aceite um contrato social de vergonha e de capitulação na Setenave”, acrescentando: “Portanto não têm legitimidade moral para atacar a UGT e o contrato social.”<sup>974</sup>

O ministro da Indústria, Energia e Exportação, Baião Horta, anuncia a 11 de maio, em visita à Mitrena, que o petroleiro S-106 vai ser entregue ao armador alemão Thyssen dentro do prazo marcado, pelo que “o primeiro objetivo da recuperação da empresa está, assim, conseguido”<sup>975</sup>.

O Governo de gestão AD publica o Decreto-Lei 201/83, de 19 de maio<sup>976</sup>, que permite a suspensão temporária de contratos de trabalho nas empresas em situação económica difícil (SED – com vencimento reduzido a 70% e pago pelo Fundo de Desemprego). É criticado pela CGTP por “reduzir em 30 por cento os já baixos salários” dos trabalhadores de empresas em SED<sup>977</sup> e

---

<sup>971</sup> “Formar um Comité de Empresa na luta contra o Pacto Social,” *Bandeira Vermelha*, 9 junho, 1983, 9.

<sup>972</sup> “Um governo democrático sem os partidos da direita,” *Diário de Lisboa*, maio 2, 1983, 14.

<sup>973</sup> “UGT aceita pacto social e vai colaborar com o próximo governo,” *Diário de Lisboa*, maio 2, 1983, 14.

<sup>974</sup> “Grandiosa manifestação no 1º de maio de 1983,” *Trabalho e Sindicalismo, Revista da UGT*, 4, 1983, 10.

<sup>975</sup> “Setenave vai entregar S-106 no prazo marcado,” *Expresso*, maio 14, 1983, 16.

<sup>976</sup> Decreto-Lei 201/83, 19 de maio.

<sup>977</sup> “CGTP repudia o decreto que pretende reduzir salários de trabalhadores,” *Diário de Lisboa*, maio 20, 1983, 4.

pela UGT porque “um governo de gestão e de há muito demitido não tem legitimidade política” em matérias que devem “ser equacionadas no quadro do diálogo social alargado”<sup>978</sup>.

No dia seguinte, a administração da Lisnave requer a declaração da empresa em SED, de modo a que 2 mil trabalhadores a despedir por via do redimensionamento, fossem remunerados pelo Fundo de Desemprego, nos termos do Decreto-Lei 201/83. Todavia, “dada a forte resistência dos trabalhadores”, o cenário não se concretizará por enquanto<sup>979</sup>.

Em AGT na Setenave, a 25 de maio, com mais de 3 mil participantes, aprova-se por unanimidade uma resolução exigindo: revogação do Decreto-Lei 201/83 (por abrir caminho aos despedimentos em massa), imediato desbloqueamento de meios financeiros para prosseguimento de construção dos graneleiros, entrada em vigor do contrato dos *panamax*, aplicação de uma política comercial ativa e independente da Lisnave, alargamento à reparação naval do Decreto-Lei 345/80 (definidor dos apoios financeiros à construção), que até 17 de junho a Administração e o Governo definam medidas de saneamento económico-financeiro, manutenção dos postos de trabalho e das regalias sociais, e solidarizam-se com trabalhadores com salários em atraso ou à beira de despedimento.

O S-106 faz as provas de mar e o *Avante!* escreve: “Trabalhadores da Setenave põem superpetroleiro a navegar e metem ao fundo o ‘pacto social’”, pois “contrariamente ao que a direita – e não só – propagandeou”, estes “não aceitaram nenhum ‘pacto social’ e a luta de classes não foi metida em nenhuma esconsa gaveta”<sup>980</sup>.

Um artigo no *Expresso*, assinado pelo coordenador do gabinete jurídico da CGTP, José Barros Moura, sob o título “O ‘pacto social’ necessário e possível”, critica a referência ao “acordo da Setenave” como “um ‘pacto social’”. Analisa, na “história das relações entre governos e sindicatos”, a demonstração de que “bastaram alguns gestos mínimos por parte de executivos que estiveram muito longe de fazer uma política de esquerda, para suscitar a disponibilidade dialogante do mundo do trabalho e dar lugar ao que foi então caracterizado como

---

<sup>978</sup> “Uma provocação do governo,” maio 19, 1983 in *Três anos de intervenção/UGT* (Lisboa: UGT, 1984), 78.

<sup>979</sup> “Lisnave: um beco sem saída,” *Expresso*, 16 julho 16, 1983, 5.

<sup>980</sup> “Trabalhadores da Setenave põem superpetroleiro a navegar e metem ao fundo o ‘pacto social’” *Avante!*, suplemento, junho 2, 1983, 7.

relativa ‘acalmia social’”, lembrando os “períodos dos Governos de Nobre da Costa e Lurdes Pintasilgo e, até, do Governo PS-CDS”<sup>981</sup>.

A 7 de junho, os trabalhadores da SN e da Mundet cortam a autoestrada Lisboa/Setúbal durante cerca de meia hora na zona do Fogueteiro e os trabalhadores dos estaleiros navais da Lisnave, CPP, SRN e Parry & Son desfilam da Margueira até à portagem da Ponte 25 de Abril, permanecendo no local cerca de 45 minutos, sem qualquer incidente<sup>982</sup>. Nesse mesmo dia, os trabalhadores da Lisnave começaram a desencadear períodos de greve, a que se seguirão concentrações permanentes frente à portaria dos estaleiros<sup>983</sup>. É o começo de uma greve de sete semanas.

## O “pacto social” do bloco central.

O IX Governo Constitucional (PS/PSD, dito de bloco central) toma posse a 9 de junho. Apesar de nova “maioria de esquerda”, mais uma vez não se consagra o pacto que o PCP considerava necessário, mas sim um acordo do PS com o PSD, opção que Torres Couto, da UGT, caracteriza como “alternativa mais consentânea com os interesses dos trabalhadores”, pois “o bloco central já está consubstanciado na UGT, onde a direita do PSD não se encontra representada”; quanto à “Inter pode entrar gradualmente no contrato social, uma vez que defende o mesmo tipo de reivindicações da UGT”<sup>984</sup>.

Com efeito, “a UGT constituía a primeira tentativa, em versão sindicalista, do chamado Bloco Central, onde também pela primeira vez se tinha verificado uma aliança entre socialistas e social democratas”<sup>985</sup>. Segundo o PCP, o “Governo PS/PSD trai frontalmente a vontade política do eleitorado”<sup>986</sup>.

O 1.º Encontro Nacional do Setor Naval, promovido pelo SIMA/UGT, realiza-se em Setúbal, a 18 e 19 junho. O secretário-geral, José António Simões, referindo-se ao “tão falado

---

<sup>981</sup> José Barros Moura, *Ibid.*

<sup>982</sup> “Ações de luta provocaram cortes de trânsito,” *Diário de Lisboa*, junho 8, 1983, 10.

<sup>983</sup> “Filhos dos trabalhadores retratam a verdadeira situação da Lisnave,” *Diário de Lisboa*, julho 15, 1983, 15.

<sup>984</sup> “CGTP aberta ao diálogo,” *Expresso*, 30 abril, 1983, 2.

<sup>985</sup> José Brandão de Brito e Cristina Rodrigues, 327.

<sup>986</sup> “Governo PS/PSD trai frontalmente a vontade política do eleitorado,” *Diário de Lisboa*, maio 11, 1983, 6.

pacto social”, entende que, para este existir, “a primeira coisa a fazer é estabelecer o ordenado mínimo nacional de 17.500\$00”, sendo “preciso que todos tenham consciência de que os pactos sociais inicialmente prejudicam sempre os trabalhadores, mas que tem que haver uma garantia no futuro em que os trabalhadores beneficiem dos sacrifícios a que têm de ser sujeitos”<sup>987</sup>.

Enquanto no parlamento se discute o programa de governo (23 de junho), uma manifestação de 2 a 3 mil trabalhadores com salários em atraso concentra-se em frente da AR, erguendo panos com os nomes das empresas devedoras e bandeiras pretas, gritando palavras de ordem: “Queremos salários e direito ao trabalho”, e “Isto não pode ser, trabalhar sem receber”<sup>988</sup>.

O presidente da AR, Tito de Morais, alerta a câmara para ter sido ultrapassada a zona de segurança do parlamento. Deputados comunistas descem até junto dos trabalhadores<sup>989</sup>. Segundo o *Bandeira Vermelha*, os ORTs afetos ao PCP faziam apelos ao “respeito pela legalidade”, formando um “cordão entre os manifestantes e a polícia para obrigar aqueles a recuar”; não obstante, “só ao fim de uma hora conseguiram desimpedir uma estreita faixa de quatro ou cinco metros”<sup>990</sup>.

“Mas não foi fácil”, escreve o *Diário de Lisboa*: “‘Para que é que a gente vai ceder?’, pergunta um operário. Jerónimo de Sousa teve dificuldades em explicar que ‘disciplina revolucionária é saber adaptar-se a cada situação concreta’. A ‘custo os mais renitentes vão recuando: ‘Estamos a morrer à fome’, afirma outro”<sup>991</sup>.

Uma nova manifestação de trabalhadores dos distritos de Lisboa e Setúbal, contra os salários em atraso, ocorre a 30 de junho, de novo em São Bento, desta feita sem incidentes<sup>992</sup>.

É chumbada no parlamento (31 de junho) a impugnação do PCP e MDP à admissão da proposta do Governo para alterar a Lei de Delimitação dos Setores. Para José Magalhães (PCP), “os mais ferrenhos próceres do restauracionismo” sentem-se “a poucas horas da celebração do maior negócio da história do capitalismo português”, e António Vitorino (UEDS) lamenta que

---

<sup>987</sup> SIMA/UGT, *1º Encontro nacional Setor Naval, 1983* (Lisboa: SIMA/UGT, 1984), 2.

<sup>988</sup> “Um gesto simbólico,” *Diário de Lisboa*, junho 24, 1983, 5.

<sup>989</sup> *Ibid.*

<sup>990</sup> “100 mil exigem salários em atraso,” *Bandeira Vermelha*, junho 30, 1983, 3.

<sup>991</sup> “Um gesto simbólico,” *Ibid.*

<sup>992</sup> “Salários em atraso levam trabalhadores a São Bento,” *Diário de Lisboa*, junho 30, 1983, 11.



seja um “Governo PS a apresentar uma proposta idêntica à da AD”: “Os nossos camaradas do PS mudaram de opinião”<sup>993</sup>.

Enquanto na Lisnave “continuam a impedir o normal movimento de saídas e entradas de navios no estaleiro”, um membro da CTS garante ao *Expresso*, a 1 julho, “que os plenários sectoriais que decorrem na empresa “não põem em causa os trabalhos de acabamento do superpetroleiro S-106”<sup>994</sup>.

O Governo inicia contactos “com os parceiros sociais, tendo em vista um hipotético ‘pacto social’” a 4 de julho<sup>995</sup>. A UGT diz-se “disposta a um ‘diálogo social permanente’”. Os dirigentes da CGTP afirmam estar “abertos ao diálogo e por isso trouxemos propostas concretas”. Uma das reivindicações é o “pagamento, na primeira quinzena de julho”, com verbas do Fundo de Desemprego, de “uma quantia correspondente à quarta parte dos salários em atraso, numa importância nunca inferior a um mês de trabalho para cada trabalhador”<sup>996</sup>.

Segundo o *Expresso*, Soares defendeu a “institucionalização do diálogo social” e um “Conselho Económico e Social”, e “reagiu bastante mal” às reivindicações da CGTP, sendo “bastante agressivo”. De acordo com José Ernesto Cartaxo, o primeiro-ministro terá dito: “Se querem ir para a força, então vamos para a força”<sup>997</sup>. Segundo José Luís Judas: “não recusamos à partida a eventualidade de participar nesse Conselho, se ele vier a ser criado”, dependendo da “sua composição, do seu funcionamento e dos seus poderes”<sup>998</sup>.

No dia seguinte, são recebidas as associações patronais. A CIP revela “dúvidas sobre o sucesso do pacto social”. A CAP exige “uma definição clara das regras do jogo para o setor agrícola”. A CCP espera do Governo “um papel de árbitro” e “parceiro” para o “pacto social”<sup>999</sup>.

Também a 5 de julho, um plenário na Setenave exige o saneamento económico-financeiro, a revogação das medidas “impostas pelo Governo AD” para acabamento do petroleiro S-106, e marca uma concentração frente ao Ministério da Indústria para o dia seguinte,

---

<sup>993</sup> “Golpe de rins espetacular,” *Diário de Lisboa*, julho 1, 1983, 5.

<sup>994</sup> “Estaleiros Setenave,” *Expresso*, julho 2, 1983, 18.

<sup>995</sup> “Sindicatos esperam do governo algo mais do que simples diálogo,” *Jornal de Notícias*, julho 5, 1983, 1.

<sup>996</sup> “UGT e CGTP abertas ao diálogo mas sem esquecer reivindicações,” *Jornal de Notícias*, julho 5, 1983, 2.

<sup>997</sup> “Conflitos laborais: aproxima-se um verão quente,” *Expresso*, julho 9, 1983, 6-7.

<sup>998</sup> “Encontro da CGTP com o governo correu mal,” *Diário de Lisboa*, julho 7, 1983, 7.

<sup>999</sup> “Organizações patronais satisfeitas com audiências de S.Bento,” *Diário de Lisboa* julho 6, 1983, 6.

que no entanto é desconvocada porque o ministério agendou uma reunião para o dia 12 desse mês<sup>1000</sup>.

O parlamento vota favoravelmente, a 6 de julho, a proposta do Governo de delimitação dos setores. A Lei 11/83, de 16 de agosto, autoriza o Governo a legislar no sentido de abrir à atividade das empresas privadas e a outras entidades da mesma natureza novos setores dos meios de produção, nomeadamente os setores bancário, segurador, cimenteiro e adubeiro<sup>1001</sup>. Uma “decisão histórica” e uma vitória “doutrinária”, na opinião do CDS. “Pretendem é abrir a banca para seis ou sete famílias que existiam já antes do 25 de Abril, ao Jorge de Brito, aos Espírito Santo, aos Mellos”, argumenta Ilda Figueiredo pelo PCP<sup>1002</sup>.

## O “estado de sítio” na Margem Sul.

O Ministério do Trabalho consegue a “celebração de um acordo precário” com os ORTs da Lisnave, a 6 de julho, prevendo-se “uma verba de 180 mil contos despendida pelo Fundo de Desemprego para pagamento de salários” (cerca de 30 contos para cada um dos assalariados)<sup>1003</sup>, e a feitura de um “contrato de reparação de navios na ordem dos sete milhões de dólares (mais de 800 mil contos)”<sup>1004</sup>. Em contrapartida, existiria uma situação laboral “sem conflitos durante três meses”, tempo reclamado pelo Governo para execução de um plano de reestruturação.

Segundo o *Expresso*, quando o entendimento, “em muito semelhante ao da Setenave”, subscrito por representantes das três partes, parecia ir prevalecer, o Ministério do Trabalho “precipitou-se” e revelou à Imprensa, no próprio dia da sua assinatura, que se estabelecera um ‘pacto social’ na Lisnave”. Tendo ficado estabelecido que haveria sigilo até ratificação pela AGT no dia seguinte, “os mesmos representantes do pessoal da Lisnave que tinham firmado o documento propuseram à assembleia a sua rejeição”<sup>1005</sup>. Segundo um porta-voz dos ORTs, os

---

<sup>1000</sup> “Trabalhadores da Lisnave decidiram continuar a luta,” *Diário de Lisboa*, julho 7, 1983, 10.

<sup>1001</sup> Lei 11/83, 16 de agosto.

<sup>1002</sup> “As razões e as razões,” *Diário de Lisboa*, julho 6, 1983, 6.

<sup>1003</sup> “Lisnave: um beco sem saída,” *Ibid.*

<sup>1004</sup> “Trabalhadores da Lisnave decidiram continuar a luta,” *Diário de Lisboa*, julho 7, 1983, 10.

<sup>1005</sup> “Lisnave: um beco sem saída,” *Ibid.*

“trabalhadores consideraram por unanimidade ‘muito vagos’ os termos do acordo, daí a sua rejeição”<sup>1006</sup>.

Em AGT da Lisnave, a 12 de julho, decide-se prosseguir a luta. Segundo um representante dos trabalhadores, “eles queriam era um pacto social à borla”, mas “à fome não conseguem vergar ninguém”<sup>1007</sup>.

Nesse mesmo dia, os ORTs da Setenave reúnem-se com o adjunto do secretário de Estado da Indústria. Mas afiançam não terem alcançando “quaisquer garantias” de “pagamento dos salários para além de 31 de agosto”, e de “manutenção dos postos de trabalho”<sup>1008</sup>. No dia seguinte (13 julho) realiza-se uma concentração na Mitrena, onde acusam o Governo de “usar o diálogo apenas como manobra de diversão”<sup>1009</sup>.

Nos estaleiros da Margueira encontrava-se retido pelos trabalhadores o navio petroleiro *Doris*. O décimo terceiro Juízo do Tribunal Cível da Comarca de Lisboa decreta a sua entrega ao armador grego<sup>1010</sup>. O MAI declara que “tendo a administração da Lisnave solicitado a intervenção” da PSP, esta “procedeu em conformidade, por forma a restabelecer a legalidade”<sup>1011</sup>.

Uma “situação idêntica à do ‘estado de sítio’ foi aquela que a população de Almada encontrou” a 14 de julho, “quando se levantou”<sup>1012</sup>, escreve o *Jornal de Notícias*. Com efeito, pouco depois das 4 horas da manhã, o “contingente especial da GNR e da PSP atravessou a Ponte 25 de Abril”. Às 5 horas, cerca de “500 elementos das forças militarizadas” chegavam à Avenida do Movimento das Forças Armadas, ocupando a Lisnave e cortando a artéria nos seus extremos.

No estaleiro estavam “centenas de elementos da PSP de Setúbal e Almada, o Corpo de Intervenção da PSP, o Regimento de Cavalaria da GNR e os batalhões 1 e 2 da GNR, além de elementos à civil do Grupo de Operações Especiais”. Os restantes “cercaram mais tarde a

---

<sup>1006</sup> “Trabalhadores da Lisnave decidiram continuar a luta,” Ibid.

<sup>1007</sup> “Luta prossegue na Lisnave,” *O Diário*, julho 13, 1983, 9.

<sup>1008</sup> “Falta de financiamento agrava situação da Setenave,” *Diário de Lisboa*, julho 13, 1983, 15.

<sup>1009</sup> “Impasse na situação da Setenave,” *Diário de Lisboa*, julho 14, 1983, 15.

<sup>1010</sup> “Filhos dos trabalhadores retratam a verdadeira situação da Lisnave,” *Diário de Lisboa*, julho 15, 1983, 15.

<sup>1011</sup> “Ocupação de Lisnave pela polícia gerou situação de grande tensão na Margueira,” *Jornal de Notícias*, julho 15, 1983, 4.

<sup>1012</sup> “Aparatosa intervenção das Forças Policiais,” *Jornal de Notícias*, julho 15, 1983, 1.

Setenave e a Siderurgia” para impedir que os trabalhadores saíssem das empresas, em solidariedade.

Desencadeiam-se “operações *stop* nos principais eixos rodoviários” para impedir que os trabalhadores da Lisnave cheguem ao estaleiro. Ficam “retidos junto às barreiras policiais nos extremos da avenida, em Cacilhas e na Cova da Piedade”. Juntam-se-lhes os trabalhadores da Parry & Son, CPP e SRN, que paralisam a atividade.

Entre as 10.30 e as 13 horas, os trabalhadores da Lisnave desfilam a partir da Margueira pelas ruas de Almada e Cova da Piedade, com “mais de uma centena de crianças e outros familiares”, e “largas centenas de trabalhadores” da CPP, do Olho de Boi, da Parry & Son e ORTs da SRN e Arsenal do Alfeite. A abrir o cortejo estão os filhos dos trabalhadores com salários em atraso, empunhando bandeiras negras. Grita-se: “Não é com a repressão que os nossos filhos têm pão”. Nos cartazes lê-se: “Somos os filhos dos trabalhadores da Lisnave, temos fome” e “Pelo pagamento dos salários, os Mellos que paguem a crise”<sup>1013</sup>.

Na empresa apenas fica o piquete de cerca de 40 trabalhadores, a quem as forças policiais impedem o recebimento de alimentos do exterior<sup>1014</sup>.

A Setenave paralisa das 16.45 às 17.45, em solidariedade com a Lisnave<sup>1015</sup>. A CGTP defende, em conferência de imprensa, que a “repressão desencadeada” é “em si mesma contraditória do dialogo social”, e “afirma-se disposta a ‘dialogar responsavelmente com o Governo’”<sup>1016</sup>.

A ocupação policial dura 24 horas. O navio é retirado da Doca 11 pelas 2 horas de 15 de julho, por dois rebocadores da Administração-Geral do Porto de Lisboa e outros dois da própria empresa, encerrando-se a operação três horas depois (5 horas). Segundo o porta-voz da CT Lisnave, a saída do *Dóris* “não constitui qualquer derrota para os trabalhadores, porque o seu objetivo não era prender qualquer navio”<sup>1017</sup>.

As grandes empresas e principais serviços do distrito de Setúbal paralisam a 15 de julho durante meia hora, entre as 11.30 e as 12 horas. Os trabalhadores reúnem-se em plenários,

---

<sup>1013</sup> “«Não é com a repressão que os nossos filhos têm pão»,” *O Diário*, julho 16, 1983, 11.

<sup>1014</sup> “Ocupação de Lisnave pela polícia gerou situação de grande tensão na Margueira,” *Ibid.*

<sup>1015</sup> *Ibid.*

<sup>1016</sup> “Governo foge a responder às questões concretas,” *O Diário*, julho 15, 1983, 24.

<sup>1017</sup> “Ocupação policial durou 24 horas,” *O Diário*, julho 16, 1983, 11.

aprovando moções de apoio<sup>1018</sup>. Pelas 15.55, realiza-se um plenário de ORTs do distrito de Setúbal na Incrível Almadense. Para Armando Teixeira (CGTP): “Não há que ceder a um Governo que se recusa ao diálogo e utiliza forças militarizadas contra os trabalhadores”<sup>1019</sup>. No fim da tarde, milhares de pessoas integram concentrações no Seixal, Barreiro e Setúbal<sup>1020</sup>.

No *Diário de Notícias*, o jornalista Dinis de Abreu considera ter-se salvo a “autoridade do Estado e a legalidade democrática”. Como a CT Lisnave “afirma que ‘se for necessária a suspensão temporária de contratos de trabalho, reconversão de pessoas com garantia de salários, não nos opomos’”, e concorda existirem “cerca de 1500 trabalhadores a mais”, interroga: “Será este um indício do pragmatismo que à primeira vista tem faltado nas negociações?”<sup>1021</sup>.

Segundo o administrador-delegado da Lisnave, Veiga Dias: “Analisando bem, o ideal será nem manter este monstro”, pois a “sobredimensão da empresa é tão notória que devíamos ter a coragem de a encerrar”. Defende o estabelecimento de uma nova empresa que integre a Setenave e a Parry & Son, redefinindo-se o “número de pessoas necessárias a trabalhar no setor”<sup>1022</sup>.

As negociações entre os ORTs e a Administração prosseguem a 16 e 17 de julho, mantendo-se um piquete de trabalhadores na portaria da empresa. Segundo os primeiros, quando as “partes tinham chegado praticamente a acordo em todos os pontos”, a “‘má-fé’ da administração impossibilitou o estabelecimento de um acordo”. Asseveram que “bastava” a demissão da administração “para que os trabalhadores voltassem ao trabalho”<sup>1023</sup>.

Em plenário geral realizado pela manhã de 19 julho, junto à portaria da Margueira, decide-se continuar com as formas de luta. Em conferência de imprensa, os ORTs calculam em 10 mil contos os prejuízos materiais decorrentes da retirada do navio, negam ter impedido a saída do *Doris* e identificam a legalidade democrática com o pagamento dos salários em atraso<sup>1024</sup>.

---

<sup>1018</sup> “Margem Sul responde à repressão,” *O Diário*, julho 16, 1983, 1.

<sup>1019</sup> Ibid.

<sup>1020</sup> “Distrito de Setúbal parou meia hora,” *O Diário*, julho 16, 1983, 10.

<sup>1021</sup> Dinis de Abreu, “«Doris» day...,” *Diário de Notícias*, julho 16, 1983, 2.

<sup>1022</sup> “Lisnave: um beco sem saída,” Ibid.

<sup>1023</sup> “«Má fé» da administração impede acordo na Lisnave,” *O Diário*, julho 18, 1983, 10.

<sup>1024</sup> “Será para hoje a solução do conflito?,” *Diário de Lisboa*, julho 19, 1983, 11.

No dia seguinte (20 de julho), um novo plenário pela manhã rejeita um projeto de acordo, encarregando os ORTs de “proceder a uma análise mais profunda”<sup>1025</sup>. Pela tarde, em nova assembleia com mais de 5000 trabalhadores, é aprovado, com 14 votos contra e 3 abstenções.

*O Diário* faz manchete com: “Trabalhadores vencem na Lisnave”<sup>1026</sup>. Segundo um membro dos ORTs, os administradores “foram obrigados a recuar”, tendo sido “tudo apresentado pelos trabalhadores”. Estabelece-se um “calendário para pagamento de salários”, é “garantido o exercício do controlo operário”, fixa-se a “retroatividade do caderno reivindicativo”, e acorda-se a “negociação simultânea do caderno reivindicativo e do contrato de viabilização”. A administração compromete-se ainda a pagar 30 mil escudos a cada trabalhador, verba cedida pelo Ministério do Trabalho, sendo a restante dívida paga em três prestações<sup>1027</sup>.

O protocolo permitiu uma “subsidição reembolsável de 180 000 contos para que se pudesse pagar um mês de salários”<sup>1028</sup>. Para o *Bandeira Vermelha*, o acordo assinado foi a “confirmação daquele que duas semanas antes os mesmos tinham assinado numa ata que veio depois a ser repudiada pelo Plenário de Trabalhadores”<sup>1029</sup>.

Passados dois dias, na sequência do protocolo, o Governo concede por despacho o referido subsídio, permitindo a “preparação e entrada em execução do seu contrato de viabilização”. Ou seja, “por outras palavras, o Estado começava a preparar a autorização para os despedimentos coletivos, mas deixava o processo ainda pendente, pois as inevitáveis consequências políticas não seriam fáceis de digerir pelo Governo”<sup>1030</sup>.

## **“Fase 2” do pacto social: despedimentos massivos**

Os trabalhadores da Setenave concentram-se frente ao Ministério da Indústria e Energia a 22 de julho, exigindo o “desbloqueamento de meios necessários ao prosseguimento da atividade da empresa após a conclusão do superpetroleiro S-106”, que os estaleiros sejam “dotados de

---

<sup>1025</sup> “Trabalhadores ainda não aprovaram projeto de acordo,” *Diário de Lisboa*, julho 20, 1983, 11.

<sup>1026</sup> “Trabalhadores vencem na Lisnave,” *O Diário*, julho 21, 1983, 1.

<sup>1027</sup> “Lisnave: regresso ao trabalho após vitória dos trabalhadores,” *O Diário*, julho 21, 1983, 9.

<sup>1028</sup> Paulo Oliveira e Paulo Fernandes, “A década de 80: crise e recuperação,” 310.

<sup>1029</sup> “Os frutos amargos do pacto social,” *Bandeira Vermelha*, julho 21, 1983, 6.

<sup>1030</sup> Paulo Oliveira e Paulo Fernandes, “A década de 80: crise e recuperação,” 310.

meios que permitam a conclusão de três navios graneleiros, em fase de construção, e que se concretize o contrato dos navios *panamax* para a Jugoslávia”<sup>1031</sup>.

Para a UGT, “Lisnave e Setenave são viáveis”. Relativamente à última, esclarece que “não se opôs à necessidade de um Acordo Social”, mas “à ilusão, injetada pelo então ministro Baião Horta, de que só no cumprimento do prazo de acabamento do S-106 residia a salvação da empresa”, pois “acentua ser fundamental também um plano de viabilização, que passa por uma decisão do Governo favorável à construção dos graneleiros e dos *panamaxes* e pela necessidade de se reestruturar a frota da marinha de comércio”.

Existindo “setores políticos e económicos ao serviço da estratégia do grupo Melo pretendendo viabilizar a Lisnave com o subsequente encerramento da Setenave”, a UGT “denuncia publicamente esta situação”, considerando existir “espaço económico” para as duas empresas, desde que “os interesses do grupo Melo e daqueles que o servem não se sobreponham aos interesses nacionais”<sup>1032</sup>.

Uma RCM de 18 de agosto cria uma comissão interministerial encarregue de tomar medidas para o acabamento na Setenave de três graneleiros para a CNN e de apresentar uma proposta de “racionalização” da empresa, por via do redimensionamento do quadro dos seus trabalhadores, com dispensa de trabalhadores a quem não se possa assegurar ocupação<sup>1033</sup>.

O S-106 é terminado antes do prazo previsto. Em conferência de imprensa, os ORTs da Setenave asseguram tal só ter sido possível graças ao “esforço e dedicação dos trabalhadores”, que “pouparam ao país ‘alguns milhões de contos’”. O *Avante!* interroga: “Os trabalhadores cumpriram – e o Governo?” Argumenta que o “papel positivo e responsável dos trabalhadores” demonstra que “se as empresas públicas tiverem apoios, possuem capacidade tecnológica e humana para cumprir os contratos”<sup>1034</sup>.

A administração da Setenave escreve uma carta aos trabalhadores da empresa, a 29 de agosto, felicitando-os e aos “dirigentes da Empresa pela vontade firme e pela sua ação unida no interesse comum, que levaram à estabilização social, a uma recuperação de confiança nas suas potencialidades, à melhoria da imagem externa”. Segundo esta, o acordo de janeiro “garantiu a

---

<sup>1031</sup> “Trabalhadores da Setenave concentram-se hoje,” *O Diário*, julho 22, 1983, 24.

<sup>1032</sup> “Lisnave e Setenave são viáveis,” julho 28, 1983 in *Três anos de intervenção/UGT* (Lisboa: UGT, 1984), 86.

<sup>1033</sup> Teresa Rosa et al, “O Estado e o Patronato na Indústria Naval”, 118.

<sup>1034</sup> “Setenave, Os trabalhadores cumpriram – e o Governo?,” *Avante!*, agosto 18, 1983, 7.

indispensável paz laboral, permitiu à Empresa dispor dos recursos financeiros indispensáveis à sua laboração”<sup>1035</sup>.

No dia seguinte à estipulada data limite de acabamento do S-106, em reunião de Conselho de Ministros a 1 de setembro, aprova-se uma “resolução que aponta para a redução de boa parte do pessoal da Setenave”. O Fundo de Desemprego deve garantir os “apoios previstos na lei para os trabalhadores que venham a ser dispensados”. A empresa fica proibida de “aceitar encomendas que impliquem esforços financeiros adicionais por parte do Estado”. Elaborar-se-á um “esquema de dimensionamento da empresa, que pode eventualmente conduzir à sua desativação progressiva”, garantindo-se “condições de operacionalidade” para “uma eventual retomada do mercado de construção naval”. O CA e os ORTS “devem negociar um protocolo” com as “condições de acabamento dos três navios graneleiros em construção”<sup>1036</sup>.

No mesmo dia, a administração apresenta a sua demissão, por discordância com o “bloqueamento” da empresa e o condicionamento de “toda a atividade comercial” à “prévia aprovação das suas operações por diversos departamentos governamentais”<sup>1037</sup>. Segundo a CTS, a “demissão corresponde a uma exigência já proposta pelas organizações laborais”<sup>1038</sup>, e a aplicação da resolução “constituirá ‘um autêntico encerramento da Setenave’”, pois “o Governo não pretende recuperar mas sim ‘destruir a empresa’”<sup>1039</sup>.

O *Expresso* faz um resumo: “a Setenave ainda não vai morrer, mas muita gente, que vive do seu trabalho nos estaleiros, vai passar pela suspensão forçada. Será certamente o primeiro exemplo de ‘despedimentos’ massivos”<sup>1040</sup>.

Segundo o *Bandeira Vermelha*, o “Apoio à luta da Setenave é decisivo”, porque “Se o Governo despedir 2000 na Setenave, dezenas de empresas se seguirão”. Analisa que o comunicado do CM “nem sequer coloca a questão de proceder, numa primeira fase, à suspensão

---

<sup>1035</sup> “Carta aos Trabalhadores,” *Informação Setenave*, agosto 29, 1983.

<sup>1036</sup> “Projeto de Mota Pinto de ‘Serviço de Informações’ aprovado pelo governo, resolução sobre a Setenave vai reduzir pessoal,” *Diário de Lisboa*, setembro 2, 1983, 24.

<sup>1037</sup> Teresa Rosa et al, “O Estado e o Patronato na Indústria Naval”, 121.

<sup>1038</sup> “Demitiu-se a administração da Setenave,” *Diário de Lisboa*, setembro 6, 1983,

<sup>1039</sup> “Despedimentos: estaleiros e metalomecânica serão os primeiros,” *Expresso*, setembro 10, 1983, 10, 1.

<sup>1040</sup> “Setenave vai construir para a frota mercante nacional com menos 2 mil trabalhadores,” *Expresso*, setembro 3, 1983, 15.



temporária desses trabalhadores”, sendo pior que o “*lay-off*”, pois nessa modalidade existia “reintegração automática no termo da suspensão”<sup>1041</sup>.

Portugal assina uma nova “carta de intenções” com o FMI para um empréstimo de 750 milhões de dólares, a 9 de setembro, que “impõe um programa de corte das despesas públicas para restringir o défice do Estado e reduções substanciais da procura privada”. A redução do défice da balança de transações correntes com aumento das exportações será alcançada com a descida do PIB, o afundamento do salário real, o aumento do desemprego, os salários em atraso<sup>1042</sup>.

Em reunião da CGTP com o ministro da Indústria Veiga Simão, a 9 de setembro, este confirma (segundo o *Expresso*) que os estaleiros de construção e reparação naval como a Lisnave e a Setenave e as empresas de metalomecânica pesada serão as “primeiras a ser atingidas pela vaga de despedimentos que o Governo se prontifica a autorizar no setor público”<sup>1043</sup>.

A RCM 42/83 de 10 setembro<sup>1044</sup> decreta que, num prazo de seis meses, a Setenave teria de reduzir em mil o número de efetivos, garantindo como indemnização o valor de um mês por cada ano de trabalho mais quatro meses.

A CGTP organiza (entre 16 e 22 de setembro) uma “Conferência Nacional pelo direito ao trabalho, contra a suspensão dos contratos, os despedimentos e o não pagamento de salários”, descentralizada, em todos os distritos, como resposta ao projeto de decreto-lei do *lay-off*<sup>1045</sup>.

O V Congresso do PS (30 Setembro-2 outubro 1983) confirma a liderança e estratégia de Soares, “Manter o rumo, enfrentar a crise”, que derrota o ex-secretariado, e abandona a “inspiração marxista” da Declaração de Princípios<sup>1046</sup>, num partido menos ancorado organicamente no mundo do trabalho, pois os núcleos de empresa passaram de 500 em 1979 para 200 em 1981, sendo menos de 100 os que elegeram delegados<sup>1047</sup> para o “congresso da responsabilidade”, no Pavilhão dos Desportos.

---

<sup>1041</sup> “Operários serão os primeiros despedidos,” *Bandeira Vermelha*, setembro 8, 1983, 12.

<sup>1042</sup> José Medeiros Ferreira, 121.

<sup>1043</sup> “Intersindical prepara ofensiva,” *Expresso*, setembro 10, 1983, 20.

<sup>1044</sup> Resolução Conselho Ministros nº 42/83, 10 setembro.

<sup>1045</sup> “Este governo não resolve um único problema. Agrava-os!,” *Diário de Lisboa*, setembro 16, 1983, 6.

<sup>1046</sup> “Adeus Marx vou para Belém,” *Diário de Lisboa*, outubro 3, 1983, 4.

<sup>1047</sup> Marcelo Curto, org., *Para a História do PS, Textos da Esquerda Laboral* (Lisboa: Edição EL-Editorial Esquerda Democrática, s.d.), 25.

Realiza-se o IV Encontro Nacional dos Trabalhadores de Empresas Nacionalizadas e Participadas, a 8 de outubro, no Pavilhão dos Desportos<sup>1048</sup>. No mesmo dia, em entrevista ao *Expresso*, Álvaro Barreto (agora ministro do Comércio e Turismo) argumenta que a diversificação de atividades nos estaleiros é uma “proposta demagógica”, já que o setor metalomecânico encontra-se “também em profunda crise”. Assim, “custe o que custar”, torna-se “necessário e inevitável reduzir substancialmente as forças de trabalho”, na Lisnave “das atuais 6500 pessoas para 3500 a 4000”, e para a Setenave, o “plano de trabalho para os próximos três a cinco anos” deveria “basear-se no programa de reconstrução das frotas da nossa marinha mercante e de pescas”<sup>1049</sup>.

A 15 de outubro, a CGTP organiza mais uma jornada nacional de luta, com manifestações em várias cidades do país, contra a “política do Governo, os salários em atraso, os despedimentos (*lay-off*) e o roubo do 13.º mês”<sup>1050</sup>.

Segundo a UGT, no outono de 1983, 100 000 trabalhadores, de 425 empresas, maioritariamente nos polos industriais de Lisboa, Porto e Setúbal, encontravam-se com salários em atraso<sup>1051</sup>. A CGTP divulga um estudo, a 30 de outubro, afirmando que os salários em atraso atingem cerca de 117 000 trabalhadores, mais de metade nos distritos supramencionados, sendo o setor metalúrgico o mais afetado<sup>1052</sup>.

O Decreto-Lei 398/83 (chamado do *lay-off*), que define o regime de suspensão do contrato de trabalho e redução temporária dos períodos normais de trabalho, é promulgado a 2 de novembro, prevendo-se comparticipação do Fundo de Desemprego<sup>1053</sup>. A UGT declara a sua “oposição total”<sup>1054</sup>.

Segundo Fernando Ulrich, trata-se de um “diploma de características históricas”, a “primeira reforma de fundo introduzida pelo Bloco Central”<sup>1055</sup>. O colunista do *Expresso* elogia Ernâni Lopes, analisando que “todos se interrogam baixinho se será este o Salazar dos anos

<sup>1048</sup> “Defesa do setor público hoje em debate,” *Diário de Lisboa*, outubro 8, 1983, 1.

<sup>1049</sup> “Entrevista Álvaro Barreto,” *Expresso*, outubro 8, 1983, 10.

<sup>1050</sup> “1983, Cronologia,” *Centro de Documentação Movimento operário e popular do Porto*, acesso a setembro 3, 2015, <http://cdi.upp.pt/cgi-bin/cronologia.py?ano=1983>

<sup>1051</sup> José Brandão de Brito e Cristina Rodrigues, 331.

<sup>1052</sup> “1983, Cronologia,” *Centro de Documentação Movimento operário e popular do Porto*, acesso a setembro 3, 2015, <http://cdi.upp.pt/cgi-bin/cronologia.py?ano=1983>

<sup>1053</sup> Decreto-Lei 398/83, 2 novembro.

<sup>1054</sup> “Oposição Total ao ‘lay-off’,” setembro 19, 1983 in *Três anos de intervenção/UGT* (Lisboa: UGT, 1984), 90.

<sup>1055</sup> Fernando Ulrich, “A 1ª reforma do Bloco Central,” *Expresso*, novembro 5, 1983, 19.

oitenta que irá finalmente pôr a casa em ordem”, mas “por mais genial que seja o ministro das Finanças, não pode pôr a Setenave ou a TAP a ganhar dinheiro”<sup>1056</sup>. Critica que se continue “resignadamente a pagar impostos para alimentar a Quimigal, a CNP, a Setenave e outras similares, sem que se vislumbre qualquer intenção de encarar de frente a situação destas empresas públicas”<sup>1057</sup>.

Sob convocação da CGTP, realiza-se uma manifestação de trabalhadores com salários em atraso à porta da AR, a 3 de novembro. No parlamento, Jerónimo de Sousa denuncia os “interesses recuperacionistas e a chantagem dos grandes grupos económicos, nomeadamente dos Mellos, em relação à Lisnave, Parry & Son, Cifa e outros”. O PCP apresenta um projeto para “conferir aos trabalhadores o direito a uma subvenção por salário em atraso através do Fundo de Desemprego e tipificar como crime a falta de pagamento de salário com fraude ou culpa grave”. Quando a proposta foi chumbada “irromperam protestos das galerias”<sup>1058</sup>. O PCP (R) critica a apresentação do projeto-lei n.º 14/111 do PCP, argumentando que o uso do Fundo de Desemprego “consiste em fazer os trabalhadores pagarem-se a si próprios”<sup>1059</sup>.

A CGTP organiza uma jornada de luta “contra o roubo do 13.º mês”, a 17 de novembro, mobilizando mais de um milhão de trabalhadores, com mais de 50 concentrações e paralisações de duas horas em centenas de empresas<sup>1060</sup>. Em Setúbal, no Largo da Misericórdia, segundo o *Bandeira Vermelha*, os operários “amolgaram o carro do governador civil e apedrejaram a sede do PS”<sup>1061</sup>.

O PCP “avança com a fórmula “Governo democrático de salvação nacional” nas teses para o X Congresso” (15 a 18 de dezembro)<sup>1062</sup>. Neste executivo, segundo Cunhal, devem estar “democratas e patriotas, qualquer que seja a sua filiação partidária”<sup>1063</sup>. Na resolução política, relativamente à “natureza e estágio da revolução portuguesa”<sup>1064</sup> analisa-se que o “processo contrarrevolucionário que se desenvolveu a partir de 1976 assestou sérios golpes nas conquistas

---

<sup>1056</sup> Fernando Ulrich, “A política económica do primeiro-ministro,” *Expresso*, novembro 12, 1983, 17.

<sup>1057</sup> Fernando Ulrich, “O pacote da Indústria,” *Expresso*, novembro 19, 1983, 17.

<sup>1058</sup> “A maioria deu luz verde à continuação do atraso no pagamento de salários,” *Avante!*, 10 novembro 10, 1983, 3.

<sup>1059</sup> “Salários em atraso: PCP cede à chantagem do governo,” *Bandeira Vermelha*, outubro 27, 1983, 4.

<sup>1060</sup> “Mais de um milhão protestam hoje contra ‘o roubo do 13º mês’,” *Diário de Lisboa*, novembro 17, 1983, 15.

<sup>1061</sup> “Revolta operária na manifestação de Setúbal,” *Bandeira Vermelha*, novembro 24, 1983, 6.

<sup>1062</sup> “Propostas incómodas para a reação,” *Avante!*, novembro 10, 1983, 2.

<sup>1063</sup> “PCP propõe governo de salvação aberto a democratas e patriotas de qualquer filiação partidária,” *Diário de Lisboa*, novembro 4, 1983, 4.

<sup>1064</sup> PCP, *Resolução Política, X Congresso do Partido Comunista Português* (Lisboa: *Avante!*, 1984), 8.

democráticas, mas não alterou a etapa (iniciada com a revolução) do desenvolvimento das estruturas económicas, das relações sociais e da vida política”<sup>1065</sup>. O Governo PS/PSD corresponde à “5ª fase do processo contrarrevolucionário”<sup>1066</sup>, das “tentativas golpistas” desde o 25 de Abril<sup>1067</sup>.

A teorização de um novo partido prossegue, dada a “instabilidade no quadro partidário e campo social partidariamente vazio”<sup>1068</sup>. Argumenta-se que para se criar, “através de eleições legislativas”, uma “base institucional que apoie um Governo democrático”, seria “indispensável” ou a “adoção pelo PS de uma política democrática, com o rompimento das suas alianças à direita” ou a “formação de novos partidos democráticos que alcancem largo apoio social, político e eleitoral”, sendo esta “hipótese” uma “possibilidade real”<sup>1069</sup>.

Na antevéspera do Natal de 1983, a CGTP promove vigílias em 25 cidades e vilas contra a “política de fome e miséria do Governo”. Em Setúbal, “muitos trabalhadores mostravam cartazes negros. Eram os da Setenave, protestando contra o roubo do 13.º mês”<sup>1070</sup>.

Em dezembro, é nomeada uma nova Administração<sup>1071</sup>. Segundo a Comissão de Justiça e Paz da Diocese de Setúbal, “só nos últimos meses de 1983 verificaram-se sete suicídios na Setenave”<sup>1072</sup>.

## **Um “plano” para “viabilizar” a indústria naval.**

Em janeiro de 1984 é apresentado o estudo “A Indústria Naval em Portugal, Contributos para a sua Viabilização” por um Grupo de Trabalho *ad hoc*<sup>1073</sup>, no qual se propõe a construção de 35 navios, dando-se prioridade ao mercado interno.

---

<sup>1065</sup> Ibid., 9.

<sup>1066</sup> Ibid., 14.

<sup>1067</sup> As quatro fases anteriores são: 1) período transitório até à aprovação da Constituição de 1976, 2) governo PS sozinho, do PS/CDS e de Mota Pinto, 3) Governo AD dirigido por Sá Carneiro, 4) governos AD de Balsemão e Freitas do Amaral. Atente-se que tanto o III CG como o V GC não aparecem mencionados, Ibid., 14.

<sup>1068</sup> Ibid., 47.

<sup>1069</sup> Ibid., 48-49.

<sup>1070</sup> “No frio Natal de 1983 o país esteve em vigília,” *Avante!*, dezembro 29, 1983, 3.

<sup>1071</sup> Teresa Rosa et al, “O Estado e o Patronato na Indústria Naval”, 119.

<sup>1072</sup> Alcídio Torres, *História de uma crise, o grito do bispo de Setúbal*, Lisboa: Editorial Notícias, 1996), 39.

Tratando-se de uma proposta que unifica competências de gestão, administrativas, técnicas e representantes laborais, constitui o mais acabado exemplo do que seria um plano concertado viabilizador da IN. A CCCTIN e a CTS irão referir-se repetidamente a este documento, como a “prova” da existência de alternativas ao desmantelamento do setor. Sendo simultaneamente um dos melhores “mapas” da indústria em todos os seus desdobramentos, um plano de ação de parte da *intelligentsia* especializada e um programa adotado pelos ORTs, convirá uma passagem mais demorada por este documento.

Portugal possui uma “frota insignificante face às necessidades do seu comércio externo e estaleiros navais com potencialidades para construir os barcos que precisa”, bem como “tripulações bem preparadas” e “armadores e estaleiros integrados no setor público empresarial<sup>1074</sup>”.

A IN conta com o “maior centro de reparação naval a nível mundial”, o eixo Lisboa/Setúbal<sup>1075</sup>. O setor da construção e reparação “emprega aproximadamente 22 000 pessoas”. No conjunto da indústria transformadora, “representa cerca de 3% do volume de emprego e gera 6% do PIB industrial”<sup>1076</sup>.

Os estaleiros dividem-se em quatro grupos. O primeiro (grandes estaleiros) com Lisnave, Setenave e Arsenal do Alfeite (este com estatuto específico e meios antiquados); o segundo representado pelos Estaleiros de Viana do Castelo; um terceiro composto por Parry & Son, S. Jacinto, Mondego, Argibay e Foznave; e finalmente um grupo “residual” de empresas que são mais oficinas do que propriamente estaleiros<sup>1077</sup>.

Os dois primeiros grupos (excetuando-se o Arsenal) encontram-se fortemente voltados para o mercado externo. Estão mais bem apetrechados e são mais afetados pela crise económica

---

<sup>1073</sup> Elaborado por A. Costa Leal (Economista/ Ex-Presidente da Setenave), António Catita (Engenheiro / Ex-Administrador da Setenave), Carlos Pimpão (Engenheiro/ Ex-Administrador dos EN VC), Hugo de Jesus (Economista/Ex-Presidente da Soponata), João Abel de Freitas (Economista/Técnico Assessor do Ministério da Indústria e Energia), José Santos Almeida (Economista/Técnico bancário), e Miguel Moisés (CTS e CCCTIN).

<sup>1074</sup> G.T. ad hoc, *A indústria naval em Portugal, Contributos para a sua viabilização* (s.l., Janeiro 1884), policopiado, 5.

<sup>1075</sup> Ibid., 7.

<sup>1076</sup> Ibid., 8.

<sup>1077</sup> Ibid., 10

internacional. Os restantes estão mal equipados, com “meios técnicos de elevação e carenagem muito deficientes”<sup>1078</sup>.

Na reparação naval, Portugal “granjeou prestígio internacional”, concretamente na reparação de grandes petroleiros. Já na construção naval, “não chegou a ter relevo”, pois só adquire certa dimensão quando a indústria mundial se encontrava em crise<sup>1079</sup>.

Na Setenave, os agregados económicos “têm evoluído a ritmo reduzido”, a estrutura financeira “nunca teve uma situação estável”, sendo a “estrutura do crédito bancário” o “reflexo completo da situação financeira da empresa”<sup>1080</sup>.

A frota de comércio, após o número máximo de 151 navios atingido em 1973, reduziu-se constantemente até aos 92 navios de 1982, com um total de 1,22 milhões de tab<sup>1081</sup> e 2,1 milhões de tpb<sup>1082,1083</sup>. A maior parte dos navios são petroleiros, navios de carga geral e graneleiros. A idade média da frota é de 18,9 anos<sup>1084</sup>.

Defende-se, portanto, um “programa mínimo de reapetrechamento da indústria de transportes marítimos nacional”, baseado nas “áreas de atuação preferenciais da frota nacional”: tráfegos internos de ligação do continente às regiões autónomas (2 graneleiros de cerca de 4000 tdw, 2 porta-contentores de cerca de 3000 tdw), tráfegos de importação de ramas de petróleo (2 petroleiros de 80.000 tdw e 5 petroleiros de 116 tdw), tráfegos de importação de graneis secos (11 navios do tipo “*handy-size*” de 38 000 tdw, e 13 navios do tipo “*panamax*”, de 67 000 tdw)<sup>1085</sup>.

O investimento é calculado em cerca de 870 milhões de dólares aos preços de 1983, dos quais pelo menos 300 milhões corresponderiam a incorporação nacional<sup>1086</sup>, com resultados em termos de balança cambial com poupança total líquida de divisas de cerca de 958,0 milhões de dólares para o período de vida útil dos diversos navios (15 anos)<sup>1087</sup>.

---

<sup>1078</sup> Ver anexo nº 9.

<sup>1079</sup> G.T. ad hoc, 10.

<sup>1080</sup> Ibid., 12.

<sup>1081</sup> Tonelagem de arqueação bruta

<sup>1082</sup> Tonelagem porte bruto.

<sup>1083</sup> Ver anexo nº 10.

<sup>1084</sup> G.T ad hoc, 17

<sup>1085</sup> Ver anexo nº 11.

<sup>1086</sup> Ver anexo n.º 12.

<sup>1087</sup> Ver anexo n.º 13.

Estima-se a criação de mais de mil novos postos de trabalho na marinha mercante e uma ocupação média de dois mil trabalhadores diretos por ano, compatível com as atuais capacidades produtivas dos estaleiros<sup>1088</sup>. Argumenta-se que, com “níveis de apoio financeiro equiparados aos praticados lá fora e tranquilidade laboral”, os estaleiros demonstraram “ser capazes de competir satisfatoriamente com a produção estrangeira”, caso das encomendas realizadas na última década<sup>1089</sup>.

Os problemas financeiros do setor são fruto de “várias medidas e decisões superiores”, estranhas à “atuação e controle das suas equipas de gestão”: taxas de juro de empréstimos subindo sem parar, desvalorização constante do escudo, morosidade das operações de financiamento, pouca competitividade do financiamento face à concorrência estrangeira e falta de meios para pagamento atempado e por inteiro de salários e de faturas de fornecedores<sup>1090</sup>.

Outros problemas que afetam a produtividade são: aspetos laborais (respeito pelos horários, absentismo, etc.), formação profissional (instrução/formação muitas vezes inadequada), organização (má coordenação dos vários setores: projeto, preparação fabril, aprovisionamento, produção), imobilizado corpóreo (obsoletismo de instalações e equipamentos) e incorpóreo (inexistência de projeto próprio e necessidade de aquisição no estrangeiro)<sup>1091</sup>.

Os programas de construções para as frotas nacionais estimulariam as indústrias subsidiárias. Deste modo, equipamentos como válvulas, vigias, cabrestantes, guinchos de arrasto, ferros, amarras, acessórios de eletricidade, ventiladores, grupos alternadores, bombas, certos equipamentos frigoríficos, compressores, hélices, máquinas de leme, entre outros, podiam ser produzidos em Portugal, elevando-se o valor da incorporação nacional<sup>1092</sup>.

Em suma, defende-se: saneamento financeiro das empresas; articulação das necessidades das frotas mercante e de pesca com as capacidades dos estaleiros navais; um programa de construções; condições concorrenciais de financiamento e de seguro de crédito; acordos de

---

<sup>1088</sup> Ver anexo nº14.

<sup>1089</sup> Na Setenave: 1 casco de superpetroleiro para a Suécia, 1 superpetroleiro para Alemanha/Libéria, 1 doca flutuante para Jeddah 1 doca flutuante para Brasil, “Jumboizing” de três navios para o Brasil).

<sup>1090</sup> G.T. ad hoc, 55.

<sup>1091</sup> Ibid., 56.

<sup>1092</sup> Ibid., 58.

cooperação com países do Terceiro Mundo; fundação de um CCIN que dinamize um centro nacional de projeto; formação profissional de trabalhadores e quadros técnicos<sup>1093</sup>.

## A “batalha” da Ponte 25 de Abril.

Os trabalhadores da Setenave fazem uma manifestação da Cachofarra até Setúbal, a 11 de janeiro de 1984, exigindo o pagamento do salário em atraso do mês de dezembro e a garantia de manutenção dos postos de trabalho<sup>1094</sup>.

A CGTP anuncia em conferência de imprensa (17 de janeiro), a sua recusa em entrar no projetado Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS), criticando “mais um órgão de fachada de inspiração vincadamente corporativa”, de “maioria governamental e patronal”, com o objetivo de “caucionar” a política do executivo<sup>1095</sup>.

A UGT condena a “atitude irresponsável e aventureira da CGTP”, por atacar o Governo por falta de “diálogo e negociação” e agora recusá-lo. Rejeita o argumento da “câmara corporativa moderna”, porque, no Conselho Nacional do Plano, o papel dos sindicatos limita-se à “elaboração de simples declarações de voto”. Contudo, “da mesma maneira que vem perdendo as batalhas de negociação coletiva, através de enormes recuos”, a CGTP irá “aderir a este organismo sob o risco de perder a credibilidade que ainda lhe resta junto das suas bases”<sup>1096</sup>.

Numa concentração de trabalhadores da Setenave para exigir o pagamento de salários, junto às instalações do Conselho de Ministros, a 18 de janeiro, a polícia, alegando a não autorização da mesma, detém por duas horas quatro representantes dos trabalhadores. Uma delegação é recebida pelo chefe de gabinete do secretário de Estado adjunto do primeiro-ministro, tendo este anunciado (segundo um porta-voz da CGTP), que o “desbloqueamento das

---

<sup>1093</sup> Ibid., 60.

<sup>1094</sup> “Somos contra novo pacto social à nossa custa,” *Bandeira Vermelha*, janeiro 19, 1984, 4.

<sup>1095</sup> “CGTP rejeita participação no Conselho de Concertação Social,” *Diário de Lisboa*, janeiro 17, 1984, 1.

<sup>1096</sup> “Exigida implementação do Conselho de Concertação Social,” janeiro 19, 1984 in *Três anos de intervenção/UGT* (Lisboa: UGT, 1984), 103.



verbas para o pagamento de salários em atraso só será feito depois da reestruturação da empresa”<sup>1097</sup>.

O Decreto-Lei 29/84, de 20 de janeiro<sup>1098</sup>, sobre gestores públicos, é duramente criticado pelo PCP, por dificultar a eleição do representante dos trabalhadores. Argumentam que este “importante instrumento de diálogo com os trabalhadores” efetuar-se-á “por maioria do número dos trabalhadores representados”. Deste modo, numa empresa com 7000 trabalhadores, na qual se registasse uma abstenção de 30%, o candidato com 70% dos votos expressos não seria eleito<sup>1099</sup>. Assim, o gestor eleito pelos trabalhadores da Setenave nunca chegou a tomar posse.

As eleições para a IX CTS decorrem sob o espectro de um futuro sombrio: salário de dezembro por pagar, sem trabalho nas reparações, à espera de desbloqueamento do subsídio governamental para acabamento de três graneleiros e da renegociação de um contrato de construção de navios *panamax* para a Jugoslávia, e com a imprensa a anunciar a tomada de posse de uma nova administração que teria exigido “mãos livres para efetuar logo de entrada 600 despedimentos”<sup>1100</sup>.

O ato eleitoral decorre a 25 de janeiro de 1983. Em 5734 votantes registam-se 3521 votos (61,4%), 2231 abstenções (38,6%), 148 votos brancos (4,2%) e 185 nulos (5,3%). A Lista A (PCP) volta a vencer com 2251 votos, 8 mandatos (sobe 1) e 61,5%. Segue-se a B (UDP), com 551 votos e 15,7%, mantendo 2 mandatos. PS e PSD, que tinham concorrido juntos em 1982, dividem-se na Mitrena durante o Bloco Central. A lista D (PS) desiste e a C (PSD) obtém 384 votos, 10,9% e 1 mandato<sup>1101</sup>.

No dia seguinte (26 janeiro), o Conselho de Ministros aprova uma diretiva para a Setenave implicando redução das regalias sociais, suspensão temporária de contratos, reformas antecipadas e despedimento de mil trabalhadores nos seguintes seis meses<sup>1102</sup>. Caso não exista acordo entre os ORTs e o CA, “o Governo repensará a globalidade do problema e do futuro da empresa”<sup>1103</sup>. E só desbloqueará os “meios financeiros necessários, mês a mês, ao acabamento de

---

<sup>1097</sup> “Polícia prendeu quatro trabalhadores da Setenave,” *Diário de Lisboa*, janeiro 18, 1984, 12.

<sup>1098</sup> Decreto-Lei 29/84, 20 janeiro.

<sup>1099</sup> “Gestores eleitos pelos trabalhadores. Um caso de exemplar cinismo,” *Avante!, Suplemento*, março 1, 1984, 3.

<sup>1100</sup> “Somos contra novo pacto social à nossa custa,” *Bandeira Vermelha*, janeiro 19, 1984, 4.

<sup>1101</sup> “Revolucionários mantêm posições na CT,” *Bandeira Vermelha*, fevereiro 2, 1984, 11.

<sup>1102</sup> Teresa Rosa et al, “O Estado e o Patronato na Indústria Naval”, 445.

<sup>1103</sup> “Governo cumpre plano do FMI para a Setenave,” *Bandeira Vermelha*, fevereiro 2, 1984, 11

três navios graneleiros no decurso deste ano e do próximo, caso sejam cumpridas as ‘diretivas’”<sup>1104</sup>.

Ou seja, o “esquema” de condicionar a “viabilidade” da empresa fazendo depender a libertação de verbas para a produção e remuneração da reprodução da força de trabalho ao aceite de um “pacto social” em detrimento do trabalho, que tinha dado frutos com o caso S-106, era agora reproduzido, mas a uma escala maior. Já não era uma “suspensão temporária”, um interim, um acordo pontual e excecional findo o qual haveria um *retour à la normale*. Terminado o petroleiro, não se tratava somente de sacrificar parte do salário, direitos e reivindicações dos trabalhadores, mas sim parte deste contingente. A *lógica sacrificial* por um “bem maior” – “pátria”, “nação”, “empresa”, “produção”, “viabilidade” –, uma vez posta em movimento, revestia-se de uma propulsão autónoma que exigia cada vez mais sacrifícios, num processo que devora os *acquis* revolucionários e se espalhará como uma mancha de óleo por entre os interstícios da malha económico-social.

Os ORTs acusam o Governo de “total desconhecimento da realidade da Setenave” e de “cega aplicação das exigências” do FMI. Os despedimentos, baixa de salários e corte de regalias “não resolveriam nenhum dos graves problemas da empresa, antes os agravariam”<sup>1105</sup>.

A UGT critica os despedimentos, como uma medida “avulsa” que agrava os problemas. A solução passaria pelo “saneamento da empresa”, o “desbloqueamento da carteira de encomendas” e “das verbas para os navios em construção”, bem como a “contenção de massa salarial, com futuras correções de efetivos” (caso seja “necessário”), de forma “previamente negociada”<sup>1106</sup>.

No âmbito de uma jornada nacional de luta convocada pela CGTP, sob o mote “Nova política, novo governo”<sup>1107</sup>, realiza-se uma manifestação em Lisboa, a 29 de janeiro, onde “uma enorme delegação da Setenave clamava pelo pagamento dos salários em atraso e pela manutenção dos postos de trabalho”<sup>1108</sup>.

---

<sup>1104</sup> “Há falta de barcos mas governo quer fechar estaleiros,” *Avante!, suplemento*, março 1, 1984, 5.

<sup>1105</sup> “Governo limita-se à cega aplicação das exigências do FMI,” *Diário de Lisboa*, janeiro 28, 1984, 10.

<sup>1106</sup> “Mil despedimentos na Setenave: o País exige explicação,” s.d. in *Três anos de intervenção/UGT* (Lisboa: UGT, 1984), 106.

<sup>1107</sup> “Transportes deram o pontapé de saída,” *Diário de Lisboa*, janeiro 26, 1984, 9.

<sup>1108</sup> “Executivo de Soares contestado nas ruas,” *Diário de Lisboa*, janeiro 30, 1984, 7.

Uma marcha de trabalhadores da indústria naval atravessa a Ponte 25 de Abril, sendo travada repressivamente pela GNR, a 10 de fevereiro. Sensivelmente dez anos depois da revolução e da sua ocupação pelos deficientes das forças armadas, dez anos antes do “buzinão” contra o XII Governo, de Cavaco Silva, e com três décadas de antecipação face à proibição pelo MAI do XIX Governo de atravessamento por uma manifestação da CGTP, os 2277,64 m da ponte suspensa sobre o rio Tejo seriam palco de uma confrontação entre a força de intervenção do batalhão de Cavalaria da GNR, às ordens do IX Governo, e milhares de trabalhadores desarmados, com salários em atraso e ameaçados de despedimento, na antessala da criação do CPCS. Tentemos reconstituir o filme dos acontecimentos com o auxílio da imprensa da época.

O contexto era de dismantelamento do setor. O Executivo tinha manifestado a intenção de encerrar a CPP (nove meses de salários em atraso<sup>1109</sup>) e a SRN, pairando também a ameaça sobre a Parry & Son<sup>1110</sup>. Catorze mil trabalhadores da indústria naval do distrito de Setúbal tinham salários em atraso, uma dívida superior a 1 200 000 contos<sup>1111</sup>. Eram ameaçados com despedimentos em todas as empresas, como os mil programados para a Setenave<sup>1112</sup>.

Os trabalhadores de cinco empresas da indústria naval (Parry & Son, SRN, CPP, Lisnave e Setenave) reúnem-se em plenário pelas 9.30 de 10 de fevereiro, aprovando uma ação de luta conjunta. Pelas 10 horas, os trabalhadores da Parry & Son saem da empresa, e três minutos depois juntam-se-lhes os trabalhadores da SRN e da CPP, num desfile conjunto que desemboca na Lisnave.

Os quatro contingentes laborais encontram-se com os trabalhadores da Setenave, pelas 10.35, no Largo da Cova da Piedade<sup>1113</sup>, lá chegados em autocarros vindos da Mitrena<sup>1114</sup>. O desfile percorre as ruas da Cova da Piedade, tendo à dianteira “duas grandes bandeiras negras e uma vermelha, precedidas por um pano onde se lia: “Administrações, o Pinto e o Mário roubam-nos o salário”<sup>1115</sup>.

---

<sup>1109</sup> “Operários enfrentam GNR,” *Bandeira Vermelha*, fevereiro 16, 1984, 12.

<sup>1110</sup> “Trabalhadores da margem sul vão prosseguir a luta,” *O Diário*, fevereiro 11, 1984, 10.

<sup>1111</sup> “Repressão policial sobre trabalhadores navais é fraqueza e desespero do Governo Soares/Mota Pinto,” *Avante!*, fevereiro 16, 1984, 4-5.

<sup>1112</sup> “Trabalhadores da margem sul vão prosseguir a luta,” *Ibid.*.

<sup>1113</sup> “Governo manda espancar trabalhadores sem salários,” *O Diário*, fevereiro 10, 1984, 12.

<sup>1114</sup> “Operários enfrentam GNR,” *Ibid.*

<sup>1115</sup> “Governo manda espancar trabalhadores sem salários,” *Ibid.*.

Dezassete minutos depois, a manifestação chega aos acessos da autoestrada<sup>1116</sup>, encontrando-se a GNR junto à ponte<sup>1117</sup>. Milhares de trabalhadores interrompem o trânsito na Autoestrada do Sul pelas 10.56<sup>1118</sup>, bloqueando-a durante aproximadamente 45 minutos, formando-se uma fila automobilística de mais de 7 km na Autoestrada do Sul e de 3 km de extensão no sentido norte-sul<sup>1119</sup>. Nenhum barco da CP ou da Transtejo circulava, devido à greve dos transportes, de forma que a circulação entre as duas margens ficou totalmente bloqueada<sup>1120</sup>.

Os trabalhadores reabrem o trânsito e começam a retirar-se pelas 11.36. Após a passagem de alguns carros que começam a circular no sentido sul-norte<sup>1121</sup>, a GNR corta o trânsito às 11.37, e volvidos dois minutos anuncia pela instalação sonora de uma viatura que “os manifestantes estão a cometer uma ação ilegal”<sup>1122</sup> e que “os detidos na sequência desta ação serão levados a julgamento”<sup>1123</sup>.

Segundo *O Diário*, transcorridos outros dois minutos, o comandante da GNR dá ordem para carregar sobre manifestantes que se retiravam, “por entre os carros”. As “ordens de um capitão são esclarecedoras: “Só não quero que estraguem carros. Tudo o resto, podem fazer”, o que ocorreu, com uma “violência indiscriminada, avançando a oito e espancando barbaramente os trabalhadores caídos no chão” com “escudos, viseiras, bastões, coronhas de armas (*Mauser* e *G3*)”<sup>1124</sup>. Um membro da CTS afirma: “Atacaram a torto e a direito, batiam em tudo o que mexia, mulheres grávidas, homens, idosos.”<sup>1125</sup>

De acordo com o *Bandeira Vermelha*, um “guarda, depois de agredir vários operários e mesmo jornalistas que se encontravam num dos lados da estrada, sacou da pistola e começou a disparar”, sendo a “resposta de muitos operários” uma “chuva de pedradas que o obrigou imediatamente a recuar”<sup>1126</sup>.

---

<sup>1116</sup> Ibid..

<sup>1117</sup> “Operários enfrentam GNR,” Ibid..

<sup>1118</sup> “Governo manda espancar trabalhadores sem salários,” Ibid.

<sup>1119</sup> “GNR carregou em força sobre os trabalhadores,” *Jornal de Notícias*, fevereiro 10. 1984, 6.

<sup>1120</sup> “Operários enfrentam GNR,” Ibid.

<sup>1121</sup> Ibid.

<sup>1122</sup> “Governo manda espancar trabalhadores sem salários,” Ibid..

<sup>1123</sup> “Trabalhadores navais paralisam esta tarde,” *Diário de Notícias*, fevereiro 10, 1984, 3.

<sup>1124</sup> “Governo manda espancar trabalhadores sem salários,” Ibid.

<sup>1125</sup> “GNR atacou-nos cobardemente,” *Diário de Lisboa*, fevereiro 10, 1984, 13.

<sup>1126</sup> “Operários enfrentam GNR,” Ibid.

Muitos manifestantes debandaram do local da concentração até à Cova da Piedade, pelos campos que marginam a autoestrada, enquanto forças da GNR perseguiram os que permaneciam na via até junto da rotunda próxima do Pão de Açúcar<sup>1127</sup>.

Em resultado do conflito, cerca de 30 trabalhadores receberam tratamento hospitalar<sup>1128</sup>, cinco deles com alguma gravidade<sup>1129</sup>. Um operário da Lisnave ficou em “estado grave”, com “fratura exposta de uma tíbia e um perónio”, e outro da Setenave também sofreu “fratura de uma tíbia e um perónio, mas não exposta”. Segundo um dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul, “houve trabalhadores feridos levados nas carrinhas da Polícia de choque”<sup>1130</sup>.

De acordo com *O Diário*: “É assim a ‘concertação’ de Soares...”<sup>1131</sup> Segundo o secretariado da UDP na Setenave, a “imprensa não referiu” que “um grande número de trabalhadores resistiu sem arredar pé, do que resultaram baixas graves entre a GNR”<sup>1132</sup>.

No mesmo dia em que se desenrolavam os acontecimentos na ponte, o Conselho de Ministros pronuncia-se, em comunicado, pela aprovação urgente de propostas de lei para criação do Serviço de Informações e da Lei de Segurança Interna. Na parte ligada à criminalidade refere-se a “prática de atos de sabotagem que se destinam a condicionar greves e paralisações de trabalhos, ocupações selvagens, degradação de bens públicos, impedimentos à livre circulação nas vias rodoviárias e ferroviárias, violências contra pessoas e instituições, feitas a coberto de planos de agitação e desestabilização das instituições democráticas”<sup>1133</sup>.

O PCP critica o comunicado, na “sequência da violenta carga policial”, por “correlacionar” o exercício de “direitos constitucionalmente consagrados” (manifestação e greve)” com a “prática de ‘crime organizado’”. Considera-o uma “calúnia” por parte de “um Governo que conduz uma verdadeira guerra social contra a esmagadora maioria do povo português”<sup>1134</sup>.

---

<sup>1127</sup> “Trabalhadores navais paralisam esta tarde,” *Ibid*.

<sup>1128</sup> “É assim a ‘concertação’ de Soares...,” *O Diário*, fevereiro 10, 1984, 1.

<sup>1129</sup> “Violência contra os trabalhadores provoca onda de protestos,” *O Diário*, fevereiro 10, 1984, 24.

<sup>1130</sup> “GNR carregou em força sobre os trabalhadores,” *Jornal de Notícias*, fevereiro 10, 1984, 6.

<sup>1131</sup> “É assim a ‘concertação’ de Soares...,” *Ibid*.

<sup>1132</sup> “Organizar autodefesa,” *Bandeira Vermelha*, fevereiro 16, 1984, 12.

<sup>1133</sup> “Governo ‘puxa’ pela Lei do Serviço de Informações e quer Segurança Interna,” *Diário de Lisboa*, fevereiro 10, 1984, 9.

<sup>1134</sup> “A escalada repressiva e provocatória do governo PS/PSD, A SIP do PCP 10 fevereiro 1984,” *Avante!*, fevereiro 16, 1984, 3.

No dia seguinte, os trabalhadores da indústria naval do distrito de Setúbal paralisam durante a tarde, como forma de protesto<sup>1135</sup>. Desfiles, plenários e ações de esclarecimento marcam o dia. A paralisação é de 100% na Setenave e CPP, 99% na Parry & Son, e 98% na Lisnave<sup>1136</sup>.

Também a 10 de fevereiro, o PS “responsabilizou ‘pelos atos de violência que se lamentam’, os trabalhadores dos estaleiros”, numa “greve sem o pré-aviso legal”. Considera que os “planos de desestabilização política ao serviço de partidos que não aceitam as regras democráticas não só não resolvem os problemas dos trabalhadores como os agravam”. Simultaneamente, os sindicatos da UGT na Lisnave decidem “abandonar a empresa, em protesto pelo ‘terror e agressões físicas’” por parte de “estruturas próximas do PC”, declinando responsabilidade pela “degradação das unidades industriais” e não aceitando ser “vítimas de acordos tácitos do PC com o patronato”<sup>1137</sup>.

Um comunicado de um “Grupo de Auto-Defesa Operária da Setenave” considera “lamentáveis” as desculpas da maioria da CTS, por “não terem tomado todas as medidas para evitar o sucedido”, porque teria sido possível ter “feito pagar bem caro à GNR o número de feridos e mortos feitos por esta polícia”. Argumenta que se os ORTs tivessem organizado os operários, “armando-os com bandeiras de paus grossos, pedras, cintos fortes, etc.”, os GNR seriam “esmagados perante uma força 50 vezes maior”<sup>1138</sup>.

## **Os despedimentos “voluntários”.**

Um artigo publicado na revista da CIP, de novembro de 1981, reveste-se de um caráter profético. Sob o título “França: Os autodespedimentos: De que forma é possível suprimir os empregos sem suprimir?”, analisa a “panóplia de medidas existentes” pelas quais os empregadores recorrem a “métodos legais ou convencionais”, como a “pré-reforma” e a

---

<sup>1135</sup> “Violência contra os trabalhadores provoca onda de protestos,” *O Diário*, fevereiro 10, 1984, 24.

<sup>1136</sup> “Trabalhadores da margem sul vão prosseguir a luta,” *O Diário*, fevereiro 11, 1984, 10.

<sup>1137</sup> “Estaleiros «desertos» na margem sul do Tejo,” *Jornal de Notícias*, fevereiro 11, 1984, 5.

<sup>1138</sup> Álvaro Guerra, “A Autodefesa Operária na Luta de Classes,” *Patuleia, Revista de Opinião para Assuntos Militares*, 7, abril 1984, 21.

“cessação antecipada de atividade”, que coexistem com “práticas no limite da legalidade”, como os “prêmios de saída voluntária”, cuja “utilização se está a generalizar”.

As empresas usam “métodos ‘doces’ marcados de aspetos ‘voluntários’ pela parte dos assalariados”, pois “permitem tratar diretamente com eles, curto-circuitando assim os procedimentos legais previstos em caso de despedimento por razões económicas”, possuindo ainda a “vantagem” de serem um “fator de apaziguamento social que permite evitar conflitos cujo custo financeiro seria provavelmente superior às somas desembolsadas”.

Os sindicatos denunciam estes “ ‘despedimentos disfarçados’ ou ‘autodespedimentos’”, mas “encontram-se numa situação ambígua”, sendo-lhes “difícil oporem-se resolutamente a estas práticas” porque “são acolhidas favoravelmente pelos trabalhadores”. Os métodos são de “uma eficácia certa”, e as medidas, um “fator essencial de apaziguamento político e social”; contudo, o “Estado só se resolveu a pagar o preço necessário quando estava eminente o risco de uma explosão social”<sup>1139</sup>.

Sob o espectro de mil despedimentos e com os salários em atraso, a ordem de serviço 3/84 coloca em prática um esquema de Rescisão Voluntária do Contrato de Trabalho (RVCT), entre 17 e 29 de fevereiro<sup>1140</sup>, uma alternativa que corresponderia a uma indemnização de quatro meses de salário, mais um mês por cada ano ou fração de antiguidade, férias ou subsídio de férias de 1983 não gozadas e uma parte dos de 1984<sup>1141</sup>.

Segundo o *Avante!*, enquanto o Governo “quer fechar estaleiros”, Portugal pagou nos últimos quatro anos “duzentos milhões de contos para fretes e afretamento de navios estrangeiros”. Deste modo, o que parece uma “obra de loucos” não passa de uma “manobra criminosa” para benefício dos “grupos monopolistas, com os Mellos à cabeça”<sup>1142</sup>. Para o *Bandeira Vermelha*, trata-se de uma “grande investida contra o setor da classe operária que mais firmeza e capacidade de resistência tem demonstrado ao longo dos anos – os trabalhadores da indústria naval”, sendo a Setenave “apenas o balão de ensaio”<sup>1143</sup>.

---

<sup>1139</sup> “França: Os autodespedimentos: De que forma é possível suprimir os empregos sem suprimir?,” *Indústria em Revista*, novembro, 1981, 57.

<sup>1140</sup> “Entrevista com Teresa Rosa,” *Versus*, 20 Fevereiro-20 março, 1984, 15.

<sup>1141</sup> “Na Setenave PCP colabora com a administração,” *Bandeira Vermelha*, março 8, 1984, 9.

<sup>1142</sup> “Há falta de barcos mas Governo quer fechar estaleiros!,” *Avante! Suplemento n.º 95*, março 1, 1984, 4-5.

<sup>1143</sup> “Resposta operária tem de ser solidária,” *Bandeira Vermelha*, fevereiro 16, 1984, 6.

A CGTP, a 16 de fevereiro, organiza dezenas de concentrações e manifestações contra os salários em atraso. Neste âmbito, os metalúrgicos efetuam uma greve de “cerca de cinco horas” pelo contrato coletivo, com uma “adesão superior a 70%”, segundo “fonte sindical”. Na manifestação do setor de Lisboa e Setúbal “integraram-se muitos trabalhadores da Setenave”<sup>1144</sup>.

Nesta empresa, “cerca de 1500 trabalhadores afetos à UGT” paralisaram a atividade durante todo o dia, em protesto contra a “recusa ao diálogo” da Administração<sup>1145</sup> – e os dois elementos da CTS da UDP “exigiam” à CGTP a “criação de um fundo de greve para apoio à resistência prolongada dos trabalhadores da Setenave, não permitindo que o Governo vergue a classe pela fome”<sup>1146</sup>.

Dentro do parlamento, o ministro do Trabalho e da Segurança Social, Amândio de Azevedo, defende que o Governo encara “o encerramento de empresas não viáveis como um mal menor”, e Ernâni Lopes sustenta não ser possível o “arrastar de situações como as de algumas empresas públicas ou de certas empresas privadas com dificuldades financeiras, que não pagam salários, nem à Previdência”<sup>1147</sup>.

Os deputados do PCP retorque, com João Amaral a acusar: “A chaga monstruosa está à vista e os senhores são responsáveis”<sup>1148</sup>. António Mota denuncia que na “CIFA dos Mellos os trabalhadores estão há 12 meses sem salários, sendo a dívida para estes de mais de 300 mil contos, a situação é grave e de autêntica miséria”<sup>1149</sup>. Segundo Ilda Figueiredo, os “dinheiros e recursos públicos” estão a “servir para fortalecer as grandes empresas industriais, os grupos económicos, como é o caso da Sociedade Portuguesa de Investimento e da Mello-Deutsche-Morgan”<sup>1150</sup>.

A luta pelo CCTV desemboca numa PRT, que estipula “aumentos salariais médios de 21,2 por cento para os cerca de 150 mil trabalhadores do setor metalúrgico”. Segundo a CGTP foram “roubados em sete meses de retroativos”<sup>1151</sup>. Para a UGT, a portaria é uma “desilusão”<sup>1152</sup>.

---

<sup>1144</sup> “Dezenas de milhar exigiram pagamento de salários em atraso,” *Diário de Lisboa*, fevereiro 17, 1984, 7.

<sup>1145</sup> “Metalúrgicos param pelo contrato coletivo,” *Jornal de Notícias*, fevereiro 17, 1984, 6.

<sup>1146</sup> “Na Setenave PCP colabora com a administração,” *Ibid.*

<sup>1147</sup> “Governo interpelado na Assembleia e na rua,” *Jornal de Notícias*, fevereiro 17, 1984, 2.

<sup>1148</sup> “Salários vão continuar atrasados,” *Diário de Lisboa*, fevereiro 17, 1984, 4.

<sup>1149</sup> “Governo interpelado na Assembleia e na rua,” *Ibid.*

<sup>1150</sup> “Salários vão continuar atrasados,” *Ibid.*

<sup>1151</sup> “Metalúrgicos aumentados,” *Diário de Lisboa*, fevereiro 18, 1984, 7.

<sup>1152</sup> “Operários metalúrgicos aumentados 21 por cento,” *Diário de Notícias*, fevereiro 19, 1984, 6.



Soares afirma poder “garantir que não irá faltar aos portugueses nem trabalho nem salários”, mas as “empresas inviáveis, quer sejam públicas, quer sejam privadas, terão de fechar portas”, pois “essa terá de ser a regra na sociedade de mercado prevalecente no País”<sup>1153</sup>.

O PCP realiza um comício na Cova da Piedade “com os operários da indústria naval”, a 23 de fevereiro. Exige-se a “demissão do Governo” como “urgente imperativo nacional” e defende-se que a “tática dos sucessivos Governos AD e agora do Governo PS/PSD” é a feitura de uma “gestão ruínosa das EP”, para “depois afirmarem” que as “empresas que se verifique não serem economicamente viáveis devem ser eliminadas”<sup>1154</sup>.

A 29 de fevereiro, data de fecho do breve prazo de inscrição para a RVCT, 770 trabalhadores aderem a este esquema, a “rondar os 400 contos, resultantes de quatro meses de salário e mais um mês por cada ano de vinculação à empresa”<sup>1155</sup>. Tendo a Setenave “apenas quase dez anos de existência, só os trabalhadores da Lisnave podem pensar em receber uma pequena fortuna”<sup>1156</sup>.

O *Expresso* entrevista alguns trabalhadores. Segundo um operário-chefe de soldadura: “Não me chegava”, pois “tenho a filha a finalizar o 12.º ano e em dois anos de faculdade levava-me o dinheiro todo.” O mesmo pensa um chefe das oficinas da escola: “Era muito dinheiro mas também não servia. A reforma é que me interessa.” Para um encarregado-geral de caldeiraria: “São mil e tal contos de indemnização e depois vou trabalhar lá fora.” Um guarda-vigilante argumenta: “Com a indemnização de cerca de 300 contos resolvo a minha vida.” De acordo com um operário da secção de tubos, “andam todos a levar para casa o problema psicológico da Setenave” e “há já quem passe fome”. Um serralheiro-montador afirma: “Onde iria arranjar emprego? O Fundo de Desemprego está cheio de gente, às portas das embaixadas formam-se bichas e bichas na tentativa de encontrar trabalho noutro país”<sup>1157</sup>.

---

<sup>1153</sup> “Soares em Castanheira de Pera promete trabalho e salários (EP’s inviáveis terão de fechar),” *Diário de Notícias*, fevereiro 19, 1984, 5.

<sup>1154</sup> “O PCP com os operários da indústria naval, vibrante comício na Cova da Piedade,” *Avante!*, fevereiro 23, 1984, 4.

<sup>1155</sup> “770 candidatos ao desemprego voluntário,” *Diário de Lisboa*, março 3, 1984, 8.

<sup>1156</sup> “Trabalhadores saem voluntariamente da Setenave,” *Expresso*, março 10, 1984, 10.

<sup>1157</sup> *Ibid.*

No total, 731 trabalhadores acabarão por abandonar a empresa neste esquema. A ausência de seleção no pessoal a sair agravará problemas decorrentes da falta de profissionais em certos setores da empresa<sup>1158</sup>.

O setor empresarial do Estado realiza uma jornada nacional de luta a 1 de março, organizada pela CGTP, sob o lema “Defender o setor público, continuar abril”. Envolve “mais de 250 mil trabalhadores de 17 setores de atividade em 70 empresas”<sup>1159</sup>. A adesão na Setenave e Lisnave é de 100%<sup>1160</sup>.

## **A “Concertação Permanente”.**

Cria-se, através do Decreto-Lei 74/84, de 2 de março de 1984, o Conselho Permanente de Concertação Social, que toma posse a 20 de março. Entre a UGT e os membros do Governo ficam simbolicamente vazias as três cadeiras da CGTP.

Segundo Soares, “os lugares não ocupados ficarão em aberto” para o caso de a CGTP “se vir forçada a retificar o julgamento de agora para não ficar isolada e à margem dos debates fundamentais e das decisões que aqui terão lugar sobre as grandes opções de política económica e social”, pois a “agitação de rua” ou o “sequestro de administradores” não resolvem problemas de salários em atraso. A UGT afirma “total disponibilidade para dialogar e concertar”, defendendo um plano de “emergência para os setores industriais em crise”.

A CIP advoga a revisão da Constituição, pagamento de indemnizações, calendário de desnacionalizações e revisão das leis económicas e laborais. Para Ernâni Lopes, “não poderá haver recuperação financeira durável em Portugal sem alterações profundas de carácter estrutural na economia e na sociedade”<sup>1161</sup>.

---

<sup>1158</sup> Entrevista realizada ao Diretor de Construção Naval, em 1985: “se tivesse sido possível selecionar as saídas dos trabalhadores verificada em março de 1984 é natural que em alguns casos se procurasse evitar a saída de trabalhadores de setores que já estavam em deficit”. In Teresa Rosa et al “O Estado e o Patronato na Industria Naval”, 453.

<sup>1159</sup> “Grandes empresas estão hoje totalmente paradas,” *Diário de Lisboa*, março 1, 1984, 7.

<sup>1160</sup> “Jornada nacional de luta. Força e capacidade para defender o SEE,” *Avante!*, março 8, 1984, 7.

<sup>1161</sup> “CIP gostou de Ernâni Lopes e aplaudiu Torres Couto,” *Diário de Lisboa*, março 21, 1984, 20.

Rocha de Matos, pela AIP, considera que o órgão possui “insuficiente representatividade”, dada a recusa da CGTP e a exclusão do Conselho Nacional das Associações Empresariais (CNAE)<sup>1162</sup>. Argumenta que a presença de membros do Governo e do primeiro-ministro “permite inferir” tratar-se de “mais um fórum de explicação e de beneplácito da ação governativa do que uma sede de participação empenhada e eficiente”<sup>1163</sup>.

No mesmo dia em que tomava posse a CPCS, o Conselho de Ministros extinguiu a CPP<sup>1164</sup>, uma empresa com 650 trabalhadores com dez meses de salários em atraso. Uma manifestação de protesto, com cerca de 4500 trabalhadores da Lisnave, Parry & Son, SRN e CPP, tem lugar a 21 de março. Segundo uma “testemunha ocular” declarou ao *Diário de Lisboa*, após o término da manifestação, “elementos da Polícia chegaram a disparar uma granada de gás lacrimogénio contra os trabalhadores, à porta da empresa”. Em contestação, nas referidas empresas paralisa-se durante toda a tarde. Segundo um porta-voz sindical, a “ação foi premeditada e visava agredir para intimidar”. Para a CGTP, o recurso à força desdiz “falsas afirmações de diálogo” do Governo<sup>1165</sup>.

Em comício do PCP a 15 de março, Cunhal critica uma “campanha orquestrada” pretendendo que “não há lutas significativas”, que “as organizações da CGTP estão mais fracas”, com o objetivo de “ocultar a real amplitude e desenvolvimento da luta operária e popular”, porque ao contrário das “promessas eleitorais” de “concertação, consenso ou paz social”, Soares “prometeu a paz e fez a guerra: a guerra social contra os trabalhadores”<sup>1166</sup>.

Neste mês, o Ministério do Mar divulga o estudo “Bases para o Planeamento a Médio Prazo da Marinha de Comércio Nacional”, projetando a necessidade de serem adquiridos 56 navios até 1993<sup>1167</sup> – recorde-se que o Grupo Ad hoc, cujo estudo é divulgado a 3 de março em *O Jornal*, propunha 35.

---

<sup>1162</sup> Englobava as associações da indústria portuguesa e portuense, e as associações comerciais de Lisboa e Porto.

<sup>1163</sup> “Conselho de Concertação Social é ‘insuficientemente representativo’,” *Diário de Lisboa*, março 30, 1984, 7.

<sup>1164</sup> “Ação Sindical,” *Avante!*, abril 12, 1984, 7.

<sup>1165</sup> “Trabalhadores protestam contra ‘provocação’ do governo,” *Diário de Lisboa*, março 23, 1984, 6.

<sup>1166</sup> “Acham pouca? Terão mais!,” *Diário de Lisboa*, março 16, 1984, 20.

<sup>1167</sup> Paulo Brázia, “A Marinha Mercante entre 1945-1985: as grandes armadoras” (Dissertação Mestrado, FLUL, 2010), 124.

## O “inimigo interno” da “paz social”.

A 26 de março, a PSP detém cerca de 60 dirigentes e ativistas sindicais de empresas do distrito de Setúbal junto à residência do primeiro-ministro, que exigiam resposta ao pedido de audiência<sup>1168</sup>.

Dois dias depois (28 março), cerca de 50 sindicalistas do distrito de Setúbal voltam a ser detidos no mesmo local<sup>1169</sup>. Entre os presos encontravam-se “dois membros do conselho nacional da CGTP-IN e um deputado independente”<sup>1170</sup>.

O III Congresso da UGT (29 Março-1 abril) é marcado por grandes conflitos internos, com o presidente Miguel Pacheco a abandonar a mesa do congresso em protesto contra a “interferência” dos partidos<sup>1171</sup>. Torres Couto ameaça com greve geral e abandono do CPCS, caso o Governo decida alterar a lei da greve e dos despedimentos<sup>1172</sup>. Num episódio caricato, um dirigente sindical brasileiro convidado ao congresso, recebido por Soares em S. Bento, com as delegações internacionais, “gritou, de mãos no ar, meio brincalhão, à entrada do salão: ‘Não vamos ser presos?’”<sup>1173</sup>.

Vinte mil trabalhadores do distrito de Setúbal concentram-se em S. Bento, a 3 de abril, repudiando as prisões e insistindo para que as suas organizações representativas sejam recebidas pelo primeiro-ministro<sup>1174</sup>.

A CGTP e a UGT são recebidas por Soares a 16 de abril. O seu gabinete emite uma nota onde se lê: “quando sindicalistas procuram impor audiências ao Governo, sem marcação prévia, mediante manifestações feitas à porta de S. Bento e gritando *slogans* injuriosos, obviamente que o primeiro-ministro os não recebe nem pode receber”. Contudo, sendo “marcadas formalmente e em condições normais”, encontra-se “sempre aberto ao diálogo, porque acredita que a concertação social é a única forma democrática de resolver os problemas, designadamente na atual e difícil conjuntura”.

---

<sup>1168</sup> “Sindicalistas detidos junto à residência oficial de Mário Soares,” *Diário de Lisboa*, março 27, 1984, 13.

<sup>1169</sup> “Plenário da Intersindical decide intensificar formas de luta,” *Diário de Lisboa*, março 29, 1984, 7.

<sup>1170</sup> “Espancamentos e prisões. Uma «concertação» exemplar,” *Avante!*, março 29, 1983, 7.

<sup>1171</sup> “Conflito na UGT,” *Diário de Lisboa*, março 30, 1984, 1.

<sup>1172</sup> “Coligação ameaçada conseguiu sobreviver,” *Diário de Lisboa*, abril 2, 1984, 6.

<sup>1173</sup> “Não vamos ser presos?...,” *Diário de Lisboa*, abril 2, 1984, 6.

<sup>1174</sup> “A «concertação» na barriga do governo,” *Avante!*, abril 5, 1984, 7.

Segundo Teixeira da Silva (CGTP), a audiência foi um “resultado importante da luta dos trabalhadores, muitos dos quais foram espancados pelas forças policiais”, tendo Soares informado a central de que pensava resolver as questões levantadas através do CPCS<sup>1175</sup>. A Comissão Executiva da Intersindical emite uma nota onde afirma que “não estar no CPCS não retira ao Governo a obrigação de respeitar o seu direito de participação, nos termos constitucionais, na definição da política económica e social e de intervir nos órgãos e instâncias do Estado”<sup>1176</sup>.

No dia seguinte (17 abril), Margaret Thatcher, a braços com a famosa greve dos mineiros, que se mantinha fazia sete semanas, inicia uma visita oficial a Portugal, deixando palavras elogiosas à política financeira do Governo, por atuar “com a firmeza necessária”, e demonstra vontade de “apoiar a corrida portuguesa para a CEE”<sup>1177</sup>. Dois dias depois, Mário Soares declara à revista *L'Express* que a atividade do PCP está já “para terrenos além legalidade” e mostra-se “preocupado com as atividades das FP-25”<sup>1178</sup>.

A celebração do X aniversário do 25 de Abril é marcada por as comemorações oficiais, organizadas por Sousa Tavares, terem como presidente de honra António de Spínola. Em contraste, o texto para as Comemorações Populares apela à participação de “todos aqueles que recusam a ditadura e se opõem firmemente à reconstituição das antigas oligarquias prepotentes e parasitárias”<sup>1179</sup>. No Rossio, no comício de “unidade democrática”, Medeiros Ferreira proclama: “ai daquele democrata que quer aliar-se a forças não comprometidas com o derrube da ditadura para construir a democracia em Portugal”<sup>1180</sup>, e no parlamento evoca “o grande ausente”, o marechal Costa Gomes<sup>1181</sup>.

O decénio da revolução assinalava, até do ponto de vista simbólico, a inversão da relação de forças na sociedade portuguesa. Se a revolução social tinha tragado os intentos golpistas de Spínola, se a contrarrevolução democrática tinha afastado a esquerda militar, Vasco Gonçalves, Otelo e restante extrema-esquerda militar – seria ela também, à medida que se estendia o “25 de

---

<sup>1175</sup> “CGTP e UGT recebidas por Mário Soares,” *Diário de Lisboa*, abril 17, 1984, 15.

<sup>1176</sup> “O diálogo é um direito não é um favor,” *Avante!*, abril 24 1984, 7.

<sup>1177</sup> “CEE, NATO e força nuclear do Ocidente na agenda da ‘dama de ferro’,” *Diário de Lisboa*, abril 17, 1984, 20.

<sup>1178</sup> “Declarações de Mário Soares sobre o PCP e FP-25,” *Cronologia, Fundação Mário Soares*, acesso a fevereiro 25, 2015, <http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=038285>

<sup>1179</sup> “Comemorações Populares de 25 de Abril,” *Diário de Lisboa*, abril 25, 1984, 21.

<sup>1180</sup> “Em política tudo se perdoa exceto a hipocrisia e a traição à liberdade...,” *Diário de Lisboa*, abril 26, 1984, 6.

<sup>1181</sup> “Discurso de Medeiros Ferreira nos 10 anos do 25 de Abril,” *RTP Arquivo*, acesso a maio 5, 2015, <http://www.rtp.pt/arquivo/index.php?article=2300&tm=53&visual=4>

novembro à economia”, a proscrever o “melo-antunismo” e o MFA como uma “incompletude democrática” e um risco de “modelo peruano” ou “peronista”. Quanto mais a *cronologia* avançava, mais a contrarrevolução devorava os seus filhos.

No Encontro de ORTs da Indústria Naval, Transportes Marítimos, Pescas, Banca, Seguros e Principais Carregadores (Importadores/Exportadores), a 17 de maio, a CCCTIN critica o Governo por afirmar na “televisão que as empresas estão falidas e que é necessário e urgente fechá-las ou reprivatizá-las”, mas é ele o “principal culpado” porque “nomeia os gestores que estão à frente da sua tutela”. Rejeita também o argumento de que “o país não tem dinheiro”, porque a “implementação do plano” do Grupo Ad-hoc permitiria uma poupança de cerca de “1 bilhão de dólares”<sup>1182</sup>.

Numa concentração de trabalhadores da Lisnave junto do Ministério da Administração Interna, no Terreiro do Paço, a 31 de maio, registam-se confrontos com uma força do Corpo de Intervenção da PSP. Segundo o *Diário de Lisboa*, tudo começou quando a polícia exigiu a identificação a um trabalhador. Quando este recusa, é “arrastado para a esquadra da Rua do Arsenal”, onde “segundo testemunhas oculares, foi espancado por uma dezena de polícias”. Após a polícia ter “espancado também outro trabalhador, os agentes tentaram dispersar a concentração à bastonada”. Com a reação dos trabalhadores, “estabeleceu-se a confusão”, verificando-se “ferimentos ligeiros em quatro agentes da PSP”. No Hospital de São José, onde foram assistidos os polícias e os trabalhadores detidos, a “PSP deteve e ameaçou o deputado à AR Manuel Lopes e um jornalista de *O Diário*”<sup>1183</sup>.

No mesmo dia, centenas de trabalhadores da Setenave saem do estaleiro e interrompem a circulação ferroviária na linha do apeadeiro de Quebedo, dentro da cidade de Setúbal, durante meia hora (das 9 horas às 9.30)<sup>1184</sup>, atrasando o “rápido” para o Algarve<sup>1185</sup>. Após a desocupação percorreram algumas artérias da cidade, não se registando incidentes<sup>1186</sup>.

A ação teve como objetivo pressionar a Administração a negociar o caderno reivindicativo apresentado em fevereiro passado e onde se exige um aumento salarial de 21,5% a

---

<sup>1182</sup> *Encontro de ORTs da Indústria Naval, Transportes Marítimos, Pescas, Banca, Seguros e os Principais Carregadores*, (Lisboa, 17 maio 1984), policopiado.

<sup>1183</sup> “Polícia espanca e prende trabalhadores da Lisnave,” *Diário de Lisboa*, maio 31, 1984, 6.

<sup>1184</sup> *Ibid.*

<sup>1185</sup> “Trabalhadores lutam, revisionistas preparam pacto social,” *Bandeira Vermelha*, junho 7, 1984, 7.

<sup>1186</sup> “Polícia espanca e prende trabalhadores da Lisnave,” *Diário de Lisboa*, maio 31, 1984, 6.

partir de junho de 1983 e mais 5% a partir de janeiro de 1984. A Administração fez também sair uma proposta de aumento de 13% a partir de novembro de 1983 e 4% a partir de fevereiro de 1984 e ainda aumentos numa mesma proporção nos custos sociais (transportes, refeições). Entretanto, não foi ainda pago o salário de maio, sob o pretexto de que o desbloqueamento das verbas está dependente do acabamento de três graneleiros (alegam ser a mesma história do S106)<sup>1187</sup>.

A CGTP mobiliza cerca de 800 autocarros e vários comboios especiais para uma concentração nacional que enche o Terreiro do Paço, a 2 de junho<sup>1188</sup>, contra a política do Governo e em apoio a uma “solução democrática alternativa”<sup>1189</sup>.

O bloco central apresenta uma moção de confiança a 5 de junho. Segundo Soares, apesar da “agitação fomentada, de uma violência sem precedentes, não houve greves significativas, a contratação coletiva tem-se processado pacificamente e mesmo no domínio dos despedimentos coletivos a que algumas empresas, como a Setenave, tiveram de recorrer, não houve lugar a grande contestação”<sup>1190</sup>.

No dia da votação, o debate aquece quando Soares, dirigindo-se à bancada do PCP, proclama: “Quando os senhores sequestram administradores de empresas...”. É interrompido pelos deputados comunistas que se levantam em protesto. Soares prossegue, considerando “um momento salutar da vida desta assembleia” os comunistas “pareceram dizer pela vossa reação que quando há administradores que são sequestrados, porque há, que quando há trabalhadores da UGT que são espancados, porque há, os senhores repudiam esses atos”. Deste modo, “se tivessem a coragem de fazer aquilo que aqui fazem na assembleia nesses locais onde os senhores estão presentes, talvez esses atos não tivessem acontecido, eu não tivesse que ser forçado a vir aqui apontar-vos”<sup>1191</sup>.

Em artigo publicado no *Diário de Notícias*, o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Alfredo Barroso, considera “abusivo e demagógico afirmar que existe

---

<sup>1187</sup> “Trabalhadores lutam, revisionistas preparam pacto social,” 7.

<sup>1188</sup> “Uma exigência nacional: cumprir abril!,” *Alavanca*, junho/julho, 1984, 5.

<sup>1189</sup> “Dezenas de milhar de pessoas manifestaram em Lisboa a sua desconfiança ao Governo PS/PSD,” *Diário de Lisboa*, junho 4, 1984, 4.

<sup>1190</sup> “Só quero ser julgado como primeiro-ministro,” *Diário de Lisboa*, junho 6, 1984, 5.

<sup>1191</sup> “Moção de confiança ao governo do bloco central,” *YouTube*, acesso a setembro 5, 2015, <https://www.youtube.com/watch?v=C6ji4LXEE9k>

fome em Portugal”, nomeadamente no distrito de Setúbal. Existem “casos de malnutrição, por carência de um ou vários alimentos considerados essenciais a uma alimentação adequada e correta”, contudo “não existe fome ou malnutrição no seu sentido global ou progressivo, podendo levar à morte por inanição”. Argumenta que, como Portugal passou a viver “muito acima das suas possibilidades”, sofreu “com particular dureza, os efeitos da crise económica” mundial. Deste modo, seria “fundamental” para a “construção pacífica do nosso futuro” que a Igreja, a Intersindical e o Partido Comunista “tivessem a preocupação de não ignorar as verdadeiras causas da crise”<sup>1192</sup>.

Segundo Teresa Rosa, com os salários em atraso e os despedimentos, as “refeições quase cessaram em muitos lares: faz-se uma sopa, muitas vezes com sobras dos alimentos dos vizinhos que ainda não estão tão mal, que vai rendendo todo o dia”. Depois chegam as “cartas que ameaçam o despejo, os cortes do fornecimento de água e de luz, os filhos deixam de ir à escola porque não há dinheiro para o transporte e para a refeição na cantina, cria-se um sentimento de vergonha pela vida que se leva, adoce-se” e “às vezes... só o suicídio surge como resposta possível a este panorama”<sup>1193</sup>.

A 19 junho de 1984 desencadeia-se a Operação Orion contra a FUP<sup>1194</sup>, por suspeita de envolvimento com as FP-25, prendendo-se 42 pessoas, entre as quais Otelo, detido no dia seguinte<sup>1195</sup>. Os presos “só poderão encontrar-se com os seus advogados durante 30 minutos e na presença de um polícia”, o que, segundo o advogado João Araújo, “revela que as prisões foram validadas com falta de provas” e a “polícia agora é que vai tentar encontrar as provas que já deveriam existir”<sup>1196</sup>.

Entre os presos também se encontram sindicalistas da Lisnave, Setenave, SAPEC<sup>1197</sup>. Teresa Rosa<sup>1198</sup> escreve uma “Carta aos trabalhadores da Setenave”, na qual nega a inserção em

---

<sup>1192</sup> Alfredo Barroso, “Do discurso demagógico da «fome» à necessidade de combater a pobreza,” *Diário de Notícias*, julho 16, 1984, 7.

<sup>1193</sup> Teresa Rosa, “O panorama criado por uma fome que ‘não existe’,” *Versus*, fevereiro 25-Março 25, 1986, 8.

<sup>1194</sup> Frente de Unidade Popular. Partido político de extrema-esquerda, fundado em 1980.

<sup>1195</sup> “Otelo mantido incomunicável numa cela do presídio de Caxias,” *Diário de Lisboa*, junho 22, 1984, 7.

<sup>1196</sup> “Advogado de Otelo Saraiva de Carvalho recorre ao Tribunal da Relação de Lisboa,” *Diário de Lisboa*, junho 23, 1984, 7.

<sup>1197</sup> “FUP recusa ser marginal,” *Diário de Lisboa*, junho, 30, 1984, 5.

<sup>1198</sup> Ex-membro do CTS durante a revolução, e candidata ao órgão de gestão pelos trabalhadores. Subsequentemente desenvolverá atividade académica no âmbito da Sociologia, no ISCTE, com alguns trabalhos sobre a Setenave (aqui citados).



“organizações clandestinas” por “discordância face a certas formas de violência a que essas organizações recorrem”<sup>1199</sup>.

São colocados a circular dois abaixo-assinados em solidariedade, um pela revista *Versus*<sup>1200</sup> (com a qual Teresa Rosa colaborava), assinado por 8 dirigentes e/ou fundadores da CGTP-IN<sup>1201</sup>, mas não pela CTS<sup>1202</sup>, e outro promovido por colegas do ISCTE, com cerca de 700 assinaturas de estudantes, professores e funcionários. No primeiro lê-se que, tratando-se de “uma pessoa ligada ao movimento de massas”, ao “movimento sindical unitário” e “colaboradora de uma revista” que “tem insistentemente criticado as ações desse grupo armado”, e tendo em conta os “discursos do primeiro-ministro” e o “seu desejo” de “confundir militância sindical e ação armada, como se da mesma coisa se tratasse”, os abaixo-assinados solicitam “uma posição pública a favor da libertação”<sup>1203</sup>. Será posta em liberdade no fim do ano.

As FP-25, cuja “apresentação pública” tinha começado a 20 de abril de 1980, com o rebentamento de engenhos explosivos por todo o País, com o documento “Manifesto ao Povo Trabalhador”, tal como as *Brigate Rosse* italianas, a *Rote Armee Fraktion* alemã, entre outras congéneres, são a solução encontrada por uma pequena franja da extrema-esquerda (normalmente com *flirts* com o basismo, o autonomismo, e não propriamente leninista), fruto do ascenso revolucionário dos anos 60/70, e do subsequente impasse e derrota do movimento operário na sequência da crise cíclica.

Em Portugal, a experiência armada de esquerda traduzir-se-á em ações como assaltos a bancos, atentados a “alvos políticos”, assassinatos seletivos. Um dos “arrependidos”, José Barradas, ex-serralheiro montador da Setenave em 1976/77, será assassinado pela organização a 19 de julho de 1985<sup>1204</sup>. Praticamente desaparecida por volta de 1989, aprovar-se-á uma Lei de Amnistia que exclui os crimes de sangue em 1996.

---

<sup>1199</sup> “Carta Teresa Rosa, Cadeia das Mónicas, 12 setembro 1984, Aos trabalhadores da Setenave,” *Versus*, setembro 25- outubro 25, 1984, 6-8.

<sup>1200</sup> Revista marxista dos anos 80, dirigida por António Louçã.

<sup>1201</sup> Manuel Lopes, Daniel Cabrita, Joaquim Calhau, Sá Pereira, Káldas Barreto, Fernando Loureiro, Carlos Trindade, Ferreira Guedes.

<sup>1202</sup> “Vitória da mobilização,” *Versus*, dezembro 24, 1984-janeiro 25, 1985, 20.

<sup>1203</sup> “Solidariedade com Teresa Rosa,” *Versus*, outubro 25-Novembro 25, 1984, 7.

<sup>1204</sup> António José Vilela, *Viver e Morrer em nome das FP-25* (Lisboa: Casa das Letras, Editorial Notícias, 2005), 86.

Num processo polémico, marcado por greves de fome, alegados atropelos à legalidade e às liberdades, com denúncias de espancamentos nos cárceres<sup>1205</sup>, não resulta claro qual o eventual benefício extraído pelo movimento operário destas ações, sendo ainda de estudar quais as consequências políticas (e psicológicas) na associação feita entre terrorismo e movimentos reivindicativos, em detrimento destes. Acresce ainda que o investigador da PJ que liderou a infiltração na organização denuncia financiamentos americanos e franceses e de direita a esta organização<sup>1206</sup>.

A Lei 30/84, de 5 de setembro, estabelecerá o Sistema de Informações da República Portuguesa, definindo três serviços de informações, o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED), o Serviço de Informações Militares (SIM) e o Serviço de Informações de Segurança (SIS), com alegado apoio da CIA<sup>1207</sup>.

## **Rumo à derrota.**

A CGTP inicia uma “Semana de luta do setor público” a 23 de julho, criticando as dívidas do Estado às empresas nacionalizadas<sup>1208</sup>.

Nesse contexto, entra na AR a 26 de julho a petição n.º 29/III, dos trabalhadores da IN, Transportes Marítimos, Pescas, Banca, Seguros e Principais Carregadores, sobre o já mencionado estudo “A Indústria naval em Portugal – Contributos para a sua viabilização”<sup>1209</sup>, que colocava em causa a política de despedimentos do Governo e propunha uma reformulação da política económica a aplicar ao setor naval.

---

<sup>1205</sup> “PJ não tem provas mas tenta arranjá-las?,” *Diário de Lisboa*, junho 28, 20.

<sup>1206</sup> “Entrevista a José Barra da Costa,” *econac. Wordpress*, acesso a maio 21, 2015, <https://econac.wordpress.com/2006/08/23/entrevista-a-jose-barra-da-costa/>

<sup>1207</sup> “Novo diretor do SIS recebido por Miguel Mendonça,” *Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira*, acesso a maio 5, 2015,

<http://www.alram.pt/114-arquivo-not%C3%ADcias/x-legislatura/audi%C3%A2ncias/1093-novo-diretor-do-sis-recebido-por-miguel-mendon%C3%A7a.html>

<sup>1208</sup> “Setor público inicia hoje uma semana de luta,” *Diário de Lisboa*, julho 23, 1986, 10.

<sup>1209</sup> Com 5071 signatários. Acompanha-a um abaixo-assinado de 247 quadros técnicos, e depoimentos de personalidades, como Mário Murteira (defende a planificação intersectorial), Silva Lopes (revela dúvidas sobre as novas construções, mas defende apoios como nos países da OCDE), Manuela Silva, Martins Pereira (salienta participação do membro da CCCTIN), Pereira de Moura, Ferreira do Amaral, e Martins Barata.

Nesse mesmo dia, realiza-se na Mitrena uma concentração frente ao edifício da Administração, às 8.30, como forma de mobilização para a concentração da tarde, junto ao Ministério da Indústria. Segundo o *Bandeira Vermelha*, os objetivos eram a exigência de desbloqueamento de verbas para a conclusão de três graneleiros (que já tinha sido oficialmente anunciada no dia da concentração), o pagamento dos retroativos (que estão a ser pagos em quatro prestações) e dos salários em atraso. Contudo, “só cerca de 500 trabalhadores se deslocaram a Lisboa”, pois os trabalhadores “acreditam cada vez menos nas ‘vitórias’”, como é o caso do “recente aumento de 26%”, reivindicado “há dois anos e nem cobre metade da inflação entretanto verificada”<sup>1210</sup>.

Em sequência da solicitação feita pela Administração da Lisnave a 24 de setembro, a Resolução do Conselho de Ministros 47/84, de 27 de setembro<sup>1211</sup>, declara a Lisnave em SED.

Aponta para uma redução de 1700 a 2000 efetivos, podendo o processo ser complementado pela suspensão do contrato dos trabalhadores cujo despedimento não esteja em causa ou caibam na margem da referida redução (ao abrigo do já mencionado Decreto-Lei 398/83<sup>1212</sup>), cessação das pensões de reforma antecipada, redução de encargos com pessoal, controlo dos prémios de risco e penosidade, redução da participação da empresa nas refeições e na assistência médica, eliminação de carreiras de camionetas, obrigatoriedade de desempenho de tarefas que não caibam no contrato coletivo e de participação em formação profissional, limitações ao número de representantes dos trabalhadores e créditos de horas, entre outras. A ordem de serviço n.º 420, de 8 de outubro de 1984, abre o esquema voluntário para o termo do contrato<sup>1213</sup>.

Segundo a CGTP, o Governo “está ao serviço do grande capital, neste caso dos Mellos”, e para a UGT, a medida é “surpreendente”, sendo um “balão de ensaio que não tem por base a adoção de medidas estruturais para o setor naval”. Afirma: “se a viabilização da Lisnave passar pela sua nacionalização, não estamos contra”<sup>1214</sup>.

Até ao último dia de outubro entraram 1100 pedidos de cessação voluntária, que “terão direito a um ordenado por cada ano de antiguidade, mais quatro meses de vencimento-base e o

---

<sup>1210</sup> “O caminho é unificar as lutas até à greve geral,” *Bandeira Vermelha*, agosto 2, 1984, 8.

<sup>1211</sup> Resolução Conselho de Ministros nº47/84, 16 outubro.

<sup>1212</sup> Decreto-Lei 398/83, 2 novembro.

<sup>1213</sup> Paulo Oliveira e Paulo Fernandes, “A década de 80: crise e recuperação,” 311.

<sup>1214</sup> “Centrais sindicais contestam medidas do governo para a Lisnave,” *Diário de Lisboa*, setembro 28, 1984, 12.

valor dos subsídios de Natal e férias. Receberão ainda os salários que tiverem em atraso”<sup>1215</sup>. Não se atingindo o número mínimo pretendido, o prazo é prorrogado. A Administração avisa que a não concretização da meta implica iniciar a listagem por setores de pessoal cujos postos serão mantidos, sendo a alternativa o fecho da empresa ou uma redução ainda maior de efetivos<sup>1216</sup>.

Na Setenave, no início de novembro realiza-se uma paralisação de dois dias pelo pagamento de retroativos e salários em dia. A Administração compromete-se a pagar os “salários atempadamente, uma parte do 13.º mês e dos retroativos no fim de novembro e o resto em finais de dezembro”<sup>1217</sup>.

Realiza-se uma jornada de luta, convocada pela CGTP, a 29 de novembro. Em Setúbal, dois desfiles com milhares de trabalhadores da Setenave e outras empresas confluem no Largo da Misericórdia<sup>1218</sup>.

Na Mitrena, chega-se ao fim do mês e “nada de salário nem de 13.º mês, havendo só uma parcela de pagamento dos retroativos que nem chega a um mês de salário”<sup>1219</sup>.

O secretário de Estado da Indústria, Carvalho Carreira, visita a Mitrena a 20 de dezembro para assistir ao lançamento à água do primeiro dos graneleiros para a CNN, assegurando o desbloqueamento do dinheiro para acabamento dos mesmos. Declarando que “Muita gente defende que as empresas públicas têm de ser geridas da mesma forma que as privadas”, interroga “Porque não?” Questionado sobre o caso concreto da Setenave e “o que faria um empresário privado se fosse dono deste estaleiro”, conclui: “possivelmente o mesmo que se está a fazer, construir os navios que pudesse aos melhores preços que conseguisse praticar”<sup>1220</sup>.

Com organização da CGTP decorrem vigílias e concentrações contra os salários em atraso em várias cidades do País, a 21 de dezembro<sup>1221</sup>, e no dia seguinte em frente à AR<sup>1222</sup>.

A resolução do Conselho de Ministros 54/84, de 28 de dezembro<sup>1223</sup>, prevê para a Lisnave 1300 rescisões de contratos individuais por mútuo acordo, 600 rescisões de

---

<sup>1215</sup> “Mil trabalhadores já pediram rescisão dos contratos,” *Diário de Lisboa*, novembro 6, 1984, 12.

<sup>1216</sup> Paulo Oliveira e Paulo Fernandes, “A década de 80: crise e recuperação,” 312.

<sup>1217</sup> “Setenave, salários em atraso outra vez!,” *Bandeira Vermelha*, dezembro 6, 1984, 11.

<sup>1218</sup> “Metalúrgicos dispostos a prosseguir a luta,” *Diário de Lisboa*, dezembro 30, 1984, 13.

<sup>1219</sup> “Setenave, salários em atraso outra vez!,” *Ibid.*

<sup>1220</sup> “Desbloqueadas verbas para a Setenave concluir os três navios da CNN,” *Diário de Lisboa*, dezembro 21, 14.

<sup>1221</sup> “Vigílias e concentrações de protesto decorrem hoje em várias cidades,” *Diário de Lisboa*, dezembro 21, 1984, 16.

<sup>1222</sup> “Dossier ‘miséria e fome’ lançado nas vigílias,” *Diário de Lisboa*, dezembro 22, 1984, 4.

despedimento coletivo e 1900 reformas antecipadas<sup>1224</sup>. Ao longo de 1984, foram pagos a cada trabalhador do estaleiro 175 contos, divididos por 45 pagamentos, que oscilavam entre os dois e os cinco mil escudos<sup>1225</sup>. Mas o ano de 1985 seria ainda pior, com 12 meses de salário em atraso<sup>1226</sup>.

Realiza-se uma manifestação do setor empresarial do Estado em Lisboa, contra a “ofensiva governamental”, com a presença de um contingente da Setenave, a 31 de janeiro de 1985<sup>1227</sup>. No mesmo dia, três sindicalistas são detidos junto da residência do primeiro-ministro<sup>1228</sup>.

A Secretaria da Diocese de Setúbal denuncia serem “muitas as situações de fome” e mesmo de “fome absoluta”. Critica empresas que usam “estratégias financeiras que passam deliberadamente pelo desemprego” e as declarações do governador do distrito, Mata Cáceres, segundo as quais a fome também está presente nos países ricos, pois “os casos de fome entre nós têm causas próprias”<sup>1229</sup>.

Sob convocação da CGTP, uma manifestação com “largos milhares de pessoas” desfila em Lisboa, do Martim Moniz à Alameda, a 16 de março, exigindo a demissão do Governo, “um cancro que está a corroer a nação”<sup>1230</sup>.

A 19 de abril desenrola-se uma jornada de luta em defesa do setor empresarial do Estado no distrito de Setúbal, na qual participam os trabalhadores da Setenave numa concentração na Praça Bocage<sup>1231</sup>.

O 1.º de maio é marcado pela contestação ao anteprojeto de “pacote laboral”. A CGTP realiza 60 concentrações sob o lema “Por um abril com o Povo – maio exige Governo novo”<sup>1232</sup>. A UGT comemora no Parque Eduardo VII. Torres Couto responde às afirmações da CIP, de que “Portugal não teria um ministro da Indústria, porque Veiga Simão era o ministro da AIP”,

---

<sup>1223</sup> Resolução do Conselho de Ministros nº 54/84, 28 dezembro.

<sup>1224</sup> Alcídio Torres, 53.

<sup>1225</sup> Ibid., 24.

<sup>1226</sup> Paulo Oliveira e Paulo Fernandes, “A década de 80: crise e recuperação,” 313.

<sup>1227</sup> “Trabalhadores protestaram contra ofensiva governamental,” *Diário de Lisboa*, fevereiro 1, 1985, 14.

<sup>1228</sup> “Mais sindicalistas detidos à porta de Soares,” *Diário de Lisboa*, fevereiro 1, 1985, 14.

<sup>1229</sup> “Sr. Governador são muitos os casos de fome absoluta!,” *Diário de Lisboa*, janeiro 31, 1985, 4.

<sup>1230</sup> “Governo é um ‘cancro’ que é preciso extirpar ‘antes que destrua o corpo da nação’,” *Diário de Lisboa*, março 18, 1985, 6.

<sup>1231</sup> “Setúbal sai hoje à rua em defesa do setor empresarial do Estado,” *Diário de Lisboa*, abril 19, 1985, 15.

<sup>1232</sup> “Demissão do Governo foi tônica do 1º de maio da CGTP-IN,” *Diário de Lisboa*, maio 2, 1985, 11.

argumentando que o ministro do Trabalho Amândio de Azevedo era o “ministro da Indústria virado para a CIP e para o patronato”<sup>1233</sup>.

A 16 de maio culmina a semana de luta da CGTP contra o pacote laboral, o desemprego, os salários em atraso e pela demissão do Governo. Os trabalhadores da IN (Lisnave, Setenave e Parry) participam numa concentração no Rossio, em Lisboa<sup>1234</sup>.

Cavaco Silva emerge como vencedor do XII Congresso do PSD (17-19 maio). As divergências no bloco central agravam-se. O PS pretenderia confirmação da continuidade da coligação até 1987 sem nova AD, e o PSD faria finca-pé no pacote agrícola e na não readmissão dos despedidos, no pacote laboral<sup>1235</sup>.

Na inauguração pelo primeiro-ministro de uma unidade de cuidados intensivos em Setúbal, regista-se uma carga policial contra cerca de uma centena de trabalhadores em protesto pelos salários em atraso, a 3 de junho<sup>1236</sup>. No dia seguinte, o PSD anuncia a intenção de romper a coligação. Desenrolando-se simultaneamente uma ação de luta nacional da CGTP contra o pacote laboral, envolvendo mais de um milhão de trabalhadores<sup>1237</sup>, com paralisações de 100% na Setenave e Lisnave<sup>1238</sup>, a jornada “transformou-se rapidamente em júbilo”<sup>1239</sup>.

O tratado de adesão à CEE é assinado a 12 de junho no Mosteiro dos Jerónimos. Segundo Soares, trata-se da “consequência natural do processo de democratização da sociedade portuguesa iniciada com a ‘revolução dos cravos’”<sup>1240</sup>. Entre os críticos encontra-se a CGTP, para quem o “Governo não tem legitimidade para, com a sua assinatura, amarrar o país e os portugueses”, mas “não desdenhará participar em organismos comunitários”<sup>1241</sup>. Segundo o PCP, trata-se de “um ato de gravíssima capitulação”<sup>1242</sup>. A CIP, embora não pretenda “de modo algum negar o projeto europeu”, ausenta-se das cerimónias, pois a sua presença “poderia de alguma forma significar o assentimento da indústria à maneira como as negociações foram conduzidas e

---

<sup>1233</sup> “UGT reafirmou crítica ao pacote laboral,” *Diário de Lisboa*, maio 2, 1985, 11.

<sup>1234</sup> “Concentrações em Lisboa e no Porto repudiaram política do governo,” *Diário de Lisboa*, maio 17, 1985, 14.

<sup>1235</sup> “Coligação vai morrer hoje. Enterro só p’rá semana,” *Diário de Lisboa*, junho 4, 1985, 4.

<sup>1236</sup> “Bispo e presidente da câmara não quiseram estar com Soares,” *Diário de Lisboa*, junho 3, 1985, 7.

<sup>1237</sup> “Jornada de protesto da CGTP registou elevada adesão,” *Diário de Lisboa*, junho 5, 1985, 15.

<sup>1238</sup> “Ação nacional de protesto da CGTP regista ‘significativa adesão’,” *Diário de Lisboa*, junho 4, 1985, 12.

<sup>1239</sup> “Continuar a luta para correr com o governo,” *Bandeira Vermelha*, junho 13, 1985, 6.

<sup>1240</sup> “O discurso de Mário Soares,” *Diário de Lisboa*, junho 12, 1985, 9.

<sup>1241</sup> “Legitimidade do governo posta em causa pela central sindical,” *Diário de Lisboa*, junho 12, 1985, 12.

<sup>1242</sup> “PCP: um ato de capitulação,” *Diário de Lisboa*, junho 12, 1985, 12.

aos resultados concretos a que chegaram”<sup>1243</sup>, já que “o tempo demonstrará que o atual acordo tem de ser renegociado”<sup>1244</sup>.

Constitui-se o “partido eanista”, o PRD (15-17 junho), ocupando-se o “espaço vazio” teorizado pelo PCP. A 27 desse mês, Eanes anuncia que dissolverá a AR após a ratificação do tratado de adesão da CEE, o que ocorre a 10 de julho.

A Administração da Lisnave envia mais de 600 cartas a trabalhadores, convidando-os a rescindirem o contrato, a 17 de julho<sup>1245</sup>. Os que não aceitam serão despedidos em outubro.

Em entrevista a *O Jornal*, Soares é questionado sobre as declarações do bispo de Setúbal sobre a fome, afirmando que este “não tem razão”. Considera que existem “grandes carências”, tal “sempre assim foi”, contudo “fome, o que se chama fome, não”, e interroga: “porque se faz agora essa campanha, e não se fez no passado?” Argumenta que os salários em atraso são o resultado da “incapacidade de reestruturar empresas obsoletas, nomeadamente as de construção naval, dimensionadas para os grandes petroleiros, do tempo em que tínhamos petróleo em Angola”. As empresas “terão que ser modernizadas e os trabalhadores reciclados e colocados noutras áreas”. Mas “não é fácil”, porque a reestruturação “implica desemprego e dificuldades sociais”<sup>1246</sup>.

Apostado nas presidenciais de 1986, e perante as legislativas de outubro, Soares pede ao “uma oportunidade para governar só” para o PS, apontando para a meta dos 43%. Segundo este, Cavaco Silva está a “conduzir o PSD para a derrota”<sup>1247</sup>. Considera que, “dada a sociologia eleitoral”, não existem “condições em Portugal para governar à direita” e “pretender atirar o PS para a oposição e, porventura, unir no mesmo combate contra o conservadorismo social e político as duas centrais sindicais seria pôr em causa a concertação, o diálogo social e a paz interna dos portugueses”<sup>1248</sup>.

A 1 outubro de 1985 inaugura-se, na rotunda da Praça de Portugal em Setúbal, o Monumento ao 25 de Abril e às Nacionalizações, uma escultura de trinta toneladas de ferro e

---

<sup>1243</sup> “Assinatura do Acordo de Adesão à CEE. Motivos de ausência não negam o projeto europeu,” *Indústria em Revista*, junho 1985, 27.

<sup>1244</sup> *Ibid.*, 28.

<sup>1245</sup> Paulo Oliveira e Paulo Fernandes, “A década de 80: crise e recuperação,” 314.

<sup>1246</sup> “Entrevista a Mário Soares. Há posições de Freitas e de Pintassilgo próximas da prática de Eanes,” *O Jornal*, julho 26-Agosto 1, 1985, 4

<sup>1247</sup> “Meta PS será 43%,” *Diário de Lisboa*, setembro 5, 1985, 1.

<sup>1248</sup> “Soares pede ao eleitorado mais 7 pontos que em 1983,” *Diário de Lisboa*, setembro 5, 1985, 3.

chapa de aço. Três mil horas de trabalho voluntário dos trabalhadores da Setenave financiaram a obra dos escultores, constituída por um cubo azul “que simboliza a solidez e estabilidade das estruturas do Estado, e por um conjunto de lâminas vermelhas que evocam a força e a criatividade laboral”<sup>1249</sup>.

No mesmo dia, o ministro do Mar preside à assinatura de dois protocolos, um entre a Setenave e a Sopenata (para construção de um petroleiro de 80 000 t e dois navios de 125 000 t) e outro com a Portline, prevendo-se a compra dos três graneleiros construídos para a CNN, num valor total de 20 milhões de contos<sup>1250</sup>.

Ainda a 1 de outubro, o Conselho de Ministros adota uma resolução pela qual se concede, através do Gabinete de Gestão do Fundo de Desemprego, um apoio financeiro de 150 000 contos à Lisnave, condicionado à celebração de um contrato social entre os ORTs e a empresa<sup>1251</sup>.

As eleições legislativas ocorrem a 6 de outubro. Pela primeira vez nenhum partido chega aos 30%, com a maior taxa de abstenção até então. O PSD é o partido mais votado, com 29,87%, mas os 9,96% do CDS não permitem uma reedição da AD. O PS, com 20,77%, perde mais de 800 000 votos e cerca de 40% do seu eleitorado. O PRD obtém 17,92%, indo buscar votos aos socialistas e fazendo baixar a votação da APU para 15,49%. Cunhal exprime contentamento com os resultados e, lembrando as teses do “espaço vazio”, considera que “ganharemos com juros” os deputados perdidos<sup>1252</sup>.

O PS critica o “elogio político” de Eanes “às virtudes do novo primeiro-ministro”, por “razões de solidariedade política e de responsabilização entre o PSD e o PRD”<sup>1253</sup>, e vota sozinho o nome de Tito de Morais para presidente da AR, contra o social-democrata Fernando Amaral (eleito com votos de todos os outros partidos), acusando o PCP de nutrir por si um “ódio visceral”, levando-o a “meter na gaveta os princípios, a ideologia e o espírito de resistência do 25 de Abril”<sup>1254</sup>. Zenha demite-se do PS, e Soares, de secretário-geral.

---

<sup>1249</sup> “Formas de abril,” *Câmara Municipal de Setúbal*, acesso a setembro 8, 2015,

<http://www.munsetubal.pt/GuiaEventos/Artigos/default.asp?tipo=15&Dia=1&Mes=3&Ano=2015>

<sup>1250</sup> “Portline e Sopenata encomendaram seis navios de carga à Setenave,” *Diário de Lisboa*, outubro 2, 1985, 14.

<sup>1251</sup> “Governo e UGT: ‘aquele abraço’,” *Bandeira Vermelha*, outubro 17, 1985, 7.

<sup>1252</sup> “Resultados bons para a democracia,” *Diário de Lisboa*, outubro 7, 1985, 10.

<sup>1253</sup> “PS reage com dureza aos discursos de Eanes e Cavaco,” *Diário de Lisboa*, novembro 7, 1985, 5.

<sup>1254</sup> “Fernando Amaral eleito com votos do PCP ao CDS,” *Diário de Lisboa*, novembro 9, 1985, 6.



O Programa do X GC aposta “inequivocamente na iniciativa privada como a fonte autêntica e insubstituível do desenvolvimento económico e social”, reconduzindo o “Estado ao seu papel supletivo na economia de mercado”<sup>1255</sup>. No SEE, as três empresas com maior prejuízo são a Petroquímica (26,3 milhões de contos), a Setenave (13,0 milhões de contos) e a Quimigal (10,1 milhões de contos)<sup>1256</sup>. Deste modo, a “transformação das empresas públicas, a breve prazo, em sociedades anónimas de capitais públicos – com capital distribuído por diversas entidades públicas – afigura-se uma medida de primordial importância”<sup>1257</sup>.

Preconiza-se uma “flexibilidade controlada na área laboral”, com “reformulação do conceito de justa causa decorrente da evolução tecnológica, da natureza específica das pequenas empresas e da salvaguarda da viabilidade económica das empresas”<sup>1258</sup>. Defende-se o “diálogo permanente e tripartido”, com transformação dos “atuais Conselho Permanente de Concertação Social e Conselho Nacional do Plano num Conselho Económico e Social”<sup>1259</sup>.

Merece “apreciação geral positiva” por parte da CIP, pois assume “particular significado a aposta na iniciativa privada como motor do processo de desenvolvimento”<sup>1260</sup>. Ou seja, trata-se do esboço do programa liberalizador cavaquista, assente numa tentativa de legitimação concertada tripartida. Como veremos, quando os consegue estabelecer com sucesso vence as eleições (1987, 1990); ao falhar (1994) esboroar-se-á a maioria laranja.

No último boletim da CIP de Conjuntura Industrial de 1985, 37% dos inquiridos negam a capacidade de adaptação à entrada na CEE e 9% não expressam opinião<sup>1261</sup>. A 1 de janeiro de 1986, a adesão estará consumada.

Os sindicatos afetos à UGT (a 7 de janeiro de 1986) e os da CGTP (a 9 de janeiro) assinam com a Administração da Lisnave o “Contrato Social para a Recuperação da Empresa”. Em troca da responsabilização dos sindicatos por um ano de “tranquilidade laboral” e “combate

---

<sup>1255</sup> “Programa do X Governo Constitucional,” *Governo de Portugal, Arquivo histórico*, acesso a setembro 20, 2015, 15, <http://www.portugal.gov.pt/media/464036/GC10.pdf>

<sup>1256</sup> *Ibid.*, 24.

<sup>1257</sup> *Ibid.*, 25.

<sup>1258</sup> *Ibid.*, 46.

<sup>1259</sup> *Ibid.*, 47.

<sup>1260</sup> “Editorial,” *Indústria em Revista*, novembro 1985, 5.

<sup>1261</sup> “Relativamente à capacidade das empresas enfrentarem as mutações concorrenciais resultantes da adesão comunitária se 9% dos inquiridos não expressa a sua opinião (7% no anterior bimestre), a concorrência internacional, o elevado custo inerente não só aos fatores produtivos mas igualmente ao financiamento da produção levam 37% das empresas a negar tal capacidade” In *CIP-Conjuntura Industrial*, nº6/1985.

ao absentismo”, acorda-se a reserva de uma taxa não inferior a 5% de toda a faturação para a amortização das dívidas aos trabalhadores, o pagamento normal dos salários mensais e o desempenho temporário de outras funções por parte da força de trabalho. Em consequência, o Governo desbloqueia a verba de 150 000 contos para a empresa<sup>1262</sup>.

Na campanha para as presidenciais, Freitas do Amaral é o candidato de PSD e CDS, o PS alinha com Soares, e PRD e PCP apoiam Zenha (que, triunfando, assestaria um profundo golpe no PS), enquanto a UDP apela ao voto em Pintassilgo.

Soares é agredido na Marinha Grande, uma área com muitos trabalhadores com salários em atraso, cujas manifestações tinham sido alvo de várias cargas policiais, a 14 de janeiro. Segundo o candidato: “não me surpreende nada disto, porque vem da candidatura do Zenha e do Partido Comunista e faz parte da violência que é habitual”.

Para Freitas do Amaral, se Zenha vencesse “desencadearia forças que ele próprio não controlaria e que fariam regressar Portugal à situação de 1975”. Pintasilgo critica o “comportamento antidemocrático e violento”. Zenha gritou em comício, por sete vezes, “Violência, não”, dando “indicação estrita” aos seus apoiantes para “evitarem a todo o custo atos de violência”. O candidato do PCP, Ângelo Veloso (desistente para Zenha), considera “lamentável que haja acontecimentos destes”<sup>1263</sup>, mas defende a “versão dos trabalhadores da Manuel Pereira Roldão de que na origem esteve uma atitude hostil dos guarda-costas de Soares”<sup>1264</sup>.

As eleições para a CTS ocorrem a 23 de janeiro. A lista A (PCP) volta a vencer com 2170 votos e 8 mandatos, seguida da D (PS: 705 votos 2 mandatos), B (UDP: 448 votos e 1 mandato, e C (PSD: 170 votos, 1 mandato)<sup>1265</sup>.

Na primeira volta das presidenciais, a 26 de janeiro, Freitas do Amaral consegue 46,31%. Segue-se Soares (25,43%), que beneficia do “efeito Marinha Grande” e da dispersão de votos

---

<sup>1262</sup> Paulo Oliveira e Paulo Fernandes, “A década de 80: crise e recuperação,” 323.

<sup>1263</sup> “...E a violência surgiu,” *Diário de Lisboa*, janeiro 16, 1986, 5.

<sup>1264</sup> “O ‘efeito da Marinha Grande’,” *Diário de Lisboa*, janeiro 17, 1986, 5.

<sup>1265</sup> “Corrente Sindical de Classe elege um membro para a Comissão de Trabalhadores,” *Bandeira Vermelha*, 23 janeiro, 1986, 12.

entre Zenha (20,88%) e Pintasilgo (7,38%). Na noite eleitoral, apoiantes de Freitas terão cercado a sede do PCP no Porto<sup>1266</sup>.

A UGT ganha a CT da Lisnave a 30 de janeiro. Em 4553 trabalhadores, registam-se 3445 votos expressos. A Lista B obtém 1804 votos e 6 mandatos, a A (CGTP) recolhe 1510 votos e 5 mandatos, e a C (UDP) consegue 131 votos. Um elemento da ex-CT relaciona a derrota “com o despedimento de cerca de dois mil trabalhadores, que eram maioritariamente afetos à corrente sindical da CGTP”<sup>1267</sup>.

Sob o peso de três derrotas estratégicas (entrada na CEE, derrota de Zenha e perda da Lisnave), o PCP convoca o seu XI Congresso (Extraordinário) para 2 de fevereiro. Tratava-se de reverter a decisão do anterior congresso, no qual expressava que “qualquer apoio seu à candidatura de Mário Soares ou indicação de voto a seu favor é questão excluída”<sup>1268</sup>.

Soares vence as presidenciais a 16 de fevereiro com 51,18%, contra Freitas, que recolhe 48,82%. Para o PCP foi “derrotado o candidato da contrarrevolução fascizante”<sup>1269</sup>.

No dia seguinte, é assinado o Ato Único Europeu, que, para “facilitar a realização do mercado interno” até 31 de dezembro de 1992 (livre circulação de mercadorias, pessoas, serviços e capitais), substituiu a regra da unanimidade (com poucas exceções) pela da maioria, no Conselho<sup>1270</sup>. A 25 de fevereiro inicia-se o XXVII Congresso do PCUS. A *perestroika* (reestruturação) tinha começado.

---

<sup>1266</sup> “Apoiantes de Freitas cercaram sede do PCP no Porto,” *Diário de Lisboa*, janeiro 27, 1986, 12.

<sup>1267</sup> “UGT ganhou as eleições na Lisnave,” *Diário de Lisboa*, janeiro 31, 1986, 14.

<sup>1268</sup> PCP, *Resolução Política, X Congresso do Partido Comunista Português*, Ibid., 47.

<sup>1269</sup> “Derrotado o candidato da contrarrevolução fascizante,” *O militante*, fevereiro 1986, 1.

<sup>1270</sup> “Ato Único Europeu,” *Eur-Lex*, acesso a março 23, 2015,  
<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=URISERV%3Axy0027>

## Epílogo - A “reestruturação” e o “restauracionismo”.

### **O “diálogo” como “uma forma de luta” da CGTP e o “primeiro Acordo Social”.**

Os trabalhadores da Setenave paralisam de 21 a 23 de fevereiro de 1986 para “exigirem do Governo o trabalho necessário para a viabilização da empresa e para desbloqueamento do processo de revisão salarial”, tendo recusado “as horas extra e a entrada na empresa dos subempreiteiros”<sup>1271</sup>. O salário de fevereiro foi recebido “com alguns dias de atraso”<sup>1272</sup>.

Na manhã de 18 de abril decide-se em AGT da Setenave o repúdio das propostas apresentadas pela Administração: passagem dos contratos a prazo para efetivos “apenas com os critérios de seleção definidos” por si; limitação de atestados médicos a um por ano e válido por 15 dias; não pagamento do dia de trabalho em caso de ida ao médico; aumento de custos sociais (transportes, bebidas, sandes, refeições); pagamento das ferramentas extraviadas; polivalência e mobilidade de horários; e aumento salarial de 14%. Em protesto, verifica-se uma paralisação nesse mesmo dia, (das 17 horas até às 8 horas de 20 de abril), em simultâneo com a recusa às horas extraordinárias e com piquetes à porta para impedir a entrada dos subempreiteiros<sup>1273</sup>.

De 2 a 5 de maio, os trabalhadores voltam a paralisar, mais uma vez recusando-se a fazer horas extraordinárias e organizando piquetes à entrada para impedir a entrada dos subempreiteiros. No dia seguinte, a Administração terá recusado “receber os ORTs, acabando por vir afirmar posteriormente que só pagaria 50% do mês de abril e confirmando não saber quando iria pagar o restante”. Em AGT, a 9 de maio, decide-se “dar continuidade às formas de luta”, numa paralisação com concentração na Portaria das 17 horas desse dia até às 17.45 de 12 de maio<sup>1274</sup>.

---

<sup>1271</sup> “Paralisações na Setenave exigem trabalho e salário justo,” *Bandeira Vermelha*, fevereiro 26, 1986, 8.

<sup>1272</sup> “Setenave Novos despedimentos na forja,” *Bandeira Vermelha*, março 13, 1986, 5.

<sup>1273</sup> “Pacotão antioperário,” *Bandeira Vermelha*, abril 22, 1986, 6.

<sup>1274</sup> “Setenave. Radicalizar as formas de luta,” *Bandeira Vermelha*, maio 15, 1986, 7.

O V Congresso da CGTP (29, 30 e 31 maio) estabelece o combate ao desemprego e as 40 horas como eixos reivindicativos centrais. Continua a recusar a entrada no CPCS, pois, segundo Judas, “não existe uma política de ‘concertação social’, mas sim de grande confrontação com os trabalhadores” (caso dos salários em atraso), o órgão “não garante a autonomia sindical”, a central é excluída de órgãos onde legalmente deve ter assento e é discriminada ao nível da negociação coletiva<sup>1275</sup>.

Não obstante, introduz-se o conceito do “diálogo como forma de luta”: “É verdade: o diálogo também é uma forma de luta.” Embora a “luta de massas” continue a ser “determinante”, a “atual situação social exige uma maior atenção ao diálogo e à negociação como forma de intervenção nas empresas e serviços ou setores de atividade”.

Existem empresas “que têm de tomar medidas de reestruturação para poderem competir numa economia que é hoje ‘mais aberta’ ao sistema capitalista”, e outras “para as quais a ‘reestruturação’ é apenas um pretexto para atacar os direitos”. Impõe-se o “alargamento das matérias que podem ser objeto de diálogo e negociação com o patronato, o governo e outras entidades”, como: as “metas de produtividade da empresa e as suas contrapartidas”, as “ações de reciclagem e formação profissional”, a “introdução de novas tecnologias”, as “formas de organização do trabalho”, os “níveis de emprego”, a “redução do horário de trabalho”<sup>1276</sup>.

A 29 de julho de 1986, assina-se o primeiro Acordo de Rendimentos e Preços (sobre política de rendimentos para 1987). Um “marco na vida do CPCS”, a sua novidade assentava no facto de a negociação coletiva se basear nos referenciais de inflação esperada “para o período de produção de efeitos da tabela salarial a negociar” e não na inflação verificada. O seu impacto será mais acentuado a nível político, pois “demonstrava vontade política de um Governo realizar em termos práticos um acordo institucional com os parceiros sociais”<sup>1277</sup>.

Com efeito, a “evolução muito favorável dos salários reais que se estava a verificar em 1986”, em resultado de uma situação internacional favorável, reduzia “o risco em que a UGT incorria perante as suas bases ou os assalariados em geral, ao corresponsabilizar-se pela

---

<sup>1275</sup> “Congresso da CGTP assume o desafio da mudança,” *Diário de Lisboa*, maio 30, 1986, 13.

<sup>1276</sup> “O diálogo como forma de luta,” *Jornal do Congresso CGTP*, julho, 1986, 2.

<sup>1277</sup> Hermes da Costa, 135.

execução da política de rendimentos”<sup>1278</sup>. Segundo Ferraz da Costa, presidente da CIP, o acordo “permitiu ao Governo de então enfrentar eleições em condições políticas extremamente favoráveis e obter, pela primeira vez, uma maioria absoluta em Portugal”<sup>1279</sup>. Verificar-se-á uma redução da conflitualidade social, expressa na redução do número de greves: de 422 em 1986 para 251 em 1987<sup>1280</sup>.

Para o PCP, a sessão legislativa foi “das mais positivas”<sup>1281</sup>, pois “talvez nenhum outro primeiro-ministro, desde o 25 de Abril, tenha sofrido tantas derrotas em tão pouco tempo”. São estas: a perda da coligação com o PS, o fracasso da reedição de uma AD maioritária, a derrota de Freitas nas presidenciais, o chumbo dos principais pacotes legislativos (agrícola, laboral e liberdades), o falhanço da tentativa de governamentalização do regime e a “sexta grande derrota de Cavaco Silva foi não ter conseguido a chamada ‘concertação social’ e ‘paz social’”. Deste modo, “estão condenados à derrota”, sendo necessária “uma alternativa democrática”<sup>1282</sup>.

## **A caminho da vitória liberal “concertada”.**

A nível da CEE, a 6.<sup>a</sup> Diretiva do Conselho para a indústria naval, de 26 de janeiro de 1987, estabelece um programa de redução de capacidade para os estaleiros navais, procurando-se uma concentração da produção, e aposta em navios tecnologicamente mais avançados<sup>1283</sup>.

No que respeita a Portugal e Espanha, prevê um período de transição para “uma reestruturação intensiva e acelerada”, resultando em “taxas particularmente elevadas de redução do emprego nas áreas que dependem em grande medida da indústria de construção naval, o que irá ainda agravar a fraqueza das suas estruturas sociais e económicas”<sup>1284</sup>.

---

<sup>1278</sup> José Barreto, “A Formação das Centrais Sindicais e do Sindicalismo Contemporâneo em Portugal (1968-1990)”, 500.

<sup>1279</sup> Assembleia da República, Comissão de Trabalho, Segurança Social e Família, Democracia, Ibid., 112.

<sup>1280</sup> Hermes da Costa, 136.

<sup>1281</sup> “Uma sessão legislativa das mais positivas,” *O militante*, agosto, 1986, 9-14.

<sup>1282</sup> “Cavaco Silva – seis grandes derrotas em nove meses”, *O militante*, agosto 86, contracapa.

<sup>1283</sup> “Council Directive of 26 January on aid to shipbuilding,” *Eu laws and publications*, acesso a novembro 23, 2015,

<https://publications.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/dc206582-cd3a-484a-99b1-453fa77725c9/language-en>

<sup>1284</sup> Ibid., 23.

Num cenário em que, nos anteriores dez anos, os efetivos globais dos estaleiros comunitários diminuíram de mais de 50%<sup>1285</sup>, no relatório da Comissão sobre “Aspetos sociais, industriais e regionais da construção naval” (10 dezembro 1987) argumenta-se que, para “tornar a indústria viável e garantir de novo aos seus trabalhadores a estabilidade de emprego, é necessário reduzir o excesso de capacidade”<sup>1286</sup>.

Neste sentido, o Fundo Social Europeu contribuiria com apoio financeiro para a formação e reciclagem dos trabalhadores e o FEDER (Renaval) financiaria ações de reconversão das zonas mais afetadas<sup>1287</sup>.

Convocadas pela CGTP, decorrem 16 manifestações e concentrações, a 31 de janeiro de 1987, com o mote “Emprego, salário e vida melhor, com uma nova política e um novo governo”<sup>1288</sup>. O PCP considera consumada a rutura da APU a 10 de março<sup>1289</sup>. O X GC cai a 3 de abril, na sequência de uma moção de censura apresentada pelo PRD, com votos favoráveis de toda a oposição, exceto o CDS.

No discurso alusivo à tomada de posse dos novos órgãos sociais da CIP, a 9 de abril, Ferraz da Costa destaca as prioridades defendidas pela confederação patronal: reequilíbrio financeiro do Estado; privatização da economia; reforma fiscal e flexibilização do trabalho. E regozija-se, triunfante: “Conseguiu-se vencer, no combate de ideias, aqueles que, ao defender e tentar impor o socialismo, quase destruíram o País”<sup>1290</sup>.

A 28 de abril, o PR anuncia a dissolução da AR e a convocação de novas eleições legislativas, contra a vontade de PS, PRD e PCP, que pretendiam a indigitação do líder do segundo partido mais votado, cenário recusado porque “nenhuma proposta de Governo me foi indicada”, não existindo “garantia de que ele poderia vir a formar um Governo consistente”<sup>1291</sup>.

A Parry & Son decreta oficialmente falência, verificando-se um corte de estrada em Cacilhas em protesto pelo encerramento, a 2 de maio. Em leilão público (21 outubro), a Lisnave

---

<sup>1285</sup> Ver anexo nº 15.

<sup>1286</sup> “Commission of the European Communities, Shipbuilding, Industrial, Social and Regional Aspects, Brussels 10 December 1987,” *University of Pittsburgh, Archive of European Integration*, acesso a março 15, 2014, 10, <http://aei.pitt.edu/5415/1/5415.pdf>

<sup>1287</sup> *Ibid.*, 24.

<sup>1288</sup> “CGTP desce à rua em todo o país,” *Diário de Lisboa*, janeiro 31, 1987, 4.

<sup>1289</sup> “PCP considera consumada rutura da APU,” *Diário de Lisboa*, março 10, 1987, 3.

<sup>1290</sup> “CIP 16 anos,” *Indústria em Revista*, julho 1990, 28,

<sup>1291</sup> “Estou convencido que tudo correrá bem,” *Diário de Lisboa*, abril 29, 1987, 4.

comprará a empresa por 245 mil contos<sup>1292</sup>. Os 558 trabalhadores e cerca de 350 reformados não serão indemnizados das remunerações em falta<sup>1293</sup>. Juntava-se à CPP (encerrada em 1984) e seguir-se-á a SRN (setembro de 1986)<sup>1294</sup>. Com o concomitante desmantelamento das empresas armadoras nacionalizadas, as grandes empresas do setor encontravam-se mais vulneráveis às “reestruturações”.

A Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal (FSMMMP) organiza, a 30 de maio, o Encontro: “Indústria naval faz falta a Portugal”. Segundo esta, o número de trabalhadores no subsector do aço desceu de cerca de 30 000 em 1976 para pouco mais de 16 500, uma redução de cerca de 45%<sup>1295</sup>. Mais de 50% destes trabalhadores “têm os salários e outras remunerações em atraso”<sup>1296</sup>. A indústria naval representa cerca de 4,3% no emprego e 4,8% no VAB da indústria transformadora<sup>1297</sup>.

A Setenave figura em 2.º lugar a nível europeu quanto à tonelagem docada (terceiro a nível mundial) e número de navios reparados (superiores a 30 000 toneladas)<sup>1298</sup>. Desde 1978 que os armadores nacionais não fazem qualquer encomenda ao estaleiro. Os três petroleiros (S107, S108 e S109) para a CNN estão no cais da Mitrena, sendo “14 milhões que se encontram imobilizados”<sup>1299</sup>, não obstante a promessa da Portline de os adquirir. Os protocolos “com fins eleitoralistas”, assinados em 1 de outubro de 1985 entre a Soponata e a Setenave, para construção de dois petroleiros de 125 000 t não foram cumpridos e a construção de um navio de 80 000 t “processa-se com uma inaceitável lentidão”<sup>1300</sup>.

Nas eleições para delegados sindicais metalúrgicos da Setenave (16 e 17 de julho), o PCP e a UDP concorrem pela primeira vez juntos<sup>1301</sup>. O processo de convergência já se vinha

---

<sup>1292</sup> *Jornal da Exposição, Na Rota do Progresso: a indústria naval em Almada* (Almada, Câmara Municipal de Almada, 2012), 2.

<sup>1293</sup> Ângela Luzia, Joana Esteves, e Maria José E. Esteves, 93.

<sup>1294</sup> *Ibid.*, 78.

<sup>1295</sup> Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal (FSMMMP), *Indústria naval faz falta a Portugal/Debate nacional/a situação económica e social e as propostas dos trabalhadores* (Lisboa Fórum Picoas, 30 maio 1987), policopiado, 1.

<sup>1296</sup> *Ibid.*, 4.

<sup>1297</sup> *Ibid.*, 10.

<sup>1298</sup> *Ibid.*, 11.

<sup>1299</sup> *Ibid.*, 21.

<sup>1300</sup> *Ibid.*, 6.

<sup>1301</sup> “Importante avanço da Corrente de Classe,” *Bandeira Vermelha*, julho 2, 1987, 2.



verificando (nos metalúrgicos de Lisboa contra o SIMA, na lista única para o SPGL, por exemplo) e desembocará em listas conjuntas para a CTS.

A 23 de junho, os trabalhadores da Setenave concentram-se junto do edifício da Administração. Protestam por não se efetuar uma revisão salarial há 21 meses, não existirem reuniões com a Administração faz oito meses, as remunerações e o subsídio de férias estarem em atraso e a previsão de 2000 despedimentos num total de 4800 efetivos. Um piquete da GNR entra nas instalações pelas 15 horas para dispersar os manifestantes, apoiado à distância por elementos da polícia de intervenção que se mantiveram junto da SAPEC. Segundo a Administração, estaria a ocorrer um sequestro, versão desmentida pelos ORTs. De acordo com um porta-voz da CTS, a GNR não se terá demorado mais de uma hora, não impedindo o prolongamento da concentração até às 17.30<sup>1302</sup>.

As legislativas decorrem em simultâneo com as primeiras eleições para o Parlamento Europeu em que Portugal participa, a 19 de julho. O PSD consegue a primeira maioria absoluta do regime democrático, com 50,22% (com o “voto útil”, pois obtém 37,45% nas europeias, e o CDS consegue 15,4% nestas, mas somente 4,44% nacionalmente). O PS sobe muito pouco face a 1985 (22,24%). O PCP, na nova CDU, obtém o pior resultado desde 1975 (12,14%), o PRD perde cerca de 760 mil votos, alcançando 4,91%. Eanes demitir-se-ia da presidência do partido a 5 de agosto: morria o “espaço vazio” e o “eanismo”.

Após o processo eleitoral, a propósito do “sequestro”, a Administração da Setenave impõe processos disciplinares e a suspensão de membros da CTS e do Secretariado da Comissão Intersindical<sup>1303</sup>.

A 17 de agosto toma posse o XI GC. Retomam-se as teses de liberalização concertada tripartida. O Governo “prosseguirá os esforços de concertação social” e “tudo fará” para a “assinatura de um acordo de política de rendimentos de médio prazo”. Assim, os trabalhadores devem aceitar uma “evolução dos salários reais que salvguarde a competitividade” em “troca de

---

<sup>1302</sup> “GNR foi mostrar-se à Setenave,” *Diário de Lisboa*, junho 24, 1987, 15.

<sup>1303</sup> “Impõe-se a unidade na ação,” *Bandeira Vermelha*, agosto 6, 1987, 12.

menos desemprego”<sup>1304</sup>, e as empresas devem ser entendidas “como comunidades complexas em que as pessoas que as integram estão objetivamente solidárias em questões fundamentais”<sup>1305</sup>.

Em entrevista ao *Financial Times*, Cavaco Silva anuncia um plano de privatizações. A Setenave encontra-se no grupo de empresas que terão de resolver a sua situação financeira e reestruturar-se antes de o Governo as privatizar<sup>1306</sup>. A 1 de outubro, o Conselho de Ministros decide abrir um concurso internacional para cessação do estaleiro, nomeando uma comissão para tal efeito<sup>1307</sup>.

## **A quadratura do círculo da “concertação nacional”.**

O Conselho Nacional da CGTP-IN, reunido a 18 e 19 de setembro, decide proceder a um debate para “ponderar sobre se a manutenção da sua posição atual face ao CPCS corresponde, ou não, aos objetivos da luta dos trabalhadores portugueses, não estando em causa a alteração da sua estratégia e, muito menos, a abdicação dos seus princípios”<sup>1308</sup>.

O CC do PCP adota uma resolução a 15 de outubro, analisando que na nova relação de forças após as eleições, a “ofensiva” do Governo passará “pela utilização mais ativa do Conselho de Concertação Social com a cumplicidade da UGT como instrumento da política do Governo e do grande capital”, transferindo para este órgão “decisões relativas a salários, a condições de trabalho, à legislação laboral e às próprias nacionalizações”. Assim, “é natural que a CGTP-IN reconsidere a decisão até agora assumida de não ocupar os seus lugares no Conselho, questão que está em discussão no movimento sindical unitário e será por este resolvida.”

No entanto, “uma eventual decisão nesse sentido” deve ser “acompanhada de um firme combate à ideologia da conciliação de classes”, a “possíveis ilusões” quanto às possibilidades de o CPCS “desempenhar um papel decisivo na resolução dos problemas dos trabalhadores” e a

---

<sup>1304</sup> “Programa do XI Governo Constitucional,” *Governo de Portugal, Arquivo histórico*, acesso a janeiro 2, 2015, 24, <http://www.portugal.gov.pt/media/464039/GC11.pdf>

<sup>1305</sup> *Ibid.*, 56.

<sup>1306</sup> “Cavaco explica privatizações ao “Financial Times”,” *Diário de Lisboa*, setembro 7, 1987, 28.

<sup>1307</sup> Alberto Conceição, António Barros, e José Sardinha, 164.

<sup>1308</sup> “Das conclusões da reunião de 18 e 19 de setembro do Conselho Nacional da CGTP,” *Avante!*, 3º caderno, outubro 1, 1987, 7.

“tendências para a transferência para o Conselho” da defesa dos seus interesses, algo só passível de ser assegurado eficazmente pelos sindicatos, CTs, contratação coletiva e luta de massas<sup>1309</sup>.

Ou seja, o PCP dá o aval à mudança de orientação, considerando-a “natural”, embora não assuma tal política explicitamente, expressando-se no condicional (“poderá”), escapando a definição concreta da *sua* posição através de uma relativa ambiguidade acomodatória de posições internas contrastantes, endossando ao movimento sindical a responsabilidade última (“será por este resolvida”).

Já o PC (R) é bastante mais explícito: “deverão os militantes do nosso Partido defender no seio da CGTP a entrada dessa central no CPCS”, de modo a se ganhar o “máximo de espaço” para “uma maior interferência dos trabalhadores na vida nacional”<sup>1310</sup>.

O Plenário Nacional de Sindicatos da CGTP-IN (29 de outubro) decide a “ocupação de imediato dos lugares a que tem direito no Conselho Permanente de Concertação Social”<sup>1311</sup>, após três anos de “cadeiras vazias”. Para Carvalho da Silva, a recusa de entrada foi “positiva porque contribuiu para clarificar a natureza de classe do poder em Portugal e a natureza e objetivos do CPCS”, e para “revelar o papel de colaboracionismo objetivo da UGT”<sup>1312</sup>.

Na tomada de posse da Intersindical (1 de novembro), Cavaco Silva congratula-se com a sua entrada, pois é mais um passo dado “no reconhecimento dos méritos da via de concertação escolhida pelo Governo e acolhida pelos parceiros sociais ao longo de dois anos”. Avisa não ser esta “compatível com a subordinação a estratégias político-partidárias, nem com ideologias de confrontação social” em definhamento a um “ritmo crescente”<sup>1313</sup>.

---

<sup>1309</sup> “Resolução do comité central do PCP-sobre o trabalho dos comunistas no movimento sindical unitário, Lisboa, 13 outubro de 1987. O Comité Central do PCP,” *Avante!*, 3º caderno, outubro 15, 1987, 2-3.

<sup>1310</sup> “Os Comunistas e o debate em torno da entrada da CGTP para o CPCS, resolução do Comité Executivo do Comité Central do PC (R), 15/16 setembro 1987,” *Bandeira Vermelha*, setembro 17, 1987, 3.

<sup>1311</sup> “Decisão que favorece a luta dos trabalhadores,” *Bandeira Vermelha*, novembro 5, 1987, 2.

<sup>1312</sup> “Intersindical entra no CPCS,” *Diário de Lisboa*, outubro 29, 1987, 32.

<sup>1313</sup> “Governo pressiona parceiros a alinhar com metas definidas,” *Diário de Lisboa*, novembro 2, 1987, 9.

## A “unidade sindical nacional” na greve geral.

O Governo apresenta ao CPCS um diploma de “pacote laboral” assente na tese de que o “protecionismo excessivo” no emprego conduz a “repercussões negativas no acesso ao emprego de outros trabalhadores”. Ou seja, a “rigidez”, “estabilidade” e “segurança” laboral seriam contra os interesses dos desempregados. A “flexibilização” ou facilitamento do despedimento acarretaria uma diminuição do desemprego. Deste modo, o conceito de justa causa para despedir passa a abranger as “necessidades imperiosas de suprimir postos de trabalho”<sup>1314</sup>.

Nos últimos dois meses de 1987, um conjunto de empresas visitam a Mitrena para recolher informações sobre o estaleiro e o Caderno de Encargos<sup>1315</sup>. Em dezembro, o pórtilco sofre uma avaria, privando a produção deste equipamento durante cinco meses. Entre 1986 e 1987 são entregues seis construções à Hollming Ltd-Finlandia (cinco barcaças de carga no convés de 12 000 tdw e um pontão com rampa para terminal ro-ro)<sup>1316</sup>. Ao longo de 1987, verificam-se 8929 horas não trabalhadas por efetivos na Setenave devido a greves/paralisações<sup>1317</sup>.

Na data fixada para apresentação de propostas para a cessão do estaleiro (18 de janeiro de 1988) surgem apenas dois concorrentes: a Lisnave e o MPC, associado ao estaleiro alemão Flender Werft<sup>1318</sup>. A 22 de janeiro de 1988, o ministro da Indústria, Mira Amaral, anuncia que a Setenave e a Petroquímica, “após o congelamento de parte dos passivos”, serão “entregues, em regime de exploração, a entidades privadas”<sup>1319</sup>.

A continuidade do Acordo de Política de Rendimentos (APR) ficou comprometida quando o Governo “recusou a adoção das medidas de correção previstas, alegando o mau ano agrícola e outras circunstâncias dúbias”<sup>1320</sup>. A UGT denunciara o acordo, mas após negociações volta atrás. O APR para 1988 é assinado a 25 janeiro, estabelecendo-se uma taxa de inflação

---

<sup>1314</sup> “Despedimentos vão ser facilitados,” *Diário de Lisboa*, novembro 21, 1987, 3.

<sup>1315</sup> Alberto Conceição, António Barros, e José Sardinha, 165.

<sup>1316</sup> “Reparações 88,” *Informação Setenave*, Janeiro 11, 1989.

<sup>1317</sup> Paulo Fernandes, 76.

<sup>1318</sup> Alberto Conceição, António Barros, e José Sardinha, 165.

<sup>1319</sup> “Ministro anuncia Setenave e Petroquímica devem passar a ‘exploração privada’,” *Diário de Lisboa*, janeiro 23, 1988, 4.

<sup>1320</sup> José Barreto, “A Formação das Centrais Sindicais e do Sindicalismo Contemporâneo em Portugal (1968-1990)”, 500.

“esperada” de 6%, como referencial para atualizações de preços e negociações salariais entre os sindicatos e as associações patronais ou as empresas. A CIP não o subscreve, pois “significaria que aceitávamos como normal as condições em que a nossa indústria tem de fazer face à concorrência estrangeira”<sup>1321</sup>. Para Cavaco Silva, a concertação social é “incompatível com uma lógica de radical afrontamento de classes, com radicalismos estéreis ou com posições ditadas por interesses político-partidários”<sup>1322</sup>, sendo o acordo a “prova de que o Conselho está ativo e operacional”<sup>1323</sup>.

Na cerimónia pública de assinatura, verificam-se incidentes, com os guarda-costas de Cavaco a empurrarem os representantes da Intersindical, impedidos de falar. Segundo a CGTP, o primeiro-ministro “não tolera qualquer oposição de ideias”, nem “aceita a liberdade de pensamento e a autonomia da vontade dos trabalhadores portugueses”<sup>1324</sup>.

A 28 de janeiro realizam-se eleições para a CTS. Pela primeira vez, o PCP e a UDP concorrem juntos na lista A, conseguindo a vitória com 2317 votos e 8 mandatos, travando a lista B (UGT), que obtém 912 votos e 3 mandatos. O secretariado da CTS integrará membros de todas as correntes representadas no órgão<sup>1325</sup>. No mesmo dia ocorrem eleições para o CGT Lisnave, voltando a vencer a Lista da UGT (1765 votos e 6 mandatos) contra a Lista A (PCP) com 1519 votos e 5 mandatos, que concorre separadamente da Lista C (UDP, 128 votos)<sup>1326</sup>.

No IV Congresso da UGT (5-7 fevereiro), Torres Couto critica o pacote laboral, porque levado à prática seria uma “verdadeira guerra social”, um “atentado à democracia e à Constituição”<sup>1327</sup>. Aprova-se a convocação de uma greve geral, caso o Governo insista no seu intuito. Os unitários (PCP) criticam a “capitulação” à aceitação da extinção do posto de trabalho por “razões económicas, tecnológicas, estruturais ou de mercado”, com o apoio de alguns social democratas, dos Bancários de Sul e Ilhas<sup>1328</sup>.

---

<sup>1321</sup> “CIP 16 anos,” *Indústria em Revista*, julho, 1990, 29.

<sup>1322</sup> “Cavaco volta ao ataque,” *Diário de Lisboa*, janeiro 25, 1988, 1.

<sup>1323</sup> “Conselho da Concertação está ‘ativo e operacional’,” *Diário de Lisboa*, janeiro 26, 1988, 4.

<sup>1324</sup> *Ibid.*

<sup>1325</sup> “Passos positivos para a unidade na ação,” *Bandeira Vermelha* março 10, 1988, 12.

<sup>1326</sup> “Eleições sindicais,” *Bandeira Vermelha*, fevereiro 4, 1988, 3.

<sup>1327</sup> “Torres Couto promete ‘guerra social’ caso pacote laboral for para diante,” *Diário de Lisboa*, fevereiro 5, 1988, 3.

<sup>1328</sup> “PSD meteu na ordem os sindicalistas social democratas,” *Diário de Lisboa*, fevereiro 2, 1988, 5.

A direção do PCP confronta-se com uma oposição interna que assume expressão pública, do chamado “Grupo dos Seis”. Segundo Álvaro Cunhal, “não existe uma crise do PCP”, embora admita a diminuição de células de empresa, devido a “fatores objetivos”: encerramentos, despedimentos, repressão; verificando-se uma diferente composição da classe trabalhadora<sup>1329</sup>. No entanto, os problemas agravam-se: a 6 de maio, Zita Seabra será afastada da Comissão Política<sup>1330</sup>, e em junho surge a Terceira Via que, negando querer “pôr em causa a ideologia marxista-leninista do partido” (distanciando-se dos “Seis”), critica a falta de democracia, renovação e a “reserva mental” face à *perestroika*, tida por um retomar das “origens e legado leninistas”<sup>1331</sup>.

A CGTP manifesta-se a 6 de fevereiro, contra o pacote laboral e a “ofensiva generalizada” do Governo para “alterar radicalmente o próprio regime democrático”<sup>1332</sup>.

A Comissão nomeada pelo Conselho de Ministros para avaliação das propostas de cessação do estaleiro da Mitrena entrega um relatório ao ministro da Indústria (15 fevereiro), concluindo que nenhuma “pode ser considerada como aceitável”<sup>1333</sup>. Mira Amaral, em despacho, manifesta a sua discordância, pois “o problema que se põe é o saber se em todo o caso uma dessas soluções não será melhor que manter a Setenave como está, situação esta que é claramente de rejeitar”. Deste modo, a Comissão procede a novos contactos reduzindo a “um mínimo as exigências do Caderno de Encargos”, ficando de apresentar novo relatório a 31 de março<sup>1334</sup>.

Segundo o PCP (R), as “Condições Básicas do Contrato de Concessão” demonstram “total subserviência”, pois o Estado assume totalmente o passivo da Setenave (60 milhões de contos), o concessionário é presenteado com uma encomenda de construção de quatro navios para a Soponata, e “as relações atuais de trabalho, contratos e acordos com os trabalhadores e seus sindicatos cessarão e deixarão de estar em vigor a partir da data da assinatura do contrato de concessão”. O novo concessionário poderá “admitir (ou readmitir) quem quiser”, de acordo com

---

<sup>1329</sup> “Entrevista Álvaro Cunhal,” *O militante*, fevereiro 1988, p.5.

<sup>1330</sup> “Zita punida,” *Diário de Lisboa*, maio 6, 1988, 1.

<sup>1331</sup> “Queremos travar hemorragia... não somos grupo ou fração,” *Diário de Lisboa*, junho 27, 1988, 3.

<sup>1332</sup> “Pacote laboral só interessa ao capital,” *Diário de Lisboa*, fevereiro 8, 1988, 7.

<sup>1333</sup> Alberto Conceição, António Barros, e José Sardinha, 165.

<sup>1334</sup> *Ibid.*, 166.

os “seus próprios critérios de direção”. O Governo compromete-se a fazer o “trabalho sujo”, ou seja, os despedimentos, “contando com a aprovação do pacote laboral”<sup>1335</sup>.

O Conselho de Ministros aprova o pacote laboral. Para o ministro do Trabalho Silva Peneda (futuro presidente do CES), “O diálogo e a concertação não podem ser pretexto para ações paralisantes”<sup>1336</sup>.

A Federação de Metalúrgicos da CGTP e o SIMA (UGT) marcam uma paralisação (25 de fevereiro) com “forte adesão” na Setenave<sup>1337</sup>. No dia seguinte, a UGT convoca uma greve geral para 28 de março<sup>1338</sup>.

Em AGT da Setenave (10 março), critica-se a entrega da empresa a “interesses económicos transnacionais”. Segundo os trabalhadores, “qualquer reestruturação tem de ter necessariamente em conta a opinião dos trabalhadores, nomeadamente a referente à manutenção dos postos de trabalho”. Discute-se ainda uma proposta de tabelas salariais (não revistas há 28 meses) para “repor o poder de compra”<sup>1339</sup>.

A 11 de março, a CGTP também marca greve geral para dia 28, coincidente mas autónoma da da UGT, sob o mote: “Não ao pacote laboral, contra o teto salarial, pelo emprego, pelo progresso”<sup>1340</sup>.

Em visita ao Reino Unido de Thatcher, Cavaco Silva afirma: “Eu sei o que é que são greves a sério, estudei aqui em Inglaterra, à luz das velas, durante as greves dos mineiros de 1972, e lembro-me das greves dos estivadores”. Ainda segundo o primeiro-ministro: “Em Portugal há muito poucas greves e quando as há são ‘greves de um dia’, incomparáveis ao resto da Europa. Os problemas laborais são ‘insignificantes’ em Portugal”<sup>1341</sup>.

A greve geral de 28 de março foi a “página mais doirada do movimento sindical” para Torres Couto, obtendo 80% de adesão e envolvendo dois milhões de trabalhadores assalariados<sup>1342</sup>. Segundo a CGTP, aconteceu “o maior protesto e a maior greve de sempre do

---

<sup>1335</sup> “Reestruturação impõe bloco único em defesa dos postos de trabalho,” *Bandeira Vermelha*, março 10, 1988, 12.

<sup>1336</sup> “Governo aprova pacote laboral sem alterar nada de relevante,” *Diário de Lisboa*, fevereiro 26, 1988, 10.

<sup>1337</sup> “Passos positivos para a unidade na ação,” *Ibid.*

<sup>1338</sup> “UGT marcou Greve Geral para o dia 28,” *Diário de Lisboa*, fevereiro 27, 1988, 13.

<sup>1339</sup> “Setor público em (situação económica difícil) manifesta-se,” *Diário de Lisboa*, março 12, 1988, 4.

<sup>1340</sup> “CGTP marcou greve geral para o dia 28,” *Diário de Lisboa*, março 11, 1988, 13.

<sup>1341</sup> “Eu sei o que são greves estudei à luz das velas,” *Diário de Lisboa*, março 12, 1988, 4.

<sup>1342</sup> “Foi a ‘página mais dourada do movimento sindical’,” *Diário de Lisboa*, março 29, 1988, 4.

sindicalismo português”, com mais de 80% de participação<sup>1343</sup>. Setenave e Lisnave paralisaram completamente<sup>1344</sup>. O PCP considera “de grande significado o facto de muitos grevistas serem trabalhadores com contratos a prazo”<sup>1345</sup>. De acordo com Cavaco Silva, a greve foi “parcialíssima”<sup>1346</sup>.

O pacote laboral é aprovado na generalidade no parlamento, a 14 de abril. Silva Peneda considera que a “preparação desta lei obedeceu inteiramente ao processo de concertação social”<sup>1347</sup>. Vítor Constâncio (PS) protesta contra a “arbitrariedade ao serviço do poder patronal”<sup>1348</sup>. Nas galerias grita-se “morte ao fascismo”. Sindicalistas da UGT entram no hemisfério com gravatas negras. Lá fora, manifestam-se milhares de trabalhadores em protesto<sup>1349</sup>.

A 26 de maio, o Tribunal Constitucional declara inconstitucionais as disposições do pacote laboral relativamente aos despedimentos por justa causa devido a “motivos económicos, tecnológicos, estruturais ou de mercado relativos à empresa, estabelecimento ou serviço”, e a que “permitia à empresa, mesmo com decisão do tribunal favorável ao trabalhador, suspender a prestação de trabalho”<sup>1350</sup>.

O PCP organiza um Encontro Nacional sobre a CEE, a 18 junho. Segundo Pina Moura, o “Governo e o grande capital continuam a insistir na ‘tecla CEE’ como um dos argumentos (senão o argumento) para justificar a cruzada de reprivatizações de empresas públicas”<sup>1351</sup>. Mas a sua alienação só será possível “com a participação massiva de capitais estrangeiros”, colocando em causa a “independência e soberania nacionais”<sup>1352</sup>.

---

<sup>1343</sup> “CGTP reivindica vitória “indiscutível” dos trabalhadores,” *Diário de Lisboa*, março 29, 1988, 5.

<sup>1344</sup> “Do continente às ilhas Greve tocou a todos,” *Diário de Lisboa*, março 29, 1988, 7.

<sup>1345</sup> “A maior greve de todos os tempos,” *O militante*, abril, 1988, 2.

<sup>1346</sup> “Centrais não desistem da luta, governo diz que ‘nada feito’,” *Diário de Lisboa*, março 29, 1988, 1.

<sup>1347</sup> “Mais de 60 alterações ao pacote,” *Diário de Lisboa*, abril 15, 1988, 3.

<sup>1348</sup> “As razões da recusa de Vítor Constâncio ao Bloco Central,” *Diário de Lisboa*, abril 15, 1988, 3.

<sup>1349</sup> “Exigimos que a nossa voz seja ouvida,” *Diário de Lisboa*, abril 15, 1988, 2.

<sup>1350</sup> “TC reprova ‘pacote laboral’,” *Diário de Lisboa*, maio 27, 1988, 3.

<sup>1351</sup> PCP, *Portugal e a CEE hoje, Documentos do Encontro Nacional do PCP sobre a CEE, 18 junho 1988* (Lisboa: Edições Avante!, 1988), 62.

<sup>1352</sup> *Ibid.*, 64.



## A “revolução cultural” e o “pacote laboral” triunfantes.

Por resolução do Conselho de Ministros, a 28 de junho, Óscar Mota é nomeado presidente do CA da Setenave<sup>1353</sup>, prometendo fazer uma “revolução cultural” no estaleiro<sup>1354</sup>.

No contexto da luta pela atualização da tabela salarial, a Administração propõe a atribuição de um prémio de produtividade a cada trabalhador durante três meses (junho, julho e agosto), a troco da “paz” laboral no estaleiro durante esse período<sup>1355</sup>.

Realizam-se paralisações na Setenave a 23 e 24 de junho, bem como uma sequência de greves nos três primeiros dias de julho: a 1 desse mês paralisa o pessoal do turno, a 2 o pessoal de piquete, e a 3 o pessoal de dia, com não entrada de subempreiteiros e recusa às horas extraordinárias<sup>1356</sup>.

A 6 de julho, a Administração abre inscrições para “despedimentos voluntários”. Em AGT, a 8 de julho, a maioria dos membros dos ORTs avançam com a proposta de um adicional de 6000\$00 durante os meses de junho, julho e agosto. A UDP propõe que essa quantia seja considerada “como um adiantamento à revisão da tabela salarial” (porque considerava que a Administração estava interessada em acabar uma barcaça até à data limite de fins de julho para evitar pesadas multas, sendo o prémio uma forma de “desmobilização” para aplicar o plano de despedimentos), acusando a mesa de repetir duas vezes a votação até ser rejeitada<sup>1357</sup>.

Em reuniões posteriores, a Administração e os ORTs acordarão em quatro pontos: a gratificação de 6000\$00 nos referidos três meses; início das negociações da revisão da tabela salarial para a segunda quinzena de setembro; recusa da atribuição do prémio de produtividade aos trabalhadores que no dia 1 de julho se encontrem de baixa; e “paz” laboral no estaleiro até ao fim do acordo<sup>1358</sup>.

---

<sup>1353</sup> “Quem é quem na administração?,” *Informação Setenave*, dezembro, 6, 1988.

<sup>1354</sup> “Administração põe Setenave em estado de sítio,” *O Diário*, março 20, 1989, 5.

<sup>1355</sup> “Em defesa dos postos de trabalho. Por uma nova tabela salarial,” *Bandeira Vermelha*, julho 7, 1988, 12.

<sup>1356</sup> “Em defesa dos postos de trabalho. Por uma nova tabela salarial,” *Ibid.*

<sup>1357</sup> “Unir forças contra os despedimentos,” *Bandeira Vermelha*, julho 14, 1988, 3.

<sup>1358</sup> *Ibid.*

O Gabinete de Dinamização do Emprego (GADE) entra em funcionamento a 1 de agosto. Os seus objetivos são: fornecer informação e orientação sobre as possibilidades de formação profissional, recolocações e outros apoios; informação e assistência técnica; apresentação de projetos para a criação de emprego próprio; assistência jurídica e auxílio na resolução de formalidades legais e ou bancárias, com vista à constituição de sociedades por quotas ou cooperativas<sup>1359</sup>.

A Lei 100/88, de 25 de agosto<sup>1360</sup> (aprovada na AR sem votos contra e abstenção do CDS), autoriza o Governo, no âmbito das reestruturações económicas, a emitir empréstimos internos ou externos até ao limite máximo de 170 milhões de contos para assunção de passivos das empresas públicas Quimigal, Setenave e Siderurgia. Um despacho de regulamentação atribuirá 57 milhões para o estaleiro naval<sup>1361</sup>. A CIP afirma não discordar do saneamento, desde que “tendo em vista uma total privatização das empresas”<sup>1362</sup>.

Entre julho e setembro, mais de mil trabalhadores (num total de 4800) já se tinham inscrito para o “despedimento voluntário”. Em setembro, a Administração apresenta um “memorando” sobre a reestruturação, com uma proposta de 17 pontos sobre a “alteração do regime laboral”, propondo (entre outras medidas): a retirada do prémio de 6 contos; aumentos de 7,5% de novembro a março, e de 7,5% de abril a dezembro de 1989; retirar os prémios existentes por um “prémio de desempenho” de 12%; retirar o valor das horas extras; aumentar o preço dos transportes e das refeições<sup>1363</sup>.

No documento “O contributo dos trabalhadores para a reestruturação” (4 outubro de 1988) defende-se que “reestruturar não é liquidar”. As causas dos problemas da empresa são: a falta de dotação de capital e de acesso ao crédito bancário, não existência de ajudas ao nível dos países da CEE, não reapetrechamento da marinha mercante ao serviço dos interesses dos armadores. A “reestruturação necessária” deve passar pelos objetivos inseparáveis de “viabilizar a empresa no interesse nacional” e pela “defesa dos postos de trabalho”, calculando-se a

---

<sup>1359</sup> “1 agosto: entra em funcionamento o GADE,” *Informação Setenave*, dezembro 20, 1988.

<sup>1360</sup> Lei 100/88, 25 agosto.

<sup>1361</sup> “Entrevista com a Dra. Cândida Guerreiro. Administradora do Pelouro Financeiro,” *Informação Setenave*, outubro 20, 1989.

<sup>1362</sup> “Editorial,” *Indústria em Revista*, maio, 1988, 5.

<sup>1363</sup> “Trabalhadores aprovam greve. Comunicado da UDP,” *Bandeira Vermelha*, novembro 17, 1988, 3.

necessidade de um número superior a 4000 efetivos para se cumprirem os objetivos ao nível da construção e reparação<sup>1364</sup>.

Uma delegação de 45 delegados sindicais e membros das CTs da Setenave e Siderurgia desloca-se à residência oficial do primeiro-ministro a 6 de outubro. Queriam ser recebidos para se encontrarem “soluções para a viabilização” das empresas, com “total manutenção da mão de obra existente” (a reestruturação implicava o despedimento de 2000 trabalhadores de cada unidade). São detidos pela polícia, por “manifestação não autorizada”, não acatando a indicação de abandono do local e, ao invés, tendo-se sentado no chão<sup>1365</sup>. Depois de quatro sessões de julgamento, são absolvidos a 21 de outubro<sup>1366</sup>.

Em AGT da Setenave (15 de novembro) decide-se marcar greve para sexta-feira dia 18, prolongando-se no fim de semana com greve às horas extra e não entrada de subempregados, com adesão “total no setor produtivo” e uma percentagem total a rondar os 98%<sup>1367</sup>.

O XII Congresso do PCP (1-4 dezembro) adota um novo programa “Portugal – Uma democracia avançada no limiar do século XXI”<sup>1368</sup>, com objetivos “democráticos” e de economia “mista”, relegando-se para segundo plano referências ao “socialismo”.

Judas (dirigente do PCP e da CGTP) propõe que a votação dos membros do Comité Central se faça por voto secreto. Contudo, a “esmagadora maioria” pronunciou-se contra, de braço no ar<sup>1369</sup>. Segundo o *Diário de Lisboa*, o quadro que “brilhou a grande altura” no último congresso da Intersindical como “uma espécie de ‘perestroika’ ‘avant la lettre’”, perante “ataques dos ‘duros’” terá colocado o seu cargo à disposição, mas foi sempre defendido por Cunhal<sup>1370</sup>.

---

<sup>1364</sup> *O Contributo dos trabalhadores para a reestruturação, Setenave/88*, (Mitrena, 4 Outubro 1988), policopiado.

<sup>1365</sup> “Metalúrgicos da Setenave e Siderurgia detidos à porta do primeiro-ministro,” *Diário de Lisboa*, outubro 7, 1988, 6.

<sup>1366</sup> “Siderurgia e Setenave: sindicalistas absolvidos,” *Bandeira Vermelha*, outubro 27, 1988, 3.

<sup>1367</sup> “Grande adesão à greve,” *Bandeira Vermelha*, novembro 24, 1988, 3.

<sup>1368</sup> Baseado nos seguintes eixos: regime de liberdade com um Estado Democrático, representativo, participado e moderno; desenvolvimento económico assente numa economia mista, moderna e dinâmica ao serviço do povo e do País; uma política social que garanta o melhoramento das condições de vida do povo; uma política cultural de acesso generalizado; uma pátria independente e soberana, com uma política de paz, amizade e cooperação com todos os povos. In *Programa de Estatutos do PCP* (Lisboa: *Avante!*, 1997).

<sup>1369</sup> “Todos de braço no ar,” *Diário de Lisboa*, dezembro 02, 1988, 2.

<sup>1370</sup> “Judas de pedra e cal no partido e na CGTP,” *Diário de Lisboa*, dezembro 3, 1988, 3.

O secretário-geral considera como “ações corretas” a entrada da CGTP no CPCS, o início das relações com a UGT e a participação na greve geral – cujas “opções político-sindicais foram de iniciativa de José Luís Judas”. Pela “hábil e ainda poderosíssima atuação” de Cunhal, verificou-se “a vitória de um certo centrismo”<sup>1371</sup>.

Em finais de dezembro, a UGT ameaça com nova greve geral para fevereiro<sup>1372</sup> e a CIP refere-se à “crise da concertação”: consideram-se “forçados a concluir”, não obstante “termos um Governo maioritário”, não ser “possível levar a cabo reformas que tenham a oposição das duas centrais sindicais”<sup>1373</sup>.

A nível mundial, 1988 é um ano de recuperação para a indústria naval, com uma produção mundial de navios de 10 milhões de toneladas de arqueação bruta. Portugal discute com Singapura a posição de maior centro de reparação mundial<sup>1374</sup>. Neste ano, a Setenave repara 82 navios (mais de 90% são petroleiros e graneleiros<sup>1375</sup>), num total de 6 milhões de toneladas de arqueação bruta (uma média de 72 000 tdw por navio), registando-se uma faturação de cerca de 4,27 milhões de contos<sup>1376</sup>. Simultaneamente saem 1301 trabalhadores da empresa por “mútuo acordo”<sup>1377</sup>.

A Administração endereça uma carta a cerca de mil trabalhadores da Setenave, a 30 de dezembro de 1988, convidando-os a “uma reflexão sobre o seu futuro”, tendo em vista a “conveniência de vir a apresentar pedido de rescisão voluntária do seu contrato de trabalho”. As condições apresentadas (até 30 de janeiro) são uma indemnização total correspondente a tantos meses de vencimento quanto os anos de casa, com bónus de mais quatro meses, “férias já vencidas e não gozadas e respetivo subsídio” e “partes proporcionais de férias, subsídio de férias e subsídio de Natal referentes ao tempo de serviço em 1989”. No cálculo da indemnização utilizar-se-á o vencimento resultante da tabela a sair das negociações em curso<sup>1378</sup>.

---

<sup>1371</sup> “Aliar-se-á alguém a quem não se alia consigo próprio?,” *Diário de Lisboa*, dezembro 5, 1988, 3.

<sup>1372</sup> “Greve Geral quase certa,” *Diário de Lisboa*, dezembro 22, 1988, 1.

<sup>1373</sup> “A crise da concertação, Editorial,” *Indústria em Revista*, dezembro, 1988, 5.

<sup>1374</sup> “A construção naval no mundo,” *Informação Setenave*, Fevereiro 17, 1989.

<sup>1375</sup> “Setenave reparou 82 navios,” *Diário de Notícias, Economia*, janeiro 16, 1989, 9.

<sup>1376</sup> “Reparações,” *Informação Setenave*, janeiro 11, 1989.

<sup>1377</sup> Paulo Fernandes, 56.

<sup>1378</sup> “Carta de 30 de dezembro de 1988. Assunto: Redução de Efetivos. Administração envia 937 ‘convites’ para despedimento,” *Bandeira Vermelha*, janeiro 5, 1989, 12.

Para os ORTs trata-se do “maior despedimento coletivo desde o 25 de Abril”<sup>1379</sup>. Atinge ativistas sindicais, centenas de mulheres e acidentados de trabalho, existindo setores “como os refeitórios, as limpezas e a vigilância em que todos os trabalhadores são convidados a despedirem-se”<sup>1380</sup>. Conclamam: “Se alguém teme a greve geral não somos nós! Vamos todos lutar para que Portugal não se transforme na Singapura da Europa”<sup>1381</sup>.

A 12 de janeiro, cerca de 700 trabalhadores da Setenave<sup>1382</sup> integram-se numa jornada de luta nacional convocada pela CGTP, na qual se realiza uma manifestação em Lisboa até ao Ministério do Trabalho. De acordo com sindicalistas presentes, “a polícia de intervenção tentou impedir o acesso dos trabalhadores ao local da reunião, o que demonstra bem o que o Governo pensa do diálogo”<sup>1383</sup>.

Cerca de 600 trabalhadores inscreveram-se nas rescisões até 20 de janeiro, prazo que será prolongado<sup>1384</sup>. Nesse mesmo dia realiza-se uma greve, com recusa às horas extraordinárias durante quatro dias<sup>1385</sup>, e assina-se um acordo laboral entre a Administração e o grupo negociador sindical com efeitos entre 1/11/88 e 30/6/89. Neste estabelece-se um aumento geral de 12% (com complemento para casos em que não atinja os 6 contos), refeição principal gratuita, bebidas e “extras” a preço de custo, aumento de 12% no preço dos transportes, redução dos prémios, “alargamento de funções” com acordo do trabalhador e dentro dos limites previstos na contratação, maior controlo do absentismo e das baixas<sup>1386</sup>.

A CGTP organiza uma “mobilização geral” no dia 24 de fevereiro, em protesto contra o pacote laboral promulgado por Soares, envolvendo (segundo a central) entre 350 000 e 500 000 trabalhadores em centenas de empresas<sup>1387</sup>. Na Setenave a paralisação é de 92%, na Lisnave, 72,5%<sup>1388</sup>. Torres Couto elogia uma “ação inteligente”, e alguns sindicatos da UGT aderem.

---

<sup>1379</sup> “Trabalhadores da Setenave fazem “finca-pé”,” *Europeu*, janeiro 6, 1989, 9.

<sup>1380</sup> “Setenave: em carteira o maior despedimento coletivo depois do 25 de Abril,” *O Diário*, janeiro 6, 1989, 6.

<sup>1381</sup> A CT, A Comissão Intersindical da Setenave, *Setenave, o maior despedimento coletivo*, (5 janeiro 1989), policopiado.

<sup>1382</sup> “Acordo laboral não para a ofensiva nem a resistência,” *Bandeira Vermelha*, janeiro 26, 1989, 3.

<sup>1383</sup> “CGTP põe Mário Soares a par dos contactos com o Governo,” *Diário de Lisboa*, janeiro 13, 1989, 9.

<sup>1384</sup> “Acordo laboral não para a ofensiva nem a resistência,” *Bandeira Vermelha*, janeiro 26, 1989, 3.

<sup>1385</sup> “Setenave em greve,” *O Dia*, janeiro 19, 1989, 28.

<sup>1386</sup> “Acordo laboral não para a ofensiva nem a resistência,” *Ibid.*

<sup>1387</sup> “CGTP: resposta do governo ou a luta continua,” *Diário de Lisboa*, fevereiro, 25, 1989, 7.

<sup>1388</sup> “Transportes não pararam totalmente mas outros setores compensaram,” *Diário de Lisboa*, fevereiro 24, 1989, 13.

Cogita-se uma nova greve geral ou mesmo uma greve geral ibérica<sup>1389</sup>, mas após a assinatura de um acordo entre a UGT e o Governo sobre o “referencial da inflação” para 1989 (que a CIP e CGTP não assinam), a ameaça de greve “desvaneceu-se”<sup>1390</sup>.

O Decreto-Lei 64-A/89, que aprova o regime jurídico da cessação do contrato individual de trabalho, incluindo as condições de caducidade do contrato de trabalho a termo, mais conhecido como “pacote laboral”, é publicado a de 27 de fevereiro. Consagra-se a extinção de posto de trabalho por causas objetivas de ordem estrutural, tecnológica ou conjuntural relativas à empresa. Ou seja, o despedimento por extinção do posto de trabalho (que tinha sido eliminado pelo Decreto-Lei 84/76) é reposto<sup>1391</sup>.

## **A cessão do estaleiro à Solisnor.**

Em AGT na Setenave (9 de março) critica-se a gestão por ter feito “tábua rasa do acordo que assinaram” a 20 de janeiro. Deste modo, decide-se a renúncia ao trabalho extraordinário e convoca-se uma greve de quatro horas diárias, durante quatro dias (16, 17, 21 e 22 de março)<sup>1392</sup>.

Os trabalhadores protestam contra a “discriminação salarial”, na qual a generalidade da força de trabalho recebeu um aumento de 12% e os quadros obtiveram 18% (alguns 21%), a redução unilateral dos prémios de risco e penosidade, a redução do número de membros de ORTs a tempo inteiro, e reclamam a integração de cerca de 300 colegas que não aceitaram as rescisões. Segundo os ORTs “trabalham por dia mil trabalhadores por conta de subempreiteiros, os quais não têm condições mínimas de trabalho e estão sujeitos a uma grande exploração”<sup>1393</sup>.

Criticam ainda a Administração por “encher os armazéns de materiais” para os futuros concessionários não terem tal encargo; adquirir “para cada um dos gestores um *Renault 21*” e distribuir a “cada diretor um carro novo”; privatizar os setores de apoio (a segurança passou para

---

<sup>1389</sup> “Couto «dá a mão» à CGTP: apoio à jornada de luta e proposta de 1º de maio conjunto,” *Diário de Lisboa*, fevereiro 2, 1989, 13.

<sup>1390</sup> José Barreto, “A Formação das Centrais Sindicais e do Sindicalismo Contemporâneo em Portugal (1968-1990)”, 501.

<sup>1391</sup> Victor Gomes da Silva, 81.

<sup>1392</sup> “Administração põe Setenave em estado de sítio,” *Ibid.*

<sup>1393</sup> *Ibid.*

a Securitas, o refeitório para a firma Triângulo Dourado), com “perda de qualidade”; fecho do infantário; cancelamento da colónia de férias e outros serviços de carácter social<sup>1394</sup>.

Os trabalhadores da Setenave paralisam quatro horas, a 6, 7, 11 e 13 de abril, recusando igualmente o trabalho extraordinário, em protesto contra o “não cumprimento dos horários de trabalho negociados e acordados”<sup>1395</sup>.

No VI Congresso da CGTP (17-20 maio), caracterizado por muitos autores como de “viragem”, verificam-se polémicas entre os comunistas e as minorias (socialistas, UDP e Base-FUT) face à recusa de convidar a UGT para estar presente no congresso, a criação da Mesa do Plenário de Sindicatos e a figura estatutária do coordenador<sup>1396</sup>.

Para Carvalho da Silva, “é justo reconhecer agora que embora mantendo a sua natureza, a UGT é hoje uma realidade diferente do que era há 10 anos atrás”<sup>1397</sup>. Segundo Judas, apesar de grandes riscos, o mercado interno europeu “também cria oportunidades de desenvolvimento para Portugal, designadamente através do aprofundamento da coesão económica e social”. Critica a influência das divisões da “guerra fria” no sindicalismo internacional, defende a assunção dos “valores democráticos em qualquer sistema ou regime político” e elogia Gorbatchev pela “nova neutralidade nas relações internacionais”<sup>1398</sup>.

A 1 de junho, a AR aprova a segunda revisão constitucional (Lei Constitucional n.º 1/89, de 8 de julho), verificando-se uma “profunda reformulação da ‘Constituição económica’, no sentido da sua ‘flexibilização’”, admitindo-se a privatização das empresas outrora nacionalizadas”<sup>1399</sup> (só podendo efetuar-se nos termos de lei-quadro aprovada por maioria absoluta dos deputados, segundo o art.º 85.º). O objetivo socialista e de uma sociedade sem classes são eliminados e o Conselho Nacional do Plano é substituído por um Conselho Económico e Social (art.º 95.º).

---

<sup>1394</sup> Ibid..

<sup>1395</sup> “Trabalhadores da Setenave paralisam hoje quatro horas,” *O Diário*, abril 6, 1989, 8.

<sup>1396</sup> “Polémica entre minoritários e comunistas marca o VI Congresso da Intersindical,” *Diário de Lisboa*, maio 5, 1989, 13.

<sup>1397</sup> “Viragem e mudança já vêm de há três anos,” *Diário de Lisboa*, maio 18, 1989, 13.

<sup>1398</sup> “Judas: a perestroika na CEE,” *Diário de Lisboa*, maio 19, 1989, 19.

<sup>1399</sup> Vital Moreira, “A edificação do novo sistema institucional democrático” in *Portugal Contemporâneo*, vol. VI, António Reis, dir. (Lisboa: Publicações Alfa, 1992), 85.

No dia seguinte (2 de junho) assina-se a escritura de constituição da Solisnor, empresa gestora de estaleiros, congregando interesses da Soponata (40%), Lisnave (35%) e de um grupo de empresas norueguesas (Barber International, Wilhelmsen e Platou) com os restantes 25%<sup>1400</sup>.

Pela Lei 18/89, de 20 junho, o Governo fica autorizado a emitir empréstimos internos e externos até ao montante de 80 milhões de contos para assunção de passivos da EPSI e da Setenave<sup>1401</sup>, dos quais 45 milhões serão atribuídos ao estaleiro (Decreto-Lei 425/89, de 6 de dezembro<sup>1402</sup>). Assim, dos 106 milhões de passivo registados a 31 de dezembro de 1988 (juntamente com os outros 57 milhões resultantes da Lei 100/88), a empresa ficava saneada em 102 milhões de contos. Concomitantemente efetuam-se negociações com a segurança social, banca e fornecedores, conseguindo-se uma redução de juros. Criam-se condições para a concessionária explorar o estaleiro “sem problemas”, não ficando na dependência de eventuais “penhoras, arrestos e decisões judiciais que pudessem levar a uma paralisação de atividade”<sup>1403</sup>.

Sob o título “Trabalhar”, o *Informação Setenave* cita um excerto de declarações de Judas (CGTP) a *O Independente*: “Em primeiro lugar, o papel do trabalhador na empresa é trabalhar”. Este “deve exercer a sua função com dignidade. Independentemente da forma como é pago”. Já em “segundo lugar”, o “trabalhador deve participar”, oferecendo “todas as contribuições que puder para que a empresa se torne um pólo de desenvolvimento do País e um fator de progresso social”<sup>1404</sup>.

Na *rentrée* política, Cavaco Silva discursa em Faro, a 28 agosto, criticando o acordo PS/PCP para a Câmara de Lisboa e denunciando a existência de uma “componente não divulgada” de entendimento a nível nacional. Trata-se de um “acordo histórico” para “trazer os comunistas à área do poder e dar-lhes tudo aquilo que perderam depois do 11 de março de 1975”. Ainda segundo o primeiro-ministro, “Quem mudou foi o PS”, não se trata do mesmo partido de Soares e Constâncio. Avisa que no cenário de uma vitória comunista em Setúbal “alguns grandes investimentos estrangeiros previstos para aquele distrito virão a ser cancelados”<sup>1405</sup>. Nas

---

<sup>1400</sup> “Perspetivas de recuperação da Setenave,” *Revista de Marinha*, junho 1989, 3-5.

<sup>1401</sup> Lei 18/89, 20 julho.

<sup>1402</sup> Decreto-Lei 425/89, 6 dezembro.

<sup>1403</sup> “Entrevista com a Dra. Cândida Guerreiro. Administradora do Pelouro Financeiro,” *Ibid.*

<sup>1404</sup> “Trabalhar,” *Informação Setenave*, junho 2, 1989.

<sup>1405</sup> “Cenário de Catástrofe,” *Diário de Lisboa*, agosto 28, 1989, 2.



autárquicas de 17 de dezembro, a coligação de esquerda venceria a capital, mas nem o PCP conseguirá reconquistar Setúbal nem um acordo nacional à esquerda será concretizado.

A 21 de setembro é aprovado o Decreto-Lei 439-G/89 (promulgado a 14 de dezembro), pelo qual é adjudicada à Solisnor, mediante ajuste direto, a exploração, em regime de concessão, do estaleiro naval pertencente à Setenave na Mitrena<sup>1406</sup>. Para os ORTs é um “escândalo” a entrega dos lucros da Setenave à iniciativa privada, após o Governo “ter assegurado uma carteira de encomendas, saneado financeiramente a empresa e sacrificado as reivindicações dos trabalhadores e os seus direitos”<sup>1407</sup>.

O contrato de concessão é assinado a 29 de dezembro de 1989 (por sete anos, renováveis)<sup>1408</sup>. Para Mira Amaral evitou-se “um mal maior, que seria o encerramento da atividade da construção naval na Setenave e o consequente despedimento de cerca de 2 mil trabalhadores”<sup>1409</sup>. Criam-se condições para o estaleiro adquirir “capacidade competitiva, a nível europeu e mundial”, de modo a posteriormente “regressar totalmente à esfera da economia privada”<sup>1410</sup>.

Perante as críticas dos ORTs, de inconstitucionalidade por falta de lei-quadro e ausência de pedido de parecer à CTS<sup>1411</sup>, e do PS por privatização “camuflada”<sup>1412</sup>, o ministro retorque que “os contratos foram estabelecidos dentro dos parâmetros definidos na lei de delimitação dos setores e obtivemos um parecer do jurista Gomes Canotilho em que concorda com a legalidade do contrato, até porque a Setenave não foi privatizada”<sup>1413</sup>.

Não obstante as promessas de construção de oito navios para a Soponata<sup>1414</sup>, a Solisnor só construiria dois petroleiros (o *Erati* e o *Inago*, de 145 000 tdw), duas componentes de navios frigoríficos e pontões<sup>1415</sup>.

---

<sup>1406</sup> Decreto-Lei 439-G/89, 23 dezembro.

<sup>1407</sup> “Entrega da Setenave é um «escândalo»,” *O Diário* setembro 28, 1989.

<sup>1408</sup> Alberto Conceição, António Barros, e José Sardinha, 170.

<sup>1409</sup> “Governo assumiu passivo da Setenave,” *O Dia*, dezembro 30, 1989, 23.

<sup>1410</sup> “Concessão de exploração das atividades da Setenave,” *O Dia*, dezembro 29, 1989, 17.

<sup>1411</sup> CT, *Parecer, Contrato de Concessão da exploração da Setenave à Solisnor*, (s.l., 6 fevereiro 1989), policopiado.

<sup>1412</sup> “Negócio da Setenave e Solisnor vai ser discutido no Parlamento,” *Semanário*, janeiro, 20, 1990, 6.

<sup>1413</sup> “Problema da Setenave foi “parto difícil”,” *O Dia*, fevereiro 9, 1990, 15.

<sup>1414</sup> Miguel Moisés, 19.

<sup>1415</sup> Alberto Conceição, António Barros, e José Sardinha, 117.

O acordo laboral na Mitrena para entrar em vigor a 1 de janeiro de 1990 (na Solisnor) estabelece um aumento da tabela salarial e das diuturnidades de 15%, horário de trabalho de 42 horas, admitindo-se o desempenho de tarefas produtivas que não façam parte da profissão do trabalhador, “salvo justificada oposição”<sup>1416</sup>.

Em 1989, saem 705 trabalhadores da Setenave por “mútuo acordo”<sup>1417</sup> e verificam-se 61 619 horas não trabalhadas devido a greves/paralisações<sup>1418</sup>.

## **Afugentar velhos “fantasmas”.**

As eleições para a CT da Solisnor realizam-se a 22 de janeiro de 1990. A lista A (CGTP-IN) obtém 1321 votos e 9 mandatos, contra a Lista B (UGT) que obteve 439 votos e dois mandatos, tendo votado 1815 dos 2607 trabalhadores<sup>1419</sup>.

O XIII Congresso (Extraordinário) do PCP (18, 19 e 20 de maio), no rescaldo da queda do muro de Berlim, analisa a desagregação dos “países socialista”<sup>1420</sup>. Constrói um desalinhamento histórico/político dessas experiências, pela via da autocrítica (a não existência de um “distanciamento público mais explícito” foi “um erro”) e da desconexão externa, acentuando-se o caráter específico e nacional do projeto: “Muitos anos antes dos processos atualmente em curso”, o PCP inscrevia no seu programa a “democracia política”, os “direitos e liberdades dos cidadãos” e a “admissão de um sistema multipartidário”. Concomitantemente, filia-se nos “objetivos essenciais” da *perestroika*, caracterizada como a “reconstituição do poder dos soviets”<sup>1421</sup>.

---

<sup>1416</sup> “Acordo Laboral,” Informação Setenave, Abril 18, 1989.

<sup>1417</sup> Paulo Fernandes, 57.

<sup>1418</sup> Ibid., 79.

<sup>1419</sup> “Expressiva vitória unitária na Setenave,” *O Diário*, março 6, 1990, 10.

<sup>1420</sup> Através da articulação de cinco críticas inter-relacionadas (degradação do carácter democrático do poder, limitações democráticas com acentuação do carácter repressivo do estado, centralização excessiva da propriedade estatal, centralismo burocrático do partido com fusão das estruturas do Partido e do Estado, dogmatização teórica do marxismo-leninismo).

<sup>1421</sup> PCP, “Resolução Política do XII Congresso (Extraordinário) do PCP,” *Partido Comunista Português*, acesso a Novembro 23, 2015, <http://www.pcp.pt/resolu%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtica-do-xiii-congresso-do-pcp-extraordin%C3%A1rio-cap%C3%ADtulo-i>

Após a relativa “crise” da concertação social de 1988-89, o “governo empenhou-se a fundo na tentativa de obtenção de um acordo tripartido no quadro do CPCS”, no que seria (tal como em 1987) um “importante trunfo eleitoral”. Adiciona “várias medidas suscetíveis de recolher um consenso alargado, mas que anteriormente nunca tinham sido apreciadas no CPCS”, como a atualização do salário mínimo nacional e das pensões, “medidas que o governo nunca deixaria de tomar, mesmo sem acordo no CPCS, e, até, medidas já tomadas”<sup>1422</sup>.

O acordo subscrito a 19 de outubro de 1990 origina divergências no seio da Intersindical, com a rejeição dos “ortodoxos” e dos socialistas a contrastar com a vontade de compromisso dos “renovadores”<sup>1423</sup>. Para a CIP, os “problemas graves continuam adiados”, nomeadamente a questão das indemnizações e o reconhecimento dos agentes económicos no desenvolvimento do País, tendo assinado o acordo porque foram “flexibilizados alguns diplomas laborais”<sup>1424</sup>. No Anexo 2 estabelece-se o Regime Jurídico da Pré-Reforma<sup>1425</sup> – mecanismo que seria usado nos estaleiros navais.

A 16 de janeiro de 1991, pelo Decreto/Lei 56/91, a Setenave transforma-se em sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos<sup>1426</sup>.

Em artigo publicado na revista da CIP, Octávio Teixeira (PCP) critica a “ausência de vontade política do governo” num “projeto nacional de desenvolvimento económico e social, participadamente definido e voluntariamente assumido por todos os agentes do processo de desenvolvimento”. Assim, o “processo de privatizações continuará a resultar numa desastrosa transferência de centros de decisão económica nacional para o exterior, em prejuízo do País e sem qualquer benefício para o setor privado nacional”<sup>1427</sup>.

A lógica do “interesse nacional” fazia “convergir” o PCP com a CIP, interessada na restauração dos “centros de racionalidade nacionais”. Joaquim Aguiar critica o Governo por não “contribuir para a formação de estruturas empresariais com dimensão, constituindo núcleos de grupos económicos”, com “origem em Portugal”, reintegrando no “sistema económico

---

<sup>1422</sup> José Barreto, “A Formação das Centrais Sindicais e do Sindicalismo Contemporâneo em Portugal (1968-1990)”, 468.

<sup>1423</sup> Ibid.

<sup>1424</sup> “CIP 20 anos,” *Indústria em Revista*, julho/agosto, 1994, 16.

<sup>1425</sup> Conselho Económico e Social, *Os Acordos de Concertação Social em Portugal (II-Textos)* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda EP, 1993), 29-31.

<sup>1426</sup> Alberto Conceição, António Barros, e José Sardinha, 171.

<sup>1427</sup> Octávio Teixeira, “Falta projeto nacional de desenvolvimento,” *Indústria em Revista*, fevereiro, 1991, 33-34.

operadores empresariais que dele foram expulsos pelas nacionalizações”, através da oferta de um “tratamento especial dos títulos de indemnização quando aplicados no programa de privatizações”<sup>1428</sup>. Já para Moraes Cabral, com Cavaco Silva as “ideias liberais associadas às privatizações ganharam foro de cidadania”; no entanto, o “problema essencial, a transferência de poder”, não ficou resolvido, pois sem “encarar o problema das indemnizações”, o Governo não criou “soluções regeneradoras de um capitalismo com base nacional”. Vaticina que a “aparente rigidez da despesa pública obrigará a esquemas engenhosos”, desde a “pré-reforma compulsiva” à extinção de “organismos parasitas”, passando pela “privatização” generalizada dos serviços de saúde, educação e segurança social, garantindo-se uma *safety net* para os mais carenciados”<sup>1429</sup>.

Ao longo de 1991, saem 131 trabalhadores da Setenave por “mútuo acordo”<sup>1430</sup>, verificando-se 41 098 horas não trabalhadas devido a greves/paralisações<sup>1431</sup>.

O Acordo de Política de Rendimentos para 1992 é assinado a 15 de fevereiro do respetivo ano. Marcado por desentendimentos face aos aumentos da função pública, Governo, UGT e patronato acabam por chegar a acordo na base dos 10%<sup>1432</sup>.

Também em fevereiro, nas eleições para a CT da Solisnor, a Lista “unitária” vence uma vez mais, recebendo 1338 votos contra 422 da lista da UGT.

Em setembro de 1992, a Lisnave adquire à Soponata a sua participação na Solisnor. Tendo também adquirido a participação dos grupos noruegueses em 1991, os Mello restauravam o seu controlo da Mitrena<sup>1433</sup>.

A Lisnave apresenta ao Governo um Projeto de Reestruturação Estratégica do Setor da Reparação Naval em novembro de 1992, propondo a desativação da Margueira e concentração de toda a atividade na Mitrena<sup>1434</sup>, implicando uma redução de cerca de 4000 trabalhadores nas duas empresas<sup>1435</sup>.

---

<sup>1428</sup> Joaquim Aguiar, *1992 Efeitos estratégicos do Ato Único Europeu seguido de Grupos Económicos e Racionalidade*, (Lisboa: Edições inforbolsa, 1988), 85.

<sup>1429</sup> José Moraes Cabral, “Grupos Económicos: precisam-se!,” *Indústria em Revista*, junho 1991, 73-44.

<sup>1430</sup> Paulo Fernandes, 59.

<sup>1431</sup> *Ibid.*, 81.

<sup>1432</sup> Hermes da Costa, 140.

<sup>1433</sup> Paulo Oliveira e Paulo Fernandes, “Os anos 90: a conclusão de um ciclo,” in *Lisnave, Contributos para a história da indústria naval em Portugal*, coord. Miguel Figueira de Faria (Lisboa: Edições INAPA, 2011), 341.

<sup>1434</sup> Alberto Conceição, António Barros, e José Sardinha, 172.

<sup>1435</sup> Miguel Moisés, 19.

O XIV Congresso do PCP (4, 5 e 6 de dezembro de 1992), no rescaldo das ruturas surgidas a propósito da reação ao golpe de estado de 19 de agosto na URSS, reafirma as teses do anterior congresso, acrescentando a crítica à “degenerescência do caráter socialista da *perestroika*”<sup>1436</sup>.

A unificação patronal consolida-se a 27 de maio de 1993, com assinatura de uma declaração pela qual a AI Portuense e a AIP se filiam na CIP<sup>1437</sup>.

Segundo o PCP, apesar de o primeiro-ministro se referir ao “milagre de Setúbal”, a realidade é oposta. Denuncia a “entrega aos Melos de 52 milhões de contos para despedir 4000 trabalhadores dos 6200 que ainda existem na Lisnave e Setenave-Solisnor”, o alastramento do emprego precário e da “discriminação racial, como no caso da Solisnor em que um gestor prevê arranjar refeitórios e balneários para trabalhadores de raça negra, alegando que têm hábitos diferentes e por serem mais sujos que os brancos”<sup>1438</sup>.

A Lisnave, o Estado e instituições de crédito assinam um “Contrato de Reestruturação” a 31 de dezembro de 1993<sup>1439</sup>, pelo qual se pretende sanear a empresa, com avaliação dos terrenos da Margueira em 43 milhões de contos, para anular o passivo da empresa de 44 milhões de contos, prevendo-se ainda o encerramento da construção naval<sup>1440</sup>, a venda direta do Estado à Lisnave da empresa Setenave e uma redução de capacidade de 35%, com dispensa de cerca de 3900 trabalhadores<sup>1441</sup>.

No âmbito das comemorações do 75.º aniversário da OIT, realiza-se um colóquio parlamentar da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Família, realizado no Palácio da Bolsa, no Porto, a 28 de fevereiro de 1994.

Para a presidente da comissão, Elisa Damião, “Portugal iniciou, em 1984, uma experiência totalmente nova, muito rica e positiva – a da concertação social”<sup>1442</sup>. Segundo José Puig (PSD), a “conceção marxista de luta de classes” era incompatível com o “espírito que presidiu à fundação da OIT, de garantia de paz internacional mediante a humanização das

---

<sup>1436</sup> “Resolução Política XIV Congresso do PCP,” *Partido Comunista Português*, acesso a setembro 2, 2015, <http://www.pcp.pt/resolu%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtica-xiv-congresso-do-pcp>

<sup>1437</sup> “CIP 20 anos,” *Indústria em Revista*, julho/agosto 1994, 20

<sup>1438</sup> “Sobre o milagre de Setúbal,” *O militante*, novembro-dezembro, 1993, 63.

<sup>1439</sup> Paulo Oliveira e Paulo Fernandes, “Os anos 90: a conclusão de um ciclo,” 342.

<sup>1440</sup> Miguel Moisés, 40.

<sup>1441</sup> Paulo Oliveira e Paulo Fernandes, “Os anos 90: a conclusão de um ciclo,” 342.

<sup>1442</sup> Comissão de Trabalho, Segurança Social e Família, 14.

relações sociais e laborais”, sendo possível atualmente, “com o maior rigor e isenção históricas, dar por adquirida a vitória do ideário e da postura” desta organização<sup>1443</sup>. De acordo com Paulo Trindade (PCP), é “inquestionável que democracia, tripartismo e concertação social constituem referências indissolúveis” da “democracia avançada com quatro vertentes: a política, a económica, a social e a cultural”<sup>1444</sup>. Ferreira Ramos (CDS-PP) reclama o “património” da “doutrina social da Igreja” numa “via de concertação social em oposição à ‘luta de classes’ que hoje está definitivamente ultrapassada”<sup>1445</sup>. Na opinião do presidente do CES, Nascimento Rodrigues, “não há tripartismo e concertação social a não ser em regimes democráticos”, pois “são expressões da própria democracia”<sup>1446</sup>.

Na Lisnave, a lista “unitária” volta a vencer a CT volvidos oito anos (obtendo 6 mandatos em 11) e na Solisnor também se verifica uma vitória dos “unitários” (aumentando o número de mandatos de 9 para 10, em 11 possíveis)<sup>1447</sup>.

A revista da CIP debruça-se sobre a “segunda industrialização” da península de Setúbal. Sob o título editorial “Afugentar velhos ‘fantasmas’”, contrastam-se as “velhas indústrias a juncar as margens do Tejo” com “novas unidades que surgem”, caso do “gigante” AutoEuropa. A “reestruturação” com “sacrifícios humanos tremendos” de “grupos geracionais já incapazes de reciclagem” é encarada como o “preço de um processo inevitável, que pecou por tardio”<sup>1448</sup>. Noutro artigo da mesma revista, analisa-se que para Palmela “vão convergir novas gerações com formação mais especializada e orientada, em rutura com o caldo cultural que enformou as anteriores gerações”<sup>1449</sup>.

Com efeito, a indústria naval perdia a sua centralidade no mapa industrial e como “vanguarda” da classe trabalhadora. Sem se conseguir nunca estabelecer capacidade autónoma de projeto, planificação articulada da produção com as necessidades da marinha mercante, uma “política económica do mar” integrada, com relativa independência tecnológica, emergia o novo paradigma da montagem de componentes, dependente de “centros de racionalidade” estrangeira.

---

<sup>1443</sup> Ibid., 17.

<sup>1444</sup> Ibid., 23.

<sup>1445</sup> Ibid., 25.

<sup>1446</sup> Ibid., 45.

<sup>1447</sup> “Trabalhadores reforçam apoio às listas unitárias,” *O militante*, maio-junho, 1994, 50.

<sup>1448</sup> “Editorial, Afugentar velhos ‘fantasmas’,” *Indústria em Revista*, Ano XIV, nº5, junho 1994, 3.

<sup>1449</sup> “As estratégias do desenvolvimento e as realidades da Península de Setúbal,” *Indústria em Revista*, junho, 1994, 13.

Com as reestruturações e a restauração do poder de parte dos antigos grandes grupos monopolistas (e ascensão de outros), a terceirização, privatização e penetração do capital estrangeiro avançavam sobre a erosão paulatina do Estado Social saído do resultado da revolução, trazendo o pacto social estabelecido e a classe social sujeito desse processo.

Como a 2 de maio de 1994 apenas 1423 trabalhadores tinham aderido aos esquemas de rescisões voluntárias, pré-reformas, reformas antecipadas e trabalho a tempo parcial (Ordens de Serviço n.º 554 da Lisnave e n.º 02/94 da Solisnor)<sup>1450</sup>, as administrações avançam com processos de despedimento coletivo, em junho de 1994<sup>1451</sup>.

Estabelece-se um “Acordo interno associado ao programa de reestruturação da Lisnave/Solisnor” assinado por Governo, Administração e CTs e Comissão Intersindical, financiando-se o “Plano Social” em 18 milhões de contos. Sob o “objetivo último” de “evitar o despedimento coletivo”, o acordo implicava (entre outras) as seguintes medidas: redução do valor das horas extra e do horário de trabalho para 6 horas por dia (as restantes duas alocadas para formação, pagas por verbas comunitárias); acesso a prémios de reforma e pré-reforma<sup>1452</sup>; rescisões voluntárias do contrato individual.

Os incentivos em relação às reformas antecipadas (medidas enquadradas pelo Decreto-Lei 261/91, de 25 de julho<sup>1453</sup>) foram: regime de prémios a partir da fórmula (remuneração base + diuturnidades de empresa + diuturnidades de função x o número de anos de antiguidade). Ou seja, dos 4000 contos (com 60 anos de idade) até aos 1000 contos (65 anos e mais); no regime de pré-reforma aos 55 anos estabelecem-se prémios para os trabalhadores com mais de 56 anos que não tivessem ainda 60 anos (que iam desde os 500 contos até aos 1500 contos)<sup>1454</sup>.

O Plano é aprovado em AGT da Lisnave a 15 de julho de 1994, mas no mesmo dia e à mesma hora seria rejeitado na Mitrena. A CT da Solisnor realizou centenas de reuniões e sessões de esclarecimento até nova votação em AGT, que aprovou o acordo<sup>1455</sup>.

---

<sup>1450</sup> Paulo Oliveira e Paulo Fernandes, “Os anos 90: a conclusão de um ciclo,” 343.

<sup>1451</sup> Miguel Moisés, 40.

<sup>1452</sup> Solisnor, Estaleiros Navais S.A., *Acordo interno associado ao programa de reestruturação da Lisnave/Solisnor*, (Mitrena, 4 agosto 1994), policopiado.

<sup>1453</sup> Decreto-Lei 261/91, 25 julho.

<sup>1454</sup> Solisnor, Estaleiros Navais S.A., *Acordo interno associado ao programa de reestruturação da Lisnave/Solisnor*, Ibid.

<sup>1455</sup> Miguel Moisés, 41.

Dez anos após a “batalha da ponte” dos trabalhadores da indústria naval em impotência perante os salários em atraso, um protesto contra o aumento do preço das portagens na Ponte 25 de Abril, o falhanço do acordo de rendimentos para 1995, o ressurgimento do movimento estudantil (entre outros fatores) contribuem para o desmoronar da maioria laranja e para a vitória do PS nas legislativas de 1 de outubro de 1995.

A 1 de abril de 1997 o Estado e a Lisnave estabelecem um novo protocolo. A reparação naval é transferida para a nova operadora Lisnave-Estaleiros Navais, com um quadro fixo de 1339 trabalhadores, e transforma-se a Lisnave numa empresa de gestão de recursos humanos (Gestnave), que absorve a restante força de trabalho.

Em 1998, os Mello compram a Setenave ao Estado por 5 milhões de contos<sup>1456</sup>. No ano 2000 o estaleiro da Margueira é desativado, transferindo-se a Lisnave para a Mitrena, e o Grupo José de Mello vende-a pelo valor simbólico de um dólar a dois quadros da empresa, operação com o apoio do parceiro estratégico Thyssen Krupp<sup>1457</sup>. A “nova Lisnave” subsiste com resultados financeiros positivos, sendo líder europeia na reparação naval e uma das maiores do mundo, empregando cerca de 340 trabalhadores efetivos<sup>1458</sup>, com um operário no topo de carreira a ganhar 965,10 euros mensais de salário-base bruto<sup>1459</sup> e um arquipélago de empresas subsidiárias empregando cerca de dois mil trabalhadores em regime de precariedade.

---

<sup>1456</sup> “Mello compra Setenave,” *Público*, maio 14, 1998, 36.

<sup>1457</sup> Alberto Conceição, António Barros, e José Sardinha, 183.

<sup>1458</sup> *Relatório de Gestão e Contas, Lisnave 2009*, 29.

<sup>1459</sup> “Por dentro da Lisnave,” *Correio da Manhã*, acesso a setembro 2, 2015, <http://www.cmjornal.xl.pt/domingo/detalhe/por-dentro-da-lisnave.html>



## Conclusão.

Em modo de conclusão, como esperamos ter deixado patente, o movimento operário da indústria naval, e na Setenave em concreto, constitui um excelente exemplo para o estudo das relações laborais em Portugal: do controlo operário aos pactos sociais e à reconversão industrial.

A empresa Setenave é fundada em 27 de maio de 1971. Em 6 de abril de 1972 iniciam-se as dragagens no rio Sado (em Setúbal), dando origem a uma ilha com a superfície de 1 000 000 m<sup>2</sup>. Projetava-se um grande estaleiro de construção naval, já que se tornava expectável que para o transporte de ramas de petróleo fosse mais rentável a construção de grandes navios. Contudo, a “crise do petróleo” de 1973 provoca um gigantesco retraimento nas encomendas de novos navios e o estaleiro entra em funcionamento já num cenário sombrio. Precavendo-se, funciona simultaneamente como um estaleiro de reparação e outro de construção.

A inauguração oficial dá-se pouco tempo depois da revolução de 25 de Abril, que encontra a Setenave em período de instalação. Os trabalhadores são uma população bastante jovem, muitos deles vindos do Sul do País (mantendo-se assim os vínculos com o elemento rural), mas com uma elevada dispersão geográfica de recrutamento e residência, uma formação escolar superior à média, embora com baixa formação profissional.

A 27 de maio elege-se o primeiro Conselho de Trabalhadores da Setenave (CTS), rapidamente substituído por outro com um discurso de vincado cunho anticapitalista. O II CTS (de julho de 1974 a maio de 1975), bem como o terceiro (de maio de 1975 a janeiro de 1976), são dirigidos politicamente pela “esquerda revolucionária”.

Os CTS durante a revolução portuguesa centram as suas reivindicações em temáticas anticapitalistas e igualitárias, como a luta pela aproximação das diversas categorias e redução do leque salarial, congelamento dos salários mais elevados, abolição dos contratos a prazo e do regime experimental, redução dos privilégios do pessoal superior. Verifica-se uma situação de controlo operário no estaleiro, com inserção da mobilização dos trabalhadores no processo revolucionário, seja na Interempresas, nos CRTSM ou no CL, numa lógica de estabelecimento de um “poder popular” numa projetada sociedade socialista.

Derrotada a “esquerda militar” a 25 de novembro de 1975, mas cristalizadas uma série de conquistas laborais, estabelecida uma rede de serviços públicos democratizantes, no quadro de uma economia fortemente nacionalizada e intervencionada, as eleições para a nova CTS, em janeiro de 1976, oferecem a vitória à lista afeta ao PCP, que elege também a maioria dos delegados sindicais.

As prioridades passam a ser, por um lado, a defesa da nacionalização da empresa no contexto do setor empresarial do Estado, os chamados “setores não capitalistas” que serviriam de barreira ao avanço da reação e permitiriam, através de uma articulação racional do setor produtivo (nomeadamente em conjugação com a reforma agrária), a independência e o desenvolvimento nacional, bem como a elevação das condições de vida dos trabalhadores; e por outro, condição *sine qua non*, a viabilização económica e financeira da empresa.

Em 1979, a indústria naval ocupava 28 mil empregos diretos, mais cinco mil em regime de subemprego e cerca de 100 mil portugueses dependiam indiretamente desta atividade, constituindo o eixo Lisboa-Setúbal o maior centro de reparação a nível mundial. Em 1984 representava cerca de 3% do volume de emprego da indústria transformadora e 6% do PIB industrial, estando os dois principais estaleiros (Lisnave e Setenave) vocacionados para o mercado externo, permitindo uma significativa entrada de divisas.

Para completar o quadro, a maior parte dos estaleiros, as companhias de transportes marítimos e a banca encontravam-se nacionalizadas, o que facilitaria, pelo menos teoricamente, a articulação de sinergias, a libertação do garrote do estrangulamento financeiro e uma política de subsídios estatais (indispensável a nível mundial, por se tratar de uma indústria de capital intensivo) que pelo menos se nivelasse com a dos países da OCDE.

Em 1980 laboram 6757 trabalhadores no estaleiro, o que constitui o pico máximo de ocupação da Mitrena. Os números tinham vindo sempre a crescer (1974, 2414; 1975, 4007; 1977, 6162; 1979, 6253), mas a partir desta data a descida será vertiginosa. Registam-se 6087 trabalhadores em 1982, 4841 em 1984 e 2650 em 1989.

O ano de 1981 marca um ponto de inflexão nas relações laborais no estaleiro. Apesar de as reivindicações terem progressivamente passado de um carácter qualitativo (controlo operário, redução do leque salarial, etc.) para uma dimensão mais quantitativa (aumentos salariais, prémios...) e de se ter assistido a uma degradação das conquistas laborais, verificou-se alguma

estabilidade na empresa, possibilitada por um certo clima de otimismo acerca da sua viabilidade e pelo estabelecimento de canais de comunicação com a administração, considerados positivos pela CTS, que dirigia as suas críticas mais para a componente externa (Governo) que para a dimensão interna. Contudo, em novembro de 1980 a empresa é declarada em situação económica difícil pelo Governo AD, em janeiro de 1981 a estação de desgaseificação (um dos setores mais lucrativos) é entregue à Lisnave (privada, com participação dos Mello), o presidente do Conselho de Administração (tido como próximo do MDP/CDE) é afastado e começam os salários em atraso.

O FMI intervém em Portugal em 1977 e 1983, a AD governa seguida pelo Bloco Central (que desfaz o “sonho” comunista da “maioria de esquerda”), a revisão constitucional de 1982 é percebida pela esquerda como um ataque a abril, a CGTP declara as primeiras duas greves gerais em Portugal desde 1934 (12 de fevereiro e 11 de maio de 1982), começa a registrar-se o drama dos salários em atraso (e o seu cortejo sombrio de fome e suicídios) e uma carta de José de Mello ao primeiro-ministro propondo milhares de despedimentos na indústria naval leva ao rubro os ânimos dos trabalhadores.

Em janeiro de 1983, os trabalhadores encontravam-se à espera de receber o salário de dezembro e o subsídio de férias, pairando sobre o estaleiro o espectro do encerramento. No fim do mês, chega-se a um acordo histórico nas relações de trabalho em Portugal. Pela primeira vez numa empresa pública, os trabalhadores aceitavam perder direitos a troco da viabilização económica. O Governo comprometia-se a assegurar o funcionamento do estaleiro para o acabamento do petroleiro *Setebello* (S-106) até agosto e os trabalhadores aceitaram, em plenário, a retenção de 6% do seu salário, não pagamento de prémios e horas extraordinárias, de subsídios de turno, além de abdicarem do direito à greve (exceto quando convocada nacionalmente). A CTS encarou estas medidas como “uma forma de empenhamento responsável e patriótico dos trabalhadores da Setenave, e como um desafio consciente e decidido à viabilização futura da empresa”. O *Setebello* faria as suas provas de mar em agosto, os trabalhadores começam a sair às centenas em “rescisões voluntárias” e a empresa sobreviveria ainda, agonizante, mais meia dúzia de anos.

Os despedimentos foram acompanhados de um recurso cada vez maior à subcontratação, mas não obstante a asfixia das dívidas de curto prazo, a ausência de apoios públicos apropriados

e a falta de encomendas de armadores nacionais desde 1978, em 1987 a Setenave ocupava o 2.º lugar a nível europeu quanto à tonelagem docada e número de navios reparados (superiores a 30 000 toneladas), a nível mundial ocupava o 3.º lugar em relação à tonelagem docada, e em 1988 era o 5.º maior estaleiro de construção do mundo.

A Setenave verá a sua gestão privatizada em 1989, três anos após a entrada de Portugal na CEE (que implicava significativos constrangimentos à indústria naval nacional) e durante a vigência da maioria absoluta do PSD de Cavaco Silva. A Solisnor (um consórcio entre a Lisnave, a Soponata e grupos noruegueses) passaria a explorar o estaleiro da Mitrena. Em 1998, os Mello compram a Setenave ao Estado por 5 milhões de contos e no ano 2000 o estaleiro da Margueira é desativado, transferindo-se a Lisnave para a Mitrena.

Assim, passada uma primeira fase em que o movimento operário demonstra uma dinâmica ofensiva, com generalização do controlo operário, mas os seus organismos não se conseguem coordenar e unificar, verifica-se uma situação de impasse saída do 25 de novembro e consagrada na Constituição de 1976: nasce o Estado Social português, um pacto social de facto.

A Setenave, empresa nacionalizada, numa economia dita planificada e em transição para o socialismo, é testemunha exemplar dessa contradição. Como vimos, estando a banca, as armadoras e a maioria dos estaleiros nas mãos do Estado, apesar de sucessivamente anunciado, nunca se concretizará nenhum plano, e o estaleiro viverá numa asfixia financeira permanente, a par de uma recuperação dos Mello, primeiro no Conselho de Administração da Lisnave, e depois na posse do setor mais rentável da Mitrena, a Estação de Desgaseificação.

O acordo de viabilização da Setenave, em 1983, é a primeira peça da montagem do *puzzle* da concertação social em Portugal, traduzido na assinatura dos primeiros pactos sociais, que vingam após sérias derrotas do movimento operário, nomeadamente na indústria naval, que começa a ser desmantelada no contexto da adesão à CEE, da desnacionalização da economia e da entrega aos privados do setor industrial e produtivo. Se foi central para Thatcher a derrota dos mineiros ou para Reagan a vitória sobre os controladores aéreos, talvez possamos estabelecer a mesma hipótese para Portugal: os chamados “pactos sociais”, na verdade, são derrotas estratégicas do movimento operário que em Portugal conduzem ao estabelecimento de um novo quadro de relações laborais precarizadas.

## Fontes e bibliografia

### Fontes escritas:

*Ante-projecto do controlo operário dos trabalhadores da Lisnave, 1976.*

*Ante-projecto dos estatutos dos trabalhadores da Lisnave, 1976.*

Associação Industrial Portuguesa. *AIP* 83.

Associação Industrial Portuguesa. *Dois Cenários Possíveis. Intervenções do Presidente nº5.*

*Boletim da Direcção-Geral de Navegação e dos Transportes Marítimos, nº 1/2, 1990.*

*Boletim da Direcção-Geral de Navegação e dos Transportes Marítimos, nº 1/2, 1991.*

*Boletim de Estudos Operários, ICS (1982-1984).*

*Boletim do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Setúbal, 1975.*

CIP. *Boletim CIP, Direcção de Serviços de Relações Sociais e do Trabalho.*

CIP. *Conjuntura Industrial.*

Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval. *VI Encontro da Indústria Naval (1979).*

Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval. *Dossier imprensa, Janeiro 1983.*

Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval. *Dossier imprensa, Fevereiro 1983.*

Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval. *Dossier imprensa, Outubro 1983.*

Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval. *Dossier imprensa, Abril/Maio 1985.*

Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval. *Dossier imprensa, Novembro/Dezembro 1985.*

Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval. *Dossier imprensa, Maio 1986.*

Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval. *Relatório de Actividades e Apresentação de Contas 1982, Plano de Actividades e Orçamento 1983.*

Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval. *7º Encontro da Indústria Naval, 6 Novembro 1982.*

Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval. *8º Encontro de Trabalhadores da Industria Naval, 18-10-86 Almada, projecto Documento Base.*

Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval. *Relatório de Actividades e Apresentação de Contas 1983, Relatório de Actividades e Apresentação de Contas Janeiro/Julho 1984, Plano de Actividades Agosto/Dezembro 1984, Orçamento 1984.*

Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval. *Boletim Informativo.*

Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval. *O trabalhador dos estaleiros navais.*

Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval. *medidas financeiras imediatas de intervenção em favor da construção naval.*

Comissão das Comunidades Europeias. *A Construção Naval Aspectos Industriais, Sociais e Regionais, Bruxelas, 10 Dezembro 1987.*

Comunidade Económica Europeia. *Portugal e a Comunidade Económica Europeia: política de concorrência, construção naval, Siderurgia e Têxteis.* Lisboa: Instituto de Participações do Estado, 1979.

*Conclusões do Encontro Nacional de CTs dos sectores: Banca, Indústria Naval, Pescas, Transportes e Seguros.*

Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal. *Indústria naval faz falta a Portugal / Debate nacional/ a situação económica e social e as propostas dos trabalhadores*. Lisboa Fórum Picoas, 30 Maio 1987.

Fiequimetal. *2º Congresso, Programa de Acção*, 2011.

G.T. ad hoc. *A Indústria Naval em Portugal, Contributos para a sua Viabilização*, Janeiro/1984.

Grupo de Trabalho da Indústria Naval, Fórum Permanente para os Assuntos do Mar. *Contributo para a revalorização da indústria naval portuguesa*, 29 de Abril de 2010.

International Metalworkers Federation, *Resolutions adopted at the 23<sup>rd</sup> Congress of the IMF, Stockholm, 1974*.

International Metalworkers Federation, *Second IMF Asian Shipbuilding Seminar, Tokyo, May 30-June 1, 1978, Social and Economic Problems of Shipbuilding and Ship Repairing, Asia and worldwide, in the present crisis*

International Metalworkers Federation, *The World of IMF-IMF and the World*, 1996.

International Metalworkers Federation, *World Shipbuilding from conflict to cooperation, 9<sup>th</sup> IMF World Shipbuilding Conference, Helsinki, Finland, 1987*.

*Jornal da Exposição, Na Rota do Progresso: a indústria naval em Almada*. Almada: Câmara Municipal de Almada, 2012.

Lisnave, *Relatório de Gestão e Contas*, 2009.

Ministério das Finanças. *Um modelo macroeconómico para a economia portuguesa: uma apresentação sintética: Documento de Trabalho*. Lisboa: Ministério das Finanças, 1989.

Moisés, Miguel. “Setenave e Lisnave, Duas empresas no contexto da indústria naval portuguesa e no mundo.” Cadeira de Licenciatura do Departamento de Gestão, Universidade Lusíada, 1997.

OCMLP. *1ª Conferência Sindical da Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa*. s.l.: Edições O Grito do Povo, s.l..

Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista). *Os desbravadores «em rodagem» da EDE - «MRPP», O «Poder Duplo» - Uma aberração trotskista perfilhada pelo «MRPP»*. s.l.: Edições do Partido, 1973.

Partido Comunista Português. *UDP, Uma prática política coincidente com as posições da direita*, s.l.: Edição da Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português, s.d.

Partido Socialista. *25 de Novembro- Derrota do golpismo, vitória da democracia*. Lisboa: Partido Socialista, 1975.

*Petição à Assembleia da República sobre o estudo: “A Industria naval em Portugal – Contributos para a sua viabilização”*.

Rosa, Teresa et al, “O Estado e o Patronato na Industria Naval.” Trabalho de investigação realizado no ISCTE, s.d..

Rosa, Teresa et al, “Sistemas de Trabalho, Consciência e Ação Operária na Setenave.” Tese de Dissertação de Licenciatura, ISCTE, 1983.

s.a. *Portugal e a Comunidade Económica Europeia, Política de Concorrência, Construção Naval, Siderurgia e Têxteis*. s.l.: Documentos Cifag, s.d.

Secretariado Provisório das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa, *1º Grande Encontro das Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa, 8 Novembro 1987*.

*Setenave, Lisenave e H. Parry & Son em luta*.

Setenave. *Relatório e Contas, 1977*.

Setenave. *Relatório e Contas, 1978*.

SIMA/UGT, *1º Encontro nacional Sector Naval*. Lisboa: UGT, 1984.

Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Lisboa. *Caderno de Delegados Sindicais, 1975*.

Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Lisboa. *Lei das Associações Sindicais, 1975*.

Solisnor. *Relatório de Gestão e Contas, 1991*.

Solisnor. *Relatório de Gestão e Contas, 1992*.

*Textos do Ministério do Trabalho, Intervenções do Estado*.

União Geral de Trabalhadores. *Contrato Social para a Modernização*. Lisboa: UGT, 1987.

União Geral de Trabalhadores. *Portugal, Que classes trabalhadoras?* s.l.: UGT, 1985.



*Workers control in shipbuilding/shiprepairing, The portuguese experience.* Southampton, 1976.

## **Bibliografia**

s.a. *A Natureza de classe do 25 de Abril, depoimentos de Ferro Rodrigues, Piteira Santos e Mário Murteira.* Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1974.

s.a. *A revisão do CCT dos metalúrgicos.* Lisboa: Seara Nova, 1974.

s.a. *Eanes, A Democracia ao serviço de Portugal, Programa de reeleição do Presidente Eanes 1980.* s.l.: Edição CNARPE-Comissão Nacional de Apoio à Reeleição do Presidente Eanes, s.d.

s.a. *Na rota do progresso: a indústria naval em Almada.* Almada: Câmara Municipal de Almada, 2012.

Afonso, Hérculo, e João Carvalho. “A reestruturação da marinha mercante nacional.” *Economia e Socialismo* 48/49 (Março/Abril 1980): 77-82.

Aguiar, Joaquim. *1992 Efeitos estratégicos do Acto Único Europeu seguido de Grupos Económicos e Racionalidade.* Lisboa: inforbolsa, 1988.

Aguiar, Joaquim. *A ilusão do poder. Análise do sistema partidário português 1976-1982.* Lisboa: Dom Quixote, 1983.

Aguiar, Joaquim. *Fim das Ilusões. Ilusões do Fim 1985-2005.* Lisboa: Alêtheia Editores, 2005.

Aguiar, Joaquim. *O Pós Salazarismo 1974-1984.* Lisboa: Dom Quixote, 1985.

Alberto, Carlos. *Peões no xadrez imperial da CUF.* Palmela: Darvoz, 2001.

Alén, José Gómez. *As CC.OO de Galicia e a conflictividade laboral durante o franquismo.* Vigo: Edicións Xerais de Galicia, 1995.

Almeida, Ana Nunes. *A Fábrica e a Família, Famílias Operárias no Barreiro.* Barreiro: Câmara Municipal do Barreiro, 1993.

Almeida, Dinis de. *Ascensão, Apogeu e Queda do MFA, II Vol.* Lisboa: Ed. Sociais, 1978.

Almeida, Rodrigo. *Diário de Bordo, A história da indústria naval brasileira.* Rio de Janeiro: Zíngara, 2010.

Althusser, Louis, e Luiz Francisco Rebello. *Cartas sobre a revolução portuguesa*. Lisboa: Seara Nova, 1976.

Alves, Jorge Fernandes. *Jorge de Mello, Um Homem – Percursos de um empresário*. Lisboa: Edições INAPA, 2004.

Alves, Márcio Moreira. *Os soldados socialistas de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976.

Amaral, Luís Mira, *A crise económica e social do distrito de Setúbal*. Ministério do Trabalho e Segurança Social, 1986.

Amaral, Luís Mira. *O Mito da Desindustrialização*. Amadora: Ministério da Indústria e Energia, Direcção-Geral da Indústria, 1995.

Amaral, Luís Mira. *Política de Concentrações rumo à União Económica e Monetária e seus reflexos na indústria europeia*. Amadora: Ministério da Indústria e Energia, Direcção-Geral da Indústria, 1992.

Antunes, José Freire. *O segredo do 25 de Novembro*. Lisboa: Europa-América, 1980.

Antunes, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho*. Coimbra: Almedina/CES, 2013.

Arcary, Valério. *As esquinas perigosas da História*. São Paulo: Xamá Editora, 2004.

Assembleia da República, Comissão de Trabalho, Segurança Social e Família. *Democracia, Tripartismo e Concertação Social, Comemorações do 75º aniversário da OIT e do 50º aniversário da Declaração de Filadélfia: Colóquio Parlamentar*. Lisboa: Assembleia da República – Divisão de Edições, 1995.

Avilez, Maria João. *Do fundo da revolução*. Lisboa: Público, 1994.

Azevedo, Pinheiro. *A revolução avança. Comunicação feita ao país pelo primeiro-ministro, Almirante Pinheiro de Azevedo, no dia 28 de Novembro de 1975*. Lisboa: Ministério da Comunicação Social, Direcção-Geral da Divulgação, 1975.

Baklanoff, Eric N. “Breve experiência de socialismo em Portugal: o sector das empresas estatais” *Análise Social* 138 (1996): 925-947.

Barreto, António, org. *A Situação Social Em Portugal, 1960-1965*. Lisboa: ICS, 1996.

- Barreto, José. “A Formação das Centrais Sindicais e do Sindicalismo Contemporâneo em Portugal (1968-1990).” Tese apresentada à categoria de investigador auxiliar, ICS, 1991.
- Barreto, José. “Modalidades, condições e perspectivas de um pacto social” *Análise Social* 52 (1978): 81-106.
- Barreto, José. “O PS e o movimento sindical.” In *O Partido Socialista e a Democracia*, org. Vitalino Canas, 245-271. Oeiras: Celta, 2005.
- Bernstein, Eduard. *Os pressupostos do socialismo e as tarefas da social-democracia*. Lisboa: Dom Quixote, 1976.
- Blackburn, Robin. “The Test in Portugal.” *New Left Review* 87-88 (1974): 5-46.
- Branco, Zillah e Miguel Urbano Rodrigues. *Em defesa do socialismo: o vendaval de mudança na União Soviética*. Lisboa: Caminho, 1990.
- Brázia, Paulo. “A Marinha Mercante entre 1945-1985, As Grandes Armadoras”. Dissertação Mestrado, UL/FLUL, 2010.
- Brejnev, Leonid. *La lucha del PCUS por la unidad de todas las fuerzas revolucionarias y pacíficas*. Moscu: Progreso, 1975.
- Brito, José Maria Brandão de, coord. *O país em revolução*. Lisboa: Notícias Editorial: 2001.
- Brito, José Maria Brandão de, e Cristina Rodrigues. *A UGT na história do movimento sindical português, 1970-90*. Lisboa: Tinta da China, 2013.
- Burawoy, M. *Manufacturing Consent: Changes in the labour process under monopoly capitalism*. Chicago: The University of Chicago Press, 1979.
- Cabral, Manuel Villaverde. *Proletariado: O nome e a Coisa*. Lisboa: Regra do Jogo, 1984.
- Cardia, Sottomayor. *Socialismo sem dogma*. Mem-Martins: Europa-América, 1982.
- Cardoso, José Luís et al. *Empresários e gestores da indústria em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote, 1990.
- Carreira, Alberto. *Do capitalismo ao socialismo: necessidade e prática do controlo operário da produção*. Lisboa: Moraes, 1976.

Cartaxo, José, org. *CGTP-IN: 40 anos de luta com os trabalhadores (1970-2010)*. Lisboa: CGTP-IN, IBJC, 2011.

Carvalho, Otelio Saraiva de. *Cinco meses que mudaram Portugal*. Lisboa: Portugália, 1975.

Casimiro, José, João Mário Mascarenhas, e José Casimiro. 1997. *Movimento operário: a década de 70*. Lisboa: Biblioteca Museu República e Resistência, Câmara Municipal de Lisboa, 1997.

Castanheira, José Pedro. “Os sindicatos e a vida política.” *Análise Social* 87-88-89 (1985) 801-818.

Castoriadis, Cornelius. *A experiência do movimento operário*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1979.

Castro, Pedro Jorge. *O Ataque aos milionários*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2014.

Castro, Pedro Jorge. *Salazar e os milionários*. Lisboa: Quetzal, 2009.

Cerezales, Diego Palacios. *O poder caiu na rua, Crise de Estado e acção colectiva na revolução portuguesa 1974-1975*. Lisboa: ICS, 2003.

Cerezales, Diego Palacios. *Portugal à coronhada. Protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Tinta da China, 2011.

Cerqueira, Armando, *Revolução e Contra-Revolução em Portugal (1974-1975)*. Lisboa: Parsifal: 2015.

Cervelló, Josep Sánchez. *A Revolução Portuguesa e a sua Influência na Transição Espanhola (1961-1976)*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1993.

Chilcote, Ronald H. *A Revolução Portuguesa, Estado e Classes Sociais na Transição para a Democracia*. Porto: Afrontamento, 2014.

Clemente, Manuel Duran. *Elementos para a compreensão do 25 de Novembro*. Lisboa: Edições Sociais, 1976.

Comissão Coordenadora Intercomissões de Trabalhadores do Grupo CUF. *O Capital Monopolista Conspira Assim!*. Lisboa: Edições Seara Nova, 1977.

Conceição, Alberto, António Barros, e José Sardinha. *Setenave História de Um Estaleiro 1971-1989*. Lisboa: Colibri, 2016.

Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional. *Contratação colectiva e política de salários*. Lisboa: Alavanca, 1981.

Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional. *Programa de Acção e Caderno Reivindicativo da CGTP-In (Aprovados pelo III Congresso)*. Odivelas: Edições 1 de Outubro, 1981.

Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional. *Programa de Acção para 3 anos e caderno reivindicativo imediato: os 22 pontos da CGTP-IN*. Lisboa: Edições 1 de Outubro, 1983.

Conselho Económico e Social. *A Democratização da OIT. Presidência de Portugal à conferência internacional do trabalho*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992.

Conselho Económico e Social. *Os Acordos de Concertação Social em Portugal (I-Estudos)*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda EP, 1993.

Conselho Económico e Social. *Os Acordos de Concertação Social em Portugal (II-Textos)*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda EP, 1993.

Conselho Económico e Social. *Regulamento interno da Comissão Permanente da Concertação Social*. Lisboa: CES, 1993.

Correia, Sílvia e José Nuno Matos “1982: da greve geral à madrugada sangrenta.” In *Este País Não Existe*, org. Bruno Monteiro e Nuno Domingos, Lisboa: Le Monde Diplomatique, 2015.

Costa, Hermes Augusto, e Paula Costa. *Conselhos de Empresa Europeus: Um estudo dos sectores metalúrgicos, químico e financeiro em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

Costa, Hermes Augusto. “A Construção do Pacto Social em Portugal.” *Revista Crítica de Ciências Sociais* 39 (Maio 1994): 119-146.

Costa, J. et al. *Os Donos de Portugal, Cem anos de poder económico (1910-2010)*. Porto: Afrontamento, 2010.

Costa, José Barra da. *O terrorismo e as FP 25 anos depois*. Lisboa: Colibri, 2004.

Costa, Ramiro da. *Elementos para a História do Movimento Operário em Portugal, 1930-1975*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1979.

- Costa, Ramiro da. *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1976.
- Cruzeiro, Maria Manuela. *Costa Gomes, O último marechal*. s.l.: Campo das Letras, 1998.
- Cunhal, Álvaro. *A Revolução Portuguesa, o Passado e o Futuro*. Lisboa: Avante, 1974.
- Cunhal, Álvaro. *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril*. Lisboa: Avante, 1999.
- Cunhal, Álvaro. *As tarefas do PCP para a construção da democracia rumo ao socialismo*. Lisboa: Edição para o 8º Congresso, da Secção de Informação e Propaganda do PCP, 1976.
- Cunhal, Álvaro. *O Partido com paredes de vidro*. Lisboa: Avante, 1985.
- Curto, Marcelo org. *Para a História do PS, Textos da Esquerda Laboral*. Lisboa: Edição EL-Editorial Esquerda Democrática, s.d.
- Curto, Marcelo. *Co-gestão e Conselhos de Empresa*. Lisboa: Centro de Estudos Sindicais, 1975.
- Curto, Marcelo. *Democracia na empresa, Com comentário à Lei das Comissões de Trabalhadores, Lei 46/79 de 12 de Setembro*. Damaia: Heptágono, 1980.
- Dows, Chip et al. *Os Moradores à Conquista da Cidade, Comissões de Moradores e Lutas Urbanas em Setúbal, 1974-1976*. Lisboa: Armazém das Letras, 1978.
- Duarte, António de Sousa, e João Pedro Serafim, org. *Confissões do 25 de Abril*. Lisboa: Âncora Editora, 1999.
- Ermakov, V. e V. Poliakovski. *Encruzilhadas da revolução portuguesa*. Moscovo: Edições Progresso, 1979.
- Espada, João Carlos. “Mudanças na geração do maoísmo.” *Risco* 2 (Verão 1985): 73-80.
- Eussner, Ansgar. “Industrial policy and southward enlargement of the European Community: The case of shipbuilding and repairs.” *Journal of Common Market Studies* 2 (December 1983): 147-172.
- Fafe, José Fernandes. *Esquerda, a novíssima e a eterna*. Lisboa: O Jornal, 1985.
- Fante, Werner. “The German shipbuilding industry in the world market.” *Intereconomics* 6 (1975): 175-178.

- Faria, Carlos Vieira de. *Novo fenómeno urbano, aglomeração de Setúbal*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1981.
- Faria, Miguel Figueira de, coord. *Lisnave, Contributos para a História da Indústria Naval em Portugal*. Lisboa: Edições INAPA, 2011.
- Faria, Miguel Figueira de. *Alfredo da Silva e Salazar*. Lisboa: Bertrand, 2009.
- Faria, Miguel Figueira de. *Lisnave: uma jóia da indústria naval portuguesa*. Almada: Lisnave, 2010.
- Faria, Miguel Figueira de. *Manuel de Mello*. Lisboa: INAPA, 2007.
- Faye, Jean Pierre. *O Portugal de Otelo – A revolução no labirinto*. Lisboa: E. Socicultur, 1976.
- Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal. *Contrato Colectivo de Trabalho Vertical para a Indústria Metalúrgica e Metalomecânica*. Lisboa: Edições 1 de Outubro, 1981.
- Fernandes, António Monteiro. *Direito do Trabalho*. Lisboa: Almedina, 2014.
- Fernandes, Paulo Jorge Martins. “As relações Sociais de Trabalho na Lisnave, Crise ou redefinição do papel dos sindicatos?.” Dissertação Mestrado, ISCTE, 1999.
- Fernandes, Ricardo. “Problemática do Pacto Social em Portugal: contributos para a sua análise.” *Economia e Socialismo* 21 (Dezembro 1977): 3-19.
- Ferreira, Celso. “A crise económica e o «Programa para um Governo PS».” *Economia e Socialismo* 5 (Agosto 1976): 3-18.
- Ferreira, Eduardo de Sousa. *A decadência do corporativismo*. Lisboa: Sá da Costa, 1975.
- Ferreira, Eduardo de Sousa. *Portugal e o neocolonialismo*. Lisboa: Sá da Costa, 1975.
- Ferreira, José Medeiros. *História de Portugal, vol. VIII, Portugal em Transe (1974-1985)*, Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- Ferreira, Medeiros José. *Ensaio Histórico sobre a revolução do 25 de Abril, O período pré-constitucional*. Lisboa: Alfa, 1990.
- Fonseca, Ronaldo. *A questão do Estado na revolução portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

Fonseca, Ronaldo. *O socialismo, a transição e o caso português de João M. Pereira, Um exemplo típico do idealismo académico*. Coimbra: Centelha, 1977.

Frain, Maritheresa. "O PSD como partido dominante em Portugal" *Análise Social* 138 (1996): 975-1005.

Franco, António Sousa. "A Economia." In *Portugal 20 anos de Democracia* coord. António Reis, 170-293. Lisboa: Círculo De Leitores, 1993.

Franco, Sousa, e Oliveira Martins. *A constituição económica portuguesa: um ensaio interpretativo*. Coimbra: Almedina, 1993.

Freire, J. *Sociologia do Trabalho: Uma Introdução*. Porto: Edições Afrontamento, 2001.

Freitas, João Abel de. "Construção e reparação naval: Que futuro?." *Economia e Socialismo* 40 (Julho 1979): 44-53.

Fremontier, Jacques. *Portugal: os pontos nos ii*. Lisboa: Moraes, 1976.

Frobel, Folker et al. *The New Internacional Division of Labour*. Hamburg: Cambridge University Press, 1977.

Fundação Friedrich Ebert. *Quadro de orientação económico-político para o decénio de 1975-1985*. Bonn: Instituto de Pesquisa da Fundação Friedrich Ebert, 1976.

Gama, Augusto org. *Vasco Gonçalves, Discursos, Conferências de Imprensa, Entrevistas*. Porto: Augusto Paulo da Gama, 1976.

Gaspar, Carlos, e Vasco Rato. *Rumo à Memória, Crónicas da Crise Comunista*. Lisboa: Quetzal Editores, 1992.

Gavriline, V. *A nacionalização socialista, via do progresso*. Lisboa: Estampa, 1976.

Godinho, Vitorino Magalhães. *A Democracia Socialista, Um mundo novo e um novo Portugal*. Lisboa: Publicações Génese, 1975.

Godinho, Vitorino Magalhães. *Para a renovação da política nacional*. Lisboa: Sá da Costa, 1978.

Gomes, Adelino, e José Pedro Castanheira. *Os dias loucos do PREC*. Lisboa: Expresso/Público, 2006.

Gorz. Andre. *Adieux au Prolétariat*. Paris: Éditions Galilée, 1980.



Graham, Lawrence S., e Douglas L. Wheeler org. *In Search of Modern Portugal, The Revolution & Its Consequences*. Madison, Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1983.

Gramsci, A. *Democracia Operária*. Coimbra: Editora Centelha, 1976.

Green, Gil. *Portugal's Revolution*. New York: International Publishers, 1976.

Grupo de Trabalho da USP/CGTP-IN. *Livro Branco do 1º de Maio*. Lisboa: Página a Página, 2012.

Hammond, John. *Building Popular Power, Worker's and Neighborhood Movements in the Portuguese Revolution*. New York: Monthly Review Press, 1988.

Hobsbawm, Eric. *A Era dos Extremos, História Breve do Século XX 1914-1991*. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

Hobsbawm, Eric. *Mundos do Trabalho, Novos estudos sobre História operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

Hobsbawm, Eric. *Revolucionários, Ensaio Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

Huntington, Samuel. *The Third Wave: Democratization in the late Twentieth Century*. Norman: University of Oklahoma Press, 1993.

Huntington, Samuel. "The United States" In *The Crisis of Democracy, Report on the Governability of Democracies to the Trilateral Commission*, Michel Crozier, Samuel Huntington, e Joji Watanuki, 59-118, New York: New York University Press, 1975.

Jameson, Fredric. *The Cultural Turn: Selected Writings on the Postmodern, 1983-1998*. Brooklyn: Verso, 1998.

Judas, Miguel. *Os 10 mais ricos de Portugal*. Lisboa: Notícias Editorial, 2003.

Kautsky, Karl. *Le chemin du pouvoir*. Paris: Anthropos, 1969.

Lains, Pedro, e Silva, Álvaro Ferreira da, org. *História Económica de Portugal 1700-2000*. Lisboa: ICS: 2005.

Lains, Pedro. *Os progressos do atraso: Uma nova história económica de Portugal, 1842-1992*. Lisboa: ICS, 2003.

- Lima, Maria da Paz Campos, e R. Naumman. "A Concertação Social em Portugal." In *Portugal e a Sociedade do Conhecimento*, org. Lança, Isabel Salavisa, et al, 145-163. Oeiras: Celta Editora, 2004.
- Lima, Marinús Pires de et al. *A acção sindical e o desenvolvimento*. Lisboa: Edições Salamandra, 1992
- Lima, Marinús Pires de, e Luísa Oliveira. "O sindicalismo em Portugal: a crise e as alternativas." *Organizações e Trabalho* 2 (1990): 35-48.
- Lima, Marinús Pires de. "A acção operária na Lisnave: análise da evolução dos temas reivindicativos." *Análise Social* 52 (1977): 829-899.
- Lima, Marinús Pires de. "A evolução do trabalho operário nas indústrias de construção e reparação naval - Aspectos de uma investigação em curso e alguns resultados preliminares." *Análise Social* 67-68-69 (1981): 885-923.
- Lima, Marinús Pires de. "Notas para uma história da organização racional do trabalho em Portugal (1900-1980) - Alguns resultados preliminares de uma investigação em curso." *Análise Social* 72-73-74. (1982): 1299-1366.
- Lima, Marinús Pires de. "Relações de Trabalho, Estratégias Sindicais e Emprego (1974-90)." *Análise Social* 114 (1991): 905-943.
- Lima, Marinus Pires de. "Transformações das relações de trabalho e acção operária nas indústrias navais (1974-1984)." *Revista Crítica de Ciências Sociais* 18,19,20 (1986): 537-546.
- Lima, Marinús Pires, Maria Leonor Pires, e Paulo Alves. "Transformações das relações laborais em três sectores: Os casos das indústrias automóvel, siderúrgica e naval." *Analise Social* 134 (1995): 857-879.
- Linden, Marcel Van der, e Jan Lucassen. *Prolegomena for a global labour history*. Amsterdam: International Institute of Social History, 1999.
- Linden, Marcel Van der. *Workers of the World. Essays Toward a Global Labor History*. Leiden-Boston: Brill, 2008.
- Lisi, Marco. "Um partido revolucionário na transição para a democracia: o PCP entre 1974 e 1976." Dissertação Mestrado, ISCTE, 2003.

Lopes, Ernâni. “O Mar no Futuro de Portugal. Uma abordagem estratégica.” *Nação e Defesa* 108 (Verão 2004): 11-26.

Lopes, José da Silva. *A Economia Portuguesa desde 1960*. Lisboa: Gradiva, 1996.

Louçã, Francisco, et al. *Os Burgueses*. Lisboa: Bertrand, 2014.

Louçã, Francisco, *Herança Tricolor*. Viseu: André Jorge Editor, 1989.

Louçã, Francisco. *Ensaio para uma Revolução*. Lisboa: Cadernos Marxistas, 1984.

Lourenço, Eduardo. *O Complexo de Marx*. Lisboa: Dom Quixote, 1979.

Lourenço, Eduardo. *Os militares e o poder*. Lisboa: Arcádia, 1975.

Lucena, Manuel de et al. *Nacionalizações e Privatizações: Elites e Cultura Política na História Recente de Portugal*. Oeiras: Celta, 1996.

Lucena, Manuel, e Carlos Gaspar. “Metamorfoses Corporativas? – Associações de interesses económicos e institucionalização da democracia em Portugal (I)” *Análise Social* 114 (1991): 847-903.

Lucena, Manuel, e Carlos Gaspar. “Metamorfoses Corporativas? – Associações de interesses económicos e institucionalização da democracia em Portugal (II)” *Análise Social* 115 (1992): 135-187.

Luzia, Ângela, Joana Esteves, e Maria José E. Esteves. *Na rota do progresso: a indústria naval em Almada*. Almada: Câmara Municipal de Almada, 2012.

Madeira, João “O Arsenal e os Movimentos Populares e Operários nos Séculos XIX e XX” *Arquivos da Memória* 3 (1997): 67-83.

Mailer, Phil. *Portugal, The impossible revolution?* London: Solidarity, 1977.

Mandel, Ernest. *Contrôle ouvrier, conseils ouvriers, autogestion*. Paris: Maspero, 1970.

Marcuse, Hebert, *A ideologia da sociedade industrial, O Homem Unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

Marques, Fernando Pereira. *Criar Poder Popular*. Lisboa: Ulmeiro, 1976.

Martins, Fernando, e Pedro Aires Oliveira, coord. *As revoluções contemporâneas*. Lisboa: Edições Colibri, 2005.

- Martins, Maria Belmira. *Sociedades e Grupos em Portugal*. Lisboa: Estampa, 1973.
- Mata, Eugénia, e Nuno Valério. *História Económica de Portugal, Uma Perspectiva Global*. Lisboa: Editorial Presença, 1993.
- Mateus, Augusto. “A economia portuguesa em 1980: mitos e realidades duma política económica de direita.” *Economia e Socialismo* 55 (Outono 1981): 33-52.
- Matias, Nuno Vieira. “A “Clusterização” da Economia Marítima.” *Nação e Defesa* 122 (Primavera 2009): 9-24.
- Matos, Arnaldo. *Apelo à Esquerda*. Lisboa: Bandeira Vermelha, 1975.
- Mattos, Marcelo Badaró et al, coord. *Relações laborais em Portugal e no mundo lusófono: História e Demografia*. Lisboa: Edições Colibri, 2014.
- Maxwell, Kenneth. *A Construção da Democracia em Portugal*. Lisboa: Presença, 1999.
- Medina, João, coord. *História Contemporânea de Portugal: Portugal de abril, do 25 de Abril aos nossos dias*. Lisboa: Amigos do Livro, 1985.
- Meijer, H. Canne. *O movimento dos Conselhos Operários na Alemanha 1918-1921*. Coimbra: Centelha, 1976.
- Michine, A. *A democracia burguesa, teoria e prática*. Lisboa: Estampa, 1975.
- Mónica, Maria Filomena. *Os Grandes Patrões da Indústria Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 1990.
- Moore, Barrington, *As origens sociais da ditadura e da democracia*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- Morais, Jorge. *Rua do Ácido Sulfúrico-Patrões e Operários: um olhar sobre a CUF do Barreiro*. Lisboa: Bizâncio, 2008.
- Moreira, Vital. *O renovamento de Marx*. Coimbra: Centelha, 1979.
- Moreira, Vital. *Reflexões sobre o PCP*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1990.
- Mortágua, Mariana, e Jorge Costa. *Privataria - Quem Ganha e Quem Perde com as Privatizações em Portugal*. Lisboa: Bertrand, 2015.
- Mota, Óscar. “A indústria naval portuguesa.” *Nação e Defesa* 6 (Julho 1978): 91-108.

Moura, José Barata. *Sobre Lénine e a filosofia: a reivindicação de uma ontologia materialista dialéctica com projecto*. Lisboa: Avante, 2010.

Murteira, Mário. “Política económica dos Governos Provisórios.” *Economia e Socialismo* 1 (Abril 1976): 37-49.

Murteira, Mário. *O Problema do Desenvolvimento Português*. Lisboa: Moraes, 1974.

Murteira, Mário. *Política económica numa sociedade em transição*. Lisboa: Moraes: 1977.

Murteira, Mário. *Portugal nas transições: o calendário português desde 1950*. Lisboa: Sítio do Livro, 2011.

Naumman, R. *Privatizações e reestruturações – O desafio para o movimento sindical em Portugal*. Lisboa: Fundação Friedrich Ebert, 1995.

Ness, Immanuel, e Dario Azzellini. *Ours to Master and to Own, Workers’ control from the commune to the present*. Chicago: Haymarket Books, 2011.

Neves, Emanuel Maranha das. “Infra-estruturas em Portugal no século XX” In *Momentos de inovação e engenharia em Portugal no século XX*, Vol. I, coord. Manuel Heitor, José Maria Brandão de Brito, e Fernanda Rollo, 405-432. Lisboa: Dom Quixote, 2002.

Neves, Orlando dir. *Diário de uma Revolução*. Lisboa: Mil Dias, 1978.

Oliveira, César. *MFA e Revolução Socialista*. Lisboa: Edições Diabril, 1975.

Oliveira, César. *Os Anos Decisivos, Portugal 1962-1985, um testemunho*. Lisboa: Presença, 1993.

Oliveira, César. *Revolução socialista e independência nacional*. Lisboa: Iniciativas Editoriais: 1975.

Oliveira, Paulo e Paulo Fernandes. “A década de 80: crise e recuperação.” In *Lisnave, Contributos para a história da indústria naval em Portugal*, coord. Miguel Figueira de Faria, 301-338. Lisboa: Edições INAPA, 2011.

Oliveira, Paulo e Paulo Fernandes. “Do 25 de Abril à crise do segundo choque petrolífero,” In *Lisnave, Contributos para a história da indústria naval em Portugal*, coord. Miguel Figueira de Faria, 237-300. Lisboa: Edições INAPA, 2011.

Oliveira, Paulo e Paulo Fernandes. “Os anos 90: a conclusão de um ciclo,” In *Lisnave, Contributos para a história da indústria naval em Portugal*, coord. Miguel Figueira de Faria, 339-351. Lisboa: Edições INAPA, 2011.

Oliveira, Paulo. “O arranque do estaleiro da Margueira e a afirmação da Lisnave no mercado internacional,” In *Lisnave, Contributos para a história da indústria naval em Portugal*, coord. Miguel Figueira de Faria, 139-180. Lisboa: Edições INAPA, 2011.

Pannekoek, A. *As tarefas dos conselhos operários*. Coimbra: Centelha, 1976.

Partido Comunista Português (Reconstruído). *Resoluções do Comité Central do Partido Comunista Português (Reconstruído) do I ao II Congresso*. Lisboa: Edições Bandeira Vermelha, 1977.

Partido Comunista Português. *Documentos Políticos do Comité Central do PCP, Abril/Dezembro 1974*. Lisboa: *Avante!*, 1975.

Partido Comunista Português. *Documentos Políticos do Comité Central do PCP, Janeiro/Junho 1975*. Lisboa: *Avante!*, 1976.

Partido Comunista Português. *Documentos Políticos do Comité Central do PCP, Julho/Dezembro 1975*. Lisboa: *Avante!*, 1976.

Partido Comunista Português. *O ultra-esquerdismo cavalo de tróia do imperialismo*. Lisboa: *Avante!*. 1976.

Partido Comunista Português. *Portugal e a CEE hoje, Documentos do Encontro Nacional do PCP sobre a CEE, 18 Junho 1988*. Lisboa: *Avante!*, 1988.

Partido Comunista Português. *Programa de Estatutos do PCP*. Lisboa: *Avante!*, 1997.

Partido Comunista Português. *Resolução Política, X Congresso do Partido Comunista Português*. Lisboa: *Avante!*, 1984.

Partido Revolucionário do Proletariado. *Revolução e contra-revolução – documentos do 25 de Abril ao 25 de Novembro*. Lisboa: Ed. Revolução, 1977.

Patriarca, Fátima. “Controlo Operário em Portugal (I).” *Análise Social* 47 (1976): 765-816.

Patriarca, Fátima. “Controlo Operário em Portugal (II).” *Análise Social* 48 (1976): 1049-1146.

- Patriarca, Fátima. “Operários portugueses na revolução: a manifestação dos operários da Lisnave de 12 de Setembro de 1974.” *Análise Social* 56 (1978): 695-727.
- Patriarca, Fátima. “Práticas de acção operária e formas organizativas na Lisnave.” *Análise Social* 51 (1977): 619-680.
- Patriarca, Fátima. “Taylor no Purgatório- O trabalho na metalomecânica pesada.” *Análise Social* 71 (1982): 435-570.
- Pereira, João Martins. *Ideologia, Indústria e Quotidiano*. Porto: Afrontamento, 1974.
- Pereira, João Martins. *O socialismo, a transição e o caso português*. Amadora: Bertrand, 1976.
- Pereira, João Martins. *Sistemas Económicos e Consciência Social, Para uma teoria do socialismo como sistema global*. Oeiras: Instituto Gulbenkian de Ciência, 1980.
- Pereira, José Pacheco org. *A situação política de Portugal vista pelo movimento marxista-leninista internacional, antologia*. Porto: Edições RÉS limitada, 1976.
- Pérez, Miguel. “Contra a Exploração Capitalista – Comissões de Trabalhadores e Luta Operária na Revolução Portuguesa (1974-1975).” Dissertação Mestrado, UNL/FCSH, 2008.
- Pimenta, C. *Como fazer o controlo da produção?* Lisboa: Seara Nova, 1975.
- Pinho, Ivo. “Sector público empresarial na economia portuguesa: comparação internacional.” *Economia e Socialismo* 3 (Junho 1976): 38-46.
- Pinto, António Costa, coord., *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Dom Quixote, 2004.
- Poulantzas, Nicos. *A Crise das Ditaduras-Portugal/Grécia/Espanha*. Lisboa: Presença, 1975.
- Poulantzas, Nicos. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. Lisboa: Moraes: 1978.
- Ramos, Rui, coord, *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.
- Ramos, Rui. *Outra Opinião, Ensaio de História*. Lisboa: O Independente, 2004.
- Reeve, Charles. *Portugal: The Putschist Conception of Social Revolution*. s.l.: s.e., 1976.
- Reis, António Balcão. “Crónica da Construção Naval [Tipologia de Navios Mercantes].” *Anais do Clube Militar Naval* 7-9 (1976): 642-652.
- Reis, António, coord. *Portugal 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

- Reis, António, dir. *Portugal Contemporâneo*, vol.VI. Lisboa: Publicações Alfa, 1990.
- Reis, António. *O marxismo e a revolução portuguesa*. Damaia: Edições Portugal Socialista, 1979.
- Rendeiro, João Oliveira. *Estratégia Industrial na Integração Europeia*. Lisboa: Banco de Fomento Nacional, 1974.
- Rezola, Maria Inácia. *25 de Abril, Mitos de uma Revolução*. Lisboa: Esferas do Livro, 2007.
- Rezola, Maria Inácia. *Os militares na revolução de Abril, O Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal (1974-1976)*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2006.
- Ribeiro, Rui Carlos Maia. *A prevenção dos conflitos de trabalho: contributos para o seu estudo*. Lisboa: Ministério do Trabalho, 1983.
- Robinson, Peter. “Workers’ Councils in Portugal 1974-1975.” Dissertação Mestrado, The Open University, 1990.
- Robinson, Peter. “Workers’ Councils in Portugal, 1974-1975” In *Ours to Master and to Own: Worker’s Control from the Commune to the present*, coord. Immanuel Ness, e Dario Azzellini, 263-281. Chicago: Haymarket Books, 2011.
- Robinson, Richard. “Do CDS ao CDS-PP: o Partido do Centro Democrático Social e o seu papel na política portuguesa.” *Análise Social* 138 (1996): 951-973.
- Rodrigues, Avelino; Cesário Borga, e Mário Cardoso. *Abril nos quarteis de Novembro*. Amadora: Bertrand, 1979.
- Rodrigues, Cristina. *Portugal e a Organização Internacional do Trabalho (1933-1974)*. Porto: Afrontamento, 2013.
- Rodrigues, D. António dos Reis. *Pacto Social e Política de Rendimentos em face da Doutrina Social da Igreja*. Braga: Livraria Cruz, 1984.
- Rodrigues, Francisco Martins, coord. *O futuro era agora. O movimento popular do 25 de Abril*. Lisboa: Dinossauro, 1994.
- Rodrigues, Francisco Martins. *Abril Traído*. Lisboa: Dinossauro, 1999.



- Rodrigues, Maria João. *O sistema de emprego em Portugal. Crise e Mutações*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- Rolo, José Manuel. *Capitalismo, Tecnologia e Dependência em Portugal*. Lisboa: Presença/GIS, 1977.
- Rosa, Eugénio. *O fracasso da política de direita: 16 meses de governo PS*. Lisboa: Edições 1 de Outubro, 1978.
- Rosa, Eugénio. *O fracasso dos governos de direita em Portugal (1978 a 1981), do governo PS/CDS ao governo Pinto Balsemão/Freitas do Amaral*. Lisboa: Edições 1 de Outubro, 1982.
- Rosa, Eugénio. *Os Grupos Económicos e o Desenvolvimento em Portugal no contexto da Globalização*. Lisboa: Página a Página, 2013.
- Rosa, Eugénio. *Portugal: dois anos de revolução na economia*. Lisboa: Diábril, 1976.
- Rosa, Eugénio. *Problemas actuais da economia portuguesa e Os monopólios e o 25 de Abril*. Lisboa: Seara Nova, 1975.
- Rosa, Teresa. “A acção sindical dos metalúrgicos de Setúbal (1974-85).” *Organizações e Trabalho* 1 (1989): 114-121.
- Rosa, Teresa. “Algumas Considerações sobre o sindicalismo operário em Setúbal.” *Organizações e Trabalho* 7/8 (1992): 59-74.
- Rosas, Fernando. *Lisboa revolucionária 1908-1975*. Lisboa: Tinta da China, 2010.
- Rosas, Fernando. *Pensamento e acção política, Portugal século XX (1890-1976), Ensaio Histórico*. Lisboa: Editorial Notícias, 2003.
- Rosas, Fernando. *Salazar e o poder, A arte de saber durar*. Lisboa: Tinta da China, 2012.
- Royo, Sebastián. “Ainda o século do corporativismo? Espanha e Portugal comparados” *Análise Social* 158-159 (2001): 85-117.
- Sá Luís, *Soberania e integração na CEE*. Lisboa: Caminho, 1987.
- Sá, Luís. *Introdução à teoria do Estado*. Lisboa: Caminho, 1986.
- Sá, Vítor de. *Evolução do movimento operário e do sindicalismo em Portugal*. Porto: Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanífcios e Vestuário de Portugal, 1981.

- Sabino, Amadeu Lopes. *Portugal é demasiado pequeno (1974-1976)*. Coimbra: Centelha, 1976.
- Sablovsky, Juliet Antunes. *O PS e a transição para a democracia*. Lisboa: Notícias Editorial, 2000.
- Saiote, Vanda e Paulo Espírito Santo. “A construção naval no Grupo CUF. Do Barreiro aos Estaleiros da Rocha,” In *Lisnave, Contributos para a história da indústria naval em Portugal*, coord. Miguel Figueira de Faria, 25-45. Lisboa: Edições INAPA, 2011.
- Saltão, Joaquim. “A Marinha Mercante Portuguesa no Século XX (II).” *Revista do Clube de Oficiais da Marinha Mercante* 91 (2009): 10-12.
- Saltão, Joaquim. “A Marinha Mercante Portuguesa no Século XX.” *Revista do Clube de Oficiais da Marinha Mercante* 90 (2009): 9-11.
- Santos, Boaventura de Sousa. “A Crise e a Reconstituição do Estado em Portugal (1974-1984).” *Revista Crítica de Ciências Sociais* 14 (1984): 7-29.
- Santos, Boaventura de Sousa. *O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Afrontamento, 1990.
- Santos, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento, 1994.
- Santos, Maria de Lurdes Lima, Marinús Pires de Lima, e Vítor Matias Ferreira. *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, 3 vol. Porto: Afrontamento, 1977.
- Sauvy, Alfred. *O socialismo em liberdade*. Lisboa: Estúdios Cor, 1970.
- Schmitt, Bernard. *FMI O círculo viciosos das dívidas nacionais*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- Schmitter, Philip C. *Portugal: do autoritarismo à democracia*. Lisboa: ICS, 1999.
- Semprun, Jaime. *A Guerra Social em Portugal*. Lisboa: Moraes, 1975.
- Sérgio, António. *Democracia*. Lisboa: Sá da Costa, 1974.
- Silva, António Duarte. *A indústria naval*. In *Momentos de inovação e engenharia em Portugal no século XX*, Vol II, coord. Manuel Heitor, José Maria Brandão de Brito, e Fernanda Rollo, 303-319. Lisboa: Dom Quixote, 2002.
- Silva, João coord. *Indústria e política industrial em Portugal*. s.l: CGTP-IN, 2011.
- Silva, Josué da, *Portugal, Ano um da Revolução*. Lisboa: Edições Dêagá, 1975.

- Silva, Manuel Carvalho da, coord. *Contributos para a história do movimento operário e sindical, Das raízes até 1977*. Lisboa: CGTP-IN, IBJC, 2011.
- Silva, Manuel Carvalho da. *Acção sindical, transformação e desenvolvimento*. Porto: Campo das Letras, 2000.
- Silva, Manuel Carvalho da. *Agir contra a corrente, reflexões de um sindicalista*. Porto: Campo das Letras, 2002.
- Silva, Manuela, et al. *O Planeamento Económico em Portugal: lições da experiência*. Lisboa: Sá da Costa, 1984.
- Silva, Victor Gomes da. “A evolução da Intersindical Nacional/CGTP-IN no quadro socioeconómico e político português: Do 25 de Abril ao VI Congresso.” Dissertação Mestrado, ISEG, 1992.
- Sobral, Fernando et al. *Alfredo da Silva, a CUF e o Barreiro, Um Século de Revolução Industrial em Portugal*. Lisboa: Bnomics, 2008.
- Sousa, Manuel Ricardo de. *Guerrilha no Asfalto: As FP-25 e o tempo português*. Coimbra: Fora de Texto, 1992.
- Stoleroff, Alan. “O padrão das relações industriais emergentes em Portugal: Uma abordagem sistémica” *Organizações e Trabalho* 2 (1990):7-79.
- Stoleroff, Alan. “Sindicalismo e relações industriais em Portugal” *Sociologia-Problemas e Práticas* 4 (1988):147-164.
- Strath, Bo. *The Politics of De-Industrialisation: The contraction of the West European Shipbuilding Industry*. London: Croom Helm, 1987.
- Suzuky, Shinichi et al. “Steel products for shipbuilding.” JTE Technical Report 2 (2004): 41-48.
- Sweezy, P. *Luta de classes em Portugal*, Lisboa: SLEMES, 1976.
- Sweezy, P., e C. Bettelheim. *Sociedades de Transição: Luta de Classes e Ideologia Proletária*. Porto: Portucalense, 1971.
- Tilly, Charles. *As Revoluções Europeias 1492-1992*. Lisboa: Presença, 1996.
- Todd, Daniel. *The World Shipbuilding Industry*. London & Sidney: Croom Helm, 1985.

- Torres, Alcídio. *História de uma crise, o grito do bispo de Setúbal*. Lisboa: Editorial Notícias, 1996.
- Touraine, Alan. *La Conscience Ouvrière*. Paris: Éditions du Seuil, 1966.
- Tronti, Mário. *Operários e Capital*. Porto: Afrontamento, 1976.
- Tudela, Ana Paula. “O Estaleiro da Rocha no período da Segunda Guerra Mundial,” In *Lisnave, Contributos para a história da indústria naval em Portugal*, coord. Miguel Figueira de Faria, 47-83. Lisboa: Edições INAPA, 2011.
- União Geral de Trabalhadores. *Três anos de intervenção/UGT*. Lisboa: UGT, 1984.
- Valente, Vasco Pulido, *Portugal, Ensaios de História e de Política*. Lisboa: Alêtheia, 2009.
- Varela, Raquel coord. *Quem paga o Estado Social em Portugal?* Lisboa: Bertrand, 2012.
- Varela, Raquel, coord. *Revolução ou Transição, História e memória da revolução dos cravos*. Lisboa: Bertrand, 2012.
- Varela, Raquel, Ricardo Noronha, e Joana Dias Pereira, coord. *Greves e conflitos sociais em Portugal no século XX*. Lisboa: Edições Colibri, 2012.
- Varela, Raquel. “História da Política do Partido Comunista Português na Revolução dos Cravos (1974-1975).” Dissertação Doutoramento, ISCTE/IUL, 2010.
- Varela, Raquel. *História do povo na revolução portuguesa 1974-75*. Lisboa: Bertrand, 2014.
- Varela, Raquel. *Para onde vai Portugal?* Lisboa: Bertrand, 2015.
- Vasco, Nuno, coord. *Vencer a crise, preparar o futuro. Um ano de Governo Constitucional*. Lisboa: Secretaria de Estado da Comunicação Social, Direcção-Geral da Divulgação: 1977.
- Vega, Ruben. *Crisis industrial y conflicto social. Gijón 1975-1995*. Gijón: Ediciones Trea, 1996.
- Vilanova, João. *1977/78, Sindicalismo em Portugal, perspectivas futuras/pacto social*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1977.
- Vilar, Pierre, *Iniciação ao vocabulário da análise histórica*, Lisboa: Sá da Costa, 1985.
- Vilela, António José. *Viver e Morrer em nome das FP-25*. Lisboa: Editorial Notícias, 2005.
- Vinogradov, V. *Controle Operário sobre a produção*. Lisboa: Estampa, 1975.

Wood, Ellen. *The retreat from class*. London, New York: Verso, 1986.

Zinn, Howard. *A people's history of the United States*. New York: Harper Perennial, 2005.

### **Webgrafia:**

*Arquivo histórico Governo Portugal:*

<http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico.aspx>

*Cronologia Fundação Mário Soares:* <http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/ano>

*Cronologias Fundação Francisco Manuel dos Santos:* <http://cronologias.ffms.pt>

*Cronologia, Centro de Documentação Movimento operário e popular do Porto:*

<http://cdi.upp.pt/cgi-bin/apresentaGeral.py>

*Debates Parlamentares:* <http://debates.parlamento.pt>

*European Metalworkers Federation (shipbuilding):*

<http://www.emf-fem.org/Industrial-Sectors/Shipbuilding/index.html>

*European Trade Union Confederacy (shipbuilding):*

<https://www.etuc.org/search/site/shipbuilding>

*Grupo José de Mello:* [www.josedemello.pt](http://www.josedemello.pt)

*IndustrialALL Global Union (Shipbulding and Shipbreaking):*

[http://www.industriallunion.org/search?q=&page=1&sort=ds\\_created+desc&lang=en&sectors=Shipbreaking&sectors=Shipbuilding+and+shipbreaking](http://www.industriallunion.org/search?q=&page=1&sort=ds_created+desc&lang=en&sectors=Shipbreaking&sectors=Shipbuilding+and+shipbreaking)

*Lisnave:* <http://www.lisnave.pt/index2.htm>

*OECD Shipbuilding Working Party:* <http://www.oecd.org/sti/ind/shipbuilding.htm>

*Organização Internacional do Trabalho (shipbuilding/shipbreaking):*

<http://www.ilo.org/global/industries-and-sectors/transport-equipment-manufacturing/lang-en/index.htm>

*Projecto internacional In the same boat? Shipbuilding and ship repair workers, a Global Labor History:* [www.inthesameboatproject.wordpress.com](http://www.inthesameboatproject.wordpress.com)

## **Entrevistas:**

Cipriano Pisco (CT Setenave)

João Lourenço (CT Lisnave)

Joaquim Aguiar (Grupo Mello)

Miguel Moisés (CT Setenave)

Teresa Rosa (CT Setenave)

## **Arquivos consultados:**

Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças.

Biblioteca Nacional.

Centro de Documentação 25 de Abril.

Hemeroteca.

Instituto de Ciências Sociais.

Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público.

Instituto Nacional de Estatística.

International Institute of Social History (Amsterdam).

Lisnave (estaleiro naval).

Ministério da Economia.

Ministério das Finanças.

Ministério do Trabalho e Segurança Social.

Tribunal de Contas.

## **Jornais e revistas não académicas:**

*A Capital*

*A União*

*A Voz do Metalúrgico*

*Acção Comunista*

*Alavanca*

*Avante!*

*Bandeira Vermelha*

*Combate*

*Combate Socialista*

*Correio da Manhã*

*Diário de Lisboa*

*Diário de Notícias*

*Diário de Setúbal*

*Diário Popular*

*Esquerda Socialista*

*Europeu*

*Expresso*

*Indústria em Revista*

*Informação Setenave*

*Informação Solisnor*

*Jornal da Economia do Mar*

*Jornal de Notícias*

*Jornal de Setúbal*

*Jornal Novo*

*Luta no Trabalho*

*Luta Popular*

*Negócios*

*Notícias da Tarde*

*Nova Vida*

*O Activista*

*O Dia*

*O Diário*

*O Estaleiro*

*O Jornal*

*O Leme*

*O Metalúrgico*

*O militante*

*O Século*

*O Tempo e o Modo*

*O trabalhador dos estaleiros navais*

*O Trabalho*

*Página Um*

*Patuleia*

*Política Operária*

*Pórtico*

*Propósito*



*Público*

*Revista de Marinha*

*Revista Lisnave*

*Revolução*

*Semanário*

*Setúbal Socialista*

*Trabalho e Sindicalismo*

*Tribuna da Margem Esquerda*

*Tribuna Operária*

*Versus*

*Viva a Classe Operária*

*Voz do Povo*

### **Meios Audiovisuais:**

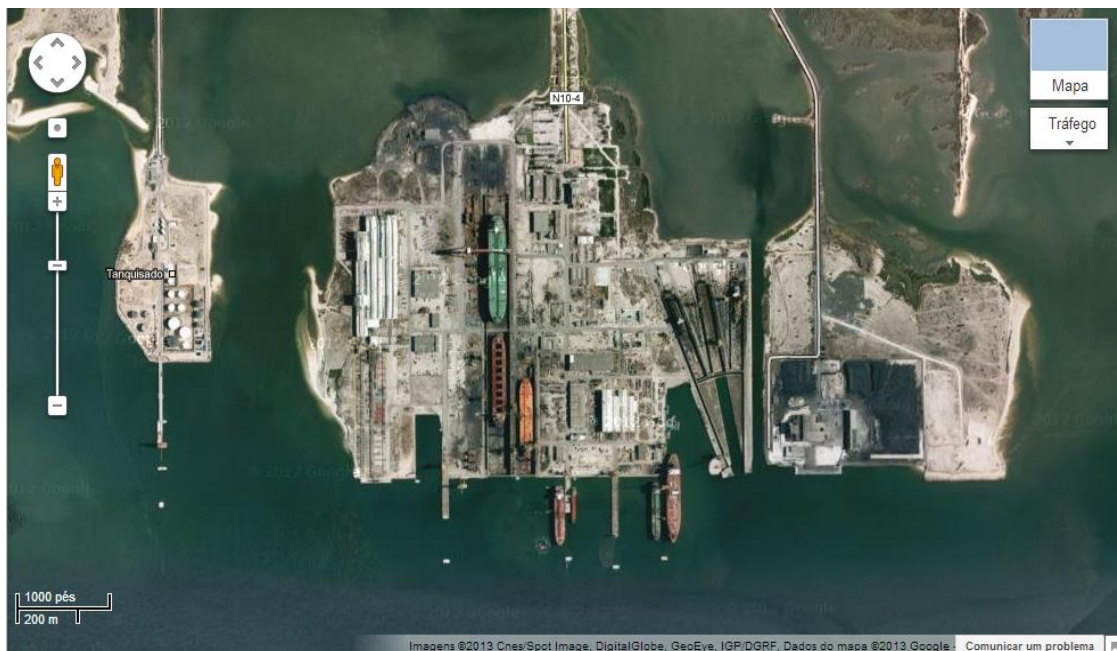
*Setúbal Ville Rouge*, Daniel Edinger e Michel Lequenne (1976).

## Anexos:

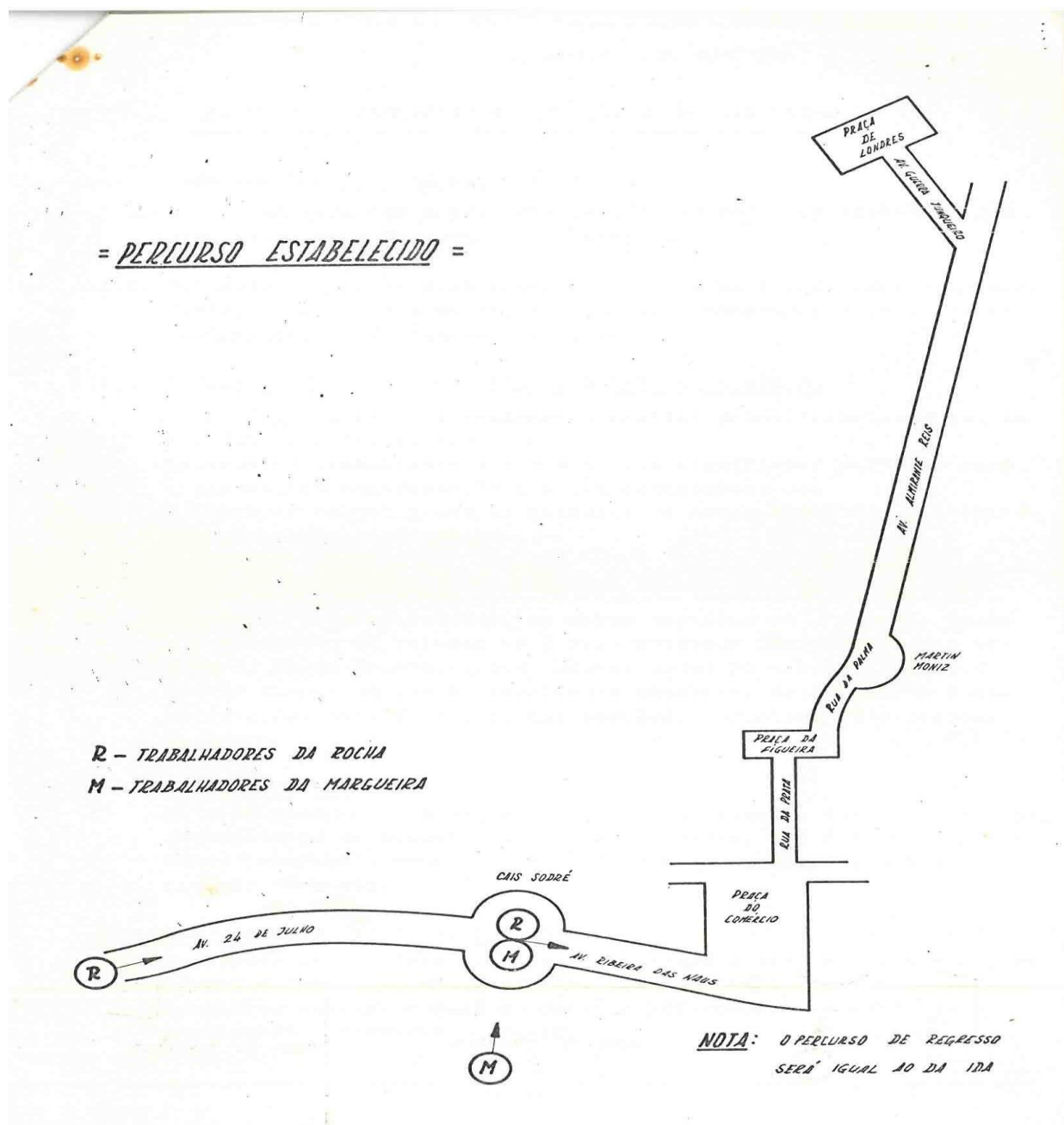
### Anexo 1: Localização do estaleiro da Mitrena (Google Earth).



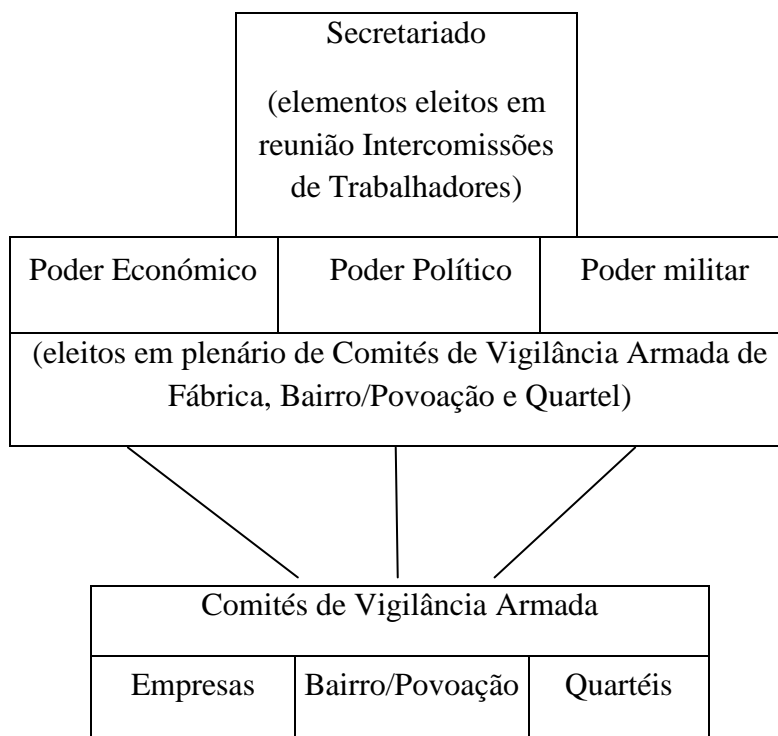
### Anexo 2: Planta atual do estaleiro da Mitrena (Google Earth).



**Anexo 3:** Plano de organização e condução da manifestação, (Margueira, 10 Setembro 1974),  
Centro de Documentação 25 de Abril.



**Anexo 4:** Organograma do Projecto de Organização por Zona, Comité de Luta. Adaptado de Dows, Chip et al. *Os moradores à conquista da cidade, Comissões de Moradores e Lutas Urbanas em Setúbal 1974-1976* (Lisboa: Armazém das Letras, 1978), 204.



**Anexo 5:** Aumento das dificuldades de acesso ao crédito bancário a médio e a longo prazo, Adaptado, CCCTIN, *7º Encontro da Indústria Naval* (Lisboa: 6 Novembro 1982, CCCTIN), 16.

ANOS	Curto prazo em %	Médio/Longo prazo em %
<b>1974</b>	11,2	88,8
<b>1977</b>	38,4	61,6
<b>1980</b>	72,7	27,3
<b>1981</b>	75,2	24,8

**Anexo 6:** Diminuição de subsídios à construção naval, Adaptado, CCCTIN, *7º Encontro da Indústria Naval* (Lisboa: 6 Novembro 1982, CCCTIN), 16.

ANOS	Subsídios concedidos à construção (O.G.E.) (Preços concorrentes)
<b>1978</b>	1.214.000 Contos
<b>1979</b>	1.255.665 Contos
<b>1980</b>	1.160.700 Contos
<b>1981</b>	359.740 Contos

**Anexo 7:** Baixa participação dos adiantamentos de clientes em relação às obras em curso, Adaptado, CCCTIN, *7º Encontro da Indústria Naval* (Lisboa: 6 Novembro 1982, CCCTIN), 17.

ANOS	% Adiantamento de clientes em relação às obras em curso
<b>1977</b>	30,1
<b>1978</b>	21,2
<b>1979</b>	16,5
<b>1980</b>	4,2
<b>1981</b>	2,6

**Anexo 8:** Situação da Frota de Comércio, Adaptado, CCCTIN, 7º Encontro da Indústria Naval (Lisboa: 6 Novembro 1982, CCCTIN), 23.

Situação da Frota de Comércio em 1.1.1982

<b>Porte Tipo Navio</b>	<b>Até 100t</b>	<b>101 a 1000t</b>	<b>1001 a 5000t</b>	<b>5001 a 10000 t</b>	<b>10001 a 20000t</b>	<b>20001 a 50000t</b>	<b>Mais de 50000t</b>	<b>Total</b>
Passageiros	-	1	1	-	-	-	-	2
Carga Geral	-	8	17	4	21	-	-	50
Porta Cont.	-	-	5	-	-	-	-	5
Frigoríficos	-	-	-	2	-	-	-	2
Cisternas	-	-	1	-	-	-	-	1
Prod. Químicos	-	-	-	1	-	-	-	1
Graneleiros	-	-	-	-	-	4	2	6
Petroleiros	-	-	3	-	2	2	8	15
Transp. Gás	-	-	2	-	-	-	-	2
Batelões	-	2	1	-	-	-	-	3
Rebocadores	5	-	-	-	-	-	-	5
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>5</b>	<b>11</b>	<b>30</b>	<b>7</b>	<b>23</b>	<b>6</b>	<b>10</b>	<b>92</b>

<b>Classes de idades Tipo Navio</b>	<b>Até 5 anos</b>	<b>De 6 a 10 anos</b>	<b>De 11 a 15 anos</b>	<b>De 16 a 20 anos</b>	<b>De 21 a 25 anos</b>	<b>Mais de 25 anos</b>	<b>Total</b>
Passageiros	-	-	-	2	-	-	2
Carga Geral	-	7	12	17	6	8	50
Porta Cont.	-	1	4	-	-	-	5
Frigoríficos	-	2	-	-	-	-	2
Cisternas	-	-	1	-	-	-	1
Transp.Prod. Químicos	1	-	-	-	-	-	1
Graneleiros	-	4	2	-	-	-	6
Transp. Gás	-	-	2	-	-	-	2
Batelões	-	-	-	1	-	2	3
Rebocadores	-	-	-	-	1	3	5
Petroleiros	4	4	2	3	2	-	15

**Anexo 9:** Pessoal; Capacidade potencial e meios de carenagem dos estaleiros nacionais (aço), G.T. ad hoc, *A Indústria Naval em Portugal, Contributos para a sua Viabilização* (s.l., Janeiro 1984), 9.

QUADRO 2.2  
PESSOAL; CAPACIDADE POTENCIAL E MEIOS DE CARENAGEM DOS ESTALEIROS NACIONAIS (AÇO)

ESTALEIROS	MEIOS DE CARENAGEM (dimensão em metros)	PESSOAL			
		Nº APROXIMADO	% DO TOTAL AÇO	% ACUMULADO	CAPACIDADE POTENCIAL(3) H/H
Lisnave	Margueira: Docas secas: 520x90; 360x54; 350x54; 268x42	6 100	29,3	29,3	6 500x10 <sup>3</sup>
	Rocha : Docas secas: 173,5x22,2; 104x12,4; 64x11				
Setenave	Docas secas: 450x75; 420x75; 350x55	5 800	27,8	57,1	5 300x10 <sup>3</sup>
Arsenal do Alfeite	Doca seca : 138x18; Doca flutuante 60x12				
	Planos inclinados 123 e 40 - Carreiras 200x28; 120x25 (2) 90x10(2)	2 942	14,1	71,2	4 000x10 <sup>3</sup>
E.N.V. Castelo	Docas secas: 203x33,5; 127x18,5; 105x13 - Carreira 120x40	1 823	8,7	79,9	2 100x10 <sup>3</sup>
Parry & Son	Docas secas: 80x11,6; 79x12,8	686	3,3	83,2	700x10 <sup>3</sup>
En. S. Jacinto/Navalria	Doca seca : 105x18; Doca flutuante 70x12; Planos inclinados até 90 m	603	2,9	86,1	880x10 <sup>3</sup>
Argibay	Plano inclinado; navios até 60 m.	520	2,5	88,6	400x10 <sup>3</sup>
C.T.M. - Oficinas	—	372	1,8	90,4	450x10 <sup>3</sup>
S.R.N.	—	360	1,7	92,1	400x10 <sup>3</sup>
C.P.P. - Oficinas	—	285	1,4	93,5	400x10 <sup>3</sup>
Est. N. Mondego	Carreiras de construção	300	1,4	94,8	380x10 <sup>3</sup>
Foznave	Carreiras de construção	160	0,8	95,7	180x10 <sup>3</sup>
Eug. e Severino	—	250	1,2	96,9	300x10 <sup>3</sup>
Outros (Carnave etc.)	—	620	3,0	100,00	-
Total de aço		20 821 <sup>(1)</sup>	100,0	95,4**	-
Navios de madeira		1 000*	-	-	-
TOTAL DO SECTOR		21 821 <sup>(2)</sup>			

(1) e (2) 30.9.83

(3) Nº de operativos x Nº de horas potenciais de trabalho/ano  
(horas de trabalho semana x Nº de semanas de trabalho)

\* Estimativa

\*\* (1)/(2) x 100

**Anexo 10:** Evolução da frota nacional de comércio marítimo, Adaptado, G.T. ad hoc, *A Indústria Naval em Portugal, Contributos para a sua Viabilização* (s.l., Janeiro1984), 16.

Ano	Navios Número	Capacidade (m <sup>3</sup> )	Porte (ton)	Tonelagem Arque.Bruta (TAB)	Tripulantes Número	TAB Média/Unid.
1970	149	1 211 407	886 730	705 133	9 509	4 732,43
1971	147	1 250 802	913 733	722 420	6 515	4 914,43
1972	150	1 465 441	1 051 784	815 062	6 536	5 433,74
1973	151	1 551 744	1 101 131	845 003	5 996	5 596,04
1974	145	1 972 337	1 446 893	980 648	4 750	6 762,40
1975	130	2 077 216	1 546 828	1 001 064	4 093	7 700,49
1976	122	2 025 349	1 508 373	963 619	3 960	7 898,51
1977	116	2 413 226	1 837 769	1 129 464	3 989	9 736,75
1978	106	2 355 134	1 795 727	1 086 079	3 476	10 246,02
1979	99	2 269 956	1 735 067	1 037 232	2 598	10 477,09
1980	97	2 559 347	1 993 351	1 160 765	2 507	11 966,64
1981	95	2 690 539	2 111 100	1 227 567	2 523	12 921,75
1982	92	2 657 755	2 096 826	1 220 414	2 419	13 265,36
Fonte: D.G.M.C. : Boletim e Informação Estatística						
Obs.: os dados referem-se à situação da frota em 1 de Janeiro de cada ano até 1974, e em 1 de Julho de cada ano nos anos posteriores.						

**Anexo 11:** Navios a construir, Adaptado, G.T. ad hoc, *A Indústria Naval em Portugal, Contributos para a sua Viabilização* (s.l., Janeiro1984), 40.

Área de atuação	Tipo de navio	Tdw								
			Total	84	85	86	87	88	89	90
Continente/Regiões Autónomas	Graneleiro	4.000	2	2						
	Porta-Contentores	3.000	2	2						
Importação Ramas de Petróleo	Petroleiro	80.000	2		2					
	Petroleiro	116.000	5			1		2	1	1
Importação Graneis Secos	“Handy-Size”	38.000	11	6		2				3
	“Panamax”	67.000	13	3			3	2	2	3
	Totais		35	13	2	3	3	4	3	7
Nota: O número de navios indicado neste quadro exigirá um reajustamento de acordo com as capacidades dos estaleiros e as necessidades dos armadores, de modo a uniformizar no tempo as respectivas cargas.										



**Anexo 12:** Valor do Investimento, Adaptado, G.T. ad hoc, *A Indústria Naval em Portugal, Contributos para a sua Viabilização* (s.l., Janeiro1984), 41.

Valor do Investimento / Unidade: 10<sup>3</sup> USD

Tipo de navio	TDW	Navios a adquirir	Custo Unitário (1)	Valor Total do Investimento
Graneleiro	4 000	2	9 000	18 000
Porta Contentores	3 000	2	8 000	16 000
Petroleiro	80 000	2	30 000	60 000
Petroleiro	116 000	5	38 000	190 000
“Handy Size”	38 000	11	20 000	220 000
“Panamax”	67 000	13	28 000	364 000
VALOR TOTAL DO PROGRAMA (35 NAVIOS)				868 000
(1) Valores relativos a unidades “standart” a preços atuais.				

**Anexo 13:** Ganhos líquidos de divisas, Adaptado, G.T. ad hoc, *A Indústria Naval em Portugal, Contributos para a sua Viabilização* (s.l., Janeiro1984), 42.

Ganhos líquidos de divisas (valores em milhões de dólares de 1983):

Graneleiro 4 000 tdw: 6,5
Porta-Contentores 3 000 tdw: 10,0
Petroleiro 80 000 tdw: 30,4
Petroleiro 116 000 tdw: 28,3
Handy-Syze 38 000 tdw: 24,0
Panamax 67 000 tdw: 35,3

**Anexo 14:** Construção em estaleiros nacionais, G.T. ad hoc, *A Indústria Naval em Portugal, Contributos para a sua Viabilização* (s.l., Janeiro 1984), 44.

<b>Tipo de navios</b>	<b>Estimativa h/h unitários (10<sup>3</sup>)</b>	<b>Navios a construir</b>	<b>Total h/h (10<sup>3</sup>)</b>
Graneleiros 4 000 tdw	500	2	1 000
Porta-Contentores 3 000 tdw	450	2	900
Petroleiro 80 000 tdw	1 100	2	2 200
Petroleiro 116 000 tdw	1 500	5	7 500
Handy-Size 38 000 tdw	650	11	7 150
Panamax 67 000 tdw	800	13	10 400
<b>TOTAIS</b>		<b>35</b>	<b>29 150</b>

**Anexo 15:** Redução dos efetivos globais dos estaleiros comunitários, Adaptado, Comissão das Comunidades Europeias, *A Construção Naval, Aspetos Industriais, Sociais e Regionais* (Bruxelas, 10 Dezembro 1987), 22.

	<b>1975</b>	<b>1978</b>	<b>1979</b>	<b>1980</b>	<b>1981</b>	<b>1982</b>	<b>1983</b>	<b>1984</b>	<b>1985</b>
<b>Bélgica</b>	7 467	6 614	6 258	6 523	6 347	4 680	4 104	4 060	3 923
<b>Dinamarca</b>	16 630	12 000	9 900	11 400	11 350	11 800	11 200	10 300	10 200
<b>Alemanha</b>	46 839	31 113	27 369	24 784	26 521	27 600	25 966	22 189	22 260
<b>Grécia</b>	2 316	-	-	2 672	3 393	2 900	2 812	2 000	2 000
<b>Espanha</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	18 000
<b>França</b>	32 500	25 300	23 000	22 200	22 200	21 600	21 000	16 940	15 058
<b>Irlanda</b>	869	840	750	750	762	882	550	-	-
<b>Itália</b>	25 000	20 000	19 000	18 000	16 500	13 750	12 800	12 800	12 000
<b>Países Baixos (e)</b>	22 662	17 540	14 540	13 100	13 100	12 800	11 250	10 330	6 236
<b>Portugal</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	5 370
<b>Reino Unido</b>	54 550	41 050	31 200	24 800	25 345	25 000	20 486	14 655	10 200
<b>TOTAL</b>	208 833	154 457	132 017	124 229	125 518	121 012	110 168	93 274	105 247
(e) contando com industria militar									